ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CL Nº 100

Brasília - DF, segunda-feira, 27 de maio de 2013

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 7
Ministério da Cultura 11
Ministério da Defesa 14
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 17
Ministério da Integração Nacional 26
Ministério da Justiça 26
Ministério da Previdência Social 32
Ministério da Saúde 32
Ministério das Comunicações 46
Ministério de Minas e Energia 47
Ministério do Desenvolvimento Agrário 62
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 63
Ministério do Meio Ambiente 64
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 65
Ministério do Trabalho e Emprego 66
Ministério do Turismo 83
Ministério dos Transportes 88
Conselho Nacional do Ministério Público 89
Ministério Público da União 93
Tribunal de Contas da União 103
Poder Legislativo 106
Poder Judiciário 106
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 117

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.327 (1)
ORIGEM : ADI - 109284 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: Após os votos dos Ministros Dias Toffoli (Relator), Rosa Weber, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski, julgando procedente a ação direta, e os votos dos Ministros Cármen Lúcia, Marco Aurélio, Celso de Mello e Presidente, Ministro Joaquim Barbosa, julgando-a improcedente, o julgamento foi suspenso para colher os votos dos Ministros Teori Zavascki e Gilmar Mendes, ausentes neste julgamento. Plenário, 11.04.2013.

Decisão: Colhidos os votos dos Ministros Teori Zavascki e Gilmar Mendes, que julgavam improcedente a ação direta, e verificado o empate na votação, o Tribunal suspendeu o julgamento para colher o voto do ministro a ser empossado. Reajustou o voto proferido anteriormente o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 16.05.2013.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.609 (2)
ORIGEM : ADI - 129957 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ACRE
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE

Decisão: Retirado de pauta por indicação da Presidência. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.09.2009.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Em seguida, o julgamento foi suspenso após o voto do Relator, que propôs a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade para que a decisão somente tenha eficácia a partir de 12 (doze) meses contados da data da publicação da ata de julgamento. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Plenário, 15.05.2013.

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que modulava os efeitos da declaração de inconstitucionalidade para que a decisão somente tenha eficácia a partir de 12 (doze) meses contados da data da publicação da ata de julgamento, no que foi acompanhado pelos Ministros Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello, e após o voto do Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), que não modulava os efeitos da decisão, o julgamento foi suspenso para colher os votos dos Ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia, ausentes, ocasionalmente, neste julgamento. Plenário, 16.05.2013.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.734 (3)
ORIGEM : ADI - 4734 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ALAGOAS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, julgou procedente a ação direta, vencido o Ministro Marco Aurélio, que a julgava procedente em menor extensão. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 16.05.2013.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 24 DE MAIO DE 2013

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos, crédito suplementar no valor de R$ 215.280.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso XVII, da Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor da Secretaria de Portos, crédito suplementar no valor de R$ 215.280.000,00 (duzentos e quinze milhões, duzentos e oitenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

RENAN CALHEIROS
Miriam Belchior

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68101 - Secretaria de Portos
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**13.450.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 00IH**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN)**							**7.450.000**
28 846	0909 00IH 0024	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte	F	5	3	90	0	100	7.450.000
28 846	**0909 00J0**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente**							**2.000.000**
28 846	0909 00J0 0032	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente - No Estado do Espírito Santo	F	5	3	90	0	100	2.000.000
28 846	**0909 00JA**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios**							**4.000.000**
28 846	0909 00JA 0033	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios - No Estado do Rio de Janeiro	F	5	3	90	0	100	4.000.000
	2073	**Transporte Hidroviário**							**46.300.000**
		PROJETOS							
26 784	**2073 127G**	**Construção de Terminais Fluviais na Região Norte**							**46.300.000**
26 784	2073 127G 0182	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Barreirinha - AM	F	4	3	90	0	100	2.185.000
26 784	2073 127G 0184	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Beruri - AM	F	4	3	90	0	100	1.285.000
26 784	2073 127G 0185	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Boa Vista do Ramos - AM	F	4	3	90	0	100	2.885.000
26 784	2073 127G 0189	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Canutama - AM	F	4	3	90	0	100	3.785.000
26 784	2073 127G 0190	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Carauari - AM	F	4	3	90	0	100	2.785.000
26 784	2073 127G 0192	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Careiro da Várzea - AM	F	4	3	90	0	100	8.985.000
26 784	2073 127G 0194	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Codajás - AM	F	4	3	90	0	100	3.785.000
26 784	2073 127G 0198	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Guajará - AM	F	4	3	90	0	100	2.985.000
26 784	2073 127G 0200	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Ipixuna - AM	F	4	3	90	0	100	3.985.000
26 784	2073 127G 0201	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Iranduba - AM	F	4	3	90	0	100	3.280.000
26 784	2073 127G 0203	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Itamarati - AM	F	4	3	90	0	100	4.485.000
26 784	2073 127G 0204	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Itapiranga - AM	F	4	3	90	0	100	2.885.000
26 784	2073 127G 0230	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Tapauá - AM	F	4	3	90	0	100	2.985.000
	2074	**Transporte Marítimo**							**155.530.000**
		ATIVIDADES							
26 122	**2074 8785**	**Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**							**13.000.000**
26 122	2074 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional	F	3	3	90	0	100	13.000.000
		PROJETOS							
26 784	**2074 122H**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)**							**98.500.000**
26 784	2074 122H 0026	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) - No Estado de Pernambuco	F	4	3	90	0	100	98.500.000
26 121	**2074 122X**	**Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado**							**7.000.000**
26 121	2074 122X 0001	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Nacional	F	3	3	90	0	100	7.000.000
26 784	**2074 128N**	**Recuperação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS)**							**25.830.000**
26 784	2074 128N 0043	Recuperação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	25.830.000
26 121	**2074 12KP**	**Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente**							**6.000.000**
26 121	2074 12KP 0001	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente - Nacional	F	3	3	90	0	100	3.000.000
			F	4	3	90	0	100	3.000.000
26 121	**2074 12KQ**	**Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária**							**5.200.000**
26 121	2074 12KQ 0001	Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - Nacional	F	3	3	90	0	100	5.200.000
TOTAL - FISCAL									**215.280.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**215.280.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68101 - Secretaria de Portos
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**140.780.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 000A**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 e Recuperação do Terminal de Multiplo Uso 1 - no Porto de Santarém (PA)**							**3.700.000**
28 846	0909 000A 0015	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 e Recuperação do Terminal de Multiplo Uso 1 - no Porto de Santarém (PA) - No Estado do Pará	F	5	3	90	0	100	3.700.000
28 846	**0909 00HZ**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**							**6.080.000**
28 846	0909 00HZ 0033	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro	F	5	3	90	0	100	6.080.000
28 846	**0909 00I1**	**Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Ampliação do Quebra-Mar no Porto de Salvador (BA)**							**4.000.000**
28 846	0909 00I1 0029	Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Ampliação do Quebra-Mar no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia	F	5	3	90	0	100	4.000.000
28 846	**0909 00IP**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios**							**2.000.000**
28 846	0909 00IP 0023	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	2.000.000
28 846	**0909 00J2**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios**							**1.000.000**
28 846	0909 00J2 0029	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios - No Estado da Bahia	F	5	3	90	0	100	1.000.000
28 846	**0909 00J3**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**							**100.000.000**
28 846	0909 00J3 0033	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							100.000.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013052700002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	5	3	90	0	100	100.000.000	
28 846	**0909 00J7**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente**								**1.000.000**
28 846	0909 00J7 0029	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente - No Estado da Bahia								1.000.000
			F	5	3	90	0	100	1.000.000	
28 846	**0909 00J8**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente**								**2.500.000**
28 846	0909 00J8 0035	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente - No Estado de São Paulo								2.500.000
			F	5	3	90	0	100	2.500.000	
28 846	**0909 00JC**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente**								**2.500.000**
28 846	0909 00JC 0033	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente - No Estado do Rio de Janeiro								2.500.000
			F	5	3	90	0	100	2.500.000	
28 846	**0909 0A45**	**Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)**								**18.000.000**
28 846	0909 0A45 0035	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP) - No Estado de São Paulo								18.000.000
			F	5	3	90	0	100	18.000.000	
	2073	**Transporte Hidroviário**								**46.300.000**
		PROJETOS								
26 784	**2073 127G**	**Construção de Terminais Fluviais na Região Norte**								**36.700.000**
26 784	2073 127G 0109	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Guajará-Mirim - RO								800.000
			F	4	3	90	0	100	800.000	
26 784	2073 127G 0174	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Alvarães - AM								3.600.000
			F	4	3	90	0	100	3.600.000	
26 784	2073 127G 0176	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Anamã - AM								3.800.000
			F	4	3	90	0	100	3.800.000	
26 784	2073 127G 0177	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Anori - AM								3.400.000
			F	4	3	90	0	100	3.400.000	
26 784	2073 127G 0195	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Eirunepé - AM								900.000
			F	4	3	90	0	100	900.000	
26 784	2073 127G 0196	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Envira - AM								3.800.000
			F	4	3	90	0	100	3.800.000	
26 784	2073 127G 0219	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Parintins - AM								2.900.000
			F	4	3	90	0	100	2.900.000	
26 784	2073 127G 0225	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de São Gabriel da Cachoeira - AM								900.000
			F	4	3	90	0	100	900.000	
26 784	2073 127G 0228	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Silves - AM								3.800.000
			F	4	3	90	0	100	3.800.000	
26 784	2073 127G 0251	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Abaetetuba - PA								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 0269	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Belém - PA								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 0282	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Cametá - PA								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 0289	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Conceição do Araguaia - PA								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 0312	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Juruti - PA								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 0331	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Óbidos - PA								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 0333	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Oriximiná - PA								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 0375	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de São Miguel do Guamá - PA								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 0387	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Tucuruí - PA								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 0391	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Viseu - PA								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 6500	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Altamira - PA (Sede)								500.000
			F	4	3	90	0	100	500.000	
26 784	2073 127G 6503	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Itacoatiara - AM (Novo Terminal)								7.300.000
			F	4	3	90	0	100	7.300.000	
26 784	**2073 13LO**	**Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas**								**9.600.000**
26 784	2073 13LO 0211	Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas - No Município de Manaus - AM								9.600.000
			F	4	3	90	0	100	9.600.000	
	2074	**Transporte Marítimo**								**28.200.000**
		PROJETOS								
26 784	**2074 122I**	**Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)**								**13.000.000**
26 784	2074 122I 0032	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo								13.000.000
			F	4	3	90	0	100	13.000.000	
26 784	**2074 7U41**	**Implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário nos Portos Brasileiros**								**15.200.000**
26 784	2074 7U41 0001	Implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário nos Portos Brasileiros - Nacional								15.200.000
			F	4	3	90	0	100	15.200.000	
TOTAL - FISCAL										**215.280.000**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**215.280.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA DEFESA

Exposições de Motivos

Nº 125, de 5 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronave militar estrangeira pertencente ao país abaixo relacionado:

República do Paraguai:

- aeronave tipo C-208, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de passageiros, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 8 - procede de Assunção, Paraguai, pousa em Campo Grande e Brasília; e

dia 12 - decola de Brasília, pousa em Campo Grande e segue com destino a Assunção;

Nº 128, de 15 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **República do Canadá:**

- aeronave tipo CC-150 AIRBUS, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de tropa, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 13 - procede de Christ Church, Barbados, pousa em Manaus e Cuiabá; e

dia 14 - decola de Cuiabá, pousa em Manaus e segue com destino a Ontario, Canadá; e

2) **República do Equador:**

- aeronave tipo AIRBUS A-319, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de comitiva presidencial, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 14 - procede de Quito, Equador, pousa em Fortaleza e segue com destino às Ilhas Canárias, Espanha; e

dia 21 - procede das Ilhas Canárias, pousa em Fortaleza e segue com destino a Quito; e

- aeronave tipo Legacy-600, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Presidente da República do Equador e comitiva, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 15 - procede de Quito, Equador, pousa em Fortaleza e segue com destino às Ilhas Canárias, Espanha; e

dia 24 - procede das Ilhas Canárias, pousa em Fortaleza e segue com destino a Santo Domingo, República Dominicana;

Nº 129, de 15 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronave militar estrangeira pertencente ao país abaixo relacionado:

Estados Unidos da América:

- aeronave tipo C-208, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de treinamento de tripulação, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 17 - decola de Brasília, pousa em Caldas Novas e retorna para Brasília;

Nº 130, de 15 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **República de Angola**:

- aeronave tipo Embraer-135, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Ministro da Defesa da República de Angola, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 7 - procede de Praia, Cabo Verde, pousa no Rio de Janeiro; e

dia 12 - decola do Rio de Janeiro com destino a Praia; e

2) Estados Unidos da América:

- aeronave tipo Boeing 727-200, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de pessoal, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 24 - procede de Bogotá, Colômbia, pousa em Manaus e Brasília; e

dia 28 - decola de Brasília com destino a Santiago, Chile; e

Nº 131, de 15 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **Emirados Árabes Unidos:**

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga perigosa e material bélico, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 6 - procede de Rabat, Marrocos, pousa no Rio de Janeiro; e

dia 12 - decola do Rio de Janeiro com destino a Rabat;

2) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado de aeronave, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 22 - decola de Brasília, pousa em Manaus e segue com destino a Grantley Adams, Barbados; e

dia 28 - procede de Grantley Adams, pousa em Manaus e segue com destino a Brasília; e

3) Reino Unido:

- aeronave tipo C-130, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado de aeronave, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 4 - procede da Ilha de Ascencion, Reino Unido, pousa no Rio de Janeiro;

dia 5 - decola do Rio de Janeiro, pousa em Porto Alegre e segue com destino às Ilhas Malvinas;

dia 13 - procede das Ilhas Malvinas, pousa em Porto Alegre e no Rio de Janeiro; e

dia 14 - decola do Rio de Janeiro com destino à Ilha de Ascencion.

Homologo. Em 24 de maio de 2013.

Nº 132, de 19 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronave militar estrangeira pertencente ao país abaixo relacionado:

República Federal da Alemanha:

- aeronave tipo A-340, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Presidente da República Federal da Alemanha, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 12 - procede de Berlim, Alemanha, pousa em São Paulo;

dia 14 - decola de São Paulo, pousa no Rio de Janeiro; e

dia 16 - decola do Rio de Janeiro com destino a Berlim;

Nº 133, de 19 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronave militar estrangeira pertencente ao país abaixo relacionado:

Estados Unidos da América:

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado de aeronave para substituir a aeronave 830496, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 17 - procede de Christ Church, Barbados, pousa em Manaus;

dia 18 - decola de Manaus, pousa em Brasília e São Paulo e retorna para Brasília; e

dia 21 - decola de Brasília, pousa em São Paulo e retorna para Brasília; e

- aeronave tipo C-32 (B-757), pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 26 - procede de Bogotá, Colômbia, pousa em Salvador e segue com destino a Camp Spring, Estados Unidos da América;

Nº 136, de 24 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **República Bolivariana da Venezuela:**

- aeronave tipo G-111, pertencente à Aviação Militar daquele país, em missão de transporte do Ministro das Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 9 - procede de Maiquetia, Venezuela, pousa em Brasília;

dia 10 - decola de Brasília com destino a Buenos Aires, Argentina; e

dia 11 - procede de Buenos Aires com destino a Maiquetia; e

2) **Estado Plurinacional da Bolívia:**

- aeronave tipo C-130B, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de material para manutenção de aeronave nos Estados Unidos da América, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 21 - procede de La Paz, Bolívia, com destino a Tocumen, Panamá; e

dia 28 - procede de Tocumen com destino a La Paz;

Nº 137, de 24 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronave militar estrangeira pertencente ao país abaixo relacionado:

República do Chile:

- aeronave tipo C-680, pertencente ao Exército daquele país, em missão de transporte do Ministro das Relações Exteriores da República do Chile, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 19 - procede de Arica, Chile, com destino a Maiquetia, Venezuela, e retorna para Arica; e

Nº 138, de 24 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes ao países abaixo relacionados:

1) **República Federal da Alemanha:**

- aeronave tipo A-310, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de apoio ao Presidente da República Federal da Alemanha e comitiva, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 12 - procede de Berlim, Alemanha, pousa em São Paulo;

dia 14 - decola de São Paulo, pousa no Rio de Janeiro; e

dia 16 - decola do Rio de Janeiro com destino às Ilhas Canária, Espanha;

2) **Estado Plurinacional da Bolívia:**

- aeronave tipo FALCON 900 EX, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 18 - procede e Lima, Peru, com destino a Maiquetia, Venezuela, e La Paz, Bolívia; e

dia 19 - procede de La Paz, segue com destino a Maiquetia e retorna para La Paz; e

3) **República de Gana:**

- aeronave tipo FALCON 900 EX EASY, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de comitiva presidencial, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 18 - procede de Accra, Gana, pousa em Recife e segue com destino a Caracas, Venezuela.

Homologo. Em 24 de maio de 2013.

Nº 141, de 29 de abril de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **República do Chile:**

- aeronave tipo G-IV, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Presidente do Chile, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 26 - procede de Santiago, Chile, com destino a Porto Príncipe, Haiti; e

dia 27 - procede de Porto Príncipe com destino a Santiago;

2) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de voo de treinamento de tripulação, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 26 - decola de Brasília, pousa em Caldas Novas e retorna para Brasília;

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de treinamento de tripulação, com a seguinte programação, no mês de abril de 2013:

dia 30 - decola de Brasília, pousa em Caldas Novas e Uberlândia e retorna para Brasília;

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de passageiros, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 6 - decola de Brasília, pousa em João Pessoa; e

dia 7 - decola de João Pessoa, pousa no Rio de Janeiro e segue para Brasília; e

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de visita para participar de cerimônia militar de passagem de comando do Navio de Apoio Oceonográfico Ary Rongel, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 8 - decola de Brasília, pousa no Rio de Janeiro; e

dia 9 - decola do Rio de Janeiro e pousa em Brasília; e

3) **Canadá:**

- aeronave tipo CC-150 AIRBUS, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de tropa, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 2 - procede de Trenton, Canadá, pousa em Manaus;

dia 3 - decola de Manaus, pousa em Cuiabá e retorna para Manaus; e

dia 4 - decola de Manaus com destino a Quebec, Canadá;

Nº 142, de 2 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronave militar estrangeira pertencente ao país abaixo relacionado:

Estado Plurinacional da Bolívia:

- aeronave tipo FALCON 900 EX EASY, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia e comitiva, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 5 - procede de La Paz, Bolívia, com destino à Cidade do Panamá, Panamá; e

dia 10 - decola da Cidade do Panamá com destino a La Paz;

Nº 143, de 2 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo B-737-800, de matrícula americana, em missão de natureza militar, fretada pela Organização das Nações Unidas, pertencente à empresa Miami Air International, para efetuar a rotação do contingente brasileiro das Nações Unidas - MINUSTAH, com a seguinte programação, em 2013:

dia 29 de abril - procede de Porto Príncipe, Haiti, pousa em Manaus e no Rio de Janeiro;

dia 30 de abril - decola do Rio de Janeiro, pousa em Manaus e segue para Porto Príncipe;

dia 30 de abril - procede de Porto Príncipe, pousa em Manaus e no Rio de Janeiro;

dia 1º de maio - decola do Rio de Janeiro, pousa em Manaus e segue para Porto Príncipe;

dia 1º de maio - procede de Porto Príncipe, pousa em Manaus e no Rio de Janeiro; e

dia 2 de maio - decola do Rio de Janeiro, pousa em Manaus e segue para Porto Príncipe; e

- aeronave tipo C-9B, pertencente à Marinha daquele país, em missão de transporte de carga perigosa em apoio a exercício conjunto entre a Marinha dos Estados Unidos da América e a Polícia Federal, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 2 - procede de San Juan, Porto Rico, pousa em Manaus e retorna a San Juan; e

2) **Federação da Rússia:**

- aeronave tipo Boeing 767-300, de matrícula russa, em missão de natureza militar, fretada pela Organização das Nações Unidas, pertencente à **Nordwind Airlines**, para efetuar o transporte de contingente de tropa militar de paz boliviano para o Haiti - MINUSTAH, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 5 - procede de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, com destino a Porto Príncipe, Haiti, e retorna para Santa Cruz de la Sierra; e

- aeronave tipo Boeing 767-300, de matrícula russa, em missão de natureza militar, fretada pela Organização das Nações Unidas, pertencente à **Nordwind Airlines**, para efetuar o transporte de contingente de tropa militar de paz uruguaia para Burundi, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 6 - procede de Montevidéu, Uruguai, com destino a Bujumbura, Burundi; e

dia 7 - procede de Bujumbura com destino a Montevidéu;

Nº 145, de 7 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes ao países abaixo relacionados:

1) **República Bolivariana da Venezuela:**

- aeronave tipo BOEING 732, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de passageiros, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 3 - procede de Maiquetia, Venezuela, pousa em Manaus e Brasília e segue para Montevidéu, Uruguai; e

dia 4 - procede de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, com destino a Maiquetia;

2) **Estado Plurinacional da Bolívia:**

- aeronave tipo SABRELINER NA-265/60, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Vice-Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia e comitiva, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 4 - procede de La Paz, Bolívia, com destino a Iquitos, Equador; e

dia 6 - procede de Iquitos com destino a La Paz; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3) **Federação da Rússia:**

- aeronave tipo Boeing 767-300, de matrícula russa, em missão de natureza militar, fretada pela Organização das Nações Unidas, pertencente à **Nordwind Airlines**, para efetuar o transporte de contingente de tropa militar de paz boliviana para o Haiti - MINUSTAH, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 14 - procede de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, com destino a Porto Príncipe, Haiti, e retorna para Santa Cruz de la Sierra; e

- aeronave tipo Boeing 767-300, de matrícula russa, em missão de natureza militar, fretada pela Organização das Nações Unidas, pertencente à **Nordwind Airlines**, para efetuar o transporte de contingente de tropa militar de paz uruguaia para Burundi, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 15 - procede de Montevidéu, Uruguai, com destino a Bujumbura, Burundi; e

dia 16 - procede de Bujumbura com destino a Montevidéu, Uruguai; e

Nº 146, de 7 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronave militar estrangeira pertencente ao país abaixo relacionado:

República da Colômbia:

- aeronave tipo C-295, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado de aeronave nova, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 8 - procede de Dakar, Senegal, pousa em Fortaleza;

dia 9 - decola de Fortaleza, pousa em Manaus; e

dia 10 - decola de Manaus com destino a Lima, Peru.

Homologo. Em 24 de maio de 2013.

Nº 151, de 8 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **República Bolivariana da Venezuela:**

- aeronave tipo G-III, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Ministro das Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 6 - procede de Maiquetia, Venezuela, com destino a Montevidéu, Uruguai; e

- aeronave tipo FALCON, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 7 - procede de Maiquetia, com destino a Montevidéu;

2) **República do Paraguai:**

- aeronave tipo C-208, pertencente à Força Aérea daquele país, para participar de exercício militar conjunto com a Força Aérea Brasileira (PARBRA III), com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 7 - procede de Conceição, Paraguai, pousa em Campo Grande; e

dia 9 - decola de Campo Grande com destino a Conceição; e

3) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-40 (B-737), pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de passageiros, equipe de segurança e comunicação precursora para apoiar a visita do Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 9 - procede de Washington, Estados Unidos da América, pousa em Brasília;

dia 10 - decola de Brasília, pousa no Rio de Janeiro; e

dia 12 - decola do Rio de Janeiro com destino a Bogotá, Colômbia;

Nº 154, de 13 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes ao país abaixo relacionado:

República Bolivariana da Venezuela:

- aeronave tipo LEAR JET, matrícula YV-2567, pertencente à Aviação Militar daquele país, em missão de transporte de comitiva da Presidência da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 8 - procede de Buenos Aires, Argentina, pousa em Brasília; e

dia 9 - decola de Brasília com destino a Maiquetia, Venezuela; e

- aeronave tipo FALCON 900EX, matrícula YV-2486, pertencente à Aviação Militar daquele país, em missão de transporte de comitiva da Presidência da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 8 - procede de Buenos Aires, Argentina, pousa em Brasília; e

dia 9 - decola de Brasília com destino a Puerto Ordaz, Venezuela;

Nº 155, de 15 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes ao país abaixo relacionado:

República Bolivariana da Venezuela:

- aeronave tipo LEAR JET, matrícula YV-2716, pertencente à Aviação Militar daquele país, em missão de transporte de comitiva da Presidência da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 9 - procede de Maiquetia, Venezuela, pousa em Manaus e Brasília e retorna para Manaus e Maiquetia; e

- aeronave tipo BOEING 732, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte da comitiva presidencial da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 10 - procede de Puerto Ordaz, Venezuela, pousa em Brasília e retorna para Puerto Ordaz;

Nº 157, de 16 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes ao país abaixo relacionado:

Estado Plurinacional da Bolívia:

- aeronave tipo BOEING 737-300, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado, em retorno de manutenção nos Estados Unidos da América, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 18 - procede da Cidade do Panamá, Panamá, com destino a Cochabamba, Bolívia; e

- aeronave tipo FALCOM 900EM EASY, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia e comitiva, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 20 - procede de La Paz, Bolívia, com destino à Cidade do Panamá; e

dia 21 - procede de Atlanta, Estados Unidos da América, com destino a La Paz; e

Nº 158, de 16 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **República do Equador:**

- aeronave tipo Legacy 600, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Chanceler da República do Equador e comitiva, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 14 - procede de Quito, Equador, com destino a Cochabamba, Bolívia;

dia 15 - procede de Cochabamba com destino a Quito;

2) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de visita de avaliação dos óculos de visão noturna adquiridos pela Força Aérea Brasileira, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 15 - decola de Brasília, pousa em Santa Maria e retorna para Brasília; e

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de visita de avaliação dos óculos de visão noturna adquiridos pela Força Aérea Brasileira, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 16 - decola de Brasília, pousa em Campo Grande e retorna para Brasília;

3) **República do Chile:**

- aeronave tipo C-680, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado para inspeção da aeronave, com a seguinte programação no mês de maio de 2013:

dia 16 - procede de Arica, Chile, com destino a Cartagena, Colômbia; e

dia 30 - procede de Cartagena com destino a Arica: e

4) **Estados Unidos Mexicanos:**

- aeronave tipo GULFSTREAM-III, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Secretário das Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos e comitiva, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 17 - procede de Guayaquil, Equador, pousa em Brasília; e

dia 18 - decola de Brasília com destino a Guayaquil.

Homologo e autorizo. Em 24 de maio de 2013.

Nº 159, de 16 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronave militar estrangeira pertencente ao país abaixo relacionado:

Estados Unidos da América:

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de treinamento de tripulação, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 10 - decola de Brasília, pousa em Goiânia e Caldas Novas e retorna para Goiânia e Brasília;

Nº 160, de 16 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes ao país abaixo relacionado:

Estados Unidos da América:

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga e de passageiros, para apoiar a visita do Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 18 - procede de Washington, Estados Unidos da América, pousa em Brasília e no Rio de Janeiro; e

dia 19 - decola do Rio de Janeiro com destino a Washington; e

- aeronave tipo C-146A, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga e de passageiros, após o término do exercício conjunto entre a Marinha dos Estados Unidos da América e a Polícia Federal do Brasil, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 23 - procede de Bogotá, Colômbia, pousa em Manaus; e

dia 23 - decola de Manaus com destino a Bogotá; e

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga e de passageiros, para apoiar a visita do Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 26 - procede de Camp Springs, Estados Unidos da América, pousa no Rio de Janeiro; e

dia 30 - decola do Rio de Janeiro com destino a Camp Springs;

Nº 161, de 16 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **República do Paraguai:**

- aeronave tipo C-212, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de pessoal para participar do planejamento inicial do exercício PARBRA III, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 6 - procede de Concepcion, Paraguai, pousa em Campo Grande e retorna para Concepcion; e

2) **Estados Unidos da América**:

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de Adidos dos Estados Unidos da América para passagem de Comando da Brigada de Operações Especiais, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 10 - decola de Brasília, pousa em Goiânia e retorna para Brasília; e

Nº 162, de 16 de maio de 2013. Sobrevoo no território nacional de aeronaves militares estrangeiras pertencentes ao país abaixo relacionados:

1) **República Bolivariana da Venezuela:**

- aeronave tipo FALCON 900, matrícula YV-2040, pertencente à Aviação Militar daquele país, em missão de transporte de comitiva da Presidência da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 7 - procede de Maiquetia, Venezuela, com destino a Montevidéu, Uruguai; e

dia 8 - procede de Buenos Aires, Argentina, pousa em Brasília; e

dia 9 - decola de Brasília com destino a Puerto Ordaz, Venezuela;

- aeronave tipo G-III, matrícula YV-2896, pertencente à Aviação Militar daquele país, em missão de transporte de comitiva da Presidência da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dia 8 - procede de Buenos Aires, pousa em Brasília;

dia 9 - decola de Brasília com destino a Puerto Ordaz; e

- aeronave tipo FALCON 900, matrícula YV-2485, pertencente à Aviação Militar daquele país, em missão de transporte de comitiva da Presidência da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 8 - procede de Buenos Aires, pousa em Brasília; e

dia 9 - decola de Brasília com destino a Puerto Ordaz;

2) **República do Equador:**

- aeronave tipo LEGACY-600, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Chanceler da República do Equador, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 9 - procede de Montevidéu, Uruguai, com destino a Paramaribo, Suriname; e

3) **República da França:**

- aeronave tipo CN-235, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de material aeronáutico, com a seguinte programação, no mês de maio de 2013:

dia 16 - procede de Dakar, Senegal, pousa em Natal; e

dia 17 - decola de Natal com destino a Caiena, Guiana Francesa.

Homologo e autorizo. Em 24 de maio de 2013.

CASA CIVIL
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 24 DE MAIO DE 2013

Altera o Anexo à Resolução nº 1, de 21 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, para dispor sobre o Termo de Classificação de Informação.

A COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES, tendo em vista o disposto no art. 54 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e no art. 58 do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º O Regimento Interno da Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, Anexo à Resolução nº 1, de 21 de dezembro de 2012, da CMRI, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....
.....

§ 2º Os demais integrantes da Secretaria-Executiva serão designados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República entre servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, militares da ativa das Forças Armadas ou empregados públicos, para a realização de atividades técnicas e administrativas da Comissão e tratamento da informação sigilosa". (NR)

"CAPÍTULO V

DA REAVALIAÇÃO, PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DESCLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Art. 15-A. A decisão de classificação, desclassificação, reclassificação, prorrogação ou redução do prazo de sigilo de informação classificada em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada no Termo de Classificação de Informação - TCI, nos termos do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 15-B. A cópia do TCI de informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto será encaminhada à Secretaria-Executiva da Comissão por meio de sistema eletrônico, que utilizará recursos criptográficos adequados ao grau de sigilo, observadas as medidas destinadas a garantir o sigilo, a inviolabilidade, a integridade e a autenticidade da informação, cuja segurança será sistematicamente aferida e atestada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 1º Somente servidores credenciados para o tratamento de informações classificadas, na forma do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, poderão utilizar ou ter acesso ao sistema eletrônico de que trata o **caput**.

§ 2º O sistema eletrônico de que trata o **caput** deverá manter controle e registro dos acessos e das transações realizadas.

§ 3º A cifração e a decifração de informação classificada em qualquer grau de sigilo utilizarão recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado.

§ 4º A Secretaria-Executiva informará ao remetente o recebimento do TCI por meio eletrônico.

§ 5º Para harmonizar e coordenar os trabalhos da Comissão, o sistema eletrônico deverá permitir pesquisa estruturada nos campos do TCI.

Art. 15-C. A informação referente ao TCI será armazenada em equipamentos seguros que atendam aos padrões mínimos de qualidade e segurança definidos pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 15-D. Identificados, a qualquer tempo, indícios de irregularidade das informações constantes do TCI, estes serão imediatamente comunicados ao remetente para adoção de medidas cabíveis.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor:

I - sessenta dias após a data de sua publicação, em relação aos arts. 15-B e 15-C; e

II - na data de sua publicação para os demais dispositivos.

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro de Estado da Justiça

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

CELSO LUIZ NUNES AMORIM
Ministro de Estado da Defesa

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS
Advogado-Geral da União

JORGE HAGE SOBRINHO
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

MARIA DO ROSÁRIO NUNES
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No despacho publicado na Seção 1, página 2, do Diário Oficial da União, do dia 23-05-2013, onde **se lê:** 5º RTD do Rio de Janeiro-RS. **Leia-se:** 5º RTD do Rio de Janeiro-RJ.

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS REGIONAIS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 25/2013-SFC, de 14 de maio de 2013, publicado no DOU de 17 de maio de 2013, Seção 1, página 70, **onde se lê:** "... Despacho nº 09/2012-SFC,..." **leia-se** "...Despacho nº 09/2012-UARPL,...".

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1.365, DE 24 DE MAIO DE 2013

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 925, de 10 de maio de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC-119 - Certificação; Operadores Regulares e Não-Regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Ratificar a revogação da suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA), emitido em 18 de agosto de 2006 em favor da empresa HELIMED AERO TÁXI LTDA; processo administrativo n° 00065.014415/2013-39; e
Nº 1.366 - - Ratificar a emissão do Certificado de Empresa de Transporte Aéreo (ETA), emitido em 21 de maio de 2013, em favor da empresa ALP AERO TÁXI LTDA.; processo administrativo n.º 60850.007784/2011-89.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 333, DE 24 DE MAIO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, e o que consta do Processo nº 70100.002491/2013-11, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Secretários de Defesa Agropecuária, de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, de Produção e Agroenergia, de Política Agrícola e de Relações Internacionais do Agronegócio e aos Diretores da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, para celebrar convênios e termos de cooperação com entidades públicas, relativos às competências de suas respectivas áreas de atuação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ANDRADE

PORTARIA Nº 334, DE 24 DE MAIO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e o que consta do Processo nº 70100.002491/2013-11, resolve:

Art. 1º Delegar competência, para autorizarem, nas suas respectivas áreas de competência, a celebração de contratos administrativos e as prorrogações de contratos em vigor, com valor abaixo de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), relativos a atividades de custeio, na forma do que dispõe o inciso I do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, ao(s):

I - Secretário Executivo;

II - Secretário de Defesa Agropecuária;

III - Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo;

IV - Secretário de Produção e Agroenergia;

V - Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio;

VI - Secretário de Política Agrícola;

VII - Superintendentes Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VIII - Diretores dos Laboratórios Nacionais Agropecuários;

IX - Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET;

X - Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC;

XI - Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; e

XII - Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

Art. 2º Delegar competência ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração para autorizar a celebração de contratos e as prorrogações de contratos em vigor relativos a atividades de custeio, em valor inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na forma do que dispõe o inciso II do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.689, de 2012.

Art. 3º Delegar competência ao Coordenador-Geral de Logística e Serviços Gerais, aos chefes das unidades administrativas da CEPLAC, INMET, EMBRAPA e CONAB, para autorizar a celebração de contratos e as prorrogações de contratos em vigor relativos a atividades de custeio, em valor inferior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na forma do que dispõe o inciso III do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.689, de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as Portarias SE nº 176, de 11 de outubro de 2012, e Portaria MAPA nº 463, de 22 de maio de 2012.

ANTÔNIO ANDRADE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto Legislativo nº 885, de 30 de agosto de 2005, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e o que consta do Processo nº 21000.008177/2008-90, resolve:

Art. 1º Estabelecer os requisitos fitossanitários para a importação de frutos de tomate (*Lycopersicon esculentum sin. Solanum lycopersicum*) *in natura* (Categoria 3, Classe 4) produzidos no Equador.

Art. 2º Os frutos de tomate devem estar acondicionados em embalagens novas, de primeiro uso.

Art. 3º O envio de frutos especificado no art. 1º desta Instrução Normativa deverá estar acompanhado de Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Equador, com a Declaração Adicional DA1: "O envio se encontra livre de *Keiferia lycopersicella* e *Prodiplosis longifila"*.

Art. 4º O ingresso no Brasil dos envios de que trata esta Instrução Normativa dar-se-á exclusivamente pelas Unidades de Vigilância Agropecuária de Tabatinga e Manaus, no Estado do Amazonas e Assis Brasil, no Estado do Acre.

Art. 5º As partidas importadas de que trata o art. 1º desta Instrução Normativa serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF) e, no caso de interceptação de pragas, serão adotados os procedimentos constantes do Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934.

Parágrafo único. Em caso de interceptação de pragas quarentenárias, bem como de pragas sem registro de ocorrência no Brasil, a ONPF do Equador será notificada e a ONPF do Brasil poderá suspender as importações de tomate até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 6º O produto não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 7º A ONPF do Equador deverá comunicar à ONPF do Brasil qualquer ocorrência de nova praga em seu território.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO DA CUNHA CAVALCANTI JÚNIOR

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

ATO Nº 33, DE 24 DE MAIO DE 2013

1. Em fase da decisão Judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 000026-38.2013.4.03.6138, prolatada pelo Juiz Federal - 38ª Subseção Judiciária - Barretos - São Paulo: "diante do exposto, revogo a decisão que antecipou os efeitos da tutela. Fica restabelecido do registro de agrotóxico BATTUS , até a decisão judicial final.

GIRABIS EVANGELISTA RAMOS
Diretor

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 479, DE 24 DE MAIO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.002316/2012-94, de 12/07/2012, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa ZTE do Brasil, Indústria, Comércio, Serviços e Participações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 05.216.804/0001-46, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

Modem para rede com tecnologia celular.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 94, de 30 de janeiro de 2013.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.002316/2012-94, de 12/07/2012.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 480, DE 24 DE MAIO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.002287/2012-61, de 11/07/2012, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa AG Indústria e Comércio de Placas Eletrônicas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.620.567/0001-00, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Concentrador de linha de assinante para comunicação por fibra óptica.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 986, de 22 de dezembro de 2006.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.002287/2012-61, de 11/07/2012.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 481, DE 24 DE MAIO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.001638/2011-35, de 14/06/2011, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Ilha Service - Serviços de Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 85.240.869/0001-66, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Microcomputador portátil, sem teclado, com tela sensível ao toque ("touch screen") de peso superior ou igual a 750g (Tablet PC); e

II - Microcomputador portátil, sem teclado, com tela sensível ao toque ("touch screen") de peso inferior a 750g (Tablet PC).

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 134, de 23 de fevereiro de 2006.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.001638/2011-35, de 14/06/2011.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 465, DE 23 DE MAIO DE 2013

Aprova a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização e Animais para fins Científicos e Didáticos - DBCA.

O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º. Fica aprovada a Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para fins Científicos e Didáticos - DBCA, cujo inteiro teor encontra-se publicado em http://concea.mct.gov.br .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 474, DE 23 DE MAIO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003306/2012-76, de 23 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Zyon Technologys Comercial Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 09.538.837/0001-63, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 690, de 4 de outubro de 2012, publicada no DOU de 8 de outubro de 2012, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 690, de 4 de outubro de 2012, publicada no DOU de 8 de outubro de 2012.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 476, DE 24 DE MAIO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 4º do Decreto nº 3.644, de 30 de outubro de 2000, resolve:

Art. 1º - Estabelecer, no âmbito da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, vinculada a este Ministério, uma vaga do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia destinada à reversão, no interesse da administração, (Processo nº 01345.000070/2013-52).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE MAIO DE 2013

Cria o Comitê Permanente de Articulação e Gestão Estratégicas CPAGE no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º do Decreto 5.886, de 6 de setembro de 2006, e o art. 1º, incisos I e III, do Anexo da Portaria MCT nº 758, de 03 de outubro de 2006.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando suas competências e atribuições em assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; em auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência desta pasta ministérial, bem como em supervisionar e avaliar a execução dos projetos e atividades do Ministério;

Considerando, ainda, a relevância em fomentar a adequada articulação entre as diversas Secretarias, Subsecretarias e Assessorias do Ministério na condução dos assuntos estratégicos para os resultados de suas políticas públicas e para sua imagem institucional, notadamente daqueles relacionados a demandas existentes ou potenciais por parte dos Órgãos de Controle, da sociedade ou da mídia, resolve:

Art. 1º Fica criado o Comitê Permanente de Articulação e Gestão Estratégicas - CPAGE, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que se encarregará de:

I - estabelecer e atualizar, por meio de discussões entre seus componentes, a pauta de assuntos que constituirão objeto de sua atuação;

II - distribuir, entre seus membros, a responsabilidade pela relatoria de cada assunto perante o Comitê;

III - promover discussões e tratativas em torno de cada assunto selecionado, convidando e ouvindo os dirigentes das áreas diretamente e indiretamente envolvidas em seus principais desdobramentos;

IV - com base na visão global proporcionada por meio das tratativas acima descritas, elaborar e propor uma estratégia de abordagem e condução institucionais para cada caso. Do ponto de vista operacional, as propostas do Comitê poderão ensejar, dentre outras medidas:

a adequação ou implementação de sistemas eletrônicos, de fluxos de trabalho, rotinas e procedimentos;

a elaboração ou adequação de normativos;

o tratamento conjunto, por representantes de mais de uma área do MCTI, de determinada demanda.

Art. 2º Compõem o Comitê os seguintes membros:

I - o Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o presidirá;

II - o Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva;

III - o Chefe de Gabinete do Ministro;

IV - o Assessor Especial de Controle Interno - AECI;

V - o Secretário da Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS;

VI - o Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED;

VII - o Secretário de Política de Informática - SEPIN;

VIII - o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC;

IX - o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA;

X - o Consultor Jurídico - CONJUR;

§1º A substituição eventual da presidência do CPAGE será exercida por um dos membros indicado previamente pelo Presidente.

§2º A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração desempenhará a função de Secretaria-Executiva do Comitê.

§3º As reuniões do Comitê serão agendadas e comunicadas a todos os componentes, sendo facultativa a presença dos membros relacionados nos incisos V a VIII, quando os assuntos tratados não envolverem diretamente suas áreas de atuação e não houver convite específico.

Art. 3º O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada 15 dias, nas segundas-feiras, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, sempre que necessário.

Art. 4º A composição, as atribuições e as regras de funcionamento do Comitê Permanente podem ser revistas, conforme seja necessário, mediante ato formal do Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.632/2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 162ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de maio de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.006239/2007-84

Requerente: DonMario Sementes Ltda

Presidente da CIBio: Douglas André Mallmann Schmidt

Endereço: Av. Ayrton Senna da Silva, 550, Sala 1301, Gleba Fazenda Palhano, Londrina/PR

CQB: 246/08

Unidade Operativa: Unidade Operativa de Porto Nacional - TO

CNPJ: 09.108.381/0001-00

Assunto: Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Extrato Prévio: 3.517/2013 de 12/3/13

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A DonMario Sementes Ltda solicitou à CTNBio incluir em seu CQB nº 246/08, a Unidade Operativa de Porto Nacional - TO, para realizar atividades de pesquisa em regime de contenção, liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação do produto, descarte e armazenamento com plantas da classe de risco I. A CTNBio informa que de acordo com a Portaria 373, publicada no DOU nº190 de 3/6/2011, foi deferido na 159ª Reunião Ordinária, o pedido de sigilo para as informações constantes no Anexo I.

Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs e derivados devem ser utilizados na unidade operativa apenas para os fins propostos. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.633/2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na xxxª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de maio de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000379/2013-97

Requerente: BASF S.A.

CNPJ: 48.539.407.0001-18

Endereço: Avenida das Nações Unidas, nº14.171, Torre Crystal-14º andar, São Paulo-SP

Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente (RN6) e importação

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A BASF S.A. solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente e importação de soja geneticamente modificada resistente a fungo, designada Soja GM 14. Os ensaios serão conduzidos nas Estações Experimentais Agrícolas da BASF S.A., municípios de Santo Antônio de Posse-SP e Uberlândia-MG. A CTNBio informa que de acordo com a Portaria nº 373, publicada no DOU de 03/06/2011, foi deferido o pedido de sigilo para as informações contidas no Volume 02.

Fica autorizada a importação de aproximadamente 91,9 Kg de sementes de soja geneticamente modificada para resistência a fungo dos Estados Unidos, totalizando 1.530 entradas de soja GM para o ENSAIO 1 e 1.530 entradas de soja GM para o ENSAIO 2. Quarentena prevista para o IAC Campinas.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem/não atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade é/não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.634/2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na xxxª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de maio de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000112/2013-08

Requerente: Syngenta Seeds Ltda.

CNPJ: 49.156.326/0001-00

Endereço: Avenida das Nações Unidas, 18.001, 4º andar, São Paulo-SP

Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Syngenta Seeds Ltda solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas (Eventos MIR 604, Bt11 x MIR162; Bt11 x MIR162 x MIR604 x GA21; Bt11 x MIR162 x TC1507 x GA21 e Bt11 x MIR162 x MIR604 x TC1507 x 5307 x GA21). Os ensaios serão conduzidos nas Unidades de Apoio à Pesquisa da Syngenta Seeds Ltda. em Uberlândia-MG, Ituiutaba-MG, Lucas do Rio Verde-MT e Holambra-SP, sendo que a área de OGM será de aproximadamente 1.094,4 m² em cada localidade.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.635/2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 162ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de maio de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002523/2012-49

Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902, Lt. 74, Conj. B, Bloco A, Salas 221 a 224 - Ed. Athenas -Brasília/DF.

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN 06) e importação de sementes

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado contendo genes de resistência a insetos. Os ensaios serão instalados nos Centros de Pesquisa da requerente localizados em Passo Fundo/RS, Itumbiara/GO e Toledo/PR. Para cada localidade e em cada época de plantio a área de OGM será de 4.024,8 m² e a área total de 10.149,3 m², incluindo a bordadura de isolamento.

Fica autorizada a importação de 89,04 Kg de sementes de milho, sendo destas 87,36 Kg de sementes geneticamente modificadas e 1,68 Kg de sementes não geneticamente modificadas, oriundas dos Estados Unidos, com local de quarentena previsto para o CENARGEN, Brasília-DF. A requerente deverá obedecer as Normas para o Transporte de Organismos Geneticamente Modificados (Instrução Normativa 04) na ocasião da movimentação do material em território nacional.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 24 de maio de 2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 162ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 16/05/2013, que fica aprovado o sigilo do anexo I do Relatório de conclusão de liberação planejada no meio ambiente, processo: 01200.001027/2011-97

FLÁVIO FINARDI FILHO

RETIFICAÇÃO

No EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.630/2013, publicado no DOU Nº 99, Seção 1, pág. 9, de 24/5/2013 onde se lê: "Processo nº: 01200.001884/2013-83" (...), leia-se "Processo nº: 01200.001484/2013-43" (...).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 24 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre os procedimentos para abertura de processo administrativo no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA para apuração de infração administrativa.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL - CONCEA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o disposto no art. 10, incisos II e III, § 1º, e nos art. 17 a 20 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, bem assim, no art. 4º, incisos I, XI, XII, nos arts. 28 e 37, no art. 44, incisos I, II, VII, §§ 1º, 2º, 3º, nos arts. 46 e 47 e nos arts. 49 a 57 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DENÚNCIAS SOBRE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 1º As representações sobre infrações administrativas relacionadas à utilização de animais em ensino ou pesquisa científica em desacordo com as normas legais e regulamentares vigentes deverão ser dirigidas à Secretaria-Executiva do CONCEA por escrito, observando-se os seguintes requisitos:

I - identificação do representante e do(s) representado(s);

II - indicação do endereço da instituição onde ocorreu a infração;

III - indicação do domicílio do representante ou do local para recebimento de comunicações;

IV - formulação da representação, com exposição dos fatos e de seus fundamentos; e

V - aposição da data e da assinatura do representante.

Parágrafo único. Qualquer cidadão ou membro de Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA encontra-se legitimado a apresentar representação sobre infração administrativa de que trata este artigo.

Art. 2º Quando a representação for apresentada por uma CEUA, o processo deverá ser instruído com os seguintes documentos, sem prejuízo de outros relacionados com os fatos:

I - protocolo de ensino ou de pesquisa envolvendo animais;

II - ata de reunião que deliberou sobre o protocolo de ensino ou de pesquisa envolvendo animais;

III - relatórios do protocolo de ensino ou de pesquisa envolvendo animais;

IV - eventuais intercorrências reportadas durante a execução do protocolo de ensino ou de pesquisa envolvendo animais.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 3º Uma vez protocolada a representação, será formalizado processo no âmbito da Secretaria-Executiva do CONCEA, que poderá promover a instrução dos autos, mediante solicitação à CEUA da instituição de onde se originou a representação as informações, documentos e providências que julgar necessárias.

Art. 4° Após instrução pela Secretaria-Executiva do CONCEA, o processo será distribuído, por sorteio, a um membro do Colegiado para relatoria, que abrirá prazo de 20 (vinte) dias para defesa prévia do(s) representado(s), contados a partir do recebimento da notificação expedida pela Secretaria-Executiva do CONCEA.

Art. 5º Decorrido o prazo previsto no artigo anterior, com ou sem manifestação do(s) representado(s), o relator do processo poderá requerer a adoção de novas diligências à Secretaria-Executiva do CONCEA e, após, remeter os autos à Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para parecer.

§ 1º. A instrução dos autos pela SEXEC/CONCEA e as diligências solicitadas pelo membro relator poderão abranger a produção de prova documental, pericial ou testemunhal, conforme o caso.

§ 2º. Sempre que necessário, a SEXEC/CONCEA poderá solicitar a colaboração da CEUA da instituição envolvida, com vistas a auxiliá-la na instrução e na produção de provas no curso do processo apuratório.

§ 3º. Após receber o parecer da Consultoria Jurídica, o relator solicitará abertura prazo de 20 (vinte) dias para alegações finais do(s) representado (s), contados a partir do recebimento da notificação expedida pela Secretaria-Executiva do CONCEA.

Art. 6º. Decorrido o prazo previsto no § 3º do art. 5º desta Resolução, com ou sem manifestação do(s) representado(s), o relator apresentará o parecer final em até 20 (vinte) dias, para inclusão do assunto na pauta da próxima reunião do CONCEA.

Art. 7º. As disposições previstas nos arts. 3º a 6º deste Capítulo deverão ser observadas nos casos de recebimento pelo CONCEA de autos de infração lavrados por quaisquer dos órgãos de fiscalização, a que se refere o art. 21 da Lei 11.794, de 2008.

§ 1º. Quando a infração puder configurar crime, contravenção ou lesão à Fazenda Pública ou ao consumidor, a autoridade fiscalizadora representará perante o Ministério Público Federal e à Advocacia-Geral da União - AGU, com vistas à apuração das devidas responsabilidades.

§ 2º. A representação à Advocacia-Geral da União deverá ser formulada pela autoridade fiscalizadora via Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, órgão de execução da AGU.

CAPÍTULO III

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 8º Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão, de pessoa física ou jurídica, que viole as normas previstas na Lei nº 11.794, de 2008, no Decreto nº 6.899, de 2009, e demais disposições legais pertinentes, em especial:

I - criar ou utilizar animais em atividades de ensino ou pesquisa científica como pessoa física em atuação autônoma;

II - criar ou utilizar animais em atividades de ensino ou pesquisa científica sem estar credenciado no CONCEA ou em desacordo com as normas por ele expedidas;

III - deixar de oferecer cuidados especiais aos animais antes, durante e após as intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado, conforme estabelecido pelo CONCEA;

IV - deixar de submeter o animal a eutanásia, sob estrita obediência às prescrições pertinentes a cada espécie, conforme as diretrizes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sempre que, encerrado o experimento ou em qualquer de suas fases, for tecnicamente recomendado aquele procedimento ou quando ocorrer intenso sofrimento, ressalvada a hipótese do § 2º do art. 14 da Lei nº 11.794, de 2008, nos termos do disposto no parágrafo único deste artigo;

V - realizar experimentos que possam causar dor ou angústia sem sedação, analgesia ou anestesia adequadas, ressalvada a hipótese do inciso VI;

VI - realizar experimentos cujo objetivo seja o estudo dos processos relacionados à dor e à angústia sem autorização específica da CEUA;

VII - utilizar bloqueadores neuromusculares ou relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas;

VIII - reutilizar o mesmo animal, sendo admitido o uso sequencial, desde que tenha sido aprovado pela CEUA e esteja previsto no objetivo principal do protocolo, nos termos do § 2º deste artigo;

IX - realizar trabalhos de criação e experimentação de animais em desacordo com as condições e normas de segurança editadas pelo CONCEA;

X - realizar, em programa de ensino, vários procedimentos traumáticos num mesmo animal, sem que todos os procedimentos sejam executados durante os efeitos de um único anestésico ou sem que o animal seja eutanasiado antes de recobrar o sentido;

XI - realizar pesquisa científica ou atividade de ensino reguladas por este Decreto sem supervisão de profissional de nível superior, graduado ou pós-graduado na área biomédica, conforme norma do CONCEA, vinculado a entidade de ensino ou pesquisa por ele credenciada;

XII - exercer as atividades previstas no art. 11 da Lei nº 11.794, de 2008, sem a competente licença do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 1º. No caso do inciso IV deste artigo, excepcionalmente, quando os animais utilizados em experiências ou demonstrações não forem submetidos à eutanásia, poderão sair do biotério após a intervenção, ouvida a respectiva CEUA quanto aos critérios vigentes de segurança, desde que destinados a pessoas idôneas ou entidades protetoras de animais devidamente legalizadas, que por eles queiram responsabilizar-se, a teor do disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 11.794, de 2008.

§ 2º. Para fins desta Resolução entende-se por:

I - reutilização: usar o mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto, cujo protocolo experimental foi aprovado pela CEUA;

II - uso sequencial: procedimentos envolvendo o mesmo animal, realizados em diferentes momentos do projeto, necessários para atingir o seu objetivo principal, cujo protocolo experimental foi aprovado pela CEUA, desde que não incorra em desconforto ou sofrimento para os animais e contribua para redução do número de animais utilizados;

III - objetivo principal do projeto: é o conjunto de metas contidas no projeto de pesquisa para que seja alcançado o resultado proposto.

Art. 9º São infrações relacionadas à instituição:

I - não solicitar credenciamento no prazo conforme a Lei, o Decreto e as RN do CONCEA;

II - manter atividades de ensino e pesquisa sem a constituição de comissão de ética própria e sem estar credenciado pelo CONCEA;

III - não compatibilizar suas instalações físicas, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir da entrada em vigor das normas estabelecidas pelo CONCEA, nos termos do inciso V do art. 5º da Lei nº 11.794, de 2008;

IV - deixar de fazer o Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais - CIUCA, de que trata o art. 41 do Decreto nº 6.899, de 2009, destinado ao registro obrigatório das instituições que exerçam atividades de criação ou utilização de animais em ensino ou pesquisa científica; e

V - criar ou a utilizar animais em instituições não credenciadas no CONCEA, conforme prazo definido em regulamento.

Art. 10 São infrações relacionadas à CEUA:

I - deixar de manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados ou em andamento na Instituição, assim como dos pesquisadores;

II - não cumprir e ou não fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto nesta Lei e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para ensino ou pesquisa, especialmente nas resoluções do CONCEA;

III - não examinar previamente os procedimentos/protocolos de ensino ou pesquisa a serem realizados na instituição à qual esteja vinculada, quando tiverem sido submetidos à sua apreciação, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável;

IV - não manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino ou pesquisa realizados, ou em andamento, na instituição, enviando cópia ao CONCEA;

V - não manter cadastro dos pesquisadores que realizem procedimentos de ensino ou pesquisa, enviando cópia ao CONCEA;

VI - deixar de expedir, no âmbito de suas atribuições, certificados que se fizerem necessários perante órgãos de financiamento de pesquisa, periódicos científicos ou outro;

VII - não notificar imediatamente ao CONCEA e às autoridades sanitárias a ocorrência de qualquer acidente com os animais nas instituições credenciadas, fornecendo informações que permitam ações saneadoras; e

VIII - deixar de, constatado qualquer procedimento em descumprimento às disposições desta Lei na execução de atividade de ensino e pesquisa, determinar a paralisação de sua execução, até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

§ 1º. Quando se configurar a hipótese prevista no inciso VIII deste artigo, a omissão da CEUA acarretará sanções à instituição, nos termos dos arts. 17 e 20 da Lei 11.794, de 2008.

§ 2º. Determinada a paralisação das atividades, caso a irregularidade não tenha sido sanada, deverá a CEUA comunicar o fato ao CONCEA para análise e deliberação sobre eventual abertura de processo administrativo por infração ética, observadas as disposições previstas nos arts. 3º a 6º desta Resolução Normativa.

§ 3º. Após a conclusão do processo administrativo por infração ética, o CONCEA poderá, no que couber, determinar a aplicação das sanções administrativas pela CEUA da instituição relacionada com a denúncia.

Art. 11 Considera-se infração administrativa relacionada à CEUA e à instituição deixar de notificar as agências de amparo e fomento à pesquisa científica o indeferimento de projetos por qualquer dos seguintes motivos:

I - que estejam sendo realizados sem a aprovação da CEUA; e

II - cuja realização tenha sido suspensa pela CEUA.

Art. 12 São infrações relacionadas aos profissionais que realizam atividade de pesquisa ou de ensino com animais:

I - submeter animais às intervenções não recomendadas ou não descritas nos protocolos submetidos e aprovados pela CEUA;

II - usar bloqueadores neuromusculares ou de relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas;

III - reutilizar o mesmo animal, sendo admitido o uso sequencial, desde que tenha sido aprovado pela CEUA e esteja previsto no objetivo principal do protocolo, nos termos do § 2º do art. 8º desta Resolução;

IV - executar, em programa de ensino, e quando forem empregados procedimentos traumáticos, vários procedimentos num mesmo animal, sem que todos sejam executados durante a vigência de um único anestésico;

V - realizar experimentos que possam causar dor ou angústia sem a sedação, analgesia ou anestesia adequadas;

VI - realizar experimentos cujo objetivo seja o estudo dos processos relacionados à dor e à angústia sem a autorização específica da CEUA, em obediência a normas estabelecidas pelo CONCEA;

VII - executar experimentos restritos ou proibidos pelo CONCEA;

VIII - deixar de supervisionar o protocolo de pesquisa científica ou atividade de cujo compromisso foi declarado no respectivo protocolo autorizado; e

IX - submeter o animal a eutanásia, sem a estrita obediência às prescrições pertinentes a cada espécie, conforme as diretrizes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sempre que, encerrado o experimento ou em qualquer de suas fases, desde que tecnicamente recomendado ou quando ocorrer intenso sofrimento.

CAPÍTULO IV

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 13 As infrações administrativas, independentemente das medidas cautelares cabíveis, serão punidas com as seguintes sanções:

I - aplicáveis a pessoas jurídicas:

a) advertência;

b) multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

c) interdição temporária;

d) suspensão de financiamentos provenientes de fontes oficiais de crédito e fomento científico;

e) interdição definitiva;

II - aplicáveis a pessoas físicas:

a) advertência;

b) multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

c) suspenção temporária; e

d) interdição definitiva para o exercício da atividade regulada pela Lei nº 11.794, de 2008.

Art. 14 Para a imposição da pena e sua gradação, o CONCEA levará em conta:

I - a gravidade da infração;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da Lei nº 11.794, de 2008, do Decreto nº 6.899, de 2009, e das normas expedidas pelo CONCEA;

III - as circunstâncias agravantes;

IV - as circunstâncias atenuantes; e

V - os danos advindos da infração.

Parágrafo único. Para o efeito do inciso I do caput deste artigo, as infrações previstas nesta Resolução Normativa serão classificadas em leves, graves e gravíssimas, segundo os seguintes critérios:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - o grau de sofrimento gerado ao animal;

II - os meios utilizados para consecução da infração;

III - as consequências, efetivas ou potenciais, para a saúde animal;

IV - a culpabilidade do infrator.

Art. 15 A advertência será aplicada somente nas infrações de natureza leve.

Art. 16 A multa será aplicada obedecendo a seguinte gradação:

I - para pessoas jurídicas:

a) de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais) nas infrações de natureza leve;

b) de R$ 10.001,00 (dez mil e um reais) a R$ 15.000,00 (quinze mil reais) nas infrações de natureza grave;

c) de R$ 15.001,00 (quinze mil e um reais) a R$ 20.000,00 (vinte mil reais) nas infrações de natureza gravíssima;

II - para pessoas físicas:

a) de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 2.000,00 (dois mil reais) nas infrações de natureza leve;

b) de R$ 2.001,00 (dois mil e um reais) a R$ 4.000,00 (quatro mil reais) nas infrações de natureza grave;

c) de R$ 4.001,00 (quatro mil e um reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) nas infrações de natureza gravíssima.

Parágrafo único. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta Resolução Normativa em caso de reincidência de infração que der ensejo à aplicação da mesma sanção.

Art. 17 As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do inciso I e na alínea "c" do inciso II do art. 13 serão aplicadas somente nas infrações de natureza grave ou gravíssima.

Art. 18 As sanções previstas na alínea "e" do inciso I e na alínea "d" do inciso II do art. 13 serão aplicadas somente nas infrações de natureza gravíssima.

Art. 19 Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções cominadas a cada uma delas.

Art. 20 A decisão pela aplicação das sanções previstas no art. 13 desta Resolução Normativa só poderá ser tomada com o voto favorável da maioria absoluta dos membros do CONCEA.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 Os órgãos e entidades fiscalizadores da administração pública federal poderão celebrar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios, para a execução de serviços relacionados à atividade de fiscalização prevista no Decreto nº 6.899, de 2009.

MARCO ANTONIO RAUPP



Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 21 DE MAIO DE 2013

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 6º, V, do Anexo I do Decreto nº 4.121, de 07 de fevereiro de 2002, bem como o art. 6º, IV do Regimento Interno da ANCINE, e conforme decidido na 485ª Reunião de Diretoria Colegiada, de 21 de maio de 2013, decide alterar a Resolução de Diretoria Colegiada nº 22.

Art.1º Os arts. 6º e 9º da Resolução de Diretoria Colegiada nº 22 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

XIX. distribuir, entre os Diretores, a responsabilidade pela relatoria de matérias de cunho normativo, análise de Recursos interpostos contra atos administrativos e sanções aplicadas ou outras de interesse da Diretoria Colegiada, a serem submetidas à sua deliberação;

XX. Supervisionar e coordenar as atividades das superintendências.

"Art. 9º .....

§ 2° As matérias de cunho normativo, ou outras de interesse da Diretoria Colegiada, submetidas à deliberação, serão apresentadas, devidamente instruídas com as informações e pareceres técnicos e jurídicos, pelo Diretor-Relator designado previamente pela Diretoria Colegiada, o qual será o primeiro a proferir voto;

§ 3° As matérias de caráter não deliberativo deverão ser incluídas em pauta por proposição de qualquer um dos Diretores, da Secretaria de Gestão Interna ou da Superintendência Executiva, por intermédio do Diretor-Presidente;

§ 4º As matérias ordinárias, de caráter deliberativo, deverão ser incluídas em pauta devidamente instruídas pela área responsável por sua relatoria, designada no Regimento Interno ou norma complementar, por intermédio do Diretor-Presidente;

§ 5º Os Recursos interpostos contra atos administrativos e sanções aplicadas pela autoridade competente, deverão ser incluídas em pauta pela autoridade competente, por intermédio do Diretor-Presidente;

§ 6º Os Recursos interpostos contra decisões de membros da Diretoria Colegiada deverão ser incluídas em pauta pelo Diretor-Presidente.

Art. 2º Revoga-se o §2º do Art. 6º.

Art. 3º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 267, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da delegação de competência estipulada na Instrução Normativa nº 1, de 9 de fevereiro de 2012, resolve:

Art.1º - Tornar pública a relação do (s) projeto (s) incentivado (s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua (s) prestação (es) de contas aprovada (s) no âmbito deste Ministério, conforme anexo abaixo:

Art. 2º - Informar da determinação contida caput do artigo 79 da Instrução Normativa / MinC nº 01 de 2012, publicada no Diário da Oficial União de 10/02/2012, a saber: "Cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 25 da Instrução Normativa SRF n° 258, de 17 de dezembro de 2002".

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO
08-5505	Manutenção do Inhotim- Plano Anual de Atividades 2009	Instituto Cultural Inhotim	Realizar programa de manutenção do Centro de Arte Contemporânea-Inhotim, para continuação dos programas de exposição dos acervos e do aprimoramento no acesso,visitas e serviços complementares ao público.	Patrimônio Cultural	6.148.409,95	4.270.426,99	1.950.000,00
09-3095	ENCONTRO DE BOIS DE NORTE A SUL (II)	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	Será realizado um grande evento, que possibilite, de forma ampla, o fortalecimento e a difusão da rica cultura popular de nosso país.	Patrimônio Cultural	222.240,00	206.040,00	70.000,00
10-11354	Gran Finale - Festival Nacional de Corais Infantis e Jovens	Pró Coral Eventos Artísticos Ltda.	Gran Finale - Festival Nacional de Corais Infantis, é um evento musical, que ocorre há oito anos, no qual reúnem-se mais de 600 crianças e jovens de corais do todo Brasil.	Música	220.349,00	220.349,00	50.000,00
10-11745	CARNAVAL DO OLODUM 2011 - SAMBA REGGAE E CIDADANIA - BAHIA	Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum	Realizar desfile do Bloco Afro Olodum com o objetivo de celebrar a herança cultural africana no Brasil, divulgar novos compositores baianos, potencializar e valorizar as manifestações populares que habitam o universo do carnaval.	Artes Integradas	927.860,00	824.960,00	550.000,00
10-4540	Aquisição de obra para o Acervo do Margs	Associação dos Amigos do Museu de Arte do Rio Grande do Sul - AA-MARGS	Aquisição da obra 'A Conquista do Espaço', de Aldo Locatelli, para o acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli - MARGS, situado em Porto Alegre/RS.	Patrimônio Cultural	166.900,00	166.900,00	166.900,00

PORTARIA Nº 268, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)

13 2741 - O SAMBA CARIOCA DE WILSON BAPTISTA - circulação sudeste.
DASDUAS Produções Artisticas LTDA
CNPJ/CPF: 12.045.615/0001-13
Processo: 01400.006712/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 132.935,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Circulação da peça O SAMBA CARIOCA DE WILSON BAPTISTA através do Programa Petrobras Distribuidora de Cultura, nas cidades de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES) em janeiro de 2014. Serão duas apresentações em cada praça, aos sábados e domingos. Nas sextas-feiras anteriores às apresentações, ofereceremos uma palestra, "Wilson Baptista e seu tempo", de Rodrigo Alzuguir, e uma oficina teatral, "Quando a canção é dramaturgia", ministrada por Cláudia Ventura.

13 2090 - Circuito Cultural Rota dos Sabores
Bruno Cunha Minafra
CNPJ/CPF: 061.009.056-98
Processo: 01400.005255/20-13
MG - Coronel Fabriciano
Valor do Apoio R$: 280.000,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Circuito de apresentações teatrais, poéticas e musicais no estilo "chorinho" nos estabelecimentos participantes do Rota dos Sabores. Haverá enquete teatral, declamações de poesias e shows musicais no estilo "Choro" em homenagem a música instrumental brasileira. Ocorre nos estabelecimentos de alimentos e bebidas em 12 cidades do Colar do Vale do Aço e não haverá cobrança de ingressos, totalizando em 60 apresentações.

13 1664 - LÁ FORA VAI ESTAR CHOVENDO SEMPRE
PARAGUASSU PRODUÇÕES E SERVIÇOS ARTÍSTICOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 04.732.052/0001-03
Processo: 01400.004610/20-13
RJ - Rio Bonito
Valor do Apoio R$: 1.212.690,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Este projeto prevê a montagem e a circulação de um texto teatral inédito pelas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e São Paulo, com direção de Gustavo Machado e Gero Camilo, que também estarão no elenco juntamente com Camila Pitanga, Emílio Orciolo Neto e Paula Cohen. Prevemos um total de 96 apresentações do espetáculo em todas as cidades propostas.

13 2148 - Juízo Final
Carlos Roberto Garcia Marques
CNPJ/CPF: 159.913.266-49
Processo: 01400.005341/20-13
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 38.160,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Produzir o espetáculo teatral de título "Juízo Final", baseado no texto homônimo de Francisco Antônio de Almeida, para circulação em cinco cidades do interior de Minas Gerais. Levar ao espectador entretenimento e reflexão acerca de valores humanos inerentes à sociedade de consumo. Oportunizar acessibilidade para jo-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

vens e crianças estudantes e comunidades de baixa renda, ações relevantes na formação cultural. Serão realizados quinze espetáculos.

13 2975 - A Mulher que comeu o Mundo
Uta Produções Artísticas e Culturais Sociedade Simples Ltda.
CNPJ/CPF: 08.989.540/0001-51
Processo: 01400.010241/20-13
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 171.800,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

O presente projeto pretende levar o trabalho do grupo gaúcho de repercussão nacional Usina do Trabalho do Ator a região centro oeste do país, a cidades nas quais ainda não esteve. Através da apresentação do espetáculo de rua A MULHER QUE COMEU O MUNDO, de ações de formação de plateia e da realização de workshops, os estados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul entrarão em contato com duas das principais vertentes de trabalho do grupo: o teatro de rua e a atuação pedagógica.

13 2928 - Sua Incelença, Ricardo III - 20 Anos Clowns de Shakespeare
Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare
CNPJ/CPF: 01.414.372/0001-27
Processo: 01400.010131/20-13
RN - Natal
Valor do Apoio R$: 491.100,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Comemorando os 20 anos dos Clowns de Shakespeare, o espetáculo Sua Incelença, Ricardo III irá circular pelas cidades de Alta Floresta/ MT, Bonito/MS, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Aracajú/SE, Maceió/AL e Penedo/AL, com 01 (uma) apresentação em cada cidade, totalizando 07 (sete) apresentações, além da realização da oficina "Clowns de Shakespeare - Prática e Pensamento" e batepapo ao final das apresentações com artistas locais e interessados pelo trabalho do grupo.

13 2699 - Alma Imoral - Circulação Teresina e Maceio
Niska Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 04.386.956/0001-24
Processo: 01400.006641/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 113.000,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

A Alma Imoral, peça teatral adulta, objetiva percorrer os estados do Piauí e Alagoas. A peça é inédita nesses estados. Em cada cidade haverá 3 (tres) sessões: sexta, sábado e domingo. A classificação etária é 18 anos. Comemorando o sétimo ano consecutivo de sucesso desde sua estreia no Rio de Janeiro em 2006. O projeto foi contemplado com patrocínio da Petrobras BR.

13 2196 - Canto, poemas e canções
Daniela Casteline
CNPJ/CPF: 245.702.868-01
Processo: 01400.005405/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 235.510,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

O projeto contempla a produção e circulação do espetáculo "Canto, poemas e canções". Serão realizadas 24 apresentações do espetáculo durante 3 meses. Dez por cento do total de ingressos serão destinados a escolas públicas da rede fundamental de ensino da cidade de São Paulo.

13 3084 - Como a gente gosta
MARIA CUTIA PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.979.062/0001-03
Processo: 01400.010435/20-13
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 81.515,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Este projeto propõe a circulação do espetáculo de rua cênico-musical "Como a Gente Gosta", do Grupo Maria Cutia de Teatro por Sergipe e João Pessoa. Seria realizadas 6 apresentações em comemoração aos 7 anos de trabalho e pesquisa ininterrupta com o teatro de rua e com a música-em-cena, que o grupo desenvolve desde 2006. Todos os espetáculos seriam encenados em praças, parques ou qualquer outro ambiente público, com acesso gratuito à população.

13 2985 - PEEP CLASSIC ÉSQUILO
CLUB NOIR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.254.759/0001-54
Processo: 01400.010269/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 422.890,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

A proposta consiste na circulação por 09 cidades da região sul, do projeto PEEP CLASSIC ÉSQUILO, pela CIA CLUB NOIR, que reúne em 06 encenações a obra completa do autor grego Ésquilo. As 6 peças são apresentadas em 3 dias (2 peças por dia) da seguinte forma - dia 1: AS SUPLICANTES e OS PERSAS; dia 2: SETE CONTRA TEBAS e PROMETEU e dia 3: ORESTÉIA I e ORESTÉIA II. Além das peças, será oferecida uma palestra sobre o Teatro Grego com o diretor Roberto Alvim.

13 2678 - Auto de Natal
Edilton Pereira Ramos
CNPJ/CPF: 256.573.561-87
Processo: 01400.006613/20-13
MS - Campo Grande
Valor do Apoio R$: 578.160,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

O Auto de Natal é um projeto a ser realizado de forma itinerante por 12 cidades do estado de Mato Grosso do Sul e 3 cidades do estado de Mato Grosso, com 2 sessões em cada cidade, num total de 30 apresentações. O Auto de Natal leva ao público a encenação de "O Nascimento de Jesus", espetáculo de arte sacra, cujo o apelo é o mês da sua realização: DEZEMBRO, o mês do Natal; é um show de sons, luzes, figurinos e adereços; sua concepção é para grandes espaços, como é o caso dos ginásios de esportes

13 1204 - GIRO RS - DANÇAS FOLCLÓRICAS
Açoriana - Associação de Cultura, Eventos e Promoções
CNPJ/CPF: 02.084.605/0001-33
Processo: 01400.003910/20-13
RS - Santo Antônio da Patrulha
Valor do Apoio R$: 722.779,80
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

"GIRO RS - DANÇAS FOLCLÓRICAS" é um projeto que se destina a percorrer quatro diferentes cidades do estado do Rio Grande do Sul, proporcionando a população destas cidades apresentações de dança de três importantes grupos artísticos gaúchos. Serão realizadas 3 apresentações por cidade (4), totalizando 12 apresentações.

13 2163 - Grupo CALA - turnê regional
Emerson Bim Antunes
CNPJ/CPF: 022.270.280-09
Processo: 01400.005365/20-13
RS - Nova Prata
Valor do Apoio R$: 128.710,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Realizar cinco espetáculos de danças em municípios da região da Serra Gaúcha, com a performance do Grupo CALA.

13 2425 - MEIA VERDADE
Fabiana Lopes Chaves Dias
CNPJ/CPF: 039.225.926-51
Processo: 01400.006181/20-13
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 209.088,16
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Este projeto pretende a criação do espetáculo de dança MEIA VERDADE, coreografado e executado pelos bailarinos Fabiana Dias e Daniel Vidal, com direção artística de Carlos Arão, com estreia de 3 apresentações em Belo Horizonte, e circulação em Vitória e Porto Alegre, havendo 2 apresentações em cada cidade, num total 7 apresentações. O espetáculo será inspirado na obra de Dante Alighieri, VIDA NOVA. O espetáculo mesclará linguagens da dança de salão e da dança contemporânea.

13 2424 - AS AVENTURAS DE ROMIÃO E JULIETA
Janaina Chelo Amaral Galdi
CNPJ/CPF: 222.442.418-31
Processo: 01400.006180/20-13
SP - São Carlos
Valor do Apoio R$: 187.860,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

"AS AVENTURAS DE ROMIÃO E JULIETA" é um espetáculo para crianças, que dialoga a respeito da preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos. Ele circulará pelas sete cidades consideradas as mais poluídas do Estado de São Paulo. Serão pelo menos 17.000 crianças beneficiadas com ingressos gratuitos.

13 1803 - Russian State Ballet, circulação nacional
Art Bhz Produtora de Espetáculos Ltda.
CNPJ/CPF: 01.627.636/0001-20
Processo: 01400.004774/20-13
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.906.166,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

O Russian State Ballet, considerada uma das companhias de dança mais respeitadas da Rússia, apresenta o espetáculo Joias do Ballet Russo, com os grandes momentos da dança clássica mundial. Estão no programa obras como O Lago dos Cisnes, Giselle e Don Quixote. Serão 12 cidades na turnê brasileira de 2013.

13 2849 - Circulação do Espetáculo A Guerra dos Santos
Marcos Vinicius Caye Lara
CNPJ/CPF: 019.134.370-60
Processo: 01400.006900/20-13
RS - Santa Maria
Valor do Apoio R$: 53.595,30
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

O objetivo da proposta é circular nos Teatros do interior do Rio Grande do Sul com o espetáculo "A Guerra dos Santos" buscando a difusão do trabalho e da temática abordada e o fomento cultural do interior. Esta circulação consiste em sete apresentações que irão abranger sete cidades do interior do estado, a saber: Itaqui, Bagé, Caxias do Sul, Ijuí, Santa Maria, Rosário do Sul e Uruguaiana.

13 2828 - Murro em Ponta de Faca: Circulação Região Sul
ACT - Ateliê de Criação Teatral Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 02.238.081/0001-98
Processo: 01400.006860/20-13
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 358.878,95
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Circulação e apresentação em todos os estados da região Sul do Brasil, com: 6 apresentações no Paraná (Ponta Grossa, Maringá, Apucarana, Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu); 2 em Santa Catarina (Blumenau e Florianópolis); 4 apresentações no Rio Grande do Sul (Passo Fundo, Pelotas e 2 em Porto Alegre). Como programação complementar na formação de público, realização dos debates "Exílios e Pertencimento" e aulas abertas de iluminação com o premiado iluminador Beto Bruel.

13 1584 - O GRANDE AMOR DA MINHA VIDA - TEMPORADA SÃO PAULO & TURNÊ
TWOGETHER ENTRETENIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 11.633.256/0001-52
Processo: 01400.004505/20-13
RJ - Duque de Caxias
Valor do Apoio R$: 790.048,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Realizar turnê e temporada do espetáculo teatral O Grande Amor da Minha Vida. No elenco Paloma Bernardi e Thiago Martins. A temporada será realizada por 3 meses na cidade de São Paulo e a turnê consistirá de 03 apresentações, em cada uma das seguintes cidades: Vitória (ES), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Aracaju (SE), Goiânia (GO) e Cuiabá (MT).

13 2784 - HISTÓRIAS POR TELEFONE
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400.006785/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 58.390,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 30/11/2013
Resumo do Projeto:

O Projeto HISTÓRIAS POR TELEFONE prevê a realização de 4 (quatro) apresentações inéditas do premiado espetáculo HISTÓRIAS POR TELEFONE na cidade de Fortaleza, no Ceará. Sendo 2(duas) Sessões Abertas ao Público em geral no final de semana, com ingressos comercializados a preços populares e 2 (duas) Sessões Especiais Gratuitas para grupos de estudantes carentes , enriquecidas com ações socioeducativas para a promoção da cultura e iniciação do diálogo artístico com o público jovem.

13 2198 - LIVRO NO PALCO
RAQUEL DE SOUZA
CNPJ/CPF: 042.975.406-06
Processo: 01400.005407/20-13
MG - Alfenas
Valor do Apoio R$: 470.368,50
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

O projeto "Livro no Palco" tem a finalidade de estimular o gosto pela leitura e escrita e incentivar o interesse pela arte teatral nos jovens e adultos por meio de 18 apresentações da peça de teatro "Livremente Mara", sendo 6 delas inteiramente gratuitas, juntamente com a publicação e a distribuição do romance "Livremente Mara" de Raquel de Souza.

13 0633 - CAPOEIRANDO
GRUPO CULTURAL E DESPORTIVO SEMEAR
CNPJ/CPF: 14.066.034/0001-93
Processo: 01400.003168/20-13
PR - Arapongas
Valor do Apoio R$: 176.528,00
Prazo de Captação: 17/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Prestar atendimento direto a 120 crianças e adolescentes regularmente matriculados na rede pública de Arapongas, em atividades de iniciação à arte da Capoeira, incentivando o desenvolvimento de sua prática alicerçados no trabalho em equipe, respeito, ética e cidadania. Como produto cultural resultante, serão realizadas 10 Rodas Itinerantes de Capoeira abertas ao público, de forma gratuita, com estimativa de 5.000 espectadores.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

13 2461 - Toque Bateria
Vitor Villardi de Lambert
CNPJ/CPF: 276.720.288-20
Processo: 01400.006230/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 36.954,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:

Gravação de DVD de Workshop do instrumento Bateria. O projeto é direcionado àqueles que objetivam se profissionalizar e àqueles que estudam o instrumento como entretenimento. Nível iniciante. O resultado do projeto DVD terá todo seu conteúdo de vídeo, legendado para língua inglesa e partituras em pdf, contendo as informações teóricas dos assuntos abordados, disponibilizado na internet totalmente gratuito. O projeto contempla produção, divulgação, execução e 6 apresentações de difusão do DVD.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
Instituto Cidadania Corporativa
CNPJ/CPF: 14.781.129/0001-99
Processo: 01400.002565/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 3.351.520,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O Gira Brasil 2013 é um movimento cultural que se expressa através da arte visual, utilizando um meio inusitado - coletores de lixo recicláveis. Os coletores serão transformados em obras de arte por diferentes artistas plásticos e dispostos em 07 capitais nacionais. Os 50 ecopontos artísticos permanecerão 04 meses em cada local, espalhados por praças, parques, pontos de grande visibilidade, escolas publicas e comunidades, todos ainda em fase de definição.

13 2234 - AROMAS DA TERRA
Neiva Maria Valenti Poletto
CNPJ/CPF: 311.953.000-00
Processo: 01400.005460/20-13
RS - Bento Gonçalves
Valor do Apoio R$: 87.978,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realizar uma Exposição de Arte itinerante; AROMAS DA TERRA, arte sobre barris de vinho, inédita, em algumas cidades da Serra Gaúcha, sendo a realização da primeira exposição a cidade de Bento Gonçalves, origem do projeto, no período de junho de 2013 a dezembro de 2014, tendo como temática da vitivinicultura regional local.

13 2121 - Exposição das Esculturas de Pedro Dantas Riso
Pedro Dantas Rodrigues
CNPJ/CPF: 442.166.029-91
Processo: 01400.005301/20-13
SC - Blumenau
Valor do Apoio R$: 64.200,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
A proposta é expor 50 esculturas em tamanho variado entre 40 a 110 cm de altura, formato tridimensional do escultor e bailarino Pedro Dantas Riso .Como bailarino e professor apresentou-se em três continentes . Depois de viver 40 anos para dança brinda-nos com suas esculturas em broze.com movimentos graciosos e perfeitos com forte carga expressionista. Suas peças já foram adquiridas em vários países.

13 2072 - Exposição Minimundo II
SARITA ANNE ROYSEN
CNPJ/CPF: 069.136.328-51
Processo: 01400.005231/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 264.150,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realizar a Exposição Minimundo II buscando promover o diálogo artístico entre a pintura e a fotografia. Prevista para ser realizada na Galeria Sérgio Caribé, em São Paulo, com entrada gratuita para o público, reunirá aproximadamente 45 obras, sendo 20 fotográficas, 20 pinturas e outras 5 fotopinturas em formatos diversos (aproximadamente 1,00 x 1,5 m) de autoria dos artistas Sarita Anne Roysen e François Marcos Leriche, com duração de 15 dias.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
12 10205 - SÃO JOÃO DE CARUARU
ABPA Marketing e Produção de Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 08.649.116/0001-68
Processo: 01400.032205/20-12
PE - Jaboatão dos Guararapes
Valor do Apoio R$: 1.494.350,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realização do São João de Caruaru. Um evento de patrimônio cultural que enfatiza as quadrilhas juninas, o forró tradicional, a gastronomia típica, a decoração peculiar e os demais ícones da popular festa junina nordestina, oferecendo à população local e ao turista um mês de festa gratuita com 125 apresentações de dança para 1.200.000 pessoas durante 30 dias.

12 8016 - Plano Anual 2013 - Projeto de Manutenção do Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador
Fundação Barão de Alfenas
CNPJ/CPF: 08.389.422/0001-02
Processo: 01400.026411/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 980.841,30
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O Projeto de Manutenção do Museu Nacional do Cavalo Mangalarga visa promover o desenvolvimento e a continuidade das iniciativas a partir da criação do Museu (novembro/2012) por meio do apoio à seus programas de atuação na cidade de Cruzília e na região. Tem-se como foco das ações a importância do museu para o desenvolvimento local na perspectiva de políticas de interiorização da cultura.

12 3401 - CASA DO CHORO - Finalização e Equipamentos
Instituto Casa do Choro
CNPJ/CPF: 03.405.308/0001-05
Processo: 01400.010320/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.994.103,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto, em seu segundo ano de trabalhos ininterruptos, prevê a finalização da obra de restauração do imóvel, tombado pelo INEPAC, que abrigará o Instituto Casa do Choro e suas atividades culturais, visando também à instalação e aquisição dos equipamentos e materiais necessários ao funcionamento do mesmo. A primeira fase do projeto, contou com apoio do MINC-PRONAC (N° 09-6786) e o patrocínio da Petrobrás.

12 7992 - Intervenção na Fachada da Sede Social do Minas Tênis Clube I
Minas Tênis Clube
CNPJ/CPF: 17.217.951/0001-10
Processo: 01400.026384/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 935.816,92
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto que ora se apresenta pretende obter subsídios para a restauração das características originais da Sede Social, indicando o compromisso do Minas Tênis Clube com o patrimônio histórico do município e qualificando a condição deste clube enquanto portador de patrimônio arquitetônico de significativo impacto simbólico e cultural na cidade de Belo Horizonte.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 0104 - FELINOS BRASILEIROS
Editora da Montanha Ltda.
CNPJ/CPF: 38.988.598/0001-41
Processo: 01400.000138/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 378.389,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto FELINOS BRASILEIROS tem por objetivo editar um livro fotográfico, de modo a retratar, através de um olhar artístico e autoral, a beleza das formas de vida do ecossistema brasileiro. Trata-se de um projeto de arte, com imagens de renomados fotógrafos de natureza brasileiros, registrando estas espécies de felinos que habitam o nosso território.

13 2236 - Troca de Livros
Bruno de Lima Araujo
CNPJ/CPF: 095.457.327-76
Processo: 01400.005462/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 339.988,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 30/11/2013
Resumo do Projeto:
Iremo criar um portal para disseminar a cultura e o hábito de ler e escrever para as pessoas com menor poder aquisitivo.

13 2250 - 11º SALÃO DO LIVRO DO PIAUÍ; SALIPI; ANO ESCRITOR MANOEL PAULO NUNES
Fundação Quixote
CNPJ/CPF: 07.216.273/0001-17
Processo: 01400.005476/20-13
PI - Teresina
Valor do Apoio R$: 314.754,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/08/2013
Resumo do Projeto:
Realização do 11º Salão do Livro do Piauí; SALIPI, de 23 a 29 de junho de 2013, na cidade de Teresina, Piauí, uma das maiores feiras de livro da região, que acontece anualmente, desde de 2003. A iniciativa envolve exposição e comercialização de livros, oficinas e atividades literárias, artísticas e seminários, com a finalidade de incentivar e estimular a leitura e a formação de novos leitores.

13 1699 - O Rock e a Cidade
Marcelo Camara Ferla
CNPJ/CPF: 423.410.600-30
Processo: 01400.004657/20-13
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 155.190,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O Livro 'O Rock & a Cidade' pretende contar, por meio de entrevistas, redação, fotos, pesquisa e ilustrações, a história de 15 discos de rock gravados por bandas gaúchas que se tornaram fundamentais para a cena pop local e/ou nacional, a sua conexão com as casas, ruas e bairros onde foi produzido, e sua influência em seu tempo e lugar. A tiragem prevista é de 3.000 exemplares.

13 2266 - Livro de Arte - Pendurados
Marcelo Prates
CNPJ/CPF: 187.163.936-00
Processo: 01400.005994/20-13
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 148.127,58
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto "Pendurados" tem como objetivo a realização de um livro de arte ,composto por fotografias e textos poéticos, focando nos objetos arremessados e pendurados nos fios e postes das cidades. Pretende ainda mostrar os desdobramentos plásticos e psicológicos do que é arremessado: desde sapatos, tênis, roupas e bonecos aos mais inusitados objetos. O produto cultural resultante será um belo livro de arte com 100 páginas,capa dura, 4x4 cores, nas medidas 735x340mmm em papel couchê fosco.

13 1266 - Fliportinho - Festa Literária Infantil de Porto de Galinhas LAZER E ENTRETENIMENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 24.566.010/0001-57
Processo: 01400.003985/20-13
PE - Ipojuca
Valor do Apoio R$: 414.535,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/10/2013
Resumo do Projeto:
Um evento literário voltado exclusivamente para o público infanto-juvenil e que em 2013 acontecerá no período de 29 a 31 de agosto. A Fliportinho tem em seu corpo palestras pedagógicas, oficinas, concurso literário, apresentações culturais, exposições, acampamento literário, fliportinho nas bibliotecas, caravana fliportinho, fliportinho nas escolas e feira de livros e conta com um público estimado de 80.000 pessoas em todo o evento.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
13 2274 - DVD; COLEMAR & GUILHERME
Guilherme Alves Mesquita
CNPJ/CPF: 004.897.261-43
Processo: 01400.006002/20-13
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 310.376,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
- Gravar um DVD da dupla sertaneja Colemar e Guilherme com 15 músicas.

13 2358 - MÚSICA E ESPERANÇA
Hans Heinrich Stapel
CNPJ/CPF: 565.426.827-91
Processo: 01400.006101/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 146.900,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realização de três apresentações gratuitas do grupo jamaicano de reggae Pe. Ho Lung & Amigos, no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante o mês de julho de 2013.

13 2164 - TOCANTINS CANTA LUIZ GONZAGA
José Bulhões Padilha
CNPJ/CPF: 173.256.388-84
Processo: 01400.005366/20-13
TO - Palmas
Valor do Apoio R$: 267.310,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Produção e lançamento de disco com obras musicais de Luiz Gonzaga, com doze canções do autor e uma de cada um dos seis artistas tocantinenses escolhidos, totalizando dezoito canções. A proposta cultural é para a execução de UM ESPETÁCULO MUSICAL GRATUITO, ao ar livre para o lançamento do produto final do projeto, no dia 13 de dezembro de 2013.

13 2120 - LANÇAMENTO DO CD DE ESTREIA - BANDA CHUVA A GRANEL
Karine Amorim dos Santos
CNPJ/CPF: 014.824.486-61
Processo: 01400.005300/20-13
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 56.056,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Gravação de um CD contendo composições inéditas da banda Chuva a Granel e realização de três pocket shows de lançamento do CD. O trabalho terá direção musical do premiado músico mineiro Rafael Martini e participação da cantora Titane.

13 2183 - CD SAMBA NOVO
MAURICIO CHRISTOFOLETTI
CNPJ/CPF: 263.323.468-25
Processo: 01400.005392/20-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 244.400,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo a gravação,divulgação e distribuição do CD de músicas inéditas do compositor paulista Maurição visando a integração e fortalecimento da cultura negra junto á população em geral. A referência do projeto identifica o autor como novo compositor de samba e ajuda na renovação do gênero musical.

13 2244 - TURNÊ RENATO & LUCIANO
Renato Vieira de Matos
CNPJ/CPF: 050.429.456-36
Processo: 01400.005470/20-13
SP - Pirassununga
Valor do Apoio R$: 311.500,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Objetivo da dupla Renato e Luciano, é gravar duas mil e duzentas cópias de DVDs com 12 faixas, o qual terá em seu conteúdo músicas sertanejas. Pretendemos assim levar a cultura e gerar empregos, com apresentações em dez cidades do Estado de São Paulo, uma apresentação por cidade. Campinas, Ribeirão Preto, Franca, Rio Claro, Leme. São João da Boa Vista, Piracicaba, São José do Rio Preto, Pirassununga, Sorocaba.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
13 1061 - VESTINDO-SE DE ARTE
IQD-INSTITUTO QUALITHY DE DESENVOLVIMENTO
CNPJ/CPF: 03.377.636/0001-45
Processo: 01400.003714/20-13
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 373.984,00
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realizar uma exposição de arte com um desfile moda, resultado da união da produção dos artistas visuais: designers, fotográfos, artistas pláticos e estilistas. Será resultado de um trabalho de criação e interferência nas criações um dos outros, mostrando olhares diferentes, inusitados e únicos. A exposição ficará aberta durante 25 dias com as vestimentas, peças utilitárias e obras de artes.
ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
13 2166 - Impresso, integração social através da moda e do turismo.
João Paulo Modesto Carvalho
CNPJ/CPF: 027.244.701-33
Processo: 01400.005368/20-13
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 178.639,99
Prazo de Captação: 27/05/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Relançamento da revista Bag em formato impresso em edição Pirenópolis e decorrente, Goiás, Chapada dos Veadeiros e Caldas Novas.

PORTARIA Nº 269, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18, da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 0955 - BORBOLETA - MONTAGEM E CIRCULAÇÃO
IRIS FIGUEIREDO PRATES
CNPJ/CPF: 027.596.666-62
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 23/05/2013 a 31/12/2013
12 1028 - HONRA E PÁTRIA - MONTAGEM E CIRCULAÇÃO
JOSE ABDON BRAGA
CNPJ/CPF: 518.976.606-34
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 24/05/2013 a 31/12/2013

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PORTARIA Nº 100/EMA, DE 22 DE MAIO DE 2013

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB/2004, e de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto nº 96.000/1988, resolve:
Art. 1º Alterar o Art. 3º da Portaria nº 70/2013, do EMA, conforme a seguir:
Onde se lê: "A autorização a que se refere esta Portaria terá validade para o período de 17 de abril a 17 de junho de 2013."
Leia-se: "A autorização a que se refere esta Portaria terá validade para o período de 17 de abril a 31 de julho de 2013."
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Almirante-de-Esquadra EDUARDO MONTEIRO LOPES

TRIBUNAL MARÍTIMO

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 4 DE JUNHO DE 2013

(TERÇA-FEIRA), ÀS 13h30min:
Nº 24.740/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a lancha "BEBEJA II", uma passageira e a lancha "RADAVI", ocorridos no rio Jacuí, próximo à ilha das Flores, Rio Grande do Sul, em 27 de junho de 2009.
Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Dagoberto Braga (Condutor da lancha "BEBEJA II")
Advogado : Dr. Eduardo Kucker Zaffari (OAB/RS 42.998)
Nº 25.772/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "ARWAD ISLAND", de bandeira maltesa, e dois clandestinos, ocorrido durante a travessia do porto de Lagos, Nigéria, para o porto de Santos, São Paulo, Brasil, em 23 de agosto de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Mohammad Othman (Comandante)
Advogada : Drª Patrícia Soares Henriques Py (DPU/RJ)
Nº 26.061/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "MSC ORNELLA", de bandeira panamenha, e sete clandestinos, ocorrido durante a travessia do porto de Caucedo, República Dominicana, para o porto de Santos, São Paulo, Brasil, em 22 de setembro de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Danilo Popivoda (Comandante) e
: Gracija Maslovar (Imediato)
Advogada : Drª Aline Satil Bataglia (OAB/SP 205.562)
Nº 24.382/2009 - Acidente da navegação envolvendo as LM "JULIANA I" e "EL REIS IV", ocorrido nas proximidades do porto de Salvador, Bahia, em 21 de março de 2009.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Milton Deolindo dos Santos
(Comandante da LM JULIANA I)
Advogado : Dr. Eduardo Cesar Paredes de Carvalho (DPU/RJ)
Nº 25.493/2010 - Acidente da navegação envolvendo a draga "DINAMARQUESA" com o trapiche do Clube de Regatas Pelotense, localizado no canal de São Gonçalo, Pelotas, Rio Grande do Sul, ocorrido em 03 de dezembro de 2009.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Paulo Renato Garcia de Quevedo (Mestre) - Revel

Em 24 maio de 2013.

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 6 DE JUNHO DE 2013

(QUINTA-FEIRA), ÀS 13h30min:
Nº 24.244/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo as LM "CRISTO REI" e "MERCANTIL MIRA" e seus passageiros, ocorridos no rio Araguari, próximo ao município de Cutias, Amapá, em 18 de janeiro de 2009.
Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Ubirajara Fagundes do Nascimento
(Condutor da LM "CRISTO REI")
Advogado : Dr. Arcênio Brauner Júnior (DPU/RJ)
: Walzinto Rocha Martins Júnior
(Proprietário da LM "CRISTO REI")
Advogado : Dr. Gilberto Firmino Martins (OAB/AP 385-B)
Nº 25.616/2011 - Acidente da navegação envolvendo o NM "HELLENIC SEA", de bandeira maltesa, e um banco de areia, ocorrido no rio Amazonas, nas proximidades do município de Prainha, Pará, em 17 de julho de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Joseph Fuentes Delos Reyes (Comandante)
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
: João Eridias dos Santos (Prático)
Advogado : Dr. Ferdinando Gabriel Domingues (OAB/PA 1.421)
Nº 25.695/2011 - Acidente da navegação envolvendo o BM "RAILSON KLAGES III", ocorrido no rio Tapajós, nas proximidades da praia de Maria José, Santarém, Pará, em 03 de agosto de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : João Barbosa Pereira (Proprietário) - Revel
: Aluisio José Mendonça Pereira (Passageiro) - Revel
Nº 25.602/2011 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "BENÇÃO-MAR", ocorrido na praia das Conchas, Cabo Frio, Rio de Janeiro, em 11 de julho de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Tobias Leite da Silva (Mestre/Condutor)
Advogado : Dr. Antonio Celso Simões (OAB/MG 55.030)
Nº 25.598/2011 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "TQ-23" e as chatas "TQ-63" e "TQ-70" com o muro interno da câmara da eclusa do município de Promissão, no rio Tietê, São Paulo, em 03 de maio de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Etevaldo Zideiro Bispo (Comandante)
Advogado : Dr. Mário André Izeppe (OAB/SP 98.175)

Em 24 maio de 2013.

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DOS SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 23.841/08 - Rb "JOSÉ NETO I"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Amadeu Moreira (Condutor)
Defensor : Dr. Eduardo Cesar Paredes de Carvalho (DPU/RJ)
Representado : J. F. Lobo - EPP (Proprietária)- Revel
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.284/10 - NM "XINYUAN HAI"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Li Lanxiang (Comandante)
: Liu Jian (Imediato)
Defensor : Dr. Arcêncio Brauner Junior (DPU/RJ)
Despacho : "Aos representados para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 25.441/10 - "SENNA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Airton Santos de Souza (Condutor)
Advogado : Dr. Pedro Renado Lúcio Marcelino OAB/SP 121.583
Despacho : " Defiro o requerido às fls. 167/168. Ao representado Sr. Airton Santos de Souza para apresentar quesitos e efetuar o pagamento do preparo."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.474/10 - LM "JUGE" e "VIDA DIFÍCIL"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Carlos Eduardo Camargo (Condutor)- Revel
Representado : Jales Cezar Clemente (Proprietário)
Advogado : Dr. Márcio Rodrigues Vieira OAB/GO 19.944
Despacho : "Ao representado para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.480/10 - "JULIANA I" e "BAHIA PILOTS II"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Carlos Alberto Xavier Gonçalves (Responsável)- Revel
Representado : Bahia Pilots Serviços de Praticagem da Baía de Todos os Santos (Proprietária/Exploradora)
Advogado : Dr. Ibsen Novaes Jr. OAB/BA 14.734
Despacho : "Defiro o requerido pela defesa às fls. 192."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.542/10 - veleiro "MAIA STELLA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Michel Claude Louis Bachelerie (Comandante)- Revel
Representado : Bernadette Marie Bottacin (Tripulante)- Revel
Despacho : "Tendo em vista a certidão à fl. 98, declaro a revelia dos representados Michel Claude Louis Bachelerie e Bernadette Marie Bottacin, citados por edital. À D. DPU para apresentar defesa dos representados."
Proc. nº 25.669/11 - "BARBA NEGRA" e "TERAPIA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Carlos Altmayer Gonçalves (Condutor)- Revel
: Luiz Henrique Simon Schmitz (Condutor) - Revel
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.687/11 - Rb "J. S. JÚNIOR II" e outras
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Alzerindo das Neves Barbosa (Comandante)
Advogada : Dra. Ligia Carvalho Rodrigues OAB/PA 14.152
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.022/11 - "FILADÉLFIA" e outra...
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Jair de Souza Lopes (Gerente)- Revel
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.651/12 - "PARAISO I"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Edilson Rosa Santana (Mestre/Condutor)
Advogado : Dr. Euler de Amorim Arruda OAB/PA 14.352
Despacho : "Indefiro a preliminar arguida pela defesa do representado sr. edilson rosa santana,colhendo na integra a fundamentação da procuradoria especial da marinha de fls. 130v. ao representado para provas
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.741/12 - Emb. sem nome, tipo canoa
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Manoel de Souza Filho (Proprietário/Condutor)
Despacho : "Expeça-se mandado de intimação ao representado Sr. Manoel de Souza Filho, solicitando enviar defesa técnica subscrita por advogado legalmente constituído, sob pena de revelia. Prazo 15 (quinze) dias."
Proc. nº 27.248/12 - "RAINHA ESTER M"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Daniel Marcílio dos Santos (Proprietário)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Advogado : Dr. Mario Henrique de Souza OAB/SC 24.027
Despacho : "Ao representado para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.214/10 - embarcação sem nome, não inscrita
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Raimundo Gomes da Costa (Condutor inabilitado)
Advogado : Dr. Antônio José Barbosa Viana OAB/AM 5.750
Representada : Amazongás Distribuidora de GLP Ltda. (Proprietária)
Advogado : Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues OAB/SP 128.341
Despacho : "Aos representados, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias, contados em dobro."
Proc. nº 25.656/11 - NM "NORD EXPRESS"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Roldan Escalante Albite (Comandante)
Defensora : Dra. Maria Izabel Gomes San'Anna (DPU/RJ)
Despacho : "Ao representado, patrocinado pela D. DPU, para alegações finais."
Prazo : "10(dez) dias, contados em dobro."
Proc. nº 26.309/11 - BP "DELFIM"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Pedro Amaro Pereira (Comandante)
Advogado : Dr. Iwam Jaeger Jr. OAB/RJ 44.606
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo : "10(dez) dias."
Proc. nº 26.858/12 - "CORAL SEA III"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Edson Carlos Lima (Proprietário/Condutor)- Revel
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo : "10(dez) dias."
Proc. nº 27.158/12 - NM "KRAKOW"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Waldemar Marek Nagorski (Segundo Oficial de Máquinas)
Advogado : Dr. Bruno Gomes Brito OAB/RJ 157.110
Despacho : "Defiro o requerido, para que o patrono traga aos autos o competente mandato de procuração."
Prazo : "15 (quinze) dias."
Proc. nº 27.179/12 - NM "AFRICAN KOOKABURRA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Vivencio Cadeliña Virtudes Jr. (Comandante)
Defensor : Dr. Eraldo Silva Junior (DPU/RJ)
Despacho : "Aberta a instrução. À D. Procuradoria, para provas e para se manifestar sobre a preliminar arguida pela defesa do representado."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 21.040/04 - NM "CAPE VICTORY" - Embargos Infringentes
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Embargante : Rich Ocean Carriers S.A.
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano OAB/RJ 94.122
Embargados : Minerações Brasileiras Reunidas - MBR
Embargado : Oreles da Conceição de Oliveira
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira OAB/RJ 50.692
Representação de Parte:
Autora : Minerações Brasileiras Reunidas - MRB
Advogado : Dr. Artur R. Carbone OAB/RJ 1295/A
Representados : Kim Kwon-Su (Imediato) e
: Than Zaw (Assistente de Imediato)
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano OAB/RJ 94.122
Representação de Parte:
Autora : Rich Ocean Carriers S.A.
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano
Representados : Minerações Brasileiras Reunidas - MBR e
: Oreles da Conceição de Oliveira
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira OAB/RJ 50.692
Despacho : "1) Ao embargante para efetuar o preparo.Prazo de 03 (três) dias. 2) Aos embargados Minerações Brasileiras Reunidas - MBR e Oreles da Conceição de Oliveira para manifestação. Prazo de 10 (dez) dias."
Proc. nº 23.870/08 - Rb "ITIQUIRA" e outras EMB
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Elias Dornelas dos Santos (Imediato)
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira OAB/RJ 50.692
Representado : Janderson Lagos Benlolo (Proprietário)
Advogado : Dr. Marcelo Rodrigues Xavier OAB/RO 2.391
Representado : Francisco Alderi Mendes Alves (Proprietário)
Advogado : Dr. Breno Azevedo Lima OAB/RO 2.039
Representado : Décio José Weis (Operador da draga)
Advogado : Dr. Rodrigo Luciano Alves Nestor OAB/RO 1.644
Despacho : "1) Tendo em vista que não foi juntado o Voto-Vencido, chamo o processo à ordem. 2) Ao Exmo. Sr. Juiz Revisor para a juntada do Voto-Vencido."
Proc. nº 24.808/10 - lancha sem nome, não inscrita
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Ventura Mar Indústria e Comércio de Embarcações Ltda. (Fabricante)
Advogada : Dra. Ana Luisa Sousa Faria OAB/AM A/710
Representado : Sumaia Marly Salomão (Proprietária/Armadora)
Advogado : Dr. Welington Sena de Oliveira OAB/RR 272-B
Representado : José Augusto Marroquim de Souza (Tripulante inab.)- Revel
Despacho :"Aos Representados para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 25.784/11 - Emb. "CBO CAMPOS" e "PRIDE MÉXICO"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Marcello Ferreira dos Santos (Comandante)
Advogado : Dr. José Renato Moraes Barbosa OAB/RJ 181.855
Despacho :"Ao Representado para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 25.854/2011 - "NAVIGATOR" e outra Emb.
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Gilberto Luiz Cardoso (Condutor)
Advogado : Dr. César Augusto dos Santos OAB/SP 238.970-1
Representado : Veronildo Alves Correia (Condutor)
Advogado : Dr. Everton Santana Alves OAB/PR 44.818
Despacho : "Aos representados para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 26.565/2011 - "ULIAN FISHI" e "MATUTO"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Rodrigo Vasconcelos Ulian (Condutor)
Advogado : Dr. Emanuel Humberto de Oliveira Bueno OAB/PR 56.015
Despacho : "Ao representado para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 26.120/11 - NM "PEARL RIVER"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Semion Gonciarenko (Comandante)- Revel
Representado : Anatoliy Shvets (Imediato)- Revel
Despacho : "Ao representado para provas."
Prazo : "05(cinco) dias."
Proc. nº 26.459/11 - NM "MAESTRA MEDITERRANEO"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Paulo Sérgio Fernandes dos Santos (Chefe de Máquinas)
Advogado : Dr. Everaldo Sérgio Hourcades Torres OAB/RJ 46.233
Representado : Javier Luis Sepúlveda Justiniano (Comandante)
Advogada : Dra. Fernanda Ayala Bianchi (DPU/RJ)
Despacho : "Aberta a instrução. À D. PEM para produção de provas."
Prazo : "05(cinco) dias."
Proc. nº 27.085/12 - LM "BATORY"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Francisco Carvalho Pierotti (Condutor)
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira OAB/RJ 50.692
Despacho : "Ao representado Francisco Carvalho Pierotti, para alegações finais."
Prazo : "10(dez) dias."

Em 24 de maio de 2013.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

Proc. nº 26.900/2012
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA: N/M "DAWNLIGHT". Queda de tripulante de navio mercante estrangeiro no mar, durante navegação em águas internacionais com destino ao Rio Grande, RS, provocando o seu desaparecimento, sem ocorrência de danos materiais ou ambientais. Falta de jurisdição e competência do Tribunal Marítimo, em razão do fato da navegação ter ocorrido fora do mar territorial brasileiro, envolvendo embarcação e tripulante estrangeiros. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda de tripulante de navio mercante estrangeiro no mar, durante navegação fora das águas jurisdicionais brasileiras, com destino ao Rio Grande, RS, provocando o seu desaparecimento, sem ocorrência de danos ao mercante ou ambientais; b) quanto à causa determinante: xxx; e c) decisão: mandar arquivar os Autos, conforme promoção da Procuradoria Especial da Marinha (fls. 165/166), por falta de jurisdição e competência do Tribunal Marítimo, em razão do fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, ter ocorrido em águas internacionais, envolvendo navio e tripulante estrangeiros. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de dezembro de 2012.
Proc. nº 25.255/2010
Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA: Plataforma "OCEAN ALLIANCE". Parada da máquina secadora de cascalhos, por motivo de formação argilosa do cascalho que retornava do poço, e que, ao ser destravada, provocou lesão corporal grave no operador da máquina, vítima não fatal; Falha operacional da própria vítima por não ter providenciado a parada e o desligamento total do equipamento antes de sua intervenção, ao transpor a sua mão através da porta de visita da máquina secadora de cascalhos. Imprudência. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representados: Francisco Alexandro de Lima, Willamme Maxwel Bento de Amorim, Pedro Cavalcante da Silva, Sandro Miguel de Sousa Orrico, Denis Pessanha Rangel e Marcus Vinicius Cardoso de Figueiredo Senna (Adv. Dr. José Paulo Lüderitz Barcellos Dias - OAB/RJ Nº 47.112), Baker Hughes do Brasil Ltda. (Adv. Dr. Ricardo Henrique Safini Gama - OAB/RJ Nº 114.072), Brasdril Sociedade de Perfurações Ltda. (Advª. Drª. Dalva Aparecida Pedroso Paschôa - OAB/RJ Nº 32.636), Petróleo Brasileiro S/A. PETROBRAS. (Advª. Drª. Carina Nogueira de Holanda - OAB/RJ Nº 158.550), Jan Van de Ven (Comandante), Stephen Eugene Hamilton e Ray Anthony Breaud (Advª. Drª. Dalva Aparecida Pedroso Paschôa - OAB/RJ Nº 32.636), José Ricardo Brigido de Moura Filho (Engenheiro) e Wagner Cançado Rohfls (Engenheiro) (Advª. Drª. Carina Nogueira de Hollanda - OAB/RJ Nº 158.550).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade quanto ao mérito e quanto à pena do 1° representado, Francisco Alexandre de Lima e quanto a exculpabilidade dos 7°, 8° e 9° representados, respectivamente, as empresas Baker Hughes do Brasil Ltda., Brasdril Sociedade de Perfurações Ltda., Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, nos termos do voto do Juiz-Relator. Por maioria quanto ao mérito dos 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 10°, 11°, 12°, 13° e 14° representados, respectivamente, os Srs. Willamme Maxwel Bento de Amorim, Pedro Cavalcante da Silva, Sandro Miguel de Sousa Orrico, Denis Pessanha Rangel, Marcus Vinícius Cardoso de Figueiredo Senna, Jan Van de Ven (Comandante), Stephen Eugene Hamilton, Ray Anthony Breaud, José Ricardo Brigido de Moura Filho (Engenheiro) e Wagner Cançado Rohfls (Engenheiro), nos termos do voto do Juiz-Revisor: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: parada da máquina secadora de cascalhos, por motivo de formação argilosa do cascalho que retornava do poço, que, ao ser destravada, provocou lesão corporal grave no operador da máquina, vítima não fatal; b) quanto à causa determinante: falha operacional da própria vítima por não ter providenciado a parada e o desligamento total do equipamento antes de sua intervenção manual, ao transpor a sua mão através da porta de visita da máquina secadora de cascalhos; e c) decisão: julgar o fato da navegação tipificado no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência da própria vítima não fatal, 1° representado, Francisco Alexandro de Lima, exculpando os 2° aos 14° representados, respectivamente, Willamme Maxwel Bento de Amorim, Pedro Cavalcante da Silva, Sandro Miguel de Sousa Orrico, Denis Pessanha Rangel, Marcus Vinícius Cardoso de Figueiredo Senna, Baker Hughes do Brasil Ltda., Brasdril Sociedade de Perfurações Ltda., Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, Jan Van de Ven (Comandante), Stephen Eugene Hamilton e Ray Anthony Breaud, José Ricardo Erigido de Moura Filho (Engenheiro) e Wagner Cançado Rohfls (Engenheiro), acolhendo suas teses de defesas. Na aplicação da pena ao 1° representado, Francisco Alexandre de Lima, o Juiz-Relator aplicou os benefícios previstos no art. 143, da Lei n° 2.180/54, isentando-o também das custas processuais, no que foi acompanhado pelos demais Juízes. O Exmo. Sr. Juiz-Relator exculpou as empresas Baker Hughes do Brasil Lida., Brasdril Sociedade de Perfurações Ltda. e Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, sendo também acompanhado pelos demais Juízes e aplicava aos Srs. Willamme Maxwel Bento de Amorim, Pedro Cavalcante da Silva e Sandro Miguel de Sousa Orrico, a pena de repreensão e aos Srs. Denis Pessanha Rangel, Marcus Vinícius Cardoso de Figueiredo Senna, Jan Van de Ven (Comandante), Stephen Eugene Hamilton, Ray Anthony Breaud, José Ricardo Brigido de Moura Filho (Engenheiro) e Wagner Cançado Rohfls (Engenheiro), a pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) e custas, sendo vencido. O Juiz-Revisor exculpava os Srs. Willamme Maxwel Bento de Amorim, Pedro Cavalcante da Silva, Sandro Miguel de Sousa Orrico, Denis Pessanha Rangel, Marcus Vinícius Cardoso de Figueiredo Senna, Jan Van de Ven (Comandante), Stephen Eugene Hamilton, Ray Anthony Breaud, José Ricardo Brigido de Moura Filho (Engenheiro) e Wagner Cançado Rohfls (Engenheiro), sendo acompanhado pelos Juízes Maria Cristina Padilha, Fernando Alves Ladeiras, Sérgio Bezerra de Matos e Nelson Cavalcante. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de março de 2013.
Proc. nº 26.713/2012
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: Bote sem nome e não inscrito. Emborcamento seguido de naufrágio. Passageiros em excesso e sem portarem coletes salva-vidas. Condutor sem habilitação. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Geraldo Rodrigues de Lima (Proprietário/Condutor não habilitado) (Adv. Dr. Andrey Juliano Watzko - OAB/SC Nº 23.439).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e do fato da navegação: emborcamento seguido de naufrágio de bote, que era conduzido por pessoa sem habilitação e navegava com excesso de passageiros sem portarem coletes salva-vidas, com consequente óbito de dois passageiros por afogamento e perda da embarcação, sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: erro de navegação durante a aproximação da margem do rio e falta de uso de coletes salva-vidas; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a" (naufrágio) e o fato da navegação tipificado no art. 15, alínea "e" (exposição a risco), ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrentes da imprudência e da imperícia do representado, Geraldo Rodrigues de Lima, deixando de aplicar-lhe, porém, qualquer pena, com base no art. 143, da Lei nº 2.180/54, tendo em vista a perda de dois familiares no acidente em tela, sem custas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de março de 2013.
Proc. nº 27.167/2012
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: B/P "BRISAMAR L" e L/M "MARINA". Materialidade de acidente ou fato da navegação não comprovada. Infração à Lei nº

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8.374/91. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão de acidente ou fato da navegação: xxx; b) quanto à causa determinante: xxx; e c) decisão: mandar arquivar os Autos, de acordo com a promoção da PEM, tendo em vista não ter sido comprovada a materialidade de acidente ou fato da navegação, conforme previstos na Lei nº 2.180/54. Oficiar à Capitania dos Portos de Pernambuco, agente da Autoridade Marítima, a infração à Lei nº 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do evento), cometida pelo proprietário do B/P "BRISAMAR L", Pedro Paulo de Lima. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de dezembro de 2012.
Proc. nº 25.927/2011
Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha
EMENTA: Monoboia da Plataforma "PRA-1". Naufrágio da monoboia decorrente de alagamento progressivo e seu adernamento, sem ocorrência de danos pessoais ou de danos ambientais. Entrada de água pela porta estanque entre o compartimento central e o compartimento B, que se encontrava aberta, inundando ambos os compartimentos e posteriormente o compartimento C, através dos dutos de ventilação. Preliminar indeferida. Monoboia jurisdicionada ao Tribunal Marítimo. Negligência. Infração ao RLESTA. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representados: Petróleo Brasileiro S/A. PETROBRAS, Yuri Muniz Nobre Formiga (Engenheiro) e Osvaldo Borges Cardoso (Engenheiro) (Adv. Dr. Rafael Botelho de Castro Amorim - OAB/RJ Nº 153.174), Belov Engenharia Ltda., Mauricio de Oliveira Gonçalves (Mergulhador), Alessandro Costa Oliveira (Mergulhador), Aldenir Costa (Engenheiro) e André Weber Carneiro (Adv. Dr. Eduardo Heitor Mendes - OAB/RJ Nº 127.481).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade; a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio da monoboia decorrente de alagamento progressivo e seu adernamento, sem ocorrência de danos pessoais ou de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: entrada de água pela porta estanque, mantida aberta, entre o compartimento central e o compartimento B, inundando ambos os compartimentos e posteriormente o compartimento C, através dos dutos de ventilação; e c) decisão: indeferir a preliminar. Julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a" da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência, condenando o Engenheiro Yuri Muniz Nobre Formiga, o Engenheiro Osvaldo Borges Cardoso e o Engenheiro Aldenir Costa, à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) e os mergulhadores Maurício de Oliveira Gonçalves e Alessandro Costa Oliveira, à pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais) de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5º da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento proporcional das custas processuais. Exculpar Petrobras S/A, Belov Engenharia Ltda. e André Weber Carneiro. Oficiar à Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, agente da Autoridade Marítima, a infração cometida pela representada Petrobras S/A, contida no art. 23, inciso VIII (descumprir qualquer outra regra prevista, não especificada nos incisos anteriores), do RLESTA, combinado com os itens 0301, alínea "j", item 1, inciso IV e 0312 da NORMAM-01/DPC, deixando de cumprir regra prevista nas Normas da Autoridade Marítima (NORMAM). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 07 de março de 2013.

Em 24 de maio de 2013.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 447, DE 24 DE MAIO DE 2013

Delega à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH o exercício de competências relacionadas à certificação de hospitais de ensino, no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 87, parágrafo único, II da Constituição, resolve:
Art. 1º Fica delegado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH o exercício das competências atribuídas ao Ministério da Educação nos processos de certificação de hospitais de ensino, a partir da Portaria Interministerial nº 2.400/MEC/MS, de 02 de outubro de 2007.
Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados até então pela EBSERH, relacionados aos processos de que trata o artigo 1º.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.884, DE 24 DE MAIO DE 2013

O VICE REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, no exercício do cargo de Reitor, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:
I - HOMOLOGAR o resultado do Processo Seletivo, objeto do Aviso de Seleção nº 008/2012, conforme segue:

Unidade	Disciplina	Carga Horária	Classe/ Padrão	Candidato	Classificação
IEAA Humaitá	Língua Portuguesa; Português Instrumental; Introdução à Análise do Discurso.	40 h	Professor Auxiliar MS-A, Nível I.	Não houve candidato inscrito	

HEDINALDO NARCISO LIMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 23, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião de 11 de abril de 2013 e pelos fundamentos da Informação nº 012/2013-CGLNES/GAB/SESu/MEC, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio à Pesquisa Universitária - FAPEU, CNPJ nº 83.476.911/0001-17, para atuar como Fundação de Apoio à Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, processo nº 23000.005172/2013-06.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SPELLER

CARLOS AFONSO NOBRE

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 24 de maio de 2013

Dispõe sobre as proposições contidas na Nota Técnica N° 326/2013-CGLNRS/DPR/SERES/MEC.

Nº 102 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, inclusive como sua motivação, nos termos do art. 50, §1º, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, determina:

Ficam aprovados os encaminhamentos apresentados na Nota Técnica N° 326/2013-CGLNRS/DPR/SERES/MEC.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 228, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, considerando o Processo nº 23000.007964/2013-15 e o Parecer nº 85/2013-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:
Art. 1° Fica aprovado o aditamento aos atos autorizativos, exclusivamente no que tange a denominação do curso de graduação da instituição de educação superior, conforme planilha anexa.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Cód./Instituição	Cód./Curso	Ato autorizativo em aditamento	Denominação do curso pós-aditamento
572 - Universidade Federal Fluminense	1145037 - Informática - Licenciatura	Portaria SERES nº 407, de 11/10/2011, publicada no DOU de 14/10/2011.	Computação - Licenciatura

PORTARIA Nº 229, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa SERES/MEC nº 3, de 23 de janeiro de 2013, e considerando o Processo nº 23000.011357/2012-61 e o Parecer nº 86/2013-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:
Art. 1° Fica indeferido o pedido de aumento de vagas para o curso de graduação em Engenharia Elétrica, bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio de Curitiba, localizada no Município de Curitiba, Estado do Paraná, mantida pela IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 230, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa SERES/MEC nº 3, de 23 de janeiro de 2013, e considerando o processo nº 23000.012845/2012-95 e o Parecer nº 88/2013-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:
Art. 1° Fica indeferido o pedido de aumento de vagas para o curso de graduação em Serviço Social, bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio do Rio Grande do Norte, localizada no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 231, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa SERES/MEC nº 3, de 23 de janeiro de 2013, e considerando os Processos nº 23000.011360/2012-84, 23000.011375/2012-42 e 23000.012841/2012-15, e o Parecer nº 87/2013-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:
Art. 1° Ficam indeferidos os pedidos de aumento de vagas, na forma de aditamento aos atos autorizativos dos cursos de graduação das instituições de educação superior, conforme planilha anexa.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Nº de ordem	Processo	Cód./ Mantenedora	Cód./ Instituição	Município/UF	Curso
1	23000.011360/2012-84	(545) IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.	(1298) Faculdade Estácio de Alagoas	Macéio/AL	Enfermagem
2	23000.011375/2012-42	(119) Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.	(862) Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande	Campo Grande/MS	Gestão Ambiental
3	23000.012841/2012-15	(816) ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda.	(1208) Faculdade Estácio de Natal	Natal/RN	Pedagogia

PORTARIA Nº 232, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa SERES/MEC nº 3, de 23 de janeiro de 2013, e considerando o processo nº 23000.013641/2012-71 e o Parecer nº 89/2013-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Enfermagem, bacharelado, ministrado pela Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza - FAMETRO, localizada no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, mantida pelo Empreendimento Educacional Maracanau Ltda.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa a ser 300 (trezentos).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 233, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, e tendo em vista a Resolução CNE/CES nº 06, de 08 de julho de 2011, o Decreto n° 5.773, de 09 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, resolve:

Art.1º Ficam aprovadas, na forma de aditamento aos atos de credenciamentos, as alterações de denominações das Instituições de Educação Superior, conforme anexo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Processo SIDOC	Denominação Atual - Sigla	Nova Denominação	Mantenedora / CNPJ	Ato de Credenciamento ou de recredenciamento (Ato Aditado)	Endereço da IES
23000.016346/2012-77	Faculdade BI Minas	Faculdade IBS - IBS	IBS - Business School de Minas Gerais Limitada CNPJ: 00.203.629/0001-39	Portaria MEC nº 292, de 04/03/2008, DOU de 05/03/2008.	Avenida Prudente de Morais, 444, Cidade Jardim, Belo Horizonte, Minas Gerais, 30.380-000
23000.014578/2012-91	Faculdades Integradas de Angeles - FIA	Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo - UCESP	União Cultural e Educacional de Angeles CNPJ: 04.306.850/0001-73	Portaria MEC nº 3.963 de 18/12/2003, DOU de 23/12/2003.	Avenida da Saudade, 757, Vila Estádio, Araçatuba, São Paulo, 16.020-070

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 249, de 27 de dezembro de 2012, Seção 1, página 44, no Anexo da Portaria SERES nº 286, de 21 de dezembro de 2012, na linha 1019, onde se lê: "Letras - Inglês (Licenciatura)", leia-se: "Português/Inglês (Licenciatura)"; e na linha 1020, onde se lê: "Letras - Espanhol (Licenciatura)", leia-se: "Português/Espanhol (Licenciatura)", conforme Nota Técnica nº 312/2013/CGFPR/DIREG/SERES/MEC, de 17/05/2013. (Registros e-MEC 201212569 e 201213036).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 590, DE 24 DE MAIO DE 2013

A Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições legais e as competências que lhe foram delegadas pelo Magnífico Reitor através da Portaria nº 115, de 07/02/2011, DOU de 20/04/2012, ratificada pela Portaria nº 334, de 19/04/2012, DOU de 20/04/2012, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme ao abaixo discriminado:

1- Edital nº. 12/2013 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE ENGENHARIA

1.1.1 - Seleção 05 - Depto. de Estruturas - Processo nº 23071.003197/2013-23

Classificação	Nome	Nota
1º	THOMÁS LIMA DE RESENDE	7,96
2º	MELINA GUIMARÃES ALVES	7,36

2- Edital nº. 15/2013 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

2.1 - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

2.1.1 - Seleção 21 - Depto. de Finanças e Controladoria - Processo nº 23071.005122/2013-87

Classificação	Nome	Nota
1º	LUIZ CARLOS BARBOSA DOS SANTOS	7,8
2°	PATRÍCIA JACOB DA SILVA	7,4

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACKELINE FERNANDES FAYER

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 674/DDP/2013, DE 24 DE MAIO DE 2013

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.021891/2013-13, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Economia e Relações Internacionais - CNM/CSE, instituído pelo Edital nº 197/DDP/2013, de 13 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 91, Seção 3, de 14/05/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Economia Política

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Bruno de Lorenzi Cancelier Mazzucco	9,42
2º	João Marcos de Souza Alves	8,61
3º	Daniel Massen Frainer	8,11
4º	Vitor Hugo Tonin	7,55
5º	Amanda Maciel da Silva	7,19

BERNADETE QUADRO DUARTE

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 24 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, de que trata o art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 72 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 257, de 23 de junho de 2009, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, resolvem:

CAPÍTULO I

DOS DÉBITOS OBJETO DO PARCELAMENTO

Art. 1º Os débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas, relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 28 de fevereiro de 2013, poderão ser parcelados em 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, na forma e condições previstas nesta Portaria.

§ 1º Poderão ser parcelados os débitos constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União (DAU), ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado.

§ 2º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável, até 30 de agosto de 2013, por meio de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

CAPÍTULO II

DOS DÉBITOS OBJETO DE DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL

Art. 2º A inclusão no parcelamento de débitos objeto de discussão administrativa implica desistência da impugnação ou do recurso interposto e, cumulativamente, renúncia a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamentam as referidas impugnações ou recursos administrativos.

Parágrafo único. Os depósitos administrativos existentes, vinculados aos débitos a serem parcelados nos termos desta Portaria, serão automaticamente transformados em pagamento definitivo em favor da União.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Os débitos objeto de discussão judicial somente poderão integrar o parcelamento de que trata esta Portaria se o sujeito passivo desistir expressamente, de forma irretratável e irrevogável, total ou parcialmente, até a data do pedido, dos embargos à execução, de incidente processual na execução, da ação judicial proposta ou de recurso judicial e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamentam as referidas ações judiciais.

§ 1º Se o sujeito passivo renunciar parcialmente ao objeto da ação, somente poderão ser incluídos no parcelamento os débitos aos quais se referir a renúncia.

§ 2º A renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação referida no caput aplica-se inclusive às ações judiciais em que o sujeito passivo requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos.

§ 3º O ente político deverá comprovar perante a RFB ou a PGFN que houve o pedido de extinção dos processos com julgamento do mérito, nos termos do inciso V do art. 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (CPC), mediante apresentação da 2ª (segunda) via da petição de renúncia protocolada no respectivo Cartório Judicial, ou de certidão do Cartório que ateste o estado do processo, cuja cópia deverá ser anexada ao requerimento do parcelamento.

§ 4º Nas ações em que constar depósito judicial, deverá ser requerida, juntamente com o pedido de renúncia previsto no caput, a conversão do depósito em renda em favor da União ou a sua transformação em pagamento definitivo.

CAPÍTULO III

DOS PARCELAMENTOS ANTERIORES

Art. 4º Poderão ser incluídos no parcelamento de que trata esta Portaria os débitos relativos ao Pasep que tenham sido objeto de parcelamento anterior, ainda que não integralmente quitado.

§ 1º Na hipótese do caput, o sujeito passivo deverá apresentar, nas unidades da RFB ou da PGFN com circunscrição sobre o seu domicílio tributário, conforme o caso, juntamente como o pedido de parcelamento, pedido de desistência dos parcelamentos anteriores na forma dos Anexos I ou II.

§ 2º A desistência de parcelamentos anteriores será irretratável e irrevogável e os débitos não incluídos no parcelamento de que trata esta Portaria serão encaminhados, conforme o caso, para inscrição em DAU ou para o prosseguimento da cobrança.

CAPÍTULO IV

DO PEDIDO DE PARCELAMENTO E DE SEUS EFEITOS

Art. 5º O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 30 de agosto de 2013, na unidade da RFB ou da PGFN com circunscrição sobre o domicílio tributário do sujeito passivo, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção no Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) referente a débitos de parcelamento anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Portaria.

§ 1º O pedido de parcelamento de débitos de autarquias e fundações públicas será efetuado em nome do respectivo ente político a que estiverem vinculadas.

§ 2º Os parcelamentos serão distintos para cada número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), no âmbito da RFB, e para cada número de inscrição em DAU, no âmbito da PGFN.

§ 3º A critério do sujeito passivo, os débitos cujos fatos geradores ocorrerem até 28 de fevereiro de 2013, apurados em procedimento de ofício após 30 de agosto de 2013, poderão ser incorporados ao parcelamento de que trata esta Portaria, mediante aumento do número de parcelas.

§ 4º Na hipótese do § 3º, o valor da prestação relativa aos débitos incorporados ao parcelamento será o mesmo valor da prestação relativa aos débitos objeto do parcelamento inicial, com os devidos acréscimos legais.

Art. 6º O pedido de parcelamento deverá ser:

I - formalizado em modelo próprio, conforme Anexo III, se o parcelamento for requerido no âmbito da RFB, ou Anexo IV, se o parcelamento for requerido perante a PGFN;

II - assinado pelo representante legal com poderes especiais para a prática do ato, nos termos da lei; e

III - instruído com:

a) Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) que comprove o pagamento da 1ª (primeira) parcela, em valor não inferior ao previsto no § 1º do art. 10;

b) documento de identificação e demonstração de competência do representante legal do ente político para firmar o parcelamento, nos termos da legislação correlata;

c) formulário de Discriminação de Débitos a Parcelar, na forma dos Anexos V ou VI;

d) quando se tratar de débitos objeto de discussão judicial, 2ª (segunda) via da petição de renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, nos termos do inciso V do art. 269 do CPC, ou de certidão do Cartório que ateste o estado do processo; e

e) termo de desistência de parcelamentos anteriores, na forma dos Anexo I e II, quando cabível.

§ 1º Deverá ser apresentado um único pedido de parcelamento para cada ente político, incluindo suas autarquias e fundações.

§ 2º Deverá ser apresentado um formulário Discriminação dos Débitos a Parcelar para cada número de inscrição no CNPJ, quando se tratar de parcelamento perante a RFB, e um único formulário para os débitos inscritos em DAU no âmbito da PGFN.

Art. 7º A concessão do parcelamento de que trata esta Portaria implica autorização para que sejam retidos no FPE ou no FPM e repassados à União os valores correspondentes a cada prestação mensal, por ocasião do vencimento desta.

Art. 8º O pedido de parcelamento se confirma com o pagamento da 1ª (primeira) prestação.

Art. 9º O pedido de parcelamento será considerado sem efeito quando o requerente deixar de atender a qualquer dos requisitos e condições previstos neste Capítulo.

CAPÍTULO V

DAS PRESTAÇÕES E DE SEU PAGAMENTO

Art. 10. O pagamento das prestações será efetuado mediante retenção do seu valor no FPE ou no FPM e repasse à União do valor retido.

§ 1º O valor mínimo da prestação será de R$ 500,00 (quinhentos reais) por parcelamento, observado o disposto no § 2º do art. 5º.

§ 2º Deverão ser pagas por meio de Darf, distinto para cada CNPJ, no código de receita 3629, no caso de débitos perante a RFB, ou distinto para cada inscrição em DAU, no código de receita 0836, no caso de débitos perante a PGFN:

I - a parcela mínima de que trata o § 1º, até que ocorra a consolidação; e

II - após a consolidação, a parcela calculada com base na dívida consolidada, enquanto não efetivado o procedimento de retenção e repasse dos valores no FPE ou no FPM.

§ 3º Sobre o valor das parcelas incidirão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente a partir do 1º (primeiro) mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 4º Quando o valor mensal das quotas do FPE ou do FPM não for suficiente para quitação da prestação, o saldo devedor da parcela deverá ser pago por meio de Darf.

§ 5º Na hipótese do § 4º, não ocorrendo o pagamento em Darf, o saldo devedor da parcela será somado à parcela subsequente e retido nas quotas seguintes do FPE ou do FPM, com os devidos acréscimos moratórios.

§ 6º A possibilidade de retenção e repasse de parcelas em mora não afasta a aplicação das hipóteses de rescisão previstas no art. 12.

CAPÍTULO VI

DA CONSOLIDAÇÃO

Art. 11. A consolidação da dívida terá por base a data do pedido do parcelamento e resultará da soma:

I - do principal;

II - da multa de mora ou de ofício;

III - dos juros de mora; e

IV - dos encargos previstos no Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, quando se tratar de débito inscrito em DAU.

§ 1º Para os fins da consolidação dos débitos, serão aplicados os seguintes percentuais de redução:

I - 100% (cem por cento) das multas de mora ou de ofício;

II - 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora; e

III - 100% (cem por cento) dos encargos legais de que trata o inciso IV do caput.

§ 2º As reduções previstas nesta Portaria não são cumulativas com quaisquer outras reduções admitidas em lei.

§ 3º A dívida será consolidada por CNPJ ou por inscrição e será dividida por 240 (duzentas e quarenta) prestações, descontadas as prestações devidas até a data da consolidação.

CAPÍTULO VII

DA RESCISÃO

Art. 12. Implicará rescisão do parcelamento a falta de pagamento ou a impossibilidade de retenção no FPE ou no FPM por insuficiência de recursos financeiros de:

I - 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II - até 2 (duas) parcelas, estando extintas todas as demais ou estando vencida a última parcela do parcelamento.

§ 1º É considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

§ 2º Rescindido o parcelamento, apurar-se-á o saldo devedor, providenciando-se, conforme o caso, o encaminhamento do débito para inscrição em DAU ou o prosseguimento da cobrança.

§ 3º A rescisão do parcelamento motivada pelo descumprimento das normas que o regulam implicará o restabelecimento do montante das multas, dos juros e do encargo legal proporcionalmente ao valor da receita não satisfeita.

§ 4º A rescisão se dará por CNPJ, caso os débitos estejam no âmbito da RFB, ou por inscrição em DAU, caso os débitos estejam no âmbito da PGFN.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A concessão do parcelamento de que trata esta Portaria independerá de apresentação de garantias ou de arrolamento de bens.

Art. 14. Estará automaticamente deferido o pedido de parcelamento efetuado com a observância dos prazos e das disposições previstas nesta Portaria.

Art. 15. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Secretário da Receita Federal do Brasil

ANEXO I

PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE PARCELAMENTOS ANTERIORES
(Preencher um formulário para cada uma das desistências)
À Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O (Estado/DF/Município) _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, na pessoa de seu representante legal, declara que desiste das modalidades de parcelamento abaixo assinaladas.

1 - ( ) Refis (a desistência abrangerá os débitos sob controle da RFB e da PGFN, previdenciários e fazendários).

2 - ( ) Paes (a desistência abrangerá os débitos sob controle da RFB e da PGFN, previdenciários e fazendários).

3 - ( ) Paex 130 (a desistência abrangerá os débitos sob controle da RFB e da PGFN, previdenciários e fazendários).

4 - ( ) Paex 120 - Pasep RFB.

5 - ( ) Parcelamento Ordinário ou Simplificado no âmbito da RFB (para essa modalidade, informar o número do processo _____).

6 - ( ) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, na modalidade_____.

7 - ( ) PASEP Instituído pela Medida Provisória nº 574, de 28 de junho de 2012.

8 - ( ) Outras modalidades (informar o número do processo) _____.

_____

Declara estar ciente de que o presente pedido importa em desistência total do parcelamento supra assinalado.

Nome do Representante Legal:_____

Telefone:_____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE PARCELAMENTOS ANTERIORES
(Preencher um formulário para cada uma das desistências)
À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O (Estado/DF/Município) _____, inscrito no CNPJ sob o nº_____, na pessoa de seu representante legal, declara que desiste das modalidades de parcelamento abaixo assinaladas.

1 - ( ) Refis (a desistência abrangerá os débitos sob controle da RFB e da PGFN, previdenciários e fazendários).

2 - ( ) Paes (a desistência abrangerá os débitos sob controle da RFB e da PGFN, previdenciários e fazendários).

3 - ( ) Paex 130 (a desistência abrangerá os débitos sob controle da RFB e da PGFN, previdenciários e fazendários).

4 - ( ) Paex 120 - Pasep PGFN (Para essa modalidade informar o número da inscrição _____.

5 - ( ) Parcelamento Ordinário ou Simplificado no âmbito da RFB (para essa modalidade, informar o número do processo _____).

6 - ( ) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, na modalidade _____.

7 - ( ) PASEP Instituído pela Medida Provisória nº 574, de 28 de junho de 2012.

8 - ( ) Outras modalidades (informar o número da inscrição) _____.

Declara estar ciente de que o presente pedido importa em desistência total do parcelamento supra assinalado.

Nome do Representante Legal: _____

Telefone:_____

Assinatura do Representante Legal: _____

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

PEDIDO DE PARCELAMENTO

À Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O (Estado/DF/Município) _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, na pessoa de seu representante legal, requer, com base no art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, o parcelamento de seus débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 28 de fevereiro de 2013, conforme discriminativo de débitos anexo, em 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais.

Declara estar ciente de que o presente pedido importa em confissão extrajudicial irretratável da dívida, nos termos dos arts. 348, 353 e 354 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (CPC).

_____

Local e data

_____

Assinatura do Representante Legal.

_____

Telefone para contato.

ANEXO IV

PEDIDO DE PARCELAMENTO

À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O (Estado/DF/Município) _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, na pessoa de seu representante legal, requer, com base no art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, o parcelamento de seus débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 28 de fevereiro de 2013, conforme discriminativo de débitos anexo, em 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais.

Declara estar ciente de que o presente pedido importa em confissão extrajudicial irretratável da dívida, nos termos dos arts. 348, 353 e 354 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (CPC).

_____

Local e data

_____

Assinatura do Representante Legal.

_____

Telefone para contato.

ANEXO V

DISCRIMINAÇÃO DE DÉBITOS A PARCELAR

ESTADO/DF/MUNICÍPIO: _____

CNPJ do Ente Político: _____

Titular do débito*: _____

CNPJ do titular do débito*: _____

(*) Informar, caso o débito seja de titularidade diferente do solicitante do parcelamento.

Código do Tributo	Período de Apuração	Vencimento	Valor Originário a ser parcelado	Número do Processo, se houver

Local/Data: _____

Nome do Representante Legal: _____

Telefone: _____

Assinatura do Representante Legal: _____

ANEXO VI

DISCRIMINAÇÃO DE DÉBITOS A PARCELAR

ESTADO/DF/MUNICÍPIO: _____

CNPJ do Ente Político: _____

Titular do débito*: _____

CNPJ do titular do débito*: _____

(*) Informar, caso o débito seja de titularidade diferente do solicitante do parcelamento.

CNPJ do Devedor	Número da Inscrição	Número do Processo Administrativo	Valor da Inscrição a Parcelar

Data: _____

Nome do Representante Legal: _____

Telefone: _____

Assinatura do Representante Legal

PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 24 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, de que tratam os arts. 1º a 9º da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 72 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 257, de 23 de junho de 2009, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º a 9º da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, resolvem:

CAPÍTULO I

DOS DÉBITOS OBJETO DO PARCELAMENTO

Art. 1º Os débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações públicas, relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e às respectivas obrigações acessórias, provenientes de competências até fevereiro de 2013, inclusive 13º (décimo terceiro) salário, poderão ser parcelados em 240 (duzentos e quarenta) meses ou em prestações equivalentes a 1% (um por cento) da média mensal da Receita Corrente Líquida (RCL), o que for de menor valor, na forma e condições previstas nesta Portaria.

§ 1º O disposto no caput estende-se às contribuições devidas por lei a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos.

§ 2º Poderão ser parcelados os débitos constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União (DAU), ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado.

§ 3º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável, até 30 de agosto de 2013, por meio de Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

CAPÍTULO II

DOS DÉBITOS OBJETO DE DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL

Art. 2º A inclusão no parcelamento de débitos objeto de discussão administrativa implica desistência da impugnação ou do recurso interposto e, cumulativamente, renúncia a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamentam as referidas impugnações ou recursos administrativos.

Parágrafo único. Os depósitos administrativos existentes, vinculados aos débitos a serem parcelados nos termos desta Portaria, serão automaticamente transformados em pagamento definitivo em favor da União.

Art. 3º Os débitos objeto de discussão judicial somente poderão integrar o parcelamento de que trata esta Portaria se o sujeito passivo desistir expressamente, de forma irretratável e irrevogável, total ou parcialmente, até a data do pedido, dos embargos à execução, de incidente processual na execução, da ação judicial proposta ou de recurso judicial e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamentam os referidos processos e ações judiciais.

§ 1º Se o sujeito passivo renunciar parcialmente ao objeto da ação, somente poderão ser incluídos no parcelamento os débitos aos quais se referir a renúncia.

§ 2º A renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação referida no caput aplica-se inclusive às ações judiciais em que o sujeito passivo requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos.

§ 3º O ente político deverá comprovar perante a RFB que houve o pedido de extinção dos processos com julgamento do mérito, nos termos do inciso V do art. 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (CPC), mediante apresentação da 2ª (segunda) via da petição de renúncia protocolada no respectivo Cartório Judicial, ou de certidão do Cartório que ateste o estado do processo, cuja cópia deverá ser anexada ao requerimento do parcelamento.

§ 4º Nas ações em que constar depósito judicial, deverá ser requerida, juntamente com o pedido de renúncia previsto no caput, a conversão do depósito em renda em favor da União ou a sua transformação em pagamento definitivo.

CAPÍTULO III

DOS PARCELAMENTOS ANTERIORES

Seção I

Da Migração dos Pedidos Formulados nos Termos da Medida Provisória nº 589, de 2012

Art. 4º Os entes públicos que tiverem optado pelos parcelamentos previstos no art. 1º da Medida Provisória nº 589, de 13 de novembro de 2012, terão seus débitos automaticamente migrados para o parcelamento de que trata esta Portaria.

§ 1º Os pagamentos efetuados com base no parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 589, de 2012, serão aproveitados na amortização dos débitos consolidados no parcelamento previsto nesta Portaria.

§ 2º Na hipótese do caput, o ente que não concordar com a migração deverá manifestar-se, por escrito, na unidade da RFB de seu domicílio tributário, até 30 de agosto de 2013.

Seção II

Dos Demais Parcelamentos

Art. 5º Poderão ser incluídos no parcelamento previso nesta Portaria os débitos de que trata o art. 1º que tenham sido objeto de parcelamento anterior, ainda que não integralmente quitado.

§ 1º Na hipótese do caput, o sujeito passivo deverá apresentar, na unidade da RFB de seu domicílio tributário, juntamente com o pedido de parcelamento, desistência dos parcelamentos anteriores na forma do Anexo I.

§ 2º A desistência de parcelamentos anteriores será irretratável e irrevogável e os débitos não incluídos no parcelamento de que trata esta Portaria serão encaminhados, conforme o caso, para inscrição em DAU ou para o prosseguimento da cobrança.

CAPÍTULO IV

DO PEDIDO DE PARCELAMENTO E DE SEUS EFEITOS

Art. 6º O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 30 de agosto de 2013, na unidade da RFB do domicílio tributário do sujeito passivo, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção no Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Portaria.

§ 1º O pedido de parcelamento de débitos das autarquias e das fundações públicas será efetuado em nome do respectivo ente federativo a que estiverem vinculadas.

§ 2º A critério do sujeito passivo, os débitos relativos a competências até fevereiro de 2013, apurados em procedimento de ofício após 30 de agosto de 2013, poderão ser incorporados ao parcelamento de que trata esta Portaria, mediante aumento do número de parcelas.

§ 3º Na hipótese do § 2º, o valor da prestação relativa aos débitos incorporados ao parcelamento será igual ao valor da prestação relativa aos demais débitos objeto do parcelamento inicial, com os devidos acréscimos legais.

§ 4º A concessão do parcelamento de que trata esta Portaria implica autorização pelo ente político para a retenção no FPE ou no FPM e repasse à União do valor correspondente às prestações mensais e às obrigações previdenciárias correntes dos meses anteriores ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação, no caso de não pagamento no vencimento.

Art. 7º O pedido de parcelamento deverá ser:

I - formalizado em modelo próprio, na forma do Anexo II;

II - assinado pelo representante legal com poderes especiais para a prática do ato, nos termos da lei; e

III - instruído com:

a) documento de identificação e demonstração de competência do representante legal do ente político para firmar o parcelamento, nos termos da legislação correlata;

b) formulário de Discriminação de Débitos a Parcelar, na forma do Anexo III;

c) quando se tratar de débitos objeto de discussão judicial, 2ª (segunda) via da petição de renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, nos termos do inciso V do art. 269 do CPC, ou de certidão do Cartório que ateste o estado do processo;

d) demonstrativo de apuração da RCL do ente político, na forma do inciso I do art. 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), referente ao ano-calendário de 2012; e

e) termo de desistência de parcelamentos anteriores, na forma do Anexo I, quando cabível.

Parágrafo único. O pedido de parcelamento devidamente protocolado e instruído com os documentos de que trata este artigo suspende a exigibilidade dos débitos incluídos no parcelamento, podendo ser emitida ao solicitante a certidão positiva com efeitos de negativa em relação aos referidos débitos.

Art. 8º O pedido de parcelamento será considerado sem efeito quando o requerente deixar de atender a qualquer dos requisitos e condições previstos neste Capítulo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO V

DAS PRESTAÇÕES E DE SEU PAGAMENTO

Art. 9º O pagamento das prestações será efetuado a partir do 1º (primeiro) decêndio do terceiro mês subsequente ao do pedido, mediante retenção no FPE ou no FPM e repasse à União do valor correspondente a 1% (um por cento) da média mensal da RCL ente político ou a 1/240 (um duzentos e quarenta avos) do valor consolidado da dívida, o que for menor.

§ 1º Até que ocorra a consolidação da dívida, será retido do correspondente FPE ou FPM e repassado à União o equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da média mensal da RCL do ano anterior, como antecipação dos pagamentos a serem efetuados no momento do início efetivo do parcelamento.

§ 2º Sobre o valor das parcelas incidirão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente a partir do 1º (primeiro) mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 3º Quando o valor mensal das quotas do FPE ou do FPM não for suficiente para quitação da prestação, o saldo devedor da parcela deverá ser pago por meio de Guia da Previdência Social (GPS).

§ 4º Na hipótese do § 3º, não ocorrendo o pagamento em GPS, o saldo devedor da parcela será somado à parcela subsequente e retido nas quotas seguintes do FPE ou do FPM, com os devidos acréscimos moratórios.

§ 5º A possibilidade de retenção e repasse de parcelas em mora não afasta a aplicação das hipóteses de rescisão previstas no art. 13.

Art. 10. Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se como RCL aquela definida nos termos do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º O percentual de 1% (um por cento) ou de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), quando for o caso, será aplicado sobre a média mensal da RCL publicada de acordo com o previsto nos art. 52, 53 e 63 da Lei Complementar nº 101, de 2000, da seguinte forma:

I - prestações com vencimento de janeiro a março: RCL do segundo ano anterior; e

II - prestações com vencimento de abril a dezembro: RCL do ano anterior.

§ 2º Para fins de cálculo das parcelas mensais, os entes políticos obrigam-se a encaminhar à RFB, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, o demonstrativo de apuração da RCL de que trata o inciso I do caput do art. 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, referente ao ano anterior, podendo as informações ser revistas de ofício.

§ 3º No caso de não apresentação das informações de que trata o § 2º, ou de sua inexatidão, os valores da RCL poderão ser apuradas de ofício.

CAPÍTULO VI

DA CONSOLIDAÇÃO DOS DÉBITOS

Art. 11. Os débitos serão consolidados por ente político, incluídas suas autarquias e fundações públicas, sendo considerada como data para a consolidação dos débitos a data do pedido de parcelamento de que trata o caput do art. 6º.

§ 1º Na hipótese da migração de que trata o art. 4º, será considerada como data do pedido a data da publicação desta Portaria.

§ 2º A consolidação resultará da soma:

I - do principal;

II - da multa de mora ou de ofício;

III - dos juros de mora; e

IV - dos encargos previstos no Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, ou dos honorários advocatícios, quando se tratar de débito inscrito em DAU.

§ 3º Para fins de consolidação, serão aplicados os seguintes percentuais de redução:

I - 100% (cem por cento) das multas de mora ou de ofício;

II - 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora; e

III - 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios.

§ 4º As reduções previstas nesta Portaria não são cumulativas com quaisquer outras reduções admitidas em lei.

§ 5º Para apuração do valor das prestações, será realizada comparação, prevalecendo o menor valor, entre:

I - o valor da dívida consolidada dividida por 240 (duzentas e quarenta) parcelas, descontadas as prestações devidas até a data da consolidação; e

II - 1% (um por cento) da média mensal da RCL do ano anterior ao da consolidação.

§ 6º O procedimento de que trata o § 5º será realizado uma única vez, quando da consolidação da dívida.

CAPÍTULO VII

DA RETENÇÃO E DO REPASSE DAS OBRIGAÇÕES CORRENTES

Art. 12. A adesão ao parcelamento de que trata esta Portaria implica autorização pelo ente político para a retenção no FPE ou no FPM e repasse à União do valor correspondente às obrigações previdenciárias correntes dos meses anteriores ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação, no caso de não pagamento no vencimento.

§ 1º A retenção e o repasse serão efetuados a partir do mês seguinte ao vencimento da obrigação corrente previdenciária não paga, com a incidência dos acréscimos legais devidos até a data da retenção.

§ 2º Na hipótese de não apresentação da GFIP no prazo legal, caso não ocorra a apuração de ofício dos valores devidos, o valor a ser retido nos termos do § 1º corresponderá à média das últimas 12 (doze) competências recolhidas ou devidas, sem prejuízo da cobrança, da restituição ou da compensação de eventuais diferenças.

§ 3º A retenção no FPE ou no FPM e o repasse serão efetuados obedecendo-se à seguinte ordem de preferência:

I - as obrigações correntes não pagas no vencimento;

II - as prestações do parcelamento de que trata esta Portaria; e

III - as prestações dos demais parcelamentos que tenham essa previsão.

§ 4º Na hipótese de o FPE ou o FPM não ser suficiente para retenção do somatório dos valores correspondentes às obrigações devidas na forma do § 3º, o valor da diferença não retida deverá ser recolhido por meio de GPS, com os devidos acréscimos legais a partir do vencimento da prestação.

CAPÍTULO VIII

DA RESCISÃO DO PARCELAMENTO

Art. 13. O parcelamento de que trata esta Portaria será rescindido nas seguintes hipóteses:

I - falta de recolhimento de diferença não retida no FPE ou no FPM por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;

II - inadimplência de débitos referente às contribuições sociais de que tratam as alíneas "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 1991, com competência igual ou posterior a março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;

III - constatação, caracterizada por lançamento de ofício após 30 de agosto de 2013, de diferença de débito correspondente à obrigação previdenciária abrangida pelo parcelamento de que trata esta Portaria, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial; ou

IV - falta de apresentação das informações relativas ao demonstrativo de apuração da RCL referido no § 2º do art. 10, salvo possibilidade de apuração de ofício desse valor por parte da RFB, com base nas informações de que dispõe.

§ 1º A critério do ente político, as competências de que trata o inciso III do caput poderão ser incluídas no parcelamento de que trata esta Portaria.

§ 2º A rescisão do parcelamento independerá de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 3º Rescindido o parcelamento, apurar-se-á o saldo devedor, providenciando-se, conforme o caso, o encaminhamento do débito para inscrição em DAU ou o prosseguimento da cobrança.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. A concessão do parcelamento de que trata esta Portaria independerá de apresentação de garantias ou de arrolamento de bens.

Art. 15. Estará automaticamente deferido o pedido de parcelamento efetuado com a observância dos prazos e das disposições previstas nesta Portaria.

Art. 16. Os valores pagos pelos municípios relativos ao parcelamento e à obrigação corrente de que trata esta Portaria não serão incluídos no limite a que se refere o § 4º do art. 5º da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998.

Art. 17. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Secretário da Receita Federal do Brasil

ANEXO I

PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE PARCELAMENTOS ANTERIORES

À Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Ente político (Estado/DF/Município) _____

Nº inscrição no CNPJ _____

O ente político acima identificado solicita desistência irrevogável e irretratável de todas as modalidades de parcelamento, inclusive de suas autarquias e fundações, que contemplem débitos passíveis, total ou parcialmente, de inclusão no parcelamento de que tratam os arts. 1º a 9º da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013?

( ) Sim

( ) Não

Na hipótese de assinalamento da opção "Não", indicar as modalidades e/ou parcelamentos para os quais solicita desistência irrevogável e irretratável:

( ) Medida Provisória nº 2129-2187, de 2001 e anteriores

( ) Lei nº 10.684, de 2003 - Paes

( ) Lei nº 11.196, de 2005 - Patronal

( ) Lei nº 11.196, de 2005 - Segurados

( ) Medida Provisória nº 303, de 2006 - Paex - Art. 1º

( ) Medida Provisória nº 303, de 2006 - Paex - Art. 8º

( ) Medida Provisória nº 457, de 2009 e Lei nº 11.960, de 2009 - Patronal

( ) Medida Provisória nº 457, de 2009 e Lei nº 11.960, de 2009 - Segurados

( ) Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN/Previdenciário Art. 1º

( ) Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN/ Previdenciário Art. 3º

( ) Lei nº 11.941, de 2009 - RFB/ Previdenciário Art. 1º

( ) Lei nº 11.941, de 2009 - RFB/ Previdenciário Art. 3º

( )Lei nº 10.522, de 2002 - Parcelamento ordinário/simplificado. Informar o número dos processos de parcelamento: _____

( ) Outras modalidades. Informar o número dos processos de parcelamento: _____

_____ Local e data _____ Assinatura Contribuinte/Representante Legal/Procurador Telefone para contato:	P R O T O C O L O

ANEXO II

PEDIDO DE PARCELAMENTO

À Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O (Estado/DF/Município)_____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, na pessoa de seu representante legal, com base nos arts. 1º a 9º da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, requer o parcelamento de seus débitos relativos às contribuições sociais de que trata a alínea "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, inclusive das contribuições devidas por lei a terceiros, conforme discriminativo de débitos em anexo, por meio de parcelas a serem retidas no respectivo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e repassadas à União, no valor de 1% (um por cento) da média mensal da receita corrente líquida do ente político ou de 1/240 (um duzentos e quarenta avos) da dívida consolidada, o que for menor.

Declara estar ciente de que o presente pedido importa em confissão extrajudicial irretratável da dívida, nos termos dos art. 348, 353 e 354 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (CPC).

_____ Local e data _____ Assinatura Contribuinte/Representante Legal/Procurador Telefone para contato:	P R O T O C O L O

ANEXO III

DISCRIMINAÇÃO DE DÉBITOS A PARCELAR

ESTADO/DF/MUNICÍPIO: _____

CNPJ do Ente Político: _____

O ente político acima identificado solicita o parcelamento da totalidade dos débitos passíveis de inclusão no parcelamento de que tratam os arts. 1º a 9º da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, em seu nome e de suas autarquias e fundações públicas, inclusive aqueles para os quais houve solicitação de desistência de parcelamento e/ou discussão administrativa/judicial?

( ) Sim

( ) Não

Na hipótese de assinalamento da opção "Não", indicar pormenorizadamente os débitos a serem incluídos no parcelamento de que tratam os arts. 1º a 9º da Lei nº 12.810, de 2013:

CNPJ	DEBCAD/PROCES-SO	CNPJ	DEBCAD/PRO-CESSO

_____ Local e data _____ Assinatura Contribuinte/Representante Legal/Procurador Telefone para contato:	P R O T O C O L O

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E CONTROLE DE OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAL
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial nº 99, de 24.5.2013, seção 1, página 24, referente à Carta-Circular nº 3.598, de 23 de maio de 2013:

No art. 1º, inciso II, onde se lê: "Resolução nº 4.122, de 2013", leia-se: "Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012".

No art. 1º, inciso IV, onde se lê: "Resolução nº 4.122", leia-se: "Resolução nº 4.122, de 2012" e

No art. 1º, inciso V, onde se lê: "Resolução nº 4.122", leia-se: "Resolução nº 4.122, de 2012"

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 13.019, DE 21 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS torna público que, nesta data, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 529, de 9 de janeiro de 2008, e com fundamento no artigo 9º, §1º, inciso IV, da Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976, combinado com o inciso I, alínea "c", da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 702, de 26 de Agosto de 1981, e considerando o que consta do Processo CVM nº RJ-2013/1035, declarou:

I - aos participantes do mercado de valores mobiliários e ao público em geral que o Sr. JOSÉ CARLOS RODRIGUES TEIXEIRA - CPF nº 454.739.788-00, domiciliado na cidade de São Paulo - SP, não está autorizado, por esta Autarquia, a intermediar negócios envolvendo valores mobiliários, porquanto não integra o sistema de distribuição previsto no art. 15 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, determinando à referida pessoa a imediata suspensão das atividades de intermediação de valores mobiliários, bem como a realização de compras e vendas de valores mobiliários que caracterizem atividade de intermediação, em conformidade com o art.16 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, alertando que a não observância da presente determinação sujeitará o mesmo à imposição de multa cominatória diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), sem prejuízo de responsabilidades pelas eventuais infrações cometidas antes da publicação do presente Ato, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.385/76;

II - que este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WALDIR DE JESUS NOBRE

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 24 de maio de 2013

Nº 106 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar o seguinte Protocolo ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal indicadas em seu respectivo texto:

PROTOCOLO ICMS 57, DE 24 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a adesão do Estado do Acre ao Protocolo ICMS 20/05, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com sorvetes e com preparados para fabricação de sorvete em máquina.

Os Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, neste ato representados por seus respectivos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos art. 102 e 199, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte:

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica o Estado do Acre incluído nas disposições do Protocolo ICMS 20/05, de 1º de julho de 2005.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

No Despacho 92/13, de 2 de maio de 2013, publicado no DOU de 3 de maio de 2013, Seção 1, página 32, onde se lê:
"...

DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	CNPJ	INSC. ESTADUAL
MAC Papéis Indúistria e Comércio Ltda - ME	Rua P 15 nº 36 - CEP: 74.543-290 - Goiânia - GO	04.991.175/0001-69	10.349.446-4

...",

leia-se:
"...

DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	CNPJ	INSC. ESTADUAL
MAC Papéis Indústria e Comércio Ltda - ME	Rua P 15 nº 36 - CEP: 74.543-290 - Goiânia - GO	04.991.175/0001-69	10.349.446

...".

No Despacho do Secretário Executivo Nº 101/13, de 22 de maio de 2013, publicado no DOU de 23 de maio 2013, Seção 1, página 28, onde se lê: "...Em 22 de abril de 2013...", leia-se: "...Em 22 de maio de 2013...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 24 DE MAIO DE 2013

Cancela os lançamentos referentes às multas aplicadas pelo atraso na entrega dos Demonstrativos de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon), relativos a fatos geradores ocorridos nos meses de outubro de 2012 a março de 2013, transmitidos no prazo determinado pelo art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.348, de 17 de abril de 2013.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.348, de 17 de abril de 2013, declara:

Art. 1º Ficam cancelados os lançamentos referentes às multas aplicadas pelo atraso na entrega dos Demonstrativos de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon), relativos a fatos geradores ocorridos nos meses de outubro de 2012 a março de 2013, transmitidos no prazo determinado pelo art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.348, de 17 de abril de 2013.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

PORTARIA Nº 653, DE 23 DE MAIO 2013

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 45 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos §§ 10 e 11 do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 17 da Portaria RFB nº 3.010, de 29 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. Resumo do edital será publicado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de realização do leilão, no Diário Oficial da União e em pelo menos um jornal diário de grande circulação no estado e também, se houver, em jornal de circulação no município ou na região onde será realizado o evento, contendo o seguinte:

I - a unidade promotora do leilão e o número de ordem do edital;

II - a espécie das mercadorias;

III - a data, o horário e o local da realização do leilão;

IV - local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e de todas as informações sobre a licitação.

Parágrafo único. Para ampliar a abrangência dos leilões, poderão ser utilizados, conforme o vulto da licitação, outros meios de divulgação. (NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

PORTARIA Nº 664, DE 24 DE MAIO DE 2013

Delega competência ao Superintendente da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal para praticar o ato que especifica.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 6º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Superintendente da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal para assinar Protocolo de Cooperação tendo como objeto a conjugação de esforços para o estabelecimento do Núcleo Regional de Desenvolvimento e Integração Fronteiriços do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 133, DE 8 DE MAIO DE 2013

Declara nula, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto nos arts. 32, 33 e 34, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010 e o contido no processo 10183.720995/2013-12

DECLARA NULA, DE OFÍCIO, a inscrição no CPF 059.891.471-47 da pessoa física Olívio Camozzato, com endereço na Rua São Pedro, 1.450, Centro, Várzea Grande/MT, CEP 78.155-000.

RODOLFO COSTA MARQUES

PORTARIA Nº 58, DE 23 DE MAIO DE 2013

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do Artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º - Subdelegar competência à Inspetora-Chefe e, em seu afastamento, ao respectivo Substituto Eventual da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Cáceres-MT, para dar posse e exercício aos candidatos aprovados no concurso público para integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODOLFO COSTA MARQUES

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 161, DE 23 DE MAIO DE 2013

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ/MT abaixo identificado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal de Cuiabá/MT, no endereço: Av. Juliano da Costa Marques, 99 esquina com Av. Historiador Rubens de Mendonça Bosque da Saúde, Edifício Órgãos Fazendários, CEP 78050-600, Cuiabá/MT.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS MÁRCIO RAMIRES MESQUITA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

03.275.757/0001-86	03.573.098/0001-64
24.707.085/0001-00	86.856.283/0001-93

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

PORTARIA Nº 37, DE 24 DE MAIO DE 2013

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º - Subdelegar competência aos Agentes, e em seus afastamentos, aos respectivos substitutos eventuais, das unidades de exercício no âmbito de sua jurisdição, dar posse e exercício aos candidatos aprovados no concurso público integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

ALBERTO CARLOS DE JESUS CARNEIRO

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

PORTARIA Nº 32, DE 24 DE MAIO DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA-RR, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º - Subdelegar competência aos Agentes e Inspetores-Chefes e, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos eventuais, das unidades de exercício no âmbito de sua jurisdição, dar posse e exercício aos candidatos aprovados no concurso público para integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JI-PARANÁ

PORTARIA Nº 22, DE 23 DE MAIO DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JI-PARANÁ - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e, considerando o que dispõem os artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937/79 e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Delegar competência ao Inspetor Chefe da Receita Federal do Brasil em Vilhena e, em suas faltas e impedimentos legais, a quem o estiver substituindo, para dar posse e exercício a servidores nomeados para a Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Vilhena, bem como localizá-los nos setores ou equipes da referida Unidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEY CUBEIRO DOS SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

PORTARIA Nº 68, DE 24 DE MAIO DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos Agentes e Inspetores-Chefes e, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos eventuais, das unidades de exercício no âmbito de sua jurisdição, dar posse e exercício aos candidatos aprovados no concurso público para integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO BARBOSA FROTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

PORTARIA Nº 20, DE 24 DE MAIO DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos Agentes e, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos eventuais, das unidades de exercício no âmbito de sua jurisdição, dar posse e exercício aos candidatos aprovados no concurso público para integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAX WELLS DE CARVALHO RAMOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

PORTARIA Nº 25, DE 23 DE MAIO DE 2013

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministro de Estado da Fazenda e considerando o que dispõe os artigos 11 e 12 do Decreto - Lei nº 200/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937/79 e alterações posteriores, resolve,

Art. 1º Subdelegar competência ao Agente da Agencia da Receita Federal do Brasil em Ariquemes-RO e ao Inspetor da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Guajará-Mirim, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos eventuais, das unidades de exercício no âmbito de sua jurisdição, dar posse e exercício aos candidatos aprovados no concurso público para integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL PATRICIO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

PORTARIA Nº 27, DE 24 DE MAIO DE 2013

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO/AC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos Agentes e Inspetores-Chefes e, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos eventuais, das unidades de exercício no âmbito de sua jurisdição, dar posse e exercício aos candidatos aprovados no concurso público para integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA VIEIRA PEREIRA ROQUES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM

PORTARIA Nº 19, DE 24 DE MAIO DE 2013

A DELEGADA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTARÉM, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos Agentes e Inspetores-Chefes e, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos eventuais, das unidades de exercício no âmbito de sua jurisdição, dar posse e exercício aos candidatos aprovados no concurso público para integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LOURDES MARIA CARVALHO TAVARES

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 23 DE MAIO DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM IMPERATRIZ (MA), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, declara:

A inaptidão da inscrição do CNPJ da empresa POSTO NAZARÉ LTDA. - ME, CNPJ nº 05.700.539/0001-77, situada à Av. Dorgival Pinheiro de Souza, nº 673 - Centro - Imperatriz MA - CEP: 65.910-030, pois a mesma não foi localizada no endereço constante do cadastro CNPJ, incidindo na situação fática prevista nos arts. 37, II e 39, I, II e § 2º da IN RFB nº 1.183/2011, de acordo com os autos do Mandado de Procedimento Fiscal nº 0320200/00012/2013.

INIDÔNEOS e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUÍS DE ALBUQUERQUE

4ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 21 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, com fundamento nas disposições dos artigos 493, 494 e 498, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, combinadas com o disposto nos artigos 3º e 4º da Instrução Normativa SRF nº 266, de 23 de dezembro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10480.725228/2013-37, declara:

Art. 1º - Autorizada a empresa Yolanda Logística Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda., CNPJ 01.994.008/0001-83, administradora do Porto Seco localizado na Rodovia BR 101-Sul, s/nº, km 93,4, em Ponte dos Carvalhos, município do Cabo de Santo Agostinho-PE, a operar o regime de Depósito Alfandegado Certificado - DAC, relativamente a carga geral, nas áreas de 1.000 m² de armazém coberto e 1.000 m² do pátio de contêineres, delimitadas conforme consta das plantas que integram o processo mencionado.

Art. 2º - O controle da operação do regime ora autorizado será efetuado pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Recife, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias.

Art. 3º - Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este Ato poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido da interessada, podendo ainda a Receita Federal do Brasil revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

Art. 4º - Revoga-se o Ato Declaratório Executivo SRRF04 nº 33, de 14 de dezembro de 2009, publicado no DOU de 16 de dezembro de 2009.

Art. 5º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 22 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, com fundamento nas disposições dos artigos 404 e 418 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 e dos artigos 6º, 8º e 9º da Instrução Normativa SRF nº 241, de 6 de novembro de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo nº 10480.725227/2013-92, declara:

Art. 1º - Credenciado o recinto alfandegado, porto seco do qual é permissionária a empresa Yolanda Logística Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda., CNPJ 01.994.008/0001-83, localizado na Rodovia BR 101-Sul, s/nº, km 93,4, em Ponte dos Carvalhos, município do Cabo de Santo Agostinho-PE, a operar o regime de especial de Entreposto Aduaneiro, na modalidade de Importação, atividade de armazenagem de mercadorias, nas áreas de 3.510 m² em armazém coberto e 2.000 m² no pátio de contêineres, delimitadas conforme consta das plantas que integram o processo mencionado.

Art. 2º - O controle da operação do regime ora autorizado será efetuado pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Recife, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º - Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este Ato poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido da interessada, podendo ainda a Receita Federal do Brasil revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES

5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 20 DE MAIO DE 2013

Declara alfandegada a Base Naval de Aratu, nos termos e condições que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada através das Portaria SRF nº 13, de 09 de janeiro de 2002 e Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 12689.720701/2013-89, declara:

Art. 1º Fica alfandegada, a título extraordinário e em caráter eventual, a Base Naval de Aratu, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0028-64, localizada na Estrada da Base Naval de Aratu, São Tomé de Paripe, Salvador - BA, para proceder, conforme cronograma constante do Processo nº 12689.720701/2013-89, ao recebimento, atracação e descarga dos navios BBC TONNAGE, INDUSTRIAL SOLPHIN, BBC WASHINGTON, BBC DELAWARE e MV SOUTH PACIFIC, fretados pela empresa Vanádio de Maracás S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 15.191.786/0001-49, face às dimensões dos equipamentos importados, que impossibilitam seu trânsito pelas vias urbanas do município de Salvador, e para que, sob controle aduaneiro, se proceda às operações previstas nos incisos I e II do art. 5º do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 e incisos I, II, V e XI da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

Art. 2º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Salvador, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 3º Fica mantido o código Siscomex 5.92.35.01-2, atribuído para o recinto.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25 de junho e terá validade até 31 de dezembro de 2013.

CARLOS ROMEU SILVA QUEIROZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

PORTARIA Nº 15, DE 23 DE MAIO DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Art. 1º. Subdelegar competência aos Agentes e Inspetores-Chefes e, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos eventuais, das unidades de exercício no âmbito de sua jurisdição, para dar posse e exercício aos candidatos aprovados em concurso público para integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL CASTRO DOS SANTOS JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

PORTARIA Nº 23, DE 23 DE MAIO DE 2013

Delega competência aos servidores em exercício no Gabinete da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador para praticar atividades relativas ao processo de Capacitação e Desenvolvimento da Unidade.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR, em razão das atribuições que lhe conferem os artigos 240, inciso VI e artigo 249, caput, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio 2012, publicado no DOU de 17.05.2012, com vigência a partir de 19.07.2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto n° 83.937, de 6 de setembro de 1979, com as alterações do Decreto n° 86 377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos servidores lotados no Gabinete da DRF/SDR, para praticarem os seguintes atos:

I - propor, planejar, desenvolver, executar e acompanhar ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas no âmbito desta DRF.

II - operacionalizar as atividades do Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas - SISCAD e demais sistemas da área de Gestão de Pessoas que apoiem a execução do Programa de Educação Corporativa - PROEDUC e o processo de Gestão de Competências da Unidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 23 DE MAIO DE 2013

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na delegacia de Belo Horizonte, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Belo Horizonte, à Rua Levindo Lopes nº 357.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO PIRES MAIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

03.269.272/0001-80 LEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EP

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 24 DE MAIO DE 2013

Concede coabilitação ao Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol - RECOPA.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 2010, com fundamentos nos artigos 17 a 21 da Lei nº 12.350/2010, regulamentados pelo Decreto nº 7.319/2010 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.176/2010, e considerando ainda o contido no processo nº 15504.720779/2013-11, declara:

Art. 1º - Coabilitada, ao Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (RECOPA), a pessoa jurídica CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.262.213/0001-94, para a execução de obras de construção do Estádio Arena da Amazônia, de titularidade do Governo do Estado do Amazonas, inscrito no CNPJ sob o nº 04.312.369/0001-90, aprovada pela Portaria nº 92, de 3 de maio de 2013, do Ministério do Esporte, publicada no DOU em 6 de maio de 2013.

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 24 DE MAIO DE 2013

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime de Redução do IRPJ, inclusive adicional, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e considerando o disposto na Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com as alterações da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, Lei nº 12.546, de 14 de dezembro, Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 e Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e na Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.187, de 29 de agosto de 2011 e tendo em vista o que consta do processo 13603.722575/2012-81, resolve:

Art. 1º. Declarar habilitada a operar como beneficiária, por transferência, do regime de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, inclusive adicional, calculados com base no Lucro da Exploração incidente sobre os resultados adicionais por eles criados, para a condição onerosa de MODERNIZAÇÃO de empreendimento industrial na área da SUDENE, com início em 01/01/2012 até 31/12/2018, a pessoa jurídica BELGO BEKAERT ARAMES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.506/0001-30 situada na Avenida General David Sarnoff, 909-A, Cidade Industrial, Contagem - MG, CEP 32210-110 conforme Laudo Constitutivo nº 0082/2012 aprovado pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no processo nº 59334.000094/11-59.

Art. 2º. Fica o benefício à redução, mencionado no art. 1º, concedido ao estabelecimento de CNPJ nº 61.074.506/0026-98, e para os produtos: arames trefilados galvanizados e seus derivados.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO SOARES DOS SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 23 DE MAIO DE 2013

Inscreve a empresa abaixo no Registro Especial dos estabelecimentos produtores de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005 e conforme Termo de Diligência Fiscal e demais documentos integrantes do Processo nº 13011.720053/2013-96, declara:

Art. 1º Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/133, como produtor e atacadista, a empresa "JADIR FLAVINO DE PINHO - ME", CNPJ n.º 16.865.045/0001-63, localizada na Rua Antônio Amâncio, 95, Fundos Alambique, Bairro Várzea, em Ouro Fino, MG, na atividade de produtor e atacadista de aguardente de cana (cachaça), marca CACHAÇA MINAS OURO, em vasilhames de vidro não retornáveis de 670ml e em vasilhames pet não retornáveis de 180ml.

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro acima concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa descrita.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO DE SOUZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 23 DE MAIO DE 2013

Inscreve a empresa abaixo no Registro Especial dos estabelecimentos engarrafadores de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005 e conforme Termo de Diligência Fiscal e demais documentos integrantes do Processo nº 13011.720053/2013-96, declara:

Art. 1º Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/134, como engarrafadora, a empresa "JADIR FLAVINO DE PINHO - ME", CNPJ n.º 16.865.045/0001-63, localizada na Rua Antônio Amâncio, 95, Fundos, Bairro Várzea, em Ouro Fino, MG, na atividade de engarrafadora de aguardente de cana (cachaça), marca CACHAÇA MINAS OURO, em vasilhames de vidro não retornáveis de 670ml e em vasilhames pet não retornáveis de 180ml.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro acima concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa descrita.

Art. 3º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO DE SOUZA MARTINS

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 24 DE MAIO DE 2013

Exclui 04 (quatro) pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, no uso da atribuição contida no inciso II do art. 9º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 003 , de 25 de agosto de 2004 (Redação dada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2009) e inciso II do art. 243 da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (Regimento Interno), e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos artigos 9º a 17º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004 e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara que:

Art. 1º - Ficam excluídas do Parcelamento Especial - PAES, de que trata o Art. 1º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, como determinado no seu Art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis meses alternados, sem recolhimento das parcelas do PAES ou que esta tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e II do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei 10684, de 2003.

Art. 2º - O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha PAES.

Art. 3º - É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência deste Ato Declaratório Excecutivo, apresentar Recurso Administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória /ES, à Rua Pietrângelo de Biase, nº 56, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-190.

Art. 4º - Não havendo apresentação de Recurso no prazo previsto no Art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIO LUIZ PONTOPPIDAN DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (PAES).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e II do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas.

27.305.374/0001-71
28.439.354/0001-56
31.734.270/0001-50
39.280.698/0001-81

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 24 DE MAIO DE 2013

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (PAEX-130), de que trata a MP 303/2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso de suas atribuições, determinadas no inciso II do art. 6º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 001, de 03 de janeiro de 2007, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos artigos 6º ao 13º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, e no inciso II do art. 243 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional - PAEX, de que trata o Art. 1º da Medida Provisória nº 303/2006, de acordo com o inciso I do Art. 7º, as 07 (sete) pessoas jurídicas, relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a inadimplência por 02 (dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais do PAEX ou que esta tenha sido efetuada em valor inferior (recolhimento parcial) ao fixado nos §§ 2º e 3º do Art. 3º da MP nº 303/2006.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização de Senha/Código de acesso PAEX.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo, dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES, no endereço Rua Pietrângelo de Biase, nº 56, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-190 .

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIO LUIZ PONTOPPIDAN DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação de pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Excepcional (PAEX).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado (recolhimento parcial).

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

01.184.573/0001-85	02.450.686/0001-48	02.906.534/0001-07
01.299.713/0001-60	27.021.104/0001-39	39.638.077/0001-27
01.817.531/0001-34		

8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 23 DE MAIO DE 2013

Autoriza a Base Aérea de São Paulo, em caráter excepcional, a realizar as operações que especifica no dia 26/05/2013.

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, com a redação dada pela Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013, e pela Portaria SRRF08 nº 15, de 14 de fevereiro de 2013, e conforme Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 24, de 23 de abril de 2013 declara:

Art.º 1. Fica a BASE AÉREA DE SÃO PAULO, situada em Cumbica - município de Guarulhos/SP, autorizada a realizar, em caráter excepcional, no dia 26 de maio de 2013, a operação de embarque prevista no inciso I e caput do retro referido art. 28, relativamente à aeronave transportando a Sra. Ana Paula dos Santos - Primeira Dama de Angola, com destino a Angola.

Art.º 2. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos no dia 26 de maio de 2013.

GERSON JOSÉ MORGADO DE CASTRO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 362, DE 24 DE MAIO DE 2013

Reconhece a impossibilidade de acesso ao Siscomex e autoriza a utilização de DSE em formulário próprio.

A INSPETORA-CHEFE SUBSTITUTA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e com base no art. 31, II e § 2º da Instrução Normativa SRF nº 611/2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de impossibilidade de acesso ao Siscomex, módulo DSE, pela Empresa Brasileira de Correios - ECT, em face da informação pelo sistema de existência de tratamento administrativo na exportação sem que conste da lista de bens sujeitos a anuência prévia, bem como indicação de inexistência de NCM que continuam vigentes.

Art. 2º Autorizar a ECT utilizar a DSE em formulário próprio, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação desta portaria, exclusivamente para os bens que tenham as classificações fiscais relacionadas no Anexo deste ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GEORGIA IBANEZ DA MOTTA

ANEXO

0712.31.00	1302.19.99	3001.90.39	3004.39.81	3906.90.45	3926.40.00	4106.22.00
6004.10.32	6005.210..	6211.43.00	6406.90.20	6505.00.11	8443.99.23	8523.41.10
8523.41.90	8523.49.10	8523.49.20	8523.49.90	8714.10.00	9021.10.10	9021.10.99

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 22 DE MAIO DE 2013

Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica ao projeto que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, combinados com o inciso XIII do art. 6º da Portaria DRF/BRE 87/2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, considerando o disposto nos artigos 1° a 5° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, Decreto n° 6.144, de 3 de julho de 2007, Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007, na forma do despacho exarado no processo 13896.720.734/2013-46, declara:

Art. 1º - Coabilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa ENGEVIX ENGENHARIA S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 00.103.582/0001-31, para a execução de obras de construção civil da Linha de Transmissão Povo Novo- Marmeleiro e Marmeleiro -Santa Vitoria do Palmar, nos Municípios de Rio Grande até Santa Vitoria do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul,Leilão ANEEL 005/2012 , prazo estimado de execução da obra: julho de 2014, de titularidade da TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A., CNPJ 16.383.969/0001-29, do setor de geração de energia, autorizada pela Portaria nº 110, de 24 de SETEMBRO de 2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 25 de SETEMBRO de 2012, Seção 1, página 77, habilitada no REIDI por meio do ADE DRFB/FLORIANOPOLIS n° 167, de 02 de OUTUBRO de 2012, publicado no DOU de 18 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigência a partir da data de sua publicação.

CLÁUDIO FERRAZ CASTILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Guarulhos, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 302, inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e no artigo 439 da Instrução Normativa nº 971, de 13 de dezembro de 2009 e baseado no processo administrativo nº 18184.000388/2013-26, declara:

Art.1º- CANCELADA a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros de número 000332012-21025188, emitida indevidamente em 03/12/2012, em favor do contribuinte S.P.E. Residencial Artur Bernardes Ltda, CEI nº 70.010.04188/78.

PAULO MARQUES DE MACEDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 23 DE MAIO DE 2013

Declara cancelada a inscrição no CPF que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 303, 307 e 314 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Cancelado, de ofício, o CPF nº 234.766.318-69, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo nº 13830.722449/2012-43, em observância ao disposto nos artigos 30, inciso I, e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SOARES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 23 DE MAIO DE 2013

Declara canceladas as inscrições no CPF que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 303, 307 e 314 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Cancelados, de ofício, os CPF nº 409.459.648-89, 234.836.948-62 e 079.019.584-48, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo nº 13830.722447/2012-54, em observância ao disposto nos artigos 30, inciso I, e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SOARES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 23 DE MAIO DE 2013

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

A CHEFE SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO - SP, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/RPO nº 46, de 03 de junho de 2011, publicada no DOU de 06 de junho de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado Delegado da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto, na Avenida Doutor Francisco Junqueira, 2.625, Jardim Macedo, Ribeirão Preto/SP.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA KATSUMI SAKOMURA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas
00.013.975/0001-54
71.778.583/0001-24

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 23 DE MAIO DE 2013

Cancelar a pedido a habilitação de pessoa jurídica ao RECAP.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto no art 12, inciso I da IN RFB nº 605, de 4 de janeiro lho de 2006, e o constante do processo nº 18186.012035/2008-91, resolve:

Art. 1º Cancelar a pedido, a HABILITAÇÃO ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), da empresa a seguir discriminada:

Nome empresarial: São Fernando Açúcar e Álcool Ltda

Nº Inscrição no CNPJ : 05.894.060/0001-19

Nº ADE de habilitação: 56, de 24 de novembro de 2008 (DOU: 03/12/2008)

Art. 2º Considerando o cumprimento dos percentuais de que trata o §2º do art 13 da Lei nº 11.196/2005 para os anos-calendários 2010, 2011 e 2012, converte-se em alíquota zero a suspensão da exigência das contribuições na forma do RECAP de todos os bens adquiridos e incorporados ao ativo imobilizado até o ano-calendário 2009.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos na data de sua publicação.

CARMINE RULLO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 131, DE 21 DE MAIO DE 2013

Torna insubsistente o Ato Declaratório Executivo que especifica.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 306 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente o Ato Declaratório Executivo nº 117 de 19 de abril de 2013, publicado no DOU nº 79, de 25 de abril de 2013, Seção 1, página 40, que declarou a inaptidão da pessoa jurídica ATACADÃO CENTRO SUL DE CEREAIS LTDA., CNPJ 08.061.781/0001-36, conforme consta no processo administrativo nº 19515.720757/2013-74.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ APARECIDO DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 134, DE 23 DE MAIO DE 2013

Declara a baixa de ofício das pessoas jurídicas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 306 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ das pessoas jurídicas abaixo relacionadas, com fulcro no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
INTERCEPTOR SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA. ME	07.163.248/0001-12	19515.722550/2012-53
INSTITUTO CULTURAL E IDIOMAS CONSOLAÇÃO LTDA. ME	07.833.156/0001-00	19515.722544/2012-04
MASTER-SET INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.	00.592.620/0001-67	19515.722858/2012-07
ALPASE ALTO PADRÃO EM SERVIÇO DE PORTARIA E LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	03.251.465/0001-03	19515.720204/2013-11
TOQUE MÁGICO ACABAMENTOS GRÁFICOS LTDA.	02.561.212/0001-73	19515.720205/2013-66
CHARQUE IMPERIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES LTDA.	08.354.063/0001-58	19515.720478/2013-19
VEX MÍDIA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. EPP	04.673.510/0001-80	19515.720215/2013-00
POSTO PAMPLONA LTDA.	44.068.336/0001-61	19515.720356/2013-14

Art. 2º As declarações de baixa baseiam-se na falta de regularização cadastral, para a qual foram as contribuintes intimadas, conforme Edital de Intimação acostado nos correspondentes processos administrativos, constatando-se, assim, a inexistência de fato das mencionadas pessoas jurídicas.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ APARECIDO DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 135, DE 23 DE MAIO DE 2013

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferida pelo artigo 306 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 37, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
MKSE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	01.916.908/0001-02	19515.720828/2013-39

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 43, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ APARECIDO DIAS

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de dezembro de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 57, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte DIAGEO BRASIL LTDA, CNPJ nº 62.166.848/0010-33, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/110, formulado nos autos do processo 16511.000051/2012-53, situado à Rua Vereador Germano Vieira, nº 429, Sala 01, Bairro Itaipava, CEP 88.316-701, Itajaí/SC, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 3.816 (três mil, oitocentos e dezesseis) selos para importação, código 9829-14, Tipo Uísque, cor amarelo, todos destinados à selagem no exterior dos produtos e quantidades abaixo especificados:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
3.648	152	Uísque Johnnie Walker Blue Label	Em caixas de 24 garrafas de 200 ml 40 GL idade acima de12 anos.
156	52	Uísque Johnnie Walker Blue Label	Em caixas de 3 garrafas de 1.750 ml 40 GL idade acima de12 anos.
12	6	Uísque Johnnie Walker Blue Label	Em caixas de 2 garrafas de 3.000 ml 40 GL idade acima de12 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

PORTARIA Nº 28, DE 24 DE MAIO DE 2013

Delegação de competência para dar posse e exercício.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA - PR, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º - Subdelegar competência aos Agentes e, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos eventuais, das unidades de exercício no âmbito de sua jurisdição, dar posse e exercício aos candidatos aprovados no concurso público para integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO LUIS HORN

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 22 DE MAIO DE 2013

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 810, § 3º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º A inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro das seguintes pessoas:

CPF	NOME	PROCESSO
081.909.349-10	FELLIPE SOUZA DOS SANTOS	10907.721748/2012-31
083.970.429-11	JEAN CARLO DA SILVA JIANNI	10907.720156/2013-83
062.659.739-08	REGIS AUGUSTO DO CARMO SANTANA	10907.720226/2013-01
040.156.359-65	THIAGO GASKA ALVES	10907.720661/2013-28
090.076.189-03	PAULO VICTOR HONÓRIO SILVEIRA	10907.720690/2013-90
075.520.459-06	JONATHAS FELIPE BATISTA DOS SANTOS	10907.720822/2013-83

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JACKSON ALUIR CORBARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 23 DE MAIO DE 2013

Autoriza recinto alfandegado a operar mercadorias em tráfego de cabotagem.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 669 e 670 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e no art. 5º da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e as considerações no Processo Administrativo nº 10907.000775/2001-14, declara:

Art. 1° Autorizado o recinto alfandegado (código 9801411-0) administrado pela empresa Coamo Agroindustrial Cooperativa, CNPJ nº 75.904.383/0064-05, a operar mercadorias em tráfego de cabotagem nos termos da Portaria ALF/PGA nº 27, de 12 de junho de 2012.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JACKSON ALUIR CORBARI

10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 24 DE MAIO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

NOME	CPF	Processo
Fabrício Martins Calmon	021.143.170-21	11050.720603/2013-85
Jonas da Silva Borges	020.548.010-11	11050.720661/2013-17

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA MEDEIROS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 23 DE MAIO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE/RS, usando da atribuição que lhe confere o artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 747, de 14 de Junho de 2007, e ainda o que consta no Processo Administrativo 10521.720328/2013-43, declara:

Art. 1º Fica habilitada, em caráter precário, a utilizar os procedimentos simplificados para aplicação do regime aduaneiro especial de admissão e exportação temporária disciplinado pela instrução normativa RFB 747 de 14 de junho de 2007, a empresa GKN DO BRASIL LTDA, estabelecida na Rua Joaquim Silveira nº 557, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o número 58.512.310/0001-75, para as seguintes caixas e bandejas:

Quantidade	Descrição	Modelo	NCM	Cor
4.000	Caixa plástica	44-50104H	3923.10.90	preta
750	Caixa plástica	44-50244H	3923.10.90	preta
5.000	Caixa plástica com tampa	44-50233H com tampa KLT 4314	3923.10.90	azul
3.000	Caixa plástica	44-50253H	3923.10.90	preta
3.000	Caixa plástica	44-5023H-1A	3923.10.90	preta
6.000	Bandejas plásticas (separadores)	44-5022H	3923.10.90	verde
10.000	Bandejas plásticas (separadores)	44-50110H	3923.10.90	verde
10.000	Bandejas plásticas (separadores)	44-50111H	3923.10.90	verde
1.500	Bandejas plásticas (separadores)	44-5022H-1A	3923.10.90	preta
10.000	Bandejas plásticas (separadores)	44-50235H-1C	3923.10.90	preta
10.000	Bandejas plásticas (separadores)	44-50248H	3923.10.90	verde

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo IRF/POA Nº3, de 07 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO CARLOS G. VALDEZ

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 289, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 7.175.354 (sete milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 20.121.828,04 (vinte milhões, cento e vinte e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e quatro centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/05/2013	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2009	1º/1/2039	2,804299	3.383	9.486,94
1º/1/2010	1º/1/2040	2,804299	7.171.971	20.112.351,10
TOTAL			7.175.354	20.121.838,04

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 208, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autoriza empenho e transferência de recursos adicionais para ações de Defesa Civil ao Estado de Alagoas.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Estado de Alagoas, no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais conforme processo nº 59050.001081/2012-64.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° O repasse do recurso adicional será executado em parcela única.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.112, DE 24 DE MAIO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 20.149/DF, impetrado por LAURENTINO SOUZA NETO, resolve:

I - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 1.497, de 05 de abril de 2013, publicada no DOU de 08 de abril de 2013, Seção 1, que anulou a Portaria Ministerial nº 2.244, de 29 de novembro de 2005, que declarou LAURENTINO SOUZA NETO anistiado político.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 2.244, de 29 de novembro de 2005, que declarou LAURENTINO SOUZA NETO anistiado político.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.113, DE 24 DE MAIO DE 2013

Prorrogação da Portaria nº 1337, de 2 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial nº 63, de 3 de abril de 2013, Seção 1, página 44.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 12, do Decreto nº 7.413, de 30 de dezembro de 2010 e considerando a Recomendação nº 6 do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP, que solicita a criação de um grupo de trabalho para discutir formas para implementar a autonomia das perícias, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 90 dias o prazo para conclusão das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 3001, de 27 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.114, DE 24 DE MAIO DE 2013

Aprova o III Plano Nacional de Combate à Pirataria 2013-2016.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e o art. 6º Decreto nº 5.244, de 14 de outubro de 2004, tendo em vista as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o III Plano Nacional de Combate à Pirataria 2013-2016, representado pelo conjunto de diretrizes e metas que orientam a atuação do Ministério da Justiça, em conjunto com outros órgãos e entidades dos setores público e privado.

Art. 2º O III Plano Nacional de Combate à Pirataria 2013-2016, com fundamento nos eixos educacional, econômico e repressivo, tem os seguintes objetivos:

I - conscientizar os consumidores e os agentes públicos a respeito da necessidade de se proteger os direitos de propriedade intelectual;

II - fortalecer o ambiente de negócios e a segurança jurídica no Brasil; e

III - promover a interação entre os órgãos públicos e a sociedade civil no que concerne à repressão às infrações contra a propriedade intelectual.

Art. 3º São diretrizes do III Plano Nacional de Combate à Pirataria 2013-2016 no eixo educacional:

I - elaboração de uma radiografia da pirataria;

II - realização do evento de mobilização no Dia Nacional de Combate à Pirataria, celebrado em 3 de dezembro, nos termos da Lei nº 11.203, de 1º de dezembro de 2005;

III - criação do observatório do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual - CNCP;

IV - realização de campanha contra a pirataria nas licitações públicas;

V - promoção do prêmio nacional de combate à pirataria;

VI - realização de um seminário anual no âmbito do CNCP;

VII - incentivo às pesquisas e aos estudos sobre pirataria, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica e outros ajustes; e

VIII - criação de concursos culturais e acadêmicos para incentivar a pesquisa científica sobre direitos de propriedade intelectual e pirataria.

Art. 4º São diretrizes do III Plano Nacional de Combate à Pirataria 2013-2016 no eixo econômico:

I - implementação do diretório nacional de combate à falsificação de marcas, em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial;

II - participação da Secretaria Executiva do CNCP no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual;

III - intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências com entidades da sociedade civil, nacionais e internacionais, no que toca aos direitos de propriedade intelectual; e

IV - apoio à gestão da inovação e do empreendedorismo no ambiente de negócios, inclusive digital.

Art. 5º São diretrizes do III Plano Nacional de Combate à Pirataria 2013-2016 no eixo repressivo:

I - difusão do modelo de Gabinete de Gestão Integrada - GGI com uma pauta de combate à pirataria nas cidades-sede dos grandes eventos;

II - combate à pirataria nas cidades-sede dos grandes eventos e em outras cidades de interesse, especialmente por meio da implementação do projeto cidade-livre de pirataria;

III - capacitação de agentes públicos no combate às infrações contra a propriedade intelectual, especialmente nas cidades-sede de grandes eventos e em parceria com a Federação Internacional de Futebol - FIFA;

IV - atuação em conjunto com a Frente Parlamentar Mista de Combate à Pirataria do Congresso Nacional para aprovação de leis e demais assuntos de interesse do CNCP;

V - celebração de ajuste com o Comitê Nacional Anti-Contrafação da França;

VI - articulação com órgãos policiais, Ministério Público e Poder Judiciário para ações de combate à pirataria; e

VII - difusão do modelo de conselho estadual de combate à pirataria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 24 de maio de 2013

Nº 697 - Processo nº 08620.043454/2012-21. Interessado: Open Service Terceirização Eirele - EPP. Assunto: Pedido de reconsideração. Conheço do pedido consideração constante às fls. 325/334 como recurso hierárquico e, no mérito, nego provimento, conforme exposto no PARECER nº 195/2013/COLIC/CGLEG/CONJUR/MJ, cujas razões adoto como parte integrante desta decisão.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 22 de maio de 2013

Nº 516 - Ato de Concentração nº 08700.010832/2012-09. Requerentes: Anhanguera Educacional e Editora Interactive e Sistemas Educacionais Ltda. Advogados: Antonio Carlos Guidoni Filho, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga e outros (Anhanguera); Luiz Carlos Andrezani, Hilda Akio Miazato Hattori e outros (Interactive). Em resposta ao Ofício nº 2134/2013/SG/CADE, de 30 de abril de 2013, as requerentes formularam um pedido de arquivamento do presente Ato de Concentração em razão da sua decisão de rescindir o Acordo de Investimento firmado entre as partes, conforme cláusula 11 do referido instrumento. Sendo assim, diante da formalização do pedido de desistência do Ato de Concentração, determino o seu arquivamento, sem julgamento de mérito, por perda do objeto. Cientifique-se às partes desde já que, caso no futuro decidam pela retomada desta operação, ou de operação semelhante, a mesma deverá ser novamente e previamente notificada ao CADE, nos termos dos artigos 53 e 88, caput, da Lei 12.529/11, ou, se for o caso, nos termos do § 7º do artigo 88 do referido diploma legal, que permite a este Conselho assim o exigir.

Em 23 de maio de 2013

Nº 517 - Ato de Concentração nº 08700.004430/2013-48. Requerentes: BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações e CCRR Participações S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos Berardo, Luís Bernardo Cascão e Luiz Antonio Galvão. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 518 - Ato de Concentração nº 08700.004179/2013-11. Requerentes: Astic CP Participações S.A., José Domingues dos Santos e Maria Almeida de Oliveira Santos. Advogados: Lauro Celidonio dos Reis Neto, Frederico Carrilho Donas e Polliana Blans Libório. Decido pela aprovação sem restrições.

CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO

Em 24 de maio de 2013

Nº 520 - Ato de Concentração nº 08700.004061/2013-93. Requerentes: Black River Capital Partners Fund (Food) L.P e AC Agro Mercantil Ltda. Advogados: André Cutait de Arruda Sampaio, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Yara Maria de Almeida Guerra Siscar e Renata Fonseca Zuccolo. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 523 - Ato de Concentração nº 08700.003984/2013-28. Requerentes: Ecolab Inc. e Akzo Nobel Pulp and Performance Química Ltda. Advogados: André Marques Gilberto, Fabianna Vieira Barbosa Morselli e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 525 - Ato de Concentração nº 08700.004039/2013-43. Requerentes: Randon S/A Implementos e Participações e Meritor Heavy Vehicle Systems, LLC e Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.. Advogados: Márcio de Carvalho Silveira Bueno, Bruno Lana Peixoto e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 522 - Ato de Concentração n° 08700.002148/2013-26. Requerentes: Vigor S. A. e Itambé Alimentos S. A. Advogados: Priscila Brólio Gonçalves, Ana Carolina Cabana Zoricic, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga e outros pela Vigor e Fabíola C. L. Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda, Ricardo Lara Gaillard e outros pela Itambé. Decido pela aprovação, sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 8

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 24 de maio de 2013

Nº 524 - Processo Administrativo nº 08012.006199/09-07. Representante: SDE ex officio. Representados: Auto Tintas Lages Ltda.; Clima Service Refrigeração Ltda.; Climatintas Ltda.; Zago Ferragens e Materiais de Construção Ltda.; JZago Materiais de Construção Ltda.; Tiago Sandi; Marcelo Pedro Possamai; Ivandel Cordova Burigo Junior; José Carlos Zago; Carlos Luciano Zago. Advogados: Alexsandro Kalckmann; Fernanda Kalckmann Battistella; Giovani Fornari Colpani; Leandro Spiller; Nerci Tercilio Correa; Rodrigo Goetten de Almeida. Nos termos Nota Técnica nº, de fls., que acolho como razão de decidir, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, decido que ficam os Representados Zago Ferragens e Materiais de Construção Ltda e José Carlos Zago notificados do prazo de prazo de 48 horas, a fim de que apresentem informações residenciais corretas e atualizadas da testemunha arrolada - Sr. Tomaz Rodrigo Albano Dos Passos - ou, se preferirem, que se comprometam a notificá-la quanto ao local, data e horário designado para a realização da oitiva.

FERNANDA GARCIA MACHADO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.363, DE 3 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/702 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA CANSANCAO DE SINIMBU S/A, CNPJ nº 12.272.498/0002-01 para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 675/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.364, DE 3 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/711 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PAMIRO AGRO-INDUSTRIA S/A, CNPJ nº 43.470.384/0001-19 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 663/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.478, DE 15 DE ABRIL DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4086 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa RESTAURANTE CENTRAL PARK LTDA, CNPJ nº 11.958.583/0001-84, para atuar em São Paulo.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.866, DE 13 DE MAIO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1893 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PECEM AGROINDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 06.604.714/0001-95 para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.953, DE 17 DE MAIO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/415 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NOVA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 11.672.702/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 682/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.955, DE 20 DE MAIO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/2266 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONCEDER autorização, à empresa PBS - PARÁ BRASIL SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA ME , CNPJ nº 11.493.735/0001-10, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Pará.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.967, DE 20 DE MAIO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/2513 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LIBERDADE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.977.455/0001-97, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

96 (noventa e seis) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.971, DE 22 DE MAIO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4671 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO PREDIO MARTINELLI, CNPJ nº 53.823.159/0001-72 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.978, DE 23 DE MAIO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/489 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa XERIFE VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 09.543.683/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 772/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.981, DE 23 DE MAIO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/786 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CK SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 17.049.660/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 842/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.989, DE 24 DE MAIO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1212 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ONDREPSB RS- SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.853.830/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 987/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.995, DE 24 DE MAIO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/1419 - DELESP/DREX/SR/DPF/RR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UNION SECURITY SERVIÇOS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 02.692.187/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Transporte de Valores, Escolta Armada e Vigilância Patrimonial, para atuar em Roraima

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 30.670, DE 13 DE MAIO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.005356/2013-02 - DELESP/SR/SP, resolve:

Autorizar a empresa GGSEG SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 15.260.138/0001-05, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser PROGOAL SEGURANCA LTDA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 23 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída por meio da Portaria SE/MJ nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria SE/MJ nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Nº 189 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ADRIANA CARINA CAMACHO ALVAREZ - V316957-0, natural do Uruguai, nascida em 20 de fevereiro de 1976, filha de Walter Enrique Camacho Vassallo e de Maria Cristina Alvarez Izquierdo, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.006615/2012-84);

DANIEL ERIC GOOD - V483588-8, natural do Canadá, nascido em 30 de maio de 1970, filho de Raymond Good e de Betty June Good, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08286.002544/2012-19);

HAYA MUFID MUHAMMAD IBRAHIM - V388658-W, natural da Palestina, nascida em 7 de setembro de 1986, filha de Mufid Muhammad Zaben e de Nadia Hussein Zaben, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.034726/2012-19);

JORGE ALBERTO TOYOS QUINTERO - V689573-E, natural de Cuba, nascido em 13 de julho de 1989, filho de Jorge Luis Toyos Rodrigues e de Isabel Maria Quintero, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 08311.001020/2012-48);

LEONARDO LIEVANO GAITAN , natural da Colômbia, nascido em 3 de janeiro de 1960, filho de Silvestre Lievano e de Engracia Gaitan, residente em Paris/França (Processo nº 08000.025775/2012-41);

MASSIMO CIASCA , natural da Itália, nascido em 4 de setembro de 1961, filho de Nicola Ciasca e de Anna Maria Iannetti, residente em Roma/Itália (Processo nº 08000.021758/2012-35) e

NATALIYA DROZDOVA , natural da Rússia, nascida em 30 de março de 1970, filha de Gennadii Andronicovich Malhasian e de Ludmila Alexeevna Malhasian, residente no Distrito Federal (Processo nº 08000.017766/2012-87).

Nº 190 - AUTORIZAR, nos termos do art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, em conformidade com os arts. 111 e 116 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a emissão de Certificado Provisório de Naturalização, a HSU FU CHIEN, natural da China, nascido em 12 de novembro de 1995, filho de Hsu Sheng Yu e de Tsui Huei Chun, residente no Estado de São Paulo, a fim de que, até 12 de novembro de 2015, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil, processo nº 08505.104481/2012-02.

Nº 191 - AUTORIZAR, nos termos do art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em conformidade com os arts. 111 e 116 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a emissão de Certificado Provisório de Naturalização, a HSU TZU CHIEH, natural da República Popular da China, nascida em 4 de novembro de 1996, filha de Hsu Sheng Yu e de Tsui Huei Chun, residente no Estado de São Paulo, a fim de que, até 4 de novembro de 2016, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil, processo nº 08505.100592/2012-31.

Nº 192 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

EDUARDO BLANCO CARDOSO - V122511-V, natural do Uruguai, nascido em 28 de junho de 1957, filho de Olivio German Blanco Bresque e de Maria Esther Cardoso Cuenca, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.061876/2012-03);

EVELYN ISABEL CASTILLO AREVALO - V367076-Y, natural do Peru, nascida em 16 de julho de 1981, filha de Guillermo Castillo Quintanilla e de Rosa Isabel Arevalo Flores, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.002814/2009-69);

MANHAL ALDIB - V384120-N, natural da Síria, nascido em 10 de setembro de 1974, filho de Mahfouz Aldib e de Subhieh Terke Mansour, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.000964/2005-00);

NATALIA EGOROVA - V565326-X, natural da Rússia, nascida em 28 de novembro de 1973, filha de Konstantin Egorov e de Larissa Koliadentseva, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.006219/2011-85);

NATALICIO ARECO BOBEDA - V455515-6, natural do Paraguai, nascido em 25 de dezembro de 1933, filho de Salustiana Bobeda de Areco e de Cantalicio Areco, residente no Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 08339.002502/2011-26);

WAN LIN YANG - V514810-Q, natural da República Popular da China, nascida em 23 de março de 1974, filha de Chou Tsai Yang e de To Mei Chen, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.106009/2012-04) e

ZAINAB SHOKER - V674109-X, natural do Líbano, nascida em 15 de junho de 1992, filha de Ali Shoker e de Fatme Shoker, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.078271/2012-43).

Nº 193 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ARIS ARMANDO CHAVECO PATTERSON - V213309-K, natural de Cuba, nascido em 7 de janeiro de 1967, filho de Aris Rafael Chaveco Gavilan e de Ana Rosa Patterson Ortiz, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.032204/2009-69);

ERLAN MARCELO VENTIADES FLORES - V467278-F, natural da Bolívia, nascido em 14 de fevereiro de 1981, filho de Jose Antonio Ventiades Flores e de Ana Gladys Flores Rivera, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.114889/2012-84);

HUSSEIN SAIFALLA KHALED HUSSEIN OMAR SEMEDAH- V729904-9, natural do Egito, nascido em 14 de maio de 1977, filho de Saifalla Khaled Hussein Omar Semedah e de Fotna Elrafei Ahmad Galal Elrafei, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.114882/2012-62);

MELIHAT ERYILDIRIM , natural da Turquia, nascida em 26 de abril de 1958, filha de Ibrahim Eryildirim e de Rabiye Eryildirim, residente em Ankara/Turquia (Processo nº 08000.007565/2013-52);

OLUWAYOMI PETER ADEPOJU - W217977-X, natural da Nigéria, nascido em 7 de fevereiro de 1977, filho de Ebenezer Oluwole Adebayo Adepoju e de Felicia Akanji Adepoju, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08502.006178/2012-67);

RAMON ALBERTO SANCHEZ MARQUEZ - V775110-0, natural da Venezuela, nascido em 2 de agosto de 1978, filho de Ramon Alberto Sanchez Gutierrez e de Luz Marina Marquez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.015820/2012-49) e

RAUL ANGEL MAMANI CRUZ - Y241772-2, natural da Bolívia, nascido em 28 de março de 1987, filho de Simon Mamani Chipana e de Dora Zulema Cruz de Mamani, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.001690/2012-59).

Nº 194 - RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos.

ANABELA OLIVEIRA BARBOSA - V564678-7, natural de Portugal, nascida em 27 de março de 1973, filha de João Alves Barbosa e de Rosa de Jesus Oliveira de Barros Barbosa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.035260/2013-50);

FERNANDO JOÃO GONÇALVES AFONSO - V410387-1, natural de Portugal, nascido em 23 de julho de 1962, filho de Urbano Afonso Martins e de Rosa Gonçalves Afonso, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08000.006393/2013-08);

JORGE AUGUSTO GONÇALVES AFONSO - V410385-5, natural de Portugal, nascido em 1 de julho de 1964, filho de Urbano Afonso Martins e de Rosa Gonçalves Afonso, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08000.006392/2013-55);

JORGE DA CONCEIÇÃO ALVES - W002270-1, natural de Portugal, nascido em 14 de agosto de 1948, filho de Guilhermino Alves e de Conceição Filipa, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08018.003561/2013-14);

JOSE PEDRO MEIRELES RIBEIRO TELES - V468437-G, natural de Portugal, nascido em 30 de agosto de 1940, filho de Luis Ferreira Martangil Ribeiro Teles e de Alice Meireles Ribeiro Teles, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08711.003887/2012-25) e

LUIS MARIA MORGADO ANTUNES BARROSO - V543938-O, natural de Portugal, nascido em 8 de outubro de 1981, filho de Jose Luis Salgado Antunes Barroso e de Maria Celeste Lavrador Morgado Antunes Barroso, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.002959/2013-25).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nª 195 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

AMALIA LAUDICINA DE PAEZ - W663516-N, natural da Argentina, nascida em 12 de dezembro de 1939, filha de Jose Laudicina e de Maria Angelica Caceres, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.014606/2012-13);

ANALIA LIE NAKASHIMA HAYASHI - V109375-R, natural do Equador, nascida em 28 de maio de 1985, filha de Hiroki Nakashima e de Kyoko Nakashima, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.100591/2012-97);

IRENA KORUS LAWROW - W214571-V, natural da Alemanha, nascida em 1 de fevereiro de 1946, filha de Stanislaw Korus e de Jadwiga Korus, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.094946/2012-00);

JORGE MANUEL MUNDIENDIL - V114339-D, natural da Angola, nascido em 13 de junho de 1964, filho de Manuel Mundiendil e de Rosa Capemba, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08494.008015/2012-65);

MAITE JOVER MARSET - V232374-2, natural do Uruguai, nascida em 17 de agosto de 1991, filha de Daniel Jover e de Rosario Marset, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.005355/2012-20);

SETIAWATI WANA HILLMAN - W424956-S, natural da Indonésia, nascida em 14 de junho de 1936, filha de Lim An Djian e de Siauw Lay Nio, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.104488/2012-16) e

YUM HWA KIM - W522323-X, natural da Coréia do Sul, nascida em 23 de setembro de 1952, filha de Soo San Kim e de Kwan Sook Kim, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.121712/2012-34).

Nª 196 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria nº 1204, de 27 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2011, que concedeu naturalização a LIN MING YU, RNE Y238094-S, natural da China (Taiwan), nascida em 12 de outubro de 1959, filha de Lin Ching Chuan e de Lin Liang Hsiu Tao, residente no Estado de Santa Catarina, nos termos do § 3º, do artigo 119, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, tendo em vista a não solicitação do Certificado de Naturalização no prazo de doze meses contados da data da publicação do ato (08495.004386/2009-62).

PAULO ABRÃO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08018.008540/2012-04, APROVO a transferência do nacional paraguaio RUMILIO DUARTE CABANAS para o cumprimento, no país de nacionalidade, do restante da pena a que foi condenado pela Justiça brasileira, com fundamento no art. 5, itens 3 e 6, do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e de Menores sob Tratamento Especial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado aos 10 de fevereiro de 2000 e promulgado pelo Decreto nº 4.443, de 28 de outubro de 2002.

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08018.001630/2013-47, APROVO a transferência do nacional português JOSE LUIS PAIVA CANECA para o cumprimento, no país de nacionalidade, do restante da pena a que foi condenado pela Justiça brasileira, com fundamento no art. 3, alínea f, do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado aos 5 de setembro de 2001 e promulgado pelo Decreto nº 5.767, de 2 de maio de 2006.

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08015.000618/2013-45, APROVO a transferência do nacional argentino DANIEL SEGUNDO MARTINEZ para o cumprimento, no país de nacionalidade, do restante da pena a que foi condenado pela Justiça brasileira, com fundamento no art. 7, item 1, do Tratado sobre a Transferência de Presos entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado aos 11 de setembro de 1998 e promulgado pelo Decreto nº 3.875, de 23 de julho de 2001.

PAULO ABRÃO

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA-ADJUNTA

Referência: Residência Temporária

Tendo em vista o que consta da Mensagem eletrônica datada de 23 de maio de 2013, bem assim a determinação judicial liminar exarada pela 1º Vara Cível da Comarca de Tabatinga/AM, encaminhada a este Departamento pela sempre diligente Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e o caráter humanitário da medida, concedo, sob condição a residência no Território Nacional ao menor haitiano SMICA MADI, nascida em 17/01/2001, filha de JEAN MICHEL MADI e de CARLÉNE SYLVAIN, até ulterior decisão judicial.

Referência: Residência Temporária

Tendo em vista o que consta da Mensagem eletrônica datada de 23 de maio de 2013, bem assim a determinação judicial liminar exarada pela 1º Vara Cível da Comarca de Tabatinga/AM, encaminhada a este Departamento pela sempre diligente Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e o caráter humanitário da medida, concedo, sob condição a residência no Território Nacional ao menor haitiano BERISKA PIERRE, nascida em 13/06/1997, filha de NICOLE PIERRE, até ulterior decisão judicial.

Referência: Residência Temporária

Tendo em vista o que consta da Mensagem eletrônica datada de 23 de maio de 2013, bem assim a determinação judicial liminar exarada pela 1º Vara Cível da Comarca de Tabatinga/AM, encaminhada a este Departamento pela sempre diligente Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e o caráter humanitário da medida, concedo, sob condição a residência no Território Nacional ao menor haitiano DARLINE DUTREUIL, nascida em 23/02/1996, filha de JILBERT DUTREUIL e de MIRLENE LOUIS, até ulterior decisão judicial.

Referência: Residência Temporária

Tendo em vista o que consta da Mensagem eletrônica datada de 23 de maio de 2013, bem assim a determinação judicial liminar exarada pela 1º Vara Cível da Comarca de Tabatinga/AM, encaminhada a este Departamento pela sempre diligente Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e o caráter humanitário da medida, concedo, sob condição a residência no Território Nacional ao menor haitiano EDWIDGE JEAN, nascido em 17/02/1999, filho de MADEGE JEAN, até ulterior decisão judicial.

Referência: Residência Temporária

Tendo em vista o que consta da Mensagem eletrônica datada de 23 de maio de 2013, bem assim a determinação judicial liminar exarada pela 1º Vara Cível da Comarca de Tabatinga/AM, encaminhada a este Departamento pela sempre diligente Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e o caráter humanitário da medida, concedo, sob condição a residência no Território Nacional ao menor haitiano JOAKENSON CELISSAINT, nascido em 16/10/1998, filho de ALEXAN JOAMES e de CELITHANN CELISSAINT, até ulterior decisão judicial.

Referência: Residência Temporária

Tendo em vista o que consta da Mensagem eletrônica datada de 23 de maio de 2013, bem assim a determinação judicial liminar exarada pela 1º Vara Cível da Comarca de Tabatinga/AM, encaminhada a este Departamento pela sempre diligente Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e o caráter humanitário da medida, concedo, sob condição a residência no Território Nacional ao menor haitiano JOLITHA ELISME, nascida em 03/04/1996, filha de JOREL ELISME e de NADIA PIERRE, até ulterior decisão judicial.

Referência: Residência Temporária

Tendo em vista o que consta da Mensagem eletrônica datada de 23 de maio de 2013, bem assim a determinação judicial liminar exarada pela 1º Vara Cível da Comarca de Tabatinga/AM, encaminhada a este Departamento pela sempre diligente Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e o caráter humanitário da medida, concedo, sob condição a residência no Território Nacional ao menor haitiano MIQUELINE BEAUDROUIN, nascida em 12/12/1996, filha de MARIO BEAUDROUIN e de DALINE JEAN, até ulterior decisão judicial.

Referência: Residência Temporária

Tendo em vista o que consta da Mensagem eletrônica datada de 23 de maio de 2013, bem assim a determinação judicial liminar exarada pela 1º Vara Cível da Comarca de Tabatinga/AM, encaminhada a este Departamento pela sempre diligente Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e o caráter humanitário da medida, concedo, sob condição a residência no Território Nacional ao menor haitiano MYLANDE MARTIAL, nascida em 01/09/1995, filha de EWAL MARTIAL e de AULETTE LAROSE, até ulterior decisão judicial.

Referência: Residência Temporária

Tendo em vista o que consta da Mensagem eletrônica datada de 23 de maio de 2013, bem assim a determinação judicial liminar exarada pela 1º Vara Cível da Comarca de Tabatinga/AM, encaminhada a este Departamento pela sempre diligente Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e o caráter humanitário da medida, concedo, sob condição a residência no Território Nacional ao menor haitiano RILINSON AGENOR, nascido em 20/12/1998, filho de PIERRE RILIN AGENOR e de MARIE REMERCY LOUIS, até ulterior decisão judicial.

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08000.006381/2011-11 e no uso das respectivas atribuições a mim conferidas pela Portaria n° 2/93, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de fevereiro de 1993, determino o ARQUIVAMENTO do processo de expulsão movido em desfavor do nacional boliviano JUAN PABLO ROJAS RODRIGUEZ, por não ter sido demonstrada a existência de causa ensejadora da expulsão.

Entretanto, caso o referido estrangeiro venha a ser localizado no Território Nacional em situação irregular, que lhe seja aplicada a imediata deportação, nos termos do artigo 57, § 2°, da Lei n° 6.815/80, alterada pela Lei n° 6.964/81.

IZAURA MARIA SOARES

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 18/06/2012, Seção 1, pág. 169, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.002389/2012-81 - ALEXANDER WILLIAM MCLEOD.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 12/03/2013, Seção 1, pág. 29, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.018505/2012-84 - DAVID PAUL BEADLE.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 27/12/2012, Seção 1, pág. 164, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.003214/2012-91 - LARRY ALAN STAFFORD.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 18/02/2013, Seção 1, pág. 48, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.020327/2012-51 - VISHAL MEHEN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 20/11/2012, Seção 1, pág. 19, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.014065/2012-96 - LIN JIANG.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/11/2012, Seção 1, pág. 52, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.002307/2012-07 - JOSE JR ROYO RUALLO.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 15/07/2011, Seção 1, pág. 54, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.005665/2011-82 - LUIS EDUARDO PEREZ GONZALEZ.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 14/07/2011, Seção 1, pág. 44, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.005203/2011-65 - MARCO GRASSI.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 11/07/2011, Seção 1, pág. 48, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.006359/2011-63 - JEAN FRANCIS YAPPI NGANGOUE.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 29/10/2012, Seção 1, pág. 44, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.020508/2011-05 - ALEXANDER POLYANITSA.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 04/10/2012, Seção 1, pág. 48, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.002684/2012-38 - FEDERICO JR TOLENTINO CRISTOBAL.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 12/04/2013, Seção 1, pág. 48, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.019835/2012-97 - RICARDO ALEXANDRE FERREIRA GOMES LIMA.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 05/11/2012, Seção 1, pág. 33, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.013584/2012-37 - OBINNA JUDE NDUKWE.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 05/11/2012, Seção 1, pág. 33, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.013549/2012-18 - MARCIN DANIEL BIELAN.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país:

Processo Nº 08000.023356/2012-75 - MARK ALAN JONES

Processo Nº 08000.023361/2012-88 - MICHAL ADAM NAWROT

Processo Nº 08000.023364/2012-11 - MATTHEW HENDERSON PHILLIPS

Processo Nº 08000.023370/2012-79 - MARCUS ANTONIUS CORNELIS BOOMAARS

Processo Nº 08000.023380/2012-12 - AUDUN OESTHUS

Processo Nº 08000.023386/2012-81 - ROGELIO JR ESPADA DUERO

Processo Nº 08000.023387/2012-26 - MATTEO ZANGANI.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 16/11/ 2012, Seção 1, pág 46, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08420.020520/2009-46 - MAELIA RAFAELLA LE DEZ.

Determino o ARQUIVAMENTO, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país. Processo Nº 08505.060390/2012-40 - JOACHIM WILMS, JOHANNA WILMS e STEPHANIE HENRIETTE WILMS.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08280.026908/2012-06 - ASSEN LAPEYRE DE CABANES

Processo Nº 08280.035886/2012-67 - ANDREA GUERRESCHI

Processo Nº 08339.002329/2012-47 - MARGARITA FERREIRA ORTEGA

Processo Nº 08339.006224/2011-86 - VICENTE ESCOBAR

Processo Nº 08505.079332/2012-90 - JULIUS PETER NITSCH

Processo Nº 08505.088234/2012-43 - OLUFEMI RAPHEL ADEMOYEGUN

Processo Nº 08505.088671/2012-67 - NATALIA GOMEZ

Processo Nº 08505.088746/2012-18 - CARLOS SANZ RINCON

Processo Nº 08505.092986/2012-17 - JOSÉ THIAGO FÉLIX MARTINS

Processo Nº 08705.003847/2012-62 - MARIA DE LURDES SANTIAGO VIRGILIO ALVES

Processo Nº 08705.005615/2012-49 - FERNANDO MANUEL RODRIGUES NEVES

Processo Nº 08705.007287/2012-15 - MARIANA SOLEDAD GONÇALVES NUNES

Processo Nº 08705.007643/2011-10 - LUIS HERRANZ ROJAS

Processo Nº 08705.007698/2011-20 - JOSÉ AUGUSTO NAKAHODO CASTRO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08260.004925/2012-12 - FAISULLY LISBETH SOLIS TORO

Processo Nº 08354.000908/2012-67 - ALDA MARIA FREITAS REIS

Processo Nº 08354.002001/2012-32 - XUECHAO LIN e XIANGJIAO MA

Processo Nº 08354.002845/2012-83 - SHELLEY ANDREW GAITHER

Processo Nº 08354.004149/2012-10 - ANTONIO GONCALO LEOTE GUIMARAES DA COSTA OLIVEIRA

Processo Nº 08354.004271/2012-88 - BRUNA FILIPA DA SILVA

Processo Nº 08354.004521/2012-80 - MIGUEL PEREZ RIOS

Processo Nº 08354.004713/2012-96 - LI CHEN e YAN LIN

Processo Nº 08354.006290/2011-68 - ROSA MAGALY PROANO AGUILAR

Processo Nº 08457.000876/2012-41 - WENKANG ZHEN e YUECHAN SU

Processo Nº 08476.002807/2012-44 - ADHEMAR HUGO MENDIETA MENDOZA e CORY DIAZ LURICI DE MENDIETA

Processo Nº 08476.003011/2012-17 - NAIR ARRIEGO ARRIEGO

Processo Nº 08505.051111/2012-57 - JOAO ALBINO MARQUES RODRIGUES

Processo Nº 08505.078872/2012-56 - CLAUDI SALA COROMINAS

Processo Nº 08295.005267/2012-89 - JOAO PEDRO FERREIRA

Processo Nº 08295.010961/2012-18 - FAUSTINO BARTOLOMEU JESUS PAIS

Processo Nº 08295.017366/2012-11 - SALVATORE PEPE

Processo Nº 08295.017382/2012-04 - LIVIU CORNEL SUCIU Processo Nº 08295.017447/2012-11 - FRANCISCO AMADO FERNANDEZ

Processo Nº 08095.001341/2012-44 - REZZA CHRISTOPHE THERESE PATIENT

Processo Nº 08102.012321/2011-81 - JURAJ TUHY

Processo Nº 08102.014410/2011-62 - HENRIQUE MANUEL FOJA MENDES DE OLIVEIRA

Processo Nº 08280.027128/2012-75 - ANDRES SERNA MARIN

Processo Nº 08280.036138/2012-00 - JOSE ANTONIO ALVAREZ BAENA

Processo Nº 08296.003255/2012-18 - BEDAMLOA PEREIRA CUBALA e FILADELFIA CONSTANTINO DA SILVA INDI

Processo Nº 08296.003260/2012-12 - JONATHAN FERNEY PARDO VASQUEZ

Processo Nº 08389.006742/2012-95 - EUSEBIA BAEZ DE SILVA

Processo Nº 08389.023773/2012-19 - EMIGDIO AQUINO FONSECA

Processo Nº 08389.024162/2012-80 - FANG CHEN

Processo Nº 08389.026169/2012-36 - ROSSANA GALEANO CHAVEZ

Processo Nº 08458.011269/2011-16 - PIERRE-YVES CAMILLE BIANCHI

Processo Nº 08460.001723/2012-62 - MADAKA KANGA

Processo Nº 08505.093182/2012-27 - ROBER HUANCA COLQUE e ELID CLEOFE ARUQUIPA COSSIO

Processo Nº 08709.014216/2012-39 - JAIME SOLIS VIVEROS.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08070.001421/2012-88 - MANUELA SENGA ZODIMA

Processo Nº 08256.003773/2012-08 - LUCILA GONZALEZ LOPEZ

Processo Nº 08297.008517/2012-12 - MARIA GABRIELA LOPES MORAIS CALDEIRINHA

Processo Nº 08375.013247/2012-91 - LOHITAKSH KALUGURI

Processo Nº 08505.071357/2012-45 - QIAN ZHENG

Processo Nº 08505.085461/2012-17 - LARA CIRCE BLANCO TOSSETTO

Processo Nº 08505.088081/2012-34 - MABELLE KHALIFE DAHER

Processo Nº 08505.088472/2012-59 - MONICA LILIANA CARDENAS LANCHEROS

Processo Nº 08505.088604/2012-42 - AREUM YOON HAM

Processo Nº 08514.008044/2012-41 - SHRUSTI ALIAS AVNI ARPITKUMAR PARMAR

Processo Nº 08705.004447/2012-74 - PEDRO JORGE DA FONSECA CASTRO PEREIRA DA SILVA

Processo Nº 08709.012577/2012-41 - MING YAO, HEUNG TEUR YAO e MI XU

Processo Nº 08280.015295/2012-73 - KHADIGA ABDALLA ELTAHIR ELGAK.

DEFIRO os pedidos de transformação da Residência Provisória em permanente, abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente:

Processo Nº 08375.002209/2012-11 - ISABEL BEJARANO RIVERO

Processo Nº 08280.035911/2012-11 - HENRRY MENDIZABAL SUAREZ

Processo Nº 08336.002539/2012-65 - LIZBETH MONTANO ALVAREZ

Processo Nº 08444.006328/2012-74 - SILVIO ANDRES CELLE ARIAS

Processo Nº 08444.006576/2012-15 - HUMBERTO JAVIER MOLINA BASCUNAN

Processo Nº 08444.006826/2012-17 - CARLOS ALBERTO BAREIRO ESCOBAR

Processo Nº 08495.004519/2012-04 - SALUSTIANA MARTINEZ ACOSTA

Processo Nº 08502.008358/2012-83 - RAI ONDARZA RIBERA

Processo Nº 08505.088502/2012-27 - RAMIRO FERNANDEZ ESPEJO, EDUARDO FRANCO FERNANDEZ HERRERA, GUSTAVO MIGUEL FERNANDEZ HERRERA e REMEDIOS ESPEJO DE FERNANDEZ

Processo Nº 08505.092724/2012-44 - DAVID SANCHEZ LAYME

Processo Nº 08505.092769/2012-19 - GLADYS CONDORI CALLE

Processo Nº 08505.092890/2012-41 - OMAR VELEZ GUZMAN

Processo Nº 08505.093430/2012-30 - ARMANDO MAMANI KEA, DANNER JOEL MAMANI APAZA e VICTORIA APAZA QUISPE

Processo Nº 08505.093540/2012-00 - EMILIO ARTURO MAMANI ALEJO

Processo Nº 08505.116044/2012-23 - CRISTIAN MANUEL PINTASILGO PERALTA

Processo Nº 08505.116115/2012-98 - EVER MILCIADES ROLON QUINTANA

Processo Nº 08505.120571/2012-32 - OMAR MAMANI MAMANI

Processo Nº 08505.120605/2012-99 - CLAUDIA PATRICIA MENDEZ GIL

Processo Nº 08505.120658/2012-18 - ESTELVINA FIGUEREDO

Processo Nº 08505.120674/2012-01 - CELESTINA PAIRO CHURQUI

Processo Nº 08506.016209/2012-58 - MATIAS IGNACIO RIVERA ARAYA.

DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais chineses SHU-HUI CHIU e CHUN YU LIN, na forma no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, e por economia processual, para CHIH-AN LIN e CHING-CHUNG LIN com base no art. 2°,I, da Resolução Normativa 36/99. Processo Nº 08444.004275/2012-57 - SHU-HUI CHIU, CHUN YU LIN, CHIH-AN LIN e CHING-CHUNG LIN.

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009. Processo Nº 08506.004654/2012-75 - OMAR MARCELO HERNANDEZ e VALENTINA HERNANDEZ.

REVOGO o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 11/06/2012, Seção 1, pág. 32 para conceder a permanência com base no art. 2°, II, da Resolução Normativa nº 36/99. Processo Nº 08505.035728/2011-44 - LINGXIAO ZHAN.

REVOGO o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 18/06/2012, Seção 1, pág. 168 para conceder a permanência com base no art. 75,II,"a", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08505.009797/2010-11 - MARIA JOSE SOLARZANO MELO.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 30/10 / 2012, Seção 1, pág 66, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08505.073874/2012-59 - DANIEL QUISPE CONDORI.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 16/10 / 2012, Seção 1, pág 35, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08505.094506/2011-63 - FLORINDA HUANCA TININI.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 16/10 / 2012, Seção 1, pág 35, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08505.049717/2011-41 - CARMELO CUEVA NOZA.

Tendo em vista que os Requerentes já possuem residência permanente, INDEFIRO o presente pedido de Reunião Familiar. Processo Nº 08260.007313/2009-86 - SERGI MALAGELADA ARROYUELO e AINA MALAGELADA ARROYUELO.

INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência, abaixo relacionado(s), tendo em vista que o (s) estrangeiro (s) encontra(m) -se fora do país:

Processo Nº 08260.004837/2010-59 - THOMAS EDWIN CREIGHTON

Processo Nº 08270.000853/2011-34 - BRAIMA SANO

Processo Nº 08270.027852/2011-37 - SALVATORE SAULLO

Processo Nº 08364.000860/2012-78 - DANZIL CHARLES NORONHA.

INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência, abaixo relacionado(s), tendo em vista que o (s) estrangeiro (s) encontra(m) -se fora do país, inviabilizando a instrução processual:

Processo Nº 08339.004568/2012-31 - MONICA MARIA GENNARO HERRERA

Processo Nº 08458.010147/2010-21 - DANIEL EDWARD SCHNEIDEIR.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos do art. 75, II, a, da Lei 6.815/80:

Processo Nº 08102.013240/2011-07 - GUSTAVO GABRIEL CARA

Processo Nº 08296.003258/2012-43 - CLAUDIA SOFIA MENDES PEREIRA CRVALHO

Processo Nº 08460.003348/2011-12 - AZELARAB BRIGUI.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80. Processo Nº 08386.006959/2012-25 - CARLOS MANUEL FONSECA DA SILVA.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art. 75, II, b, da Lei 6.815/80. Processo Nº 08709.012066/2012-29 - JOAO JOSE DE ABREU VIVEIROS.

INDEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, nos termos do art. 7º, inciso III ,da Lei nº 11.961/09, haja vista o Requerente ter se ausentado do país por prazo superior a 90 dias. Processo Nº 08505.095806/2011-60 - MAYRA ANEYDA GARCIA LARA.

INDEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, nos termos do art. 7º, inciso III ,da Lei nº 11.961/09, haja vista o Requerente ter se ausentado do país por prazo superior a 90 dias. Processo Nº 08505.095637/2011-68 - WILSON MAMANI FLORES.

INDEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, nos termos do art. 7º, inciso III ,da Lei nº 11.961/09, haja vista o Requerente ter se ausentado do país por prazo superior a 90 dias. Processo Nº 08505.090520/2011-98 - JUAN CALLE CALLE.

INDEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, nos termos do art. 7º, inciso III ,da Lei nº 11.961/09, haja vista o Requerente ter se ausentado do país por prazo superior a 90 dias. Processo Nº 08505.089055/2011-42 - FRANCISCA MAMANI APAZA.

INDEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, nos termos do art. 7º, inciso III ,da Lei nº 11.961/09, haja vista o Requerente ter se ausentado do país por prazo superior a 90 dias. Processo Nº 08505.064046/2011-49 - ESTELA BENITEZ VILLALBA.

INDEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, nos termos do art. 7º, inciso III ,da Lei nº 11.961/09, haja vista o Requerente ter se ausentado do país por prazo superior a 90 dias. Processo Nº 08505.062876/2011-31 - FORTUNATO DAVID MAMANI LOZA.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no País, temporário item I. Processo Nº 08520.013801/2012-10 - LAURA MAFFE, até 15/12/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.026973/2012-23 - DENISSE VEGA FLORES, até 09/02/2014

Processo Nº 08280.027275/2012-45 - YANNELLE MEDESSE HOUENAZE, até 26/02/2014

Processo Nº 08390.005550/2012-22 - CARMEN MARICELA RODRIGUEZ SALAZAR, até 30/09/2013

Processo Nº 08702.004359/2012-01 - INDIRA MARILIA ANTONIO DE ALMEIDA, até 08/08/2013

Processo Nº 08390.009007/2012-02 - ERNESTINA DAS GRAÇAS FERREIRA LEITE DE MIRANDA, até 12/02/2014

Processo Nº 08460.003027/2013-71 - SOLENE ASTRID MARIE FRANCOIS, até 11/02/2014

Processo Nº 08460.003031/2013-30 - ROLANDO CUEVAS NUNEZ, até 26/02/2014

Processo Nº 08460.003034/2013-73 - DORIVALDO ALMEIDA SANTOS, até 11/03/2014

Processo Nº 08460.003038/2013-51 - ADALGISA TEIXEIRA CORREIA, até 27/02/2014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08460.003047/2013-42 - MARIA PEREIRA BANDUA, até 28/01/2014
Processo Nº 08460.003065/2013-24 - DILMA MOUSA PEREIRA CARDOSO, até 21/02/2014
Processo Nº 08460.003078/2013-01 - ANNE MARIE ANDREA HOUTOUKPE, até 11/02/2014
Processo Nº 08460.003088/2013-39 - ADRIANA CRISTINA SANCHEZ CHAVARRIA, até 05/03/2014
Processo Nº 08460.003107/2013-27 - ADRIANA VICTORIA COGUA RODRIGUEZ, até 27/02/2014
Processo Nº 08460.003153/2013-26 - ANTONIO MANNICCI, até 29/10/2013
Processo Nº 08460.003159/2013-01 - ARTURO RAMON VARGAS CORREA, até 10/02/2014
Processo Nº 08460.003169/2013-39 - GABRIELA VERONICA BURASCHI, até 25/02/2014
Processo Nº 08460.003170/2013-63 - FRANCISCO JOSE GOZZI, até 06/03/2014
Processo Nº 08460.003175/2013-96 - HAMILTON DOS PRAZERES TAVARES, até 03/04/2014
Processo Nº 08460.004320/2013-56 - JASSIEL VLADIMIR HERNANDEZ FONTES, até 22/02/2014
Processo Nº 08460.004337/2013-11 - HELIDA MARLISE PEREIRA DA SILVA FERREIRA, até 02/03/2014
Processo Nº 08460.004441/2013-06 - ANDRES PATINO CASASFRANCO, até 02/02/2014
Processo Nº 08460.004447/2013-75 - MANUEL JOSE ANDRADE ROMERO, até 05/03/2014
Processo Nº 08460.007112/2013-17 - MIRIAM SUELY PIRES DE PINA, até 11/03/2014.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.023660/2012-12 - ASAMI KOJIMA, até 06/01/2014
Processo Nº 08230.016327/2012-43 - BIDANSANTA NA ISNA, até 17/08/2013
Processo Nº 08280.002800/2013-09 - MOISES CO, até 02/02/2014
Processo Nº 08280.036076/2012-28 - MOUAMAR DINIS SEQUEIRA, até 26/02/2014
Processo Nº 08335.003408/2013-96 - YURENA ELISALIDA FERREIRA MENDES DUARTE, até 25/01/2014
Processo Nº 08386.018845/2012-28 - SIMIONE MATE, até 04/02/2014
Processo Nº 08390.000053/2013-19 - JOSE JOAQUIM MADALENA, até 28/01/2014
Processo Nº 08458.001379/2013-31 - OLIVIER MAKIA MUKOKO, até 01/03/2014
Processo Nº 08460.028213/2012-32 - FELIX GABRIEL FRANCO JARAMILLO, até 13/02/2014
Processo Nº 08502.000691/2013-25 - ROBERTO MARTIN LEPORI, até 02/03/2014
Processo Nº 08505.092630/2012-75 - ELIEZER MIRANDA SANTOS DA SILVA, até 27/12/2013
Processo Nº 08701.013140/2012-02 - ACELGA TRAUDIA AUGUSTO ESTEVES, até 14/02/2014.
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.004275/2013-57 - BENVINDA DIAS RODRIGUES, até 23/03/2014
Processo Nº 08000.012621/2012-90 - NICHOLAS RYAN MASTRACOLA, até 17/08/2013.
Determino o ARQUIVAMENTO dos processos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):
Processo Nº 08352.007780/2011-00 - RAFAEL DAVID BLANCO MARTINEZ
Processo Nº 08390.006556/2011-36 - ALEJANDRA ESPERANZA RAMIREZ YANEZ
Processo Nº 08460.040049/2011-51 - RAFAEL MAURICIO MENDEZ BERNAL
Processo Nº 08495.000199/2012-13 - RITA LOPES ESTRELA
Processo Nº 08495.000330/2012-34 - RAFAEL ALBERTO LOPEZ GUARNIZO
Processo Nº 08505.009028/2012-85 - ROCIO DEL PILAR BENDEZU HERNANDEZ
Processo Nº 08505.112897/2011-13 - ADRIANA PEREIRA DA SILVA
Processo Nº 08505.113683/2011-56 - ROSA INMACULADA ROJAS ALVARADO
Processo Nº 08508.002723/2012-96 - ROBERTO ANDRES NAVARRETE AMPUERO
Processo Nº 08508.013629/2011-81 - AMEWOANU TOMEGAH
Processo Nº 08508.013685/2011-16 - RAFAEL ROBLES REYES
Processo Nº 08707.000492/2012-30 - ROSA NATHALIE PORTUGAL VARGAS.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 30/05/2012, Seção 1, Pág. 91, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.
Processo Nº 08310.000478/2012-90 - VICTOR JOSE HERRERA
Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.
Processo Nº 08310.000478/2012-90 - VICTOR SOLÉ HERRERA.

No Diário Oficial da União de 13/02/2013, Seção 1, Pág. 30 onde se lê: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.017919/2012-96 - GAIMIN WANG, até 21/11/2013
Leia-se: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.017919/2012-96 - GAIMIN WANG, SHIYAN LIAO e HAONAN WANG até 21/11/2013

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 42, DE 23 DE MAIO DE 2013

Altera os anexos I e II da Portaria nº 38 de 10 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 91 de 14 de maio de 2013, pág. 35 e 36.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições previstas no art. 12, incisos II e V, do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tendo em vista o disposto nos arts. 1º, 3º e 4º do Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Os anexos I e II da Portaria nº 38 de 10 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 91 de 14 de maio de 2013, pág. 36, passam a vigorar com nova redação descrita em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI

ANEXO I

I - A distribuição de recursos obedeceu a critérios exclusivamente técnicos. Foram pesquisados os equipamentos necessários, e seus respectivos valores estimados de mercado para implantação de Sistema de Videomonitoramento em quatro níveis diferentes, quais sejam:
1) cidades de até 25 mil habitantes;
2) cidades de 25 a 50 mil habitantes;
3) cidades de 50 a 100 mil habitantes; e
4) cidades de mais de 100 mil habitantes.

II - Os valores descritos na tabela abaixo abrangem os principais equipamentos necessários para o funcionamento dos sistemas, de acordo com a população dos Municípios onde serão instalados:

CRITÉRIO DE REPASSES (ARCO NORTE - AP, AC, AM, PA, RR) e ARCO CENTRAL (RO)			
QUANTIDADE DE HABITANTES		QUANTIDADE MÍNIMA DE CÂMERAS	VALOR PONTO CÂMERA
Até	25.000	9	R$ 50.000,00
25.001	50.000	10	R$ 50.000,00
50.001	100.000	13	R$ 50.000,00
100.001	Acima	15	R$ 50.000,00

CRITÉRIO DE REPASSES (ARCO CENTRAL - MT e MS) e ARCO SUL (PR, RS e SC)			
QUANTIDADE DE HABITANTES		QUANTIDADE MÍNIMA DE CÂMERAS	VALOR PONTO CÂMERA
Até	25.000	9	R$ 45.000,00
25.001	50.000	10	R$ 45.000,00
50.001	100.000	13	R$ 45.000,00
100.001	Acima	15	R$ 45.000,00

III - Valor máximo das propostas a serem apresentadas (capital e custeio) por UF:

ESTADO	ARCO DA FRONTEIRA	CAPITAL	CUSTEIO	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA POR UF
Acre	Norte	R$ 2.360.000,00	R$ 590.000,00	R$ 2.950.000,00
Amapá	Norte	R$ 1.720.000,00	R$ 430.000,00	R$ 2.150.000,00
Amazonas	Norte	R$ 2.040.000,00	R$ 510.000,00	R$ 2.550.000,00
Mato Grosso	Central	R$ 2.052.000,00	R$ 513.000,00	R$ 2.565.000,00
Mato Grosso do Sul	Central	R$ 3.240.000,00	R$ 810.000,00	R$ 4.050.000,00
Pará	Norte	R$ 1.920.000,00	R$ 480.000,00	R$ 2.400.000,00
Paraná	Sul	R$ 2.052.000,00	R$ 513.000,00	R$ 2.565.000,00
Rio Grande do Sul	Sul	R$ 2.808.000,00	R$ 702.000,00	R$ 3.510.000,00
Rondônia	Central	R$ 2.040.000,00	R$ 510.000,00	R$ 2.550.000,00
Roraima	Norte	R$ 1.440.000,00	R$ 360.000,00	R$ 1.800.000,00
Santa Catarina	Sul	R$ 1.944.000,00	R$ 486.000,00	R$ 2.430.000,00
TOTAL		R$ 23.616.000,00	R$ 5.904.000,00	R$ 29.520.000,00

ANEXO II

Municípios a serem contemplados com Sistemas de Videomonitoramento, em observância aos Projetos elaborados com base nas Portarias nº 41, de 24 de outubro de 2011, nº 12, de 16 de março de 2012 e 83 de 22 de novembro de 2012, bem como, prioridades observadas pelos Estados de fronteira:

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD (mínimo por município)	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
1) Acre (AC)	Assis Brasil	cidade-gêmea	9	R$ 2.950.000,00
	Capixaba	linha de fronteira	9	
	Cruzeiro do Sul	linha de fronteira	13	
	Epitaciolândia/ Brasiléia	cidade-gêmea	10	
	Manoel Urbano	linha de fronteira	9	
	Plácido de Castro	linha de fronteira	9	
TOTAL			59	

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
2) Amazonas (AM)	Atalaia do Norte	linha de fronteira	9	R$ 2.550.000,00
	Benjamin Constant	linha de fronteira	10	
	Santo Antônio do Içá	linha de fronteira	9	
	São Gabriel da Cachoeira	linha de fronteira	10	
	Tabatinga	cidade-gêmea	13	
TOTAL			51	

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
3) Amapá (AP)	Amapá	faixa de fronteira	9	R$ 2.150.000,00
	Laranjal do Jari	linha de fronteira	10	
	Oiapoque	cidade-gêmea	9	
	Santana	*	15	
TOTAL			43	

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
4) Mato Grosso do Sul(MS)	Amambai	faixa de fronteira	10	R$ 4.050.000,00
	Bela Vista	cidade-gêmea	9	
	Coronel Sapucaia	cidade-gêmea	9	
	Corumbá	cidade-gêmea	15	
	Dourados	faixa de fronteira	15	
	Mundo Novo	cidade-gêmea	9	
	Naviraí	faixa de fronteira	10	
	Ponta Porã	cidade-gêmea	13	
TOTAL			90	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
5) Mato Grosso (MT)	Barão de Melgaço	faixa de fronteira	9	R$ 2.565.000,00
	Barra do Bugres	faixa de fronteira	10	
	Poconé	faixa de fronteira	10	
	Pontes e Lacerda	faixa de fronteira	10	
	Porto Esperidião	linha de fronteira	9	
	Vila Bela da Santissima Trindade	linha de fronteira	9	
TOTAL			57	

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
6) Pará (PA)	Abaetetuba	*	15	R$ 2.400.000,00
	Almeirim	linha de fronteira	10	
	Óbidos	linha de fronteira	10	
	Oriximiná	linha de fronteira	13	
TOTAL			48	

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
7) Paraná (PR)	Barracão	cidade-gêmea	09	R$ 2.565.000,00
	Guaíra	cidade-gêmea	10	
	Marechal Cândido Rondon	linha de fronteira	10	
	Santa Helena	linha de fronteira	9	
	Santo Antônio do Sudoeste	linha de fronteira	9	
	São Miguel do Iguaçu	linha de fronteira	10	
TOTAL			57	

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
8) Rondônia (RO)	Costa Marques	linha de fronteira	9	R$ 2.550.000,00
	Buritis	faixa de fronteira	10	
	Guajará-Mirim	cidade-gêmea	10	
	Pimenteiras do Oeste	linha de fronteira	9	
	Vilhena	faixa de fronteira	13	
TOTAL			51	

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
9) Roraima (RR)	Bonfim	cidade-gêmea	9	R$ 1.800.000,00
	Caracaraí	linha de fronteira	9	
	Pacaraima	cidade-gêmea	9	
	Rorainópolis	faixa de fronteira	9	
TOTAL			36	

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
10) Rio Grande do Sul (RS)	Rio Grande	faixa de fronteira	15	R$ 3.510.000,00
	Uruguaiana	cidade-gêmea	15	
	Santana do Livramento	cidade-gêmea	13	
	Bagé	linha de fronteira	15	
	São Luiz Gonzaga	cidade-gêmea	10	
	Itaqui	cidade-gêmea	10	
TOTAL			78	

ESTADO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	CÂMERA PTZ HD	VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA
11) Santa Catarina (SC)	Cunha Porã	faixa de fronteira	9	R$ 2.430.000,00
	Dionísio Cerqueira	cidade-gêmea	9	
	Iporã do Oeste	faixa de fronteira	9	
	Itapiranga	linha de fronteira	9	
	Maravilha	faixa de fronteira	9	
	São José do Cedro	linha de fronteira	9	
TOTAL			54	

*Os Municípios de Abaetetuba - PA e Santana - AP estão fora da Faixa de Fronteira, porém, por questões estratégicas definidas em conjunto com as respectivas Secretarias de Segurança Pública, foram inseridos no rol de Municípios abrangidos por este Projeto da ENAFRON, especialmente em virtude dos efeitos dos ilícitos fronteiriços serem mais efetivos no eixo do Rio Amazonas até a foz do Oceano Atlântico e na Costa da Ilha do Marajó.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 23 DE MAIO DE 2013

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 44000.003595/1981-81, sob o comando nº 361581871 e juntada nº 365507274, resolve:

Nº 294 - Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre o patrocinador Marisol Vestuário S.A. (nova denominação da Marisol Indústria do Vestuário Ltda.) e o MULTIPENSIONS BRADESCO - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, na qualidade de administrador do Plano Básico Marisol Previdência - CNPB nº 1996.0014-18.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 44000.003595/1981-81, sob o comando nº 361581629 e juntada nº 365506823, resolve:

Nº 295 - Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre o patrocinador MARISOL VESTÚARIO S.A., nova denominação da MARISOL INDÚSTRIA DO VESTÚARIO LTDA), e o MULTIPENSIONS BRADESCO - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, na qualidade de administrador do Plano Suplementar Marisol Previdência - CNPB nº 1996.0015-74.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

PORTARIA Nº 303, DE 24 DE MAIO DE 2013

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000447/2012-77, comando nº 356541872, resolve:

Art. 1º Homologar o pedido de retirada de patrocínio da empresa NXP Semiconductors Brasil Comércio, Importação e Exportação Ltda., do Plano de Benefícios C, CNPB nº 1996.0027-83, administrado pela PSS - Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 296, DE 24 DE MAIO DE 2013

Altera a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, instituída pela Portaria PREVIC nº 204, de 18 de abril de 2013.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso X, artigo 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e o inciso XXIII, artigo 11 do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista o contido na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, na Portaria PREVIC nº 178, de 11 de abril de 2012 e na Portaria PREVIC nº 249, de 15 de maio de 2012, decide:

Art. 1º A Portaria PREVIC nº 204, de 18 de abril de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 11 - A. Os servidores em exercício na PREVIC deverão incluir a seguinte cláusula de desobrigação e ressalva (disclaimer) em todas as publicações editadas em seu nome, inclusive em slides de todas as apresentações para o ambiente externo: "As opiniões e conclusões deste (artigo, texto, trabalho, etc.) expressam unicamente a visão do autor, não refletindo necessariamente a orientação institucional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, que se sujeita a processo, forma e canais próprios.""

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARIA RABELO
Diretor-Superintendente

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 329, DE 24 DE MAIO DE 2013

Altera as Resoluções Normativas - RN nº 227, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre a constituição, vinculação e custódia dos ativos garantidores das Provisões técnicas, especialmente da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar, e a RN nº 278, de 17 de novembro de 2011, que institui o Programa de Conformidade Regulatória.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe a alínea "e" do inciso XLI do artigo 4º e o inciso II do artigo 10, todos da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso IV e parágrafo único, do art. 35-A, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998; e a alínea "a" do inciso II do artigo 86 da Resolução Normativa - RN nº 197, de 17 de julho de 2009; em reunião realizada em 8 de maio de 2013, adotou a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução Normativa altera as Resoluções Normativas - RN nº 227, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre a constituição, vinculação e custódia dos ativos garantidores das Provisões técnicas, especialmente da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar, e a RN nº 278, de 17 de novembro de 2011, que institui o Programa de Conformidade Regulatória.

Art. 2º Os §§ 2º, 2º-A, 3º e 4º, do art. 2º e o art. 6º-A da RN nº 227, de 2010, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....

§ 2º É opcional a vinculação de ativos garantidores para o saldo da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar que tenham sido avisados nos últimos 30 dias, conforme os critérios dispostos na regulamentação específica de normas contábeis do setor vigente.

§ 2º-A Para as operadoras de planos privados de assistência à saúde com até 100.000 (cem mil) beneficiários, número a ser apurado na data de 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior é opcional a vinculação de ativos garantidores para o saldo da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias, conforme os critérios dispostos na regulamentação específica de normas contábeis do setor vigente.

§ 3º O disposto no caput não se aplica aos débitos referentes ao ressarcimento ao SUS a partir da 3ª parcela a vencer de parcelamento já aprovado pela ANS.

§ 4º A operadora participante do programa de conformidade regulatória deverá observar os critérios de lastro e vinculação de ativos garantidores estabelecidos na regulamentação específica vigente. " (NR)

"Art. 6º-A As operadoras classificadas nas modalidades de cooperativa odontológica ou odontologia de grupo com número de beneficiários inferior a 20 (vinte) mil, apurados na data de 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior, ficam dispensadas do cumprimento do disposto no § 2º e § 2º-A do artigo 2º, bem como dos artigos 3º, 4º e 5º desta Resolução." (NR)

Art. 3º O inciso IX do art. 2º; o inciso I do art. 3º; os incisos II e VII do caput e o §§ 2º e 3º, do art. 4º; o caput e o parágrafo único do art. 5º; os incisos VIII e IX do art. 6º; e os incisos II, V, VIII e IX do art. 8º, todos da RN nº 278, de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....

IX - provisões técnicas: os valores contabilizados no passivo e que devem refletir as obrigações presentes decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, conforme indicado no art. 9º da RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009; e

....." (NR)

"Art. 3º .....

I - parcelar a vinculação e custódia, a partir de 1º de julho de 2012, na proporção cumulativa mínima mensal de 1/24 (um vinte e quatro avos), os ativos garantidores da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar, na forma da RN Nº 227, de 2010;

....." (NR)

"Art. 4º .....

.....

II - contabilização dos ativos garantidores em montante suficiente para lastrear todas as provisões técnicas ou o risco de inadimplência da administradora de benefícios, considerando, inclusive, o disposto no art. 3ºA;

.....

VII - envio das seguintes informações periódicas:

.....

§ 2º No caso de pendência de processo judicial que tenha como objeto as obrigações de que tratam os incisos III, IV e V deste artigo, a operadora fará jus aos benefícios previstos nos incisos I, I-A e II do art. 3º se a exigibilidade do crédito estiver suspensa, mediante depósito do seu montante integral.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a comprovação do respectivo depósito judicial dar-se-á pela juntada do comprovante de depósito no processo judicial e respectiva intimação à ANS." (NR)

"Art. 5º. A adesão ao programa deverá ser requerida dentro dos prazos descritos abaixo, sendo vedado o ingresso após o seu encerramento:

.....

Parágrafo único. A DIOPE disporá de 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia seguinte aos prazos acima mencionados, para analisar o requerimento de adesão e comunicar a operadora do seu deferimento ou indeferimento." (NR)

"Art. 6º .....

.....

VIII - enviar intempestivamente o DIOPS; e

IX - enviar intempestivamente os dados do SIP em 2 (duas) competências no período de 360 (trezentos e sessenta) dias." (NR)

"Art. 8º .....

.....

II - permanecer em situação irregular por mais de 90 (noventa) dias quanto à obrigação de constituição, vinculação e custódia dos ativos garantidores das provisões técnicas ou do risco de inadimplência da administradora de benefícios, ou se o descumprimento dessa obrigação ocorrer duas vezes no período de 360 (trezentos e sessenta) dias;

.....

V - permanecer em situação irregular por mais de 90 (noventa) dias quanto à obrigação de não atrasar o pagamento de alguma dívida objeto de cobrança administrativa, inclusive os débitos parcelados, referentes ao ressarcimento ao SUS, a Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência a Saúde - TPS e as multas pecuniárias aplicadas pela ANS, nos termos e na forma da regulamentação setorial em vigor, ou se o descumprimento dessa obrigação ocorrer duas vezes no período de 360 (trezentos e sessenta) dias;

.....

VIII - enviar intempestivamente o DIOPS em duas competências no período de 360 (trezentos e sessenta) dias;

IX - enviar intempestivamente os dados do SIB em três competências intercaladas no período de 360 (trezentos e sessenta) dias; e

....." (NR)

Art. 4º A Resolução Normativa nº 278, de 2011, passa a vigorar acrescida do inciso I-A no art. 3º; do artigo 3º-A; dos incisos I e II no caput do art. 5º; e do inciso X no art. 8º, com as seguintes redações:

"Art. 3º .....

I-A - em 01 de outubro de 2013, a parcela dos ativos garantidores da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar a ser vinculada e custodiada, na forma da RN Nº 227, de 2010, será de 16/24 (quinze vinte e quatro avos), acumulando mensalmente, a partir dessa data, a parcela adicional de 1/24 (um vinte e quatro avos); e

....."

"Art. 3º-A A operadora que aderir ao programa de conformidade regulatória e possuir o Índice de Adimplência de Ressarcimento ao SUS maior ou igual a 0,90, conforme fórmula abaixo descrita, fará jus à desobrigação do lastro e vinculação de ativos garantidores correspondentes ao saldo das Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar originados do ressarcimento ao SUS:

Índice de Adimplência de Ressarcimento ao SUS

Valores Pagos + Valores em Parcelamento

Valores Cobrados

§ 1º Os critérios para apuração do Índice referido no caput serão os seguintes:

I - Valores Pagos: corresponde a soma de valores originais de GRUs efetivamente quitados pelas operadoras, seja por meio de pagamento direto ou conversão em renda.

II - Valores em Parcelamento: corresponde a soma de valores originais das GRUs que compõem parcelamentos deferidos; e

III - Valores Cobrados: corresponde a soma de valores originais das GRUs de ressarcimento ao SUS.

§ 2º A ANS divulgará mensalmente em seu endereço eletrônico na Internet o Índice apurado para cada operadora.

§ 3º Os valores relacionados a impedimentos judiciais ou suspensos por depósito judicial não serão considerados no numerador."

"Art. 5º .....

.....

I - de 1º de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2012;

II - de 1º de junho a 31 de julho de 2013.

....."

"Art. 8°.....

.....

X - permanecer em situação irregular por mais de 90 (noventa) dias quanto à obrigação de não atrasar o pagamento de alguma dívida objeto de cobrança administrativa referente à taxa de saúde suplementar por plano de assistência à saúde, ou se o descumprimento dessa obrigação ocorrer duas vezes no período de 360 (trezentos e sessenta) dias.

....."

Art. 5º Os Anexos I e II da RN nº 278, de 2011, passam a vigorar com as redações dadas, respectivamente, pelos Anexos I e II do Anexo desta RN.

Parágrafo único. O Anexo desta Resolução estará disponível para consulta e cópia no endereço eletrônico da ANS na Internet.

Art. 6º Revogam-se os incisos I, II e III, do § 3º do art. 2º, da RN nº 227, de 19 de agosto de 2010, e o inciso X do art. 6º, da RN nº 278, de 17 de novembro de 2011.

Art. 7º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 15 DE MAIO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Deliberação	Beneficiário
33902.823967/2011-19	UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO-DO RIO DE JANEIRO	DIFIS	Improcedente	C.C.B.S
33902.353295/2011-71	UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO-DO RIO DE JANEIRO	DIFIS	Improcedente	I.A.M.S
33902.353263/2011-75	UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO-DO RIO DE JANEIRO	DIFIS	Improcedente	P.G.A
33902.357291/2011-61	UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO-DO RIO DE JANEIRO	DIFIS	Improcedente	R.R.L.S
33902.819369/2011-45	UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO-DO RIO DE JANEIRO	DIFIS	Improcedente	M.M.O.S

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

DECISÃO DE 20 DE MAIO DE 2013

O Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e consoante o disposto no art.15, V c/c art. 25, todos da RN 48, de 19/09/2003, vem por meio deste dar ciência da decisão proferida em processos administrativos às Operadoras relacionadas no anexo.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.002595/2009-45	MEDIAL SAÚDE S/A.	302872.	43.358.647/0001-00	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS. Art. 88, c/c art. 9º, IV e art.10, V, todos da RN 124/2006.	R$ 710.110,00 (setecentos e dez mil, cento e dez reais).

EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES

NÚCLEO NA BAHIA

DECISÃO DE 20 DE MAIO DE 2013

O Chefe do NÚCLEO DA ANS BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 129, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de FIscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.000747/2011-19	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	infração ao artigo 17, § 4º, da Lei 9656/98	anular o AI nº 35744 por existência de processo que já apura a infração
25772.007660/2009-58	SANTA CASA DE MISERICORDIA DA BAHIA	327999.	15.153.745/0001-68	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.25 da Lei 9.656 c/c Art.4º, XVII da Lei 9.961)	advertência

SÉRGIO BORGES BASTOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO DE 21 DE MAIO DE 2013

O Chefe do NÚCLEO DA ANS BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 129, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de FIscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.001611/2008-21	AMED - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	364916.	00.637.500/0001-39	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parág. 4o e incs., do art. 17 da Lei 9656/98. (Art.17, §4º da Lei 9.656) e comercializar produto diferente do registrado (art. 8º da Lei 9656/98 c/c art. 13, Anexo II, item 6, da RN 85/04)	38.900,00 (TRINTA E OITO MIL, NOVECENTOS REAIS)
25772.004671/2011-09	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12, II, da Lei 9656 de 1998	88000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

SÉRGIO BORGES BASTOS

DECISÃO DE 24 DE MAIO DE 2013

O Chefe do NÚCLEO DA ANS BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 129, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de FIscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.001459/2010-09	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.25 da Lei 9.656 c/c Art.4º, XVII da Lei 9.961)	135.000,00

SÉRGIO BORGES BASTOS

DESPACHO DO CHEFE
Em 21 de maio de 2013

Nº 379 - O Chefe do NÚCLEO -BA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 129 de 30/10/2012, publicada no DOU de 8/11/2012, seção 1, fl. 41, pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e portaria nº 40, de 09/08/2008, publicada no DOU de 11/09/2008, seção 2, página 35, e, tendo em vista o disposto no art. 11-A, IV da Resolução Normativa - RN nº 219 de 08/06/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:
Processo 25772.002717/2008-41 - demanda nº 696397

Ao representante legal da empresa NACIONAL SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.694.028/0001-76, com ENDEREÇO DESCONHECIDO, da lavratura do auto de infração nº 35557 na data de 11/5/2010, pela constatação de infração ao art. 12º, inciso I, da Lei 9656/98, ficando sujeita à penalidade prevista no artigo art. 77° da RN 124/06, por deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em lei, nos termos do processo administrativo em epígrafe, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada no Núcleo da Bahia da ANS. situado na Av. Antônio Carlos Magalhães. Nº 771, salas 1601 a 1604, - Edf. Torre do Parque - Bairro do Itaigara - Salvador/BA - CEP: 41.825-000.

SÉRGIO BORGES BASTOS

NÚCLEO NO CEARÁ

DECISÃO DE 9 DE MAIO DE 2013

A Chefe do Núcleo da ANS Ceará, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 130, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25773.005513/2010-77	UNIHOSP - SERVIÇOS DE SAUDE LTDA.	412538.	04.083.773/0001-30	Deix. de gar. trat. cir. do Hallux Valgus, Osteotomia ou Pseudartrose do Tarso e Médio Pé - trat. cir., e Tenotomia, em fev/10, p/ E. M. B. M. S., aut. por liminar judicial. Inf. art. 12, II, lei 9656/98.	R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

MARCILENE M. B.DO VALE

DECISÃO DE 20 DE MAIO DE 2013

A Chefe do Núcleo da ANS Ceará, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 130, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25773.002748/2011-98	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deix. de gar. Cobertura a K.B.M. p/ a realização de endoscopia digestiva com anestesia, em 04/02/11. Inf art. 12, I, lei 9656/98.	ANULA AUTO ARQUIVAMENTO
25773.015807/2010-15	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	312924.	00.360.305/0001-04	Deix. de gar., em 10/10, à ben. N. C. S. V., o reembolso prev. no contrato, na cláusula 3.7.2, item 3.7.2.4, ref. ao custeio de modo particular dos proc. Defecograma - Exame Radiológico e Trânsito e Morfologia do Delgado. Inf. art. 25, lei 9656/98.	R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.003267/2011-08	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de gar. para K.B.M. endoscopia digestiva com anestesia, sol. em 4/2/11. Inf. art. 12, I, lei 9656/98.	ANULA AUTO ARQUIVAMENTO
25773.000526/2011-31	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Deixar de gar. broncofibroscopia, real. dur. Embolização de Aneurisma Cerebral, em set/10, para a Sra. S. N. F. Inf. art. 12, II, lei 9656/98.	R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.016053/2010-11	UNIMED IMPERATRIZ COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	352543.	07.057.185/0001-10	Deixar de gar., para o ben. M. V. G. S. S., internação sol. pela médica assistente, no dia 25/11/10, em caráter de emergência. Inf. art. 35-C, I, lei 9656/98.	R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.014497/2010-11	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de gar., à Sra. M.V.S.S., internação, em ago/10; e fotocoagulação a laser e capsulotomia yag laser. Inf. art. 12, II e I, lei 9656/98.	R$ 184.000,00 (Cento e oitenta e quatro mil reais)
25773.015164/2010-00	CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL	339679.	02.812.468/0001-06	Comercializar o prod. nº 401149980, em 1/1/09, em cond. dif. da reg. na ANS, ao disp. aos usuários o UDI Hospitalar, sem inf. à ANS este hosp. como integrante de sua rede. Inf. art. 19, §3º, IX, Lei 9656/98.	R$ 343.646,88 (trezentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos)
33902.174973/2010-50	MULTICLÍNICAS ASSIST.MED. CIRURG. E HOSP. LTDA.	331490.	10.364.370/0001-61	Deix. de garantir para o ben. A. R. S., EM 25/11/08, internação hospitalar p/ trat odontológico com imperativo clínico para realização em hospital. Inf art 12, II lei 9656/98.	R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)

MARCILENE M. B.DO VALE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÕES DE 21 DE MAIO DE 2013

A Chefe do Núcleo da ANS Ceará, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 130, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25773.001249/2011-83	UNIHOSP - SERVICOS DE SAUDE LTDA.	412538.	04.083.773/0001-30	Aplicar reaj. por mud. de faixa etária, em fev/11, ao contrato de plano de saúde da Sra. F. de M. S. P., ben. de plano cont. após a vig. da Lei 9656/98, ao compl. 44 anos de idade, em des. com a disp. contratual. Inf. ao Art.25, Lei 9656/98.	R$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais)
25773.017635/2011-97	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Aplicar reaj. por var. anual de custos, em ago/11, acima do contratado pela pessoa jur. denominada MG S. DE . Inf. ao Art.25, Lei 9656/98.	R$ 49.648,50 (quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos);
25773.005744/2011-61	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Reajustar, em maio/2011, acima do contratado (cláusula vigésima, item 20.1) plano de saúde firmado com Universidade Infantil Menino Jesus S/S Ltda. Infração Art.25, da Lei 9656/98.	R$ 49.846,50 (Quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)
25773.003848/2012-12	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Exigir, em fev/12, sem expressa prev. cont., reaj. por mud. de faixa etária, ao comp. 49 anos de idade, na mens. da Sra.R.M.M.A.	R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)

A Chefe do Núcleo da ANS Ceará, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 130, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisorio ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25773.005256/2009-30	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Aplicar em outubro/ 2006, 2007, 2008 e 2009, à apólice 1008, do contrato colet. não regulament. c/a SOASES, reaj por var. anual custos em perc. acima do contratado. Inf. e Art.25, lei 9656/98; Deix. de comunicar à ANS e no boleto de pgto aos consumidores, no prazo estabelec., todos os citados reaj.aplic. à apólice 1008. Inf Art.20, lei 9656/98 c/c: art.8º, caput e §1º, RN 128; art.13, I, e art. 16, RN 156; art.13, I, e art. 16, RN171.eixar de cumprir as obrigs. prevs. nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	271.350,00 (duzentos e setenta e um mil trezentos e cinquenta reais), e ADVERTÊNCIA

MARCILENE M. B.DO VALE

DECISÃO DE 22 DE MAIO DE 2013

A Chefe do Núcleo da ANS Ceará, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 130, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25773.001078/2011-92	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Aplicar, em out/10, reaj. no contrato da Sra. M. G. A. A., ben. de plano de saúde ind. cel. sob a égide da lei 9656/98, por mud. de faixa etária, sem a expressa prev. contratual. Inf. art. 15, lei 9656/98.	R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25773.021660/2011-75	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Reajustar por mudança de faixa etária acima do contratado (cláusula 21.1) plano da beneficiária M.E.C., ao 49 anos, em set/11. Infração Art.15 Lei 9656/98.	R$ 49.500,00 (Quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33902.188071/2007-03	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Fornecer à ANS doc. falso ou fraud., na apur. do proc. adm. nº 33902.113094/2003-22, ao encaminhar mod. de contrato div. do cel. com o J. A. L., em jan/99. Inf. art. 20, §1º Lei 9656/98 c/c art. 4º, §1º Lei 9961/00.	R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais))
25773.012129/2009-97	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Aplicar, em nov/09, reaj. por mud. de faixa etária, sem exp. prev. cont., na mens. de M. E. F. B., ben. de plano de saúde ind. firm. antes da lei 9656/98. Art.25 Lei 9656/98.	R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)

MARCILENE M. B.DO VALE

NÚCLEO NO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO DE 7 DE MAIO DE 2013

A Chefe do Núcleo da ANS Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 131, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ,e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33903.010687/2009-13	UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MEDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS	347361	01.409.581/0001-82	Comercializar quaisquer dos prods. de que trata o inc. I e o § 1o da Lei 9656/98, em condições operacionais ou econômicas diversas da reg. na ANS. (Art.19, §3º da Lei 9.656) ao não inf. o credenciamento do estabelecimento hospitalar inscrito no CNPJ sob o nº 06.160.688/0001-53. Reduzir a capacidade da rede hospitalarsem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parág. 4° e incs. do Art. 17 da Lei 9656/98, ao descredenciar o estabelecimento hospitalar inscrito no CNPJ sob o n° 06.160.688/0001-53	162.397,89 (cento e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos)

CLAUDIA MARIA RESTUM CORRÊA DE SÁ

NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 23 DE MAIO DE 2013

O(A) Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.024068/2011-75	Casa de Saúde São Bernardo S/A	363766	31.488.208/0001-25	Deixar garantir, em outubro de 2011, ao dependente C.M.L, possuidor de plano regulamentado, consulta pediátrica, benefício de cobertura obrigatória. (art.12, I, a, da Lei 9656/98)	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)

EUNICE MOURA DALLE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO DE 24 DE MAIO DE 2013

O(A) Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/011/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.007311/2011-91	Serviço Social das Estradas de Ferro-SESEF	312304	33.909.540/0001-41	Comercializar produtos de que tratam o inciso I e o §1º da Lei 9656/98 em condições operacionais diversas das registradas na ANS, ao celebrar contrato com a inclusão de rede de prestadores diferente da apresentada na ANS. (art.8º, da Lei 9656/98 c/c art.13, Anexo II, item 6, da RN85).	97.082,11 (noventa e sete mil, oitenta e dois reais e onze centavos)
25779.027052/2012-03	SMV Serviços Médicos Ltda	349194	64.486.285/0001-03	Deixar de garantir, em agosto de 2012, cobertura obrigatória, para o procedimento de Exérese nódulos mama direita (6lesões), para a benef.B.S.N. (art.12, II, "a" e "c", da Lei 9656/98).	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais).
25779.012754/2012-84	Casa de Saúde São Bernardo S/A	363766	31.488.208/0001-25	Deixar de garantir em maio de 2012, cobertura obrigatória, para consultas nas especialidades Neurologia e Psiquiatria, no prazo máximo previsto na RN259/11, ao benef. S.R.D.F	Arquivamento- Anulação do auto de infração nº41.786

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO DE 23 DE MAIO DE 2013

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 139, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANSe tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos..

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.002416/2011-74	CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA	392804.	00.773.639/0001-00	Recusar a participação de consumidores, em planos de assist. à saúde, em razão da idade, doença ou lesão preexistente. (Art.14 da Lei 9.656)	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25785.005447/2012-68	UNIMED PORTO ALEGRE SOCIEDADE COOP.DE TRAB.MÉDICO LTDA	352501.	87.096.616/0001-96	- (art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º XVII da Lei 9961 c/c art)	53820 (CINQUENTA E TRES MIL, OITOCENTOS E VINTE REAIS)

ANDRÉ LUIS PEREIRA DUARTE

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 17 DE MAIO DE 2013

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.059239/2010-87	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar. a resc. de contr. empr. confor. prev. na cláusula 13.1 do contrato. Art. 25 da Lei 9656/98, alterado pela MP 2097-36 de 26/1/ 01.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.084078/2011-41	MARÍTIMA SAÚDE SEGUROS S/A	000477.	47.184.510/0001-20	Deixar de gar. cobert. p/ tratam. cirúrgico de artroscopia p/ a benef. A.P.B. Art. 12, inc. II "a" e "e" da Lei 9656/98.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.070336/2011-10	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de gar. cob.. obrig. do proced. Ressec. de Tumor de Gland. Salivar c/ ou s/ Esvaziam. Cerv., da benef. C.S.C.S. Art. 12, inc. II da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.078626/2011-01	UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A	000701.	04.487.255/0001-81	Por deixar de gar. cob. p/ craniect. e mat. Neces. p/ a benef. P.A.O.. Art. 12, inc. II, alín. a e e da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.040246/2011-96	SAUDE ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA.	300926.	60.538.436/0001-60	Deixar de gar. cobert. p/ ecocard. c/ doppler color., p/ a benef. D.D.C..Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9656/98.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.014712/2012-69	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Por deixar de garantir cobert. de "Teste de Clonidina Dosagem GH" p/ a benef. S.M.Y. Art. 12, inc. I, alín. "b" da Lei 9656/98.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.013922/2012-30	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Não garantir acesso e cobert. p/ os proced. Nefrotitotripsia Percutânea Unilateral e Colocação Ureteroscópica de Duplo J, p/ a benef. B.F.A.M. Art. 12, inc. II, "a", da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.097953/2011-54	UNIMED DE SAO JOSE DOS CAMPOS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	331872.	60.214.517/0001-05	Por deixar de garantir cobert. p/ inter. hosp. p/ a benef. J.D.A., Art. 12, inc. II",a" da Lei 9656/98.	Auto de infração n 42600 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.006885/2010-41	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cobert. p/ Mamot. Bióp. Aspir. a Vácuo por Agulha Grossa e Anát. Patol. de Peça Cirúr., p/ a benef. R.M.S.Art. 12, inc. II a da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.065878/2011-62	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	1) Resc. unilateralm. o contr. indiv./fam. da benef. D.C.R.L. Art. 13, § ún., inc. II da Lei 9656/98, c/c art. 3º, inc. 1º da RN 195/09. e 2) Encam. à ANS as infor. dev., conten. incor. Art. 20 da Lei 9656/98 c/c art. 3º, § ún. da RN 250/11.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS) e Advertencia
25789.096570/2011-69	SANTA MARINA SAÚDE S/C LTDA	413798.	04.324.878/0001-33	Deixar de garantir cobert. p/ consulta ambul. na especial. méd. de pneumologia p/ o benef. R.X.O., Art. 12, inc. I, alín. "a" da Lei 9656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.058290/2011-52	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Deixar de gar. cob. p/ cônsul. méd. na espec. cirur. de mão, à benef. E.S.L.. Art. 12, inc. I, alín. a da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.078389/2010-90	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Impedir ou restringir a particip. do benef. em plano priv. de assist. à saúde, ao não compr. a inscrição da benef. C.C.A.O., no plano. Art. 14 da Lei 9656/98.	Auto de infração n 52019 anulado por improcedência. Arquivamento
25789.098869/2011-58	UNIVERSAL SAUDE ASSISTENCIA MEDICA S.A.	348520.	62.550.256/0001-20	Aplicar reaj. por mud. de faixa et. a CAG, benef. de contr. colet. firm. por interm. da Soc. Evan. Pent. Cristo Reina e Vive em Nós, em desac. c/ o Art. 15 da Lei 9656/98 c/c art. 2º da RN 63/03.	27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS)
25789.016494/2012-05	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Deixar de garantir acesso e cobert. p/ consulta na espec. endocrinologia, à M.A.H.P.. Art. 12, inc. I, alín. "a" da Lei 9656/98.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.058369/2011-83	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	1) Deixar de encam. à ANS as comunic. dos reaj. na mensal. dos benef. de contr. colet. Art. 20 da Lei 9656/98 c/c art. 13 e 15 da RN 171/08 c/c §2º do art 4º da IN 13/06 ; e 2) Proceder a alt. contr. de planos de assist. à saúde em desac. c/ a legis. vig. . Art. 25 da Lei 9656/98.	35.245,00 (TRINTA E CINCO MIL, DUZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS) e Advertencia.
25789.097604/2011-32	UNIMED DE SAO JOSE DOS CAMPOS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	331872.	60.214.517/0001-05	Adoção de mecan. de regul. div. do estabel. na cláus. 5.1, do contr. c/ a empr. TIVIT Terc. de Proc. Serv. e Tec Ltda. Art. 1º, § 1º, alín. d da Lei 9656/98, c/c art. 4º, inc. I, alín. b da Resol. CONSU 8/98	24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25789.013954/2012-35	VALE S/A	345695.	33.592.510/0001-54	Não gar., no âmb. da NIP, cobert. p/ o prod. Bissulf., na forma injet., comercializ. c/ Busilvex, p/ quimiot. de condicionam., prévio a transpl. Autól. do benef. R.F.M.. Art. 25, da Lei 9656/98, c/c Art. 11, da RN 48/03, alter. pela RN 142/06 e pela RN 226/10.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.097339/2011-92	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Descumprir a cláus. 3.2.6 item b do contr. indiv. firmado por C.H.. Art. 25 da Lei 9656/98.	Auto de infração n 43996 anulado por improcedencia. Arquivamento
25789.098041/2011-08	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cob. p/ reemb. integ. das desp. refer. ao atend. prest. no Hosp. Metrop., à benef. L.S.C. Art 12, I, b da Lei 9656/98 c/c art 11 da RN 48/03, alter. pela RN 226/10.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.028198/2012-49	GREEN LINE SISTEMA DE SAUDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Por exigir da benef. EA reaj. das mensal., s/ homolog/ da ANS. Art 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º, inc. XVII, da Lei 9961 c/c art. 2º da RN 171/08.	Advertência
25789.076012/2012-68	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Não encam/ à ANS as infor. sobre os reajs. aplic. na mensal. dos benef. vincul. ao contr. colet. da Crom. N. S. Salete Ltda. EPP. Art 20 da Lei 9656/98 c/c art 13 e 15 da RN 171/08 c/c §2º do art 4º da RN 13/06.	Auto de infração n 38994 anulado por improcedencia. Arquivamento.
25789.077625/2011-31	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de gar. cob. do proced. Gastroplas., prev. em lei, ao negar cob. ao proced., do benef. N.P.S. Art. 12, inc. II da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.032301/2011-74	SERMA SERVICOS MEDICOS ASSISTENCIAIS S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	388122.	61.799.946/0001-54	Redimensionar a rede hosp., por red., s/ a aut. da ANS, c/ o descredenc. do Hosp. Band., Hosp. Metrop. e Hosp. Sta. Paula, p/ todos os prod. p/ os quais eram creden.. Art. 17, §4º, da Lei 9656/98.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
25789.105293/2011-92	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de gar. cob. p/ resson. nuclear magnét. do pé, à benef. J.H.N. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9656/98.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.090142/2012-11	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Rescindir unilateralm. o contr. indiv. firm. por MJGA, s/ q/ a benef. fosse comprovad. notific. c/ anteced. da possibil. de cancel. do plano por inadimpl. Art. 13, § ún., II da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.077848/2011-07	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir cobert. obrigat. do proced. captura híbrida de HPV de cólo de útero, vagina e vulva, do benef. C.R.M. Art. 12, I, da Lei 9656/98.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.018657/2009-81	NOTRE DAME SEGURADORA S/A	006980.	62.498.803/0001-75	Art. 35-A, inc. I, da Lei 9656/98, c/c art. 3º, da Resolução CONSU 06/98, com penalidade prevista no art. 69 da RN 124/06.	Auto de Infração n 28977 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.072906/2012-89	GREEN LINE SISTEMA DE SAUDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Deixar de gar. acesso e cob. obrig. p/ biópsia do colo uter., colpos., proced. diag. em citopat. cérv.-vag. Oncót., proced. diagnóst. em peça anatôm. ou cirúr, simples, ultra-son. de mama, ultra-son. transv. à benef. C.O.F. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei. 9656/98.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.090133/2012-12	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Por rescindir unilateral. o contr. indiv. firm. por AMB, s/ q. a benef. fosse comprov. notif. c/ anteced. da possib/ de cancel. do plano por inadimp.. Art. 13, § ún., II, da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.003521/2012-71	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Não gar. cob. prev. em Lei p/ cons. c/ Pneumol., p/ a benef. G.O.R.C. Art. 12, inc. I, alín. a, da Lei 9656/98, c/c Art. 11, da RN 48/03, alter. pela RN 142/06 e pela RN 226/10.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.058788/2011-15	COOPUS - COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS	384356.	96.350.194/0001-24	Deixar de gar. cob. p/ o benef. P.R.O.C., p/ o proced. de tomog. de crânio. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9656/98.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.002326/2005-03	FALÊNCIA DE UNIVERSO ASSISTENCIA MEDICA S/C LTDA	352616.	00.597.274/0001-00	Reduzir a capac. da rede hosp. creden., c/ a suspen. dos atend. do Hosp. São Lucas. Art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
25789.002982/2005-06	FALÊNCIA DE UNIVERSO ASSISTENCIA MEDICA S/C LTDA	352616.	00.597.274/0001-00	Reduzir a capac. da rede hosp. creden., c/ o descreden. do Instit. do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho s/ prévia autoriz. da ANS. Art. 17, §4º, da Lei 9656/98.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 23 DE MAIO DE 2013

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.182395/2009-91	ODONTOFEM - ODONTOLOGIA FAMILIAR E EMPRESARIAL S/C LTDA	414433.	05.087.666/0001-42	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.182228/2009-41	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UFMG	410187.	16.847.592/0001-11	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.144024/2008-21	PRO MASTER ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA.	356956.	96.511.530/0001-73	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.182348/2009-48	SOCIEDADE BENEFICENTE DE PAROBÉ	412139.	88.373.121/0001-20	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.180527/2009-41	CLINICA MEDICA ANDREIAS VESALIUM - ME	405086.	02.878.827/0001-28	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.844, DE 22 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 498, publicada no DOU de 02 de Abril de 2012, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Indeferir o Registro, Cadastro, Cadastramento, Alteração, Revalidação e a Retificação dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.845, DE 22 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 498, publicada no DOU de 02 de Abril de 2012, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro de Produto (Incorporação de Empresa) e por conseqüente, cancelar o Registro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.846, DE 22 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 498, publicada no DOU de 02 de Abril de 2012, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Retificação, Revalidação e o Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.847, DE 22 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 498, publicada no DOU de 02 de Abril de 2012, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder Registro, Cadastro e o Cadastramento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.885, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.886, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.887, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.888, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

Considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

Considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 08 de maio de 2003, resolve::

Art. 1º Conceder ao(s) Centro(s), na forma do(s) ANEXO(s), a Certificação em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade conforme identificado no respectivo quadro ANEXO;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.889, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.890, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir: registro de novos alimentos e novos ingredientes - NACIONAL,

registro de alimentos infantis - NACIONAL, registro de alimentos e bebida importado na conformidade da relação anexa.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.891, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º conceder registro de novos alimentos e novos ingredientes - NACIONAL, revalidação de registro, inclusão de marca, registro de novos alimentos e novos ingredientes IMPORTADO, reconsideração de indeferimento - alimentos, alteração de fórmula do produto, alteração de rotulagem, cancelamento da solicitação de registro - petição/processo inicial, a pedido da EMPRESA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO RE N° 1.892, DE 24 DE MAIO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art.1º Indeferir registro de novos alimentos e novos ingredientes - NACIONAL, revalidação de registro, alteração de rotulagem.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.893, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder cancelamento da solicitação de registro - petição/processo inicial, a pedido da EMPRESA, desistência do processo pela empresa na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.894, DE 24 DE MAIO DE 2013 (*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder registro de alimentos com alegações de propriedade funcional e/ou de saúde - NACIONAL, registro de novos alimentos e novos ingredientes IMPORTADO, registro de novos alimentos e novos ingredientes - NACIONAL, inclusão de marca, revalidação de registro, desistência do processo pela empresa na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.895, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, ainda, a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 12, de 16 de fevereiro de 2012 e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Habilitar na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o laboratório abaixo relacionado:

Código da REBLAS	Nome do Laboratório	Endereço	Cidade/UF	CNPJ	Processo de habilitação na REBLAS nº
REBLAS 055	Centro de Pesquisa e Processamento de Alimentos - CEPPA	Centro Politécnico Prédio das Usinas Piloto Bloco B Sala PP01	Curitiba/PR	75.095.679/0001-49	25351.613571/2012-11
REBLAS 056	Conágua Ambiental Ltda	Rua 91, nº 771, Setor Sul	Goiânia/GO	01.615.998/0001-00	25351.221184/2013-11

Art. 2º Os ensaios e/ou estudos analíticos habilitados estarão especificados conforme o sítio eletrônico da ANVISA (www.anvisa.gov.br).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.896, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012;

considerando o art. 23 e parágrafos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o Relatório de Ensaio nº 807/12, emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia - INT, que apresentou teor de cromo fora dos limites especificados pela Norma 5832-1:2008, para o produto Parafuso de Bloqueio Proximal 120 mm, Código 3866-65-120, lote XH82665;

considerando o Relatório de Ensaio nº 809/12, emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia - INT, que apresentou teor de incrustações e percentual de carbono acima do permitido pela Norma ISO 5832-1:2008, para o produto Haste Biolocking tibial 09X360mm (a), Código 3855-09-360, lote XD78219, resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a interdição cautelar, em todo o território nacional, dos lotes e produtos especificados na tabela abaixo, fabricados pela empresa BIOMECÂNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA - CNPJ 58.526.047/0001-73, localizada na Rua Luiz Pengo, 145, Distrito Industrial - Jaú/SP, por suspeita de desvio de qualidade.

Produto	Lote
Parafuso de Bloqueio proximal 120mm - Código 3866-65-120	XH82665
Haste Biolocking tibial 09X360mm - Código 3855-09-360	XD78219

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar de tal data.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.897, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012.

considerando, os arts. 12, 59 e 67 inciso I, todos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 93, Parágrafo único do Decreto nº. 79.094, de 05 de janeiro de 1977;

considerando ainda, comprovação de prática ilegal de divulgação dos produtos sem registro ou notificação Limpa Baús e Limpa Chassis, fabricados pela empresa Milena Mota Maia Nobre ME, nome fantasia Quimiflex Ind. e Com. de Produtos Químicos, (CNPJ 07.316.197/0001-11), resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comércio e uso, em todo o território nacional, dos produtos Limpa Baús e Limpa Chassis fabricados pela empresa Milena Mota Maia Nobre ME, nome fantasia Quimiflex Ind. e Com. de Produtos Químicos, (CNPJ 07.316.197/0001-11), localizada na Rua Barão de Aquiraz, 848/850, Messejana, Fortaleza/CE, por não possuir registro ou notificação nessa Agência.

Art. 2º Determinar, ainda, que a empresa fabricante promova o recolhimento dos produtos no mercado brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.898, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o comunicado de recolhimento voluntário do lote 26581005, do medicamento Dipirona Sódica, Registro MS: 1.0370.0470, solução injetável, fabricado pela empresa Laboratório Teuto Brasileiro S.A., resolve:

Art. 1º. Dar publicidade ao recolhimento voluntário, realizado na forma da RDC nº 55/2005, do medicamento Dipirona Sódica, Solução Injetável, Reg. MS.: 1.0370.0470, Lote 26581005, fabricado pela empresa Laboratório Teuto Brasileiro S.A., CNPJ 17.159.229/0001-76, dada a presença de corpo estranho no interior de uma unidade.

Art. 2º. Fica suspensa a distribuição, comércio e uso das unidades do produto citado no artigo 1º eventualmente encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.899, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012.

considerando, os arts. 12, 50, 59 e 67 inciso I, todos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 93, Parágrafo único do Decreto nº. 79.094, de 05 de janeiro de 1977;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando ainda, o teor do ofício nº 0040318131 do processo 25351170468/2002-81, que textualiza o descumprimento de normas regulamentares no que se refere à constância e reprodutibilidade do processo de fabricação, acarretando o indeferimento da renovação de registro do produto Anastrol 1mg, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da importação, distribuição, comércio, divulgação e uso, em todo o território nacional, de todos os lotes do medicamento ANASTROL 1mg (anastrozol), registrado pela empresa LABORATÓRIOS LIBRA DO BRASIL S.A. (CNPJ 94869054/0001-21), localizada à Avenida Cairú, Nº 750, Navegantes, Porto Alegre - RS, por não atender às exigências regulamentares desta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.900, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012;

considerando os arts. 7º e 12º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando informação de que foi identificado no mercado a comercialização dos produtos Kawa Kawa (Piper methysticum) 300mg e Valeriana (Valeriana Officinalis L) 300mg, ambos da marca Nutri Vitty, sem o devido registro na Anvisa, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, divulgação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, dos produtos Kawa Kawa (Piper methysticum) 300mg e Valeriana (Valeriana Officinalis L) 300mg, ambos da marca Nutri Vitty, sem informação de fabricante, por não possuírem registro nesta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.901, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012;

considerando os arts. 7º e 12º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando informação que foi identificado no mercado a comercialização do produto Flor da Noite (Cereus grandiflorus Mill), marca NaturNatus, sem o devido registro na Anvisa, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, divulgação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do produto Flor da Noite (Cereus grandiflorus Mill) 400mg, marca NaturNatus, fabricado por NaturNatus Produtos Naturais, por não possuir registro nesta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.902, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012;

considerando os arts. 7º e 12º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando informação que foi identificado no mercado a comercialização do produto Flor da Noite Composta, sem o devido registro na Anvisa, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, divulgação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do produto Flor da Noite Composta, assim como todos os produtos sujeitos a vigilância sanitária, que possuírem em seu rótulo, envasado e distribuído por CNPJ: 08.610.922/0001-22, por não possuírem registro nesta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.903, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012, resolve:

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o comunicado da empresa fabricante de que está substituindo lotes do medicamento Imunen, por terem sido fabricados em desacordo com o registro atual do mesmo junto a Anvisa, RESOLVE:

Art. 1º. Dar publicidade ao recolhimento voluntário, realizado na forma da RDC nº 55/2005, dos lotes 13010437, 13010438 e 13010439 do medicamento IMUNEN (azatioprina) na forma de comprimido simples, fabricados pela empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA (CNPJ 44.734.671/0001-51), localizada na Rodovia Itapira Lindóia, Km 14 S/N, Itapira - SP, em virtude dos mesmos terem sido produzidos em desacordo com o registro na Anvisa.

Art. 2º. Fica suspensa a distribuição, comércio e uso das unidades do produto citado no artigo 1º eventualmente encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO, MONITORAMENTO DA QUALIDADE, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, PRODUTOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.848, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando o disposto no inciso VI do art. 2º, da Resolução RDC nº 204 de 6 de julho de 2005;

considerando o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Concessão de Certificado de Boas Práticas de Fabricação da(s) empresa(s) constante(s) no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.849, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o parecer da área técnica e que as empresas foram inspecionadas cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.850, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o parecer da área técnica e que as empresas foram inspecionadas cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.851, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o pedido de concessão de certificação pelo importador Interteck Internacional Importação e Exportação Ltda., CNPJ nº 02.668.836/0001-94;

considerando a Resolução RDC nº 95, de 08 de novembro de 2000;

considerando ainda o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão do Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.852, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a Resolução RDC nº 95, de 08 de novembro de 2000 e que as empresas foram inspecionadas cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.853, DE 23 DE MAIO DE 2013 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no § 1º, inciso I, do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41 da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.854, DE 23 DE MAIO 2013 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no § 1º, inciso I, do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41 da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.855, DE 23 DE MAIO DE 2013(*).

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no § 1º, inciso I, do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41 da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.856 , DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no § 1º, inciso I, do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41 da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.857, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no § 1º, inciso I, do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41 da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.858, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.859, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.860, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.861, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.862, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.863, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.864, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.865, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA IMPRENSA NACIONAL

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.866, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.867, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.868, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.869, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.870, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização Especial das Empresas, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.871, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento das Empresas, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.873, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.874, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.875, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.876, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.877, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.878, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.879, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.880, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.881, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.882, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.883, DE 24 DE MAIO DE 2013 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.884, DE 24 DE MAIO DE 2013(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE nº 1.447, de 19 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 76, de 22 de abril de 2013, Seção 1, pág.48 e em Suplemento ANVISA, página 267.

Onde se lê:

Razão Social: KOVALENT DO BRASIL LTDA	CNPJ: 04.842.199/0001-56
Expediente da Petição: 801153-1	
Endereço: RUA CRISTÓVÃO SARDINHA, 110	
Bairro: JARDIM BOM RETIRO	CEP: 24.722-350
Município: SÃO GONÇALO	UF: RJ
Autorização de Funcionamento Comum n.: 0071309/13-1	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os produtos:	
Produtos nacionais para diagnóstico de uso *in vitro*, devidamente registrados por esta empresa junto à ANVISA, enquadrados na(s) classe(s) de risco I, II e IV, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 61, de 18 de novembro de 2011.	

Leia-se:

Razão Social: KOVALENT DO BRASIL LTDA	CNPJ: 04.842.199/0001-56
Expediente da Petição: 0071309/13-1	
Endereço: RUA CRISTÓVÃO SARDINHA, 110	
Bairro: JARDIM BOM RETIRO	CEP: 24.722-350
Município: SÃO GONÇALO	UF: RJ
Autorização de Funcionamento Comum n.: 801153-1	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os produtos:	
Produtos nacionais para diagnóstico de uso *in vitro*, devidamente registrados por esta empresa junto à ANVISA, enquadrados na(s) classe(s) de risco I, II e IV, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 61, de 18 de novembro de 2011.	

Na Resolução - RE n° 1.631, de 03 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 85, de 06 de maio de 2013, Seção 1, pág. 79 Suplemento pgs. 58 e 61.

Onde se lê:

EMPRESA: LAUTO CARGO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA

ENDEREÇO: RUA ALDO DE MELO FREIRE, Nº 1675 A

BAIRRO: CAPIM MACIO CEP: 59082030 - NATAL/RN

CNPJ: 07.189.259/0001-71

PROCESSO: 25351.612991/2007-01 AUTORIZ/MS: 1.22014.5

ATIVIDADE/ CLASSE

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: LAUTO CARGO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA

ENDEREÇO: RUA ALDO DE MELO FREIRE, Nº 1675 A

BAIRRO: CAPIM MACIO CEP: 59082030 - NATAL/RN

CNPJ: 07.189.259/0001-71

PROCESSO: 25351.349133/2006-26 AUTORIZ/MS: 1.06747.9

ATIVIDADE/CLASSE

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 1.635, de 12 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 73, de 16 de abril de 2012, Seção 1, pág. 65 Suplemento pág. 70.

Onde se lê:

EMPRESA: MEDIC MINAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ENDEREÇO: RUA JOSE LIBANIO RODRIGUES, 410

BAIRRO: BANDEIRANTES CEP: 36047000 - JUIZ DE FORA/MG

CNPJ: 12.852.020/0001-70

PROCESSO: 25351.072252/2011-71 AUTORIZ/MS: 1.08740.6

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: MEDIC MINAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA SILVA MELLO, 520
BAIRRO: CIDADE DO SOL CEP: 36085360 - JUIZ DE FORA/MG
CNPJ: 12.852.020/0001-70
PROCESSO: 25351.072252/2011-71 AUTORIZ/MS: 1.08740.6
VALIDADE: 5/9/2012 à 5/9/2013
PROTOCOLO PRÓX. RENOVAÇÃO: 7/6/2013 à 7/7/2013
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 1.881, de 5 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 87, de 9 de maio de 2011, Seção 1, pág. 44 Suplemento pág. 72.
Onde se lê:
EMPRESA: BLISFARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ITABORAÍ, 1425
BAIRRO: BOSUQE DA SAÚDE CEP: 04135001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 03.108.098/0003-55
PROCESSO: 25351.769782/2008-45 AUTORIZ/MS: 1.04896.0
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: BLISFARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ITABORAÍ 1425
BAIRRO: BOSQUE DA SAÚDE CEP: 04135001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 03.108.098/0003-55
PROCESSO: 25351.769782/2008-45 AUTORIZ/MS: 1.22247.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 1.886, de 27 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 83, de 30 de abril de 2012, Seção 1, pág. 54 Suplemento pág. 166.
Onde se lê:
EMPRESA: M.C.R. FANTIN LOGÍSTICA LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA TOCANTINS, No- 630 - MÓDULO 03
BAIRRO: ALPHAVILLE INDUSTRIAL CEP: 06455020 - BARUERI/SP
CNPJ: 05.336.613/0001-18
PROCESSO: 25351.353235/2008-16 AUTORIZ/MS: 1.07684.7
ATIVIDADE/ CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: M.C.R. FANTIN LOGÍSTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA TAMBORÉ, N° 1180 - MÓDULO A-04
BAIRRO: TAMBORÉ CEP: 06460000 - BARUERI/SP
CNPJ: 05.336.613/0001-18
PROCESSO: 25351.353235/2008-16 AUTORIZ/MS: 1.07684.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 1.886, de 27 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 83, de 30 de abril de 2012, Seção 1, pág. 54 Suplemento pág. 166.
Onde se lê:
EMPRESA: vicenti ribeiro nunes me
ENDEREÇO: rua francisco timoteo de simas,721
BAIRRO: uberaba CEP: 81570270 - CURITIBA/PR
CNPJ: 05.581.142/0001-03
PROCESSO: 25023.025635/2009-42 AUTORIZ/MS: 1.07849.8
ATIVIDADE/ CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: Vicenti Ribeiro Nunes & Cia Ltda
ENDEREÇO: Rua Professor Lauro Zak, 611
BAIRRO: Xaxim CEP: 81810580 - CURITIBA/PR
CNPJ: 05.581.142/0001-03
PROCESSO: 25023.025635/2009-42 AUTORIZ/MS: 1.07849.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 196, de 18 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 14, de 21 de janeiro de 2013, Seção 1, pág. 28 Suplemento pág. 76.
Onde se lê:
EMPRESA: FEKI LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO BIANCHETTI, N° 650
BAIRRO: AFONSO PENA CEP: 83065370 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
CNPJ: 02.831.354/0001-03
PROCESSO: 25351.116454/2006-46 AUTORIZ/MS: 1.06540.2
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: FEKI LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO BIANCHETTI, N° 650
BAIRRO: AFONSO PENA CEP: 83065370 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
CNPJ: 02.831.354/0001-03
PROCESSO: 25351.116454/2006-46 AUTORIZ/MS: 1.06540.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 2.465, de 8 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 111, de 11 de junho de 2012, Seção 1, pág. 53 Suplemento pág. 64.
Onde se lê:
EMPRESA: HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: ROD BR. 262 KM 12,3
BAIRRO: BORGES CEP: 31950640 - SABARÁ/MG
CNPJ: 19.570.720/0001-10
PROCESSO: 25001.017353/84 AUTORIZ/MS: 1.01343.0
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: INSUMO/MEDICAMENTO
FABRICAR: INSUMO/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: ROD BR. 262 KM 12,3
BAIRRO: BORGES CEP: 31950640 - SABARÁ/MG
CNPJ: 19.570.720/0001-10
PROCESSO: 25001.017353/84 AUTORIZ/MS: 1.01343.0
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: INSUMO/MEDICAMENTO
FABRICAR: INSUMO/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 262, de 24 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 19, de 28 de janeiro de 2013, Seção 1, pág. 41 Suplemento pág. 43.
Onde se lê:
EMPRESA: SAUDE 33 COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP
ENDEREÇO: RUA NOSSA SENHORA DE FATIMA, 385
BAIRRO: SANTA PAULA CEP: 09540100 - SÃO CAETANO DO SUL/SP
CNPJ: 14.821.008/0001-23
PROCESSO: 25351.480902/2012-28 AUTORIZ/MS: 1.09453.1
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: SAUDE 33 COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP
ENDEREÇO: RUA NOSSA SENHORA DE FATIMA, 385
BAIRRO: SANTA PAULA CEP: 09540100 - SÃO CAETANO DO SUL/SP
CNPJ: 14.821.008/0001-23
PROCESSO: 25351.480902/2012-28 AUTORIZ/MS: 1.09453.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 2.778, de 22 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 121, de 25 de junho de 2012, Seção 1, pág. 61 Suplemento pgs. 132 e 133.
Onde se lê:
EMPRESA: STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA GOIANAZES, QUADRA 25, LOTES 11 A 26, S/N
BAIRRO: JARDIM ELDORADO - DIMAG CEP: 74993400 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 00.995.371/0001-50
PROCESSO: 25351.000794/01-99 AUTORIZ/MS: 1.05018.4
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA GOIANAZES, QUADRA 25, LOTES 11 A 26, S/N
BAIRRO: JARDIM ELDORADO - DIMAG CEP: 74993400 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 00.995.371/0001-50
PROCESSO: 25351.000794/01-99 AUTORIZ/MS: 1.05018.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 2.886, de 5 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 131, de 9 de julho de 2012, Seção 1, pág. 79 Suplemento pág. 112.
Onde se lê:
EMPRESA: Arese Pharma Ltda
ENDEREÇO: Estrada A nº 74 - acesso à Avenida Dom Pedro I
BAIRRO: Contendas CEP: 13270000 - VALINHOS/SP
CNPJ: 07.670.111/0001-54
PROCESSO: 25351.294714/2012-19 AUTORIZ/MS: 1.09250.0
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: Arese Pharma Ltda
ENDEREÇO: Estrada A nº 74 - Acesso à Rodovia Dom Pedro I
BAIRRO: Contendas CEP: 13270000 - VALINHOS/SP
CNPJ: 07.670.111/0001-54
PROCESSO: 25351.294714/2012-19 AUTORIZ/MS: 1.09250.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 3.027, de 13 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 136, de 16 de julho de 2012, Seção 1, pág. 48 Suplemento pág. 83.
Onde se lê:
EMPRESA: UNICHEM FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: AV. SETE DE SETEMBRO, N. 1564
BAIRRO: VILA DIRCE CEP: 09912010 - DIADEMA/SP
CNPJ: 05.399.786/0001-85
PROCESSO: 25351.052179/2012-46 AUTORIZ/MS: 1.23144.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: UNICHEM FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: AV. SETE DE SETEMBRO, N. 1564
BAIRRO: VILA DIRCE CEP: 09912010 - DIADEMA/SP
CNPJ: 05.399.786/0001-85
PROCESSO: 25351.052179/2012-46 AUTORIZ/MS: 1.23144.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 3.898, de 26 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 166, de 29 de agosto de 2011, Seção 1, pgs. 84 e 85 Suplemento pgs. 34 e 35.
Onde se lê:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMPRESA: MAYKI COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: Rua Morgado de Mateus, 441
BAIRRO: Vila Mariana CEP: 04015051 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 02.649.090/0001-71
PROCESSO: 25000.023899/99-46 AUTORIZ/MS: 1.04247.9
ATIVIDADE/ CLASSE
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: MAYKI COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: Rua Morgado de Mateus, 441
BAIRRO: Vila Mariana CEP: 04015051 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 02.649.090/0001-71
PROCESSO: 25000.023899/99-46 AUTORIZ/MS: 1.04247.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 84, de 13 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 11, de 16 de janeiro de 2012, Seção 1, pág. 33 Suplemento pgs. 95 e 96.
Onde se lê:
EMPRESA: BLISFARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA -ME
ENDEREÇO: RUA DA LUA, N° 147
BAIRRO: JARDIM RUYCE CEP: 09981480 - DIADEMA/SP
CNPJ: 03.108.098/0001-93
PROCESSO: 25351.056277/2005-51 AUTORIZ/MS: 1.21516.3
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: BLISFARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA DA LUA, N° 147
BAIRRO: JARDIM RUYCE CEP: 09981480 - DIADEMA/SP
CNPJ: 03.108.098/0001-93
PROCESSO: 25351.014740/00-57 AUTORIZ/MS: 1.04896.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 97, de 11 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 9, de 14 de janeiro de 2013, Seção 1, pág. 52 Suplemento pág. 51.
Onde se lê:
EMPRESA: ANDORINHA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA MARIA TEREZA S/N
BAIRRO: DOIS CORREGOS CEP: 13278181 - VALINHOS/SP
CNPJ: 46.239.901/0001-31
PROCESSO: 25351.533725/2012-54 AUTORIZ/MS: 1.23248.1
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: ANDORINHA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
ENDEREÇO: ALAMEDA MARIA TEREZA S/N
BAIRRO: DOIS CORREGOS CEP: 13278181 - VALINHOS/SP
CNPJ: 46.239.901/0001-31
PROCESSO: 25351.533725/2012-54 AUTORIZ/MS: 1.23248.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 745, DE 22 DE MAIO DE 2013

Delega competência à Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde/GO.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I e XII no Anexo I do Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010 e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Delegar competência à Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde- Funasa no Estado de Goiás para representar a Funasa junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Goiás, para obtenção de licença ambiental de projetos contratados pela Funasa, podendo inclusive outorgar Procuração às empresas contratadas para realização dos projetos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON DE CARVALHO QUEIROZ FILHO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 22, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de incorporação no Sistema Único de Saúde do medicamento paricalcitol para o tratamento da hiperparatireoidismo em trâmite nos autos do processo MS/SIPAR nº 25000.215429/2012-72 apresentado pela Abbott Laboratórios do Brasil Ltda. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=39823&janela=1.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

CONSULTA PÚBLICA Nº 23, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de incorporação no Sistema Único de Saúde do medicamento cloridrato de cinacalcete para o tratamento da hiperparatireoidismo em trâmite nos autos do processo MS/SIPAR nº 25000.222951/2012-19 apresentado pelo Laboratório Químico Farmacêutico Bergamo Ltda. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=39823&janela=1.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

PORTARIA Nº 34, DE 24 DE MAIO DE 2013

Institui o Comitê de Educação Permanente no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde indígena.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 7.530, de 21 de julho de 2011; e,

Considerando a necessidade de articulação e integração das áreas de gestão, da atenção, do saneamento e edificações e do controle social, desta Secretaria, para ações de educação permanente; e

Considerando a necessidade de fortalecer e validar os processos de educação permanente no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê Permanente de Educação Permanente no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, com os seguintes objetivos:

I.contribuir para a articulação e integração das áreas de gestão, da atenção, do saneamento e edificações, controle social e de planejamento e orçamento para ações de educação permanente;

II.fortalecer e validar os processos de educação permanente;

III.acompanhar o Programa de Qualificação dos Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento;

IV.instituir as rodas de conversa nos departamentos, coordenações e DSEI;

V.auxiliar na definição da agenda prioritária de educação permanente.

Art. 2º O Comitê de que trata o artigo anterior será constituído por representantes das seguintes áreas:

I.Um representante do Departamento de Gestão de Saúde Indígena;

II.Um representante do Departamento de Atenção à Saúde Indígena;

III.Um representante do Departamento de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena;

IV.Um representante da Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento;

V.Um representante do controle social; e

VI.Um representante da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas para Atuação em Contexto Intercultural.

§ 1º A Coordenação do referido Comitê ficará a cargo do representante da CODEPACI.

§ 2º O Comitê terá caráter consultivo e seus integrantes serão indicados por meio de expediente subscrito pelo dirigente de sua respectiva área e designados por Portaria do Secretário Especial de Saúde Indígena.

§ 3º Poderão ser convidados a integrar e/ou participar dos trabalhos e debates do Comitê especialistas e representantes de outras instituições, públicas ou privadas, bem como de organismos internacionais e organizações da sociedade civil.

Art. 3º O Comitê se reunirá ordinariamente em periodicidade a ser estabelecida por seus membros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ALVES DE SOUZA

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - MÉDIO RIO PURUS

PORTARIA Nº 5, DE 23 DE MAIO DE 2013

A COORDENADORA DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA MÉDIO RIO PURUS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, publicado no DOU de 20/10/2010 e a delegação de competência outorgada pela Portaria nº 2.198 de 14.09.2011, publicada no DOU de 15 de setembro de 2011, e considerando o disposto na Portaria nº 2.357/GM, de 15 de outubro de 2012, que convoca a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, em sua 240ª Reunião Ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1.º - Convocar as Etapas Locais e Distrital da 5ª Conferencia Nacional de Saúde Indígena no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Purus, conforme calendário especificado abaixo:

LOCAL E DATA DAS ETAPAS LOCAIS:
Pólo Base Casa Nova - 16 e 17.04.2013.
Pólo Base São Francisco- 19 e 20.04.2013.
Pólo Base Iminaã- 22 e 23.04.2013.
Pólo Base Japiim- 15 e 16.05.2013.
Pólo Base Marrecão- 29 e 30.05.2013.
Pólo Base Abaquadi-03 e 04.06.2013.
Pólo Base Tawamirim- 13 e 14.2013.
Pólo Base Tumiã - 13 e 14.06.2013.
Pólo Base São Pedro-17 e 18.06.2013.
Pólo Base Crispim- 21 e 22.06.2013.
Pólo Base Chico Camilo-25 e 26.06.2013
LOCAL E DATA DA ETAPA DISTRITAL:
Lábrea-AM- 17 a 19.09.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FATIMA APARECIDA DA SILVA

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 4, DE 24 DE MAIO DE 2013

Altera o art. 4º da Portaria nº 3/SGTES, de 15 de março de 2013, que institui os Comitês Gestores Nacional e Regional de Apoio Técnico e Operacional do III Fórum Global em Recursos Humanos em Saúde.

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, do Anexo I, do Decreto nº 7.797, de 13 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 4º da Portaria nº 3/SGTES, de 15 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 52, de 18 de março de 2013, que passa a figurar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 4º .....

VIII - um da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.955, DE 17 DE MAIO DE 2013

Processo nº 53500.006964/2013. Autoriza à PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADEMA, CNPJ n.° 46.523.247/0001-93, a prover aos munícipes canais de atendimento aos serviços públicos municipais e demais aplicações não abertas a correspondência pública, associada a autorização do Serviço Limitado Privado, emitida anteriormente, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, de forma gratuita, limitado o acesso aos serviços da Prefeitura, ao território municipal e aos seus munícipes, no município de Diadema, no estado de SP, com fulcro no Ato n°. 66.198, de 27 de julho de 2007.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 2.956, DE 17 DE MAIO DE 2013

Processo nº 53500.008267/2013. Expede autorização BURITI DE GOIAS PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ n.° 26.867.770/0001-20, para explorar, de forma direta, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação o município de Buriti de Goiás, no estado de Goiás.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.019, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar CHIMENTAO & DUARTE SOLUTION PROVIDERS LTDA, CNPJ nº 02.595.218/0001-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Espírito Santo do Pinhal/SP, , no período de 24/05/2013 a 25/05/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.020, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 27/05/2013 a 29/05/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.022, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ nº 60.509.239/0001-13 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 27/05/2013 a 01/07/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.023, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar HBS BRASIL LTDA, CNPJ nº 13.553.216/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Belo Horizonte/MG, no período de 25/05/2013 a 04/07/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.025, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar HBS BRASIL LTDA, CNPJ nº 13.553.216/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, no período de 25/05/2013 a 04/07/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.027, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar HBS BRASIL LTDA, CNPJ nº 13.553.216/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Belo Horizonte/MG, no período de 25/05/2013 a 04/07/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.029, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar HBS BRASIL LTDA, CNPJ nº 13.553.216/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Fortaleza/CE, no período de 25/05/2013 a 04/07/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.030, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar HBS BRASIL LTDA, CNPJ nº 13.553.216/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 25/05/2013 a 04/07/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.031, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar HBS BRASIL LTDA, CNPJ nº 13.553.216/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 25/05/2013 a 04/07/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.032, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar HBS BRASIL LTDA, CNPJ nº 13.553.216/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Lourenço da Mata/PE, no período de 25/05/2013 a 04/07/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 3.033, DE 24 DE MAIO DE 2013

Autorizar HBS BRASIL LTDA, CNPJ nº 13.553.216/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Lourenço da Mata/PE, no período de 25/05/2013 a 04/07/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DA DIRETORA
Em 24 de maio de 2013

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações de características técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO DEOC Nº 157 DE 18/03/2013	APL	SPC - SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÕES LTDA	GO	ITUMBIARA	TVD	16	53000.008563/2012
DESPACHO DEOC Nº 396 DE 24/05/2013	APL	TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA	SP	PENÁPOLIS	RTVD	24	53000.017360/2013
DESPACHO DEOC Nº 397 DE 24/05/2013	APL	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	CE	SOBRAL	RTVD	41	53000.057869/2012
DESPACHO DEOC Nº 398 DE 24/05/2013	APL	TECCOM TECNOLOGIA EM COMUNICAÇÕES LTDA - EPP	SP	ARAÇATUBA	RTVD	50	53000.064795/2012
DESPACHO DEOC Nº 399 DE 24/05/2013	APL	TV STUDIOS DE JAÚ S/A	SP	CAFELÂNDIA	RTVD	23	53000.063206/2012
DESPACHO DEOC Nº 400 DE 24/05/2013	APL	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	GO	URUAÇU	RTVD	25	53000.064790/2012
DESPACHO DEOC Nº 401 DE 24/05/2013	APL	REDE FAMÍLIA DE COMUNICAÇÃO LTDA	SP	LIMEIRA	TVD	44	53000.012130/2012
DESPACHO DEOC Nº 402 DE 24/05/2013	APL	TELEVISÃO URUGUAIANA LTDA	RS	ALEGRETE	RTVD	34	53000.063328/2012
DESPACHO DEOC Nº 403 DE 24/05/2013	APL	RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA	SP	VOTUPORANGA	RTVD	24	53000.014076/2013
DESPACHO DEOC Nº 404 DE 24/05/2013	APL	TV CORCOVADO S/A	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RTVD	42	53000.061148/2012
DESPACHO DEOC Nº 405 DE 24/05/2013	APL	TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	RS	VACARIA	RTVD	28	53000.063218/2012
DESPACHO DEOC Nº 406 DE 24/05/2013	APL	TV STUDIOS DE JAÚ S/A	SP	ANDRADINA	RTVD	33	53000.004759/2013
DESPACHO DEOC Nº 407 DE 24/05/2013	APL	RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA	SP	FERNANDÓPOLIS	RTVD	24	53000.012708/2013
DESPACHO DEOC Nº 408 DE 24/05/2013	APL	TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	RS	CAXIAS DO SUL	RTVD	29	53000.049673/2012
DESPACHO DEOC Nº 409 DE 24/05/2013	APL	TV STUDIOS DE JAÚ S/A	SP	MIRANDÓPOLIS	RTVD	34	53000.004758/2013
DESPACHO DEOC Nº 410 DE 24/05/2013	APL	RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA	SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	RTVD	24	53000.015180/2013

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DEOC Nº 411 DE 24/05/2013	APL	TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA	SC	CRICIÚMA	RTVD	48	53000.010682/2013
DESPACHO DEOC Nº 412 DE 24/05/2013	APL	RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA	RS	PELOTAS	RTVD	32	53000.011474/2013
DESPACHO DEOC Nº 413 DE 24/05/2013	APL	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA	PR	TERRA RICA	RTVD	34	53000.017716/2013
DESPACHO DEOC Nº 414 DE 24/05/2013	APL	CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA	SP	VALINHOS	RTVD	20	53000.014139/2013
DESPACHO DEOC Nº 415 DE 24/05/2013	APL	CABLE-LINK OPERADORA DE SINAIS DE TV A CABO LTDA	DF	BRASÍLIA	TVD	39	53000.017595/2010
DESPACHO DEOC Nº 416 DE 24/05/2013	APL	FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO	PA	ABAETETUBA	RTVD	30	53000.015586/2013
DESPACHO DEOC Nº 417 DE 24/05/2013	APL	SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO LTDA	PB	JOÃO PESSOA	TVD	23	53000.000241/2012
DESPACHO DEOC Nº 430 DE 24/05/2013	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	AM	MANAUS	RTVD	39	53000.047020/2011

RETIFICAÇÃO

No Despacho de 22 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2013, Seção 1, página 70, que trata da divulgação da aprovação de locais de instalação e equipamentos, onde se lê: "... A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTA ..." e "... DENISE MENEZES DE OLIVERA ..."; leia-se: "... A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA ..." e "... PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA ...".

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 165, DE 24 DE MAIO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 06/2012-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.000166/2013-44, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Enel Green Power Salto Apiacás S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.018.370/0001-59, com sede na Praça Leoni Ramos, nº 1, 5º Andar, Bloco 2, Bairro São Domingos, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Dois Riachos, no Município de Cafarnaum, Estado da Bahia, com 29.900 kW de capacidade instalada e 13.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por treze Unidades Geradoras de 2.300 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Dois Riachos, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/69 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, com cerca de vinte e cinco quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Morro do Chapéu, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 30 de junho de 2015;

b) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 2 de julho de 2015;

c) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de agosto de 2015;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de outubro de 2015;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de janeiro de 2016;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 10 de maio de 2016;

g) obtenção da Licença de Operação: até 1º de outubro de 2016;

h) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de novembro de 2016;

i) início da Operação em Teste da 1ª à 13ª Unidades Geradoras: até 1º de dezembro de 2016; e

j) início da Operação Comercial da 1ª à 13ª Unidades Geradoras: até 1º de janeiro de 2017;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 06/2012-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 7.206.060,00 (sete milhões, duzentos e seis mil e sessenta reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Dois Riachos;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 06/2012-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Dois Riachos, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Coordenadas Geográficas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Dois Riachos

Aerogerador	Longitude	Latitude
Dois Riachos 01	-41º27'29"	-11º49'8"
Dois Riachos 02	-41º27'30"	-11º49'18"
Dois Riachos 03	-41º27'34"	-11º49'28"
Dois Riachos 04	-41º27'37"	-11º49'37"
Dois Riachos 05	-41º27'41"	-11º49'46"
Dois Riachos 06	-41º27'45"	-11º49'56"
Dois Riachos 07	-41º27'49"	-11º50'7"
Dois Riachos 08	-41º27'54"	-11º50'18"
Dois Riachos 09	-41º28'8"	-11º50'26"
Dois Riachos 10	-41º28'10"	-11º50'34"
Dois Riachos 11	-41º26'56"	-11º50'30"
Dois Riachos 12	-41º26'53,3"	-11º50'20"
Dois Riachos 13	-41º26'53,5"	-11º50'9"

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.103, DE 21 DE MAIO DE 2013

Altera a Resolução Autorizativa nº 4.029, de 9 de abril de 2013, que anui às transferências de controle societário direto das concessionárias ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP e Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE e EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A., e de controle societário indireto das concessionárias STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A., LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia, ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. e ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 484, de 17 de abril de 2012, nos Contratos de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88/2000, de 11 de novembro de 2000, nº 42/2001 e nº 43/2001, ambos de 12 de junho de 2001, nº 83/2002 e nº 85/2002, ambos de 11 de dezembro de 2002, nº 11/2008, de 16 de novembro de 2008 e o que consta do processo nº 48500.004795/2012-62, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do art. 2º da Resolução Autorizativa nº 4.029, de 9 de abril de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Aprovar as minutas dos Sextos Termos Aditivos aos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88/2000-ANEEL, nº 42/2001-ANEEL, nº 43/2001-ANEEL, nº 83/2002-ANEEL, nº 85/2002-ANEEL e o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 11/2008-ANEEL, formalizando as transferências de que trata o art. 1º desta Resolução, os quais deverão ser assinados na forma do art. 29 da Resolução Normativa nº 484, de 2012."

Art. 2º Incluir o art. 2º-A na Resolução Autorizativa nº 4.029, de 9 de abril de 2013, da seguinte forma:

"Art. 2º-A Como condição de eficácia da transferência de controle de que trata o art. 1º, os Quintos Termos Aditivos aos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 40/2000-ANEEL, nº 95/2000-ANEEL, nº 87/2002-ANEEL e nº 6/2004-ANEEL, o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 97/2000-ANEEL, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 1/2002-ANEEL, os Oitavos Termos Aditivos aos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 2/2002-ANEEL e nº 81/2002-ANEEL e o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 3/2004-ANEEL, após aprovados pela Diretoria da ANEEL, deverão ser assinados pela concessionária e seus controladores, imediatamente após implementada a operação.

Parágrafo Único. Os termos aditivos referidos no caput necessariamente conterão cláusulas contemplando:

I - a obrigação de a concessionária realizar auditoria contábil em todas as suas concessões, com periodicidade anual, com o objetivo de demonstrar a segregação contábil de suas concessões; e

II - a disposição de que a Diretoria da ANEEL, caso necessário, em decorrência do resultado da auditoria de que trata o item I acima, poderá determinar à concessionária, com antecedência mínima de 90 dias, que realize reestruturação societária que seja mais adequada para a situação, em prazo a ser definido pela ANEEL."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 549, DE 7 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE às concessionárias de distribuição nos termos do art. 4º-A do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, e o que consta no Processo nº 48500.001754/2013-03, resolve:

Art. 1º A ANEEL publicará, mensalmente, por meio de Despacho emitido pela Superintendência de Regulação Econômica - SRE, o valor dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras às concessionárias de distribuição de energia elétrica, para cobertura dos custos:

I - de Encargo de Serviços de Sistema - ESS por motivo de segurança energética, decorrente do despacho das usinas termelétricas fora da ordem de mérito, por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor elétrico - CMSE;

II - de exposição ao mercado de curto prazo, relacionada ao risco hidrológico dos contratos de cotas de garantia física de energia e de potência, de que trata o §5º, art. 1°, da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - da exposição involuntária ao mercado de curto prazo em função da não recontratação do montante de reposição e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica.

§ 1º O valores de repasse de que tratam os incisos I e II serão aqueles contabilizados e informados à ANEEL pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

§ 2º O valor de repasse de que trata o inciso III será calculado conforme fórmula abaixo:

$$RepasseCDE\_ExpCotas_{i,n} = max\left[0; PLD_{i,n} - CT_i\right] \times max\left[0; min\left(ExpCotas_i; \sum_{1}^{n} ExpCP_{i,n}\right) - \sum_{1}^{n-1} ExpCP_{i,n}\right]$$

Onde:

$RepasseCDE\_ExpCotas_{i,n}$ = valor, em R$, do repasse da CDE para a distribuidora "i" no mês "n", relativo ao montante de reposição não recontratado para o ano de 2013;

$PLD_{i,n}$ = Preço de Liquidação de Diferenças - PLD médio mensal, em R$/MWh, da distribuidora "i" no mês "n", nos termos do § 3º;

CT_i = cobertura tarifária, em R$/MWh, concedida ao montante de reposição da distribuidora "i" no último processo tarifário;

$ExpCotas_i$ = montante de reposição não recontratado para o ano de 2013, em MWh, da distribuidora "i", definido pela ANEEL; e

$ExpCP_{i,n}$ = montante de exposição/compra no mercado de curto prazo, em MWh, da distribuidora "i" no mês "n".

§ 3º O PLD médio mensal da distribuidora será apurado a partir da divisão do resultado financeiro do mercado de curto prazo pelo montante de exposição, conforme informações encaminhadas pela CCEE.

§ 4º Os valores de repasse de que tratam os incisos I a III serão homologados em até dois dias úteis a contar do envio para a ANEEL dos dados relativos ao resultado da contabilização referente às distribuidoras.

§ 5º A Eletrobras deverá repassar às distribuidoras os valores homologados nas contas e datas relativas aos respectivos aportes mensais de garantias financeiras.

§ 6º Para fins de cálculo do valor dos repasses de que trata o caput, os resultados favoráveis para as distribuidoras relativos ao risco hidrológico dos contratos de cotas de garantia física de energia e de potência serão descontados dos custos relativos aos incisos I e III.

Art. 2º A ANEEL publicará, em cada processo tarifário ordinário a ocorrer até 7 de março de 2014, o valor dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a ser repassado pela Eletrobras às concessionárias de distribuição de energia elétrica para cobertura dos custos relativos aos saldos positivos da Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A - CVA, de que trata a Portaria Interministerial nº MME/MF nº 25, de 24 de janeiro de 2002, relativos à compra de energia e ao ESS.

§ 1º O repasse de que trata o caput será devido nos casos em que ao menos um dos critérios abaixo for observado:

I - efeito tarifário médio do processo tarifário da distribuidora for superior a três por cento, na revisão tarifária, e oito por cento, no reajuste tarifário;

II - saldo da CVA de compra de energia e ESS superior a dois por cento da receita econômica da distribuidora definida no processo tarifário.

§ 2º O repasse de que trata o caput será parcial caso os saldos positivos da CVA de compra de energia e de ESS sejam maiores que o montante necessário para atingir os limites definidos nos incisos I e II.

§ 3º O repasse de recursos da CDE à distribuidora se dará em parcela única, até o 10º dia útil a contar da publicação da Resolução Homologatória do respectivo processo tarifário.

§4º O valor do repasse será calculado considerando os saldos da CVA de compra de energia e ESS contabilizados até o 5º dia útil anterior ao reajuste ou revisão tarifária em processamento.

Art. 3º Os repasses de recursos da CDE às concessionárias de distribuição, relativos aos incisos I e II do art. 1º, serão considerados nos processos tarifários subsequentes para fins de apuração dos saldos da CVA de energia comprada e de ESS, da sobrecontratação de energia e do resultado financeiro da compra e venda de energia no mercado de curto prazo para atendimento do mercado regulatório.

Art. 4º Enquanto houver repasse de recursos da CDE nos termos desta Resolução, o cálculo e o aporte de garantias financeiras aplicáveis às concessionárias de distribuição, para fins de liquidação financeira do mercado de curto prazo, deverão observar as diretrizes estabelecidas neste artigo.

§ 1º O cálculo das garantias financeiras deverá:

I - ser promovido após a publicação de que trata o caput do art. 1º;

II - ser realizado com base nas exposições financeiras negativas contabilizadas para o mês de referência;

III - explicitar a parcela das exposições financeiras negativas que poderá ser coberta com recursos da CDE; e

IV - desconsiderar o fator de majoração estabelecido no art. 3º da Resolução Normativa nº 531, de 21 de dezembro de 2012.

§ 2º O aporte de garantias financeiras pela concessionária de distribuição deverá:

I - ser efetuado no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento dos débitos relativos à liquidação financeira do mercado de curto prazo;

II - considerar somente a parcela das exposições financeiras negativas não coberta com recursos da CDE, na hipótese de a concessionária de distribuição reunir as condições exigidas para a Eletrobras realizar o repasse dos referidos recursos; e

III - observar todo o valor de exposições financeiras negativas contabilizadas, na hipótese de a concessionária de distribuição não reunir as condições exigidas para a Eletrobras realizar o repasse dos recursos da CDE.

§ 3º As disposições estabelecidas neste artigo deverão ser aplicadas a partir do ciclo de contabilização e liquidação financeira das operações do mês de fevereiro de 2013.

Art. 5º Ficam convalidados os valores dos repasses da CDE homologados nos termos do art. 4º-A do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013, em data anterior à publicação desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 551, DE 14 DE MAIO DE 2013

Aprova a alteração das Regras de Comercialização de Energia Elétrica para atender ao disposto na Resolução nº 3, de 6 de março de 2013, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro 1996, nos arts. 2º e 3º da Resolução nº 3, de 6 de março de 2013, do Conselho Nacional de Política Energética, o que consta do Processo nº 48500.002267/2013-50, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração das Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Novo Sistema de Contabilização e Liquidação - Novo SCL, a fim de atender ao disposto nos arts. 2º e 3º da Resolução nº 3, de 6 de março de 2013, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

§ 1º A aprovação de que trata o caput contempla a proposta disponibilizada na Audiência Pública nº 30/2013, incorporadas as contribuições aceitas e os conceitos definidos na Nota Técnica nº 061/2013-SEM/SRG/ANEEL, de 2 de maio de 2013, observadas as disposições desta Resolução, e se refere a alterações efetuadas nos seguintes módulos:

I - Ajuste de Contabilização e Recontabilização;

II - Consolidação de Resultados;

III - Encargos;

IV - Formação do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD;

V - Glossário de Termos/Interpretações e Relação de Acrônimos; e

VI - Ressarcimento.

§ 2º A alteração das Regras de Comercialização promovida por meio desta Resolução envolverá o estabelecimento de três versões de Regras de Comercialização:

I - a primeira versão destinar-se-á à operacionalização do rateio dos custos decorrentes do despacho fora da ordem de mérito de preço por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, para o mês de março de 2013, nos termos do inciso I do art. 3º da Resolução CNPE nº 3, de 2013, incluído o mês de referência no histórico de doze meses; e

II - a segunda e a terceira versões abrangerão as disposições transitórias estabelecidas no inciso II do art. 3º da Resolução CNPE nº 3, de 2013, observados os conceitos definidos nos arts. 3º e 4º desta Resolução.

§ 3º A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE deverá, até 31 de maio de 2013, dar publicidade às Regras de Comercialização de Energia Elétrica de que trata o caput.

CONCEITOS ATRELADOS À ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Art. 2º Para determinar o montante de energia comercializada de que tratam o § 5º do art. 2º e o item IX do Anexo da Resolução CNPE nº 3, de 2013, deverá ser considerado o maior valor, em módulo, entre:

I - a quantidade líquida de energia associada aos ativos de medição do agente da CCEE, dada pela diferença entre a geração, incluindo os efeitos do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, e o respectivo consumo;

II - a posição contratual líquida do agente da CCEE, aferida pela diferença entre os montantes dos contratos de compra e de venda de energia registrados; e

III - o balanço energético do agente da CCEE, obtido com base nos montantes de energia relativos à exposição ao Mercado de Curto Prazo - MCP.

§ 1º A apuração dos montantes de energia definidos nos incisos I a III será promovida mediante adoção de janela móvel de doze meses, incluindo o mês de referência.

§ 2º Para o autoprodutor e o consumidor participantes de sociedade de propósito específico ou de consórcio, a energia alocada para consumo próprio não deverá ser considerada como energia comercializada.

§ 3º O efeito da contratação por disponibilidade e de Cotas de Garantia Física, na apuração dos montantes de energia referidos nos incisos I e III, será transferido para o agente comprador na apuração da energia comercializada.

Art. 3º O Incremento no Preço de Liquidação de Diferenças

Δ

PLD de que trata o Anexo da Resolução CNPE nº 3, de 2013, a ser determinado ex-ante para cada semana operativa, deverá ser calculado mediante emprego da seguinte equação:

$$\Delta PLD_{s,r,w} = min\left[\frac{0{,}5 \; x \; \Delta CSE_w}{ExpCP_m}\; ;\; \left(PLDmáx_f - \; PLD1_{s,r,w}\right)\right]$$

onde:

Δ

$PLD_{s,r,w}$ = Incremento no PLD determinado por submercado "s", no patamar "r" e na semana "w", expresso em R$/MWh;

Δ

Δ

CSE_w = custo adicional estimado do despacho fora da ordem de mérito de preço por decisão do CMSE, expresso em Reais e aplicável à semana "w";

$ExpCP_m$ = montante de energia, expresso em MWh, referente ao histórico de exposições negativas dos agentes da CCEE no MCP dos últimos doze meses contabilizados, nos termos do parágrafo único;

$PLDmáx_f$ = limite máximo do PLD para o ano "f"; e

$PLD1_{s,r,w}$ = PLD determinado pelos modelos computacionais, nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, expresso em R$/MWh e aplicável ao submercado "s", patamar "r" e semana "w".

Parágrafo único. Na definição do montante de energia expresso pelo acrônimo $ExpCP_m$, as Regras de Comercialização deverão considerar:

I - para fins de contabilização das operações relativas aos meses de abril e maio de 2013, o valor médio de exposição negativa dos agentes da CCEE no MCP nos últimos doze meses contabilizados, expresso em $MW_{médios}$ e discretizado por semana e por patamar, considerados todos os ativos de medição e todos os contratos registrados em todos os submercados, multiplicado pelo total de horas da semana; e

II - a partir da contabilização das operações relativas ao mês de junho de 2013, o valor médio de exposição negativa dos agentes da CCEE no MCP nos últimos doze meses contabilizados, expresso em $MW_{médios}$ e discretizado por semana, considerados todos os ativos de medição e todos os contratos registrados em todos os submercados, multiplicado pelo total de horas da semana.

Art. 4º O Incremento no Preço de Liquidação de Diferenças

Δ

PLD, calculado conforme o art. 3º, será percebido por todos os agentes da CCEE expostos negativamente no MCP ao longo do mês de referência, segundo o critério de discretização estabelecido neste artigo.

§ 1º Na contabilização das operações relativas aos meses de abril e maio de 2013, o incremento no PLD de que trata o caput será aplicado aos agentes da CCEE com exposição negativa no MCP apurada por semana e por patamar, considerados todos os ativos de medição e todos os contratos registrados do agente da CCEE em todos os submercados, devendo essa exposição negativa consolidada ser proporcionalizada nos submercados e patamares em que as exposições negativas originais foram verificadas.

§ 2º A partir da contabilização das operações relativas ao mês de junho de 2013, o incremento no PLD de que trata o caput será aplicado aos agentes da CCEE com exposição negativa no MCP apurada por semana, considerados todos os ativos de medição e todos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

os contratos registrados do agente da CCEE em todos os submercados, devendo essa exposição negativa consolidada ser proporcionalizada nos submercados e patamares em que as exposições negativas originais foram verificadas.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 5º Excepcionalmente, o resultado do processamento da contabilização das operações relativas ao mês de abril de 2013 poderá ser divulgado antes da homologação, pela ANEEL, dos programas computacionais utilizados.

Art. 6º Até a contabilização das operações relativas ao mês de agosto de 2013, inclusive, fica a CCEE autorizada a utilizar mecanismo auxiliar de cálculo para processar todas as equações algébricas dispostas no módulo de Formação do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Art. 7º A CCEE deverá realizar ajuste na contabilização das operações referentes ao mês de março de 2013, observando o disposto no inciso I do art. 3º da Resolução CNPE nº 3, de 2013.

Parágrafo único. Em processos de recontabilização que envolvam o mês de março de 2013, fica a CCEE autorizada a utilizar mecanismo auxiliar de cálculo para promover o ajuste de que trata o caput.

Art. 8º Ficam revogados os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução Normativa nº 306, de 8 de abril de 2008.

Art. 9º Ficam revogadas as Resoluções Normativas nº 324, de 15 de julho de 2008 e nº 361, de 14 de abril de 2009.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 21 de maio de 2013

Nº 1.600 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005373/2011-23, resolve conhecer e, no mérito, dar provimento parcial ao pedido de reconsideração interposto pela Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. contra a Resolução Homologatória - REH ANEEL nº 1.293, de 05/06/2012, no sentido de autorizar o reposicionamento tarifário, que passa de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) para 1,72% (um vírgula setenta e dois por cento), cujos efeitos serão considerados no reajuste de 2013.

Nº 1.603 - O DIRETOR-GERAL INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto sem número, de 12 de março de 2013, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002942/2013-41, decide conhecer do recurso interposto pela Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP - contra a Resolução n. 30/2013, emitida pelo Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, e negar-lhe provimento, a fim de manter a multa de R$ 14.018,69 (quatorze mil e dezoito reais e sessenta e nove centavos) cominada no Auto de Infração n. 14/2010.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Em 24 de maio de 2013

Nº 1.670 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com os artigos 14 e 43, inciso VIII e § 3º, do Anexo à Resolução Normativa n. 273, de 10 de julho de 2007, e o artigo 28, inciso I, do Anexo à Portaria ANEEL n. 779, de 31 de outubro de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.000628/2005-14, resolve (i) declarar a extinção do referido processo, por perda de objeto, e (ii) determinar o respectivo arquivamento.

JULIÃO SILVEIRA COELHO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de maio de 2013

Nº 1.674 - Processo nº 48500.000870/2008-30. Interessado: UTE MC2 Nova Venécia 2 S.A. Decisão: Detalhar o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE MC2 Nova Venécia 2, autorizada por meio da Portaria MME n° 446, de 20 de novembro de 2009, c/c a Portaria MME n° 105, de 22 de março de 2013. A íntegra deste Despacho consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

N° 1.675 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, tendo em vista a delegação de competência prevista na Resolução Normativa n° 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.001403/2013-94, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UFV Lagoa de Itaparica 3 e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Gentio do Ouro, às coordenadas 11° 05' 56,74"S e 42° 35' 59,44"O, estado da Bahia, em favor da empresa CER - Companhia de Energias Renováveis, inscrita no CNPJ sob o nº 15.721.727/0001-35, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida Resolução, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de maio de 2013

Nº 1.676 - Processo nº: 48500.001209/2011-47. Interessada: Nova Energética Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. Decisão: revogar o Despacho do Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição nº 1.201, de 17 de março de 2011, publicado no Diário Oficial de 21 de março de 2011, que autorizou a Nova Energética Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.851.155/0001-10, a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de maio de 2013

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 25 de maio de 2013.

Nº 1.671 - Processo nº 48500.001848/2011-11. Interessado: São Martinho S.A. Usina: UTE São Martinho. Unidade Geradora: UG5 de 40.000kW. Localização: Município de Pradópolis, Estado de São Paulo.

Nº 1.672 - Processo nº 48500.006392/2012-58. Interessado: São Martinho Energia S.A. Usina: UTE São Martinho Energia. Unidade Geradora: UG1 de 39.500kW. Localização: Município de Pradópolis, Estado de São Paulo.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.673 - Processo nº 48500.005104/2006-83. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A. Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação em teste a partir de 25 de maio de 2013. Usina: UHE Simplício. Unidade Geradora: UG3 de 101.900 kW. Localização: Municípios de Sapucaia e Três Rios, Estado do Rio de Janeiro; Chiador e Além Paraíba, Estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de maio de 2013

Nº 1.664 - Processo: 48500.004626/2001-07. Decisão: (i) estabelecer o prazo até 10/4/2014 para reapresentação da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Benedito, no trecho entre o remanso do reservatório da PCH Alto Benedito Novo e a foz no Rio Itajaí-Açu, sub-bacia 83, localizado no Estado de Santa Catarina, solicitado pela empresa Cooperativa Geradora de Energia Elétrica e Desenvolvimento Santa Maria - CEESAM.

Nº 1.665 - Processo: 48500.007392/2008-99. Decisão: (i) estabelecer o prazo até 1/4/2014 para reapresentação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Bagagem, sub-bacia 60, localizado no Estado de Minas Gerais, solicitado pelas empresas Conecta Serviços e Negócios em Energia Ltda. e Energia Consult - Engenharia, Consultoria e Gerenciamento de Projetos Ltda., sem prejuízo ao aceite técnico concedido por meio do Despacho nº 4.071, de 27/12/2010.

Nº 1.666 - Processo: 48500.006055/2009-65. Decisão: (i) estabelecer o prazo até 14/5/2014 para reapresentação da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Ribeira do Iguape, no trecho compreendido entre o canal de fuga da PCH "C" (eixo IX) - cota 339m - e o remanso do reservatório da UHE Tijuco Alto - cota 290m, subbacia 81, localizado no Estado do Paraná, solicitado pela empresa CELER - Centrais Elétricas do Rio Ribeira S.A., sem prejuízo ao aceite técnico concedido por meio do Despacho nº 2.700, de 29/6/2011.

Nº 1.667 - Processo: 48500.001545/2007-88. Decisão: (i) estabelecer o prazo até 9/5/2014 para reapresentação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do arroio Mulada, sub-bacia 86, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pela empresa Arroio Mulada Energética Ltda., sem prejuízo ao aceite técnico concedido por meio do Despacho nº 1.104, de 25/3/2009.

Nº 1.668 - Processo nº: 48500.005070/2011-19. Decisão: revogar o Despacho nº 4.051, de 13 de outubro de 2011, e transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Gamba, situada no Rio Lava Tudo, sub-bacia 70, bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, concedido às empresas MSUL Energia e Participações Ltda. e Trix Engenharia Civil Ltda., inscritas no CNPJ sob os n° 05.148.449/0001-15 e 77.620.631/0001-38, respectivamente, devido o não atendimento ao disposto no § 4º do art. 3º da Resolução ANEEL nº 343, de 2008.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 24 de maio de 2013

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007, concede o registro dos produtos abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 488	ANSELMO CARLOS FIGUEROA AUTOMOTIVO-ME - CNPJ nº 14.295.625/0001-32						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.003136/2012 - 81	FUEL INJECTOR PISTONS FLEX			ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO	GASOLINA AUTOMOTIVA TIPO C E ETANOL HIDRATADO COMBUSTÍVEL	748
Nº 489	INTERLUB ESPECIALIDADES LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 05.777.410/0001-67						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001390/2013 - 25	BERUFLUID GRIND HM	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE PEÇAS METÁLICAS	15316
	48600.001388/2013 - 56	BERUFLUID GRIND HM K	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE PEÇAS METÁLICAS	15314
	48600.001386/2013 - 67	BECHEM AVANTIN 341 D	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE PEÇAS METÁLICAS	15312
	48600.001392/2013 - 14	BERUFLUID ST 1003	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE PEÇAS METÁLICAS	15318
	48600.001387/2013 - 10	BECHEM AVANTIN 405	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE PEÇAS METÁLICAS	15313
	48600.001389/2013 - 09	BERUFLUID_CUT'N_GRIND_KAF	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE PEÇAS METÁLICAS	15315
	48600.001391/2013 - 70	BERUFLUID CUT'N GRIND 5	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE PEÇAS METÁLICAS	15317
	48600.001385/2013 - 12	BECHEM AVANTIN 361 I-N	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE PEÇAS METÁLICAS	15311
Nº 490	JX NIPPON OIL & ENERGY DO BRASIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 10.443.916/0001-70						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000125/2013 - 20	INJECTOR CLEANER			ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO	GASOLINA TIPO C AUTOMOTIVA	747
	48600.000124/2013 - 85	CARBON CLEANER			ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO	GASOLINA AUTOMOTIVA TIPO C	746
Nº 491	LUBRI-MOTOR'S INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 03.324.374/0001-50						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	48600.001332/2013 - 00	LION ATF DEXRON III	SAE 20W	GM DEXRON III	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS / SISTEMAS HIDRÁULICOS DE DIREÇÃO	15320
Nº 492	LUBRI-MOTOR'S INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 03.324.374/0001-50						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001333/2013 - 46	MOTOR'S ATF DEXRON III	SAE 20W	GM DEXRON III	ÓLEO LUBRIFICANTE	LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS E SISTEMAS HIDRÁULICOS DE DIREÇÃO	15319
Nº 493	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001418/2013 - 24	SYNTIUM 5000GM	SAE 5W30	API SN: ILSAC GF-5: GM DEXOS 1.	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES A GASOLINA, ETANOL E GNV	15321
Nº 494	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001420/2013 - 01	TUTELA EXPERYA	SAE 75W80	API GL-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO DE TRANSMISSÃO MECÂNICA	15323
	48600.001419/2013 - 79	SYNTIUM 5000CP	SAE 5W30	API SN: ILSAC-GF5: GM DEXOS 1	ÓLEO LUBRIFICANTE	MOTORES A GASOLINA, ETANOL E GNV	15322
	48600.001423/2013 - 37	AMBRA HYDROSYSTEM 100	ISO NA	MS 1216 (NORMA NEW HOLLAND), AUSTOFT HIDRAULIC OIL, DIN 51524 (PARTE II, III), EATON VICKERS (I-286-S, M-2950-S), DENISON PARKER (HF-0, HF-1, HF-2), ANSI/AGMA 9005-E02-RO, ISO 11158 (HM, HV)	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E DE CONSTRUÇÃO DA MARCA NEW HOLLAND	14241
Nº 495	VALVOLINE CUMMINS DO BRASIL LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 09.055.622/0001-91						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001303/2013 - 30	VALVOLINE SYNPOWER	SAE 5W40	API SN/CF, ACEA A3/B3/B4-08 E C3-08, MB 229.3/229.5 E 229.31 E 229.51, PSA B712290, VW 502.00, 505.00 E 505.01, BMW LONG LIFE 04 E PORSCHE A40.	ÓLEO LUBRIFICANTE	USO AUTOMOTIVO	3998

ROSANGELA MOREIRA DE ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de maio de 2013

Nº 496 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012 nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.013357/2012-48, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica alterada a denominação social da empresa TOTAL AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA S.A., CNPJ nº 07.930.999/0002-06, para BAMBUÍ BIOENERGIA S.A., mesmo CNPJ, na seguinte autorização: Autorização ANP nº 603 de 20/12/2012, publicada no DOU em 21/12/2012.

Art. 2º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

WALDYR MARTINS BARROSO

SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO-RD Nº 437, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 406, de 30 de abril de 2013, e no que consta no processo nº 48610.015950/2010-67, resolveu aprovar o Plano de Desenvolvimento (PD) do Campo de Fazenda Canaan (Bacia Potiguar - Contrato de Concessão 48000.003796/97-85).

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 454, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 384, de 25 de abril de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000156/2012 - 71	PETROCAL PETRÓLEO CAVALCANTI LTDA	Dar provimento parcial e reduzir o valor da multa
48621.000502/2010 - 30	ULTRAX LUBRIFICANTES LTDA - EPP	Dar provimento parcial e reduzir o valor da multa
48621.000605/2010 - 08	AUTO POSTO IBIRAREMA LTDA (DF: 156.311.2010.34.328737)	Dar provimento parcial e reduzir o valor da multa
48621.000605/2010 - 08	AUTO POSTO IBIRAREMA LTDA (DF: 113.309.2010.34.340352)	Dar provimento parcial e reduzir o valor da multa
48621.000476/2003 - 11	DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO VALE VERDE LTDA (DF: 069.311.2002.34.085251)	"Ex officio", declarar a insubsistência do Auto de Infração em epígrafe.
48611.000479/2001 - 11	POSTO MANGABEIRA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	a) Encerrar o curso do processo com as anotações de estilo correspondente à baixa nos controles a.1) Encaminhar cópia da presente decisão ao Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado da Bahia para as providências correspondentes a ação de execução fiscal em curso relacionada ao presente débito.
48600.005793/2009 - 67	EUDER PINHEIRO FAVACHO	Dar provimento ao recurso para julgar insubsistente o Auto de Infração em referência
48610.002329/2009 - 08	POSTO FAMA LTDA	Conhecer e dar provimento ao pedido de revisão para reformar a decisão impugnada para afastar a condenação aplicada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 455, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 391, de 29 de abril de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.001956/2011 - 38	LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.002341/2011 - 29	MILGAS REVENDEDORA DE GÁS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.002601/2010 - 02	SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.002803/2009 - 93	AUTO POSTO SANTA CLARA DE BOA ESPERANÇA LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 456, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 392, de 29 de abril de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48620.000428/2012 - 23	QUÍMICA INDUSTRIAL SUPPLY LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.007828/2009 - 83	CHAPÉU DO SOL POSTO DE GASOLINA E LUBRIFICAÇÃO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.007798/2009 - 13	AUTO POSTO LOTE XV DE BELFORD ROXO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.002810/2011 - 29	POSTO RIO DA PRATA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.006436/2008 - 16	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.015809/2010 - 64	AUTO POSTO CANAÃ DAS ALTEROSAS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 457, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 393, de 29 de abril de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.014453/2010 - 41	AUTO POSTO CHILAN 456 LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016693/2010 - 81	POSTO BOA SORTE BM LTDA (DF: 149.110.2010.33.339264)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.011977/2010 - 81	POSTO DE GASOLINA BEL VEDERE LTDA (DF: 148.107.2010.33.314654)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000316/2011 - 09	J & J REGIONAL GÁS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 458, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 394, de 29 de abril de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48621.000458/2011 - 49	EDEGAS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.003400/2011 - 86	ROSANGELA MORESCO	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000372/2011 - 16	JOYCE HELENA CONSILIO DE ASSIS - ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.002021/2012 - 50	ALICIO LOPES FERREIRA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016581/2010 - 20	PFLUG & CIA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.001238/2011 - 61	LUBRIFICAÇAO TECNICA LUBRITEC LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO-RD Nº 459, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 399, de 30 de abril de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.009026/2009 - 16	POSTO DE SERVIÇOS MARQUÊS DE SAPUCAÍ LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000006/2011 - 86	J. B. OLIVEIRA GAS	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.015904/2010 - 68	NETAO AUTO POSTO LTDA (DF: 144.108.2010.33.339454)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000655/2011 - 68	LEANDRO JOSE GOMES ARARAQUARA ME (DF: 170.311.2011.34.357961)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.002019/2012 - 81	DEPÓSITO DE GÁS VERA CRUZ LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000599/2011 - 61	COMÉRCIO DE GÁS PIRANI LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 460, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 400, de 30 de abril de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.012624/2009 - 64	AUTO POSTO CASACA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.012623/2009 - 10	AUTO SERVIÇOS SHALON LTDA (DF: 139.108.2009.33.297578)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.008822/2010 - 67	RODRIGO REVENDEDORA DE GÁS LEOPOLDINA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000108/2010 - 11	CASTELINHO COMBUSTÍVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.012623/2009 - 10	AUTO SERVIÇOS SHALON LTDA (DF: 175.110.2009.33.313232)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000209/2010 - 91	COMERCIAL PARAKY DE COMBUSTIVEIS LTDA (DF: 092.702.2010.22.218360)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.012623/2009 - 10	AUTO SERVIÇOS SHALON LTDA (DF: 175.110.2009.33.313232)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.011383/2011 - 51	COMERCIO DE BEBIDFAS SOUZA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000209/2010 - 91	COMERCIAL PARAKY DE COMBUSTIVEIS LTDA (DF: 142.702.2010.22.218361)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000018/2011 - 19	PARELHAS GÁS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000209/2010 - 91	COMERCIAL PARAKY DE COMBUSTIVEIS LTDA (DF: 141.705.2010.22.325697)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 461, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 401, de 30 de abril de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.014321/2010 - 10	LUMIGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000783/2011 - 21	CHAMAGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA. ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001156/2010 - 26	IONEIDE ANDRADE SANTOS	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.003063/2010 - 65	VALDIR ALMEIDA DOS SANTOS	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.010735/2010 - 70	CRISTIANE LUCIA BONIFACIO ME (DF: 135.101.2012.32.354532)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016177/2011 - 37	RIO DAS VELHAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.010735/2010 - 70	CRISTIANE LUCIA BONIFACIO ME (DF: 177.106.2010.32.339381)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.001503/2008 - 25	BRASIL OIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO S/A.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 462, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 402, de 30 de abril de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.001504/2011 - 56	MERCADO ARCO IRIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000504/2011 - 18	COTAI AUTO POSTO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.007179/2010 - 54	L A DE COL & CIA LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.001901/2011 - 28	MOACIR BRIZOT ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.011164/2010 - 91	JULIO CESAR FERREIRA COMÉRCIO E TRANSPORTE	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 463, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 403, de 30 de abril de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.016638/2010 - 91	LUCRIGAS - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE GÁS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.010563/2011 - 15	JOSE GARCIA FILHO	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.011163/2010 - 46	L.A. FARIA EIRELI	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.001531/2011 - 29	COMÉRCIO DE BEBIDAS SOUZA & VIEIRA LTDA. ME.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000349/2012 - 21	IEDA Q. PINHEIRO - ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000689/2011 - 52	TAMIRES CRISTINA FERREIRA GRANZOTTI 41852741813	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.001526/2011 - 16	JUNE GÁS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000213/2012 - 11	MULTI MAPA DISTRIBIDORA GAS E BEBIDAS LTDA - ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 464, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 410, de 03 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48600.000259/2012 - 60	BELO GAS COMERCIAL LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.011848/2011 - 73	GUILHERME DA SILVA CORREA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000908/2011 - 12	VALDSON MARIANO DE JESUS-ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.000595/2012 - 93	EVERTON COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LIQUEFEITO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.013679/2008 - 19	OXALA POSTO DE GASOLINA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000951/2011 - 88	OSMARIO P. DE SOUZA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.006770/2010 - 94	PETROPOSTO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016170/2011 - 15	MINI MERCADO BORDERES LTDA ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 465, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 411, de 03 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.015683/2009 - 94	POSTO DE GASOLINA DO POETA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000785/2011 - 10	CAMAÇARI COMERCIAL DE GÁS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000811/2010 - 29	DAVI CONCEIÇÃO DOS SANTOS	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.000606/2012 - 35	J S P MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.004928/2009 - 58	TURNPIKE 4321 A. POSTO BAR LANCH. BAZAR SERV. AUT. LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000211/2012 - 13	NORTE GAS COMERCIO LTDA ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.015783/2011 - 35	EFICAZ COMERCIA DE GAS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000963/2011 - 11	ERIVALDO LOPES SOUZA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 466, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 412, de 03 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.003213/2008 - 05	APS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE COMB. E ACESSÓRIOS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.007332/2009 - 18	AUTO POSTO GOMENSORO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.005246/2011 - 87	ADEMIR MANOEL DE SOUZA ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.004920/2009 - 91	POSTO E GARAGEM ALERTA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO-RD Nº 467, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 414, de 03 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48621.000236/2008 - 21	ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000346/2010 - 15	PETROLUNA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.	Dar provimento ao recurso para julgar insubsistente o Auto de Infração em referência
48621.000236/2008 - 21	MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	Dar provimento ao recurso para julgar insubsistente o Auto de Infração em referência
48621.000346/2010 - 15	TRANSPORTADORA PR LTDA.	Dar provimento ao recurso para julgar insubsistente o Auto de Infração em referência
48610.015696/2009 - 63	MC RODRIGUES COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	Dar provimento ao recurso para julgar insubsistente o Auto de Infração em referência
48621.000346/2010 - 15	POSTO DE SERVICOS ORENSE LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 468, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 432, de 09 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.013932/2011 - 21	JOSE DONIZETI RACHI SUPERMERCADO SERVE BEM	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.000786/2011 - 74	J.B. COMERCIO DE GAS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.009693/2009 - 91	COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S/A.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000508/2011 - 98	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.013932/2011 - 21	CODEL GÁS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.002618/2010 - 51	GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 469, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 436, de 09 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48621.000603/2011 - 91	GASFORTE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.003519/2010 - 97	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS SAARA LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.003381/2011 - 15	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 470, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 438, de 09 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.003407/2010 - 17	G TRANSPORTES LTDA ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000017/2009 - 41	MARIA ELZA SOUZA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 471, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 439, de 09 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.004679/2007 - 39	R.R. NERY ME	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001072/2010 - 92	CURRAIS NOVOS COMERCIAL DE GÁS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000694/2005 - 17	PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.005844/2009 - 31	COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 472, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 440, de 09 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.007879/2004 - 17	AMARILDO KENEDE DE MORAIS	Anular decisão anterior, passando a conhecer do recurso para, no mérito, negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000718/2011 - 03	G A MENDES COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.001421/2011 - 86	BIOCAR - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS VEGETAIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.012691/2010 - 12	PETROPNEUS BOM RETIRO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.011160/2010 - 11	POSTO BOCAININHA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016583/2010 - 19	ROEHRS & SCHNEIDER LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 473, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 441, de 09 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48620.000021/2012 - 04	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.015366/2011 - 92	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Indeferir o pedido de revisão e manter a decisão impugnada
48620.000021/2012 - 04	MM ORIGINAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.015313/2009 - 57	POSTO MARECHAL LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000021/2012 - 04	ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 474, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 442, de 09 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.011950/2010 - 98	POSTO DE ABASTECIMENTO SECRETARIO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.007117/2011 - 23	POSTO OLIVEIRA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.000942/2010 - 35	GAS TRIUNFO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.002983/2011 - 47	AMAZONBIO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIODIESEL DA AMAZÔNIA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016590/2010 - 11	AUTO POSTO RECANTO DAS PALMEIRAS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.011151/2010 - 11	AUTO POSTO GENESIS DE JACAREPAGUA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 475, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 443, de 09 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.015201/2010 - 30	POSTO DE GASOLINA MAIOR LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.003356/2010 - 42	SANTA ROSA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.001510/2004 - 11	EGCEL COM. FORMULADORA IMPORTADORA E EXPORT. DE DERIV. DE PETRÓLEO LTDA	Anular decisão anterior, passando a conhecer do recurso para, no mérito, negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.004057/2009 - 91	NENEN'S CHOPP COM. IND. E AGROP. LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.001273/2004 - 22	FIL AUTO POSTO RP LTDA	Anular decisão anterior, passando a conhecer do recurso para, no mérito, negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 476, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 445, de 09 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48621.000452/2011 - 71	AROGAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA (DF: 183.307.2011.41.355840)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000452/2011 - 71	AROGAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA (DF: 183.307.2011.41.355841)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 477, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 452, de 13 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.004731/2010 - 52	POSTO DE GASOLINA DOUBRAX LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016175/2011 - 48	COMPANHIA ULTRAGAZ S.A	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.000906/2011 - 52	ANA KELLY PEREIRA DA SILVA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.009491/2010 - 82	CATUCA POSTO E SERVIÇOS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.003279/2011 - 10	PETROPLUS SUL COMÉRCIO EXTERIOR S/A	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.002994/2011 - 16	M.M. DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 478, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 453, de 13 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000092/2011 - 27	POSTO DE COMBUSTÍVEIS JAGUARIBE LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.010847/2009 - 97	POLI AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.013328/2009 - 81	AUTO POSTO PETROGAS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.012692/2010 - 67	CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.005111/2010 - 31	AUTO POSTO EXPRESSO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 479, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 454, de 13 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000265/2011 - 15	POSTO LIMA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.002514/2009 - 11	POSTO ELITE LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000425/2011 - 07	AUTO POSTO FORZA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.003109/2010 - 46	DUARTE E SANTOS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000261/2011 - 18	GASFORTE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000037/2011 - 37	PARAJANA COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000931/2010 - 26	RIO NOVO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000802/2010 - 38	AUTO POSTO CASA CAIADA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 480, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 455, de 13 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.012709/2010 - 86	AUTO POSTO GENESIS DE JACAREPAGUA LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.016610/2010 - 53	POSTO CARBELE LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 481, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 456, de 13 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.000251/2011 - 93	BOMCAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO-RD Nº 482, DE 16 DE MAIO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 710, de 16 de maio de 2013, com base na Proposta de Ação nº 457, de 13 de maio de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.015305/2009 - 19	POSTO DE GASOLINA D¿KARLA LTDA (DF: 175.111.2009.33.303579)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48600.001620/2011 - 94	POSTO TOCANTINS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.015305/2009 - 19	POSTO DE GASOLINA D¿KARLA LTDA (DF: 152.102.2010.33.316031)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.015305/2009 - 19	POSTO DE GASOLINA D¿KARLA LTDA (DF: 175.112.2009.33.317143)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000567/2010 - 85	GASFORTE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 220, DE 23 DE MAIO DE 2013

Dá nova redação ao art. 3º da Portaria DNPM nº 392, de 21 de dezembro de 2004, publicada no D.O.U. de 22 de dezembro de 2004.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 7.092, de 2 de fevereiro de 2010, publicado no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2010, bem como a Portaria MME nº 247, de 8 de abril de 2011, publicada no D.O.U. de 11 de abril de 2011 e considerando o disposto no art. 22, inciso III, do Código de Mineração, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria DNPM nº 392, de 21 de dezembro de 2004, publicada no D.O.U. de 22 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 3º O prazo de vigência da autorização de pesquisa será de 01 (um) a 3 (três) anos, consideradas as características especiais da situação da área e da pesquisa mineral objetivada."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 75/2013 - DF

Processo nº 48400.000719/2009 - 97
Interessado: Itaocara Energia Ltda.

Assunto: Bloqueio de área para a implantação da UHE Itaocara, nos municípios de Itaocara e Aperibé, Cantagalo, Santo Antônio de Pádua e Pirapetinga, Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na Resolução Autorizativa nº 2.101, de 15 de setembro de 2009, onde tranfere para a Cemig Geração e Transmissão S.A. parte da quota da empresa Itaocara Energia Ltda., na concessão da UHE Itaocara, localizada no rio Paraíba do Sul, nos municípios de Itaocara e Aperibé, Cantagalo, Santo Antônio de Pádua e Pirapetinga, Estado do Rio de Janeiro, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange uma área de aproximadamente 6.576,85 ha (seis mil, quinhentos e setenta e seis hectares, oitenta e cinco ares), nos municípios de Itaocara e Aperibé, Cantagalo, Santo Antônio de Pádua e Pirapetinga, Estado do Rio de Janeiro, conforme memorial descritivo e formulário da folha 185 constante no processo 48400-000719/2009 - 97.

Ref. DNPM n.º 860.363/2000

Acolhendo proposta da Comissão Julgadora constituída na Sede/DNPM/Brasília, pela Portaria do Diretor Geral N° 231 de 16 de maio de 2011, prorrogada pela Portaria N° 325, de 15 de maio 2012, para analisar recursos hierárquicos interpostos ao Senhor Diretor Geral do DNPM, INDEFIRO o recurso interposto por CIMENTO TOCANTINS S.A e mantenho a decisão que declarou prioritária a proposta apresentada por ORCA CONSTRUTORA LTDA. (1.806)

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 232/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
871.644/1989-PEVAL S.A. - Publicado DOU de 16/11/2012, Relação n° 418/2012, Seção 1, pág. - Onde se lê: "... redução de área de 1.000,00ha para 826,72ha...", leia-se: "... redução de área de 1.000,00ha para 173.,28ha..."
Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
802.264/1978-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA - Publicado DOU de 11/06/1990, Relação n° , Seção 1, pág. - Onde se lê: "... no Município de Araci, Estado da Bahia...", leia-se: "... no Município de Teofilândia, Estado da Bahia..."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

870.102/1992-GRAMIL GRANITOS E MÁRMORES ITAPEMIRIM LTDA - Publicado DOU de 05/04/2010, Relação n° 92/2010, Seção 1, pág. - Onde se lê: "... nos Municípios de Jacobina e Mirangaba, Estado da Bahia...", leia-se: "... nos Municípios de Jacobina, Saúde, Caém e Mirangaba, Estado da Bahia..."

870.599/1998-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 18/09/2006, Relação n° 311/06, Seção 1, pág. - Onde se lê: "... no Município de Juazeiro, Estado da Bahia...", leia-se: "... nos Municípios de Juazeiro e Petrolina, Estado da Bahia..."

RELAÇÃO Nº 233/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

872.317/2011-IVANIA FERRARI REBOUCAS 63255154553

Fase de Autorização de Pesquisa

Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)

871.324/2011-CERÂMICA BRUMADO LTDA

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

874.931/2011-PRODUTOS CERÂMICOS FILADÉLFIA LTDA

Fase de Requerimento de Lavra

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

870.100/1999-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°177/2013-180 dias

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

871.179/2000-TOGNI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°153/2013

871.226/2004-MOLIZA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA..-OF. N°184/2013

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

871.041/2012-EDJANE NASCIMENTO DA SILVA ME-Registro de Licença N°17/2013 de 14/05/2013-Vencimento em 02/03/2015

872.703/2012-PRODUTOS CERÂMICOS FILADÉLFIA LTDA-Registro de Licença N°13/2013 de 17/04/2013-Vencimento em Indeterminado

870.544/2013-GRANDE VALE INDUSTRIA CERAMICA LTDA ME-Registro de Licença N°15/2013 de 14/05/2013-Vencimento em 06/02/2015

870.637/2013-CONSORCIO ANDRADE GUTIERREZ BARBOSA MELLO SERVENG-Registro de Licença N°14/2013 de 24/04/2013-Vencimento em 22/02/2015

870.642/2013-CERÂMICA VALE DO IAÇU LTDA ME-Registro de Licença N°16/2013 de 14/05/2013-Vencimento em 06/02/2015

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

871.143/2012-CERÂMICA BRUMADO LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

871.284/2012-INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS CERAMICOS GERMANIA LTDA-OF. N°183/2013

872.127/2012-CERÂMICA SÃO CARLOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°181/2013

872.256/2012-CERÂMICA MINAS BAHIA LTDA-OF. N°182/2013

872.524/2012-INDUSTRIA MINERADORA E CONSTRUTORA FOLHA DA FONTE LTDA-OF. N°158/2013

872.841/2012-BARRETO'S & CIA LTDA ME-OF. N°165/2013

870.009/2013-CONSTRUFREITAS EMPREENDIMENTOS LTDA ME-OF. N°155/2013

870.197/2013-CERAMICA BLOCOFORTE LTDA.-OF. N°180/2013

870.317/2013-J B DANTAS SANTOS ME-OF. N°179/2013

870.514/2013-E.V.ODEKER-OF. N°161/2013

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)

872.352/2011-BATTRE BAHIA TRANSFERÊNCIA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA-OF. N°159/2013

872.353/2011-BATTRE BAHIA TRANSFERÊNCIA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA-OF. N°160/2013

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

872.111/2012-CERÂMICA GATTO LTDA

870.102/2013-JAZIDA JMJ EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME

870.135/2013-GILSON OLIVEIRA DOS ANJOS ME

870.640/2013-F C AREAL E MINERADORA LTDA ME

Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)

870.358/2010-CERÂMICA RUBI LTDA.

870.902/2010-COOPERATIVA REGIONAL DE MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO

870.391/2012-LOURIVAL TOSTA

870.408/2012-OLIVEIRA MACHADO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA ME

870.551/2012-HF TRANSPORTES E CERÂMICA LTDA ME

870.564/2012-BVX LOCAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME

872.110/2012-JOSÉ OSMAR FERNANDES MAIA

872.225/2012-ALEIDES DA ROCHA PINTO ME

872.227/2012-ACWR TRANSPORTADORA E MINERADORA LTDA ME

870.038/2013-PEDERNEIRA COMERCIO DE AREIA LTDA ME

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

871.209/2001-PEDREIRA AMORIM LTDA.- Registro de Licença N°:2/2001 - Vencimento em Prazo Indeterminado

870.043/2003-CSB - CERÂMICA SIMONASSI BAHIA LTDA.- Registro de Licença N°:24/2003 - Vencimento em 04/12/2008

870.488/2010-JOSE AUGUSTO SILVA SANTANA-ME-Registro de Licença N°:19/2010 - Vencimento em 13/12/2013

870.458/2012-MINERAÇÃO SABADINI IND E COM IMP E EXP LTDA- Registro de Licença N°:22/2012 - Vencimento em 14/02/2015

Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)

870.043/2003-CSB - CERÂMICA SIMONASSI BAHIA LTDA.

Nega provimento ao recurso interposto(757)

870.697/2003-CSB - CERÂMICA SIMONASSI BAHIA LTDA.

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)

870.252/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA-OF. N°178/2013

Fase de Disponibilidade

Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)

871.067/2006-ROZEVAN MINERAÇÃO LTDA

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 62/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

800.404/2013-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

800.212/2013-CEARAGRAN MINERAÇÃO EXPORT LTDA.-OF. N°714/2013

800.319/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV-OF. N°718/2013

800.331/2013-PADRECO GRANITOS LTDA ME-OF. N°717/2013

800.337/2013-JHON WICLEY CABRAL CAMURCA-OF. N°716/2013

800.363/2013-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°713/2013

800.377/2013-RODRIGO LUIZ ALHO PRINTES-OF. N°712/2013

800.382/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°715/2013

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

800.341/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.

800.690/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.

800.691/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.

800.103/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.104/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.105/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.106/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.107/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.108/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.109/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.110/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.111/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.112/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.113/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.114/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.115/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.116/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.117/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.118/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.126/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.127/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.128/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.129/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.130/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.131/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.132/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.133/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.134/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.135/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.136/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.137/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.169/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.170/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

Defere pedido de reconsideração(182)

800.690/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.

800.691/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

800.096/1999-PEDRA BRANCA DO BRASIL MINERAÇÃO S.A.-OF. N°743/2013

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

800.277/2011-ROSEVALDER HERCULANO DA SILVA-Cessionário:PEDRABRASIL CEARÁ MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 15.220.512/0001-30-Alvará n°13.956/2011

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

800.750/2012-LUZARDO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA EPP -Alvará N°982/2013

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

800.276/2004-ALINE FACUNDO CARVALHO-OF. N°731/732/2013

800.825/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°728/2013

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

800.359/2006-CARLOS ALBERTO MOREIRA DA COSTA ME-OF. N°733/734/735/736/737/2013

801.096/2008-ELISEU RIBEIRO DA SILVA-OF. N°720/721/722/723/2013

800.031/2011-ANTONIO H DE OLIVEIRA ME-OF. N°729/2013

800.349/2011-INDUSTRIA DE CERAMICAS SANTA CLARA LTDA-OF. N°709/2013

800.489/2011-ELISEU RIBEIRO DA SILVA-OF. N°725/726/727/2013

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

800.034/2007-ANTONIO JOSENILDO PINHEIRO- Registro de Licença N°:860/2008 - Vencimento em 09/04/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

801.104/2011-BARREIRO TABATINGA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME-Registro de Licença N°1325/2013 de 13/05/2013-Vencimento em 17/04/2015

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

800.081/2013-BRITAS CARIRI COMÉRCIO EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO LTDA ME-OF. N°694/2013

800.264/2013-CARLOS ALBERTO ARAÚJO-OF. N°710/2013

800.396/2013-SS&B CONSTRUTORA LTDA.-OF. N°730/2013

800.403/2013-FEIJO E MACIEL INDUSTRIA CERAMICA LTDA ME-OF. N°741/2013

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento Auto de infração.(1844)

800.277/2006-EURO BRASIL, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-AI N°223/2008

RELAÇÃO Nº 64/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

800.090/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.091/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.092/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.093/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.094/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.095/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.096/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.097/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.098/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.099/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.100/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.101/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.102/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.119/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.120/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.121/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.122/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.123/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

800.124/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

800.125/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.489/2010-JORGE LIMA RIBEIRO-AREIA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.247/2007-MIL MINÉRIOS INDUSTRIAIS LTDA-OF. N°770/2013

RELAÇÃO Nº 65/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.167/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.168/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.548/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.554/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.555/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.559/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.094/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.095/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.129/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.883/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.903/2008-COOBAM COOPERATIVA DE BASE MINERAL DE RUSSAS E DO VALE JAGUARIBANO.- Área de 970,30 HA para 49,40 HA-ARGILA
801.085/2008-MARCOS AURÉLIO CAMPELO MAIA-Área de 948,73 HA para 49,91 HA-ARGILA
801.086/2008-MARCOS AURÉLIO CAMPELO MAIA-Área de 998,86 HA para 49,80 HA-ARGILA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.083/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.087/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.088/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.089/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.090/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.091/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.373/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.374/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.375/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.376/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.377/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.378/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.379/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.602/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.604/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.605/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
800.606/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
800.038/2006-CIMENTO POTY S.A.-AI N°302/2009
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.024/1985-OCS MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°775/776/777/778/2013
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
800.049/2005-MARCELO MOULÃO-AI N°210/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
800.178/2000-ETNA RJ PARTICIPAÇÕES LTDA- ALVARÁ n° 13.863/2000 - Cessionário: BUXTON MINERADORA S.A-CNPJ 13.079.797/0001-06
800.034/2001-ETNA RJ PARTICIPAÇÕES LTDA- ALVARÁ n° 4.364/2001 - Cessionário: BUXTON MINERADORA S.A-CNPJ 13.079.797/0001-06
800.230/2001-ETNA RJ PARTICIPAÇÕES LTDA- ALVARÁ n° 995/2002 - Cessionário: BUXTON MINERADORA S.A-CNPJ 13.079.797/0001-06
800.328/2002-ETNA RJ PARTICIPAÇÕES LTDA- ALVARÁ n° 8.470/2002 - Cessionário: BUXTON MINERADORA S.A-CNPJ 13.079.797/0001-06

FERNANDO ANTONIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 142/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
896.131/1999-MBS TECNOLOGIA MARINHA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.017/2002-MARIA INEZ PENA MACHADO-OF. N°1305/2013 - DNPM/ES
Indefere pedido de reconsideração(181)
896.339/2009-ONÉSIO DE PALMA
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
896.474/2000-MARCÉLIO SALOMÃO DE CARVALHO-AI N°592/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.059/1994-MINERAÇÃO SULU LTDA - ME-OF. N°1285/2013 - DNPM/ES
896.091/2000-GRANORTE GRANITOS DO NORTE E MINERAÇÃO LTDA - EPP-OF. N°1353/2013 - DNPM/ES
896.529/2012-GRANMATRINGER LTDA ME-OF. N°1286/2013 - DNPM/ES
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
896.215/2003-PROGEMA MINERAÇÃO LTDA ME- 7119 n° 2003 - Cessionário: AREIAL PEREIRA LTDA- CNPJ 08.415.775/0001-30
Não conhece o recurso interposto(1837)
890.109/1992-Interposto porTREVISA MINARAÇAO LTDA - ME
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
824.334/1972-BRAMINEX MINERAÇÃO LTDA.- AI N° 0699/2011 a 0711/2011 - DNPM/ES
890.608/1988-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA- AI N° 286/2013 - DNPM/ES
896.611/2003-TERRAZO GRANITI DO BRASIL LTDA.-AI N° 284/2013 - DNPM/ES
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
890.609/1988-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA- AI Nº 191/2011 - DNPM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.608/1988-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°1343/2013 - DNPM/ES
890.609/1988-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°1344/2013 - DNPM/ES
896.611/2003-TERRAZO GRANITI DO BRASIL LTDA.-OF. N°1309/2013 - DNPM/ES
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.292/2003-AUDEBIR ALVES DA SILVA ME-OF. N°1082/2013 - DNPM/ES
896.778/2009-PREMOLDENSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.ME-OF. N°1350/2013 -DNPM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
896.850/2008-3E MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°1359/2013 - DNPM/ES
896.850/2008-3E MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°1359/2013 - DNPM/ES

RELAÇÃO Nº 143/2013

Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
896.101/2004-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA. - Publicado DOU de 01/02/2013, Relação n° 10/2013, Seção 01, pág. 75- onde se lê "....Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias leia-se ... Determina cumprimento de exigência / Prazo 60 dias"

RELAÇÃO Nº 150/2013

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
896.001/1998-EDILENE MARIA ARAGÃO LIRA
896.002/1998-EDILENE MARIA ARAGÃO LIRA
Indefere requerimento de transformação do regime de PLG para Autorização
de Pesquisa(574)
896.001/1998-EDILENE MARIA ARAGÃO LIRA
896.002/1998-EDILENE MARIA ARAGÃO LIRA
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
896.436/1998-GUIMAR GUIDI MÁRMORES LTDA.-CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES - Guia n° 020/2013-10000toneladas/ano-Marmore- Validade:vinculada a L.O.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
896.030/2013-QUIUQUI COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA ME-Registro de Licença N°030/2013 de 20/05/2013-Vencimento em indeterminado
896.031/2013-QUIUQUI COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA ME-Registro de Licença N°031/2013 de 22/05/2013-Vencimento em indeterminado
896.077/2013-FLAVIANO A. DE ALMEIDA EXTRAÇÃO E SERVIÇOS ME-Registro de Licença N°032/2013 de 22/05/2013-Vencimento em 27/02/2053
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
896.128/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇAO DO CASTELO-OF. N°1421/2013

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 139/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
(322)
5140/2013-860.467/2012-LENISMAR CABRAL DE OLIVEIRA
5141/2013-861.497/2012-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA
5142/2013-861.514/2012-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA
5143/2013-861.516/2012-RAFAEL MARQUES DA SILVA FARIA
5144/2013-862.026/2012-CALBRAX CALCARIO AGRICOLA LTDA ME
5145/2013-860.096/2013-DARCI PEREIRA PINTO JUNIOR
5146/2013-860.401/2013-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO
5147/2013-860.407/2013-MINERAÇÃO BRASIL CENTRAL LTDA
5148/2013-860.408/2013-MINERAÇÃO BRASIL CENTRAL LTDA
5149/2013-860.410/2013-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO
5150/2013-860.411/2013-EDIVALDO PEREIRA NAVES
5151/2013-860.421/2013-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO
5152/2013-860.423/2013-DOMINGOS FERNANDO MOURO
5153/2013-860.426/2013-F.G. VIDIGAL & CIA LTDA
5154/2013-860.434/2013-JULIANO GOMES DA SILVA
5155/2013-860.447/2013-JOÃO RAMOS BOTELHO
5156/2013-860.471/2013-MINERAÇÃO NOVA ALIANÇA LTDA
5157/2013-860.477/2013-RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA
5158/2013-860.489/2013-JD ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
(323)
5159/2013-862.185/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
5160/2013-862.189/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
5161/2013-862.191/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
5162/2013-862.192/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
5163/2013-862.194/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
5164/2013-862.195/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
5165/2013-862.198/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
5166/2013-860.082/2013-MINERAÇÃO PEDRA BRANCA LTDA
5167/2013-860.184/2013-DARCI PEREIRA PINTO JUNIOR
5168/2013-860.409/2013-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA
5169/2013-860.457/2013-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO
5170/2013-860.488/2013-LEANDRO OLIVEIRA DE SOUZA

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 55/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
806.157/2010-ROSA EMILIA OLIVEIRA NAVA
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
806.121/2009-ROSARIO MINERAÇÃO LTDA
806.122/2009-ROSARIO MINERAÇÃO LTDA
806.596/2010-JOSE MATIAS MOREIRA JUNIOR
806.597/2010-CIA CONSULTORIA, INCORPORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS LTDA
806.659/2010-FONMART TECNOLOGIA LTDA
806.760/2010-NSUL TERRAPLENAGEM CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
806.182/2009-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA.-Alvará N°1.124/2010
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.454/2010-ADIEL BARRETO LUCENA JUNIOR-OF. N°0425/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
806.142/2011-EDEVILSON BARBOSA GOMES
806.380/2011-CERÂMICA SAMTEL LTDA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
806.446/2011-ITAMAR SILVA SAMPAIO
806.567/2011-LUIS CARLOS SILVA
806.266/2012-COOPE. DOS BARQUEIROS DE EXTRAÇÃO COMERCIO E TRANSP. DE AREIA DO RIO TOCANTINS

RELAÇÃO Nº 56/2013

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
806.691/2010-TRATEC LTDA - Publicado DOU de 09/05/2013, Relação n° 47, Seção I, pág. 92- Determina cumprimento de exigência - prazo 30 dias- 806.691/2010-TRATEC LTDA. OF. Nº 0196 e 1097/2013. Onde se Lê: 1097/2013... Leia-se 0197/2013

RELAÇÃO Nº 60/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
806.381/2011-G & W GEOTÉCNICA E MINÉRIOS LTDA- Alvará n°4.062/2013 - Cessionario:806.392/2012-GUSTAVO DE Q. COSTA- CPF ou CNPJ 04.487.726/0001-51
806.381/2011-G & W GEOTÉCNICA E MINÉRIOS LTDA- Alvará n°4.062/2013 - Cessionario:806.394/2013-M. DO E. S. S. DE ALCANTÂNRA FILHA COMÉRCIO- CPF ou CNPJ 04.930.518/0001-85
806.381/2011-G & W GEOTÉCNICA E MINÉRIOS LTDA- Alvará n°4.062/2013 - Cessionario:806.393/2012-VALE DO SOL EXTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.- CPF ou CNPJ 23.440.936/0001-39
806.381/2011-G & W GEOTÉCNICA E MINÉRIOS LTDA- Alvará n°4.062/2013 - Cessionario:806.391/2012-LEONEL BARBOSA LIMA- CPF ou CNPJ 663.057.647-00
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento 30 dias(641)
806.124/2009-NORDESTE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
806.100/2009-F. G. MOREIRA

FERNANDO DE OLIVEIRA DUAILIBE MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 60/2013

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Águas Lebrinha Ltda Cpf/cnpj :14.926.356/0001-65 - Processo minerário: 805414/74 - Processo de cobrança: 966437/13 Valor: R$.278.963,87
Titular: Indústria de Calcários Caçapava Ltda Cpf/cnpj :87.677.860/0001-42 - Processo minerário: 866283/86 - Processo de cobrança: 966486/13 Valor: R$.2.906,59
Titular: Indústria e Comércio de Calcário Cuiabá Ltda Cpf/cnpj :02.393.767/0001-53 - Processo minerário: 866173/86 - Processo de cobrança: 966481/13 Valor: R$.729.937,44

RELAÇÃO Nº 67/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
866.348/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 24//06/2009
866.350/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 24/06/2009
866.351/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 24/06/2009
866.353/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 24/06/2009
866.366/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 09/05/2012
866.367/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 24/06/2009
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
866.114/1999-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA S.A. - Publicado DOU de 24/12/2003, Relação n° 472/03, Seção 1, pág. 170/171- Onde se lê:"...Aprova o relatório de pesquisa com redução de área..." - Leia-se:"...Aprova o Relatório de Pesquisa de Pesquisa com redução de área de 338,39 ha para 49,90 ha, em virtude de exigências/inciso I, do Art. 30 do CM./Inciso XV do Art. 5º da Portaria do Diretor Geral do DNPM de nº 216/10 (2.91) e (12.80)"

JOSE DA SILVA LUZ

RELAÇÃO Nº 70/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.191/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.282/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.283/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.284/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.285/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.287/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.288/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.289/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.294/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.345/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.346/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.347/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.352/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.368/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.651/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
866.987/2012-MATHEUS RODRIGUES
867.104/2012-TECGEO GEOLOGIA, ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
866.390/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO NORTE DE MATO GROSSO-OF. N°137/2013
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
(513)
866.015/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°46/2013 de 21/05/2013 - Prazo 05 anos
866.021/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°45/2013 de 21/05/2013 - Prazo 05 anos
866.022/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°44/2013 de 21/05/2013 - Prazo 05 anos
866.023/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°51/2013 de 17/05/2013 - Prazo 05 anos
866.024/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°52/2013 de 17/05/2013 - Prazo 05 anos
866.025/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°53/2013 de 17/05/2013 - Prazo 05 anos
866.026/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°54/2013 de 17/05/2013 - Prazo 05 anos
866.027/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°55/2013 de 17/05/2013 - Prazo 05 anos
866.028/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°56/2013 de 22/05/2013 - Prazo 05 anos
866.029/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°57/2013 de 17/05/2013 - Prazo 05 anos
866.030/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°58/2013 de 17/05/2013 - Prazo 05 anos
866.031/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°59/2013 de 17/05/2013 - Prazo 05 anos
866.032/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°60/2013 de 17/05/2013 - Prazo 05 anos
866.033/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°62/2013 de 22/05/2013 - Prazo 05 anos
866.034/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°43/2013 de 21/05/2013 - Prazo 05 anos
866.035/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°47/2013 de 21/05/2013 - Prazo 05 anos
866.036/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°48/2013 de 21/05/2013 - Prazo 05 anos
866.037/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°49/2013 de 21/05/2013 - Prazo 05 anos
866.038/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°50/2013 de 21/05/2013 - Prazo 05 anos
866.039/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA - PLG N°61/2013 de 22/05/2013 - Prazo 05 anos
866.267/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - PLG N°41/2013 de 21/05/2013 - Prazo 05 anos
866.273/2013-SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA CAMILO - PLG N°42/2013 de 17/05/2013 - Prazo 05 anos
Indefere por Interferencia Total(1339)
866.442/2013-DONIZETE DOS REIS LIMA
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
866.976/2008-CONSTRAL COSTRUTORA LTDA - AI N°306/2013
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
867.066/2010-ANTÔNIO MONTEIRO DE FREITAS ME-Cessionário:MARTA M DA SILVA & CIA LTDA- CNPJ 08.937.105/0001-83- Registro de Licença n°022/2011- Vencimento da Licença: 29/10/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
866.778/2012-E. M. SILVA-OF. N°088/2013
867.021/2012-R. CAMPAGNOLO ME-OF. N°89/2013
867.022/2012-R. CAMPAGNOLO ME-OF. N°90/2013

ELINA MARIA DE FIGUEIREDO
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 77/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Marcelino Sabatel - 868076/09 - Not.44/2013 - R$ 245,75

RELAÇÃO Nº 78/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Areeiro Rochedo Ltda - 868041/01 - Not.46/2013 - R$ 322,69
David Carlos Ferreira Bonfim me - 868110/05 - Not.45/2013 - R$ 484,02
Hildebrando Mariano de Almeida - 868378/07 - Not.47/2013 - R$ 322,69

ANTONIO CARLOS NAVARRETE SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 362/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
832.940/2007-SANTOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME-CONFINS/MG, SÃO JOSÉ DA LAPA/MG - Guia n° 86/2013 e 87/2013-50.000 toneladas/ano e 12.000 toneladas/ano-Areia e Argila- Validade:24/10/2014
831.104/2008-LIGAS DE ALUMÍNIO S/A-DIAMANTINA/MG - Guia n° 105/2013-4.000 toneladas/ano-Minério de Silício (Quartzo)- Validade:15/10/2014
834.091/2008-CARLO DARTAGHAN ALMEIDA ME-CARANAÍBA/MG - Guia n° 103/2013-12.000 toneladas/ano-Filito-Validade:13/03/2017
831.056/2011-MINERAÇÃO VITÓRIA LTDA-MACHADO/MG, SERRANIA/MG - Guia n° 102/2013-2.400 toneladas/ano-Granito- Validade:29/03/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.326/2005-GRANWOLD GRANITOS MUNDIAL MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-ITINGA/MG - Guia n° 107/2013-3.170 toneladas/ano-Granito- Validade:22/02/2017 ou PL

RELAÇÃO Nº 364/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
833.157/2005-MINERAÇÃO REALEZA LTDA.
830.180/2006-VOTORANTIM CIMENTOS S A
833.874/2008-VALE S A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.906/2005-MARCOS JALIM ELIAS-OF. N°1194/13-DGTM
833.245/2006-EMPRESA DE MINERAÇÃO ÁGUA SANTA LTDA.-OF. N°1233/13-DGTM
834.277/2011-VIRGILIO DIAS DE CASTRO NETO-OF. N°1230/13-DGTM
831.354/2012-SÉRGIO DARCY SANTIAGO NEVES-OF. N°1231/13-DGTM
831.532/2012-FRANKLIN VELOSO DE CASTRO-OF. N°1232/13-DGTM
833.879/2012-ELIANE MARIA DE SOUZA SILVA-OF. N°1193/13-DGTM
833.884/2012-EMPREITEIRA TELES DE PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA-OF. N°1192/13-DGTM
833.927/2012-ADMIR ANTONIO TREVISAN-OF. N°1228/13-DGTM
833.928/2012-ADMIR ANTONIO TREVISAN-OF. N°1227/13-DGTM
833.939/2012-EURICO BASILIO PEREIRA-OF. N°1229/13-DGTM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

833.983/2012-PRISCILA ROMUALDO ROCHA ME-OF. N°1167/13-DGTM

830.289/2013-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME-OF. N°1166/13-DGTM

Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)

834.373/2012-MINERALI CONSULTORIA LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega provimento ao recurso apresentado(244)

834.745/1994-NIVA COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

836.132/1993-SERRA DO SUL MINERAÇÕES LTDA-OF. N°1452/13-FISC

833.247/2004-MINERAÇÃO MINAS BAHIA S.A.-OF. N°1226/13-DGTM

831.363/2006-VILARINHO COMÉRCIO DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-OF. N°67/13-CESD e Granwold Granitos Mundial Mineração e Exportação Ltda

832.231/2009-CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA-OF. N°1888/13-FISC

Determina arquivamento Auto de infração(1872)

832.340/2007-AREAL CÁSSIA LTDA ME- AI N°498/13-MG

Fase de Concessão de Lavra

Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)

830.437/1979-HOLCIM (BRASIL) S A- Prazo:03 anos

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

830.375/1979-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LTDA-AI N° 1050/13-MG

830.437/1979-HOLCIM (BRASIL) S A- AI N° 1048/13-MG

Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)

004.225/1947-MINAS SERPENTINITO LTDA.- AI Nº 1110,1111,1112,1113 e 1114/12

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

008.549/1956-INCOMTRAPEDRAS - IND. COM. E TRANSPORTES DE PEDRAS LTDA -ME-OF. N°1586/13-FISC

002.748/1967-MINERAÇÃO ANDRADENSE LTDA.-OF. N°1480/13-FISC

013.845/1967-ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S.A.-OF. N°1582/13-FISC

809.959/1969-AGROINDUSTRIAL DELTA DE MINAS S/A-OF. N°1557/13-FISC

806.744/1976-ARPASA ARAGUARI PAVIMENTAÇÕES LTDA.-OF. N°1484/13-FISC

830.144/1979-PEDREIRA UM VALEMIX LTDA.-OF. N°1746/13-FISC,para cedente Francisco de Paula Castro e Cia Ltda.

830.889/1980-ANEX MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1508/13-FISC

830.019/1981-BANDEIRANTES ÁGUAS MINERAIS DO BRASIL LTDA.-OF. N°2067/13-FISC

830.720/1981-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1579/13-FISC

831.849/1985-MASSA FALIDA DE BRITADORA CONTAGEM LTDA-OF. N°1536/13-FISC

830.476/1986-MIB MINERAÇÃO IBIRITÉ LTDA-OF. N°1511/13-FISC

Nega provimento a defesa apresentada(476)

830.720/1981-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

008.549/1956-INCOMTRAPEDRAS - IND. COM. E TRANSPORTES DE PEDRAS LTDA -ME-OF. N°1585/13-FISC

002.748/1967-MINERAÇÃO ANDRADENSE LTDA.-OF. N°1479/13-FISC

010.423/1967-MINERAÇÃO FELDSPATO OUROFINENSE LTDA-OF. N°1563/13-FISC

013.845/1967-ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S.A.-OF. N°1581/13-FISC

830.144/1979-PEDREIRA UM VALEMIX LTDA.-OF. N°1745/13-FISC,para cedente Francisco de Paula Castro e Cia Ltda.

830.720/1981-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1578/13-FISC

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

831.580/1996-PEDREIRA BOM JARDIM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP-OF. N°1467/13-FISC

832.194/1996-JACINTO AUGUSTO PESSOA CANÇADO-OF. N°1458/13-FISC

832.467/2004-CERAMICA MINAS BRASIL LTDA-OF. N°1535/13-FISCAM

830.820/2009-TRANSPORTE C L C ARGILA E AREIA PADRE LIBÉRIO LTDA ME-OF. N°1559/13-FISC

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

830.971/2007-PEDRO MAIA DA SILVA ME- Registro de Licença N°:3070/07 - Vencimento em 26/12/2015

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

830.465/2013-CONSÓRCIO ETEC PAVOTEC VILASA-OF. N°158/13-ERPM

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

830.820/2009-TRANSPORTE C L C ARGILA E AREIA PADRE LIBÉRIO LTDA ME-OF. N°1558/13-FISC

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

831.894/1990-NEVESTONES LTDA-OF. N°979/13-DGTM

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

834.807/2007-THEODORO EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE AREIA E CASCALHO LTDA-OF. N°1184/13-DGTM, Reni Juarez dos Santos

831.015/2011-FAZENDA VARGEM DAS LAGES MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1185/13-DGTM

833.459/2011-ME EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°1224/13-DGTM

834.765/2011-EDIVALDO FERREIRA DA SILVA - ME-OF. N°1223/13-DGTM

832.220/2012-JOSE MARCIO MARTINS PATO-OF. N°1102/13-DGTM

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

832.169/2012-JOÃO DE FREITAS FERREIRA ME

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

300.291/2012-

Determina arquivamento Auto de infração.(1844)

833.988/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-AI N°260/13-MG

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 47/2013

Fase de Autorização de Pesquisa

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

846.067/1999-MARIA BERENICE COUTINHO PAULO NETO-SANTA RITA/PB - Guia n° 012/2013-50.000T-Areia- Validade:05/10/2013

GUILHERME HENRIQUE SIQUEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 56/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

826.325/2012-JOSÉ JARDIM DALALASTA

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

826.065/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

826.596/2012-BRITADOR DAL ROSS LTDA EPP-OF. N°214/2013

826.789/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°210/2013

826.789/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°210/2013

826.790/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°199/2013

826.815/2012-GEMINAS MINERADORA LTDA-OF. N°206/2013

826.830/2012-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA-OF. N°221/2013

826.836/2012-HOBI & CIA.LTDA.-OF. N°207/2013

826.837/2012-AREAL ITABAUNA LTDA.-OF. N°220/2013

826.838/2012-ZOTARELLI & MORO EXTRAÇAO DE AREIA LTDA.-OF. N°171/2013

826.846/2012-ZOTARELLI & MORO EXTRAÇAO DE AREIA LTDA.-OF. N°236/2013

826.109/2013-ANDRÉ SOARES DE FRANÇA-OF. N°644/2013

826.214/2013-A. ROSSATO AGROPECUÁRIA LTDA.-OF. N°230/2013

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)

826.082/2012-MAURI BOZZA FI-OF. N°83/2013

826.345/2012-BRITADOR DAL ROSS LTDA EPP-OF. N°59/2013

826.346/2012-BRITADOR DAL ROSS LTDA EPP-OF. N°60/2013

826.426/2012-ROBSON ESTACIO DUTRA-OF. N°77/2013

826.463/2012-MINERADORA TRIBO DE JUDÁ LTDA.-OF. N°13/2013

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

826.430/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

826.431/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

826.432/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

826.433/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

826.434/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

826.435/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

826.436/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

826.437/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

826.438/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

826.439/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

826.440/2012-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

826.137/2010-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-Alvará n°6.824/2010 - Cessionario:826.411/2013; 826.416/2013; 826.417/2013; 826.418/2013; 826.419/2013-AREIAL ROGALSKI LTDA- CPF ou CNPJ 06.018.646/0001-82

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

826.567/2010-JOSE MARCOS MENI-OF. N°256/2013

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

826.477/2011-FLORAMADER LTDA- Cessionário:GILBERTO LEAL- CPF ou CNPJ 326.396.439-91- Alvará n°14.061/2011

826.608/2012-GILMAR JEFERSON PALUDO- Cessionário:VENTELINO PALUDO- CPF ou CNPJ 119.673.409-78- Alvará n°2.993/2013

Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)

826.549/2010-RODOLFO WEIBER

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

826.716/1996-EMPO EMPRESA CURITIBANA DE SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.- AI N° 191/2013

826.205/1998-IRMÃOS STANSKI LTDA- AI N° 206/2013

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

826.716/1996-EMPO EMPRESA CURITIBANA DE SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-OF. N°229/2013

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

826.716/1996-EMPO EMPRESA CURITIBANA DE SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-OF. N°230/2013

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

826.275/2007-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Guia n° 32/2013 E 33/2013-50.000 E 12.000TONELADAS-AREIA E ARGILA- Validade:05/09/2013

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

826.564/1996-AREIAL DO VALE LTDA- ALVARÁ n° 4.087/1998 - Cessionário: PAI EXTRAÇÃO E PESQUISA MINERAL LTDA ME- CNPJ 07.360.503/0001-17

826.790/2001-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- ALVARÁ n° 4.409/2003 - Cessionário: PAI EXTRAÇÃO E PESQUISA MINERAL LTDA ME-CNPJ 07.360.503/0001-17

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

826.378/2004-OLARIA HUMENHUK LTDA ME-OF. N°208/2013

826.443/2006-BUTZGE & BUTZGE LTDA-OF. N°228/2013

826.439/2007-DEONIDE E. NATALLI & CIA. LTDA.-OF. N°244/2013

826.066/2008-MINERAÇÃO SANTA HELENA LTDA. EPP-OF. N°209/2013

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

820.639/1982-ANTONIO MORO & CIA. LTDA.- Registro de Licença N°:084/1984 - Vencimento em 16/11/2016

826.573/2000-ELIZEU ROCHA DE CARVALHO- Registro de Licença N°:572/2000 - Vencimento em 29/10/2017

826.402/2003-MATIAS ZAZULA ME- Registro de Licença N°:706/2003 - Vencimento em 29/10/2015

826.318/2004-KLABIN SA- Registro de Licença N°:764/2004 - Vencimento em 16/06/2013

826.305/2005-AGROPECUARIA KINKEY LTDA.- Registro de Licença N°:803/2005 - Vencimento em 02/10/2014

826.581/2005-INEIDE PEREIRA MACHADO FARIA ME-Registro de Licença N°:868/2006 - Vencimento em 21/01/2018

826.582/2005-INEIDE PEREIRA MACHADO FARIA ME-Registro de Licença N°:869/2006 - Vencimento em 21/01/2018

826.730/2005-VANIA TERESINHA K GERREI ME- Registro de Licença N°:953/2008 - Vencimento em 03/03/2015

826.249/2007-INCOLAGE LTDA.- Registro de Licença N°:962/2008 - Vencimento em 17/03/2018

826.009/2008-AGROPECUARIA KINKEY LTDA.- Registro de Licença N°:989/2008 - Vencimento em 02/10/2014

826.414/2008-CAW - MINERAÇÃO E BRITAGEM DE PEDRA LTDA- Registro de Licença N°:1006/2008 - Vencimento em 01/09/2018

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

826.131/2009-IRMÃOS BARRACO LTDA ME- Registro de Licença N°:10/2011 - Vencimento em 26/03/2014
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
826.202/2006-BELA VISTA DA CAROBA PREFEITURA MUNICIPAL
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
826.407/2004-JOSÉ JARDIM DALALASTA

RELAÇÃO Nº 57/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
g. g. Spréa & CIA. LTDA. - 826482/08 - A.I. 65/13

RELAÇÃO Nº 58/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Flavio Aanel Cordeiro Dos Santos - 826511/11
Reserva Brasil Mineração LTDA. - 826816/11

RELAÇÃO Nº 59/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Brf Engenharia de Obras LTDA. - 826812/11
Luiz Carlos Pawelak - 826034/11
Luiz Elyneu Galski Xavier Rego - 826334/10
Luiz Fornazzari Neto - 826259/12
S.c.quirino Ltda me - 826588/11, 826015/12

RELAÇÃO Nº 60/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Rosali de Oliveira - 826228/09 - Not.121/2013 - R$ 4.137,28, 826047/10 - Not.123/2013 - R$ 2.814,16

RELAÇÃO Nº 61/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Britador Dal Ross Ltda Epp - 826367/02 - Not.128/2013 - R$ 51,72, 826367/02 - Not.129/2013 - R$ 51,72
Luiz Eduardo Greca - 826277/11 - Not.126/2013 - R$ 2.449,40
Mineradora e Ceramica Santa fé Ltda - 826296/10 - Not.125/2013 - R$ 2.449,40
Rosali de Oliveira - 826228/09 - Not.122/2013 - R$ 4.898,81, 826047/10 - Not.124/2013 - R$ 4.898,81

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
840.280/2011-MAP MINERAÇÃO LTDA- AI N°106/12
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
840.143/2008-GENILDO DE SOUZA MELO- AI N°206/2011
Retificação de despacho(1387)
840.163/2008-STÉLIO JOSÉ BARRETO MAIA - Publicado DOU de 12/06/2012, Relação n° 57/2012, Seção 1, pág. 103- Fase de Autorização de Pesquisa: Onde se le.....Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do direito de requerer a Lavra(1362) 840.163/2008-STÉLIO JOSÉ BARRETO MAIA- Alvará n°4.757/2009 - Cessionario:840.992/11-Napas Mineração Ltda.- CNPJ 13.664.718/0001-62... leia-se, ...Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos (175) 840.163/2008-STÉLIO JOSÉ BARRETO MAIA- Alvará n°4.757/2009 - Cessionario: 840.992/11-Napas Mineração Ltda.- CNPJ 13.664.718/0001-62
Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
840.077/2003-BRITA FORTE LTDA EPP - Publicado DOU de 18/04/2013, Relação n° 33/2013, Seção 1, pág. 93- Fase de LIcenciamento: Onde se lê ...Cessionário:Rocha Firma Ltda CNPJ 12.245.491/0001-10- Registro de Licença n°320/2003- Vencimento da Licença: 08/04/2013... leia-se... cessionário: Rocha Firme Ltda CNPJ 12.245.491/0001-10- Registro de Licença n°320/2003- Vencimento da Licença: 10/04/2022
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
840.136/2005-EDMILSON BARBOSA DA SILVA- AI N°57/09
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
840.136/2005-EDMILSON BARBOSA DA SILVA- AI N°57/09

RELAÇÃO Nº 52/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
840.388/2012-FERGUBEL MINERAÇÃO E TRANSPORTES SÃO JOSÉ DO BELMONTE LTDA.
Indefere pedido de reconsideração(181)
841.053/2011-MARCOS JOSE SOARES
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
841.109/2011-CONGONHAS MINÉRIOS S.A. -Alvará N°7.273/2012
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
840.147/2005-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-AI N°117/2013
840.028/2008-JAIRO DE SOUZA LEITE-AI N°139/2013
840.419/2008-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA-AI N°120/2013
840.095/2009-PAULO PRAGANA PAIVA-AI N°126/2013
840.221/2009-USINA SALGADO S.A.-AI N°125/2013
840.298/2009-JOHN KENNEDY GUIMARAES MODESTO-AI N°133/2013
840.299/2009-ROBERTO PEREIRA CAMPOS-AI N°144/2013
840.304/2009-FÁBIO VILHALBA DE SOUZA LEITE-AI N°136/2013
840.336/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°1352013
840.339/2009-RV FOSFATOS DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°137/2013
840.340/2009-RV FOSFATOS DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°132/2013
840.346/2009-POLIMAQ COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.-AI N°131/2013
840.354/2009-REGINAL PEREIRA CAMPOS-AI N°129/2013
840.105/2010-JOSE CLEMILDO DA SILVA-AI N°127/2013
840.143/2010-RUBENS BARROS COSTA-AI N°123/2013
840.184/2010-USINA SALGADO S.A.-AI N°124/2013
840.199/2010-JOSÉ ALBERES SOBRAL-AI N°122/2013
840.217/2010-MARINEUSA HELENA DE ARAÚJO CAMPOS-AI N°130/2013
840.239/2010-PAULO CÉSAR AMORIM SILVA-AI N°149/2013
840.240/2010-PAULO CÉSAR AMORIM SILVA-AI N°148/2013
840.279/2010-PREMOCIL IND COM REPRES LTDA-AI N°141/2013
840.374/2010-RENILSON BERNARDO MUNIZ ÁGUA POTÁVEL ME-AI N°140/2013
840.388/2010-JOÃO BARROS DA HORA-AI N°143/2013
840.416/2010-ÁGUA DA TERRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-AI N°100/2013
840.527/2010-PATRIMÔNIO INCORPORAÇÕES LTDA-AI N°102/2013
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
840.576/2010-JOSÉ ALBERES SOBRAL- AI N°104/2013
840.011/2011-VICTOR TAVARES DE MELO BEZERRA CAVALCANTI- AI N°105/2013
840.399/2011-EDMILSON BARBOSA DA SILVA- AI N°106/2013
840.459/2011-JOSÉ PAIVA FILHO- AI N°108/2013
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
840.053/2011-MARIA ELIZABETE DA SILVA- DOU de 20/05/2013

RELAÇÃO Nº 53/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
840.408/2012-FERGUBEL MINERAÇÃO E TRANSPORTES SÃO JOSÉ DO BELMONTE LTDA.
840.409/2012-FERGUBEL MINERAÇÃO E TRANSPORTES SÃO JOSÉ DO BELMONTE LTDA.
840.410/2012-FERGUBEL MINERAÇÃO E TRANSPORTES SÃO JOSÉ DO BELMONTE LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
840.305/2012-LAFARGE BRASIL S A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.510/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°591/13
840.141/2012-JOSÉ CARLOS SOARES FERREIRA-OF. N°576/13
840.148/2012-UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA.-OF. N°593/13
840.185/2012-GUILHERME CAVALCANTIDE DE P. DE A. MARANHÃO EPP-OF. N°643/13
840.206/2012-MINERADORA SÃO JORGE S A-OF. N°605/13
840.228/2012-ZUQUETTI & MARZOLA PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA-OF. N°644/13
840.324/2012-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. N°604/13
840.360/2012-USINA IPOJUCA S A.-OF. N°612/13
840.401/2012-FERGUBEL MINERAÇÃO E TRANSPORTES SÃO JOSÉ DO BELMONTE LTDA.-OF. N°627/13
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.276/2009-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°589/13
840.360/2009-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°590/13
840.361/2009-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°575/13
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
840.143/2008-GENILDO DE SOUZA MELO-AI N°206/11
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
840.140/2009-DELTA CONSTRUCOES S.A - AI N°100/12
840.295/2009-INDÚSTRIA DE BEBIDAS IGARASSU LTDA - AI N°45/12
840.297/2009-JOSIAS INOJOSA DE OLIVEIRA FILHO - AI N°102/12
840.316/2009-JOSE ROMERO DIAS GOMES DA SILVA - AI N°105/12
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.151/2013-IZÍDIO SEBASTIÃO DE ANDRADE-Registro de Licença N°805/2013 de 06/05/2013-Vencimento em 11/03/2015
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
840.011/1994-RIO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°221.44.011/2013/PE/Fiscalização
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
840.011/1994-RIO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°221.44.015/2013/PE/Fiscalização

RELAÇÃO Nº 53/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Alencar & Parente Mineração Ltda - 840304/11
Carlos Cezar Vicente de Souza Mendes - 840916/11, 840998/11
cm Machado Engenharia Ltda - 840994/11, 840995/11, 840996/11
Fibra Empreendimentos Ltda - 841130/11
Florêncio Galdino de Oliveira Filho - 840390/10
José Antonio Romeira Coelho - 841026/11
Mineradora Campevi Ltda Epp - 840214/11
Murilo Guilherme Agra Araquam - 840884/11

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
803.193/2012-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°385/2013
803.194/2012-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°385/2013
803.204/2012-CONSTRUTORA MONTE BELO LTDA-OF. N°405/2013
803.092/2013-NAZÁRIA MINERAÇÕES LTDA-OF. N°306/2013
803.198/2013-CONSTRUTORA HIDROS LTDA-OF. N°403/2013
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
803.286/2012-FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
803.524/2011-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.
803.525/2011-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.
803.529/2011-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.
803.530/2011-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.
803.531/2011-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.
803.532/2011-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.
803.533/2011-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.
803.534/2011-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.
803.535/2011-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
804.410/2008-PEDRO ILGENFRITZ- Cessionário:803.286/2012-Francisco das Chagas Silva
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
803.060/2007-RIO MANGANES MINERAÇÃO S A
803.061/2007-RIO MANGANES MINERAÇÃO S A
803.066/2007-RIO MANGANES MINERAÇÃO S A
803.067/2007-RIO MANGANES MINERAÇÃO S A
803.069/2007-RIO MANGANES MINERAÇÃO S A
803.070/2007-RIO MANGANES MINERAÇÃO S A
803.911/2008-MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
803.923/2008-MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

803.924/2008-MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
804.442/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA
803.001/2010-HERNANDE PEREIRA PASSOS
803.027/2011-CORCOVADO GRANITOS LTDA
803.028/2011-CORCOVADO GRANITOS LTDA
803.246/2011-CPX PIAUIENSE PARTICIPAÇÕES LTDA
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.249/2010-TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A-AI N°47/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
803.206/2004-CIA. AGRÍCOLA E MINERADORA ICARAÍ LTDA.-OF. N°307/2013
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
803.110/2011-COOPERATIVA DE DRAGUEIROS DO RIO IGARAÇU DE PARNAÍBA PI-OF. N°391/2013
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
803.286/2010-MARIA LUCIRENE SIVA- Registro de Licença N°:22/2013 - Vencimento em 10/01/2015
803.110/2011-COOPERATIVA DE DRAGUEIROS DO RIO IGARAÇU DE PARNAÍBA PI- Registro de Licença N°:14/2011 - Vencimento em 27/10/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.195/2013-D M CASTELO BRANCO FILHO-Registro de Licença N°19/2013 de 15/05/2013-Vencimento em 20/02/2015
803.221/2013-CERÂMICA FORTE LTDA-Registro de Licença N°17/2013 de 02/05/2013-Vencimento em 11/04/2023
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
803.147/2013-CONAGRO LTDA
803.148/2013-CONAGRO LTDA
803.149/2013-CONAGRO LTDA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
803.032/2007-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,
804.489/2008-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A
803.026/2010-DELILE DE PAULA MOREIRA PINTO

RELAÇÃO Nº 41/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Adelino Barbosa Ribeiro Neto - 803245/10 - Not.80/2013 - R$ 2.855,40
Corisco Geologia e Consultoria Ltda - 803270/10 - Not.63/2013 - R$ 4.877,91, 803285/10 - Not.65/2013 - R$ 5.785,95, 803088/11 - Not.69/2013 - R$ 1.703,33
Hugo Teixeira Passarinho - 803254/11 - Not.71/2013 - R$ 2.822,29
Magnel Marques Rameiro - 803345/11 - Not.73/2013 - R$ 5.752,96
Marconi Santana Lopes - 803266/11 - Not.67/2013 - R$ 4.341,87
Valdimar Delfino Nunes Dos Santos - 803348/11 - Not.75/2013 - R$ 2.906,55

RELAÇÃO Nº 42/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adelino Barbosa Ribeiro Neto - 803245/10 - Not.81/2013 - R$ 2.599,02
Corisco Geologia e Consultoria Ltda - 803270/10 - Not.64/2013 - R$ 2.599,02, 803285/10 - Not.66/2013 - R$ 2.599,02, 803088/11 - Not.70/2013 - R$ 2.599,02
Hugo Teixeira Passarinho - 803254/11 - Not.72/2013 - R$ 2.599,02
Magnel Marques Rameiro - 803345/11 - Not.74/2013 - R$ 2.599,02
Marconi Santana Lopes - 803266/11 - Not.68/2013 - R$ 2.599,02
Piauí Stones Comércio, Importação & Exportação Ltda - 803255/11 - Not.77/2013 - R$ 2.599,02
Valdimar Delfino Nunes Dos Santos - 803348/11 - Not.76/2013 - R$ 2.599,02

EVALDO FREITAS LIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 85/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
fm Mineração Ltda me - 848105/12, 848106/12
Minerario Indústria e Comércio de Minérios Ltda - 848299/11
Ominex Mineração & Incorporações s a - 848350/12, 848351/12, 848352/12

RELAÇÃO Nº 86/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Alysson Roberto Pereira Firmino - 848150/12 - Not.52/2013 - R$ 2.441,53
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848540/10 - Not.49/2013 - R$ 2.441,53, 848169/07 - Not.50/2013 - R$ 2.441,53
Eduardo Ulisses Ismael Flôr - 848238/11 - Not.48/2013 - R$ 2.441,53
Manoel Marques de Figueiredo - 848202/11 - Not.51/2013 - R$ 2.441,53
Votorantim Cimentos n ne s a - 848116/06 - Not.43/2013 - R$ 217,72, 848116/06 - Not.44/2013 - R$ 2.088,29

RELAÇÃO Nº 104/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.118/2013-TÂNIA MARIA BEZERRA DE MEDEIROS-OF. N°639/2013
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.129/2009-APOENA LOGISTICA SA-OF. N°691/2013
848.017/2010-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°673/2013
848.293/2010-PRIME MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°680/2013
848.327/2010-BERENA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°686/2013
848.769/2010-CONSTRUTORA CRISTAL LTDA-OF. N°692/2013
848.439/2011-CAMILO HEMERLY SIMONELLI-OF. N°664/2013
848.615/2011-EVEREST MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°666/2013
848.388/2012-MIL MINÉRIOS LTDA.-OF. N°665/2013
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.081/2009-SEBASTIÃO CAMPOS DE MELO- Área de 1.357,42 para 814,00-Biotita Xisto
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.281/2009-L&L UNIVERSAL EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA
848.281/2010-ANTÔNIO ROBERTO ROCHA SILVA ME
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.559/2008-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-AI N°206/2013
848.561/2008-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-AI N°207/2013
848.562/2008-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-AI N°208/2013
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
848.560/2008-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. - AI N°011/2012
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
848.177/2007-JOSÉ JANILSON DA SILVA-OF. N°637/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.275/2005-PEDREIRAS DO BRASIL S A-OF. N°674/2013
848.637/2007-COOPERATIVA DOS MINERADORES DA SERRA DO PORÇÃO-OF. N°684/2013
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.036/1998-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°613/2013-180 dias
848.051/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.052/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.055/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.056/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.057/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.058/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.059/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.060/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.061/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.062/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.063/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.064/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
848.065/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2010-180 dias
848.066/2010-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°622/2013-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
848.009/2003-TRES IRMAOS GRANITOS EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA-OF. N°633/2013
848.068/2005-PEDREIRAS DO BRASIL S A-OF. N°590/2013
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
848.158/2002-CERÂMICA T M INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME-OF. N°366/2013-SGTM/DNPM/RN
Fase de Disponibilidade
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
848.058/2000-Eduardo Prada
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
848.049/2000- HABILITADOS os proponentes: Crusader do Nordeste Ltda e INABILITADOS os proponentes: Mival Mineração Vale do Rio Tijucas Ltda.
848.058/2000- HABILITADOS os proponentes: CRUSADER DO NORDESTE MINERAÇÃO LTDA e MIVAL-MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA e INABILITADOS os proponentes:
848.565/2008- HABILITADOS os proponentes: MIneração Pedra Branca do Cariri Ltda, Armil Mineração do Nordeste Ltda e Terrativa Minerais S.A. e INABILITADOS os proponentes:
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.055/2013-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°662/2013
848.113/2013-PAULO SANTOS FONSECA-OF. N°632/2013
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
848.269/2012-LUIZ FERNANDES NETO ME
848.275/2012-CLAUDÉCIO ALMEIDA DOS SANTOS
848.119/2013-DOUGLAS DE FREITAS RAMALHO
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
848.054/2012-MARIA DAS GRAÇAS COSTA E SILVA MENDONÇA

RELAÇÃO Nº 108/2013

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
848.092/2001-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 18/01/2012, Relação n° 236/2011, Seção 1, pág. 55- Onde se lê: "...848.092/2001 - Mineração Coto Comércio Importação e Exportação Ltda. - Área de 1.765,72 ha para 1.224,26 ha..." Leia-se: "...848.092/2001 - Mineração Coto Comércio Importação e Exportação Ltda. - Área de 1.765,72 ha para 1.244,26 ha - Granito e Conglomerado - Equador e Parelhas - RN..."

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 71/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
A.R.G. Ltda - 890837/12
Aldo Jabes Silva Aguiar - 890485/12
Benedito Antônio Villas Boas - 890794/12
Cerâmica Henriques Arêas Ltda me - 890736/12
Ceramica Pedro Xavier Nunes Ltda - 890826/12
Clc Areal Ltda - 890819/12
Haroldo Gorito Vieira - 890290/09, 890521/09, 890520/09, 890008/10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

j. j. Mineradora Limitada - 890366/12, 890365/12, 890364/12
J.C.N. Leones - 890360/12
M.a Cariello Terraplanagem Transporte Locações de Maquinas e Vendas me - 890932/11
Magda Lopes Cardoso Gomes - 890469/12
Raphael Jorge Dutra Rodrigues - 890264/12
Raul Rodrigues Valle - 890107/12
Ricardo Oliveira Leite - 890825/12
Ricardo Silva Texeira - 890304/12

RELAÇÃO Nº 73/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Marcos Bonzi Santos - 890319/12 - Not.107/2013 - R$ 403,04

RELAÇÃO Nº 74/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Aryovaldo Ferenzini da Silveira - 890696/11 - Not.106/2013 - R$ 2.457,28
Ilha Dos Mineiros Extração Mineral Ltda - 890415/08 - Not.99/2013 - R$ 2.449,40, 890414/08 - Not.100/2013 - R$ 2.449,40, 890411/08 - Not.101/2013 - R$ 2.449,40
l c n Ponciano Terraplenagem me - 890453/11 - Not.102/2013 - R$ 2.449,40
Marcos Bonzi Santos - 890319/12 - Not.108/2013 - R$ 2.457,28
Nilton Vieira da Silva - 890134/12 - Not.104/2013 - R$ 2.457,28, 890312/12 - Not.105/2013 - R$ 2.457,28
Roberto Alves Barroso - 890296/11 - Not.103/2013 - R$ 2.449,40

RELAÇÃO Nº 75/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Anderson Ávila Apolinário - 890799/12
Eliomar Ramos da Silva - 890990/11
Raul Rodrigues Valle - 890106/12
Zeev Lucyan Maimon - 890062/12, 890987/11

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 32/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Catumbera Brasil Hastem - 886317/10

RELAÇÃO Nº 38/2013

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: COOP. Mineradora Dos Garimpeiros de Ariquemes LTDA. Cpf/cnpj :22.825.491/0001-42 - Processo minerário: 886355/08 - Processo de cobrança: 986177/13 Valor: R$.198.408,71
Titular: Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz Ltda Cpf/cnpj :34.726.547/0001-90 - Processo minerário: 880391/87 - Processo de cobrança: 986198/13 Valor: R$.1.913.124,11, Processo minerário: 880393/87 - Processo de cobrança: 986199/13 Valor: R$.1.629.152,32

RELAÇÃO Nº 39/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Alessandro Brito do Nascimento - 886281/10 - Not.68/2013 - R$ 2.417,91
Alpha Explorations Beneficiamento de Pedras Preciosas Brazil Ltda - 886334/10 - Not.66/2013 - R$ 4.835,81
Erismar Paulino de Góes - 886086/09 - Not.76/2013 - R$ 4.835,81
J.C.R. Silva me - 886459/11 - Not.63/2013 - R$ 2.417,91
José da Luz Morais da Nóbrega - 886191/10 - Not.77/2013 - R$ 4.835,81
Junot Fernandes Teixeira - 886312/11 - Not.62/2013 - R$ 2.417,91
m c g Cerâmica Ltda me - 886331/11 - Not.73/2013 - R$ 2.417,91, 886330/11 - Not.74/2013 - R$ 2.417,91
Marcelo de Souza Justino - 886003/10 - Not.71/2013 - R$ 4.835,81
Mauricio Ampessan - 886402/10 - Not.56/2013 - R$ 5.549,04
Muller & Cia Ltda me - 886272/10 - Not.72/2013 - R$ 2.417,91
n3 Brasil Mineração Ltda - 886295/10 - Not.65/2013 - R$ 4.835,81
Nadir Jordão Dos Reis - 886087/12 - Not.67/2013 - R$ 2.417,91
Salmo Mateus Dos Santos - 886274/10 - Not.69/2013 - R$ 2.417,91

RELAÇÃO Nº 42/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
886.191/1996-ESTANHO DE RONDONIA S A
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
886.101/1995-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
886.493/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.304/2005-MINERAÇÃO ACARÁ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
886.301/2009-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.194/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.241/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.242/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.244/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.256/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.305/2012-PAN BRAZILIAN MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
886.041/2005-FONTE SERRA DO DIVISOR LTDA- Fonte Serra do Divisor ltda: Marca Cristal;Embalagem:garrafoes retornáveis de 20L- CRUZEIRO DO SUL/AC
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
886.161/2007-OLIVEIRA & NERY LTDA

RELAÇÃO Nº 45/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Fabiano Carlos Dos Santos - M.e - 886458/08
Genisis Terraplenagans Mineração e Comercio Ltada me - 886355/11
Joaquim Lucas de Oliveira - 886152/11
Junior Galvane Batista - 886270/11
Laerte Ferreira Pinto - 886306/09
Mlm Mineração Ltda - 886047/08
Mundial Engenharia de Lavra e Participações Ltda - 886132/07
Victor Finzes Oliveira - 886254/08

RELAÇÃO Nº 46/2013

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Erismar Paulino de Góes - 886086/09 - Not.75/2013 - R$ 23.307,90
Marcelo de Souza Justino - 886003/10 - Not.70/2013 - R$ 8.278,85
n3 Brasil Mineração Ltda - 886295/10 - Not.64/2013 - R$ 24.770,84

RELAÇÃO Nº 47/2013

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) para pagar(em), parcelar(em) ou apresentar(em) defesa, relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

PRIMEIRO ADQUIRENTE DE PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA

Notificado: Melt Metais e Ligas S.A. CNPJ: 25.248.287/0001-02 - Processo de Cobrança Nº 986.225/2013, NFLDP Nº 59/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 207.640,73. Processo de Cobrança Nº 986.227/2013, NFLDP Nº 61/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 112.964,97.

Notificado: MINA - Mineração Ltda -EPP. CNPJ: 11.028.955/0001-73 - Processo de Cobrança Nº 986.205/2013, NFLDP Nº 54/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 816,50.

Notificado: Estanho de Rondônia S.A. CNPJ: 00.684.808/0001-35 - Processo de Cobrança Nº 986.226/2013, NFLDP Nº 60/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 29.491,83.

Notificado: Management - Administração, Serviços e Comércio Imp. e Exp. Ltda - ME CNPJ: 63.613.947/0001-98 - Processo de Cobrança Nº 986.222/2013, NFLDP Nº 58/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 5.576,08.
Notificado: J. & L. Empresa de Mineração Exp. E Imp. Ltda. CNPJ: 14.757.880/0001-50 - Processo de Cobrança Nº 986.221/2013, NFLDP Nº 57/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 17.175,33.

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

FASE DE REQUERIMENTO DE LAVRA
Notificado: M.S.M. Industrial Ltda. CNPJ: 05.394.853/0002-50 - Processo de Cobrança Nº 986.956/2010, Decisão Nº 24/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 592.926,78.

PRIMEIRO ADQUIRENTE DE PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA

Notificado: Metalmig Mineração Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 34.456.038/0001-95 - Processo de Cobrança Nº 986.886/2011, Decisão Nº 22/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 225.006,49. Processo de Cobrança Nº 986.888/2011, Decisão Nº 20/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 361.083,84.

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Notificado: Madecon Engenharia e Participações Ltda. CNPJ: 08.666.201/0001-34 - Processo de Cobrança Nº 986.895/2012 Decisão Nº 23/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 7.779,88.

PRIMEIRO ADQUIRENTE DE PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA
Notificado: Metalmig Mineração Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 34.456.038/0001-95 - Processo de Cobrança Nº 986.887/2011, Decisão Nº 21/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 32.037,99.

DEOLINDO DE CARVALHO NETO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 42/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.096/2011-JACKSON DA SILVA-OF. N°269/2013
878.014/2012-TARCYSO ALMEIDA DE ARAÚJO-OF. N°270/2013
Fase de Concessão de Lavra
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total da concessão de lavra(422)
878.008/1997-CERÂMICA PORTO RICO LTDA
878.030/1997-CERÂMICA PORTO RICO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
878.008/1997-CERÂMICA PORTO RICO LTDA-OF. N°268/2013 (30 dias)
878.030/1997-CERÂMICA PORTO RICO LTDA-OF. N°268/2013 (30 dias)
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
878.018/2012-MARIA ALVES DOS SANTOS & FILHOS LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.021/2013-OLARIA NOVO TEMPO LTDA-OF. N°271/2013

CARLOS ALBERTO DIAS
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 64/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Adilson Rodrigues Neto - 864406/07 - A.I. 1524/13

Amilton Vicente Inacio - 864602/07 - A.I. 1525/13

Jwc Farias Extrações - 864090/10 - A.I. 628/13

Marcos Humberto de Lima Teles de Menezes - 864064/08 - A.I. 1526/13, 864302/08 - A.I. 1527/13

Ricardo Alexandre do Nascimento - 864097/08 - A.I. 1523/13

RELAÇÃO Nº 65/2013

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)

Ademio Flesch - 864538/07

Alman Aliança Mineração de Manganês Ltda - 864474/08

Andrea Gonzalez Graciano - 864395/11

Belmonte Amado Rosa Cavalcante - 864688/07

Contersa Construções, Terraplenagem e Saneamento LTDA. - 864079/10

Eduardo de Souza Alves - 864062/08

Ems - Empresa de Recursos Naturais e Serviços LTDA. - 864483/08

Francisco Alves Mendes - 864068/08, 864069/08, 864070/08, 864071/08, 864624/07, 864390/07, 864392/07, 864543/07, 864544/07, 864545/07, 864548/07

Frederico Antônio Simão - 864172/08

Jose Luis Paixão - 864671/07

Leonardo de Deus Ferreira - 864527/07

Manoel Edson Alves Guimarães - 864295/08

Marcos Nunes de Almeida - 864490/07

Mineração Vale do Aragauaia LTDA. - 864663/07

Neepaz Brasil Pesquisa e Mineração LTDA. - 864142/07

Osmar Francisco Martins - 864076/08

Pedreira Gurupi Ltda - 864283/08

Renato Lopes - 864063/08

Sebastião Rosa Júnior - 864075/08

Sinoma r de Barros Miranda - 864072/08, 864026/08

Vulcano Mineradora s a - 864174/08

Waldson Alves Pereira Junior - 864418/07

Willegagnon Mendes Cavalcante - 864551/07

Wilson Machado Correia - 864060/08

FÁBIO LÚCIO MARTINS JÚNIOR

Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 41, DE 23 DE MAIO DE 2013

O Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e:

Considerando a necessidade de obter subsídios e consolidar o cumprimento das políticas públicas voltadas aos agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e, consequentemente criar estratégias que contribuam para dinamização diversificada das atividades econômicas, o fortalecimento da produção agrícola brasileira com atenção especial às trabalhadoras rurais e juventude rural e a soberania e segurança alimentar;

Considerando a necessidade de congregação de elementos e dados macroeconômicos sobre o cenário conjunturais quanto à produção e comercialização da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária e visando a análise e aplicação para o direcionamento, redirecionamento e melhoria contínua das ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Considerando a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, aprovada pelo CONDRAF em 24 de fevereiro de 2010, em suas estratégias 68-a (Integração das economias rurais, potencializando a sinergia entre as atividades rurais e as demais atividades econômicas) e 70-a (Garantia de acesso aos mercados), bem como de sua respectiva ação principal 68-b (Estimular a diversificação e descentralização das iniciativas econômicas, o desenvolvimento de micro e pequenas empresas rurais e empreendimentos solidários, ampliando as oportunidades de ocupação, trabalho e renda), resolve:

Art. 1º - Criar Grupo Permanente de Análise de Conjuntura (GPAC), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, com o objetivo de promover maior integração entre o campo teórico, informacional e a ação política, de forma a fortalecer a obtenção de subsídios mais elaborados nos temas referentes à política econômica, agrícola e de formação e regulação de preços no âmbito nacional e internacional, bem como das dinâmicas e relações de interdependência entre as atividades rurais e urbanas.

Art. 2º - O Grupo Permanente de Análise de Conjuntura - GPAC será composto por até 20 (vinte) membros de especialistas nas temáticas acima, remunerados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme Artigo 4° dessa Portaria.

Parágrafo único. O GPAC poderá convidar outros representantes e especialistas da comunidade científica, do setor público e da sociedade civil para as reuniões, sem remunerá-los, para auxiliá-lo em suas atividades.

Art. 3º - O Grupo Permanente de Análise de Conjuntura - GPAC será coordenado e secretariado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Art. 4º - Os recursos necessários ao funcionamento do GPAC e execução de seus projetos serão custeados pelo orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em instrumentos próprios e específicos que se fizerem necessários, na forma da Lei 8.666/93.

Art. 5º - O Grupo Permanente de Análise de Conjuntura reunir-se-á, em caráter ordinário, mensalmente e, extraordinariamente, a qualquer momento, mediante convocação e deliberação do coordenador do GPAC.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE ABRIL DE 2013

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Órgão Colegiado criado pelo artigo 9º, inciso I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto Nº 6.812 de 03 de abril de 2009, por seu Presidente no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, inciso XII do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União - Seção I, do dia 09 do mesmo mês e ano, e tendo em vista a decisão adotada em sua 4ª reunião, realizada em 11 de abril de 2013.

Considerando a proposição apresentada pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos constante nos autos dos PROCESSOS/ADMINISTRATIVO/INCRA/SR-11/RS/Nºs. 54220.001831/2012-85, 54220.003693/2009-73 e 54220.001120/20011-20, que resultou nos VOTOS/INCRA/CDR/Nºs. 07, 08, 09, resolve:

Art. 1º - AUTORIZAR, o Senhor Superintendente Regional, para no uso das atribuições que lhe confere o Inciso I, do Artigo 13, do Regimento do CDR, aprovado pela PORTARIA Nº 20/2009, com respaldo no Artigo 4º, da Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, combinado com a Lei nº 6.925, de 29 de junho de 1981, Lei n.º 5.954, de 03 de dezembro de 1973, Decreto n.º 59.428, de 27 outubro de 1966 e Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1988, a celebrar com Municípios, Cooperativa e Associação, os Contratos de concessão de uso, cessão de uso e doação de áreas remanescentes de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária e Projeto Integrado de Colonização, bem como, contrato de permissão de uso das benfeitorias e equipamentos, assim distribuídos:

1 - Concessão de Uso por 20 (vinte) anos de parte de uma área de propriedade do INCRA/RS, denominada Posto de Resfriamento do Leite e Laticínio, com a extensão de 1,0077 ha (um hectare e setenta e sete centiares) e Permissão de Uso por 05 (cinco) anos do prédio de alvenaria, das benfeitorias e dos equipamentos existentes no referido posto de laticínio, adquiridos através do Programa Terra Sol, para uso da Cooperativa Agropecuária e Laticínio Pontão Ltda - COPERLAT, localizada no Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino - Fase IV, no Município de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo dar continuidade aos trabalhos de cooperação na área de coleta, análise, resfriamento e comercialização do leite produzido pelos assentados e associados;

2 - Concessão de Uso por 20 (vinte) anos de parte de uma área de propriedade do INCRA/RS, denominada Agroindústria do Leite e Derivados, com a extensão de 0,4328 ha (quarenta e três ares e vinte e oito centiares), situada na Agrovila do Projeto de Assentamento Glória no Município de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, destinada para uso da Associação Regional dos Agricultores Assentados Produtores de Leite e Derivados Mãe Natureza, que tem como objetivo realizar a implantação da Agroindústria Mãe Natureza de Beneficiamento do Leite produzido pelos assentados, em beneficio da comunidade local do referido projeto;

3 - Doação de parte de uma área de propriedade do INCRA/RS, denominada Lote 198-A, com extensão de 65,2161 ha (sessenta e cinco hectares, vinte e um ares e sessenta e um centiares), localizada no 2º Distrito de Santo Izidro, no Município de São Nicolau, destinada ao Município de São Nicolau, Estado do Rio Grande do Sul, que se destina à implantação de projetos de melhorias habitacionais e regularização dos terrenos ocupados por pequenos agricultores, que desenvolvem atividades típicas da agricultura familiar e de pescadores, que também, residem no local, que não possuem a documentação legal de propriedade, tudo de acordo com a política municipal de habitação, regulamentada por lei;

Art. 2º - Estabelecer que as áreas objeto de concessão de uso, cessão de uso e doação, bem como, as benfeitorias e equipamentos objeto de permissão de uso, sejam revertidas de pleno direito, para posse, domínio e administração do INCRA, independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação diversa da destinação estabelecida nos itens anteriores.

Art. 3º - Determinar que a Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos, desta Superintendência Regional adote às providências decorrentes da presente autorização.

ROBERTO RAMOS
Superintendente

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE MAIO DE 2013

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Órgão Colegiado criado pelo artigo 9º, inciso I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto Nº 6.812 de 03 de abril de 2009, por seu Presidente no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, inciso XII do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União - Seção I, do dia 09 do mesmo mês e ano, e tendo em vista a decisão adotada em sua 9ª reunião, realizada em 22 de outubro de 2012.

Considerando a proposição apresentada pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos constante nos autos do PROCESSO/ADMINISTRATIVO/INCRA/SR-11/RS/Nº 54220.000656/2012-17, que resultou no VOTO/INCRA/CDR/Nº 30/2012, resolve:

Art. 1º - AUTORIZAR, o Senhor Superintendente Regional, para no uso das atribuições que lhe confere o Inciso I, do Artigo 13, do Regimento do CDR, aprovado pela PORTARIA Nº 20/2009, com respaldo no Artigo 4º, da Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, combinado com a Lei nº 6.925, de 29 de junho de 1981, Decreto n.º 59.428, de 27 outubro de 1966 e Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1988, a celebrar com Município de Bossoroca, o Contrato de Cessão de uso de parte de uma área de propriedade do INCRA/RS, denominada Quadra Poliesportiva, com a extensão de 1,5265 ha (um hectare cinqüenta e dois ares e sessenta e cinco centiares), situada no Projeto de Assentamento Noel Guarani, no Município de Bossoroca, Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de realizar a construção de uma Quadra Poliesportiva, que vai beneficiar a comunidade local do referido assentamento.

Art. 2º - Estabelecer que a área objeto de cessão de uso, seja revertida de pleno direito, para posse, domínio e administração do INCRA, independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação diversa da destinação estabelecida no item anterior.

Art. 3º - Determinar que a Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos, desta Superintendência Regional adote às providências decorrentes da presente autorização.

ROBERTO RAMOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

PORTARIA Nº 22, DE 20 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE RONDÔNIA - SR/17/RO, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº. 166 /2007, de 09 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 49 de 12 março de 2012, e pelo Art. 19 e 22 , da Estrutura Regimental desta Autarquia, uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso III do Regimento Interno desta Autarquia, aprovada pelo Decreto nº. 6.812, de 03 de abril de 2009, tendo em vista a competência conferida pelo inciso IV do anexo I da Instrução Normativa INCRA/Nº. 62, de 21 de junho de 2010, e;

Considerando que em vistoria realizada na área abrangida pelo Projeto de Assentamento abaixo citado, foi constatado casos de abandono de parcelas, NE-70 e desistência e não atende aos critérios eliminatórios de Seleção - Norma Vigente os seguintes beneficiários: PA MACHADINHO localizado no Município de Machadinho do Oeste/RO: JAIR DIAS CPF Nº. 872.100.108-15, MARA DA GUIA FERREIRA CPF Nº. 326.689.882-68, VANILDA CAVALCANTE VIEIRA CPF Nº. 735.171.192-53, JOSÉ RAMOS CPF Nº. 422.157.576-04, MARCIO DE MOURA CHAGAS CPF Nº. 844.082.602-82, LUCIANO AZARIAS CPF Nº. 650.167.852-87, JOSÉ DE MELO CPF Nº. 206.915.216-20, ARCENO SOARES DOS SANTOS CPF Nº. 115.000.422-34, FRANCISCO PERPETUO DE SOUZA CPF Nº. 102.906.302-82. ANTONIO BARBOSA DA SILVA FILHO CPF Nº. 100.142.769-68, JOSÉ MAGESCK PINHEIRO CPF Nº. 063.045.832-47, ELVACI DA HORA NASCIMENTO CPF Nº. 272.492.985-34, JOÃO FARIAS CPF N. 190.648.612-34, JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA CPF N. 281.612.209-30, SEBASTIAO JOSÉ VIANA CPF Nº. 210.664.189-34, ALTINO EGIDIO MARIA CPF Nº. 351.323.962-91 e CLEGI ALMEIDA DE SOUZA CPF Nº. 046.142.657-90, resolve:

RESCINDIR unilateralmente e de pleno direito, com fundamento na Lei 4.504/64 - ESTATUTO DA TERRA - Lei nº. 8.629/93, e demais Institutos que regulamentam os dispositivos constitucionais inerentes ao Programa de Reforma Agrária, todos os Contratos de Assentamentos/Termos de Compromissos celebrados entre o INCRA e os respectivos beneficiários.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FLÁVIO CARVALHO RIBEIRO

PORTARIA Nº 23, DE 20 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE RONDÔNIA - SR/17/RO, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº. 166 /2007, de 09 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 49 de 12 março de 2012, e pelo Art. 19 e 22 , da Estrutura Regimental desta Autarquia, uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso III do Regimento Interno desta Autarquia, aprovada pelo Decreto nº. 6.812, de 03 de abril de 2009, tendo em vista a competência conferida pelo inciso IV do anexo I da Instrução Normativa INCRA/Nº. 62, de 21 de junho de 2010, e;

Considerando que em vistoria realizada na área abrangida pelo Projeto de Assentamento abaixo citado, foi constatado casos de abandono de parcelas, NE-70 e desistência e não atende aos critérios eliminatórios de Seleção - Norma Vigente os seguintes beneficiários: PA MACHADINHO localizado no Município de Machadinho do Oeste/RO: HELIO DA SILVA CPF Nº. 453.429.119-15, GERALDO BANDEIRA DE LIMA CPF Nº. 139.630.402-97, LEONIR THIBES CPF Nº. 079.202.372-20, PEDRO SILVEIRA DE MOURA CPF Nº. 192.148.202-87, ARLINDO FERREIRA DE SOUZA CPF Nº. 203.798.979-20, APARECIDO PEREIRA RODRIGUES CPF Nº. 151.992.742-87, CICERO JOSÉ DA SILVA CPF Nº. 075.153.242-87, ADÃO NINKE CPF Nº. 115.744.022-34, ADELINO FLORIANO CPF Nº. 162.168.492-04, VALDECIR MACHADO DE ALMEIDA CPF Nº. 553.613.159-15, AUGUSTO REIS DA SILVA CPF Nº. 139.806.962-00, LEONILDO GALDENCIO CPF Nº. 386.129.252-15, MARIA ELIZA DA SILVA CPF Nº. 350.607.602-78, JOSÉ ALVES RODRIGUES CPF Nº. 146.224.401-72, DEUZENIR LUIZ DA SILVA CPF Nº. 379.051.986-34, JOSÉ GOMES DA SILVA CPF Nº. 286.529.162-68, VALMIRO LIMA DA SILVA CPF Nº. 153.559.772-00, GERALDO SILVERIO DA CONSTA CPF Nº. 233.226.919-34, CARTEGIANE GOMES DA COSTA CPF Nº. 670.766.102-72, RAULINO BUCHENEIER CPF Nº. 028.459.979-49, MILTON CUZIMOTO CPF Nº. 368.439.469-68, JOELITA GONÇALVES DE OLIVEIRA CPF Nº. 891.014.057-72, JOSÉ MARIA MIGUEL CPF 296.144.809-91, MARIO CARDOSO CPF Nº. 136.900.192-49, DANIEL SILVA DE ALMEIDA CPF Nº. 209.139.581-15, DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA CPF Nº. 095.487.699-72 e OBEDE JOSÉ DE OLIVEIRA CPF Nº. 198.242.899-68; PA ALTAMIRA localizado no Município de Campo Novo de Rondônia/RO: ADEMIR MENDES DE MACÊDO CPF Nº. 622.195.292-15; PA ZENON localizado no Município deMonte Negro/RO: JOAQUIM GONÇALVES DA LUZ CPF Nº. 249.530.068-52; PA FLOR DO AMAZONAS 1 localizado no Município de Candeias do Jamari/RO: MARIA SEBASTIANA MARTINS PERY CPF Nº. 770.328.292-87; PA JOANA DARCK III localizado no Município de Porto Velho/RO: MARIA LOURINETE LOPES CPF Nº. 242.284.942-34, resolve:

RESCINDIR unilateralmente e de pleno direito, com fundamento na Lei 4.504/64 - ESTATUTO DA TERRA - Lei nº. 8.629/93, e demais Institutos que regulamentam os dispositivos constitucionais inerentes ao Programa de Reforma Agrária, todos os Contratos de Assentamentos/Termos de Compromissos celebrados entre o INCRA e os respectivos beneficiários.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FLÁVIO CARVALHO RIBEIRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 24, DE 20 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE RONDÔNIA - SR/17/RO, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº. 166 /2007, de 09 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 49 de 12 março de 2012, e pelo Art. 19 e 22 , da Estrutura Regimental desta Autarquia, uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso III do Regimento Interno desta Autarquia, aprovada pelo Decreto nº. 6.812, de 03 de abril de 2009, tendo em vista a competência conferida pelo inciso IV do anexo I da Instrução Normativa INCRA/Nº. 62, de 21 de junho de 2010, e;

Considerando que em vistoria realizada na área abrangida pelo Projeto de Assentamento abaixo citado, foi constatado casos de abandono de parcelas, NE-70 e desistência e não atende aos critérios eliminatórios de Seleção - Norma Vigente os seguintes beneficiários: PA MACHADINHO localizado no Município de Machadinho do Oeste/RO: JOÃO MARIA TIAGO CPF Nº. 241.418.951-72, HELIO DOS SANTOS CPF Nº. 421.171.432-53, JOANA DARQUE PEREIRA CPF Nº. 567.460.321-91, SEBASTIÃO CARDOSO DOS SANTOS CPF N. 090.207.139-49, MARIO PEREIRA DOS SANTOS CPF Nº. 371.071.359-53, WILSON SALINO CPF Nº. 598.548.287-72, JOSÉ VIEIRA CPF Nº. 316.305.298-34, MILTON SANTOS DE OLIVEIRA CPF Nº. 162.896.922-91, CLARO CUSTODIO RODRIGUES CPF Nº. 113.640.762-68, CARLA GOMES DA COSTA FREITAS CPF Nº. 709.585.052-68, BRAZ GONÇALVES DE ANACLETO CPF Nº. 290.320.402-00, LEONIRA WANZUITA DOS SANTOS CPF Nº. 204.865.022-87, ILSA DE SOUZA BARBOSA CPF N°. 191.084.862-04, PEDRO VIEIRA NETO CPF Nº.204.720.132-20, GENAIR MARTINS DOS SANTOS CPF Nº. 653.315.832-53, JOSINO BARBOSA DE LIRIO CPF Nº. 370.978.149-34, DAVID DA SILVA NORA CPF Nº. 966.562.128-91, PAULO SERGIO DE MELO CPF N. 385.911.462-04, ADEMIR DAROZ CPF Nº. 559.288.627-68, JOSÉ PEDRO DO PATROCINIO CPF Nº. 398.056.119-49, JESUALDO RODRIGUES SILVA CPF Nº. 916.136.128-34, ROBSON ROGERIO RAMALHO CPF Nº. 287.428.638-99, JOSUE CHAGAS DA PAIXÃO CPF Nº. 466.921.349-00, SEVERINO ANTONIO DE ALMEIDA CPF Nº. 090.843.802-82, AECIO CARNEIRO DE SOUZA CPF Nº. 294.227.011-04, JOEL EUFRAZIO CPF Nº. 295.826.872-15, e LUIZ ROBERTO BARBOSA COSTA CPF Nº. 350.099.772-49, resolve:

RESCINDIR unilateralmente e de pleno direito, com fundamento na Lei 4.504/64 - ESTATUTO DA TERRA - Lei nº. 8.629/93, e demais Institutos que regulamentam os dispositivos constitucionais inerentes ao Programa de Reforma Agrária, todos os Contratos de Assentamentos/Termos de Compromissos celebrados entre o INCRA e os respectivos beneficiários.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FLÁVIO CARVALHO RIBEIRO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 103, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11,de 12 outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

Considerando os elementos do Processo Inmetro nº 52600.008897/2013, apresentados por Toledo do Brasil Indústria de Balanças Ltda., resolve:

Autorizar para os modelos IND 780, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel nº 173/2009, e IND 560, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel nº 022/2009, a desativação do dispositivo de tara, em caráter opcional, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 104, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de volume de água, tipo mecânico, a que se refere a Portaria Inmetro n.º 246, de 17 de outubro de 2000,

Considerando a solicitação constante do Processo Inmetro n.° 52600.025378/2012, resolve:

Aprovar o modelo LXH-7E, marca NB-AVS, de medidor de volume de água, tipo mecânico, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 105, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade Tecnologia/ Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.048797/12, apresentados por Urano Ind.de Balanças e Equip. Elet. Ltda., resolve;

Incluir os modelos UDC 6000/1ST, de instrumento de pesagem não automático, de equilíbrio automático, eletrônico, digital, marca Urano, na Portaria Inmetro/Dimel nº 035/2005, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 106, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro n° 431/2007,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.020895/2012, resolve:

Aprovar o modelo C131Br, de medidor eletrônico de energia elétrica, classe de exatidão B, marca ITRON, fabricado por ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA ou ITRON INC, e condições de aprovação especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 107, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro n° 431/2007,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.020853/2012, resolve:

Aprovar o modelo C2312Br, de medidor eletrônico de energia elétrica, classe de exatidão B, marca ITRON, fabricado por ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA ou ITRON INC, e condições de aprovação especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 108, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro n° 431/2007,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.020893/2012, resolve:

Aprovar os modelos C121Br e C122Br, de medidor eletrônico de energia elétrica, classe de exatidão B, marca ITRON, fabricados por ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA ou ITRON INC, e condições de aprovação especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 109, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para taxímetros, aprovado pela Portaria Inmetro nº 201/2002, e

Considerando os termos da Portaria Inmetro n.º 185, de 21 de maio de 2010, a qual dispõe sobre a escolha automática das tarifas nos taxímetros, e

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600 006122/2012, resolve;

Aprovar o modelo TKS56-2011, marca B & P, de taxímetro eletrônico digital com função de escolha automática das tarifas, e condições de aprovação especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 110, DE 24 DE MAIO DE 2013

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11,de 12 outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.055003/2012, apresentados por Marte Científica e Instrumentação Industrial Ltda., resolve:

Incluir na Portaria Inmetro/Dimel nº 0228/2011, os modelos LS1-I, LS1-R-I, LS2-I, LS2-R-I, LS5-I, LS5-R-I, LS10-I e LS10-R-I, de instrumento de pesagem não automático, de equilíbrio automático, eletrônico, digital, marca MARTE; e

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel nº 0228/2011, que aprova a família de modelos LS, de instrumento de pesagem não automático, de equilíbrio automático, eletrônico, digital, marca MARTE; de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 190, DE 23 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Art. 14, da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, e os termos do Parecer Técnico nº 65/2013 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º. AUTORIZAR o adicional de cotas de importação de insumos no valor de US$ 15,795,041.50 (quinze milhões, setecentos e noventa e cinco mil, quarenta e um dólares norte-americanos e cinquenta centavos), correspondente a 50% da cota do 2º ano do produto OBRAS DE FERRO AÇO (PEÇAS ESTAMPADAS E/OU FORJADAS E/OU SOLDADAS) - Código Suframa nº 0425, emitida em nome da empresa AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA., com inscrição Suframa nº 20.0943.01-4.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

DELIBERAÇÃO Nº 304, DE 22 DE MARÇO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, e no art. 14 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 316, de 25 de junho de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder a Natura Inovação e Tecnologia de Produtos LTDA., CNPJ nº 60.883.329/0001-70, a Autorização nº 84/2012, para acesso a amostra de componente do patrimônio genético brasileiro para a finalidade de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto intitulado "BIO 1037", constante nos autos do Processo nº 02000.002483/2010-92, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001 e na Resolução nº 35, de 27 de abril de 2011, do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Art. 2º Por meio desta Deliberação, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético confere, ainda, anuência ao Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios-CURB firmado no âmbito do processo em epígrafe, para que produza os efeitos jurídicos, nos termos do art. 29 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Parágrafo único. O Contrato a que se refere o caput deste artigo possui, em síntese, as seguintes características:

I - número de registro no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético: 47/2012;

II - contratante: Natura Inovação e Tecnologia de Produtos LTDA;

III - contratados: Proprietário de área privada e Cooperativa de Produtores do estado do Paraná;

IV - objeto: repartição de benefícios oriundos do projeto mencionado no art. 1º desta Deliberação; e

V - fundamento legal: arts. 16, § 4º; 27 a 29, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Art. 3º O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, neste ato, não aprecia a solicitação de autorização de Remessa ao Exterior, parte do objeto solicitado pela Interessada, que deverá ser deliberada em apartado após o cumprimento das exigências legais por parte da Solicitante.

Art. 4º As informações constantes do Processo nº 02000.002483/2010-92, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÕES DE 20 DE MAIO DE 2013

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17/08/2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 488ª Reunião Ordinária, realizada em 20/05/2013, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu outorgar ao:

Nº 638 - Município de Cipotânea, por intermédio da Prefeitura Municipal de Cipotânea, rio Xopotó, Município de Cipotânea/Minas Gerais, esgotamento sanitário.

Nº 639 - Sergio Antônio Maldaner, Reservatório da UHE Itaipú (rio Paraná), Município de Entre Rios do Oeste/Paraná, irrigação.

Nº 640 - José de Araújo Roxo, rio Uruguai, Município de São Borja/Rio Grande do Sul, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA NORMATIVA Nº 12, DE 21 DE MAIO DE 2013

Estabelece normas e parâmetros para a apresentação de consultas pelas unidades do IBAMA aos órgãos de consultoria e assessoramento jurídico, bem como prevê forma de atendimento dos pedidos de subsídios necessários ao exercício das atribuições dos órgãos da Procuradoria Geral Federal.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pelo Decreto de 16 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso de suas atribuições definidas no art 22, incisos II e V, do anexo ao Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007 e no art. 111, incisos IV e VI, do anexo à Portaria do Ministério do Meio Ambiente - MMA nº 341, de 31 de agosto de 2011, e

Considerando a necessidade de disciplinar a forma e os prazos de encaminhamento de pedidos de consultoria e assessoramento jurídicos por parte das unidades que compõem a estrutura organizacional do IBAMA;

Considerando a obrigatoriedade do exame prévio das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes pelo órgão jurídico, nos termos da disposição contida no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando o Enunciado nº 14 do Manual de Boas Práticas Consultivas, elaborado pela Advocacia-Geral da União - AGU, no qual recomenda que oriente as Entidades e Órgãos Assessorados para que promovam o devido planejamento da tramitação de seus processos, a fim de viabilizar o atendimento do prazo de 15(quinze) dias previsto no art. 42 da Lei nº 9.784/99, deixando as consultas urgentes para situações excepcionais e devidamente justificadas;

Considerando o Enunciado nº 31 do Manual de Boas Práticas Consultivas, elaborado pelaAGU , que recomenda registrar, em termo específico, o resumo da consulta e as conclusões jurídicas informadas;

Considerando o objetivo de otimizar a força de trabalho dos servidores do IBAMA e atingir uma gestão célere, eficiente e uniforme no âmbito da Autarquia;

Considerando, por fim, o disposto na Portaria IBAMA nº. 15-N, de 7 de novembro de 2012, que define as autoridades do IBAMA competentes para encaminhar consultas aos respectivos órgãos de consultoria e assessoramento jurídico, resolve:

Art. 1º As consultas formuladas pelas unidades que compõem a estrutura organizacional do IBAMA aos órgãos de consultoria e assessoramento jurídico deverão obedecer aos regramentos estabelecidos pela AGU, que definem as hipóteses de formulação de consultas verbais ou por escrito.

Parágrafo único. Sem prejuízo das atividades de assessoramento jurídico, as consultas verbais serão formuladas nas hipóteses em que seu objeto for de pouca complexidade, sendo necessária, para as demais hipóteses, a formulação por escrito.

Art. 2º A formulação dos pedidos de manifestação jurídica dirigidos à Procuradoria Federal Especializada do Ibama - PFE/IBAMA deverá se encontrar instruída, no mínimo, com os seguintes elementos:

I - fundamentação técnica e conclusiva do órgão ou autoridade consulente;

II - indicação, se possível, dos atos e diplomas legais que fundamentam o ato objeto da consulta;

III - explicitação da dúvida jurídica de forma clara e precisa;

IV - menção às opiniões contrárias que evidenciam a dúvida jurídica suscitada, quando for o caso; e,

V - cópia dos documentos relevantes para a compreensão e o exame da matéria.

Art. 3º As propostas de edição de atos normativos deverão ser precedidas de pronunciamento técnico conclusivo, bem como ser elaboradas em conformidade com o Decreto n. 4.176, de 28 de março de 2002, e com a Instrução Normativa IBAMA n. 12, de 13 de janeiro de 2004.

Art. 4º É obrigatório que as unidades que compõem a estrutura organizacional do IBAMA, quando forem formular consulta jurídica aos órgãos de consultoria e assessoramento jurídico, o façam por expedientes devidamente registrados nos respectivos sistemas corporativos.

Art. 5º As consultas de que trata o art. 3º somente deverão ser encaminhadas depois de vistadas pelo Presidente, Diretores, Auditor ou Corregedor do Ibama, no âmbito da Administração Central, e pelos Superintendentes ou Chefes de Divisões nos Órgãos Descentralizados nos Estados, nos termos da Portaria IBAMA n. 15-N, de 7 de novembro de 2012.

Parágrafo único. Ressalvam-se do disposto no caput as consultas jurídicas referentes a licitações, contratos e matérias congêneres oriundas da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN , bem como as consultas realizadas no bojo dos processos administrativos de apuração de infrações ambientais.

Art. 6º As unidades que compõem a estrutura organizacional do IBAMA devem planejar a tramitação de processos administrativos de modo a assegurar o prazo legal de 15 (quinze) dias para manifestação jurídica, quando obrigatoriamente deva ser ouvido o órgão de consultoria e assessoramento jurídico.

Parágrafo único. Na hipótese de a manifestação jurídica ser considerada urgente ou prioritária para a Autarquia, caberá a uma das autoridades administrativas descritas no caput do art. 4º consignar justificativa expressa nos autos motivando a excepcionalidade, a fim de que o órgão jurídico examine a matéria em caráter preferencial.

Art. 7º No âmbito da estrutura organizacional do IBAMA, caberá às autoridades indicadas no art. 4º definir, em seu respectivo âmbito de competência, a ordem de prioridade no atendimento das requisições oriundas dos órgãos da Procuradoria-Geral Federal para obtenção de subsídios necessários à instrução de consultas jurídicas formuladas e à defesa judicial do IBAMA, bem como a adoção de diligências necessárias ao cumprimento tempestivo de ordens judiciais.

Art. 8º. A Portaria Ibama nº 15-N/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. (...)

(...)

§ 2º Ressalvam-se do disposto no caput as consultas jurídicas referentes a licitações, contratos e matérias congêneres oriundas da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN, bem como as consultas realizadas no bojo dos processos administrativos de apuração de infrações ambientais."

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VOLNEY ZANARDI JÚNIOR

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 192, DE 24 DE MAIO DE 2013

Modifica o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Canastra, no Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de conselhos consultivos em unidades de conservação federais;

Considerando o Decreto nº 70.355, de 03 de abril de 1972, que criou o Parque Nacional da Serra da Canastra, no Estado de Minas Gerais;

Considerando a Portaria IBAMA nº 40, de 09 de março de 2004, que criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Canastra;

Considerando a Portaria ICMBio nº 33, de 24 de março de 2010, que modificou o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Canastra;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICMBio nº 02143.000002/2012-41, resolve:

Art. 1º O art. 2º, incisos I a XXXIII e seus parágrafos, da Portaria ICMBio nº 33, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 57, do dia 25 de março de 2010, seção 1, pág. 170, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho Consultivo Parque Nacional da Serra da Canastra é composto pelas seguintes representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

b) Unidade Regional de Passos/MG da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER/MG, sendo um titular e um suplente;

c) 2a Companhia do 10º Batalhão Bombeiro Militar de Minas Gerais - 2ª CIA BM, sendo um titular e um suplente;

d) Prefeitura Municipal de Capitólio/MG, sendo titular e Câmara Municipal de Capitólio/MG, sendo suplente;

e) Prefeitura Municipal de Delfinópolis/MG, sendo titular e Câmara Municipal de Delfinópolis/MG, sendo suplente;

f) Prefeitura Municipal de Sacramento/MG, sendo titular e Câmara Municipal de Sacramento/MG, sendo suplente;

g) Prefeitura Municipal de São Batista do Glória/MG, sendo titular, e Câmara Municipal de São Batista do Glória, sendo suplente;

h) Prefeitura Municipal de São Roque de Minas/MG, sendo titular e Câmara Municipal de São Roque de Minas/MG, sendo suplente; e

i) Prefeitura Municipal de Vargem Bonita/MG, sendo titular e Câmara Municipal de Vargem Bonita/MG, sendo suplente;

II - DA SOCIEDADE CIVIL

a) Associação dos Produtores e Comercializadores de Pedras Quartzito do Médio Rio Grande, sendo um titular e Mineração do Sul, sendo suplente;

b) Associação Comunitária de São José do Barreiro, sendo um titular e um suplente;

c) Associação do Circuito da Canastra, sendo titular e Maritaca Turismo, sendo suplente;

d) Circuito Turístico Nascentes das Gerais, sendo um titular e um suplente;

e) Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB Saromcredi, sendo um titular e um suplente;

f) Cooperativa dos Produtores Rurais da Serra da Canastra Ltda.- COOCANASTRA, sendo um titular e um suplente;

g) Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-ambiental, sendo titular e Instituto Cupinzeiro, sendo suplente;

h) Sindicato Rural de São Roque de Minas/MG, sendo um titular e um suplente; e

i) Usina Açucareira Passos S.A., sendo titular e Associação dos Hortifrutigranjeiros de São João do Glória, sendo suplente;

§ 1º O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional da Serra da Canastra a quem compete indicar seu suplente."(NR)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º A Portaria ICMBio nº 33, de 24 de março de 2010, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"§1º O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional da Serra da Canastra a quem compete indicar seu suplente." (NR)

§2º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo serão estabelecidos em seu regimento interno.

§3º O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de noventa dias, contados a partir da data de posse.

§4º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento."(NR)

"Art. 2º A. O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

PORTARIA Nº 202, DE 24 DE MAIO DE 2013

Institui o Processo Integrado de Mobilidade da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência estabelecida no art. 23, VII, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e observado o disposto no art. 93, § 7º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 18 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e no Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Processo Integrado de Mobilidade - PROIM, da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG, com o objetivo de organizar e sistematizar a movimentação dos seus membros, propiciando previsibilidade, transparência e igualdade de tratamento aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e aos servidores envolvidos.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se por mobilidade a alteração de exercício nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a cessão, mediante autorização da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEGEP/MP e a requisição, na hipótese do art. 2º da Lei nº 9.007, de 17 de março de 1995, e em situações previstas em lei específica.

Art. 3º A mobilidade dar-se-á por meio de:

I - alteração de exercício no âmbito do PROIM;

II - cessão para a ocupação de cargo comissionado; e

III - requisição.

§ 1º A alteração de exercício, nos termos desta Portaria, dar-se-á exclusivamente no Distrito Federal.

§ 2º O disposto nesta Portaria não se aplica à movimentação dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG, para participar de projetos compatíveis com as atribuições da carreira fora do Distrito Federal, de que trata o § 5º do art. 14 do Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004, ou para o exercício provisório disciplinado no § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 4º A mobilidade na carreira é orientada pela necessidade e prioridade da Administração Pública Federal, conjugada com a análise das competências, a partir da identificação do perfil de competências necessárias ao desempenho das atribuições institucionais, buscando o equilíbrio do número de EPPGG em exercício nos órgãos e entidades.

Art. 5º O PROIM ocorrerá, no mínimo, uma vez ao ano, e obedecerá às seguintes etapas:

I - divulgação, por meio de edital, do calendário pela SEGEP/MP, com as datas e procedimentos necessários à participação no processo;

II - manifestação dos órgãos e entidades interessados em receber os EPPGG, com descrição do perfil desejado, competências requeridas e atividades a serem desempenhadas, por ordem de prioridade;

III - divulgação, pela SEGEP/MP, das oportunidades de alteração de exercício para os EPPGG, contendo as competências necessárias e as atividades previstas para cada posição de trabalho;

IV - inscrição do EPPGG no PROIM, nas oportunidades apresentadas pelos órgãos e entidades, até o limite de três opções, em ordem de preferência;

V - identificação, pela SEGEP/MP, das correlações entre os perfis, competências e interesses dos EPPGG inscritos com as competências e perfis requeridos pelos órgãos e entidades e encaminhamento para entrevista nas oportunidades mais aderentes, respeitada a priorização efetuada pelo órgão ou entidade e a ordem de preferência manifestada pelo EPPGG;

VI - entrevistas dos EPPGG nos órgãos e entidades participantes, respeitado o encaminhamento do órgão supervisor da carreira; e

VII - alocação do EPPGG no novo órgão de atuação.

§ 1º Os EPPGG somente poderão participar do PROIM após dois anos de efetivo exercício no mesmo órgão ou entidade.

§ 2º Para que seja efetivada a inscrição, o EPPGG deverá apresentar documento que comprove a anuência do Secretário ou autoridade equivalente da unidade em que estiver em exercício.

§ 3º O EPPGG poderá desistir de participar do processo, desde que efetue pedido formal até o último dia do prazo estabelecido para a etapa de inscrições.

§ 4º O EPPGG poderá participar de até três (3) entrevistas.

§ 5º Caso as três entrevistas realizadas não resultem em alteração de exercício, o EPPGG permanecerá no órgão ou entidade de exercício.

§ 6º O número de participantes no PROIM não poderá ultrapassar trinta por cento (30%) dos EPPGG em exercício em cada órgão ou entidade.

§ 7º A regra do § 6º não se aplica aos órgãos e entidades nos quais estejam em exercício menos de quatro EPPGG, hipótese em que será permitida a participação de apenas um.

§ 8º Caso seja ultrapassado o percentual de que trata o § 6º, serão considerados inscritos os EPPGG que tiverem maior tempo de efetivo exercício no órgão ou entidade, até que seja atingido os trinta por cento (30%).

§ 9º A alteração de exercício deverá ocorrer em até trinta (30) dias, observadas as necessidades de adequação do órgão ou entidade de exercício atual.

§ 10. Até que se concretize o novo exercício, o EPPGG deve permanecer no órgão ou entidade em que estava alocado.

Art. 6º O EPPGG que retornar do Programa de Capacitação de Longa Duração - PCLD, e de licença para tratar de interesses particulares terá seu exercício redefinido pelo órgão supervisor da carreira, observados os critérios listados no art. 4º e as competências recém-adquiridas.

Art. 7º A mobilidade para ocupação de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, dar-se-á a qualquer tempo, respeitados os seguintes critérios:

I - cessão para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais; e

II - exercício para cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível 3, nos gabinetes das Secretarias Executivas dos Ministérios ou dos Ministros de Estado.

Art. 8º A excepcionalização de qualquer uma das situações previstas nesta Portaria somente ocorrerá por deliberação do órgão supervisor da carreira.

Art. 9º Os pedidos de alteração de exercício que já tenham sido protocolados nesta Secretaria de Gestão Pública, na data da publicação desta Portaria, serão objeto de análise.

Art.10 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA AMORIM DE BRITO

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 41, DE 24 DE MAIO DE 2013

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 37, § 2º, inciso II, alínea "a", da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, e

Considerando a necessidade de viabilizar, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, a abertura de créditos adicionais, cuja programação a ser cancelada, uma vez que não foram realizadas contratações específicas, encontra-se financiada com recursos oriundos da fonte 148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda, incompatível com o objeto da suplementação pretendida, tendo em vista sua destinação contratual, e a possibilidade de utilização de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo a Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos e a Recursos Próprios Não Financeiros; e

Considerando a necessidade de o Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET, no âmbito do Ministério das Cidades, utilizar os recursos arrecadados com o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não - DPVAT na realização de campanhas de educação, de caráter permanente, para a prevenção de acidentes no trânsito, em consonância com o parágrafo único do art. 78 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, no que concerne aos Ministérios de Minas e Energia e das Cidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							16.190.000
		PROJETOS							
25 572	2119 13E4	Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META							16.190.000
25 572	2119 13E4 0001	Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META - Nacional							16.190.000
			F	4	2	90	0	334	940.000
			F	4	2	50	0	334	15.150.000
			F	4	2	90	0	650	100.000
TOTAL - FISCAL									16.190.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.190.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56901 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							10.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							10.000.000
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas							10.000.000
			F	9	0	99	0	180	10.000.000
	2048	Mobilidade Urbana e Trânsito							10.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		ATIVIDADES							
15 131	2048 4641	Publicidade de Utilidade Pública							10.000.000
15 131	2048 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							10.000.000
			F	3	2	90	0	186	10.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							16.190.000
		PROJETOS							
25 572	2119 13E4	Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META							16.190.000
25 572	2119 13E4 0001	Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META - Nacional							16.190.000
			F	4	2	90	0	148	1.040.000
			F	4	2	50	0	148	15.150.000
TOTAL - FISCAL									16.190.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.190.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56901 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							10.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							10.000.000
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas							10.000.000
			F	9	0	99	0	186	10.000.000
	2048	Mobilidade Urbana e Trânsito							10.000.000
		ATIVIDADES							
15 131	2048 4641	Publicidade de Utilidade Pública							10.000.000
15 131	2048 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							10.000.000
			F	3	2	90	0	180	10.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

PORTARIA Nº 8, DE 23 DE MAIO DE 2013

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, VIII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretária do Patrimônio da União; com fundamento no artigo 183, § 1º, da Constituição Federal; no artigo 4º, V, "h" da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; na Medida Provisória nº 2.220 de 2001; e no art. 22-A da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04911.001417/2012-10 resolve:

Art. 1º. Autorizar a outorga de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, gratuitamente e por tempo indeterminado à senhora Terezinha de Maria Ferreira Alves, do imóvel conceituado como acrescido de marinha, com área de 212,80m², situado na Rua Almirante Gervásio Sampaio, nº 129, Bairro N. Srª do Carmo, Município de Parnaíba/PI.

Parágrafo 1º. O mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Frente ou Oeste, 9,60m, confrontando-se com a Rua Almirante Gervásio Sampaio; lado direito ou Norte, 20,30m, confrontando-se com terreno ocupado por Edmilson Barroso de Mesquita, casa nº 117; lado esquerdo ou Sul, 22,90m, confrontando-se com terreno ocupado por Maria do Carmo Cruz dos Santos, casa nº 133; Fundos ou Leste, 10,00m, confrontando-se com terreno outros foreiros, perfazendo uma área total de 212,80m².

Parágrafo 2º. O imóvel descrito no parágrafo primeiro deste artigo está conceituado como terreno acrescido de marinha por força de LPM de 1831, aprovada em 06/10/1971, conforme Processo Administrativo 17339.000016/97-72, e está devidamente cadastrado nesta SPU/PI sob o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP nº 1153.0101624-56.

Art. 2º O Imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à moradia da concessionária e sua família.

Art. 3º A concessão descrita no art. 1º extingue-se de pleno direito se a concessionária:

I - der ao imóvel concedido destinação diversa da determinada pelo art. 2º;

II - der em locação total ou parcial a fração ideal do imóvel;

III - transferir a terceiros, a qualquer título, a fração ideal do imóvel concedida, sem a prévia e expressa autorização da SPU;

IV - adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural, de acordo com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; ou

V - falecer sem deixar herdeiros, ou com herdeiros que sejam proprietários ou concessionários de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE
Em 18 de abril de 2013

Cancelamento de Registro Sindical

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 326/2013 e Nota Técnica nº 62/2013/AIP/SRT/MTE resolve RETIFICAR o despacho publicado no Diário Oficial da União - DOU de 18/04/2013, Seção I, pág. 111, nº 74, que publicou o cancelamento do registro sindical da Federação Sindical dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Mato Grosso do Sul - FESSEP/MS, CNPJ nº 37.226.032/0001-10, processo administrativo nº 35740.003410/92-33, para que onde se lê: O Secretário de Relações do Trabalho, leia-se: O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego.

RODRIGO MINOTTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 24 de maio de 2013

O Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho,constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0277/2013 de 16/05/2013, 0278/2013 de 16/05/2013, 0279/2013 de 17/05/2013, 280/2013 de 17/05/2013, 0281/2013 de 20/05/2013, 0282/2013 de 21/05/2013, 0283/2013 de 21/05/2013, 0284/2013 de 21/05/2013, 0285/2013 de 22/05/2013 e 0301/2013 de 23/05/2013, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094015225201392 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO NESTOR BOLASINA Passaporte: 176359814N.

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094018396201373 Empresa: SALGUEIRO ATLETICO CLUBE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUSUKE SUDO Passaporte: TK0436301, Processo: 46094019088201365 Empresa: ASSOCIACAO CULTURAL BENEFICENTE DESPORTIVA RIO CLARO Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: YANIET MARRERO LOPEZ Passaporte: I029541.

Temporário - Com Contrato - RN 94 - Resolução Normativa, de 16/03/2011:

Processo: 46094012454201355 Empresa: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MARIO GARCIA GRANERO MONTERO Passaporte: BD477109.

Temporário - Com Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 46094015552201389 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAMELA JANE MARTIN Passaporte: 506866146, Processo: 46094019034201308 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MICHAEL LALEUNE Passaporte: WH149180, Processo: 46094019314201316 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMEDEO RICOTTILLI Passaporte: YA3010132.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 46202013449201212 Empresa: INSPETORIA SALESIANA MISSIONARIA DA AMAZONIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL MARCON Passaporte: AA3063219, Processo: 46094011427201365 Empresa: ESTALEIRO BRASFELS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANG SENG BEE Passaporte: E3783460J, Processo: 46094005113201323 Empresa: ALPHAGEOS TECNOLOGIA APLICADA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE FERNANDO DE CARVALHO MARTINHO Passaporte: L417104, Processo: 46094009335201315 Empresa: ABB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tommy Olsen Passaporte: 26795031, Processo: 46205005171201352 Empresa: CHUNJO DO BRASIL CONSTRUCOES LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: SUNGHA HWANG Passaporte: M62228989, Processo: 46094003554201391 Empresa: MARIA SIMONE DA ROCHA - ME Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: André Filipe Araújo Azevedo Passaporte: M453497, Processo: 46205005169201383 Empresa: CHUNJO DO BRASIL CONSTRUCOES LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: SUNG LYUNG HONG Passaporte: M68584421, Processo: 46094005116201367 Empresa: AGENCIA PARA O INVESTIMENTO E COMERCIO EXTERNO DE PORTUGAL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ANTONIO PEREIRA BRAS SEQUEIRA Passaporte: M071335, Processo: 46094009557201338 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: até 24/06/2014 Estrangeiro: RAUL SIMARRO MELLADO Passaporte: BC716108, Processo: 46094003873201304 Empresa: PETROGAL BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PENG DAZHONG Passaporte: P01580352, Processo: 46094009466201301 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rosalinda Quiroz Muñiz Passaporte: GO5375717, Processo: 46094008631201307 Empresa: RIVER RESTAURANTE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLA DA CONCEIÇÃO MAGALHÃES LEAL Passaporte: M352829, Processo: 46094008046201307 Empresa: RIVER RESTAURANTE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SARA MARIA MARTINS ALFERES Passaporte: M347180, Processo: 46094008044201318 Empresa: RIVER RESTAURANTE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HÉLDER DANIEL GONÇALVES DA SILVA Passaporte: M338657, Processo: 46094004753201316 Empresa: GME GENERAL MECHANICAL EQUIPMENTS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FABIO COPPOLA Passaporte: YA4039830, Processo: 46094008045201354 Empresa: RIVER RESTAURANTE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS GONÇALO CHAVES PINTO Passaporte: M347571, Processo: 46094008043201365 Empresa: RIVER RESTAURANTE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAFALDA DE SEIXAS MEIRELES DO CARMO CARDOSO Passaporte: M347572, Processo: 46094008635201387 Empresa: RIVER RESTAURANTE LTDA. Pra-

zo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ ALEXANDRE DA ROCHA DOURADO GOMES Passaporte: M396224, Processo: 46094005075201317 Empresa: ZANIBONI CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LOUIS PRETORIUS Passaporte: 451832315, Processo: 46205002265201370 Empresa: JOPONTE CONSTRUCOES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL DOS SANTOS PONTE Passaporte: L590446, Processo: 46094009973201336 Empresa: ZCROS INDUSTRIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUNEKYUNG NA Passaporte: M06551871, Processo: 46094012122201371 Empresa: BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BO LI Passaporte: G 30034278, Processo: 46094012120201381 Empresa: BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YI DENG Passaporte: G54948189, Processo: 46205005762201320 Empresa: CHUNJO DO BRASIL CONSTRUCOES LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: KWANSU KIM Passaporte: M41976803, Processo: 46094013470201365 Empresa: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAOLO NOLLI Passaporte: YA3293614, Processo: 46094009722201351 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIMON KIM PING TAY Passaporte: S7832942D, Processo: 46094009724201341 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JASON WEE HAO PEH Passaporte: E3504031C, Processo: 46094009929201326 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MASANORI IRIKIIN Passaporte: TK8498961, Processo: 46094009436201396 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MIHO ARAI Passaporte: TK6722084, Processo: 46094009468201391 Empresa: CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO IMIGRANTE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARÍA DEL ROCÍO LOBO MACHÍN Passaporte: AAA881386, Processo: 46094009974201381 Empresa: FCM - FORMAS E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO HENRIQUE DUARTE MENDES Passaporte: M461851, Processo: 46094011491201346 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS GEORG HANS OCHS Passaporte: C20XRK4M1, Processo: 46094009975201325 Empresa: FCM - FORMAS E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MÁRIO HUGO DOS SANTOS DOMINGOS Passaporte: L549840, Processo: 46094009976201370 Empresa: FCM - FORMAS E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL DOMINGOS PEREIRA MARQUES Passaporte: L534418, Processo: 46094012565201361 Empresa: DIAGEO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARÍA NURIA BARROS VALDIVIELSO Passaporte: AB031754, Processo: 46094014879201307 Empresa: RADIATON - REPRESENTACAO E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUGO LUIS VALBUENA RINCON Passaporte: 12786121, Processo: 46094011359201334 Empresa: CORSAN-CORVIAM CONSTRUCCION S.A. DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICIA ALVAREZ AUSUCUA Passaporte: AAG541896, Processo: 46094009513201316 Empresa: O-THINK GOVERNANCA CORPORATIVA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLIJN GOOSSENS Passaporte: NX9DF5660, Processo: 46094009421201328 Empresa: IBI ENGENHARIA CONSULTIVA S/S Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO ANTÓNIO RODEIA TORRES COLAÇO Passaporte: M187187, Processo: 46094011327201339 Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Christopher Alexander Coimbra Pereira Apps Passaporte: L370872, Processo: 46094009560201351 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EUGEN SCHREIBER Passaporte: C77ZL1WY0, Processo: 46094009463201369 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID GARCIA ALVAREZ Passaporte: AAF554759, Processo: 46094009723201304 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AW BOON SENG Passaporte: E2067925C, Processo: 46094010283201320 Empresa: JCP CONSTRUCOES E INCORPORACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAO PEDRO MARTINS DE PINA FERREIRA Passaporte: M469429, Processo: 46094009920201315 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHUICHI SOFUE Passaporte: TK3297822, Processo: 46094009464201311 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IGOR APECECHEA ESCUDERO Passaporte: AAE715023, Processo: 46094009718201393 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JÉRÔME PIERRE DELIAS Passaporte: 11DE27920, Processo: 46094009726201330 Empresa: FRANK'S INTERNATIONAL BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD ALEXANDER WALKER Passaporte: 652384713, Processo: 46094009919201391 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TETSUYA ETO Passaporte: TZ0594321, Processo: 46094011865201323 Empresa: BRASFOND FUNDACOES ESPECIAIS S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAUL FLORES MUNIZ Passaporte: 432396337, Processo: 46094009972201391 Empresa: BAYER S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAREIKE LAESSLE Passaporte: 521569497, Processo: 47758000030201350 Empresa: ORGANIZACAO TRAVESSIA LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jean-Luc Marcel Borer Passaporte: X0321926, Processo: 46094010706201310 Empresa: BAZAR E CONVENIENCIA DA VELHA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI JORGE FRAGOSO SOARES RODRIGUES Passaporte: G681076, Processo: 46094011492201391 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VASCO TEIXEIRA ALVES DE OLIVEIRA Passaporte: H044965, Processo: 46094014754201379 Empresa: TCA TECNOLOGIA EM COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PIERLUIGI ASTORINO Passaporte: AA1063128, Processo: 46094011193201356 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JOSÉ LUÍS QUESADO PINTO Passaporte: H559731, Processo: 46094014849201392 Empresa: BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURISTICOS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VASCO MIGUEL BUSCA DA SILVA PINHEIRO Passaporte: M164418, Processo: 46094011231201371 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lydia Baconnais Passaporte: 13AC60604, Processo: 46094012299201377 Empresa: ATLANTICO ENGENHARIA LTDA. - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Giancarlo Bozza Passaporte: YA2924733, Processo: 46094013759201384 Empresa: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MASAHIDE NEZAKI Passaporte: TH6321538, Processo: 46094014058201362 Empresa: FUNDACAO LICEU PASTEUR Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SABINE MARIE-MADELEINE SERRUYS LEBLOIS Passaporte: 06AY54641, Processo: 46215010062201338 Empresa: METROPOLIS PROJETOS URBANOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA PALENCIA SERRANO Passaporte: AAG623234, Processo: 46215010061201393 Empresa: METROPOLIS PROJETOS URBANOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRES VELARDE SANZ Passaporte: AAG623236, Processo: 46094013567201378 Empresa: VENDAP - LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO MIGUEL MATEUS SANTA BÁRBARA Passaporte: H500943, Processo: 46094012198201304 Empresa: COSMA DO BRASIL PRODUTOS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JURGEN ERICH REINHARDT Passaporte: WN567334, Processo: 46094012325201367 Empresa: MOLDIT BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JOÃO ALMEIDA ROSA Passaporte: M159569, Processo: 46094013158201371 Empresa: BAYER S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WERNER EBERHARD Passaporte: C73J226LT, Processo: 46094012489201394 Empresa: PASSE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ORDINAS GUERGUE Passaporte: AAF518460, Processo: 46094012808201361 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUANGPING JI Passaporte: G 30628536, Processo: 46094012774201313 Empresa: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN ALBERTO BEJARANO RODRIGUEZ Passaporte: E225323, Processo: 46204003006201376 Empresa: CONSTRUITA COMERCIO E EDIFICACOES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL DA SILVA SANTOS Passaporte: M073148, Processo: 46094015232201394 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICHOLAS RICHARD MARIANI Passaporte: 505417513, Processo: 46094013034201396 Empresa: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO DE MAGALHÃES E VASCONCELOS Passaporte: M047952, Processo: 46094013625201363 Empresa: TRW AUTOMOTIVE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES DANIEL SUGDEN Passaporte: 463964069, Processo: 46094015305201348 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHUJI URAKAWA Passaporte: TH7481392, Processo: 46094014717201361 Empresa: MISTRAL IMPORTADORA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JOSÉ SANTANA CEPEDA Passaporte: M301808, Processo: 46094014155201355 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RETO KAUFMANN Passaporte: F2402494, Processo: 46094015387201321 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ERIC LYNN SIPE Passaporte: 452034772, Processo: 46094015151201394 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KYUNGRYUL KIM Passaporte: M33844227, Processo: 46094015400201341 Empresa: PUIG BRASIL COMERCIALIZADORA DE PERFUMES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER CASTRO URZAIZ Passaporte: AD000435, Processo: 46094015221201312 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO AUGUSTO DIAS MARQUES Passaporte: M481228, Processo: 46094015356201370 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUIJIN YUAN Passaporte: G40835007, Processo: 46094015214201311 Empresa: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MALFRED ANDRE AUSTHAMN Passaporte: 29549039, Processo: 46094015210201324 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VERONICA PLATA CASTELBLANCO Passaporte: A0371702.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 46094016276201331 Empresa: COMANDO DA AERONAUTICA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO LETRADO VALLE Passaporte: AAA277439.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094013801201367 Empresa: HSBC SOFTWARE DEVELOPMENT (BRASIL) - PRESTACAO DE SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUSTIN JOSE Passaporte: F6878801, Processo: 46094011128201321 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUMING MI Passaporte: P00844795, Processo: 46094011124201342 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUBEI XU Passaporte: G27863779, Processo: 46094011123201306 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Baowang Yang Passaporte: G38052140, Processo: 46094011136201377 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YONG YANG Passaporte: P00844796, Processo: 46094011130201308 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QUNYING ZHOU Passaporte: E04869549, Processo: 46094011133201333 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DEYI ZOU Passaporte: G26590300, Processo: 46094011872201325 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL JOAQUIN MARQUES ROSELLO Passaporte: BB220990, Processo: 46094010716201347 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER PINTO VIRGILI Passaporte: BC722135, Processo: 46094011871201381 Empresa: INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Luís António Dias Soares Passaporte: M416300, Processo: 46094008732201370 Empresa: NOVATECC CONSTRUCAO CIVIL INDUSTRIALIZADA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAIME GONÇALVEZ COSTA Passaporte: AAF550975, Processo: 46094008475201376 Empresa: NOVATECC CONSTRUCAO CIVIL INDUSTRIALIZADA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AVELINO DE SÁ VIDAL Passaporte: AAF550999, Processo: 46094007732201352 Empresa: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GERHARD HAMEDINGER Passaporte: P4876338, Processo: 46094012114201324 Empresa: VIXSTEEL MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARAFAN SECO FATI Passaporte: L039432, Processo: 46094012116201313 Empresa: VIXSTEEL MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARO SEIDI Passaporte: J75420-5, Processo: 46094012112201335 Empresa: VIXSTEEL MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRAIMA DARAME Passaporte: L052679, Processo: 46094007644201351 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: FERNANDO ENRIQUE SANCHEZ FERRUCCIO Passaporte: CC79547951, Processo: 46094008084201351 Empresa: NOVATECC CONSTRUCAO CIVIL INDUSTRIALIZADA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL PRADA GARROTE Passaporte: AAG398789, Processo: 46094008893201363 Empresa: TECNA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JERONIMO JAVIER YAMAMOTO Passaporte: AAA 324673, Processo: 46094008080201373 Empresa: NOVATECC CONSTRUCAO CIVIL INDUSTRIALIZADA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL ROMERO FERNANDEZ Passaporte: AAG261780, Processo: 46094008896201305 Empresa: TECNA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FEDERICO ALFREDO ALBARELLO Passaporte: 24479207 N, Processo: 46094008082201362 Empresa: NOVATECC CONSTRUCAO CIVIL INDUSTRIALIZADA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL TIMOTEO GONZALEZ DIAZ Passaporte: AAF567951, Processo: 46094008081201318 Empresa: NOVATECC CONSTRUCAO CIVIL INDUSTRIALIZADA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIA GONÇALVES RODRIGUEZ Passaporte: AAG170533, Processo: 46094008731201325 Empresa: NOVATECC CONSTRUCAO CIVIL INDUSTRIALIZADA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FIDEL ALVAREZ ESTEVEZ Passaporte: AAF533112, Processo: 46094008473201387 Empresa: NOVATECC CONSTRUCAO CIVIL INDUSTRIALIZADA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ LUIS DOMINGUEZ ENCINAS Passaporte: AAC509269, Processo: 46094008730201381 Empresa: ZAVALA CIVITAS LATINOAMERICA RECURSOS HUMANOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE ALBERTO TERRON GUIJARRO Passaporte: AAB195696, Processo: 46094013718201398 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TETSUNOSUKE KIYOKAWA Passaporte: TH 3960564, Processo: 46094009685201381 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Gerhard Peter Edinger Passaporte: C1CVNR8TK, Processo: 46094014892201358 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN HUMBERTO FAGUA DUARTE Passaporte: CC80844311, Processo: 46094011127201386 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JING LYU Passaporte: E10929613, Processo: 46094011129201375 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHIXIONG SHI Passaporte: G31773671, Processo: 46094010434201340 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MIGUEL PINTO DE SOUZA Passaporte: L709989, Processo: 46094010335201368 Empresa: INTERLIGACAO ELETRICA DO MADEIRA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARREN LESLIE TREVITHICK PHILLIPS Passaporte: 800983840, Processo: 46212003382201361 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Takayuki Yukawa Passaporte: TK3449880, Processo: 46094010307201341 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TERRY E RIGGS Passaporte: 483689767, Processo: 46212003381201317 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Shunsuke Hisano Passaporte: TK8399102, Processo: 46094011417201320 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 5 Mês(es) Estrangeiro: RICHARD JOHN CAMPBELL SMITH Passaporte: 504782779, Processo: 46094013179201397 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW PAUL JENNINGS Passaporte: 099141318, Processo: 46094013181201366 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: INGO AREND LUESCHEN Passaporte: C5RVJG80X, Processo: 46094013185201344 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FREDERIC OLIVIER DAVID DEPEILLE Passaporte: 401018077, Processo: 47758000035201382 Empresa: EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: Pablo David Arevalo Aluisa Passaporte: BF319776, Processo: 47758000038201316 Empresa: EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: JOSÉ LUIS MARTIN CHACÓN Passaporte: AAF672734, Processo: 46094013175201317 Empresa: PETROLEO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Faiçal Allou Passaporte: 10CL14706, Processo: 47758000042201384 Empresa: EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: EDUARDO YAGUE LÓPEZ Passaporte: AAG114696, Processo: 46094013182201319 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL BALTOSEE Passaporte: C7529Z581, Processo: 46094013177201306 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARKO MARUNIC Passaporte: 168894064, Processo: 47758000044201373 Empresa: EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: JOSÉ ANGEL BLANCO ARROYO Passaporte: AAG058073, Processo: 46094013176201353 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID JOHN ALLEN Passaporte: 505435348, Processo: 46094013187201333 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Clifford John Edwards Passaporte: 099035683, Processo: 46094013186201399 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Catrin Andrea Drawer Passaporte: C3MNV7CTH, Processo: 46094013178201342 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Peter Hans Belinskiy Passaporte: C6XZ567H4, Processo: 46094013183201355 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Meera Sikka Passaporte: 094337278, Processo: 46094013180201311 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: David Casson Passaporte: 507852270, Processo: 46094013184201308 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Pierre Alexandre Noel Galvin Passaporte: 10CA88471, Processo: 46094011512201323 Empresa: BUHLER SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN JOHN MC CONNELL Passaporte: 499101451, Processo: 46212003548201340 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Fumihiko Sato Passaporte: TH3500005, Processo: 46212003549201394 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Takeshi Kawazu Passaporte: TH5071532, Processo: 46212003547201303 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Tadaomi Yanagisawa Passaporte: TG4843400, Processo: 46212003545201314 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Satoru Hoshi Passaporte: TK1256458, Processo: 46212003546201351 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Tomoya Santo Passaporte: TK8294676, Processo: 46094013250201331 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Christopher John Price Passaporte: 405172685, Processo: 46094013249201315 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JACOB MICHAEL FANGUE Passaporte: 506485715, Processo: 46094013251201386 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TROY DALE JOHNSON Passaporte: 424342167, Processo: 46094013197201379 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN MARVIN ARMSTRONG Passaporte: 462700546, Processo: 46094013286201315 Empresa: IAV DO BRASIL LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HELMUT DIETER HERMANN WERTHMANN Passaporte: C1WVKN85P, Processo: 46094013935201388 Empresa: THN FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHAEYOUNG LIM Passaporte: M11944046, Processo: 46094012982201312 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN MICHAEL VEDROS Passaporte: 488127930, Processo: 46094013228201391 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYO TAKAHASHI Passaporte: TH 6404211, Processo: 46094014554201316 Empresa: ISRA VISION, COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: George Edward Sims Jr Passaporte: 422872589, Processo: 46094014555201361 Empresa: ISRA VISION, COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Martin Horst Rattay Passaporte: C7GMOX459, Processo: 46094014556201313 Empresa: ISRA VISION, COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Moritz Heinz-Werner Lysertschenko Passaporte: C7G9TPHRX, Processo: 46094014557201350 Empresa: ISRA VISION, COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Stephan Max Zintel Passaporte: C5H4PMHT1, Processo: 46094014558201302 Empresa: ISRA VISION, COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Thorsten Günter Harald Jochen Muller Passaporte: C7JNLXRMZ, Processo: 46094014210201315 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SÉRGIO ALEXANDRE BRIZIDA BAPTISTA Passaporte: M372150, Processo: 46094012960201344 Empresa: SPARROWS BSM ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL DAVID ANDERSON Passaporte: 652809494, Processo: 46094014845201312 Empresa: ROCK WORLD S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREIA FILIPA MAGALHÃES PERES Passaporte: M418798, Processo: 46094013137201356 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIAO HU Passaporte: G44107260, Processo: 46094014750201391 Empresa: AMMANN DO BRASIL - EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO DE ESTRADAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OLAV HUBERT GRABASCH Passaporte: C23ZTJVK3, Processo: 46094013281201392 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: BIEN ANTONIO FERRER Passaporte: BA173607, Processo: 46094013275201335 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CRAIG IMRIE Passaporte: WR581071, Processo: 46094013283201381 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: RICHARD DALTON FOWLER Passaporte: BA630466, Processo: 46094013273201346 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JING YUAN DONG Passaporte: WQ197866, Processo: 46094013272201300 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JIRI HAJEK Passaporte: WQ163485, Processo: 46094013271201357 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JONATHAN MIRANDA Passaporte: WM362728, Processo: 46094013270201311 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KARL BÉLANGER Passaporte: BA373821, Processo: 46094014751201335 Empresa: AMMANN DO BRASIL - EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO DE ESTRADAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LINA DOCKTER-BUENGER Passaporte: C23M1JV7Z, Processo: 46094013269201388 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: PETER JAMES SZKILNYK Passaporte: WG798345, Processo: 46094013227201347 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKESHI OZAKI Passaporte: TH4018714, Processo: 46094013274201391 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICKY CHAUHAN Passaporte: BA377935, Processo: 46094013279201313 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILBUR WEI-HIN WONG Passaporte: QD898624, Processo: 46094013280201348 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM MENHEERE Passaporte: QJ426730, Processo: 46094012998201317 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIEGO FERNANDO AYALA ESCOBAR Passaporte: AN662562, Processo: 46094014209201382 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAULO RENATO CARDOSO MATIAS Passaporte: L312135, Processo: 46094014211201351 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TIMOFEI CIHAN Passaporte: M511723, Processo: 46094014315201366 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: STEVEN ROBINSON Passaporte: 454448661, Processo: 46094014314201311 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: KEITH JOHN WADDELL Passaporte: 50544848, Processo: 46094014313201377 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: PAUL ANTCLIFFE Passaporte: 460126701, Processo: 46094014883201367 Empresa: TRANSDATA TRANSPORTES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO ANTONINI Passaporte: Y324396, Processo: 46215009409201308 Empresa: KNAUF DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOF ASCHAUER Passaporte: P5069681, Processo: 46215009410201324 Empresa: KNAUF DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRIEDRICH GRUBER Passaporte: P2128731, Processo: 46215009407201319 Empresa: KNAUF DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Michael Haßold Passaporte: CGOKL85GT, Processo: 46215009408201355 Empresa: KNAUF DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANFRED WALTER KOLB Passaporte: CGHFOPLJH, Processo: 46215009411201379 Empresa: KNAUF DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUDOLF SAMS Passaporte: L03918644, Processo: 46215009413201368 Empresa: KNAUF DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIEGFRIED SODERER Passaporte: CFF39NM15, Processo: 46215009412201313 Empresa: KNAUF DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EUGEN ZANDL Passaporte: P6728473, Processo: 46094013454201372 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ANDRE RODRIGUES CACHUCHO Passaporte: A02632954, Processo: 46094013951201371 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MINSOO KIM Passaporte: M26129071, Processo: 46094013670201318 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ABDELLATIF SERIR Passaporte: 6526091, Processo: 46094014350201385 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BJOERN BENJAMIN HOFMANN Passaporte: C97T4JTR3, Processo: 46094014352201374 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIMON RUDER Passaporte: C96LCCH1N, Processo: 46094014984201338 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREJ HOLCER Passaporte: PB0773642, Processo: 46094014353201319 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIMON ANTON WEISBACH Passaporte: C963ZPYW4, Processo: 46094014980201350 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNAND JEAN-MARIE SCHWICKERATH Passaporte: GT5F608, Processo: 46094014973201358 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAN PIOTR CICHON Passaporte: 808329140, Processo: 46094014981201302 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAROSLAW WLADYSLAW MULARCZYK Passaporte: EB5844482, Processo: 46094014987201371 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOACHIM JAN MANIA Passaporte: 808331361, Processo: 46094014979201325 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOZEF KAROL PIERONCZYK Passaporte: 808332048, Processo: 46094013800201312 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 24/01/2014 Estrangeiro: YE YUAN Passaporte: G54380125, Processo: 46094014354201363 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARKO JOSIC Passaporte: 673933814, Processo: 46094014351201320 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BORIS SPAETH Passaporte: 672908029, Processo: 46094014594201368 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRUNO MIGUEL LOIA LÉRIAS Passaporte: H316379, Processo: 46094013682201342 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALAN FRANCIS STAUNTON Passaporte: 099280775, Processo: 46094013683201397 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO VEGA Passaporte: 488867189, Processo: 46094014319201344 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 5 Mês(es) Estrangeiro: YI PING ZHENG Passaporte: QE492752, Processo: 46094014317201355 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 5 Mês(es) Estrangeiro: HELMUT HOLZMANN Passaporte: P4478868, Processo: 46094014318201308 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 5 Mês(es) Estrangeiro: WLADIMIR SCHISTKA Passaporte: CG623VXF9, Processo: 46094014875201311 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alfredo Bahena Hernandez Passaporte: G11388245, Processo: 46094014583201388 Empresa: BLACKHAWK SPECIALTY TOOLS DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN ALTON HEBERT Passaporte: 508321901, Processo: 46094014522201311 Empresa: GE ILUMINACAO DO BRASIL COMERCIO DE LAMPADAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Rosario Torres Saavedra Passaporte: 04050010253, Processo: 46094014741201308 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jeffrey Alan Bookland Passaporte: 433401875, Processo: 46094014524201318 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Siegfried Hermann Schunke Passaporte: C7G4XTZJC, Processo: 46094014742201344 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY CROSSON FUSTON SR Passaporte: 448573702, Processo: 46094014569201384 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRODE FIDJE FRENGEN Passaporte: 28684081, Processo: 46094014262201383 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD ALLAN DOWNING Passaporte: 450992950, Processo: 46094014263201328 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PHILLIP JAY PHILLIPS Passaporte: 444188739, Processo: 46094014935201303 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jeffrey Alan Almy Passaporte: 424927466, Processo: 46094014271201374 Empresa: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KYLE JOSEPH CROCHET Passaporte: 452806590, Processo: 46094014289201376 Empresa: QUADROMOR BRASIL ELETRICIDADE E INSTRUMENTACAO LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLÁUDIO JACINTO OLIVEIRA RODRIGUES Passaporte: M276856, Processo: 46094014290201309 Empresa: QUADROMOR BRASIL ELETRICIDADE E INSTRUMENTACAO LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO ANTÓNIO AVEIRO DA SILVA Passaporte: M565066, Processo: 46094014508201317 Empresa: CONCESSIONARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MERVYN KEITH NEFDT Passaporte: A00477751, Processo: 46094014525201354 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: James Coyne Bonner Passaporte: 403060294, Processo: 46094014510201396 Empresa: CONCESSIONARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JODY EGYPT Passaporte: A02028092, Processo: 46094014509201361 Empresa: CONCESSIONARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NELSON MARITZ TERBLANCHE Passaporte: 482538349, Processo: 4609401426820135 1 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY FRANK PRETZEL Passaporte: 445879818, Processo: 46094014519201305 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KLAUS PETER ERNST MAKELBURG Passaporte: C 1KPNJ25 M, Processo: 46094014976201391 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRYSTIAN TOMASZ PIENIAZEK Passaporte: ED2472541, Processo: 46094014985201382 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MACIEJ GRZEGORZ CHINALSKI Passaporte: ED1576222, Processo: 46094014971201369 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAREK PIOTR MANIA Passaporte: CF2CFH9VN, Processo: 46094014983201393 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAL WOJCIECH WOJCIECHOWSKI Passaporte: EE0734882, Processo: 46094014982201349 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF SMOLKA Passaporte: CF2CXHP4J, Processo: 46094014975201347 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS SZCZESNY Passaporte: CF2CKGPPF, Processo: 46094014977201336 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMASZ JAN MIKOLASCHEK Passaporte: 808330846, Processo: 46094014972201311 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOJCIECH RACHWALSKI Passaporte: ED7870056, Processo: 46094014978201381 Empresa: ROFA SISTEMAS DE MOVIMENTACAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOLFGANG HUBIG Passaporte: 223616747, Processo: 46094014749201366 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estran-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

geiro: MATTHIAS VOGEL Passaporte: C97T6YYRL, Processo: 46094014689201381 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/03/2014 Estrangeiro: TREV KELLY WALLEWEIN Passaporte: QB025564, Processo: 46094014745201388 Empresa: TORRES EOLICAS DE CONCRETO CONSTRUCOES E PARTICIPACOES S/A Prazo: até 24/12/2013 Estrangeiro: PASCUAL JIMENEZ BRASAL Passaporte: AAG111794, Processo: 46094014743201399 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 365 Dia(s) Estrangeiro: SACHIN RAMCHANDRA VANDRE Passaporte: F3697080, Processo: 46094014690201314 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/03/2014 Estrangeiro: AGUSTIN LOREDO JR Passaporte: 499135862, Processo: 46094014874201376 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Salvador Garcia Merida Passaporte: G11341004, Processo: 46094014876201365 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Maria de Los Angeles Contreras Rangel Passaporte: G09798488, Processo: 46094014873201321 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Erick Gamboa Juarez Passaporte: G08189072, Processo: 46094014604201365 Empresa: CEGELEC S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STÉPHANE AUGUSTE BARREIROS Passaporte: 05AT76152, Processo: 46094014600201387 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASSIMO UBERTALLI Passaporte: YA2414686, Processo: 46094014589201355 Empresa: TERRACAL ALIMENTOS E BIOENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NEVILLE GEOFFREY INMAN BAMBER Passaporte: N4326648

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094009606201332 Empresa: TAEIN DO BRASIL CONSTRUTORA E GESTAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEONG MOON Passaporte: M72659831, Processo: 46094016788201306 Empresa: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHENG WANG Passaporte: G59522411, Processo: 46094016787201353 Empresa: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZHANG RONGZHI Passaporte: E10848365, Processo: 46094009882201309 Empresa: PAMESA DO BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOAN CABALLER BEL Passaporte: AAF530219, Processo: 46094010678201322 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Samir Chaouki Tabloul Passaporte: 03134224, Processo: 46094010983201314 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Keiichi Maegawa Passaporte: TK4550104, Processo: 46094012057201383 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL TEMKIN Passaporte: 462375189, Processo: 46094012107201322 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOBIAS FISCH Passaporte: C2964LPPG, Processo: 46094012106201388 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL FLESSNER Passaporte: C7KX1WML0, Processo: 46094017221201349 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIMOTHY PAUL JACKSON Passaporte: 099145072, Processo: 46094017466201376 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEROME MARIUS JEAN GAY Passaporte: 06AK23947, Processo: 46094012149201363 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PABLO PEREZ DIAZ Passaporte: BF326596, Processo: 46094011828201315 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FAUSTO DIONICIO POLANCO SALCEDO Passaporte: SG1987753, Processo: 46094017711201345 Empresa: PLACO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERD ERICH BASCHE Passaporte: C6XTR07VR, Processo: 46094012262201349 Empresa: VSL BRASIL RECUPERACAO E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAULO JORGE NUNES BRANQUINHO DE CARVALHO Passaporte: L722457, Processo: 46094013191201300 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Patrick Edward Gustin Passaporte: 307582220, Processo: 46094014283201307 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERHARD DIPL. - ING. ENICKL Passaporte: P4202271, Processo: 46094014282201354 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERALD STRASSER Passaporte: P3981809, Processo: 46094017553201323 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Thomas Hontscha Passaporte: C1ZK0H160, Processo: 46094014481201362 Empresa: SATYAM SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SRINIVASA REDDY MANDALA Passaporte: K5064560, Processo: 46094017468201365 Empresa: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN GRUNENBERG Passaporte: 511205792, Processo: 46094017084201342 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMÁS ARROJA ROQUE Passaporte: L752451, Processo: 46094016322201301 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HEINZ HYDEN Passaporte: L08197380, Processo: 46094016324201391 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCEL SINGER Passaporte: P5887478, Processo: 46094016450201346 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YASUHIRO FUJITA Passaporte: TK8419768, Processo: 46094017062201382 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WEN-PIN LIU Passaporte: 212445758, Processo: 46094015684201376 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Lorenzo Pastorino Passaporte: YA3734671, Processo: 46094013038201374 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCISCO MARTIN GARCIA Passaporte: AAA794590, Processo: 46094017076201304 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERRY MIKAEL OLSSON Passaporte: 85374229, Processo: 46094014125201349 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JACQUES ALPHONSE GAUDREAULT Passaporte: BA451963, Processo: 46094016764201349 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFANO LUISE Passaporte: AA6093360, Processo: 46094014036201301 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOUGLAS RYAN DAILEY Passaporte: 097421863, Processo: 46094017751201397 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL KIESEL Passaporte: CGXKZ76WZ, Processo: 46094016597201336 Empresa: MINERACAO USIMINAS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIUS MARINUS PAULUS VAN DER HEIJDEN Passaporte: NRL3L3B10, Processo: 46212004423201337 Empresa: LAVOURA E PECUARIA IGARASHI LTDA Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: JOSHUA HARMON BAKER Passaporte: 479479200, Processo: 46212004424201381 Empresa: LAVOURA E PECUARIA IGARASHI LTDA Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL JOSEPH WISE Passaporte: 478771842, Processo: 46212004426201371 Empresa: LAVOURA E PECUARIA IGARASHI LTDA Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD DEE CASTER Passaporte: 488118241, Processo: 46212004425201326 Empresa: LAVOURA E PECUARIA IGARASHI LTDA Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS EDWIN HAM Passaporte: 488700011, Processo: 46094017752201331 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FABIAN SCHUPP Passaporte: C9V99G0XN, Processo: 46094016189201384 Empresa: EMBRAPORT EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINAIS PORTUARIOS S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: QU ZHENYU Passaporte: G56645961, Processo: 46094015678201319 Empresa: BRASIL TERMINAL PORTUARIO S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: LIU XIAOLE Passaporte: E10609290, Processo: 46094015675201385 Empresa: BRASIL TERMINAL PORTUARIO S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: DU SHIRUI Passaporte: E10240949, Processo: 46094016241201301 Empresa: ALSTOM GRID ENERGIA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RENATAS BERLETA Passaporte: 22253685, Processo: 46094014423201339 Empresa: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER LEE LANDRENEAU Passaporte: 135587656, Processo: 46094014998201351 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Katrina Michele Smith Passaporte: 475987867, Processo: 46094017554201378 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUNNAR ANTON DUPONT KROHN Passaporte: 206005737, Processo: 46094017236201315 Empresa: COMPANHIA METALURGICA PRADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND WELLER Passaporte: 614114577, Processo: 46094016622201381 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VASCO MANUEL CANDEIAS CHÔCHO Passaporte: L149573, Processo: 46094016625201315 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NUNO FILIPE MARQUES MOUSINHO Passaporte: M379088, Processo: 46094016623201326 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VIRGÍLIO JOSÉ FIGUEIREDO DE SOUSA Passaporte: H454571, Processo: 46094016621201337 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUÍS SÉRGIO OLIVEIRA DA SILVA BERNARDO Passaporte: G928829, Processo: 46094016624201371 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LEONEL GUERREIRO DOS SANTOS Passaporte: H455338, Processo: 46094016626201360 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOÃO FRANCISCO TELES Passaporte: M508836, Processo: 46094017220201302 Empresa: SGS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ISKANDAR BIN ABDULLAH Passaporte: E 0630252 N, Processo: 46094017219201370 Empresa: SGS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SENTHIL VEERAPPAN Passaporte: E 9291300, Processo: 46094013958201392 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAE YONG KIM Passaporte: KN 0773788, Processo: 46094017453201305 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROGER MARTIN BELL Passaporte: 085173133, Processo: 46094016245201381 Empresa: ALSTOM GRID ENERGIA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE FERNANDO GOMEZ CAMARGO Passaporte: 08270009403, Processo: 46094017454201341 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IAN PORTER Passaporte: 461258944, Processo: 46094014703201347 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHINOBU TATEBE Passaporte: TK1749291, Processo: 46094014702201301 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAISUKE IMANISHI Passaporte: TG5865077, Processo: 46094014704201391 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMOYUKI MIYAMOTO Passaporte: TK3971973, Processo: 46094013994201356 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Fabrizio Grossi Passaporte: AA1906540, Processo: 46094014545201325 Empresa: ON/OFF MANUFATURA E COMERCIO DE VALVULAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE ADRIAN GUTIERREZ ROJAS Passaporte: CC3203281, Processo: 46094014364201307 Empresa: CONSORCIO ANDRADE GUTIERREZ-CAMARGO CORREA - LINHA 5 - LILAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LASSE SVENDSEN Passaporte: 204441811, Processo: 46094014546201370 Empresa: ON/OFF MANUFATURA E COMERCIO DE VALVULAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JODY PAUL QUEBEDEAUX Passaporte: 494247413, Processo: 46094013997201390 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Pascal Guy Maxime Rondeau Passaporte: 07BD29303, Processo: 46094014544201381 Empresa: ON/OFF MANUFATURA E COMERCIO DE VALVULAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK ANTHONY RAMIREZ Passaporte: 464984044, Processo: 46094014005201341 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Marco Bruno Passaporte: YA4303752, Processo: 46094014002201316 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Gerd Krueger Passaporte: CH9WTPLG8, Processo: 46094014001201363 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Holger Albin Reitz Passaporte: CGL1FLN1P, Processo: 46094015948201391 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUKI NAKASHIMA Passaporte: TK7546735, Processo: 46094015128201308 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Hualong Yu Passaporte: G33337502, Processo: 46094014416201337 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JACOB BREUKEL Passaporte: NS47381D1, Processo: 46094014543201336 Empresa: ON/OFF MANUFATURA E COMERCIO DE VALVULAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS ALVAREZ GALVIS Passaporte: CC80449316, Processo: 46094017452201352 Empresa: METROVAL CONTROLE DE FLUIDOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VIKRAM KUMAR SIDDAVARAM Passaporte: G3444118, Processo: 46094014665201322 Empresa: COLOSSUS MINERACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK EDWARD ANGUS Passaporte: 705524175, Processo: 46094014666201377 Empresa: COLOSSUS MINERACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHESTER JAMES DE LEON Passaporte: EB3833070, Processo: 46094016796201344 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JULIEN VANASSE Passaporte: QD016970, Processo: 46094016798201333 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARC MAVADAT Passaporte: BA418887, Processo: 46094016792201366 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MOHAMMED MERDJANE Passaporte: QL729392, Processo: 46094016794201355 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Martin Globensky Passaporte: QF842151, Processo: 46094017260201346 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WERNER WIKTOROWSKI Passaporte: C7K12NTRC, Processo: 46094017109201316 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZHIRONG LU Passaporte: G50477118, Processo: 46094017083201306 Empresa: METSO AUTOMATION DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JYRI JAAKKO PIETARI KAIVOSOJA Passaporte: PH7058734, Processo: 46094017085201397 Empresa: METSO AUTOMATION DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LIN TIAN Passaporte: PL9801790, Processo: 46094015697201345 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO ROBBIATI Passaporte: F779628, Processo: 46094014930201372 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUHIRO KOIKE Passaporte: TG5188255, Processo: 46094017226201371 Empresa: ALFA LAVAL AALBORG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANK LARSEN Passaporte: 206771008, Processo: 46094014931201317 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASANARI FUJITSU Passaporte: TK1811804, Processo: 46094016866201364 Empresa: ALFA LAVAL AALBORG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EJLER BJERRUM Passaporte: 205562901, Processo: 46094014933201314 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MITSUTAKA UCHIYAMA Passaporte: TK4125969, Processo: 46094014934201351 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKAHIDE ITO Passaporte: TZ0546459, Processo: 46094014932201361 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUKI TAKAHASHI Passaporte: TH6253441, Processo: 46094014937201394 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIHIRO TERAO Passaporte: MS7858371, Processo: 46094016618201313 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SASA KELLER Passaporte: 003744130, Processo: 46094016267201341 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NORIYUKI KAWAZOE Passaporte: TH9347729, Processo: 46094016261201373 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AKIRA YOSHITA Passaporte: TK0540206, Processo: 46094015069201360 Empresa: SERIMAX DO BRASIL SERVICOS DE SOLDAGEM E FABRICACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BERNARD YVES JACQUES BORGHESE Passaporte: 04HB18258, Processo: 46094014886201309 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARVIND BALACHANDRAN Passaporte: F4206124, Processo: 46094015067201371 Empresa: SERIMAX DO BRASIL SERVICOS DE SOLDAGEM E FABRICACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM GILBERT BAIJOT Passaporte: 08AX69606, Processo: 46094016268201395 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMOHIRO AOI Passaporte: TK8891586,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 46094016264201315 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KOJI NODA Passaporte: TK7203487, Processo: 46094015068201315 Empresa: SERIMAX DO BRASIL SERVICOS DE SOLDAGEM E FABRICACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIGUEL ARNAUD MORGAN MOUEZY Passaporte: 05TT71960, Processo: 46094016294201313 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MITSUYUKI SHIRATANI Passaporte: TH4757953, Processo: 46094016266201304 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAYA SHINTANI Passaporte: TK4751242, Processo: 46094016299201346 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KATSUHIKO FUSE Passaporte: TH4896433, Processo: 46094016296201311 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NORIFUMI KOMATSU Passaporte: TG7934811, Processo: 46094016263201362 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KATSUYUKI NAKAYAMA Passaporte: TZ0466787, Processo: 46094016482201341 Empresa: ALCATEL-LUCENT BRASIL S.A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUCAS DA VILA Passaporte: AAA076231, Processo: 46094015907201303 Empresa: SGD BRASIL VIDROS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ALAN KENDRICK Passaporte: 454848152, Processo: 46094016746201367 Empresa: DAEHYUK INDUSTRY DO BRASIL MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAESEOK SON Passaporte: M53180174, Processo: 46094016745201312 Empresa: DAEHYUK INDUSTRY DO BRASIL MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JANGYUL KIM Passaporte: M43929909, Processo: 46094015781201369 Empresa: ON/OFF MANUFATURA E COMERCIO DE VALVULAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRENT JAMES CANNON JR. Passaporte: 449563316, Processo: 46094016470201317 Empresa: AMETEK DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DUANE EDDY OVERHOLT Passaporte: QB956825, Processo: 46094016262201318 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIDEKI YAMAUCHI Passaporte: TK0975485, Processo: 46094016558201339 Empresa: INDUSTRIA E COMERCIO MAEMFE LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JULIO NAVARRO RODRIGUEZ Passaporte: AB 913048, Processo: 46094016265201351 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASANORI HIRAI Passaporte: TG7039201, Processo: 46094015671201305 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TROY A DAVIS Passaporte: 469082441, Processo: 46094016481201305 Empresa: MAGNETI MARELLI COFAP COMPANHIA FABRICADORA DE PECAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BIN SHI Passaporte: PE0136920, Processo: 46094016326201381 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Walter Franz Klammler Passaporte: P6631559, Processo: 46094016328201370 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERHARD ADOLF PLETSCHNIG Passaporte: L03448214, Processo: 46094015233201339 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER RUBEN CASIAS Passaporte: 483804888, Processo: 46094015667201339 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAISAKU ABE Passaporte: TK5040316, Processo: 46094015666201394 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FUMIYUKI HIRAKO Passaporte: TK3864720, Processo: 46094016321201358 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Manfred Schreiber Passaporte: L07297830, Processo: 46094015665201340 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IKUO KANAGUCHI Passaporte: TH7489088, Processo: 46094016800201374 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YAOHAO HUANG Passaporte: 306677858, Processo: 46094015664201303 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIYOTAKA MOCHIZUKI Passaporte: TG7920911, Processo: 46094015663201351 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYUTARO NISHIBORI Passaporte: MS8843214, Processo: 46094015657201301 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MITSUHARU YAMAMURA Passaporte: TK5973789, Processo: 46094015661201361 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YASUMI RUISE Passaporte: TK5972253, Processo: 46094015660201317 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROSHI YOSHIMURA Passaporte: MS9739327, Processo: 46094016300201332 Empresa: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENJI YAMAZAKI Passaporte: TK1411776, Processo: 46094015659201392 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUTAKA KURAMITSU Passaporte: MT0550446, Processo: 46094016301201387 Empresa: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUYUKI NISHIZAWA Passaporte: TK2193357, Processo: 46094015658201348 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TORU IDE Passaporte: MS7143446, Processo: 46094016302201321 Empresa: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIDEKI HANAOKA Passaporte: TG8407762, Processo: 46094015662201314 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHUNICHI AKUTAGAWA Passaporte: TG8525183, Processo: 46094016332201338 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Manuel Miglar Passaporte: P2171839, Processo: 46094016556201340 Empresa: NOVO VISUAL TERCEIRIZACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALPHONSE RAVIKUMAR RAJAMANICKAM Passaporte: Z1601149, Processo: 46094016298201300 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ATSUSHI OGINO Passaporte: TH8927699, Processo: 46094015758201374 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AGUSTIN CEJAS DORADO Passaporte: AAB750693, Processo: 46094016325201336 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCO RIEDER Passaporte: P1623306, Processo: 46094016297201357 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NAOKI ABE Passaporte: TK8894608, Processo: 46094016284201388 Empresa: DANIELI DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LORENZO FOLLA Passaporte: Y102725, Processo: 46094015783201358 Empresa: ON/OFF MANUFATURA E COMERCIO DE VALVULAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY PATRICK SHIELDS Passaporte: 099139426, Processo: 46094016333201382 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Thomas Knees Passaporte: L00570475, Processo: 46094016292201324 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHANN FALKNER Passaporte: 900224134, Processo: 46094016329201314 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL TANTSCHER Passaporte: P6491640, Processo: 46094016769201371 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARMEN LEON OVANESSOFF Passaporte: 093254190, Processo: 46094016557201394 Empresa: STEAG ENERGY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUDOLF GERHARD ZARTHE Passaporte: C8G09R8N4, Processo: 46094015888201315 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN HAROLD SPOONER Passaporte: QH964586, Processo: 46094017428201313 Empresa: SUMIDENSO DO BRASIL INDUSTRIAS ELETRICAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKEHISA SUZUKI Passaporte: TK0635342, Processo: 46094016327201325 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Gottfried Josef Wohlmuth Passaporte: P4211484, Processo: 46094016330201349 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN RICHARD TULLER Passaporte: P6551272, Processo: 46094016804201352 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO VITALI Passaporte: YA2994074, Processo: 46094016323201347 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FLORIAN ETTL Passaporte: P6554967, Processo: 46094016331201393 Empresa: AVON COSMETICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARKUS JOHANN SATTLER Passaporte: P1251521, Processo: 46094016605201344 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES MICHAEL MITCHELL Passaporte: 466942671, Processo: 46094015859201345 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO RUBIO CASTAÑO Passaporte: AAC544456, Processo: 46094016805201305 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TENG-YUN CHIU Passaporte: 212966042, Processo: 46094015778201345 Empresa: MITSUBISHI INDUSTRIAS PESADAS DO BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TATSUYA SHIMOMAE Passaporte: TK1813405, Processo: 46094016738201311 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYO INAGAKI Passaporte: TH9161390, Processo: 46094015927201376 Empresa: IMETALES - INDUSTRIA METALURGICA DE ALUMINIO E ESQUADRIAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HANBANG SONG Passaporte: G43146128, Processo: 46094015928201311 Empresa: IMETALES - INDUSTRIA METALURGICA DE ALUMINIO E ESQUADRIAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PINGZHANG CHEN Passaporte: G31039061, Processo: 46094017072201318 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM BLAKE PAGE Passaporte: 445871179, Processo: 46094015862201369 Empresa: VARD NITEROI S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FOLKE SLYNGSTAD Passaporte: 29011330, Processo: 46094015922201343 Empresa: IMETALES - INDUSTRIA METALURGICA DE ALUMINIO E ESQUADRIAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: QIGUANG LU Passaporte: G56263332, Processo: 46094015925201387 Empresa: IMETALES - INDUSTRIA METALURGICA DE ALUMINIO E ESQUADRIAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WENPING CHEN Passaporte: G35933097, Processo: 46094016649201374 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: John Sheridan Passaporte: 505048406, Processo: 46094015929201365 Empresa: IMETALES - INDUSTRIA METALURGICA DE ALUMINIO E ESQUADRIAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUEPU YU Passaporte: G30525982, Processo: 46094015926201321 Empresa: IMETALES - INDUSTRIA METALURGICA DE ALUMINIO E ESQUADRIAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUNJIAN HE Passaporte: G20684437, Processo: 46094015923201398 Empresa: IMETALES - INDUSTRIA METALURGICA DE ALUMINIO E ESQUADRIAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZHIYONG LUO Passaporte: G57091164, Processo: 46094017070201329 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT CHRISTIAN MORROW Passaporte: 477508923, Processo: 46094016954201366 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAYMOND PHILIP MARMITT Passaporte: 452 037 078, Processo: 46094016955201319 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL DAVID BEARRY Passaporte: 211196270, Processo: 46094016950201388 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO JOSE ALIZO VALERO Passaporte: 020173803, Processo: 46094016952201377 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK A HOUSH Passaporte: 488933162, Processo: 46094016799201388 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASSIMO PAGANI Passaporte: YA4349376, Processo: 46094015867201391 Empresa: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YIGONG CHEN Passaporte: P00743862, Processo: 46094015868201336 Empresa: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUETING ZHANG Passaporte: PE0015941, Processo: 46094015870201313 Empresa: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIHAO MA Passaporte: PE0022615, Processo: 46094016803201316 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCO CASTELLAN Passaporte: YA0088648, Processo: 46094015874201393 Empresa: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZHIPU ZHAO Passaporte: PE0022617, Processo: 46094017463201332 Empresa: QUALISYS ENGENHARIA LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN NEAL HEALY Passaporte: 424489382, Processo: 46094015873201349 Empresa: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHAOFENG XIE Passaporte: PE0015943,

Processo: 46094016394201340 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Gerald Keith Hebert Jr. Passaporte: 488103630, Processo: 46094016469201392 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUCA SCHIAVO Passaporte: C859655, Processo: 46094016725201341 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY DECHIARA Passaporte: 47578886, Processo: 46094016719201394 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHARLES ALLEN OWEN Passaporte: 213285248, Processo: 46094016125201383 Empresa: ARTERIS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Alfonso Juan Alvarez Villamarin Passaporte: AAG947555, Processo: 46094016124201339 Empresa: ARTERIS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JORDI JENE PLA Passaporte: AAF657363, Processo: 46094016718201340 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER TODD PARKS Passaporte: 498729428, Processo: 46094016543201371 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIROSLAV KONVALINA Passaporte: 39497954, Processo: 46094016023201368 Empresa: DELGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ASHOK KUMAR Passaporte: E7667039, Processo: 46094016024201311 Empresa: DELGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AVINASH CHAND Passaporte: F5260439, Processo: 46094016027201346 Empresa: DELGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHEKHER CHAND PUJARI Passaporte: H1805110, Processo: 46094016949201353 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANK SOWA Passaporte: CH2FMVXZH, Processo: 46094016951201322 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: UDO KRAFT Passaporte: C619969LM, Processo: 46094016252201382 Empresa: GROUPON SERVICOS DIGITAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Nolan Blake Finn Passaporte: 488600042, Processo: 46094016021201379 Empresa: DELGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANPREET SINGH Passaporte: G7519449, Processo: 46094016775201329 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JORGE MANUEL OLIVEIRA FERREIRA Passaporte: L863955, Processo: 46094016026201300 Empresa: DELGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAM PARKASH KALRA Passaporte: K2801184, Processo: 46094016528201322 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FERNANDO BLAS SUAREZ RODRIGUEZ Passaporte: AAH090135, Processo: 46094016254201371 Empresa: GROUPON SERVICOS DIGITAIS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Matthew Charles Keeler Passaporte: 497202993, Processo: 46094016022201313 Empresa: DELGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAMPAL Passaporte: K9040596, Processo: 46094016029201335 Empresa: DELGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FAROOK BASHIR MULANI Passaporte: H2873510, Processo: 46094016521201319 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN JOSÉ SANCHEZ SANTANA Passaporte: AAH039206, Processo: 46094016028201391 Empresa: DELGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LALIT KUMAR Passaporte: G4388197, Processo: 46094016025201357 Empresa: DELGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANOJ KUMAR YADAV Passaporte: G2767369, Processo: 46094016777201318 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AGOSTINHO TEIXEIRA MOREIRA Passaporte: L159793, Processo: 46094016774201384 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Arley Gregorio Vasquez Osorio Passaporte: AAC812583, Processo: 46094016771201341 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL ANGEL VALDES VALLINES Passaporte: BC240141, Processo: 46094017467201311 Empresa: BURBERRY BRASIL COMERCIO DE ARTIGOS DE VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JULIAN ANDRES SCHETTINI Passaporte: AAA482595, Processo: 46094016343201318 Empresa: INNOGAMES BRASIL DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Tim Werner Passaporte: C29MYPLZF, Processo: 46094016776201373 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Es-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL PROIBIDO A REPRODUÇÃO

trangeiro: Kiril Trifonov Kirilov Passaporte: AAG325546, Processo: 46094016773201330 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Antonio Jesus Orcera Suarez Passaporte: AAG727087, Processo: 46094016616201324 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TERRENCE JOSEPH MC GUCKIN Passaporte: 211974583, Processo: 46094016778201362 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUSTAVO VICENTE MEJUTO Passaporte: AAG278564, Processo: 46094016628201359 Empresa: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPH JOSEF FROEHLICH Passaporte: CGVY6356H, Processo: 46094016143201365 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAINORAS SATKUNAS Passaporte: 23330245, Processo: 46094016244201336 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS KNECHT Passaporte: F3867577, Processo: 46094016477201339 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTHIAS BLOCK Passaporte: C3FT87G81, Processo: 46094017078201395 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Simo Heikki Holsti Passaporte: PL2713788, Processo: 46094016999201331 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUNETSU EBIKO Passaporte: MS9050455, Processo: 46094017077201341 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Mika Matias Haekkilae Passaporte: PD8425946, Processo: 46094016995201352 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KATSUNORI KITAGAWA Passaporte: TK8882489, Processo: 46094016289201319 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALAN ORIGEN QUITO Passaporte: EB0081723, Processo: 46094016997201341 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAOMI KAMATA Passaporte: TK5290450, Processo: 46094016996201305 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SATOSHI HIBINO Passaporte: TG5247220, Processo: 46094016552201361 Empresa: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Philip Carl Lakey Passaporte: 134570237, Processo: 46094016258201350 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BOSKO MATASOVIC Passaporte: 233309566, Processo: 46094016259201302 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: IVO TOPIC Passaporte: 003416847, Processo: 46094016998201396 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AKIRA IWASAKI Passaporte: TK8900401, Processo: 46094017283201351 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VÍTOR MIGUEL CARVALHAIS SANTOS Passaporte: L976852, Processo: 46094016184201351 Empresa: FENDER CARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JULIAN NOEL LEMMON Passaporte: 099054690, Processo: 46094016472201314 Empresa: SMITHS DETECTION BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PIERRICK MARGELLI Passaporte: 09AA16683, Processo: 46094016555201303 Empresa: STEP CONSOLIDATED DO BRASIL PROJETOS ESPECIALIZADOS E SERVICOS OFFSHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SORIN CHIRILA Passaporte: 12654651, Processo: 46094016077201323 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAXIMO BENITO DIAZ Passaporte: BF230773, Processo: 46094016089201358 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRES RODRIGUEZ MARRERO Passaporte: BC101075, Processo: 46094016084201325 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL MATAS OLIVAS Passaporte: AAG152256, Processo: 46094016076201389 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL MARTINEZ CAMPOS Passaporte: AAA847963, Processo: 46094016078201378 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANTIAGO MERENCIO GARCIA Passaporte: AAG521171, Processo: 46094017232201329 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Wolfgang Walch Passaporte: P 3787347, Processo: 46094016717201303 Empresa: EMC COMPUTER SYSTEMS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YU ZHANG Passaporte: G58707928, Processo: 46094017231201384 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Franz Oppenauer Passaporte: P 6975727, Processo: 46215011276201321 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ ANTÓNIO FRANCO FERREIRA Passaporte: M554749, Processo: 46215011262201316 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO LOPEZ PASTOR MUÑOZ Passaporte: AAG148144, Processo: 46215011278201311 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARTUR MANUEL GONÇALVES DA SILVA Passaporte: M550324, Processo: 46215011269201320 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FILIPE DOS REIS GALVÃO Passaporte: M482039, Processo: 46215011263201352 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERMÁN CAYETANO MARTÍNEZ Passaporte: AAB757467, Processo: 46094016770201304 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAVIER LORENCES CAMPOSO Passaporte: AAG652509, Processo: 46215011275201387 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HÉLDER JOSÉ FERREIRA DA COSTA Passaporte: L952176, Processo: 46094017227201316 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JULIO ERNESTO DE LA FUENTE FERNANDEZ Passaporte: AAE570713, Processo: 46215011270201354 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JORGE MANUEL DA COSTA GRANGEON CAVALEIRO Passaporte: M555313, Processo: 46215011266201396 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ CARLOS DE CASTRO NETO Passaporte: M483476, Processo: 46215011264201305 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAVIER SULLA CORTES Passaporte: AE153233, Processo: 46215011267201331 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ LUIS GONÇALVES DE CASTRO Passaporte: M551068, Processo: 46094016257201313 Empresa: G-KT DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NAOYA KANARI Passaporte: TG7171095, Processo: 46215011271201307 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ MANUEL COELHO DE JESUS FRANCISCO Passaporte: L375502, Processo: 46094016772201395 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN ALONSO SUAREZ Passaporte: AAG373715, Processo: 46215011268201385 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ MANUEL DE ABREU RODRIGUES Passaporte: M550323, Processo: 46215011265201341 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN ALBERTO ROMERO SOLER Passaporte: AAG201888, Processo: 46215011272201343 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTINHO MANUEL SILVA DIAS Passaporte: M550322, Processo: 46215011273201398 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NUNO MIGUEL TRINDADE DO CARMO Passaporte: M555182, Processo: 46215011274201332 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIAGO DE JESUS MARTINS Passaporte: M560791, Processo: 46094016619201368 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUSSELL CAMERON MOORE Passaporte: BA339332, Processo: 46094016737201376 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUHIRO OKI Passaporte: TK7019608, Processo: 46094016736201321 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHOICHI NAKAMORI Passaporte: TZ0267154, Processo: 46094016741201334 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TETSUYA MIURA Passaporte: TH3610652, Processo: 46094016739201365 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAKOTO HIROTA Passaporte: TK2945387, Processo: 46094016740201390 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NOBUHIKO NAKAMURA Passaporte: TH2922480, Processo: 46094016456201313 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL LLOYD ANDERSON Passaporte: 135701801, Processo: 46094017079201330 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS INGEMAR DARNELL Passaporte: 84147583, Processo: 46094017075201351 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS JOSEF JOHANSSON Passaporte: 45036865, Processo: 46094016473201351 Empresa: ALBABATH PROJETOS E MONTAGEM DE BANHEIROS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VICTOR GONZALEZ VELASCO Passaporte: G11766940, Processo: 46094017082201353 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PER TOMAS MAGNUS BLOMSTRAND Passaporte: 81714718, Processo: 46094017372201305 Empresa: AGGREKO ENERGIA LOCACAO DE GERADORES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Guy Richard Anderson Passaporte: 801189522, Processo: 46094016478201383 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRÉ MERKER Passaporte: C7W2JPYNL, Processo: 46094016479201328 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: UGUR ALTUNBAS Passaporte: C7W2LK3XF, Processo: 46094016460201381 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAULO FERNANDO ALEXANDRE MARQUES Passaporte: M288234, Processo: 46094016476201394 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN HEIN Passaporte: 572645478, Processo: 46094016474201303 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: REINHARD SCHNITKER Passaporte: 552104852, Processo: 46094016480201352 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EGBERT MOELLMANN Passaporte: C7W6C24X0, Processo: 46094016242201347 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALICIA LÓPEZ LANZÓN Passaporte: AAC198472, Processo: 46094016475201340 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICO GRIMM Passaporte: C7JK64L9V, Processo: 46094016591201369 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIDEO URABE Passaporte: MZ0544105, Processo: 46094016467201301 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUI MANUEL TEIXEIRA DA COSTA Passaporte: M128723, Processo: 46094016592201311 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAKI KAMIYAMA Passaporte: TG6881076, Processo: 46094016593201358 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASATOSHI YAMASHINA Passaporte: TH0279089, Processo: 46094016600201311 Empresa: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHUNGKI KIM Passaporte: M06716236, Processo: 46094016594201301 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TORU KUDO Passaporte: TK7143024, Processo: 46094016595201347 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUICHI ITO Passaporte: TK8048053, Processo: 46094016596201391 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUSUKE TAKAMURA Passaporte: MT0412994, Processo: 46094016457201368 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PHILIPP LIONEL RINGGENBERG Passaporte: X0947390, Processo: 46094016462201371 Empresa: XYPD DO BRASIL EMBALAGENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TSAI-LING HUNG Passaporte: 212204194, Processo: 46094016466201359 Empresa: XYPD DO BRASIL EMBALAGENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHENG-SHENG TU Passaporte: 200626657, Processo: 46094016464201360 Empresa: XYPD DO BRASIL EMBALAGENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KUO-CHI LO Passaporte: 300770554, Processo: 46094016806201341 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHIA-HUAN WU Passaporte: 212445448, Processo: 46094017388201318 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIGI EROS MARAZZI Passaporte: YA0997415, Processo: 46094017389201354 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUFINO RUGGIERO Passaporte: YA0112489, Processo: 46094017387201365 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EMANUELE SPANO Passaporte: C 553453, Processo: 46094016599201325 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN KATZ Passaporte: C7V J3R 4JX, Processo: 46094016598201381 Empresa: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN KRÜGER Passaporte: 571010782, Processo: 46094017336201333 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PEDER SKIFTER MIKKELSEN Passaporte: 202290247, Processo: 46094016873201366 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER ROKOV Passaporte: E4061292, Processo: 46094016221201321 Empresa: ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUCOES OCEANICAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERHARD ERICH WARNECKE Passaporte: C1F00GZT6, Processo: 46094016222201376 Empresa: ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUCOES OCEANICAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS HEINZ SEIFERT Passaporte: 770824280, Processo: 46094016627201312 Empresa: MAGNETI MARELLI COFAP COMPANHIA FABRICADORA DE PECAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YULIN SHEN Passaporte: PE0136919, Processo: 46094016407201381 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLEG NIKOLAEVICH MALIKOV Passaporte: 488934711, Processo: 46094016941201397 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIYOTAKA FUJISE Passaporte: MS6981263, Processo: 46094016943201386 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Tadaomi Ueyama Passaporte: TG7198325, Processo: 46094016406201336 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jeremy Douglas McLellan Passaporte: BA806504, Processo: 46094017111201387 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Timothy Lynn White Passaporte: 509638815, Processo: 46094017785201381 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JARI ANTERO MOURUJÄRVI Passaporte: 16085253, Processo: 46094016606201399 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT KLOOS Passaporte: BUC85BDP7, Processo: 46094016945201375 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUKI SATO Passaporte: TH7801324, Processo: 46094016938201373 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROTAKA HAZEKI Passaporte: TK8300693, Processo: 46094016937201329 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAISUKE TANABE Passaporte: TK5760328, Processo: 46094016934201395 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NAOHIKO SANDA Passaporte: TH0503389, Processo: 46094016935201330 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAAKI KAWAI Passaporte: TK6780893, Processo: 46094016939201318 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEISUKE ODA Passaporte: TG6866194, Processo: 46094016942201331 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Naoto Matsumoto Passaporte: TH4397928, Processo: 46094017073201362 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Mario Brand Passaporte: 672610891, Processo: 46094016944201321 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Takayoshi Hino Passaporte: TK0751669, Processo: 46094017798201351 Empresa: MUSASHI DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAKI KAWASUMI Passaporte: TH9799030, Processo: 46094016522201355 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID QUINTANA SUAREZ Passaporte: AAH090016, Processo: 46094017799201303 Empresa: MUSASHI DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YASUYOSHI ITO Passaporte: TG6584281, Processo: 46094016936201384 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KOJI FUJISAKI Passaporte: TH8919372, Processo: 46094016933201341 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TADAMITSU TOYAMA Passaporte: TH3030666, Processo: 46094016607201333 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOMINIK

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

JAKOB Passaporte: P 4179590, Processo: 46094016582201378 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL STADLER Passaporte: P 4017493, Processo: 46094016585201310 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICARDO DIAZ BLANCO Passaporte: BF419074, Processo: 46094016581201323 Empresa: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XIANG ZHANG Passaporte: G27417560, Processo: 46094016580201389 Empresa: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GE SUN Passaporte: G61524398, Processo: 46094017112201321 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Christopher Mark Smith Passaporte: 705632507, Processo: 46094017041201367 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARÍA MAITE PADILLA BERNAL Passaporte: AA623303, Processo: 46094016931201351 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANABU WATANABE Passaporte: TK1154418, Processo: 46094016930201315 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKASHI YOSHII Passaporte: TK2149446, Processo: 46094016932201304 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHIO OHASHI Passaporte: TG8658847, Processo: 46094016807201396 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Josip Vrbanic Passaporte: 001831666, Processo: 46094016802201363 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BOR-PO CHEN Passaporte: 211918870, Processo: 46094016722201316 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIOVANNI FLAIM Passaporte: X4962255, Processo: 46094017266201313 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KURT JAMES WAGNER Passaporte: 406117724, Processo: 46094016690201341 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLIVIER ANDRE BERNARD TRIBOTTE Passaporte: 11AT06208, Processo: 46094016689201316 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIEN VINCENT PAULHAN Passaporte: 08CH43053, Processo: 46094016956201355 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTH JOSE MARTINEZ RODRIGUEZ Passaporte: 050368853, Processo: 46094016688201371 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIN LI Passaporte: G46471076, Processo: 46094016687201327 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIFU WANG Passaporte: G60548386, Processo: 46094016957201308 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL MEIER Passaporte: C7GMG57J4, Processo: 46094017113201376 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Scharll Peter Neumann Passaporte: 462738839, Processo: 46094016958201344 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ENRIQUE VARGAS Passaporte: 488046223, Processo: 46094016507201315 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN GODFREY ANDERSON Passaporte: 511129301, Processo: 46094016959201399 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: REINHART FRANK SCHUMANN Passaporte: C22WOR2HK, Processo: 46094016506201362 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARLON MEJIA LACASA Passaporte: 136071280, Processo: 46094016509201304 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ARTURO CASTILLO Passaporte: 052876178, Processo: 46094016948201317 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS ANGEL TARRATS PEREZ Passaporte: 442048063, Processo: 46094016508201351 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CLAUDIO FREIRE DE JESUS Passaporte: N1220474, Processo: 46094016505201318 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOMINGAS MANUEL DA COSTA Passaporte: N1036810, Processo: 46094016515201353 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERMAN DARIO ARBELAEZ LOPEZ Passaporte: AO181153, Processo: 46094017118201307 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY KENNETH VASEY Passaporte: 504609449, Processo: 46094016620201392 Empresa: DELGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEEPAK JOLLY Passaporte: Z2302456, Processo: 46094017119201343 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSEPH KWIATKOWSKI Passaporte: 441923782, Processo: 46094017486201347 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Haaris Zarar Sheikh Passaporte: 474813281, Processo: 46094016940201342 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KANON NINNANON Passaporte: V902721, Processo: 46094016586201356 Empresa: INTEGRAL ENGENHARIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO LANDIN DIAZ Passaporte: AAF604540, Processo: 46094016946201310 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WIPAS SUTHAMTANAKIJ Passaporte: K925479, Processo: 46094016677201391 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EIRIK MADSEN Passaporte: 20562744, Processo: 46094017321201375 Empresa: CAMARGO SCHUBERT ENGENHEIROS ASSOCIADOS SC LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIREIA CASINOS CAUS Passaporte: BB961757, Processo: 46094016984201372 Empresa: PERFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NING LIU Passaporte: G31968338, Processo: 46094016785201364 Empresa: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BERNHARD EMMERT Passaporte: C5ZMXVC4T, Processo: 46094016981201339 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADOLFO ANTONIO SALLES TREJO Passaporte: AAF096518, Processo: 46094016980201394 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO CABELLO OLIVARES Passaporte: BB422761, Processo: 46094016982201383 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BEATRIZ ESCARIO RUBIALES Passaporte: AAG549665, Processo: 46094016728201385 Empresa: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HECTOR ANGEL ACOSTA OCAMPO Passaporte: 483820931, Processo: 46094016979201360 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GABRIEL JAIME GARCIA PARRA Passaporte: AAD864371, Processo: 46094017725201369 Empresa: SIMI BRASIL MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADÃO MEIRELES MOTA Passaporte: M054826, Processo: 46094016727201331 Empresa: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN RAY NIX Passaporte: 442381541, Processo: 46094016978201315 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERARDO PONCE GONZALEZ Passaporte: AAG857569, Processo: 46094016977201371 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JORGE TORO SILES Passaporte: BA822017, Processo: 46094016975201381 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN GARCIA MONCAYO Passaporte: AAF468789, Processo: 46094016976201326 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN TORO SILES Passaporte: AAF370105, Processo: 46094016974201337 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS SAN ROMAN MUÑOZ Passaporte: AAA374426, Processo: 46094016987201314 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PEDRO JOSE FERNANDEZ MORENO Passaporte: AC229784, Processo: 46094016986201361 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAUL GONZALEZ MURILLO Passaporte: AAF410069, Processo: 46094016985201317 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XAVIER PUNSODA HABAS Passaporte: AAG375647, Processo: 46094016724201305 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN THOMAS TOMKO Passaporte: 424198841, Processo: 46094017427201379 Empresa: KOMATSU DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUJI SHIBA Passaporte: TG4730889, Processo: 46094017337201388 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LANCE THOMAS KOONTZ Passaporte: 470152708, Processo: 46094017295201385 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RANDY GUILLORY Passaporte: 461168592, Processo: 46094016808201331 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Paulo Manuel Paninho Dâmaso Passaporte: H113709, Processo: 46094017120201378 Empresa: PWR MISSION INDUSTRIA MECANICA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Sui Shi Passaporte: P01112952, Processo: 46094016768201327 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VINOD ERAYUR MANIAN Passaporte: E9240666, Processo: 46094017351201381 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JESSE PAUL WHITTON Passaporte: 467054664, Processo: 46094014914201380 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICHOLAS JOHN WHITE Passaporte: 207423069, Processo: 46094017074201315 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZORAN PODORESKI Passaporte: 003759253, Processo: 46094017161201364 Empresa: COLOSSUS MINERACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LEONARD ALBERT STADNYK Passaporte: QI831266, Processo: 46094017426201324 Empresa: KOMATSU DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIMASA KAMIYA Passaporte: TK5433143, Processo: 46094017160201310 Empresa: COLOSSUS MINERACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ALAN TODD Passaporte: GB302291, Processo: 46094017194201312 Empresa: CARL ZEISS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFFEN ECKARDT Passaporte: CHFGVK3WT, Processo: 46094017192201315 Empresa: CARL ZEISS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIAN KNÖFFEL Passaporte: CHFH28WRZ, Processo: 46094017191201371 Empresa: CARL ZEISS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PEDRO MIGUEL CAPELA DIAS Passaporte: L965883, Processo: 46094017193201360 Empresa: CARL ZEISS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIO JOSE VALE COSTA DA CRUZ Passaporte: L412378, Processo: 46094016922201361 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN MICHAEL BAKSIC Passaporte: 447911000, Processo: 46094016962201311 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: URS JÜRG WAIBEL Passaporte: F0779035, Processo: 46094017186201368 Empresa: QMAX DO BRASIL SOLUCOES DO PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ALIRIO MEJIAS NUNEZ Passaporte: 018794014, Processo: 46094016907201312 Empresa: ALSTOM GRID ENERGIA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FREDRIK RICKARD KETIL EK Passaporte: 81408695, Processo: 46094016923201313 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SCOTT FRANCIS VANEK Passaporte: 453343025, Processo: 46094016906201378 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUSTAV LORENZO NATTERER Passaporte: F2731875, Processo: 46094017063201327 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASSIMILIANO SASSELLA Passaporte: 243660X, Processo: 46094016921201316 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BELLA SOFIA YAPTINCHAY CAEG Passaporte: EB3854521, Processo: 46094017080201364 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CLAS JONAS HENRIKSSON Passaporte: 80536702, Processo: 46094017081201317 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LISA EMMELI OLÉN Passaporte: 82097639, Processo: 46094017101201341 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Walter Suppan Passaporte: P 2444082, Processo: 46094016878201399 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEIR RUNE HAGATUN Passaporte: 26181143, Processo: 46094016880201368 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAN PETTER LEIRVAG Passaporte: 03M0632229-35, Processo: 46094016851201304 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEIN EIRIK RINKE SELHEIM Passaporte: 28987716, Processo: 46094017104201385 Empresa: GEOSERV PESQUISAS GEOLOGICAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DENIS LEVESQUE Passaporte: BA390845, Processo: 46094017105201320 Empresa: GEOSERV PESQUISAS GEOLOGICAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Normand Grenier Passaporte: BA390830, Processo: 46094017772201311 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HANS DAVID GUDMUNDS Passaporte: 62907719, Processo: 46094016879201333 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARNSTEIN SVEIA MELLEGARD Passaporte: 27004770, Processo: 46094017423201391 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES SUMMERSON Passaporte: 505015909, Processo: 46094016853201395 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUDOLF BREKKEN Passaporte: 28213405, Processo: 46094017064201371 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIANPAOLO RIGHETTO Passaporte: AA0583483, Processo: 46094017379201319 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER SIEGFRIED OEHLCKE Passaporte: C9HM4K5L7, Processo: 46094016849201327 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JORN LANGHELLE NORDHUS Passaporte: 27027959, Processo: 46094016848201382 Empresa: MAMMOET WIND SERVICOS EM ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDERS THOMSEN Passaporte: 200710580, Processo: 46094017270201381 Empresa: XYPD DO BRASIL EMBALAGENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HSIEH-YI LIN Passaporte: 302127169, Processo: 46094017378201374 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT LIEDL Passaporte: P6008975, Processo: 46094017317201315 Empresa: SNR ROLAMENTOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ISAMU NAKADA Passaporte: TH4448857, Processo: 46094017037201307 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL WERNIG Passaporte: L0819536, Processo: 46094017181201335 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: INGAR ARNE STRANDMAN Passaporte: 25506552, Processo: 46094017316201362 Empresa: SNR ROLAMENTOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YASUHITO KANAMORI Passaporte: TG7941850, Processo: 46094017268201311 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUDOLF ANTONI KILIAN Passaporte: CH1H2FVP0, Processo: 46094017261201391 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER PUETTNER Passaporte: C7N9KN497, Processo: 46094017262201335 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN KREJCIK Passaporte: 35790222, Processo: 46094017264201324 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MILAN TRCALEK Passaporte: 36885153, Processo: 46094017334201344 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TERRY ALLEN STANLEY Passaporte: M9282427, Processo: 46094017265201379 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANTISEK KREJCI Passaporte: 40430505, Processo: 46094017441201372 Empresa: AISIN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASANORI FURUTA Passaporte: TK7324029, Processo: 46094017385201376 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: QUINN ALBERT DURAND Passaporte: 509642657, Processo: 46094017383201387 Empresa: ELEKTA MEDICAL SYSTEMS COMERCIO E SERVICOS PARA RADIOTERAPIA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARL ANDREW DURUZ Passaporte: E4068827, Processo: 46094017407201306 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANGEL ESCARIO RUBIALES Passaporte: AAE434175, Processo: 46094017406201353 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO TREJO ROMERO Passaporte: AAE803994, Processo: 46094017400201386 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO BLEDA RUIZ Passaporte: AAC672213, Processo: 46094017403201310 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN JOSE LOSADA ABELAIRA Passaporte: AA426416, Processo: 46094017174201333 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BILLY WILLIAMS Passaporte: 459088008, Processo: 46094017489201381 Empresa: ALLIANCE SERVICOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OERJAN JENSEN Passaporte: 27058563, Processo: 46094017405201317 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL PEÑA LUMBRERAS Passaporte: AAF892660, Processo: 46094017411201366 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCOS ANTONIO MURIAS GARCIA Passaporte: AB461103, Processo: 46094017408201342 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NEMESIO VAZQUEZ COSTA Passaporte: AA205521, Processo: 46094017410201311 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PASCUAL PEÑARRUBIA LORENTE Passaporte: BF331841, Processo: 46094017402201375 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANTIAGO HURTADO VALLES Passaporte: AAE140754, Processo: 46094017409201397 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRYZINTONG WILLIAMS TRIVINO PIZA Passaporte: AAD722220, Processo: 46094017175201388 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GRAEME ANDREW COLLINS Passaporte: 456622806, Processo: 46094017448201394 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUKI SAKAGUCHI Passaporte: TH 1.316.590, Processo: 46094017447201340 Empresa: CAF BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROKI IWATA Passaporte: MS 4.625.793, Processo: 46094017431201337 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Sundeep Gandhi Passaporte: Z1651478, Processo: 46094017370201316 Empresa: TETRA TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STUART IAIN PATTERSON Passaporte: 099280188, Processo: 46094017412201319 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Mary Ellen Margret Mc Kee Passaporte: 215330237, Processo: 46094017465201321 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSEF VODRAZKA Passaporte: 40031540, Processo: 46094017419201322 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VINCENZO LECCESE Passaporte: YA1865215, Processo: 46094017413201355 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VIVEK SAHNI Passaporte: G1560302, Processo: 46094017556201367 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Stefaan Joseph Catharina De Hauwere Passaporte: EJ136491, Processo: 46094017508201379 Empresa: ON/OFF MANUFATURA E COMERCIO DE VALVULAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW TAYLOR PAUL Passaporte: 488224621, Processo: 46094017504201391 Empresa: DRESSER-RAND DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Syed-Hazir Shah Passaporte: BA387615, Processo: 46094017363201314 Empresa: RG ESTALEIRO ERG2 S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO AUGUSTO CLETO GOMES Passaporte: M438450, Processo: 46094017364201351 Empresa: RG ESTALEIRO ERG2 S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILHELM HANS JUERGEN DRIGALLA Passaporte: CCWT0YPXN, Processo: 46094017476201310 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: INAKI SANCHEZ VALVERDE ERICE Passaporte: AAF733092, Processo: 46094017464201387 Empresa: QUALISYS ENGENHARIA LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER ALLEN ABLE Passaporte: 214846559, Processo: 46094017803201325 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Neil Simmons Passaporte: 209665702, Processo: 46094017865201337 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN JOHNATHAN HACKETT Passaporte: 018295557, Processo: 46094017871201394 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Rodney Brook Rodgers Passaporte: 448292115, Processo: 46094017505201335 Empresa: MAMMOET WIND SERVICOS EM ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID JOSÉ MENINO DA SILVA Passaporte: L161847, Processo: 46094017506201380 Empresa: MAMMOET WIND SERVICOS EM ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUÍS MIGUEL MÁXIMO DE ABREU NUNES GOMES Passaporte: M569488, Processo: 46094017765201319 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDERS STRAARUP Passaporte: 102532312.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094018998201321 Empresa: INNER. ENTERPRISES PRODUCOES & EVENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL GARIBALDI LINDENBERG Passaporte: 82679453 Estrangeiro: LEIF HENRIK INGEMAR PERÄ Passaporte: 81237095, Processo: 46094018997201386 Empresa: INNER. ENTERPRISES PRODUCOES & EVENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSHUA FULLERTON LEGG Passaporte: 104749178, Processo: 46094018856201363 Empresa: B. G. PROMOCOES CULTURAIS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANASTASIA VOLTCHOK JUNG Passaporte: F2277753, Processo: 46094018583201357 Empresa: ASSOCIACAO SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AIDA BORRAS ROSSELLO Passaporte: AAH113066 Estrangeiro: ALBERT HENDRIKUS LANGENKAMP Passaporte: NY61C10D2 Estrangeiro: ALEXEY OGRINCHUK Passaporte: 515257196 Estrangeiro: ALPHONSUS WILHELMUS VERSPAANDONK Passaporte: NWKR4CL52 Estrangeiro: ANNA ELISABETH WEBB Passaporte: NTD2H7F24 Estrangeiro: ANNE CHRISTIN ERBE Passaporte: C4VR32PMM Estrangeiro: ANNELIES FONS MIA VAN NUFFELEN Passaporte: EJ534147 Estrangeiro: ANTONIUS THEODORUS VAN DER MEER Passaporte: NPF13K395 Estrangeiro: ARNDT EBERHARD AUHAGEN Passaporte: C6W99MMM0 Estrangeiro: ARNO EDMOND CHRISTINE PITERS Passaporte: NYRJHF4D6 Estrangeiro: ARTHUR BERNARDUS OOMENS Passaporte: BG2K746P9 Estrangeiro: AUGUSTINUS BERNARDUS JEUKENDRUP Passaporte: NT8FFRHR3 Estrangeiro: BART PIETER ANNE CLAESSENS Passaporte: NS3R2B2J5 Estrangeiro: BENEDIKT MARIA ENZLER Passaporte: C4VRP8T2F Estrangeiro: BENJAMIN CARMEL PELED Passaporte: 488054676 Estrangeiro: CAROL LOUISE HARTE Passaporte: NS748R9J1 Estrangeiro: CAROLINE STRUMPHLER Passaporte: NU7LBJ272 Estrangeiro: CATHERINA MARIA ELISABETH VAN RIJN Passaporte: NR3LBC927 Estrangeiro: CHRISTIAN HACKER Passaporte: C4VR1HK5F Estrangeiro: CLEO JOZEF PAULUS SIMONS Passaporte: NW14F2CB0 Estrangeiro: CORNELIS JOHANNES VAN MAAREN Passaporte: NYH9899R0 Estrangeiro: DAAN ROBERT VAN SCHIJNDEL Passaporte: NXPJ4PLB5 Estrangeiro: DANIEL SEMEYN ESSER Passaporte: NV21D8R12 Estrangeiro: DAVIDE PIETRO LATTUADA Passaporte: YA0186297 Estrangeiro: DENIS MATSUEV Passaporte: 515276790 Estrangeiro: DOMINIC MAX SELDIS Passaporte: 504588068 Estrangeiro: DOUWE ZUIDEMA Passaporte: BU2H3F9F0 Estrangeiro: EDITH VAN MOERGASTEL Passaporte: NRJH777P2 Estrangeiro: EKE JUDITH VAN SPIEGEL Passaporte: NTP37C6F4 Estrangeiro: ELSE MARIE GEERTRUIDE BROEKMAN Passaporte: BJ80BPL94 Estrangeiro: EMILY BEYNON Passaporte: 510781958 Estrangeiro: ERIC VAN DER WEL Passaporte: NX80C3K81 Estrangeiro: EVA SMIT Passaporte: C4VRH3NJP Estrangeiro: FRAUKE BERNDS Passaporte: C4VRG7656 Estrangeiro: FREDERICK ROBERTS EDELEN Passaporte: 488055804 Estrangeiro: FREDERIK ANNIE REMI BOITS Passaporte: EI008215 Estrangeiro: GEORGINA ELIZABETH POAD Passaporte: 510769656 Estrangeiro: GERDA JOHANNA OCKERS Passaporte: NU997JKL6 Estrangeiro: GUSTAVO GIMENO MARTINEZ Passaporte: XDA042039 Estrangeiro: GUSTAVO NUNEZ RODRIGUEZ Passaporte: XDA592167 Estrangeiro: HANS CHRISTIAAN VAN BALEN Passaporte: NYPH0H0P9 Estrangeiro: HARRIET ELISA VAN UDEN Passaporte: NRL58FF99 Estrangeiro: HELMA VAN DEN BRINK Passaporte: NSP8KJC25 Estrangeiro: HENDRIK HERMAN RUBINGH Passaporte: BUK6H2HJ8 Estrangeiro: HENRIETTE LUYTJES Passaporte: NTK766B66 Estrangeiro: HERMAN MARTIN RIEKEN Passaporte: NYK40PO48 Estrangeiro: HERMANNUS JOHANNES ALTING Passaporte: NR4B8D408 Estrangeiro: HONORINE ALICE SCHAEFFER Passaporte: 10AA412392 Estrangeiro: ILKA VAN DER PLAS Passaporte: NVFRJ1R92 Estrangeiro: IRINA JANSONE Passaporte: LV3873493 Estrangeiro: IVAN MEYLEMANS Passaporte: EJ105010 Estrangeiro: JACOB BERT JAN VAN DER VLIET Passaporte: NTJ2F5K98 Estrangeiro: JACOB CORNELIS GROENENDIJK Passaporte: NXC39CR30 Estrangeiro: JACOB JOZEF MEERTENS Passaporte: NP5J7LKJ3 Estrangeiro: JAN ARIE KOUWENHOVEN Passaporte: NYDH300D3 Estrangeiro: JAN DESIRE JEANNE RAES Passaporte: EJ674854 Estrangeiro: JAN JACOBUS UMMELS Passaporte: NURD8R754 Estrangeiro: JANE ELIZABETH PIPER Passaporte: N4034674 Estrangeiro: JANKE ANNETTE TAMMINGA Passaporte: NM2HH1877 Estrangeiro: JELENA RISTIC Passaporte: NM5L345F2 Estrangeiro: JEROEN ANTON FREDERIK BAL Passaporte: NNFD09JF3 Estrangeiro: JEROEN FRANS JOZEF QUINT Passaporte: NXF8JJ4D4 Estrangeiro: JEROEN WOUDSTRA Passaporte: NUP8KL7P7 Estrangeiro: JEROME CHRISTIAN WENCESLAS FRUCHART Passaporte: 12DC98498 Estrangeiro: JOANNA BERNADETTE WESTERS Passaporte: BTB0JBJ19 Estrangeiro: JOEL ETHAN FRIED Passaporte: 488823529 Estrangeiro: JOHAN CHRISTIAN VAN EGGELEN Passaporte: BWKF42C93 Estrangeiro: JOHAN MARIUS VAN IERSEL Passaporte: NPK64RB04 Estrangeiro: JOHANNES ANTONIUS THOMAS MARIE WOLFS Passaporte: NP3L823B6 Estrangeiro: JOHANNES HERRIUS HALBERTSMA Passaporte: NT62484P1 Estrangeiro: JOHANNES MARIA LUDOVICUS MEDDENS Passaporte: NV9H16166 Estrangeiro: JOOST PIETER MAEGERMAN Passaporte: EJ150063 Estrangeiro: JORGEN LUKAS VAN RIJEN Passaporte: BW40F65C9 Estrangeiro: JOSEF MALKIN Passaporte: NTBLRCR79 Estrangeiro: JOSEPH JOHANNES ADRIANUS MARIA DE LANGE Passaporte: NX78RL267 Estrangeiro: JUDITH VAN DER WEL Passaporte: NSKR6B7K2 Estrangeiro: JULIA MINTJE VAN LIER Passaporte: NS55K9L01 Estrangeiro: JULIA TOM Passaporte: 501012078 Estrangeiro: JULIAN MARTIN SOMMERHALDER Passaporte: X1745664 Estrangeiro: JULIE MYRIAM YVETTE MOULIN Passaporte: 12DA44317 Estrangeiro: JUNKO NAITO Passaporte: TH1071987 Estrangeiro: KEIKO IWATA Passaporte: TZ0420205 Estrangeiro: KEN HAKII Passaporte: MZ0606190 Estrangeiro: KERSTEN QUINTEN MC CALL Passaporte: C4VRKNYNV Estrangeiro: KORNELIS BIJL Passaporte: NW189PFK1 Estrangeiro: LAURENS ROGLER WOUDENBERG Passaporte: NS9440282 Estrangeiro: LEONIE MARIA BOT Passaporte: NU69RL4R1 Estrangeiro: LIVIU DANIEL PRUNARU Passaporte: EI260503 Estrangeiro: LORENZO FERRANDIZ CARRILLO Passaporte: X588219 Estrangeiro: LUCAS MACIAS NAVARRO Passaporte: AAA868566 Estrangeiro: MAAIKE MEREL VAN BAARZEL Passaporte: NPJ9C2556 Estrangeiro: MANON WAGENMAKERS Passaporte: NX34J31F3 Estrangeiro: MANUEL BLANCO GOMEZ LIMON Passaporte: BF345409 Estrangeiro: MARC DANIEL VAN BIEMEN Passaporte: NR69849P7 Estrangeiro: MARIETTA FELTKAMP Passaporte: NX746F736 Estrangeiro: MARIJN ALICE MIJNDERS Passaporte: BY73L8642 Estrangeiro: MARINUS JOHANNES KOMST Passaporte: NTPP2COR7 Estrangeiro: MARISS JANSONS Passaporte: LV3873506 Estrangeiro: MARK CASPER BRAAFHART Passaporte: NNF632163 Estrangeiro: MARLEEN MARIA ASBERG Passaporte: NWH18DDF4 Estrangeiro: MARTIN ALBERT SCHIPPERS Passaporte: NWLJ2J514 Estrangeiro: MARTINA FORNI Passaporte: AA6012741 Estrangeiro: MEREL JUNGE Passaporte: NS14ROJ66 Estrangeiro: MICHAEL ALFONS GIELER Passaporte: P6807507 Estrangeiro: MICHAEL ROBERT WATERMAN Passaporte: NWBKK76H8 Estrangeiro: MIRIAM OLGA PASTOR BURGOS Passaporte: AAD686730 Estrangeiro: MIRTE DE KOK Passaporte: NNRHRPOF7 Estrangeiro: NICOLA WOUD Passaporte: NT4RC8005 Estrangeiro: NICOLAAS JOHAN SCHIPPERS Passaporte: BF9RFLB87 Estrangeiro: NICOLINE DANIELLE ALT Passaporte: NM6H6C3J0 Estrangeiro: OLIVIER CHRISTOPHE MAURICE THIERY Passaporte: 04IF76606 Estrangeiro: PAUL PETER SPIERING Passaporte: NY6H1FP27 Estrangeiro: PAULINA FRANCISCA MARIA GOOSSEN Passaporte: NXKR2RP10 Estrangeiro: PERRY HOOGENDIJK Passaporte: NND6869P3 Estrangeiro: PETER TOLLENAAR Passaporte: NMHC712K4 Estrangeiro: PETRA HADEWIJCH SASKIA VAN DE VLASAKKER Passaporte: NN79L4P9 Estrangeiro: PETRA VAN DER HEIDE Passaporte: NVCC96304 Estrangeiro: PIERRE EMMANUEL DE MAISTRE Passaporte: 07AI48274 Estrangeiro: RAYMOND HERMANUS JACOBUS MUNNECOM Passaporte: NU6905487 Estrangeiro: RENEE VROLIJK Passaporte: NS47B5035 Estrangeiro: ROB WILHELMUS GERARDUS VAN DE LAAR Passaporte: NXLL1F611 Estrangeiro: ROBARTUS CHRISTIAAN DIRKSEN Passaporte: NSP1C2FC6 Estrangeiro: ROBERT COENRAAD WATERMAN Passaporte: NV2C4P528 Estrangeiro: RONALD SIMON KARTEN Passaporte: NY9K2J117 Estrangeiro: SAEKO OGUMA Passaporte: TG4770090 Estrangeiro: SANNE HUNFELD Passaporte: NUB267409 Estrangeiro: SHARON ANN ST ONGE Passaporte: NV20P94P3 Estrangeiro: SIMON VAN HOLEN Passaporte: EJ460030 Estrangeiro: SJAANTJE OOMEN Passaporte: NR60D4865 Estrangeiro: SOPHIE CECILE ADAM Passaporte: 12DA61293 Estrangeiro: THOMAS BOJE BRAENDSTRUP Passaporte: 206577386 Estrangeiro: TJEERD JOHANNES TOP Passaporte: BXB5B82L0 Estrangeiro: TOMOKO KURITA Passaporte: TK2354581 Estrangeiro: VALENTINA BERNARDONE Passaporte: YA4020097 Estrangeiro: VALENTINA SVYATLOVSKAYA Passaporte: 5150498890 Estrangeiro: VICENT ERIC CORTVRINT Passaporte: EJS94185 Estrangeiro: VICENT PETERS Passaporte: NYBP34LR0 Estrangeiro: VILEM KIJONKA Passaporte: 37577620 Estrangeiro: WIM FELIX THERESIA VAN HASSELT Passaporte: EJ473969 Estrangeiro: WOUTHERUS MARTINUS GERARDUS VAN DE PAS Passaporte: NXPFF94H3 Estrangeiro: YKE VIERSEN Passaporte: NS2RL4BP5 Estrangeiro: YOKO WADA Passaporte: TZ0705173, Processo: 46094017057201370 Empresa: ARTEDUCACAO EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS E EDUCATIVOS LTDA - ME Prazo: 12 Dia(s) Estrangeiro: Ana Marie Forsythe Passaporte: 218226647 Estrangeiro: Victor Yeuktong See Yuen Passaporte: 422108311, Processo: 46094018127201315 Empresa: ARTEDUCACAO EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS E EDUCATIVOS LTDA - ME Prazo: 7 Dia(s) Estrangeiro: Elizabeth Ann Auclair Passaporte: 209192501 Estrangeiro: Ryoko Kudo Passaporte: TZ0559714, Processo: 46094017028201316 Empresa: CARLOS ISMAEL NASCIMENTO EZEQUIEL - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDRES HJORT STRAARUP Passaporte: 205157641 Estrangeiro: Kristine Kierkegaard Permild Passaporte: 201318992 Estrangeiro: Magnus Bak Passaporte: 204029802 Estrangeiro: Morten Hyldahl Passaporte: 102592290 Estrangeiro: Sune Solund Passaporte: 203036709 Estrangeiro: Thorben Seierø Jensen Passaporte: 102490110 Estrangeiro: Tim Sorensen Passaporte: 102633880, Processo: 46094017030201387 Empresa: CARLOS ISMAEL NASCIMENTO EZEQUIEL - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Anne Caecilie Trier Passaporte: 206081558 Estrangeiro: Lars Rex Christensen Passaporte: 204157484 Estrangeiro: Laura Maria Rathschau Bekkersgaard Nielsen Passaporte: 204727600 Estrangeiro: RASMUS VALLDORF JENSEN Passaporte: 102413006 Estrangeiro: Tobias Fuglsang Mynborg Passaporte: 102566031, Processo: 46094017049201323 Empresa: FORCA MAIOR ASSESSORIA DE MARKETING E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 8 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN LOUIS CLAUDE PHILIPPE BOUTON Passaporte: 04CH45788 Estrangeiro: CHARLOTTE MARIE JACQUELINE SAVARY Passaporte: 06AL22734 Estrangeiro: DARYL LAMONT PARKS Passaporte: 485037559 Estrangeiro: DAVID ALAIN MANCEAUX Passaporte: 12CL92272 Estrangeiro: JEAN CHRISTOPHE MICHAEL LE SAOUT Passaporte: 10CL21253 Estrangeiro: JON MICHEL PATRICK BJARNASON Passaporte: 04EE42600 Estrangeiro: JULIEN OLIVIER LAURENT DEPARDIEU Passaporte: 08AV60118 Estrangeiro: LUDIVINE MICHELLE ISSAMBOURG Passaporte: 07CV68568 Estrangeiro: MATTHIEU JULIEN CHARLES DETTON Passaporte: 09PE66978 Estrangeiro: RAPHAELE ANNE ELISABETH GERMSER Passaporte: 05AE10156, Processo: 46094018346201396 Empresa: DANCAR MARKETING COMUNICACOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Arthur Herbert Neilson Passaporte: 210272495 Estrangeiro: Charon Shemekia Copeland Passaporte: 452812265 Estrangeiro: John Patrick Hahn Passaporte: 216755245 Estrangeiro: Kenneth Raymond Scandlyn Passaporte: 463676269 Estrangeiro: Kevin Jenkins Passaporte: 113288536 Estrangeiro: Morris Robert Schonhorn Passaporte: 458538561, Processo: 46094018345201341 Empresa: DANCAR MARKETING COMUNICACOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CORNELIUS HALL Passaporte: 422086460 Estrangeiro: GEORGE GUY Passaporte: 028941772 Estrangeiro: GILBERT JOSEPH GARZA Passaporte: 429268311 Estrangeiro: JOANNA BLACKMORE LAWLOR Passaporte: 403040351 Estrangeiro: MARTIN JAMES SAMMON Passaporte: 443884767 Estrangeiro: MICHAEL JOHN MAXSON Passaporte: 220939654 Estrangeiro: ORLANDO JAMES WRIGHT Passaporte: 431487629 Estrangeiro: PHILIP VAANDRAGER Passaporte: 467488412 Estrangeiro: TIMOTHY TERRELL AUSTIN Passaporte: 421391246, Processo: 46094018340201319 Empresa: DANCAR MARKETING COMUNICACOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Brian George Johnson-Taylor Passaporte: 210092271 Estrangeiro: Gregory Paul Rzap Passaporte: 433228409 Estrangeiro: Jay Arthur Daveport Passaporte: 474233060 Estrangeiro: John Brumwell Mayall Passaporte: 761096131 Estrangeiro: Rocky Dino Athas Passaporte: 488130648 Estrangeiro: Samson Arthur Mayall Passaporte: 476544091 Estrangeiro: VANISA BENTO MACGRATH Passaporte: CX742633, Pro-

EXEMPLAR DE ASSINANTE

cesso: 46094018348201385 Empresa: DANCAR MARKETING COMUNICACOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN CORNELL Passaporte: 420496451 Estrangeiro: JESUS JOSE CALLEROS Passaporte: 488163125 Estrangeiro: STEPHEN EDGARD FERRERA-GRAND Passaporte: 216928201 Estrangeiro: Scott Brian Strandberg Passaporte: 458787570 Estrangeiro: THEODORE LEE KEEDICK Passaporte: 215238905 Estrangeiro: VICKY RANIA KARAYIANNIS Passaporte: 422070519, Processo: 46094017414201308 Empresa: JLM PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Maria de Medeiros Esteves Victorino de Almeida Passaporte: MO25640, Processo: 46094018321201392 Empresa: FUNDACAO CARLOS GOMES Prazo: 70 Dia(s) Estrangeiro: ORA PAUL HAAR Passaporte: 432583788, Processo: 46094018404201381 Empresa: NANCY APARECIDA DA SILVA BUENO - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALVARO FELIPE HENRIQUEZ PETTINELLI Passaporte: 83584564 Estrangeiro: ANGEL CERECEDA ORREGO Passaporte: 83215976 Estrangeiro: BORIS IGNACIO RAMIREZ SALGADO Passaporte: 166726409 Estrangeiro: CLAUDIA XIMENA SCHLEGEL CERDA Passaporte: 120287451 Estrangeiro: ROBERTO ANTONIO LINDL ROMERO Passaporte: 100639238 Estrangeiro: RODOLFO BERNARDINO HENRIQUEZ GOMEZ Passaporte: 92545342 Estrangeiro: SEBASTIAN RODRIGO CABIB GONZALEZ Passaporte: 138761576 Estrangeiro: TIMOTHY PAUL BISIG Passaporte: 488166694, Processo: 46094018339201394 Empresa: EDELMAN DO BRASIL CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ZAMAN PAUL SALIM Passaporte: 801319107, Processo: 46094018584201300 Empresa: PLAYWORKS PROJETOS PROMOCIONAIS E DE LAZER LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ADAM MATTHEW WALDER Passaporte: 801470398 Estrangeiro: ALEXANDER WALTHERUS ANTONIUS DEN OTTER Passaporte: NTRR8RP39 Estrangeiro: ALEXANDRA ELIANA KEIJSSERS Passaporte: BTD9640H3 Estrangeiro: ANAIS DEBORAH D´OLIVAT Passaporte: NX12HH032 Estrangeiro: ARJEN HOFMA Passaporte: NM6H9CH97 Estrangeiro: ATILLA ADRIAAN MEIJS Passaporte: NW663C2K0 Estrangeiro: BALTHASAR PRINSEN Passaporte: NNLCJ3513 Estrangeiro: BARRY FRANCISCUS DUIJNDAM Passaporte: NY444HR03 Estrangeiro: BAS MICHIEL PETRUS RIJSDIJK Passaporte: NRKJH2053 Estrangeiro: BJORN OLAF VANDERBROECK Passaporte: NUKF9P765 Estrangeiro: BOB VAN BREE Passaporte: NXKKRR516 Estrangeiro: CLAUDIA VOSSEBERG Passaporte: NS287R593 Estrangeiro: DANIEL JOHAN VAN DEN BERG Passaporte: NT69J7P77 Estrangeiro: DAVID BENJAMIN BERRIE Passaporte: 498708639 Estrangeiro: DENIS ANTOINE ALBERT RUSSO Passaporte: NV94JHFP5 Estrangeiro: DENIZ AKCAKOYUNLU Passaporte: C7GYK6NRJ Estrangeiro: DERK EDUARDUS MARIA VAN BERKEL Passaporte: NU0K7CDK5 Estrangeiro: EELKE KLEIJN Passaporte: BER68BRR3 Estrangeiro: ELBERT AUGUST FRANK MEIJER Passaporte: NN25K9RC1 Estrangeiro: ERIC JOHANNES KEIJER Passaporte: BXHC9BHF9 Estrangeiro: ERIC WESSEL LIMBURG Passaporte: NT1F0HB95 Estrangeiro: GEO WILHELMUS PHILIPPUS VAN ADRICHEM Passaporte: NRB1R3JH8 Estrangeiro: GEOFFREY GEORGE STEUR Passaporte: NX1CBB164 Estrangeiro: HUUB BORNS Passaporte: NV4L97DK0 Estrangeiro: JELLE JAN NICOLAAS HASSINK Passaporte: NSL7H9C12 Estrangeiro: JELLE PIRIJN POSTHUMA Passaporte: NY361DJ36 Estrangeiro: JESSE VAN BEUKERING Passaporte: NUDBH7D71 Estrangeiro: JETTEKE SYBRIGH HOEVENBERG Passaporte: NX798L814 Estrangeiro: JOEL ALBERTO MARQUES BRANCO Passaporte: NNFJ48JL4 Estrangeiro: JOHANNES ADRIANUS DE ROOIJ Passaporte: NY2K5C390 Estrangeiro: JOHANNES JACOBUS VAN DER STAR Passaporte: NN0R3H966 Estrangeiro: JOHANNES WILHELMUS ANTONIUS SCHRAM Passaporte: NRRHP7000 Estrangeiro: JON LARS DE ZWAAN Passaporte: NM244CJ75 Estrangeiro: JORDY BENJAMIN TOUW Passaporte: NW7414DB3 Estrangeiro: JULIUS QUINT PATTIMUKAIJ Passaporte: BY0K75047 Estrangeiro: JURRIEN LENNARD GOUDAPPEL Passaporte: NN17L8L08 Estrangeiro: LARS KONRAD DIETER HOLLSTEIN Passaporte: C7JRPC2P9 Estrangeiro: LEE GRANT Passaporte: 508367994 Estrangeiro: MARCEL ANTHONIUS VAN ASSEMA Passaporte: NX80252K3 Estrangeiro: MARCIN WOJCIECH PRASALEK Passaporte: ED9774640 Estrangeiro: MARIO THEODOOR ISENIA Passaporte: NM3K00178 Estrangeiro: MARKO AVARENA MOYA Passaporte: C4CXLPFTK Estrangeiro: MARKUS GERARDUS ANTHONIUS HUIGSLOOT Passaporte: NWRHKB004 Estrangeiro: MARTIJN SCHOP Passaporte: NN1LHDDL6 Estrangeiro: MICHA MULDER Passaporte: NYKD57572 Estrangeiro: MICHAEL ANTHONY WOODS Passaporte: 720147022 Estrangeiro: NICO FABERIJ DE JONGE Passaporte: NV506HB85 Estrangeiro: NIEK GERJAN TER BEEK Passaporte: NR8R36282 Estrangeiro: PASCAL PARENT Passaporte: NV26KL818 Estrangeiro: PATRICIA MARGARIDA VAN ROESSEL Passaporte: NPL3P1KL7 Estrangeiro: REMCO FRANCISCUS HENDRIKS Passaporte: NYFLBDKC7 Estrangeiro: REMI VITALIS MOLLERS Passaporte: NU97L3K50 Estrangeiro: RICHARD ALBERTUS JOHANNES OORTHUIS Passaporte: BTH6L8567 Estrangeiro: RICK GERARDUS THEODORUS MARIA PEETERS Passaporte: NRR8LD9H5 Estrangeiro: ROGER JAMES PIERRE TAMBAJONG Passaporte: NPJ46B2B9 Estrangeiro: ROGER WILLEM MEIJER Passaporte: NNC9LJCD0 Estrangeiro: ROY VAN MEEL Passaporte: NS44LB250 Estrangeiro: RUDOLF NICO MINTEN Passaporte: NYLKDLBK1 Estrangeiro: RUTGER ARNOUD SCHARLOO Passaporte: NWP56KBL5 Estrangeiro: RYAN MARCIANO DE LANG Passaporte: NTPL858D4 Estrangeiro: SANDER DEN OUDEN Passaporte: NPK6F7CD3 Estrangeiro: SANDER WERKMAN Passaporte: NRP5JKHF3 Estrangeiro: SEAN ALEXANDER HEIJGEN Passaporte: NMDHJ2D83 Estrangeiro: SEBASTIAN AICO LIND Passaporte: NMP6HF3D0 Estrangeiro: STANISLAV KUSIK Passaporte: BR9326125 Estrangeiro: STEVE BOUDEWIJN POST Passaporte: NPHL17K26 Estrangeiro: SUNNERY JAMES GORRE Passaporte: NMB9KBKD1 Estrangeiro: SVEN JURIAAN KOMMERS Passaporte: NPJ605811 Estrangeiro: THOMAS JOHANNES MARIA VAN DEN HOUDT Passaporte: NUHCF95J8 Estrangeiro: WILLEM JAN DOORNWEERD Passaporte: NXJR2B4C9 Estrangeiro: WILLEM WAGENVOORT Passaporte: NRCDHFF48 Estrangeiro: WOUT WILLEM MARTIJN DE KRAKER Passaporte: NT1BP6D08 Estrangeiro: YOUP MARTIJN KRUIJSDIJK Passaporte: NXBRRD703, Processo: 46094018338201340 Empresa: BRASUCA PRODUCOES ARTISTICAS CULTURAIS E DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CAROLINA DELLEVA Passaporte: YA2854089 Estrangeiro: FRANCISCO GABAS CRIADO Passaporte: AAF415424 Estrangeiro: LAURA ZARDOYA RIVERO Passaporte: BE313286 Estrangeiro: MAXWELL MOYA WRIGHT Passaporte: 10CT88425 Estrangeiro: MELQUISEDEK SEME SANTIAGO Passaporte: B427859, Processo: 46094017058201314 Empresa: HOMEM AMARELO PRODUCOES ARTISTICAS, CULTURAIS, CINEMATOGRAFICAS E EDITORIAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN CHAVEZ DOSH Passaporte: 483737059, Processo: 46094018967201370 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN BURGUENO Passaporte: M8672725, Processo: 46094018668201335 Empresa: CACA PRATES EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA - ME Prazo: 25 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOHER JOSEPH WARD Passaporte: 482515957 Estrangeiro: DANIEL LANE ROOT Passaporte: 429743136 Estrangeiro: EUGENE FRAWLEY Passaporte: 452041942 Estrangeiro: MICHAEL JAMES STAMBERG Passaporte: 213027481 Estrangeiro: STEVEN JAMES SOTO Passaporte: 445599875, Processo: 46094018337201303 Empresa: LIBERATION MUSIC COMPANY PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CASEY LOUIS ERVIN Passaporte: 311412272 Estrangeiro: CESAR ANTONIO SOTO Passaporte: 429940700 Estrangeiro: DAVID EDWARD HANSEN JR Passaporte: 406506710 Estrangeiro: DAVID MICHAEL SHAPIRO Passaporte: 483166120 Estrangeiro: JAIME ALBERTO PRECIADO JR Passaporte: 428242342 Estrangeiro: KEVIN FRANQUIZ PUIG Passaporte: 447613535 Estrangeiro: MICHAEL CHRISTOPHER FUENTES Passaporte: 423056490 Estrangeiro: MICHAEL DANIEL FUSSELMAN Passaporte: 058724605 Estrangeiro: MICHELE JENNIFER ABREIM Passaporte: 435094223 Estrangeiro: Matthew Thomas Jara-Ratajsczak Passaporte: 479608469 Estrangeiro: VICTOR VINCENT FUENTES Passaporte: 478086101, Processo: 46094019092201323 Empresa: GUTORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BAHAR SARAK Passaporte: F1236287 Estrangeiro: BARIS KARADEMIR Passaporte: U01763572 Estrangeiro: CEM YILDIZ Passaporte: U02608608 Estrangeiro: MINAS BALCIOGLU Passaporte: U00042193 Estrangeiro: MUSLUM DONER Passaporte: U04463408, Processo: 46094018966201325 Empresa: RPG & BAR DANCANTE LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BART GABRIEL DE BAERE Passaporte: EI044102 Estrangeiro: JAMIE ALEXANDER LIDDERDALE Passaporte: 099225162 Estrangeiro: JIMMY GEORGES JULIA MARIA VAN RIETVELDE Passaporte: EI043708 Estrangeiro: LINDSEY ROME Passaporte: 211617215 Estrangeiro: LORENZ VIKTOR RHODE Passaporte: C6W93RNCJ Estrangeiro: LUDOVIC BERNARD WAUTIER Passaporte: EH392573 Estrangeiro: MAARTEN MAURICE IRENÉE VAN VOOREN Passaporte: EH677800, Processo: 46094019008201371 Empresa: FERNANDO NETTO MORENO - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARIA JOHANNA GIDEON Passaporte: C8HN2Z932 Estrangeiro: TOBIAS SCHWERMANN Passaporte: C3JJ2HMCF, Processo: 46094018349201320 Empresa: DANCAR MARKETING COMUNICACOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Andrew Gary Tavel Passaporte: 304938200 Estrangeiro: Brian Michael Silver Passaporte: 307305834 Estrangeiro: Briand Michael Parenteau Passaporte: 170047868 Estrangeiro: Dwight Edward Bailey Passaporte: 307101563 Estrangeiro: Malcolm John Rebbenack III Passaporte: 503630315 Estrangeiro: Malcolm John Rebennack Jr. Passaporte: 113546691 Estrangeiro: Meagan Rae Strader Passaporte: 027951139 Estrangeiro: Reginald Duane Jackson Passaporte: 426637396 Estrangeiro: Robert Gentry Floyd Passaporte: 502825669 Estrangeiro: Sarah Amial Morrow Passaporte: 430640971 Estrangeiro: Shane Michael Theriot Passaporte: 504232925, Processo: 46094018582201311 Empresa: ASSOCIACAO ORQUESTRA PRO MUSICA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EDVARD RICHARD TCHIVZHEL Passaporte: 223537167, Processo: 46094018964201336 Empresa: PAULO RICARDO GONCALVES SILVEIRA - DEEPOT - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DIOGO MANUEL DE MORAIS GARCIA MIRANDA Passaporte: M294566, Processo: 46094018659201344 Empresa: SUICIDE LEMON PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ ABEL RAMOS JIMENEZ Passaporte: AAH025204, Processo: 46094018799201312 Empresa: CAIS PRODUCAO CULTURAL LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOMINIQUE MARCELLE LOUISE DUSZYNSKI Passaporte: EH387082, Processo: 46094018971201338 Empresa: G-IND ENTRETENIMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NILS ALBIN WAGEMYR Passaporte: 81673643, Processo: 46094018800201317 Empresa: CAIS PRODUCAO CULTURAL LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZOI EFSTATHIOU Passaporte: AK1114237, Processo: 46094019091201389 Empresa: IGOR DO PRADO MACHADO - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CARON NIMOY RAYFORD Passaporte: 466540771, Processo: 46094018497201344 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL FREDERIK MÜLLER Passaporte: CF3VP875Y, Processo: 46094018496201308 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RAY CHEN Passaporte: E4037056, Processo: 46094019090201334 Empresa: HANGAR 110 MUSICA E CULTURA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY PETER BIUSO Passaporte: 431292117 Estrangeiro: GREGORY RUSSELL KUEHN Passaporte: 500378813 Estrangeiro: JACK LOYD GRISHAM Passaporte: 441284666 Estrangeiro: MICHAEL PAUL ROCHE Passaporte: 498995236 Estrangeiro: RONALD LEWIS EMORY Passaporte: 473908892, Processo: 46094019089201318 Empresa: FCP PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CARRIE DARLYN BRADLEY Passaporte: 499097689 Estrangeiro: JAMES CARL MACPHERSON Passaporte: 499702231 Estrangeiro: JOSEPHINE MIRANDA CORDELIA WIGGS Passaporte: 515821793 Estrangeiro: KELLEY JEANNINE DEAL Passaporte: 219028419 Estrangeiro: KIMBERLEY ANN DEAL Passaporte: 488126813 Estrangeiro: MARK ERWIN ARNOLD Passaporte: 039341134 Estrangeiro: MICHAEL RYAN MONTGOMERY Passaporte: 402543373 Estrangeiro: SAMANTHA LEONE CORKER Passaporte: N6143678, Processo: 46094018853201320 Empresa: INSTITUTO PENSARTE Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN MERCURIO Passaporte: 488782275, Processo: 46094018707201302 Empresa: PONTO DE PRODUCAO LTDA - ME Prazo: 3 Dia(s) Estrangeiro: GASTÃO SANTANA FRANCO DA CRUZ Passaporte: H430737, Processo: 46094018704201361 Empresa: PONTO DE PRODUCAO LTDA - ME Prazo: 3 Dia(s) Estrangeiro: JOSÉ LUÍS MARQUES PEIXOTO Passaporte: L954165, Processo: 46094018705201313 Empresa: PONTO DE PRODUCAO LTDA - ME Prazo: 3 Dia(s) Estrangeiro: INÊS MARGARIDA PEREIRA PEDROSA Passaporte: L813125,

Processo: 46094019397201335 Empresa: MILANI & MILANI RIBEIRAO PRETO LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHARLES ARTHUR DAVIS Passaporte: 210504892 Estrangeiro: GABRIEL COHN RABBEN Passaporte: 439095751 Estrangeiro: JAMES EARL BROWNING Passaporte: 075133660 Estrangeiro: JEFFREY SCOTT SCHAUER Passaporte: 403735791 Estrangeiro: LARRY OWEN HANSON Passaporte: 435496250 Estrangeiro: MARCO AURELIOS ALBUQUERQUE Passaporte: 489932164 Estrangeiro: MC KENNA DANIELLE MEDLEY Passaporte: 436844811 Estrangeiro: MICHAEL KEITH MAPLES Passaporte: 309971811 Estrangeiro: TIMOTHY DALE LEE Passaporte: 493155961 Estrangeiro: WILLIAM THOMAS MEDLEY Passaporte: 433626346, Processo: 46094018996201331 Empresa: INNER. ENTERPRISES PRODUCOES & EVENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARK ALI POTSIC Passaporte: 483719596, Processo: 46094019009201316 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRETT JONATHAN ROSENBERG Passaporte: BA779581 Estrangeiro: KENNETH FITZGERALD GLASGOW Passaporte: BA726769 Estrangeiro: TERENCE MICHEL LEUNG Passaporte: WL187062, Processo: 46094019007201327 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALFONSO FORTUNATO GAUDINO Passaporte: YA0639057, Processo: 46094019006201382 Empresa: IMX ESPORTE E ENTRETENIMENTO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW LEE LONGACRE Passaporte: 077968381 Estrangeiro: ANTHONY JAY SMITH Passaporte: 502935747 Estrangeiro: ANTONIO MANUEL NACRUR Passaporte: 503990208 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES HOBAN Passaporte: 106452816 Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAELIDES Passaporte: 540143267 Estrangeiro: DANIEL JOSEPH MIRAGLIOTTA JR Passaporte: 215340925 Estrangeiro: DAREN NEIL MORRIS Passaporte: 107146141 Estrangeiro: DEREK T BRUNSON Passaporte: 481537392 Estrangeiro: EDGAR ELY MENDEZ Passaporte: 497261073 Estrangeiro: GLENN EARL TROWBRIDGE Passaporte: 479790255 Estrangeiro: GREGORY THOMAS JACKSON Passaporte: 496789138 Estrangeiro: JAMES DENNIS FLOWERS Passaporte: 472012483 Estrangeiro: JASON HOWARD HIGH Passaporte: 304686496 Estrangeiro: JOSEPH ASHLEY BRYANT CUMMINS Passaporte: 801870984 Estrangeiro: KAREL VÉMOLA Passaporte: 34348816 Estrangeiro: KARYN ELAINE ECK Passaporte: 498996743 Estrangeiro: MARK JONATHAN HARDWICK Passaporte: 110878066 Estrangeiro: MATTHEW DAIRE FEELY Passaporte: 456574882 Estrangeiro: MICHAEL DAVID MARK ARNOLD Passaporte: 447731916 Estrangeiro: MICHAEL KOGAN Passaporte: 444548723 Estrangeiro: MICHAEL STUART WILKINSON Passaporte: 109200931 Estrangeiro: MIZUTO HIROTA Passaporte: MS7151293 Estrangeiro: NATHAN DAVID COY Passaporte: 077045560 Estrangeiro: PAUL WILLIAM IVENS Passaporte: 720097060 Estrangeiro: RONALD DEAN PEARE Passaporte: 488734862 Estrangeiro: RYAN JAMES JENSEN Passaporte: 420385383 Estrangeiro: SCOTT RYAN MORTON Passaporte: 478506531 Estrangeiro: SHOGO ENDO Passaporte: TH4165063 Estrangeiro: TAISUKE OKUNO Passaporte: TK7846427 Estrangeiro: TERUO MASUDA Passaporte: TZ0763989 Estrangeiro: VAUGHAN HARVEY Passaporte: 463793174 Estrangeiro: VRESER ROBERTO FLAMINGO Passaporte: NTCJ5LHL1 Estrangeiro: YUJI INOUE Passaporte: TG6345693, Processo: 46094019189201336 Empresa: B. G. PROMOCOES CULTURAIS LTDA. - EPP Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: MIKIKO ARAI KAWASAKI Passaporte: TZ0461299, Processo: 46094019112201366 Empresa: EDITORA PIRANI LTDA - ME Prazo: 8 Dia(s) Estrangeiro: HAROLD JOHANNES FRANCISCUS GIELEN Passaporte: NMJ481902 Estrangeiro: HENDRIKUS GERARDUS MARIA FLEUREN Passaporte: NN38RHC72 Estrangeiro: MAURICE HUBERTINA HENDRIKUS MARIA SWINKELS Passaporte: NYDDKP361 Estrangeiro: TWAN MARTIJN VAN GEEL Passaporte: NXR23LRF5, Processo: 46094019152201316 Empresa: MUITO PRAZER DISCOS E PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO JOSÉ RODEIA ZAMBUJO Passaporte: M313185 Estrangeiro: JOSÉ MIGUEL FIALHO CONDE Passaporte: L413045 Estrangeiro: JOÃO CENTENO MOREIRA Passaporte: J815253 Estrangeiro: RICARDO JORGE DOS SANTOS DA CRUZ Passaporte: L932613 Estrangeiro: TIAGO JOSÉ DA CRUZ CAÇÃO Passaporte: M591331 Estrangeiro: Vasco da Maia Sacra-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013052700074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

mento Ferreira Borges Passaporte: J852935, Processo: 46094019233201316 Empresa: AYMBERE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 9 Dia(s) Estrangeiro: NASSIM SOLEIMANPOUR Passaporte: W22601937, Processo: 46094019094201312 Empresa: CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER TROSTYANSKIY Passaporte: 51N4295081, Processo: 46094019191201313 Empresa: GUILHERME SUSIN DONADEL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW ROBERT MICHAEL FEAR Passaporte: 514175960, Processo: 46094018736201366 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN PI JACKIW Passaporte: 105071520, Processo: 46094018735201311 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDWARD JONATHAN CARNEY Passaporte: 160417842, Processo: 46094019029201397 Empresa: TLM PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREI PETRILA Passaporte: 050036975 Estrangeiro: DOUGLAS THOMSON WHITE Passaporte: 502931738 Estrangeiro: FRANCIS HENRY LEOPOLD BUCHHOLZ Passaporte: 147910269 Estrangeiro: HERMANN ERBEL Passaporte: C4YMKP3WL Estrangeiro: JAMES ROBERT LITTLE Passaporte: 509194867 Estrangeiro: MICHAEL WILLY SCHENKER Passaporte: 155225762 Estrangeiro: NIKLAS TURMANN Passaporte: C218FMNXP Estrangeiro: TIMOTHY JOE HARDING Passaporte: 494096336 Estrangeiro: ULRICH BERNHARD RITGEN Passaporte: C230KVPNR Estrangeiro: ULRICH HANS JOACHIM ANTON JOSEF ROTH Passaporte: 287503862 Estrangeiro: WAYNE CHARLES FINDLAY JR Passaporte: 488382010, Processo: 46094019153201352 Empresa: GUTORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ARKIN LLICALI Passaporte: BA769751 Estrangeiro: BURAK MALCOK Passaporte: U05988281 Estrangeiro: CAFER NAZLIBAS Passaporte: U03677136 Estrangeiro: CEYHUN VARISLI Passaporte: U01982536 Estrangeiro: ERGUN SENLENDIRICI Passaporte: U06470381 Estrangeiro: OMER ALPER ALTUN Passaporte: U01974901 Estrangeiro: TANJU YILDIZ Passaporte: U03126044, Processo: 46094019028201342 Empresa: INSTITUTO CULTURAL BRASILIS Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AIRRION ISAAC LOVE Passaporte: 096447356 Estrangeiro: DARRYL ALEXANDER STONE Passaporte: 508411504 Estrangeiro: DEBORAH LEE EWINGS Passaporte: 437232809 Estrangeiro: GREGORY PORDON Passaporte: 442691085 Estrangeiro: HAROLD EBAN BROWN Passaporte: 208727206 Estrangeiro: HARVEY MATTHEW PERRY Passaporte: 218731189 Estrangeiro: HERBERT LEE MURRELL Passaporte: 475342961 Estrangeiro: JACK BART Passaporte: 479508843 Estrangeiro: JASON LEE SHARP Passaporte: 481640391 Estrangeiro: JENO MARCUS MEYER Passaporte: 017263058 Estrangeiro: RUSSELL VICTOR WEEKLEY Passaporte: 450730620 Estrangeiro: RUTHERFORD SAMUEL GAY JR Passaporte: 220616078 Estrangeiro: TERRY WAYNE RUCKER SR Passaporte: 213926724 Estrangeiro: TETSUYA MIZOBUCHI Passaporte: TG6885594, Processo: 46094019211201348 Empresa: CAMARA DE COMERCIO E INDUSTRIA BRASIL - BELARUS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VERONIKA PYZHIKOVA Passaporte: 715291611, Processo: 46094019250201345 Empresa: GUTORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER RICHTER Passaporte: L3HF0FGPF Estrangeiro: BERND JURGEN WINDISCH Passaporte: C8ZPPWCRC Estrangeiro: FRANK SPANIOL Passaporte: C3FHRZ211 Estrangeiro: ILYA KHMYZ Passaporte: 711494014 Estrangeiro: MARK-OLIVER GERLACH Passaporte: C86HGC137 Estrangeiro: MARKUS LANG Passaporte: C9WZ057CC Estrangeiro: OLIVER RUBOW Passaporte: C5HNR3FTT Estrangeiro: PATRICIA APPLETON Passaporte: C3FLVCJN4 Estrangeiro: PETER WOLFGANG BAUMGARTNER Passaporte: C8YPXZ39Y Estrangeiro: TOBIAS VOLKER ARNDT Passaporte: C9LX22K28, Processo: 46094019251201390 Empresa: VIRTUOSI SOCIEDADE ARTISTICA LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: HEATHER RENEE TROST Passaporte: 488336890 Estrangeiro: JEREMY HARTFORD BARNES Passaporte: 472764249, Processo: 46094019365201330 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAFAEL FRÜHBECK Passaporte: X D549165, Processo: 46094019366201384 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANK EDWIN SHIPWAY Passaporte: 106017739.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094047395201255 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2014 Estrangeiro: Jonad Barillo Sumaculub Passaporte: EB0988633, Processo: 46094004522201311 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEITH PATRICK BOYD Passaporte: 403005552, Processo: 46094006179201331 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2014 Estrangeiro: LEOPOLDO JR REMOLLENO FLORES Passaporte: EB1810892, Processo: 46094010472201301 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSELITO QUITOLBO RABAYA Passaporte: XX1995250, Processo: 46094006650201391 Empresa: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF ROGALSKI Passaporte: ED6454707, Processo: 46094008344201399 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANITA LETOWSKA Passaporte: EA3157590 Estrangeiro: BJARTE HOLSTAD Passaporte: 28949750 Estrangeiro: BOGI I GIL Passaporte: 206198084 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES KNOCK Passaporte: 099286623 Estrangeiro: DAVID JOHN WALLIS Passaporte: 093234583 Estrangeiro: JOLANTA ZOFIA KOLODZIEJCZYK Passaporte: EA8513818 Estrangeiro: KARL SIGSTEN AAKESSON Passaporte: 81708847 Estrangeiro: PAWEL ZIOLKOWSKI Passaporte: AK2895220 Estrangeiro: ROGER DAVID STRIDSBERG Passaporte: 81214551 Estrangeiro: SZYMON NOWAKOWSKI Passaporte: AK5404379, Processo: 46094010359201317 Empresa: CPMAIS SERVICOS DE CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OWEN SCOTT CHAMBERLIN Passaporte: 488116424, Processo: 46094009130201330 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/11/2014 Estrangeiro: Diwan Chand Passaporte: G2389505, Processo: 46094009116201336 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZORAN SUNJIC Passaporte: 205596931, Processo: 46094009877201398 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: VICTOR BALATERO TAGARO Passaporte: EB5184012, Processo: 46094010469201389 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NEIL CHRISTOPHER MARK AITKEN Passaporte: 706694053, Processo: 46094009327201379 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 16/04/2015 Estrangeiro: MOISES PAZ OTERO Passaporte: BA034060, Processo: 46094010007201361 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2014 Estrangeiro: Dioscoro Quiambao Balais Passaporte: EB7041412, Processo: 46094009842201359 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALYEE MEJOS PELARO Passaporte: XX4774934, Processo: 46094010185201392 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: ALEX LOPEZ AMBROSIO Passaporte: G08104445 Estrangeiro: ALFREDO ROMERO PETRIZ Passaporte: G03305651 Estrangeiro: ARTURO CASTAÑON GONZALEZ Passaporte: G09333221 Estrangeiro: JESUS SISNERO LOPEZ Passaporte: G09557553 Estrangeiro: SERGIO ESTEBAN TIRADO ROBLES Passaporte: G08185306, Processo: 46094013737201314 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CEDRIC BERNARD PASQUET Passaporte: 07CE42013, Processo: 46094010333201379 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 17/03/2015 Estrangeiro: KARL RAY HEIMBROCK II Passaporte: 077979630, Processo: 46094010662201310 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID HAALAND Passaporte: 28252325, Processo: 46094010832201366 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN TA-ACA CAMPO Passaporte: EB4956821, Processo: 46094010830201377 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOEY MAPAGU GULOY Passaporte: EB4120121, Processo: 46094010831201311 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAROLD SALES VILLAMOR Passaporte: EB4193719, Processo: 46094011105201316 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 27/02/2014 Estrangeiro: DAVID FINDLAY Passaporte: 800285356 Estrangeiro: EDWIN DEVLIN Passaporte: 505122253 Estrangeiro: GEORGE HENRY LE-BLOND Passaporte: 466571095 Estrangeiro: IAIN DAVID MACKENZIE Passaporte: 109675511 Estrangeiro: KEVIN MARTIN O´DONNELL Passaporte: PB5935343 Estrangeiro: LEE SCOTT ANDERSON Passaporte: 401728000 Estrangeiro: MARK ANGUS Passaporte: 501386077 Estrangeiro: STEPHEN CONYERS Passaporte: 761233899 Estrangeiro: THOMAS SCOTT MYLES Passaporte: 099121999, Processo: 46094011222201380 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/05/2014 Estrangeiro: NINO AQUINO LAPATING Passaporte: XX3957181, Processo: 46094013587201349 Empresa: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER FRIEDRICH SENKBEIL Passaporte: C4YLJ3FWK, Processo: 46094011565201344 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES CRAIG REID Passaporte: 112155654 Estrangeiro: LEE JAMES DUNBAR Passaporte: 466533497 Estrangeiro: OW KENG CHOW Passaporte: E2941869N Estrangeiro: RICHARD VAN MALSEN Passaporte: NSCPPHB69 Estrangeiro: ROB MARINUS PETRUS GERARDUS BROUWERS Passaporte: NWBF190D4, Processo: 46094011585201315 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 27/02/2014 Estrangeiro: ARNE TJEMSLAND Passaporte: 28066779 Estrangeiro: MATHIAS SKARA STANG Passaporte: 28190151 Estrangeiro: MORTEN SUNDHEIM Passaporte: 25611151 Estrangeiro: PAAL ROAR GRAMBO Passaporte: 25978692 Estrangeiro: PAL ESPEN GAUSLAA Passaporte: 25326248 Estrangeiro: STIG BREVIK Passaporte: 27966533, Processo: 46094012549201379 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 15/05/2015 Estrangeiro: OLEG STEPANOVICH STARCHAK Passaporte: 476283677, Processo: 46094011898201373 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REIDAR BALE Passaporte: 29067987, Processo: 46094011612201350 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: ALAN MURRAY Passaporte: 099253475 Estrangeiro: ANDRIY KUDINOV Passaporte: ET934673 Estrangeiro: CHRISTOPHER PAUL HIRD Passaporte: 720070055 Estrangeiro: CRAIG TERENCE SCOTT Passaporte: 505490792 Estrangeiro: FRANK KOBENA ESSIEN Passaporte: G0190878 Estrangeiro: GRAEME WILLIAM HORNE Passaporte: 080144074 Estrangeiro: GRANT WILLIAM NORQUOY Passaporte: 507654594 Estrangeiro: IAN JAMES ROUSE Passaporte: 099214606 Estrangeiro: JONATHAN ROY WATSON Passaporte: 208680417 Estrangeiro: LIAM DOOLEY Passaporte: 801503755 Estrangeiro: MORNÉ LOTRIET Passaporte: M00057050 Estrangeiro: PAUL ANTHONY JOYCE Passaporte: 461438590 Estrangeiro: STEPHEN ROBERT POLLOCK Passaporte: 800684531, Processo: 46094011666201315 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BJARNE EBBESEN PETERSEN Passaporte: 102581575, Processo: 46094014032201314 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JASON MCBURNIE Passaporte: BA452315 Estrangeiro: Mikael Alfons Roenn Passaporte: AN3170107, Processo: 46094012096201381 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAGNE BAARD DANIELSEN Passaporte: 27353787, Processo: 46094012701201313 Empresa: GULF MARINE (SERVICOS MARITIMOS) DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RONALD WAYNE SHELTON Passaporte: 44 1817306, Processo: 46094012512201341 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: até 02/05/2015 Estrangeiro: PIOTR MARIA ZUBRZYCKI Passaporte: EB0535394, Processo: 46094012514201330 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: até 02/05/2015 Estrangeiro: MELO MANIGBAS MANALO Passaporte: XX5254842, Processo: 46094012416201301 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 19/07/2014 Estrangeiro: GLENN ALLISON MAC ARTHUR Passaporte: 047582939, Processo: 46094014339201315 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FAISAL HASAN PAGARKAR Passaporte: K3551358 Estrangeiro: PRIT PAL SINGH Passaporte: H9912960, Processo: 46094012933201371 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/03/2014 Estrangeiro: Iurii Logvinenko Passaporte: 723221390 Estrangeiro: Joey Fernando Asuncion Sonido Passaporte: EB4973494 Estrangeiro: Lester Garcia Maramag Passaporte: EB3161492 Estrangeiro: Mark Anthony Flores Bata-Anon Passaporte: EB1537378, Processo: 46094012869201329 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: Tom Hermans Passaporte: EI586258, Processo: 46094012532201311 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Edgardo Malaguit Asis Passaporte: EB5759961, Processo: 46094012533201366 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Charlito Manilhig Ocol Passaporte: EB7464353, Processo: 46094013736201370 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL GROARK Passaporte: 210628462, Processo: 46094012870201353 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: GIANNI ROMANINI Passaporte: YA3242668, Processo: 46094013194201335 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 01/12/2014 Estrangeiro: GLEN ARANETA NAPILOT Passaporte: EB7320439, Processo: 46094012610201388 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 15/07/2013 Estrangeiro: LUKASZ MACIEJ STARK Passaporte: EA2682356, Processo: 46094012736201352 Empresa: MERCOSUL LINE NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA Prazo: até 04/08/2014 Estrangeiro: EVGENY SHLYAKHOV Passaporte: 721410228 Estrangeiro: KONSTANTIN KOPALIN Passaporte: 723662295, Processo: 46094012738201341 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: ARSENIO JR. MERCADAL AVES Passaporte: EB2274823 Estrangeiro: CELSO CANTIMBUHAN CAMACLANG Passaporte: EB6810918 Estrangeiro: DANILO MAYOLA CORDOVA Passaporte: EB0568823 Estrangeiro: DAVID RAVANERA MANALO Passaporte: XX5522545 Estrangeiro: EDGARDO PLACENCIA MARU Passaporte: XX5461860 Estrangeiro: EDMON MANALO COMIA Passaporte: EB7278916 Estrangeiro: EDWIN MANAS ALVAREZ Passaporte: EB7533198 Estrangeiro: GERMAN DUENAS RIVERA Passaporte: EB7562136 Estrangeiro: JOEL LABORA EDAR Passaporte: XX5643240 Estrangeiro: JOHNNY MOLAR NIEVA Passaporte: XX5357628 Estrangeiro: RODOLFO JR. FRANCISCO MONDIA Passaporte: XX5689228 Estrangeiro: ROGELIO RAGUDO ALVES Passaporte: EB5579847 Estrangeiro: ROWELITO ONA ONA Passaporte: EB7296451 Estrangeiro: ROYNILO DAEL REYES Passaporte: XX5239266 Estrangeiro: WILLIAM INSO VARQUEZ Passaporte: EB5248782, Processo: 46094013064201301 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNEL TAMAYO CAMINIAN Passaporte: EB4559075, Processo: 46094013063201358 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: até 02/05/2015 Estrangeiro: IVAN MASLYAK Passaporte: EP648937, Processo: 46094013000201300 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 24/09/2014 Estrangeiro: GORDON HENDERSON Passaporte: 720090674, Processo: 46094013532201339 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 15/05/2015 Estrangeiro: JAMES NELSON STRATFORD Passaporte: 490550986, Processo: 46094013533201383 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK ANTHONY TOUPS Passaporte: 439500205, Processo: 46094013461201374 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: até 02/05/2015 Estrangeiro: BERNT MIDTSAETER Passaporte: 28433838 Estrangeiro: MARK CALVIN BURTON Passaporte: QE743032, Processo: 46094014119201391 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 04/11/2013 Estrangeiro: VISHEK VICTOR Passaporte: J0501166, Processo: 46094013396201387 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2014 Estrangeiro: DARIO ANTIQUINA ALCANTARA Passaporte: EB1296234, Processo: 46094013656201314 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLAOS TSOUROS Passaporte: AH2692704, Processo: 46094013484201389 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 27/02/2014 Estrangeiro: JERZY CWIKLINSKI Passaporte: EB2736784 Estrangeiro: SALVADOR GANGE BUENDIA Passaporte: XX5243505 Estrangeiro: VIRGILIO JR. AREVALO BALAORO Passaporte: XX0733230, Processo: 46094013657201369 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Konstantinos Kokkinos Passaporte: AI1248833 Estrangeiro: Vasileios Drougkas Passaporte: AK1544185, Processo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

46094013516201346 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARIEL DELA CRUZ ARGANA Passaporte: XX3397307, Processo: 46094013517201391 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REDSON SORNO JORILLO Passaporte: EB7591184, Processo: 46094014077201399 Empresa: GREAT LAKES DREDGE & DOCK DO BRASIL LTDA. Prazo: até 17/10/2013 Estrangeiro: RODRIGO GARRIDO AUSTRIA Passaporte: XX5625563, Processo: 46094014397201349 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NACHIKET RAGGHOTTAM CHIDGOPKAR Passaporte: F4608784 Estrangeiro: NIRMAL KUMAR SINGH Passaporte: Z2540285 Estrangeiro: RAJAN RATTU Passaporte: Z1724338, Processo: 46094013660201382 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JANITO PEDERITO EULOGIO Passaporte: EB5699688 Estrangeiro: JINWOO JEONG Passaporte: M89056094 Estrangeiro: YOUNGJU LEE Passaporte: M63795359, Processo: 46094013546201352 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 03/02/2015 Estrangeiro: BRIAN CHRISTIAN DE VOGEL Passaporte: M00027580 Estrangeiro: COSTEL BUHUS Passaporte: 051611674, Processo: 46094013854201388 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: até 17/03/2015 Estrangeiro: Mary Elizabeth Johnson Passaporte: 446369128, Processo: 46094014076201344 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANANT MOHAN SINGH THIND Passaporte: G8768073, Processo: 46094014337201326 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SORIN-STAN DOBRE Passaporte: 051166920, Processo: 46094013864201313 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/12/2014 Estrangeiro: Rolando Fraginal Bagaporo Passaporte: EB5416861, Processo: 46094014033201369 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: até 17/03/2015 Estrangeiro: Juan Pierre Theron Passaporte: M00083234, Processo: 46094014395201350 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 10/06/2014 Estrangeiro: GRAHAM JOHN BELL Passaporte: 401823909, Processo: 46094014447201398 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MILIND VISHWANATH NAGWEKAR Passaporte: Z2468390, Processo: 46094013839201330 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 26/02/2015 Estrangeiro: TROND NYGARD Passaporte: 28226950, Processo: 46094014336201381 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES THIRUNILATH NICKLOUS Passaporte: F7926062, Processo: 46094014699201317 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELENO PELIGRINO ODAL Passaporte: XX2758180, Processo: 46094014040201361 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIANITO TOLO LEGASPI Passaporte: XX4416882, Processo: 46094014037201347 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anton Kovalev Passaporte: 640417548 Estrangeiro: Nikolay Kramarchuk Passaporte: 704198799 Estrangeiro: Oleksiy Strekozov Passaporte: EH344230 Estrangeiro: Sergiy Vorobyov Passaporte: EH067776, Processo: 46094014128201382 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/03/2014 Estrangeiro: MURPHY JOHN TORATO BRILLANTES Passaporte: EB4537501, Processo: 46094014127201338 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO ISOY LOPEZ Passaporte: EB5629309, Processo: 46094014126201393 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BEBIANO JUAN JR. REMERATA ALDERITE Passaporte: EB2955016, Processo: 46094014129201327 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENIGNO RICARDO VILLARAMA Passaporte: EB4243633, Processo: 46094014338201371 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VINCENZO SAVONA Passaporte: YA1043720, Processo: 46094014130201351 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PANAGIOTIS VOUZIS Passaporte: AI0326486, Processo: 46094014038201391 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL STEVEN HOAREAU Passaporte: N0061688 Estrangeiro: DAVID FELIX DE LETOURDIE Passaporte: N0047647 Estrangeiro: FRANCE SOLANO SAVY Passaporte: N0043799 Estrangeiro: GERVEY PATRICK GOVANNI DODIN Passaporte: N0051429 Estrangeiro: HUMOUD ABDUL AMEIR ALI Passaporte: N0045245 Estrangeiro: JEAN-FRANCOIS EMOND Passaporte: EH750592 Estrangeiro: MATHIEU ARNAUD ROGER Passaporte: N0069783 Estrangeiro: RICHARD LEONARD AH-KONG Passaporte: N0045137 Estrangeiro: RICKY LUKE WILLS ERNESTA Passaporte: N0047039, Processo: 46094014122201313 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: até 03/11/2014 Estrangeiro: DAVID HOWARD BARKER Passaporte: 093153654, Processo: 46094014031201370 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: JANUSZ STANISLAW DOLATOWSKI Passaporte: AT6584297, Processo: 46094014123201350 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLEG GAVRYLOV Passaporte: EP792869, Processo: 46094015077201314 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LACHLAN JOHN GRANT Passaporte: LA158351, Processo: 46094013881201351 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 03/02/2015 Estrangeiro: CHARLES EAMONN DOWNIE Passaporte: 402730048, Processo: 46094014121201361 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGELO CATANIA Passaporte: YA4098160, Processo: 46094014028201356 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2014 Estrangeiro: ANDRIY HERASHCHENKO Passaporte: EA862871, Processo: 46094014021201334 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/03/2014 Estrangeiro: MANUEL ZAMBRANO UEJARA Passaporte: G02116638, Processo: 46094014536201334 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2015 Estrangeiro: VICTOR DEREGLA DELA ROSA Passaporte: EB2607115, Processo: 46094014424201383 Empresa: SEASEEP DADOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/08/2014 Estrangeiro: SHAHRUL ANUAR BIN MOHAMED Passaporte: A28169650, Processo: 46094014533201309 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: Jan Fitzgerald Elle Frajele Passaporte: EB1821663, Processo: 46094014534201345 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: Nover Ancot Lepon Passaporte: EB0176455, Processo: 46094014535201390 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: Alfredo Jr Laud Escaner Passaporte: EB1961936, Processo: 46094014448201332 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: até 16/05/2015 Estrangeiro: MARTIN WIJNBERG Passaporte: BCHHR3FB1, Processo: 46094014044201349 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/03/2014 Estrangeiro: MOHAR DUTTA Passaporte: G0325117 Estrangeiro: NAVEEN KUMAR GANESAN Passaporte: J9436266, Processo: 46094014035201358 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL ANDRADE DE CASTRO Passaporte: M00064657, Processo: 46094014542201391 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOS MANOLITSIS Passaporte: AK1660987, Processo: 46094014700201311 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: AMAN SARIYEV Passaporte: N07540624, Processo: 46094014018201311 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 22/11/2014 Estrangeiro: CHARLES EDWARD JOHNSON Passaporte: 099206064, Processo: 46094014538201323 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/03/2015 Estrangeiro: GENADI DAVITADZE Passaporte: 10AB73510 Estrangeiro: IURI METIK Passaporte: 10BB35350, Processo: 46094014045201393 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/11/2014 Estrangeiro: Charles Whitmore Escobar Passaporte: EB3813888 Estrangeiro: Frederick Sorillo Gersan Passaporte: EB7466783 Estrangeiro: Jerry Polido Monot Passaporte: EB7568978, Processo: 46094014017201376 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW GUINTO ESPIRITU Passaporte: EB2104812 Estrangeiro: CARLO CRUZ MALLARI Passaporte: EB6145929 Estrangeiro: RAMIRO MALLARI SOMBRA Passaporte: EB0794024 Estrangeiro: TOMMY REY LEUTERIO TOLORES Passaporte: EB7299181, Processo: 46094014539201378 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/03/2015 Estrangeiro: DMYTRO BONDARENKO Passaporte: EH965774, Processo: 46094014164201346 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 29/01/2014 Estrangeiro: JOSE ALBERTO PLATA RIVERA Passaporte: 042890081, Processo: 46094014540201301 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2014 Estrangeiro: ELDEN LAGAHIT BURLAS Passaporte: EB4811569 Estrangeiro: JAMESON MANSALAPUS RABINO Passaporte: XX3580903, Processo: 46094014042201350 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gaudioso Aquino Romano Passaporte: XX3847738 Estrangeiro: Margarito Balmes Cleofe Passaporte: EB0588845, Processo: 46094014034201311 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2014 Estrangeiro: SANDEEPKUMAR RAMAWADH CHAUHAN Passaporte: E8138777, Processo: 46094014537201389 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/02/2015 Estrangeiro: Anastasios Mokkas Passaporte: AK1702891, Processo: 46094014259201360 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 02/02/2015 Estrangeiro: FRANK TALAMANTE ALCARDE Passaporte: XX4841959 Estrangeiro: NICOLAS JR. ARAGON DESPI Passaporte: XX5545973 Estrangeiro: PONCIANO JR. HUBERNADAS SABIO Passaporte: EB3900993, Processo: 46094014739201321 Empresa: SEACOR OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 15/11/2014 Estrangeiro: MICHAEL DAVID DAY Passaporte: 476024890, Processo: 46094014340201340 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: DEREK MARK CLARK Passaporte: 652498112 Estrangeiro: NICHOLAS STEPHEN Passaporte: 459020997, Processo: 46094014531201310 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Allen Leslie Johnstone Passaporte: M00021691, Processo: 46094014576201386 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELVIS JUN AMUYEN FRANCISCO Passaporte: EB3573704 Estrangeiro: JOSE NEIL OSORIO CABAYA Passaporte: EB7189518, Processo: 46094014265201317 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: até 08/07/2014 Estrangeiro: SAUL JOSE BERMUDEZ PINTO Passaporte: 054959103, Processo: 46094014830201346 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2015 Estrangeiro: Joselito Fernandez Rosas Passaporte: XX3507334, Processo: 46094014575201331 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jeremy Coqlet Passaporte: EJ669713, Processo: 46094014578201375 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIC OLIVERIO CAPUTOLAN Passaporte: EB3122275 Estrangeiro: JOSEPH AGUSTIN MANALO Passaporte: XX4620196 Estrangeiro: MIGUELITO PALMA PANES Passaporte: EB0760265 Estrangeiro: RONALD CONSULAR CAMARISTA Passaporte: XX5115719, Processo: 46094014574201397 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mantas Kivilius Passaporte: 22272495, Processo: 46094014580201344 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2014 Estrangeiro: Richard Villarama Medina Passaporte: XX4760196, Processo: 46094014527201343 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2014 Estrangeiro: Emmanuel Cadorna Albiol Passaporte: XX2771203, Processo: 46094014824201399 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID GRIMMER Passaporte: 403305537, Processo: 46094014826201388 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2014 Estrangeiro: Deepak Singh Pawar Passaporte: H8087978, Processo: 46094014573201342 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Leonis Koutsoukos Passaporte: AH3168768, Processo: 46094014825201333 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2014 Estrangeiro: Ravi Singh Passaporte: K1258548, Processo: 46094014577201321 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/11/2014 Estrangeiro: RAFAL ANDRZEJ GRYCZAN Passaporte: AS9457658, Processo: 46094014900201366 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 29/03/2014 Estrangeiro: JINSHAN SUN Passaporte: E10074309, Processo: 46094014256201326 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: FRANKLYN BABON GADIN Passaporte: XX5052020 Estrangeiro: PAUL CROWLEY Passaporte: 099280759, Processo: 46094014273201363 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 12/03/2015 Estrangeiro: SLAWOMIR PASIECZNY Passaporte: AS6042545, Processo: 46094014260201394 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 26/10/2013 Estrangeiro: ARNE MAGNUS DAVIDSEN Passaporte: 27844679, Processo: 46094014261201339 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 24/09/2014 Estrangeiro: NILS GJERSOE Passaporte: 26221376, Processo: 46094014731201364 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNOLD ESTRADA SARDOVIA Passaporte: XX5359077 Estrangeiro: DAX RIVAMONTE BARTIANA Passaporte: XX3450113 Estrangeiro: EDWIN BUFETE DADIOS Passaporte: XX5009930 Estrangeiro: FRANCISCO JAYLO JUNSAN Passaporte: EB0019687 Estrangeiro: JAY ARCILLA ENGLIS Passaporte: EB5057598 Estrangeiro: LARRY APOLONIO LAZARO Passaporte: EB0409815 Estrangeiro: PIO JR. PRODENCIADO BENDAÑO Passaporte: EB4439199 Estrangeiro: RAMIL MALLARI SOMBRA Passaporte: EB3503985 Estrangeiro: ROBERTO FRANCISCO LAPUZ Passaporte: EB3739347 Estrangeiro: ZEUS SAYO GAPULAN Passaporte: XX4345705, Processo: 46094014735201342 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAKSYM TARAN Passaporte: EE931792 Estrangeiro: ROMAN ZIUZIN Passaporte: EH296625, Processo: 46094014701201358 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: BERNARD JOSEPH JEAN GOARIN Passaporte: 11CY17314, Processo: 46094014258201315 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 03/02/2015 Estrangeiro: MIHAI NICOLA Passaporte: 086262140, Processo: 46094014302201397 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERDINAND BORROMEO VILLEGAS Passaporte: XX2436613, Processo: 46094014733201353 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER FRANCIS WALLS Passaporte: 460480056, Processo: 46094015399201355 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IAIN WILLIAM MILLER Passaporte: 099196938, Processo: 46094014918201368 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Godson Alias Passaporte: J2484069, Processo: 46094014923201371 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARILD EINAR THOMASSEN Passaporte: 26700626, Processo: 46094014915201324 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yegor Reshetnikov Passaporte: EH114797, Processo: 46094014637201313 Empresa: SEASEEP DADOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/08/2014 Estrangeiro: THI HAN Passaporte: M793634, Processo: 46094014921201381 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/11/2014 Estrangeiro: Adam Boleslaw Socha Passaporte: AL1831482 Estrangeiro: Jaroslaw Kasicki Passaporte: ED1198301 Estrangeiro: Jozef Cichosz Passaporte: AT1082819, Processo: 46094014919201311 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAN ERIK FREDRIKSEN Passaporte: 28187595, Processo: 46094014925201360 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KONSTANTINOS TSOUMANIS Passaporte: AI2272547, Processo: 46094014917201313 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gladstone Gabriel Fernandes Passaporte: G1162398, Processo: 46094014920201337 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Harald Aalmo Passaporte: 27659274, Processo: 46094014922201326 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lars Adler Hansen Passaporte: 25537649, Processo: 46094014927201359 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yurii Lopatiuk Passaporte: ET339304, Processo: 46094014829201311 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FELIX WILLIAM Passaporte: K1686269, Processo: 46094014916201379 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gary Gordo Valdeleon Passaporte: EB5268238, Processo: 46094014687201392 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: FRANCIS PETER MACDONALD Passaporte: 651993909

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Estrangeiro: GRAEME MCGLONE Passaporte: 403282953 Estrangeiro: JAROSLAW MROZ Passaporte: ED3313515, Processo: 46094014691201351 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: até 17/06/2014 Estrangeiro: DOUGLAS MIKEL ACKERMAN Passaporte: 462276626, Processo: 46094014924201315 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Claudio Michael Cavin Monthy Passaporte: N0053574 Estrangeiro: Daniel Lawrence Lucas Passaporte: N0069509 Estrangeiro: Dean Henry Charlie Adela Passaporte: N0057697 Estrangeiro: Martin Josa Roucou Passaporte: N0053812 Estrangeiro: Ralph Joe Francoise Passaporte: N0055868 Estrangeiro: Roland Jean-Paul Buisson Passaporte: N0042913, Processo: 46094014692201303 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: até 17/06/2014 Estrangeiro: DWAYNE CHRISTOPHER BARNWELL Passaporte: 310567142, Processo: 46094015197201311 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Johnel Lumactod Calubag Passaporte: EB3837432, Processo: 46094015293201351 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CAO MANH THUONG Passaporte: B7137064 Estrangeiro: LUU VAN KHUONG Passaporte: B7137367 Estrangeiro: NGUYEN VAN DOAN Passaporte: B7137368 Estrangeiro: NGUYEN VAN DUY Passaporte: B7410328, Processo: 46094014993201329 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carl Mattias Sandberg Passaporte: 81659764, Processo: 46094014603201311 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/07/2013 Estrangeiro: GIAN DOMENICO RAPETTI Passaporte: AA3550084, Processo: 46094014602201376 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 14/02/2015 Estrangeiro: IVAN BILIC Passaporte: 100725589, Processo: 46094014601201321 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: até 17/06/2014 Estrangeiro: WILLIAM PAUL ARMS Passaporte: 477178086, Processo: 46094014605201318 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAMUEL BRYAN PREWITT Passaporte: 488762948, Processo: 46094014606201354 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: até 08/07/2014 Estrangeiro: JULIO ALBERTO FUENTES Passaporte: 054650925, Processo: 46094015192201381 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RYAN DAVID DORT Passaporte: WJ254677, Processo: 46094014958201318 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: até 17/06/2014 Estrangeiro: TUOTAMUNO MAXWELL URANTA Passaporte: BA861575, Processo: 46094014950201343 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 15/07/2013 Estrangeiro: ANTONY JAMES DOUGLAS BARWICK Passaporte: 501044839, Processo: 46094015015201302 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM BRYCE Passaporte: 706472510, Processo: 46094015493201312 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Manish Upadhyay Passaporte: H2033016 Estrangeiro: Sharad Sampatrao Bobade Passaporte: F8606978, Processo: 46094015320201396 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/05/2015 Estrangeiro: Ulysses Asuque Alipoyo Passaporte: EB0335279, Processo: 46094015312201340 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jong Hee Yun Passaporte: M33159282 Estrangeiro: Kim Inbong Passaporte: M03052851 Estrangeiro: Seungseob No Passaporte: BS2850867, Processo: 46094015319201361 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jan Rohde Mikkelsen Passaporte: 26438540, Processo: 46094014960201389 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: até 13/10/2014 Estrangeiro: ANTONIO MANUEL PEREIRA FANGUEIRO Passaporte: M035297, Processo: 46094014951201398 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: GARY CALLAGHER Passaporte: 099275904 Estrangeiro: STEPHEN AHUMA KANOR-KUDAYA Passaporte: G0491159 Estrangeiro: STEVEN MCGUINNESS Passaporte: 514097382, Processo: 46094015325201319 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andre Erik Martin Doren Passaporte: 85086612 Estrangeiro: Dan Benny Mikael Andersson Passaporte: 01061553 Estrangeiro: Haavard Kalvaa Passaporte: 20362753 Estrangeiro: Johan Mattias Kristian Nilsson Passaporte: 34648516 Estrangeiro: Tore Martin Mostroem Passaporte: 26324550, Processo: 46094015063201392 Empresa: REBRAS - REBOCADORES DO BRASIL S/A Prazo: até 21/12/2013 Estrangeiro: ADRIAAN CORNELIS GOSSIJE Passaporte: NS00R22 7 Estrangeiro: JIMMY PLUG Passaporte: BG99DC8D3, Processo: 46094015058201380 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREJS AKIMOVS Passaporte: LM0872514, Processo: 46094015055201346 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 26/02/2015 Estrangeiro: WEI XU Passaporte: G54207698, Processo: 46094015495201301 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STANISLAV ELIZAROV Passaporte: 714365124, Processo: 46094015201201333 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jester Montano Martos Passaporte: XX5541826, Processo: 46094015060201359 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALLARD NIELS ZWART Passaporte: NYCHDFOJ5 Estrangeiro: DAVID BOERTJE Passaporte: NU53BKF05 Estrangeiro: MARCEL AREND VAN ZWIETEN MEIJER Passaporte: BEP50L424 Estrangeiro: MARK BERNARDUS VAN DER SAR Passaporte: NV9KFK011 Estrangeiro: PIETER-JAN DE WINTER Passaporte: NXF985748, Processo: 46094015494201359 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELMER CARILLO INOCENCIO Passaporte: XX5404411, Processo: 46094015035201375 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RECHIE BANGGUERAN RECAÑA Passaporte: XX4381532, Processo: 46094015563201324 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: ANTHONY REGINALD RODHAM Passaporte: 099097845 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES PERKINS Passaporte: 099055510 Estrangeiro: DARREN YOUNG Passaporte: 099085505 Estrangeiro: DAVID WALLACE PULLIN Passaporte: 504974678 Estrangeiro: JAMES LAWRENCE BRUCE STATHAM Passaporte: 303081762 Estrangeiro: MICHAEL LAURENCE BOXALL Passaporte: 099172334 Estrangeiro: PATRICK TERENCE HAINES Passaporte: 099191642, Processo: 46094015567201311 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: MAKSYM ABAZA Passaporte: ET666892 Estrangeiro: SERGIY ANDREYKO Passaporte: AK700625, Processo: 46094015568201357 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: ALEXEY SIROTA Passaporte: 703223656, Processo: 46094015560201391 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: ANDREY ALEKSEEV Passaporte: 71 138135 1, Processo: 46094015561201335 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: HARRY ABRAHAMSEN Passaporte: 204791516, Processo: 46094015564201379 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: ALAN ANTHONY ORR Passaporte: 458515131 Estrangeiro: HELGE CHRISTOFFER ENGLUND Passaporte: 26853113, Processo: 46094015572201315 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: RAHUL SAPROO Passaporte: G5587975, Processo: 46094015558201311 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: ALFREDO MARTINEZ ISLA Passaporte: XX2942268 Estrangeiro: ARTURO JR. BUERGO ARCILLA Passaporte: EB5523460 Estrangeiro: BERNARDO BERDON UMBAY Passaporte: EB6253033 Estrangeiro: EDGARDO MEDICO NACORDA Passaporte: EB2359511 Estrangeiro: GLENN GELLECANAO GASCON Passaporte: XX3976739 Estrangeiro: HEFFNER RAMIREZ SAPELINO Passaporte: EB6880604 Estrangeiro: LAWRENCE LEONCIO IGNACIO Passaporte: EB0462117 Estrangeiro: NOEL PERTIMOS ORIBIA Passaporte: XX5440359 Estrangeiro: ROEL PANCIPANCI CENIZA Passaporte: EB4910361, Processo: 46094015557201377 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: ANIL SOLDEVILLA AGUILAR Passaporte: XX3127692 Estrangeiro: ERNESTO CASTILLO ALONDE Passaporte: EB0212025 Estrangeiro: FEDERICO JR. MAXIMO RAGAS Passaporte: EB3893144 Estrangeiro: RICHARD ILAGAN FAJARDO Passaporte: XX4068847, Processo: 46094015569201300 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: GENEROSO JR FEGUERA OLMILLA Passaporte: EB 1296221, Processo: 46094015584201340 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RENÉ CORNELIS PAULUS STOLK Passaporte: NULCKK1R4, Processo: 46094015363201371 Empresa: SEASEEP DADOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/08/2014 Estrangeiro: MOHD SYAFFIQ BIN SAPIEE Passaporte: A26354565, Processo: 46094015364201316 Empresa: SEASEEP DADOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/08/2014 Estrangeiro: MUHAMAD FATIHI BIN CHE YUSOFF Passaporte: A25934639, Processo: 46094015491201315 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLEKSANDR DOVGAN Passaporte: EE139622, Processo: 46094015490201371 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kyrylo Dulin Passaporte: AB446497, Processo: 46094015498201337 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikolaos Mourtzakis Passaporte: AH3238005 Estrangeiro: Panagiotis Iliopoulos Passaporte: AK1452907, Processo: 46094015316201328 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: COSMIN PETRUT VANGHELE Passaporte: 050084532, Processo: 46094015314201339 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/05/2015 Estrangeiro: Bernabe Jr. Del Monte Ortiz Passaporte: EB7370131, Processo: 46094015566201368 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: GAUDIOSO RODRIGUEZ CRUZ Passaporte: EB3483003, Processo: 46094015565201313 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: CARLOS GASPAR PEREZ Passaporte: G04213071, Processo: 46094015585201394 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIUS LOLKE HOEKSTRA Passaporte: BW684RR58, Processo: 46094015583201303 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER ANTHONY CARTER Passaporte: 308044021, Processo: 46094015582201351 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN RICHARD HUTCHINSON Passaporte: 801331299, Processo: 46094015588201328 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANÇOIS HERBERT JOSEF WEIDEMANN Passaporte: BW41LK447 Estrangeiro: JETZE SIETSE DIJKSTRA Passaporte: NN004RH79 Estrangeiro: STEVEN HEDERIK JAN DE BONT Passaporte: NW9LH1K47 Estrangeiro: WIBREN WILLIBRORDUS CORNELIS VAN DER BLES Passaporte: NR03R0F12.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094011022201327 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDLIRA KONDI Passaporte: BC2671083, Processo: 46094010526201320 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIM TAVARES HENRIQUES LEITÃO Passaporte: N0706854, Processo: 46094012718201371 Empresa: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Vanessa Helena Sarmiento Clemente Passaporte: 019959177, Processo: 46094012720201340 Empresa: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Tulio Alejandro Quijada Suarez Passaporte: 036512144, Processo: 46094011279201389 Empresa: TRACTEBEL ENERGIA S. A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ANTONIO CEDENO QUIEL Passaporte: 1728422, Processo: 46094013331201331 Empresa: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Kalyanaraman Natarajan Passaporte: J7117228, Processo: 46094013330201397 Empresa: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Karabi Mondal Passaporte: J6838690, Processo: 46094012719201315 Empresa: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jorge Anibal Kamenar Rivas Passaporte: 022453567, Processo: 46094015521201393 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Andrew Peter Deising Passaporte: 444476157, Processo: 46094015523201382 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Boyd Armando Campbell Passaporte: 488694294, Processo: 46094015520201349 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Claudine Natalie Specking Passaporte: 469787702, Processo: 46094015514201391 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Dane Alistair Yoder Passaporte: 219647709, Processo: 46094015516201381 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Julie Yang Liao Passaporte: 710659366, Processo: 46094015522201338 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Kanwal Nasim Kabiruddin Passaporte: 474050880, Processo: 46094015517201325 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Mariabelen Roxana Diaz Aranibar Passaporte: 474423393, Processo: 46094015518201370 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Matthew James Legge Passaporte: QL286096, Processo: 46094015519201314 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Zindzi Fayola Thompson Passaporte: TA351339, Processo: 46094016909201310 Empresa: BANCO CITIBANK S A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TETIANA BUTKO Passaporte: EM122171, Processo: 46094013056201356 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Angel Rojo Roman Passaporte: AAG760232, Processo: 46094016912201325 Empresa: BANCO CITIBANK S A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUILLERMO FRANCO BRIONES Passaporte: G01986761, Processo: 46094016911201381 Empresa: BANCO CITIBANK S A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CÉSAR JAVIER CONTRERAS OJEDA Passaporte: G07998738, Processo: 46094016114201301 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANGSHIN LEE Passaporte: M52318448, Processo: 46094016113201359 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JASOB LIM Passaporte: M49729767, Processo: 46094015535201315 Empresa: SCHERING DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA. Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: NADINE HOLTVOGT Passaporte: C7446YKK4, Processo: 46094015536201351 Empresa: SCHERING DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA. Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: MARTIN SPRINGINKLEE Passaporte: CGTWP9XGR, Processo: 46094017039201398 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: ANBURAJ RAJENDRAN Passaporte: K6145966, Processo: 46094017375201331 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: BUSAM KUMARABABU RAMALINGAIAH Passaporte: G9182642, Processo: 46094017040201312 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: PRAKASH GOVINDASAMY Passaporte: J2909088, Processo: 46094017033201311 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: BHARATHI BAL PANNEER SELVAM Passaporte: J9416383, Processo: 46880000138201374 Empresa: THOUGHTWORKS BRASIL SOFTWARE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Anastasia Belozertseva Passaporte: 712139552, Processo: 46094017367201394 Empresa: TRACTEBEL ENERGIA S. A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: DANIEL VILLANUEVA MARTINEZ Passaporte: 5429011, Processo: 46094017368201339 Empresa: TRACTEBEL ENERGIA S. A. Prazo: 8 Mês(es) Estrangeiro: JOSE LUIS VILLANUEVA MARTINEZ Passaporte: 5429013.

Temporário - Sem Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 46094017346201379 Empresa: ICON MARKETING EM DISPLAY LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: ROELIE MARIA SCHURING Passaporte: NTR2FH8J4, Processo: 46094017345201324 Empresa: ICON MARKETING EM DISPLAY LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: ANDREW HUGH HOLLAND Passaporte: 457503899, Processo: 46094017347201313 Empresa: ICON MARKETING EM DISPLAY LTDA Prazo: até 31/12/0014 Estrangeiro: NADEEKA RANGANA HEENDENIYA HEENDENI PATHIRANNAHELAGE DON Passaporte: N2008535,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 460940173482013 68 Empresa: ICON MARKETING EM DISPLAY LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: LUKE JAMES JARMAN Passaporte: 720092838, Processo: 46094018029201370 Empresa: ARAMARK SERVICOS ALIMENTICIOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Low Chee Hol Passaporte: A20506292, Processo: 46094019317201341 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ingrid Therese Tozer Passaporte: N3578832, Processo: 46094019316201305 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Douglas Burns Arnot Passaporte: 488699262.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094005292201307 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUAN VALENTIN MENDONZA MOGOLLON Passaporte: CO22241.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094014514201374 Empresa: TSL - TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE LEGISLACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALBERTO GENEROSO GUTIERREZ OCHOA Passaporte: G08070547, Processo: 46094015972201321 Empresa: TP-LINK TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: XUAN LI Passaporte: G42000991, Processo: 46094016260201329 Empresa: CERAMICA E VELAS DE IGNICAO NGK DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOICHI NAKAGAWA Passaporte: TH2194030, Processo: 46094015470201308 Empresa: EUROTAINER BRASIL - LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FEDERICO LOPES Passaporte: 10CX56644, Processo: 46880000099201313 Empresa: ELBIT SYSTEMS DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HAGGAI SALOMONS Passaporte: 14315921, Processo: 46094015978201306 Empresa: BUFFALO TECH DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KOJI MITANI Passaporte: TK5577272, Processo: 46094016579201354 Empresa: DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE VINHOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MARC PERELLO COLOMER Passaporte: AAG103142, Processo: 46094016311201312 Empresa: ALPHABETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIANMARCO FERRARO Passaporte: YA4566102, Processo: 46094016044201383 Empresa: ARISTON THERMO BRASIL TECNOLOGIA DE AQUECIMENTO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FEDERICO CALABRESI Passaporte: YA3553392, Processo: 46094015954201349 Empresa: PRONUPTIA CASAMENTOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ISAI APOLO CHAVEZ RUIZ Passaporte: G07278292, Processo: 46094016230201312 Empresa: TIM BRASIL SERVICOS E PARTICIPACOES S.A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: FRANCO BERTONE Passaporte: YA2810730, Processo: 46094016491201332 Empresa: AREMO FASHION LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LODOVICO GUIDO LUCIANO BRIOSCHI Passaporte: X1003893, Processo: 46094016429201341 Empresa: MARERUA COMERCIO ELETRONICO DE VESTUARIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MATTHEW ALLEN FALCINELLI Passaporte: 454609023, Processo: 46094016239201323 Empresa: BRASCOD - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: RITA MAFALDA VIEIRA DA COSTA E SOUSA Passaporte: J 696038, Processo: 46094016459201357 Empresa: SAMSUNG C&T DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: HEEYONG PARK Passaporte: M19916662.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094012979201391 Empresa: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: HELDER MANUEL SOARES LOURENÇO Passaporte: L064417, Processo: 46094015338201398 Empresa: RAFIAM INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FERNANDO AUGUSTO GONÇALVES BORGES Passaporte: M129910.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094015930201390 Empresa: IMETALES - INDUSTRIA METALURGICA DE ALUMINIO E ESQUADRIAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: QIYANG ZHONG Passaporte: G57477778, Processo: 46215011277201376 Empresa: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS JORGE PIMENTA DA CONCEIÇÃO Passaporte: M352107.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 8°):

Processo: 46094016278201321 Empresa: INDRET BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Josep Angel Martinez Cid Passaporte: AAG548672, Processo: 46094016277201386 Empresa: INDRET BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Juan Antonio Jurado Oller Passaporte: AAG589592.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46212013441201229 Empresa: ROSANGELA DE SOUZA CONSTRUCAO - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JESUS GARCIA MARTINEZ Passaporte: BA127996, Processo: 46094009289201354 Empresa: RESTAURANTE SAPORI D ITALIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIA MICHELA DI LEO Passaporte: C120002, Processo: 46094007027201355 Empresa: JCP CONSTRUCOES E INCORPORACOES S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: José Carlos de Castro Paiva Passaporte: NO697150, Processo: 46094011660201348 Empresa: LAMASINVEST PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HENRIQUE MANUEL PEREIRA ARAUJO Passaporte: L625430, Processo: 46094014949201319 Empresa: M I F CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA DE CONDOMINIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO VECCHIOTTI Passaporte: AA2845556, Processo: 46094013393201343 Empresa: CONSTRUART CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VITTORIANO IULA Passaporte: YA0510758, Processo: 46215009781201314 Empresa: PATTI CONSULTORIA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN PATTI Passaporte: 09PR67493, Processo: 46094014566201341 Empresa: CONCRETMOLDING, SOCIEDADE DE CONSTRUCOES BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FILIPE EMANUEL CARVALHO ANTUNES DA SILVA SANTOS Passaporte: H557031, Processo: 46094014441201311 Empresa: BEN COLIN CLEGHORN Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BEN COLIN CLEGHORN Passaporte: LN117935, Processo: 46094015898201342 Empresa: PARASEMPRE GESTAO IMOBILIARIA EIRELI - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FANNY DELPHINE SOULIER Passaporte: 04EH76171, Processo: 46094016549201348 Empresa: LTV CONSTRUCOES E INCORPORACOES DE IMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LORENZO PIERLUIGI VASSALLO Passaporte: JX327995, Processo: 46094016823201389 Empresa: BRAITA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VANNI BOCCHI Passaporte: 879860X, Processo: 46094015961201341 Empresa: SILVER SHINE JOALHARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIA JOÃO MATOS BARRETO DE LARA Passaporte: L106651, Processo: 46094016548201301 Empresa: SAO TOME CONSTRUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Joaquim Antônio Direitinho Capucho Passaporte: L573279, Processo: 46094016192201306 Empresa: PREDIPOVOA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MANUEL MARTINS LOUREIRO DE ARAÚJO Passaporte: M551582, Processo: 46094016821201390 Empresa: TAXI DRIVER FOR YOU SERVICOS DE TAXI LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIOVANNI OLIVERI Passaporte: F601306, Processo: 46094016066201343 Empresa: CC2 PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SÉBASTIEN NAPÓLEON CHAUFOUR Passaporte: 12AT92764, Processo: 46094015792201349 Empresa: ENTRERIOS PROJETOS LTDA. - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JAVIER RIOS FERNANDEZ Passaporte: AAG718713, Processo: 46210000443201359 Empresa: DELEBRO CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUAN CRUZ SAN MARTIN AGUADO Passaporte: AF284429, Processo: 46094016237201334 Empresa: DAVATZ AGROPECUARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LORENZ DAVATZ Passaporte: F3537450, Processo: 46094016236201390 Empresa: DAVATZ AGROPECUARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHARON LYNNE DACIUK Passaporte: QH145085.

O Coordenador Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, resolve: Não conhecer do pedido de reconsideração, em razão da intempestividade do pedido e da ausência de preparo do recurso, previstos nos parágrafos 1º e 2º do art. 4º da Resolução Normativa n. 74, de 2007, do Conselho Nacional de Imigração. Processo: 46094.039604/2012-97, Empresa: POLIS COLEGIO LTDA - ME. Estrangeiro: CLAUDIA PATRICIA FREITAS MARTINS. Passaporte: M033699.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, o deferimento publicado no DOU nº. 41 de 01/03/2013, Seção 1, p. 122, onde se lê: O Coordenador Geral de Imigração - Substituto no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na CENTRAL EÓLICA AVENTURA S.A.. Processo: 46094.000992/2013-05, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.026655/2011-78, leia-se: O Coordenador Geral de Imigração -Substituto no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: ANTONIO MERINO CIUDAD a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na ATE V - LONDRINA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Processo: 46094.000992/2013-05, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.026655/2011-78.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, o deferimento publicado no DOU nº. 66 de 08/04/2013, Seção 1, p. 98, PROCESSO: 46094.039750/2012-12 onde se lê: Prazo: 01 Ano(s), leia-se: 02 Ano(s).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, o deferimento publicado no DOU nº. 90 de 15/05/2013, Seção 1, p. 72, PROCESSO: 46094.007226/2013-63 onde se lê: Passaporte: 07420014425, leia-se: Passaporte: G09663236.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, o deferimento publicado no DOU nº. 82 de 30/04/2013, Seção 1, p. 83, PROCESSO: 46094.010943/2013-72 onde se lê: MAYANDI SATHYA MURTHI, leia-se: SATHYA MURTHI MAYANDI.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, o deferimento publicado no DOU nº. 90 de 13/05/2013, Seção 1, p. 77, PROCESSO: 46094.014631/2013-38 onde se lê: JOELLY CHRISTIAN, leia-se: CHRISTIAN JOLLY.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, o deferimento publicado no DOU nº. 90 de 13/05/2013, Seção 1, p. 73, PROCESSO: 46094.012968/2013-19 onde se lê: JACOBUS BERNARDUS DE SMITH, leia-se: JACOBUS BERNARDUS DE SMIT.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 23 de maio de 2013

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 14 de Maio de 2013, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos temporário, permanente e permanência definitiva:

Temporário - Item V - CNIg - RN 27, de 25/11/1998:

Processo: 46094048304201207 Prazo: 12 Meses Estrangeiro: STEPHANIE CALISTO Passaporte: 09AR15182, Processo: 46094003107201331 Prazo: 1 Ano Estrangeira: LAURA CORALIE ROCHA Passaporte: 10AD90505, Processo: 46094009340201328 Prazo: 1 Ano Estrangeiro: RAOUL GANON Passaporte: 06AR03279, Processo: 46094008121201321 Prazo: 1 Ano Estrangeira: DELPHINE AURORE GERARD Passaporte: 11AF69256, Processo: 46094008120201387 Prazo: 1 Ano Estrangeira: SOPHIE MARIE CAMILLE GAST Passaporte: 09AX52171, Processo: 46094008053201309 Prazo: 1 Ano Estrangeira: MATHILDE CAMILLE VICTOIRE BOUQUILLON Passaporte: 08AT63385, Processo: 46094010074201386 Prazo: 2 Anos Estrangeiro: ANGEL FERNANDO ROLDAN ARENAS Passaporte: AO089267 Estrangeira: ANA PATRICIA PORTUGUEZ CHUQUIYURI Passaporte: 08310010509 Estrangeira: BETHANY KATE CAMERON Passaporte: 720002154 Estrangeiro: BRIGIDO CANTU DE LEON Passaporte: G10195678 Estrangeiro: BRUNO JAVIER MORALES ROSSI Passaporte: C1568407 Estrangeira: BUJINLKHAN PUREVJAV Passaporte: E1154959 Estrangeira: CATHERINE JULIA HAYWARD Passaporte: 307809128 Estrangeira: CHLOE MARIE HYDES OLDRIDGE Passaporte: 461067666 Estrangeira: DANA SOPHIA QUEZADA LEITON Passaporte: E09460510 Estrangeira: DOLJIN BATSUKH Passaporte: E 0382021 Estrangeira: ELENA YAKOUBOVITCH Passaporte: MP2515130 Estrangeiro: ENKHBAT JAMIYANDORJ Passaporte: E0774161 Estrangeiro: FERNANDO QUEZADA MARTINEZ Passaporte: 08250006258 Estrangeiro: HEATHER COSHAN Passaporte: 514252064 Estrangeiro: IGNACIO ENRIQUE ALVARADO SANCHEZ Passaporte: G02365594 Estrangeiro: ISIDRO HERNANDEZ FLORES Passaporte: G02726176 Estrangeiro: JACOB SALINAS LOPEZ Passaporte: C01135628 Estrangeiro: JAVIER MORALES RODRIGUEZ Passaporte: B783085 Estrangeira: JENNA NICOLE CREMER Passaporte: N2153535 Estrangeira: JENNY HASBLEYDI LEITON BASTIDAS Passaporte: 06190210294 Estrangeiro: JESUS ANGEL DIAZ VARELA Passaporte: G10449729 Estrangeiro: JHON FREDY CASTILLO GUERRERO Passaporte: CC80778932 Estrangeiro: JOSE ALBERTO GUTIERREZ GARCIA Passaporte: 08310007021 Estrangeira: KENNIA SAMANTA CUADRA IBARRA Passaporte: C1604896 Estrangeira: KHANDMAA BOLDBAATAR Passaporte: E0853464 Estrangeiro: LEONEL SUEIRAS GARAY Passaporte: B411978 Estrangeiro: MANUEL DE JESUS LARA RIVERA Passaporte: 0918993833 Estrangeira: MARIA ANDREEVA Passaporte: 51Nº5007353 Estrangeiro: MARIO CESAR TRINIDADES BEZTRUKOV Passaporte: C235077 Estrangeiro: MIGUEL ANGEL PABLO MARTINEZ Passaporte: 11894999999 Estrangeira: NADINE VARGA Passaporte: P3903653 Estrangeiro: NORBERT BÉRES Passaporte: BA9601023 Estrangeiro: OLEG VELICHKO Passaporte: 63Nº6644299 Estrangeiro: RICARDO ANDRES SIERRA RIVERA Passaporte: AN498835 Estrangeiro: RICARDO RUBEN MASSONE Passaporte: 10495661N Estrangeira: ROMINA BERTAINA CAPOVILLA Passaporte: 30329661N Estrangeira: SHURENTSETSEG BADAMDORJ Passaporte: E0176634 Estrangeira: STEPHANIE JANE MCIVER Passaporte: 507935076 Estrangeira: YENNY CAROLINA QUIJADA HERNANDEZ Passaporte: 043420986.

Temporário - Item V - CNIg - RN 77, de 29/01/2008:

Processo: 46094049615201285 Prazo: 7 Meses Estrangeiro: GIANCARLO BENDANA Passaporte: 135597719, Processo: 46094005330201313 Prazo: 2 Anos Estrangeira: EMILIE CORINNE CURET Passaporte: 05TP42096, Processo: 46094004679201338 Prazo: até 27/09/2014 Estrangeira: TANIA MELANY ORTIZ MOLINA Passaporte: G09769496, Processo: 46094007392201360 Prazo: 2 Anos Estrangeiro: FLORENT PIERRE YVES SERIEYE Passaporte: 11AI61890.

Permanente - CNIg - RN 27, de 25/11/1998:

Processo: 46215002170201337 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MATTEO PANTANELLI Passaporte: AA0889122, Processo: 46212002387201377 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ARON JACOB TEMKIN Passaporte: 10807631.

Permanente - CNIg - RN 77, de 29/01/2008:

Processo: 46094016022201232 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIA ANGELES CESTAU BARAIBAR Passaporte: AAA363186, Processo: 46094041354201255 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANDRES JORGE ALCALA CORNIDE Passaporte: XD401440, Processo: 46220005658201266 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARTA BASCOMPTE GRAU Passaporte: 0013134, Processo: 46094039382201211 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MEGAN KATE WILCOCK Passaporte: 706167712, Processo: 46094041854201297 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANDREW THOMAS SHORT Passaporte: 302926021, Processo: 46094048256201249 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARTIN JAMES BATES Passaporte: 050339249, Processo: 46094000238201367 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FREDRIC HANSON Passaporte: 215617351, Processo: 46094000298201380 Prazo: Indeterminado Estrangeira: PAULA CRISTINA PEREIRA SARREIRA Passaporte: H208501, Processo: 46094004095201362 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TIRAN ZHANG Passaporte: G16517801, Processo: 46224000762201313 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROCCO PIETRAFESA Passaporte: YA0113717, Processo: 46208001412201364 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PEDRO MIGUEL DA SILVA CÂMARA RODRIGUES Passaporte: L955408,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 46094008202201321 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOHANNES FIDDER Passaporte: NR8B2R1J4, Processo: 46094007097201311 Prazo: Indeterminado Estrangeira: LETIZIA SEBREGONDI Passaporte: YA3868735, Processo: 46094004957201357 Prazo: Indeterminado Estrangeira: KRISTEN PATRICIA JEAN LEE Passaporte: M6395213, Processo: 46094004528201380 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JORGE CIPRIANO ALVES DA CUNHA MARTINS Passaporte: G597966, Processo: 46207000941201351 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MATHIAS INDURAIN Passaporte: 12DA90174, Processo: 46094005299201311 Prazo: Indeterminado Estrangeira: CÉLINE LUCILE BRIENS Passaporte: 08AZ03210, Processo: 46094006120201342 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EDUARDO FERNANDO MARTINS DE ALMEIDA Passaporte: L912422, Processo: 46094006121201397 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FÁBIO MIGUEL TEIXEIRA GOMES Passaporte: L903627, Processo: 46215006147201311 Prazo: Indeterminado Estrangeira: LAURE ANNICK BERINGUER Passaporte: 04PI54187, Processo: 46094009168201311 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUIS ANTONIO CALVO CERDEIRA Passaporte: AAB751788 Processo: 46207010717201296 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE DOS SANTOS RODRIGUES Passaporte: M241828 Processo: 46000018353201047 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOÃO PAULO ALBINO COELHO RAFAEL Passaporte: J791660.

Permanência Definitiva - CNIg - RN 27, de 25/11/1998:

Processo: 46094000126201314 Prazo: Indeterminado Estrangeira: SUSANA CAMACHO SENGO DA COSTA Passaporte: L475448, Processo: 46094001418201366 Prazo: Indeterminado Estrangeira: CHIYOKO HASUNUMA Passaporte: TK7260435.

Permanência Definitiva - CNIg - RN 77, de 29/01/2008:

Processo: 47758000110201224 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROUZBEH ZARRINE-KAFCHE Passaporte: 06AZ75834, Processo: 46094039695201261 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAICO MICHAEL KEMPER Passaporte: NS265PJ31, Processo: 08212003389201122 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FAMIANO BARTOLI Passaporte: YA0138218, Processo: 08101000162201182 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALAIN JEAN PIERRE CRAIS Passaporte: 03XK37692, Processo: 46094043309201235 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LU FUQIANG Passaporte: G33376765, Processo: 46215035126201222 Prazo: Indeterminado Estrangeira: JELENA DORDEVIC Passaporte: 010359558, Processo: 46094047221201292 Prazo: Indeterminado Estrangeira: INÊS MARIA DE MOURA LOURENÇO Passaporte: J719142, Processo: 08391006002201129 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DIONISIO PIRES MENDES Passaporte: M200252, Processo: 08410003532201221 Prazo: Indeterminado Estrangeira: CARMEN JANETH ESPINAL MERO Passaporte: 0801743402, Processo: 46094048898201248 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ELIAS POVEDA SIRVENT Passaporte: AAB860046, Processo: 46094000307201332 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ELISABETH STIEBITZHOFER Passaporte: P5225559, Processo: 47758000005201376 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HECTOR BERMEJO ASCORBE Passaporte: BA255269, Processo: 46212015522201263 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ARMIN VAN HENGEL Passaporte: NV66D03H3, Processo: 08391009154201183 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FERMIN SALLABERA MOLINA Passaporte: AAA172965, Processo: 08260005961201112 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANK UDO WILLI PAULAT Passaporte: 2506146664, Processo: 08270020010201154 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROBERTO PISANO Passaporte: AA3510815, Processo: 08260007166201169 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MANUEL ACACIO ARES SANCHEZ Passaporte: AAD648374, Processo: 08434002874201174 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FERNANDO MANUEL BRITO RIBEIRO Passaporte: L542398, Processo: 08460038181201101 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ZENAIDA IBAÑEZ Passaporte: EB1792081, Processo: 08460040670201114 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUNTER WALTER DR FLEMIG Passaporte: C930GX4HY, Processo: 46094005280201374 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTHONY ROBERT JOHN TAYLOR Passaporte: QA863556, Processo: 46094005112201389 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EDOUARD CLEMENT BRUNO ROUSSILLON Passaporte: 06AH56600, Processo: 46880000032201371 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OLIVIER LUCIEN ANDRE CHAUVEAU Passaporte: 05EI25762, Processo: 46094005295201332 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ANA SOFIA GASPAR GUERRA PEREIRA Passaporte: M155789, Processo: 46212001492201399 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHRISTOPH HERMANN SEEGER Passaporte: C9VFT3H9N, Processo: 47758000021201369 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILLIAM MURRAY BEER Passaporte: 509831592, Processo: 08460030496201011 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEBASTIEN RANSINAN Passaporte: 08AF07700, Processo: 46094005539201387 Prazo: Indeterminado Estrangeira: DIANE INES ELISE LATRACHE Passaporte: 10AT25121, Processo: 46094008455201303 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAUL DANIEL SEPANIAK Passaporte: 10CK21420, Processo: 46094008420201366 Prazo: Indeterminado Estrangeira: SOPHIE MARIE HÉLÈNE BAILLET Passaporte: 09PD42500, Processo: 08460018050201107 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FREDERIC PAUL MALLET Passaporte: 05DK04321, Processo: 47758000032201349 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIOVANNI ALONZO Passaporte: YA3479300, Processo: 08460026139201139 Prazo: Indeterminado Estrangeira: FLORIANE ADELINE LOMER Passaporte: 06AV10580.

Permanência Definitiva - CNIg - RN 27/98 C/C RR 08/06:

Processo: 46094015958201327 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CANES JEAN Passaporte: RD2148713 Estrangeira: CARLANGE JOSEPH Passaporte: RD2588878 Estrangeiro: DANUEL RUFFIN Passaporte: GV2634206 Estrangeiro: DAVID STANY Passaporte: PP2440261 Estrangeiro: EUGENE PIERRE Passaporte: RD2319324 Estrangeiro: EXANET SAINT-VICTOR Passaporte: PP2633259 Estrangeiro: FEDNEL CHERISCA Passaporte: PP2608826 Estrangeiro: FEGENS CHERISCA Passaporte: PP2602776 Estrangeiro: FILMA MARDI Passaporte: CY2295414 Estrangeira: FRANCINE SENECHARLES Passaporte: GV2620462 Estrangeiro: FRANDY ODIGE Passaporte: PP2504075 Estrangeiro: GEODANY MORILUS Passaporte: RD2583442 Estrangeiro: GIKEL ALEXIS Passaporte: RD2549967 Estrangeiro: HEROLD SAMUEL Passaporte: PP2600337 Estrangeiro: ISRAEL METELUS Passaporte: RD2522462 Estrangeiro: JACQUELINE FILIEN Passaporte: PP2422762 Estrangeiro: JACQUES DESIR Passaporte: PP1974051 Estrangeiro: JEAN DENY OSTINA Passaporte: GV2464283 Estrangeiro: JEAN HILAIRE CHARLES Passaporte: PP2187273 Estrangeiro: JIMMYCATEUR DAZULMA Passaporte: PP1789434 Estrangeiro: JUNIOR ISMA Passaporte: PP2629196 Estrangeiro: LEONOR SALOMON Passaporte: RD2404270 Estrangeiro: LOSEMENE ALEXANDRE Passaporte: PP2617889 Estrangeira: MAGY ST JEAN Passaporte: RD2407170 Estrangeira: MARIE JOANITA JULIEN Passaporte: RD2049755 Estrangeiro: MAXIME PIERRE-LOUIS Passaporte: PP2422773 Estrangeira: MINOUCHE DAGUERRE Passaporte: PP1894813 Estrangeiro: NICOLAS ANTOINE Passaporte: RD2039768 Estrangeiro: PHILEMON SAINT-CYR Passaporte: GV2623424 Estrangeiro: PHILISTIN CHARLES Passaporte: RD2408301 Estrangeiro: SHELLSON PIERRE-LOUIS Passaporte: JC1921398 Estrangeiro: SIMON LOUIS-JEAN DIT ZIDOR Passaporte: RD2715407 Estrangeiro: VIOLYS DERIFOND Passaporte: PP2507498 Estrangeiro: WILBENS PAPOULOUTE Passaporte: RD2054138 Estrangeiro: WILFRID CLERCIUS Passaporte: PP2619768 Estrangeiro: WINDEL DERONVIL Passaporte: PP2635390, Processo: 46094018509201331 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ADELIN SAINTIL Passaporte: RD2714941 Estrangeiro: AMINAUT ALEXANDRE Passaporte: PP2448709 Estrangeiro: AMOS DEMOSTHEN Passaporte: PP2425537 Estrangeiro: ANDY DARIUS Passaporte: PP2479739 Estrangeiro: BISNER ZEPHIR Passaporte: RD2306005 Estrangeiro: CAMILAIRE ELMIUS Passaporte: RD2459106 Estrangeiro: DIEUTEL FORTILUS Passaporte: PP2388294 Estrangeiro: DJMY MARCELIN Passaporte: PP2497645 Estrangeiro: EDMOND YCCERA Passaporte: RD2526805 Estrangeira: ELUCIENNE HELAS Passaporte: RD1838939 Estrangeira: EMMA PIERRE Passaporte: PP2634427 Estrangeiro: EMMANUEL PIERRE Passaporte: RD2706423 Estrangeiro: EVINCE DEROSIER Passaporte: PP1694128 Estrangeira: FABIEN LIMA Passaporte: PP2629386 Estrangeiro: FACIUS ETIENNE Passaporte: RD2452410 Estrangeiro: FRANCKEL CELESTIN Passaporte: PP2556142 Estrangeiro: GERALD LOUIMA Passaporte: RD2457517 Estrangeira: GUERLINE RIBOUL Passaporte: PP2466305 Estrangeiro: GUILMA SIMON Passaporte: RD1726585 Estrangeiro: JEAN FRANTZDY SAINT PHILUS Passaporte: PP2635868 Estrangeiro: JEAN FRITZNOL SOUFFRANT Passaporte: PP2345890 Estrangeiro: JEAN GUENSON ANY Passaporte: PP2638387 Estrangeiro: JEAN MARIO HYPPOLITE Passaporte: PP2615370 Estrangeiro: JOCELIN JOSEPH Passaporte: CH1966108 Estrangeiro: JOHNNY PIERRE Passaporte: CH1923183 Estrangeiro: LOUIS BYCINTH Passaporte: RD1955035 Estrangeiro: LUCKENSON LOUIS Passaporte: PP2630210 Estrangeiro: LUCSIANY SAINT SURIN Passaporte: RD1891007 Estrangeira: LUNIQUE AIMABLE Passaporte: GV2500835 Estrangeira: MAIDA PREME Passaporte: GV2477657 Estrangeira: MANOUCHEKA CHARLES Passaporte: GV2554598 Estrangeiro: MICANOR ADEUS Passaporte: RD2536739 Estrangeira: NANINE JOSEPH Passaporte: RD1892451 Estrangeira: NATACHA MICHAUD Passaporte: PP2571265 Estrangeiro: NELSON LOUIGENE Passaporte: PP2468253 Estrangeira: OCROIMISE MISSAGE Passaporte: PP2413940 Estrangeiro: ODNORD COMMANDANT Passaporte: PP2485314 Estrangeiro: OLIRECE DEROSE Passaporte: RD2319911 Estrangeiro: OXIGENE FRANCOIS Passaporte: PP2494086 Estrangeiro: PELERIN CAJUSTE Passaporte: GV2601565 Estrangeiro: PHILEMON DORSAINVIL Passaporte: PP2477949 Estrangeiro: ROBENSON DOSSOUS Passaporte: PP2436239 Estrangeiro: RODENEY SYRIAC Passaporte: RD2710693 Estrangeiro: SAMUEL SOLISME Passaporte: PP1703145 Estrangeiro: SHERLINE AUGUSTIN Passaporte: RD2712661 Estrangeira: VIERGELLA DORCELY Passaporte: PP2561495 Estrangeiro: WADSON ELISTON Passaporte: PP2427918 Estrangeiro: WANER AUGUSTE Passaporte: PP2634845 Estrangeiro: WILDES DELMOT Passaporte: PP2169953 Estrangeira: WILNA ELIE Passaporte: GV2513094 Estrangeiro: WOODLY LOUIS Passaporte: PP2604112.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 14 de Maio de 2013, o Conselho Nacional de Imigração indeferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos:

Permanente - CNIg - RN 27, de 25/11/1998:

Processo: 46094013920201239 Estrangeiro: FERNANDO RODRIGUES DE JESUS, Processo: 46220005584201268 Estrangeiro: RUI JORGE RODRIGUES GOMES, Processo: 08375002216201043 Estrangeiro: VALTER ROUX, Processo: 46220005585201211 Estrangeiro: Carlos Alexandre Lourenço dos Santos, Processo: 46607000070201281 Estrangeiro: MANFRED JOHANN FUCHS, Processo: 46094041052201287 Estrangeiro: CARL ALBERT MATHIEU, Processo: 46094041590201271 Estrangeiro: QUINANGA DOMINGOS ANTONIO PEDRO, Processo: 46880000250201224 Estrangeira: YUE LING, Processo: 46094005273201372 Estrangeiro: SAMUEL CARLOS DE OLIVEIRA MOURA BAPTISTA COELHO, Processo: 46094003746201305 Estrangeira: SUMI NAKAMURA, Processo: 08460010349201113 MARTIN JOHN HEAL.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 24 de maio de 2013

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A. I.	EMPRESA	UF
1	46202.009673/2010-30	018703992	L. da S. Lobato - Obra Aliança Black River	AM
2	46202.005800/2009-98	018668640	Norte Editora Ltda.	AM
3	46202.005801/2009-32	018668658	Norte Editora Ltda.	AM
4	46205.006734/2010-87	017465770	Copy Systemas Gráficos Ltda.	CE
5	46205.014004/2008-35	013309129	Ipade - Instituto para o Desenvolvimento da Educação Ltda.	CE
6	46284.000218/2011-97	017521696	Leyanne Silva de Moura	CE
7	46284.000219/2011-31	017521700	Leyanne Silva de Moura	CE
8	46206.011828/2011-49	019883226	Climática Engenharia Ltda.	DF
9	46206.011829/2011-93	019883218	Climática Engenharia Ltda.	DF
10	46207.008495/2008-65	016430425	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	ES
11	46208.004937/2010-17	016794869	Cosmex - Excelência em Cosméticos Ltda.	GO
12	46208.004938/2010-53	016794877	Cosmex - Excelência em Cosméticos Ltda.	GO
13	46208.004940/2010-22	016794893	Cosmex - Excelência em Cosméticos Ltda.	GO
14	46208.004941/2010-77	016788621	Cosmex - Excelência em Cosméticos Ltda.	GO
15	46208.004942/2010-11	016788630	Cosmex - Excelência em Cosméticos Ltda.	GO
16	46208.004943/2010-66	016788648	Cosmex - Excelência em Cosméticos Ltda.	GO
17	46208.004944/2010-19	016788656	Cosmex - Excelência em Cosméticos Ltda.	GO
18	46208.004945/2010-55	016788672	Cosmex - Excelência em Cosméticos Ltda.	GO
19	46208.004946/2010-08	016788664	Cosmex - Excelência em Cosméticos Ltda.	GO
20	46208.006850/2010-76	016797264	Frigorífico Mataboi S.A.	GO
21	46208.008033/2010-52	016797621	Frigorífico Mataboi S.A.	GO
22	46208.005833/2010-11	016783557	Usina Panorama S.A.	GO
23	46208.005842/2010-11	016783581	Usina Panorama S.A.	GO
24	46243.000756/2010-87	022191046	Distribuidora de Frutas Norte Minas Ltda.	MG
25	47747.006107/2009-48	019495331	Thermotite do Brasil Ltda.	MG
26	46504.0024116/2009-39	019608802	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
27	46504.002421/2009-41	021954984	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
28	46504.002422/2009-96	021954968	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
29	46504.002423/2009-31	021954941	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
30	46300.003035/2012-69	024461831	São Francisco Açúcar e Álcool Ltda.	MS
31	46458.000554/2011-09	018137881	Serpal Engenharia e Construtora Ltda.	MS
32	46210.005146/2009-13	018775772	Usina Jaciara S.A.	MT
33	46230.001246/2009-32	015201520	Clínica Santa Paula S.A.	RJ
34	46230.008528/2010-02	023179511	Espectro Engenharia Ltda.	RJ
35	46230.008529/2010-09	023179252	Espectro Engenharia Ltda.	RJ
36	46230.008530/2010-73	023179244	Espectro Engenharia Ltda.	RJ
37	46230.008531/2010-18	023179201	Espectro Engenharia Ltda.	RJ
38	46230.008532/2010-62	023179210	Espectro Engenharia Ltda.	RJ
39	46230.008533/2010-15	023179228	Espectro Engenharia Ltda.	RJ
40	46230.008534/2010-51	023179236	Espectro Engenharia Ltda.	RJ
41	46230.008535/2010-04	023179180	Espectro Engenharia Ltda.	RJ
42	46230.006033/2009-05	019429606	H.B. Farma Laboratórios Ltda.	RJ
43	46215.001811/2008-79	015103714	Huawei do Brasil Telecomunicações Ltda.	RJ
44	46215.001812/2008-13	015103757	Huawei do Brasil Telecomunicações Ltda.	RJ
45	46215.001814/2008-11	015103692	Huawei do Brasil Telecomunicações Ltda.	RJ
46	46230.004980/2010-97	023157933	Ônix Serviços Ltda.	RJ
47	46230.003921/2009-68	015269477	Riopark Estacionamento e Garagens Ltda.	RJ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48	46230.007144/2009-21	015268993	Supermercado Real de Icaraí Ltda.	RJ
49	46217.002487/2008-96	018303340	Cactus Mão de Obra Ltda.	RN
50	46217.005046/2010-61	018320961	Condomínio Residencial Campos do Cerrado	RN
51	46217.006784/2009-91	018314996	LDC Bioenergia S.A.	RN
52	46217.003205/2011-73	018376967	Módulo Incorporações e Construções Ltda.	RN
53	46217.002214/2009-22	018323804	Rent A Car Locadora Ltda.	RN
54	46216.002667/2011-83	017750130	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
55	46216.002677/2011-19	017751586	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
56	46216.002680/2011-32	017751616	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
57	46216.002692/2011-67	017748160	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
58	46216.002701/2011-10	017745454	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
59	46216.003192/2010-61	017745039	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
60	46216.005162/2011-71	020823983	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
61	46216.005164/2011-60	020823975	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
62	46216.005165/2011-12	020824009	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
63	46216.005177/2011-39	017774632	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
64	46216.005178/2011-83	021160856	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
65	46216.005180/2011-52	017774608	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
66	46216.005181/2011-05	017773661	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
67	46216.005184/2011-31	017773601	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
68	46216.005185/2011-85	020820534	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
69	46216.005187/2011-74	021160910	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
70	46216.005188/2011-19	020820569	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
71	46216.005189/2011-63	020823991	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
72	46216.005193/2011-21	017773580	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
73	46216.005194/2011-76	017773636	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
74	46216.005195/2011-11	017773652	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
75	46216.005196/2011-65	017773687	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
76	46216.005197/2011-18	017773695	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
77	46216.005198/2011-54	017773709	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
78	46216.005199/2011-97	021160880	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
79	46216.005200/2011-95	021160899	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
80	46216.005458/2011-91	017773644	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
81	46216.005461/2011-13	017773610	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
82	46216.005462/2011-50	020820615	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
83	46216.005463/2011-02	020820585	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
84	46216.005464/2011-49	021160902	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
85	46216.005468/2011-27	017773628	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
86	46216.005469/2011-71	021160872	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
87	46216.005470/2011-04	021160848	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
88	46216.005471/2011-41	021160864	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
89	46216.005472/2011-95	020820542	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
90	46216.005474/2011-84	017773571	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
91	46225.003039/2011-14	003994872	Andrade Galvão Engenharia Ltda.	RR
92	46225.003042/2011-20	003993752	Andrade Galvão Engenharia Ltda.	RR
93	46617.002448/2011-81	023562060	Cooperativa Santa Clara Ltda.	RS
94	46617.007147/2010-63	019982151	CRO Conservação de Rodovias Oliveira Ltda.	RS
95	46617.009813/2010-06	019986645	Drogaria Onofre Ltda.	RS
96	46617.001997/2011-39	023627794	Med Express Comércio de Medicamentos e Material Médico Hospitalar Ltda.	RS
97	46617.001998/2011-83	023627786	Med Express Comércio de Medicamentos e Material Médico Hospitalar Ltda.	RS
98	46617.001999/2011-28	023627832	Med Express Comércio de Medicamentos e Material Médico Hospitalar Ltda.	RS
99	46617.002557/2010-18	019003188	Shoe Trend Exportadora Ltda.	RS
100	46617.002558/2010-62	019003196	Shoe Trend Exportadora Ltda.	RS
101	46617.002559/2010-15	019003200	Shoe Trend Exportadora Ltda.	RS
102	46220.006680/2010-61	016223705	Abastecedora Praia dos Amores Ltda.	SC
103	46220.006681/2010-1	016223691	Abastecedora Praia dos Amores Ltda.	SC
104	46301.000561/2011-86	020676212	Agroflorestal Tozzo S.A.	SC
105	46220.005585/2010-41	020658940	Casa de Apoio Pessoas com Câncer Maria Teresa	SC
106	46220.001008/2011-61	020833601	Costão do Santinho Turismo e Lazer Ltda.	SC
107	46220.001009/2011-13	020833628	Costão do Santinho Turismo e Lazer Ltda.	SC
108	46220.001010/2011-30	020833636	Costão do Santinho Turismo e Lazer Ltda.	SC
109	46220.001063/2011-51	020833610	Costão do Santinho Turismo e Lazer Ltda.	SC
110	46220.004683/2009-27	016314573	GPS Gestão Empresarial Ltda.	SC
111	46220.004684/2009-71	016314581	GPS Gestão Empresarial Ltda.	SC
112	46220.004685/2009-16	016314603	GPS Gestão Empresarial Ltda.	SC
113	46304.002008/2010-77	016326849	Marmoraria Granblu Ltda. ME	SC
114	46301.000417/2011-40	020676140	Rádio Aliança Ltda.	SC
115	46301.000418/2011-94	020676158	Rádio Aliança Ltda.	SC
116	46301.000420/2011-63	020676174	Rádio Aliança Ltda.	SC
117	46301.000421/2011-16	020676166	Rádio Aliança Ltda.	SC
118	46221.002175/2008-13	014158256	Itaguassu Agro Industrial S.A.	SE
119	46221.003263/2010-57	017951623	Josafá Joaquim dos Santos	SE
120	46221.004221/2011-14	017968623	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	SE
121	46221.004238/2011-71	017968640	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	SE
122	46221.003897/2008-95	014173883	São Cristovão Tranportes Ltda.	SE
123	46221.004381/2010-82	017954304	Vale S.A.	SE
124	46258.002271/2010-69	021875499	Agro Bertolo Ltda.	SP
125	46736.001808/2006-12	008143382	Associação Itaquerense de Ensino	SP
126	46736.004765/2005-38	008141088	Associação Itaquerense de Ensino	SP
127	46736.004769/2005-16	008141070	Associação Itaquerense de Ensino	SP
128	46219.009548/2010-41	019778465	Associação Princesa Isabel de Educação e Cultural	SP
129	46219.017844/2006-39	012159186	BWU Comercio e Entretenimento Ltda.	SP
130	46472.014233/2009-81	015938387	Cimarco Transportes Ltda.	SP
131	46256.001899/2011-48	023917989	Claudia Tercioti Pineli Barbosa ME	SP
132	46473.006105/2011-78	021468060	Condomínio Edifício Espaço Nobre	SP
133	46219.000591/2011-21	019785682	Construteckma Engenharia Ltda.	SP
134	46219.014765/2011-33	019808992	Di Gênio e Patti Ltda.	SP
135	46472.002588/2011-41	021788170	Fleury S.A.	SP
136	46472.004092/2010-21	019399740	Fundação Faculdade de Medicina	SP
137	46472.004094/2010-11	019399731	Fundação Faculdade de Medicina	SP
138	46252.000929/2010-58	019179707	Guarani S.A.	SP
139	46252.000930/2010-82	019179715	Guarani S.A.	SP
140	46219.006385/2011-25	019788771	Icomon Tecnologia Ltda.	SP
141	46219.006466/2006-68	012104281	Itálica Saúde S/C Ltda.	SP
142	46219.006467/2006-11	012104299	Itálica Saúde S/C Ltda.	SP
143	46473.001624/2011-40	023909943	J. Macedo S.A.	SP
144	46473.001626/2011-39	023909935	J. Macedo S.A.	SP
145	46219.015737/2011-33	021505047	Júlio Simões Logística S.A.	SP
146	46259.006897/2011-15	021649740	M5 Indústria Construção e Serviços Ltda.	SP
147	46259.007975/2011-07	021475040	M5 Indústria Construção e Serviços Ltda.	SP
148	46219.007525/2011-82	015335259	Meiwa Indústria e Comércio Ltda.	SP
149	46253.000738/2011-67	023931604	Metalbras Metalúrgica Brasiliense Ltda.	SP
150	46219.012429/2011-56	019797192	Mira OTM Transportes Ltda.	SP
151	46219.013465/2011-37	019798105	Nasa Laboratório Bio Clínico Ltda.	SP
152	46219.024666/2006-01	012163112	Niplan Engenharia Ltda.	SP
153	46253.000743/2011-70	023931590	OCV Industria e Comercio de Equipamento Ltda.	SP
154	46253.001902/2010-72	021759197	Pafil Engenharia Ltda.	SP
155	47203.000014/2010-91	019356307	Pedertractor Indústria e Comércio de Peças Tratores e Serviços Ltda.	SP
156	46219.019672/2006-38	012162671	Projectus Consultoria Ltda.	SP
157	46219.010236/2011-61	019797117	RGB Restaurantes Ltda.	SP
158	46219.012768/2011-32	019785194	RM Express São Paulo Ltda. ME	SP
159	46265.002103/2010-84	021760039	Rodrigo Cesar Cruz ME	SP
160	46736.001470/2009-33	015401359	S.O.S. Ambulâncias - Emergências Médicas Ltda.	SP
161	46253.001475/2011-11	023932066	Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool	SP
162	46253.001476/2011-58	023932058	Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool	SP
163	46472.012942/2009-21	015920488	SMT Parqueamento e Estacionamento Ltda.	SP
164	46262.002399/2004-15	008326479	Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano	SP
165	46262.002400/2004-10	008326461	Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano	SP
166	46473.005115/2011-96	021467749	Sondasa Engenharia Geotecnia e Fundações Ltda.	SP
167	46219.003857/2011-98	019788185	Syscreon Logística S.A.	SP
168	46265.000107/2009-94	015693171	Transcofer Transporte Comércio Ltda.	SP
169	46219.007826/2011-14	019788827	Trato Construções Ltda.	SP
170	46257.003550/2009-16	021860017	TV Ômega Ltda.	SP
171	46219.015838/2010-23	019783256	Unialco S.A. - Álcool e Açúcar	SP
172	46259.006353/2011-53	021641269	Usina São José S.A Açúcar e Álcool	SP
173	46259.006344/2011-62	021640564	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
174	46259.006350/2011-10	021640742	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
175	46259.006354/2011-06	021640580	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
176	46259.006355/2011-42	021641358	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
177	46259.006362/2011-44	021642893	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
178	46259.006367/2011-77	021642915	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
179	46259.006371/2011-35	021566046	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
180	46259.006374/2011-79	021566011	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
181	46259.006376/2011-68	021565651	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
182	46259.006395/2011-94	021641307	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
183	46259.006408/2011-25	021637962	Usina São José S.A. Açúcar e Álcool	SP
184	46472.000055/2005-87	008168181	Work Assessoria e Desenvolvimento de Sistemas Comerciais Ltda.	SP
185	46219.016028/2010-94	019785275	Work Telemarketing Serviços Ltda. EPP	SP
186	46226.001949/2010-63	018405380	MCM Comércio de Automóveis Ltda.	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESSA	UF
1	46202.008694/2008-13	506.106.080	Clínica Audiológica de Manaus Ltda.	AM
2	46202.014383/2008-93	506.153.363	G.T. Reparação Automobilística Ltda.	AM
3	46202.009674/2010-84	100.176.330	L. da S. Lobato - Obra Aliança Black River	AM
4	46202.005802/2009-87	506.251.047	Norte Editora Ltda.	AM
5	46205.008321/2009-41	506.258.980	Hot Meals - Serviços de Alimentação e Restaurante Self Service Ltda.	CE
6	46205.006183/2009-18	506.229.378	ITS - Instituto Terra Social	CE
7	46207.008494/2008-11	506.146.758	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	ES
8	46223.009582/2010-56	506.446.689	Conasses - Contabilidade Assessoria Empresarial Ltda.	MA
9	46210.005147/2009-68	100.148.514	Usina Jaciara S.A.	MT
10	46215.044995/2006-08	505.779.188	Acser Serviços Temporários e Terceirizados Ltda.	RJ
11	46215.053168/2004-35	505.432.544	Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR	RJ
12	46334.000775/2006-16	505.650.118	Auto Ônibus Vera Cruz Ltda.	RJ
13	46215.010116/2005-55	505.471.647	Câmara Comunitária da Barra da Tijuca	RJ
14	46740.000249/2006-56	505.689.863	Orla Rio Associados Ltda.	RJ
15	46232.001137/2005-71	505.479.681	São João Batista Transporte e Turismo Ltda.	RJ
16	46666.000835/2004-79	505.314.096	Universidade Católica de Petrópolis	RJ
17	46217.008820/2007-90	505.997.681	Restaurante Comercial Santo Antonio do Nordeste Ltda.	RN
18	46218.002084/2011-32	506.464.474	Rogério Fonseca - EPP	RS
19	46218.005940/2010-21	100.160.654	Shoe Trend Exportadora Ltda.	RS
20	46218.005941/2010-75	506.375.439	Shoe Trend Exportadora Ltda.	RS
21	46220.004718/2009-28	100.151.370	GPS Gestão Empresarial Ltda.	SC
22	46220.004721/2009-41	506.319.211	GPS Gestão Empresarial Ltda.	SC
23	47999.003988/2008-01	506.121.208	Centro de Estética Bellas Ltda. ME	SP
24	46472.014874/2009-35	506.327.027	Cimarco Transportes Ltda.	SP
25	46269.001312/2010-71	506.378.471	Coffee Time Cafeteria e Alimentos Ltda.	SP
26	46219.003973/2010-26	506.357.414	Cooperlimp - Cooperativa de Trabalho em Portaria e Limpeza	SP
27	46255.002045/2007-11	505.941.104	Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Gerais Ltda.	SP
28	46472.004093/2010-76	506.386.031	Fundação Faculdade de Medicina	SP
29	46254.001520/2012-09	100.255.990	Primavera Transportadora Turística Ltda.	SP
30	46219.073460/2007-87	506.004.295	Supportcomm S.A.	SP
31	46473.006687/2006-25	505.756.030	Whirlpool S.A.	SP
32	46473.004112/2010-54	506.398.188	WTI World Transportes Internacionais Ltda. EPP	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A. I.	EMPRESA	UF
1	46216.005192/2011-87	017774624	Consórcio Santo Antônio Civil	RO

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A. I.	EMPRESA	UF
1	46253.003742/2007-09	015964795	Indústria de Pistões Rocatti Ltda.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESSA	UF
1	46202.007970/2008-28	506.099.288	Clínica Audiológica de Manaus Ltda.	AM
2	46202.009677/2010-18	506.439.089	L. da S. Lobato - Obra Aliança Black River	AM
3	46236.000105.2007-81	705.017.460	José Maria Gonçalves & Cia. Ltda.	MG
4	46236.000105/2007-81	705.017.460	José Maria Gonçalves & Cia. Ltda.	MG
5	46215.017799/2004-91	505.326.426	S.A. Editora Tribuna da Imprensa	RJ
6	46259.006034/2011-48	100.204.864	Le Barom Alimentação Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A. I.	EMPRESA	UF
1	46225.001934/2011-96	017834554	Umuarama Moto Peças Ltda.	RR
2	46397.000824/2009-11	015503607	Cerâmica Industrial de Taubaté Ltda.	SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3	46397.000825/2009-65	015503615	Cerâmica Industrial de Taubaté Ltda.	SP
4	46397.000827/2009-54	015503631	Cerâmica Industrial de Taubaté Ltda.	SP
5	46397.000828/2009-07	015503640	Cerâmica Industrial de Taubaté Ltda.	SP
6	46397.000829/2009-43	015503658	Cerâmica Industrial de Taubaté Ltda.	SP

2.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A. I.	EMPRESA	UF
1	46205.000171/2005-56	005282489	Belfort Automóveis Ltda.	CE
2	46206.006401/2011-29	019865902	JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	DF
3	46286.000782/2011-90	017152283	Natu Pharmu's Farmácia de Manipulação Ltda.	DF
4	46207.005365/2010-95	016440391	Construtora e Incorporadora M Santos Ltda.	ES
5	46207.005248/2010-21	016540891	SMIN Comércio e Importação de Minérios Ltda.	ES
6	46208.005363/2010-96	020353057	Cacu Comércio Indústria de Açúcar e Álcool Ltda.	GO
7	46208.004375/2011-84	020384181	Centro de Assistência a Vida Ltda.	GO
8	46208.011637/2010-86	016771052	Distribuidora Farmacêutica Panarello Ltda.	GO
9	46208.006180/2010-98	012760200	Free Melo Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.	GO
10	46290.001459/2009-50	016730585	Lúcia Maria de Almeida - ME	GO
11	46290.000459/2010-76	016775465	Produtos Alimentícios Orlândia S.A. Comércio e Indústria	GO
12	46504.000274/2010-17	022201068	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João Del Rei	MG
13	47747.006633/2009-16	019468555	Bráulio e Roberto Com. Artigos para Presentes em Geral Ltda.	MG
14	46245.000920/2010-36	022005838	Chain & Carvalho Restaurante e Bar Ltda.	MG
15	46247.000102/2010-13	019658494	Enoquio Antonio Pereira Cardoso	MG
16	46247.000103/2010-68	019656751	Enoquio Antonio Pereira Cardoso	MG
17	46504.001994/2009-58	021950636	Hiper Limpe Conservação e Serviços Ltda.	MG
18	47747.001057/2010-46	022217410	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	MG
19	46242.001191/2009-21	019475128	Irmãos Bretãs, Filhos e Cia. Ltda.	MG
20	46236.001275/2010-88	018794131	Magazine Luiza S.A.	MG
21	46504.000930/2011-54	022145362	Marbill Presentes Ltda. ME	MG
22	47747.006804/2009-07	019609892	Organizações Verdemar Ltda.	MG
23	46243.002036/2009-12	019628790	Padaria e Mercearia Pão Frances Ltda.	MG
24	46246.000421/2010-39	022010289	Strutural Engenharia e Projetos Ltda.	MG
25	46228.002775/2011-17	023048638	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.	RJ
26	46228.003106/2011-62	022966919	ARG Ltda.	RJ
27	46871.001694/2011-13	022834249	Cesoc Centro Especializado em Segurança Ocupacional Ltda.	RJ
28	46215.026748/2010-06	022972374	Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro	RJ
29	46871.001922/2011-47	022833129	Condominio Barbosa	RJ
30	46228.002909/2011-08	023048719	D.E.N. de Thuin - ME	RJ
31	46231.001574/2011-43	020044623	Friburgo Shopping Center	RJ
32	46215.109681/2010-36	023173564	Hoffen Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.	RJ
33	46215.451453/2009-22	015246311	Irmãos Barbosa Refeições Industriais Ltda.	RJ
34	46215.032884/2008-11	015176291	Juma RR Confecções e Indústria de Artigos de Couros e Plásticos Ltda. EPP	RJ
35	46666.002085/2011-07	022842675	Nacional RH Consultoria e Gestão de Pessoas Ltda.	RJ
36	46232.003499/2011-45	022963952	OFS RJ Ltda.	RJ
37	46871.001730/2011-31	022807543	Posto Curcio Comércio e Derivados de Petróleo Ltda.	RJ
38	46215.008524/2011-95	023094052	Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	RJ
39	46291.000995/2009-28	018318444	Certa Serviços Empresariais e Representações Ltda.	RN
40	46216.002665/2011-94	017750156	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
41	46216.002702/2011-64	017745462	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
42	46216.005475/2011-29	020820518	Consórcio Santo Antônio Civil	RO
43	46225.000883/2011-85	017831725	Gargiulo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	RR
44	46225.001932/2011-05	017834571	Umuarama Moto Peças Ltda.	RR
45	46617.000734/2011-11	019341881	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	RS
46	46617.012244/2011-59	023661445	Associação Hospitalar Beneficente de Marau	RS
47	46617.012243/2011-12	023683988	Bolognesi Infraestrutura Ltda.	RS
48	46617.004928/2011-87	023628111	Prethos Conveniências e Serviços Ltda.	RS
49	46617.000788/2012-59	023651377	SOS Higienização Ltda.	RS
50	46617.000789/2012-01	023651385	SOS Higienização Ltda.	RS
51	46301.001860/2009-13	016386841	Advocacia Bellianati Perez	SC
52	46301.001861/2009-68	016386850	Advocacia Bellianati Perez	SC
53	46305.001587/2011-10	016213106	Ciclo Injeção e Moldes Ltda.	SC
54	46220.006531/2010-01	020832478	Empresa Catarinense de Eletricidade Ltda.	SC
55	46220.001529/2008-12	014034972	Gol Transportes Aéreos S.A.	SC
56	46397.000822/2009-21	019804156	Cerâmica Industrial de Taubaté Ltda.	SP
57	46397.000823/2009-76	015503593	Cerâmica Industrial de Taubaté Ltda.	SP
58	46397.000826/2009-18	015503623	Cerâmica Industrial de Taubaté Ltda.	SP
59	46397.000830/2009-78	015503666	Cerâmica Industrial de Taubaté Ltda.	SP
60	46472.008761/2011-15	021630399	Controlar S.A.	SP
61	46472.004812/2011-30	021786194	Side Serviços Administração e Engenharia	SP
62	46226.003389/2009-48	018415261	Asa Norte Alimentos Ltda.	TO
63	46226.006265/2011-39	018481159	Comando Norte Construtora Ltda.	TO
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESSA	UF
1	46312.000724/2011-00	506.466.574	MMX Metálicos Corumbá Ltda.	MS
2	46301.001997/2009-78	506.344.690	Advocacia Bellianati Perez	SC

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A. I.	EMPRESA	UF
1	46293.003163/2010-87	023391170	Jorge Rudney Atalla e outros	PR
2	46293.003166/2010-11	023391200	Jorge Rudney Atalla e outros	PR
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESSA	UF
1	46293.003164/2010-21	100.169.899	Jorge Rudney Atalla e outros	PR
2	46293.003167/2010-65	100.169.856	Jorge Rudney Atalla e outros	PR
3	46220.000062/2008-93	506.006.271	Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.	SC
4	46266.002884/2009-63	506.232.263	Cesar Sodré Confecções ME	SP
5	46269.001468/2011-32	506.496.180	Conal Avionics Eletrônica de Aeronaves Ltda.	SP
6	46259.003872/2006-01	505.715.562	Trevecom Engenharia Comércio Montagens Industriais Ltda.	SP
7	46259.004706/2010-08	100.165.818	Vinco Viação Noivacolinense Ltda.	SP

3. Pelo não conhecimento do recurso de auto de infração ou da notificação de débito
3.1 - Por ser intempestivo, mantendo a procedência.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46205.008206/2010-62	017467331	Topconn Serviços de Engenharia, Condomínio e Consultoria Ltda.	CE
2	46216.002861/2009-44	012346500	Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	RO
3	46216.002862/2009-99	012346497	Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	RO
4	46216.002863/2009-33	012346489	Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	RO
5	46216.002864/2009-88	012346470	Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	RO
6	46216.002865/2009-22	012346462	Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	RO
7	46216.002866/2009-77	020014007	Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	RO
8	46216.002867/2009-11	020013990	Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	RO
9	46216.002868/2009-66	020013981	Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	RO

3.1 - Pelo pagamento da multa com redução de 50/%.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46258.001384/2010-47	021870268	Couroada Comercial e Representações Ltda.	SP

4) Pelo arquivamento em razão de:
4.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99.

Nº	PROCESSO	A.I.	Empresa	UF
1	46247.000094/2002-03	005467675	Vinicius Ramos Prates (Jornal e Valres)	MG
2	46257.005178/2004-78	008289204	Centro de Diagnostico Médico Costa e Duccini Ltda.	SP

4.2 - Prescrição prevista no art. 1º do Decreto 20.910/1932, por força da ADPF 156 do STF.

Nº	PROCESSO	A.I.	Empresa	UF
1	46211.015353/87-17	249290161	Fábrica Mineira de Eletrodos e Soldas Denver S.A.	MG
2	47747.001131/2002-14	007246692	Leopoldo Souza Lima Mattos de Paiva	MG
3	47747.001217/2002-47	007299079	Pampulha Center Pedras Ltda.	MG
4	47747.000318/2004-62	010505580	Porto Callis Comércio Ltda.	MG
5	46220.002420/2005-50	011650834	Fábrica de Móveis Rio Negrinho Ltda.	SC
6	46220.002429/2005-61	009336851	Fábrica de Móveis Rio Negrinho Ltda.	SC
7	46220.002716/2005-71	006569838	Fábrica de Móveis Rio Negrinho Ltda.	SC
8	46220.006785/2005-53	011699531	Fábrica de Móveis Rio Negrinho Ltda.	SC
9	46220.006907/2003-40	009348263	Fábrica de Móveis Rio Negrinho Ltda.	SC

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 23 de maio de 2013

Arquivamento

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais,com fundamento no art. 27 da Portaria nº 326, publicada em 11 de março de 2013, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, em observância ao diposto no art. 27, da Portaria nº 326/2013:

Processo	46242.000426/2011-82
Entidade	Sindicato de classe dos trabalhadores profissionais da área de saúde do município de Iturama/MG.
CNPJ	13.055.012/0001-65
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 519/2013/CGRS/SRT/MTE

Arquivamento

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais,com fundamento no art. 27 da Portaria nº 326, publicada em 11 de março de 2013, resolve ARQUIVAR o processo de pedido de alteração estatutária do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 27º da Portaria nº 326/2013:

Processo	46222.000128/2011-21
Entidade	Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios Residenciais, Comerciais e Mistos nos Estados do Pará, Amazonas e Amapá - SINDCON/SECOVI - PA/AM/AP
CNPJ	34.817.890/0001-40
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 521/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46290.000884/2011-46
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
CNPJ	01.056.811/0001-77
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 522/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46211.004089/2011-60
Entidade	Sindicato dos Servidores Publicos Municipais do Municipio de Capelinha
CNPJ	05.786.999/0001-60
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 523/2013/CGRS/SRT/MTE

Indeferimento

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 26 da Portaria nº. 326, publicada em 11 de março de 2013 , resolve INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 26, da Portaria nº. 326/2013:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo	46204.004302/2011-22
Entidade	SINTIBIO Sindicato dos Biologos e dos Trabalhadores em Empresas de Biologia, Reciclagem e Meio Ambiente
CNPJ	10.725.882/0001-06
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 520/2013/CGRS/SRT/MTE

Pedido de registro sindical

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326/2013 publicada no DOU em 11 de março de 2013

Processo	46224.001962/2011-13
Entidade	Sindicato dos Mototaxistas, Motoboys e Motofretes do Município de Cajazeiras e Região - SINDIMOTO/CR.
CNPJ	13.307.586/0001-83
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Monte Horebe, Poço de José de Moura, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Triunfo e Uiraúna-PB.
Categoria Profissional.	Categoria dos Mototaxistas, Motoboys e Motofretes, amparados na Lei nº. 12.009/2009.

Processo	46258.002129/2011-01
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tupi Paulista
CNPJ	01.687.438/0001-52
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Tupi Paulista/SP
Categoria Profissional	Todos os Servidores Públicos Municipais ativos e inativos, inclusive pensionistas; Funcionários de Empresas Municipais e Autarquias existentes e/ou que vierem a existir no município sede da entidade.

Processo	46254.001808/2011-94
Entidade	Sindicato dos servidores públicos municipais de Iaras e região - SINDIARAS
CNPJ	11.480.958/0001-43
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Aguas de Santa Bárbara, Cabrália Paulista e Iaras - SP
Categoria Profissional.	Servidores Públicos Municipais

Processo	46207.000725/2011-43
Entidade	Sindicato dos Técnicos em Higiene Dental (THD) do Estado do Espírito Santo (SINDI-THD/ES)
CNPJ	10.480.386/0001-30
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Espírito Santo
Categoria Profissional	ativa e inativa dos Técnicos em Higiene Dental (THD)

Análise de impugnação

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 326, de 11 de março de 2013, e na Nota Técnica Nº. 525/2013/CGRS/SRT/MTE resolve remeter para procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades: Sindicato das Indústrias das Confecções de São José do Rio Preto, CNPJ: 59.849.455/0001-29 (impugnado), Sindicato da Indústria do Vestuário Feminino e Infanto Juvenil de São Paulo e Região - SINDIVEST - SP, CNPJ: 47.463.153/0001-39 (impugnante), Sindicato das Indústrias de Camisas para Homem e Roupas Brancas do Estado de São Paulo, CNPJ: 62.660.402/0001-70 (impugnante), Sindicato da Indústria do Vestuário Masculino no Estado de São Paulo, CNPJ: 47.463.070/0001-40 (impugnante), Sindicato das Indústrias do Vestuário de Ribeirão Preto, CNPJ: 56.014.699/0001-01 (impugnante) e o Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Tipo Artesanal do Estado de São Paulo, CNPJ: 60.262.425/0001-09(impugnante) nos termos dos Artigos 22 e 23 da Portaria nº. 326, de 11 de março de 2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 326, de 11 de março de 2013, e na Nota Técnica Nº. 524/2013/CGRS/SRT/MTE resolve remeter para procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades: a) Sindicato dos Práticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos de Juiz de Fora - SINPRAFARMA-JF (Impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº. 46245.002091/2009-92 (SC05699), CNPJ nº. 10.920.085/0001-80 e b) Sindicato dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora (Impugnante), Carta Sindical: L005 P070 A1941, CNPJ nº. 20.436.333/0001-75, nos termos dos Artigos 22 e 23 da Portaria nº. 326, de 11 de março de 2013

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 50, DE 17 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE nº 02, de 25 de maio de 2006, e Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA nº. 008/2013, de 17/05/2013, anexa ao processo n.º 46.206.001491/2013-23, referente ao Plano de Cargos e Salários da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 008/2013, anexa ao processo n.º 46206.001491/2013-23.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

MAURÍCIO ALVES DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 9 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 376 - Conceder autorização à empresa BOUTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS CAMA E BANHO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.313.402/0001-58, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua DO Cedro, nº 1181, bairro Dom Joaquim, na cidade de Brusque (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46220.006168/2012-87, protocolado no dia 13/12/2012.).

Nº 378 - Conceder autorização à empresa CATIVA BENEFICIAMENTOS TÊXTEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.467.099/0001-90, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na BR 470, km 96, Ribeirão do Bode, na cidade de Apiúna (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46305.000343/2013-73, 46220.002274/2013-72, protocolado no dia 29/04/2013).

Nº 379 - Conceder autorização à empresa MALHARIA CARYMÃ LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 79.386.678/0001-04, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Tenente Antonio João, 3300, bairro Distrito Industrial, na cidade de Joinville (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

(Processo nº 46304.000571/2013-53, protocolado no dia 12/04/2013).

Nº 380 - Conceder autorização à empresa PLASTICOVILLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAL PLÁSTICO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 86.774.343/0001-43, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Lauro Zimmermann Junior, 100, bairro Costa e Silva, na cidade de Joinville (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46304.000649/2013-30, protocolado no dia 23/04/2013).

Nº 384 - Conceder autorização à empresa TECNOPERFIL PLÁSTICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.341.857/0003-37, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Rui Barbosa, 210, Zona Industrial Norte, na cidade de Joinville (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46304.000790/2013-32, protocolado no dia 07/05/2013).

Nº 385 - Conceder autorização à empresa METALURGICA DUQUE S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 84.683.762/0001-20, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Engelberto Otto Hagemann, 396, bairro Aventureiro, na cidade de Joinville (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

(Processo nº 46304.002040/2012-14, protocolado no dia 04/10/2012).

Nº 386 - Conceder autorização à empresa BERTHA CONFEITARIA E CONVENIÊNCIA LTDA. EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.740.588/0001-08, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua General Osório, 4085, bairro Velha, na cidade de Blumenau (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46305.000436/2012-17, protocolado no dia 08/03/2012).

Nº 387 - Conceder autorização à empresa SÃO BENTO EMBALAGENS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 81.536.609/0001-81, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia SC 301, nº 1750, bairro Progresso, na cidade de São Bento do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46220.001193/2013-55, protocolado no dia 14/03/2013).

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS

PORTARIAS DE 17 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 394 - Conceder autorização à empresa DAMENNY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS TÊXTEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 79.302.519/0001-84, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua XV de Novembro, 2386, sala 02, bairro Centro, na cidade de Pomerode (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46305.000619/2012-32, protocolado no dia 09/04/2012).

Nº 395 - Conceder autorização à empresa KIMBERLY-CLARK BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.290.277/0006-36, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na rodovia BR 116, km 218, na cidade de Correia Pinto (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46220.002509/2013-26, protocolado no dia 14/05/2013).

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS

PORTARIA Nº 397, DE 20 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 5º, da Portaria nº 02, de 25/05/06;

Considerando o disposto no parecer da Assessoria Técnica deste Gabinete;

Considerando ainda, o contido no processo nº. 46220.000.5743/2005-03, resolve:

Art. 1º - Homologar alteração do Plano de Cargos e Salários da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 69, DE 24 DE MAIO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO-SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46473.001234/2012-51 e conceder autorização à empresa: INDÚSTRIA MECÂNICA SAMOT LTDA, inscrita no CPNJ sob o nº 56.912.124/0002-89, situada a rua Tocantínia nº 135, Vila Liviero, Município de São Paulo Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de dezembro de 2014 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e setores a serem observados são conforme fls. 07.v a 09.v do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO.

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 112, DE 23 DE MAIO DE 2013

Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas na forma desta Portaria as regras e os critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas do Ministério do Turismo que visem ao desenvolvimento, à promoção, à comercialização e à divulgação do turismo em âmbito nacional, de acordo com os objetivos da Política Nacional de Turismo - PNT, prevista na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

Parágrafo único. A transferência voluntária de recursos ocorrerá mediante a celebração de convênios, contratos de repasse, termos de parceria ou termos de cooperação, consoante disposições da Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011, e legislação correlata.

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Podem receber apoio do Ministério do Turismo, para os fins previstos nesta Portaria, os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta, bem como as entidades privadas sem fins lucrativos, desde que estejam devidamente cadastradas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal - SICONV e que atendam aos requisitos e vedações previstos nesta Portaria, na Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU e na legislação correlata.

§ 1º As propostas deverão contemplar, preferencialmente:

I - Unidades da Federação e Municípios que façam parte do Mapa da Regionalização do Turismo, estabelecido pelo Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil;

II - ações em Estados, Distrito Federal ou Municípios que possuam:

a) órgão oficial de turismo ou equivalente;

b) Plano de Desenvolvimento do Turismo local, regional ou sob a forma de consórcio, que contemple essencialmente diretrizes, objetivos, metas, estratégias e ações operacionais, ainda que o proponente não seja órgão público; e

c) órgão colegiado composto por representantes do poder público e da sociedade civil.

Art. 3º Em relação à abrangência territorial das propostas, para fins desta Portaria, entende-se como:

I - abrangência municipal: contempla somente um município de uma região turística;

II - abrangência regional: contempla mais de um município de uma mesma região turística;

III - abrangência estadual: contempla um ou mais municípios de pelo menos duas regiões turísticas de uma mesma Unidade da Federação;

IV - abrangência macrorregional: contempla um ou mais municípios de pelo menos duas Unidades da Federação, sejam elas de uma mesma macrorregião ou de macrorregiões diferentes;

V - abrangência nacional: contempla pelo menos um município de cada uma das cinco macrorregiões do País;

VI - macrorregião: organização geográfica do País estabelecida pelo IBGE: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste; e

VII - regiões turísticas: territórios descritos no Mapa da Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil.

Art. 4º Somente poderão receber apoio do Ministério do Turismo as entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos cujo objeto social seja compatível com as características do programa, conforme dispõe o inciso VII, do art. 10, da Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU.

Art. 5º A destinação de recursos por meio de transferências voluntárias dependerá de análise do pleito pela Secretaria Nacional do Ministério do Turismo responsável pelo programa, que verificará:

I - o atendimento aos requisitos estabelecidos nesta Portaria, na Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU e na legislação correlata;

II - a qualificação técnica e capacidade operacional do proponente, ressalvados os entes públicos, os quais deverão apresentar declaração de capacidade técnica; e

III - a viabilidade e adequação da proposta aos objetivos previstos na Lei nº 11.771, de 2008, e, quando houver, o atendimento aos Planos Regionais, Macrorregionais, Estaduais ou Municipais de Turismo; e

IV - a observância da proposta aos princípios da economicidade e da razoabilidade.

Art. 6º As propostas deverão ser cadastradas e enviadas por meio do Portal de Convênios, no sítio <www.convenios.gov.br>, em conformidade com as regras estipuladas pelos programas disponibilizados no SICONV, bem como as dispostas nesta Portaria.

§ 1º Desde que não haja disposição especial diversa, as propostas cadastradas deverão, observado o cronograma estabelecido no Anexo I:

I - ser enviadas para análise com antecedência mínima de cinquenta dias da data de início da execução do objeto; e

II - estar com todas as exigências devidamente sanadas pelo proponente com antecedência mínima de trinta dias da data de início da execução do objeto.

§ 2º As notas de empenho dos convênios e dos termos de parceria deverão ser emitidas em até vinte dias antes da data de início da execução do objeto.

§ 3º O início da vigência dos instrumentos deverá ser fixado no prazo mínimo de quinze dias da data de início da execução do objeto.

§ 4º O disposto nos §§ 1º e 2º não se aplica:

I - aos Programas de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística; e

II - ao Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur.

§5º As propostas deverão ser registradas e processadas na Plataforma de Gestão do Turismo - PGTUR, pela área do Ministério do Turismo responsável pelo instrumento celebrado, incluindo-se nesse registro o fluxo procedimental.

Art. 7º Conforme previsto na Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU e na legislação correlata, deverão ser observados:

I - o Plano de Trabalho conterá metas e etapas detalhadas, e somente será aprovado aquele que apresentar correlação entre as etapas de execução física e o cronograma de desembolsos, de maneira a coibir liberações excessivas ou insuficientes de recursos; e

II - o termo de referência ou projeto básico conterá, no mínimo, a contextualização, os objetivos, a justificativa, as metas, as etapas e as estratégias de ação, os produtos a serem entregues, os resultados esperados, a planilha orçamentária detalhada e os mecanismos de monitoramento e avaliação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013052700083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Nos convênios celebrados com cláusula suspensiva, o plano de aplicação, integrante do Plano de Trabalho, somente será detalhado após a aprovação do Projeto Básico ou Termo de Referência pelo Ministério do Turismo.

§ 2º Os planos de trabalho, bem como suas alterações deverão ser aprovadas pelo titular do setor técnico gestor do respectivo programa.

§ 3º Os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no SICONV, deverão ser nele registrados, conforme estabelece o § 1º, do art. 3º, da Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU.

Art. 8º São condições para a celebração de convênios todas aquelas estipuladas pela legislação correlata, notadamente aquelas previstas nos arts. 38, 39 e 40 da Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU.

Art. 9º A solicitação de apoio deve ser apresentada sob a forma de projeto que, dentre as diversas ações, estruturas e conteúdos, contemple também os seguintes aspectos:

I - Promoção de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida, às de atendimento prioritário e a outros especificados no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;

II - Contribuição em favor da política de enfrentamento ao tráfico e à exploração sexual de crianças e adolescentes no segmento do turismo, e da inserção da marca do Programa Turismo Sustentável & Infância.

Art.10. Serão comunicadas aos proponentes, por meio do SICONV, quaisquer irregularidades, insuficiências ou imprecisões constatadas na proposta.

Parágrafo único. A ausência de manifestação, a manifestação extemporânea, ou aquela que não atenda adequadamente ao pedido de diligências, implicará rejeição da proposta.

Art. 11. Em caso de emendas parlamentares individuais ou de bancada, as propostas deverão ser cadastradas e obrigatoriamente enviadas para análise do setor técnico, sendo pressuposto para o início da instrução do processo o envio de ofício assinado, respectivamente, pelo parlamentar ou coordenador da bancada indicando os entes beneficiários com o respectivo CNPJ, o valor destinado a cada um deles e o número da emenda.

Parágrafo único. O ofício de que trata o caput deverá ser protocolizado no Ministério do Turismo no prazo mínimo de sessenta dias da data de execução do objeto.

Art. 12. Os programas de que trata esta Portaria:

I - poderão ser objeto de chamamento público no SICONV, visando à seleção de projetos e órgãos ou entidades públicas que tornem mais eficaz a execução do objeto, quando se tratar de celebração de instrumentos com entes públicos, órgão ou entidade da Administração Pública Federal; e

II - deverão ser objeto de chamamento público ou concurso de projetos a ser realizado pelo órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem eficaz a execução do objeto, quando se tratar de formação de parceria para execução descentralizada de atividades com entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 1º Ao chamamento público será dada publicidade pelo prazo mínimo de quinze dias no sítio <www.turismo.gov.br>, no Portal dos Convênios no sítio <www.convenios.gov.br> e no Diário Oficial da União.

§ 2º As propostas deverão ser inseridas no SICONV, com toda documentação comprobatória exigida no edital de chamamento.

§ 3º Ao chamamento público aplica-se o disposto no art. 8º desta Portaria, além das demais normas vigentes, notadamente quanto ao disposto no Capítulo II, da Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU.

Art. 13. O acompanhamento e fiscalização dos atos e do objeto dos planos de trabalho serão feitos de acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU, notadamente no Capítulo V, do Título V, além das demais disposições especiais previstas nesta Portaria.

Art. 14. Serão disponibilizados aos proponentes, na área destinada aos convênios no sítio <www.turismo.gov.br>, vídeos de promoção do turismo brasileiro de responsabilidade do Ministério do Turismo, para que sejam exibidos, obrigatoriamente, durante a realização das ações apoiadas.

Art. 15. Nos projetos apoiados pelo Ministério do Turismo é obrigatória a inserção das logomarcas do Governo Federal e do Ministério do Turismo em toda e qualquer ação ou material relacionado com a execução do objeto conveniado, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e da Instrução Normativa nº 2, de 16 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ressalvados os casos previstos em lei.

§ 1º É vedado ao convenente a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos nos projetos apoiados pelo Ministério do Turismo, em conformidade com os princípios elencados no art. 37 da Constituição.

§ 2º Será considerada promoção pessoal, dentre outras, a utilização de faixas, painéis, cartazes, folders, outdoors ou outras formas de divulgação onde constem nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

Art. 16. É vedada a celebração de convênios com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive quando se tratar exclusivamente da elaboração de projeto de engenharia, cujo valor seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, aqueles cujo valor da transferência da União seja inferior a R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 17. O Convenente deverá enviar os originais do Termo de Convênio, devidamente assinado, ao respectivo setor técnico do Ministério do Turismo, impreterivelmente até dez dias após a inserção do instrumento no SICONV.

Art. 18. Nas transferências voluntárias de recursos de que trata esta Portaria será exigida contrapartida financeira.

Capítulo II

DOS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DO TURISMO

Seção I

Dos Programas e Ações

Art. 19. A transferência voluntária de recursos do Ministério do Turismo visa a atender aos seguintes programas e ações:

I - Infraestrutura:

a) adequação da infraestrutura turística pública para os grandes eventos esportivos; e

b) apoio a projetos de infraestrutura turística;

II - Gestão Descentralizada do Turismo:

a) fortalecimento institucional;

b) planejamento turístico e posicionamento de mercado;

c) apoio ao cadastramento, classificação e fiscalização; e

d) informações turísticas;

III - Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur;

IV - Promoção e Comercialização do Turismo:

a) campanha para promoção do turismo no mercado nacional; e

b) apoio à comercialização da cadeia produtiva do turismo;

V - Promoção de Eventos:

a) de apoio à comercialização do turismo; e

b) de fortalecimento ao desenvolvimento turístico;

VI - Fomento à Iniciativa Privada;

VII - Capacitação e Qualificação Profissional dos Serviços Turísticos:

a) qualificação e certificação de profissionais e serviços para o desenvolvimento do turismo; e

b) qualificação dos profissionais e prestadores de serviços turísticos com foco na preparação do receptivo para a Copa do Mundo de 2014;

VIII - Sustentabilidade:

a) apoio a projetos para a integração dos produtos associados ao destino turístico; e

b) fomento a projetos de desenvolvimento turístico local e inclusão social; e

IX - Turismo Sustentável e Infância.

Seção II

Dos Programas de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

Art. 20. Os Programas de Infraestrutura Turística são aqueles que visam ao desenvolvimento do turismo nos municípios brasileiros, principalmente por meio de adequação da infraestrutura, de forma que permita a expansão das atividades turísticas e a melhoria da qualidade do produto para o turista, bem como a consecução dos objetivos previstos no Plano Nacional de Turismo.

Parágrafo único. A Secretaria de programas de Desenvolvimento do Turismo, por meio do Departamento de Infraestrutura Turística - DIETU, ficará responsável pela análise e aprovação das propostas disciplinadas nesta Seção.

Art. 21. Poderão ser objeto de aporte de recursos as seguintes obras e projetos executivos de infraestrutura turística:

I - infraestrutura urbanística diretamente relacionada às atividades turísticas;

II - infraestrutura de acesso, tais como estradas turísticas, ferrovias, pontes, rodovias, túneis e viadutos, orlas fluviais, lacustres e marítimas;

III - terminais rodoviários, ferroviários, aeroviários, fluviais, lacustres e marítimos;

IV - edificações de uso público ou coletivo destinadas a atividades indutoras de turismo como centros de cultura, museus, casas da memória, centros de convenções, centros de apoio ao turista, teatros, centros de comercialização de produtos artesanais e mirantes públicos;

V - centros de qualificação de mão-de-obra para os setores de gastronomia, hotelaria e turismo;

VI - parques ecológicos, temáticos e de exposições e rodeios;

VII - pórticos e portais;

VIII - sinalização turística;

IX - restauração de edifícios, monumentos e conjuntos históricos;

X - despoluição de praias, incluindo-se ações de urbanização, saneamento e limpeza; e

XI - aquisição de equipamentos necessários à funcionalidade dos objetos apoiados.

Art. 22. Com vistas ao enquadramento da natureza das propostas para a adequação da infraestrutura turística pública para os grandes eventos esportivos ficam definidos os projetos a seguir:

I - edificações, equipamentos, materiais e utensílios que ampliem ou possibilitem a acessibilidade aos atrativos turísticos;

II - recursos padronizados no Guia Brasileiro de Sinalização;

III - implantação de placas, pórticos, totens e mapas em vias públicas, bem como, de recursos de tecnologia da informação, utilizados para sinalização turística em complementação aos padrões estabelecidos no Guia Brasileiro de Sinalização; e

IV - centros de atendimento ao turista, dispondo de facilidades como área de atendimento ao público, sala de reunião, espaço para divulgação de produtos e de eventos da cultura local e regional, sanitários, estacionamento, equipamentos de climatização e combate a incêndio, comunicação, multimídia e segurança.

Parágrafo único. Excepcionalmente, para os grandes eventos esportivos, poderão ser apoiadas propostas de centros móveis de atendimento ao turista ou quiosques.

Art. 23. São elegíveis propostas de projetos de infraestrutura turística apresentadas por:

I - Estados;

II - Distrito Federal;

III - Municípios; e

IV - consórcios públicos municipais ou estaduais.

Art. 24. São critérios preferenciais para aprovação dos projetos de infraestrutura turística:

I - realização de obras ou serviços de comprovado interesse turístico, em áreas públicas ou privadas em regime de servidão pública;

II - compatibilidade com os Planos Regionais, Macrorregionais, Estaduais ou Municipais de Turismo e, em especial, com o PNT;

III - atendimento ao disposto no art. 11 desta Portaria, no caso de recurso oriundo de emendas parlamentares;

IV - obras que tenham maior abrangência territorial, de acordo com a classificação estabelecida no art. 3º; e

V - obras para as quais haja projeto básico ou executivo aprovado, com precedência deste sobre aquele.

Art. 25. No âmbito das ações de infraestrutura:

I - a pavimentação, execução de calçadas, passeios, iluminação pública e ciclovias somente serão apoiados se os projetos estiverem associados a parques, praças, orlas e outros atrativos turísticos, sendo necessária a apresentação de mapa (croqui) que evidencie a associação àqueles atrativos;

II - quando o imóvel a ser utilizado for de domínio de outro ente federativo, far-se-á necessária autorização ou cessão de uso;

III - quando se tratar de praça será necessária a apresentação de mapa (croqui) indicando sua localização e relação com o turismo; e

IV - para todos os objetos pleiteados será necessária a apresentação de:

a) Declaração de Interesse Turístico, disponibilizada no sítio <www.turismo.gov.br> ou no SICONV, assinada pelo titular da secretaria de turismo ou órgão equivalente, nos Estados e nos Municípios com mais de cinquenta mil habitantes, e pelo respectivo prefeito nos demais Municípios; e

b) outros documentos que poderão ser exigidos em razão de especificidades técnicas, institucionais ou jurídicas do Programa ou da Ação em que se enquadra o objeto a ser executado, conforme manuais de orientação próprios e legislação pertinente.

Art. 26. A supervisão dos contratos de repasse pelo Ministério do Turismo poderá recair sobre qualquer contrato ativo e envolverá, anualmente, no mínimo, cinco por cento do número de contratos celebrados no exercício anterior, selecionados por amostragem, observando-se aspectos de relevância, criticidade e aparente incompatibilidade entre a execução física e financeira, incluindo-se, obrigatoriamente, os casos de denúncia, solicitações dos órgãos de controle e de fiscalização, bem como os instrumentos com valor a partir de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo único. O Ministério do Turismo instituirá formulário específico para a ação prevista no caput, com vistas à padronização e à tabulação dos parâmetros avaliativos e emissão de pareceres.

Art. 27. As propostas de infraestrutura turística deverão ser cadastradas e enviadas no SICONV, em conformidade com as regras estipuladas pelo Ministério do Turismo.

§1º As propostas deverão ser enviadas até o dia quinze de novembro de cada ano, e a análise obedecerá a ordem cronológica de recebimento.

§2º As propostas deverão estar com todas as exigências devidamente sanadas pelo proponente até quinze dias antes da data máxima legal fixada para o empenho orçamentário.

Seção III

Dos Programas de Apoio à Gestão Descentralizada do Turismo

Art. 28. Gestão Descentralizada do Turismo é a estratégia de implementação da Política Nacional do Turismo e de fortalecimento do Sistema Nacional de Turismo.

Art. 29. São elegíveis propostas de projetos de Gestão Descentralizada do Turismo apresentadas por:

I - Estados;

II - Distrito Federal;

III - Municípios;

IV - consórcios públicos municipais ou estaduais;

V - entidades do Sistema "S";

VI - instituições públicas de ensino; e

VII - entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 30. São elegíveis propostas de projetos de fortalecimento institucional que visem a apoiar:

I - a estruturação e organização de regiões turísticas e instâncias de governança de suporte à gestão descentralizada do turismo estadual, municipal, regional e macrorregional;

II - a sensibilização e mobilização das comunidades e agentes turísticos;

III - ações de fortalecimento dos entes que integram o Sistema Nacional de Turismo por meio da realização de seminários e oficinas de trabalho; e

IV - a produção de material técnico, didático, institucional e a realização de estudos para subsidiar a implementação de ações de fortalecimento do turismo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 31. São elegíveis propostas de projetos de planejamento turístico e posicionamento de mercado que visem a:

I - formatação, posicionamento ou reposicionamento de produtos turísticos;

II - realização de estudos e pesquisas acerca da oferta e demanda turística segmentada;

III - apoiar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo estadual, municipal, regional e macrorregional; e

IV - elaborar estudos estratégicos para o fortalecimento da política de turismo, identificação e fortalecimento de produtos ou roteiros turísticos a serem desenvolvidos.

Parágrafo único. São critérios preferenciais para aprovação das propostas de planejamento turístico e posicionamento de mercado:

I - contemplar os seguintes segmentos de oferta turística:

a) Turismo Cultural;

b) Turismo de Negócios e Eventos;

c) Turismo de Estudos e Intercâmbio;

d) Turismo de Saúde;

e) Ecoturismo;

f) Turismo de Aventura;

g) Turismo de Pesca;

h) Turismo Rural;

i) Turismo Náutico;

j) Turismo de Sol e Praia;

l) Turismo de Esporte; e

m) Turismo Social;

II - contemplar os segmentos especiais de demanda turística: idosos, jovens, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais);

III - comprovar a existência de canais de comercialização dos destinos e roteiros contemplados pelo projeto, nas propostas relacionadas à formatação, posicionamento e reposicionamento de produtos turísticos; e

IV - envolver representantes do setor turístico cadastrados no Cadastro dos Prestadores de Serviço Turístico - Cadastur e entidades representativas do segmento.

Art. 32. São elegíveis propostas de projetos de apoio ao cadastramento, classificação e fiscalização dos serviços e equipamentos turísticos que visem:

I - à qualificação e capacitação dos técnicos responsáveis nos órgãos delegados pelo Ministério do Turismo e de agentes fiscais;

II - à aquisição de mobiliário, equipamentos de informática e material permanente, necessários ao funcionamento do órgão delegado pelo Ministério do Turismo;

III - à sensibilização dos prestadores de serviços turísticos para o cadastro no Cadastur, disponível no sítio <www.cadastur.turismo.gov.br>;

IV - à sensibilização ao consumidor sobre a importância de se adquirir produtos de prestadores regularmente cadastrados no Cadastur;

V - ao fomento à classificação dos empreendimentos e equipamentos turísticos e adoção dos referenciais de qualidade definidos pelo Ministério do Turismo; e

VI - à fiscalização dos prestadores de serviços turísticos nos Estados e Municípios.

§1º Nas ações de apoio ao cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços e equipamentos turísticos, para Estados, Distrito Federal ou Municípios, o proponente deverá ser a Secretaria de Turismo ou órgão oficial equivalente e ter Acordo de Cooperação Técnica de Delegação de Ações vigente.

§2º A Secretaria de Turismo ou órgão oficial equivalente designará, no mínimo, três servidores para acompanhamento do projeto, sendo dois assistentes técnicos e um coordenador.

§3º As propostas de projetos de cadastramento de prestadores de serviços turísticos deverão conter nos Planos de Trabalho metas referentes à ação de sensibilização com detalhamento do cronograma de execução, área de abrangência e quantidade de prestadores a serem atingidos.

§4º Nas propostas de projetos de classificação dos empreendimentos ou equipamentos turísticos, o proponente deverá ser órgão oficial de turismo ou equivalente ou organismo integrante do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO.

§5º As propostas de projetos de fiscalização dos empreendimentos ou equipamentos turísticos deverão conter nos Planos de Trabalho metas referentes à ação de fiscalização preventiva no Estado, Distrito Federal ou Município, com detalhamento do cronograma de execução, área de abrangência e quantidade de prestadores a serem atingidos.

Art. 33. São elegíveis propostas de projetos de informações turísticas que visem a:

I - apoiar estratégias e ferramentas de informação voltadas ao turista;

II - realização de campanhas de sensibilização dos turistas, gestores e prestadores de serviços turísticos para a prática do turismo responsável; e

III - apoiar a elaboração do inventário da oferta turística.

Art. 34. É critério preferencial para aprovação dos projetos de Gestão Descentralizada do Turismo a apresentação de plano ou estratégia de turismo alinhada ao Plano Nacional de Turismo.

Seção IV

Do Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur

Art. 35. O Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo busca organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística por meio de ações voltadas para o planejamento de regiões turísticas, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional - Prodetur Nacional, com vistas à obtenção de crédito de financiamento externo.

Parágrafo único. O Prodetur Nacional tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos regionais, estaduais e municipais ao modelo de desenvolvimento turístico nacional, a fim de promover a geração de emprego e renda, em especial para a população local.

Art. 36. As transferências voluntárias dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, referentes à implantação do Prodetur Nacional, serão destinadas aos Municípios com mais de um milhão de habitantes, aos Estados, ao Distrito Federal e às capitais estaduais, desde que possuam carta-consulta para financiamento apresentada à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEAIN/MPOG ou Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS apresentado ao Ministério do Turismo.

Art. 37. Observado o disposto no art. 36, são passíveis de apoio:

I - a elaboração do PDITS; e

II - as ações limitadas territorialmente à abrangência do Polo Turístico definido na carta-consulta ou no PDITS, desde que pertinentes à estratégia de produto turístico, à estratégia de comercialização, ao fortalecimento institucional, à infraestrutura (projetos e obras) e à gestão ambiental.

§1º Além do previsto no caput, poderão ser objeto de apoio demais ações, estudos, planos e projetos, comprovadamente exigidos pelas entidades financiadoras para contratação das operações de crédito externo.

§2º No âmbito do Prodetur Nacional, poderão ser objeto de aporte de recursos os seguintes projetos de infraestrutura:

I - construção e recuperação de estradas e rodovias;

II - construção de portos e atracadouros;

III - construção e melhoria de terminais de passageiros (terrestres, marítimos ou fluviais);

IV - construção e melhoria de aeroportos estaduais e municipais;

V - abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico;

VI - sistemas de drenagem urbana;

VII - requalificação de orlas;

VIII - recuperação de patrimônio histórico e museus;

IX - implantação ou recuperação de centros de convenções;

X - adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico: tratamento paisagístico, recuperação de edifícios e fachadas, praças e parques; e

XI - pontos de informação e assistência ao turista, sinalização turística e interpretativa.

§3º As ações previstas nesta Seção não poderão ser objeto de contrapartida à operação de crédito, conforme estabelecido pela Comissão de Financiamento Externo (COFIEX), tampouco financiadas com recursos oriundos do empréstimo contratado.

Art. 38. A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, por meio do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, ficará responsável pela análise e aprovação das propostas e planos de trabalho inseridos no http:///SICONV, bem como pelo acompanhamento da execução dos convênios e contratos de repasse referentes à participação da União no Prodetur Nacional.

Parágrafo único. Em virtude da tipologia dos objetos executados, os prazos previstos no art. 6º desta Portaria não se aplicam à formalização de convênios e contratos de repasse no âmbito do Prodetur Nacional.

Seção V

Dos Programas de Promoção e Comercialização do Turismo

Art. 39. Os Programas de Promoção e Comercialização do Turismo são aqueles cujo objeto abrange as ações de Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional e de Apoio à Comercialização da Cadeia Produtiva do Turismo, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 11.771, de 2008.

Art. 40. São elegíveis propostas de projetos de programas de Promoção e Comercialização do Turismo apresentadas por:

I - Estados;

II - Distrito Federal;

III - Municípios;

IV - consórcios públicos municipais ou estaduais; e

V - entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 41. Os projetos destinados à realização de Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional são aqueles que tenham como objeto ações de Marketing e Publicidade relacionadas à promoção e apoio à comercialização de roteiros, destinos e produtos turísticos.

Art. 42. Poderão ser objeto de aporte de recursos as seguintes ações de que trata o art. 41:

I - campanhas promocionais e publicitárias, desde que veiculadas em rádio, TV, jornal, revista, internet, mídia OOH (mídia indoor e exterior), além da produção das respectivas peças; e

II - produção de materiais promocionais, tais como banners, cartazes, catálogos, folders, folhetos, guias, livros, manuais, revistas, sacolas, pôsteres, postais, conteúdos digitais, vídeos e filmes.

rt. 43. São critérios preferenciais para aprovação do mérito das propostas de Promoção e Comercialização do Turismo:

I - parecer do órgão oficial de turismo ou equivalente, da entidade pública solicitante; e

II - experiência na execução de ações de marketing e publicidade relacionadas com a atividade turística.

Art. 44. Os valores de repasse das propostas contempladas no âmbito do Programa de Campanhas para Promoção do Turismo no Mercado Nacional limitam-se a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por órgão ou entidade, no mesmo exercício financeiro.

Art. 45. Os Projetos de Apoio à Comercialização da Cadeia Produtiva do Turismo são aqueles que contemplem ações de articulação entre operadores de turismo, agentes de viagens e demais prestadores de serviços turísticos, com o objetivo de aproximar os ambientes de negócios para facilitar a formatação e a comercialização de produtos, além de incentivar projetos e soluções criativas que busquem a redução de preços de produtos turísticos de qualidade para o público, com ênfase nos novos consumidores.

Art. 46. Os valores de repasse das propostas contempladas no âmbito do art. 42 limitam-se a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por órgão ou entidade, no mesmo exercício financeiro.

Art. 47. Fica vedada, no âmbito dos programas de Promoção e Comercialização do Turismo a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar, ou ainda o acolhimento de despesas administrativas.

Seção VI

Dos Programas de Promoção de Eventos

Art. 48. Os Programas de Promoção de Eventos são aqueles que visam aos encontros planejados de temporalidade determinada, em função de assuntos, temas, ideias ou ações que fomentem ou fortaleçam o desenvolvimento das atividades turísticas e promovam a imagem do destino turístico, classificando-se em:

I - Eventos de Apoio à Comercialização; e

II - Eventos de Fortalecimento ao Desenvolvimento Turístico.

Art. 49. Os eventos a serem apoiados pelo Ministério do Turismo devem servir ao fortalecimento das políticas públicas, ao desenvolvimento e à promoção do turismo interno, bem como contemplar ações capazes de contribuir para:

I - gerar novos empregos e ocupações, a fim de proporcionar melhoria na distribuição de renda e na qualidade de vida das comunidades;

II - valorizar, conservar e promover o patrimônio cultural, natural e social com base no princípio da sustentabilidade; e

III - estimular processos que resultem na criação e qualificação de produtos turísticos que caracterizem a regionalidade, genuinidade e identidade cultural do povo brasileiro.

Art. 50. São elegíveis as propostas de projetos de eventos apresentadas por:

I - Estados;

II - Distrito Federal; e

III - Municípios.

Art. 51. Eventos de Apoio à Comercialização são aqueles que têm como objeto ações relacionadas à articulação, promoção e comercialização dos roteiros e produtos turísticos no País.

Parágrafo único. O limite de repasses para apoio dos Eventos de Comercialização será de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por evento.

Art. 52. Eventos de Fortalecimento ao Desenvolvimento Turístico são aqueles de caráter tradicional e de notório conhecimento popular, que comprovadamente contribuam para promoção e fomento da atividade turística do destino.

§1º Eventos de caráter tradicional e de notório conhecimento popular são aqueles de abrangência municipal, estadual, regional ou macrorregional, devidamente reconhecidos pelo órgão oficial de turismo do Estado.

§2º Os eventos não enquadrados no § 1º poderão ser objeto de apoio, desde que constem no rol de eventos cadastrados no Ministério do Turismo mediante chamada pública.

§3º Eventos que tenham por objeto específico o aniversário da cidade, poderão ser elegíveis desde que o Município esteja inserido no rol de Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, definido pelo Ministério do Turismo.

Art. 53. Nos eventos de que trata o art. 52, o apoio do Ministério do Turismo restringir-se-á à:

I - locação de palco;

II - locação de espaços destinados à execução do objeto, tais como: auditórios, centro de convenções e salões;

III - locação de tenda;

IV - locação de som;

V - locação de iluminação;

VI - locação de banheiro químico;

VII - contratação de serviços de segurança, desde que efetuado por empresa especializada no ramo e credenciada junto ao órgão competente;

VIII - locação de alambrados ou fechamentos;

IX - locação de estandes;

X - locação de gerador de energia;

XI - locação de arquibancadas;

XII - contratação de recepcionistas;

XIII - locação de vídeo e imagem (telão e projetor); e

XIV - divulgação do evento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§1º A divulgação do evento:

I - limita-se a trinta por cento do valor do repasse, quando o convênio contemplar qualquer outro item dos incisos I a XIII; e

II - poderá ser o único objeto do convênio.

§2º A aprovação do serviço de divulgação do evento está condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

I - tabela de valores do veículo de comunicação;

II - previsão do plano de mídia; e

III - defesa de mídia para escolha do veículo.

§3º O Ministério do Turismo manterá banco de dados em seu sítio <www.turismo.gov.br/convenios/tabeladepadronizacao>, referente às especificações de referência dos bens e serviços descritos neste artigo.

Art. 54. O limite de transferências com recursos de programação para apoio a Eventos de Fortalecimento ao Desenvolvimento Turístico é de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) por evento.

Art. 55. Qualquer solicitação de alteração da data prevista para realização do evento deverá ocorrer durante o procedimento de análise da proposta, uma única vez, com antecedência mínima de trinta dias da nova data de início da execução do evento.

Parágrafo único. Após firmado o Convênio não será admitida a alteração da data prevista para realização do evento, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

Art. 56. Para os Eventos de Fortalecimento ao Desenvolvimento Turístico apoiados com recursos de programação, independentemente do valor total da proposta, os valores de repasse dos Convênios firmados serão limitados de acordo com o número de habitantes, tendo por base os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme segue:

I - nos Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes, o limite será de até R$100.000,00 (cem mil reais) por ano;

II - nos Municípios com 20.001 (vinte mil e um) até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, o limite será de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por ano, não podendo exceder o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por convênio;

III - nos Municípios com 50.001 (cinquenta mil e um) até 100.000 (cem mil) habitantes, o limite será de até R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por ano, não podendo exceder o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por convênio;

IV - nos Municípios acima de 100.000 (cem mil) habitantes, exceto capitais de Estado, o limite será de até R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por ano, não podendo exceder o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por convênio; e

V - nas capitais de Estado e no Distrito Federal, deverá ser obedecido o limite previsto no art. 54 desta Portaria, que poderá ser ampliado a critério do Ministério do Turismo.

Art. 57. Fica vedada a cobrança de ingressos de acesso aos eventos apoiados pelo Ministério do Turismo.

§ 1º A exploração de áreas restritas, tais como camarotes, espaços de comercialização terceirizados e afins, somente poderá ocorrer se os valores arrecadados com a cobrança forem revertidos para a consecução do objeto conveniado ou recolhidos à conta do Tesouro Nacional.

§ 2º Os valores mencionados no §1º deverão integrar a prestação de contas.

Art. 58. A fiscalização in loco dos Eventos de Fortalecimento ao Desenvolvimento Turístico deverá obedecer às seguintes diretrizes:

I - é obrigatória na hipótese de recebimento formal, em data anterior à da realização do evento, de denúncias e de solicitações dos órgãos de controle interno e externo;

II - é obrigatória para todos os convênios cuja transferência de recursos seja superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

III - será definida por sorteio, guardada a capacidade da equipe de fiscalização, nos convênios em que a transferência de recursos for de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

IV - será considerado, ainda, o local de realização do evento, avaliando-se as dificuldades de acesso, buscando otimizar a realização das fiscalizações de acordo com a dispersão geográfica; e

V - será considerada a proximidade entre os eventos apoiados pelo Ministério do Turismo, visando maximizar o número de fiscalizações in loco na mesma região com a utilização do menor número de fiscais disponíveis.

Art. 59. O Convenente deverá comunicar o cancelamento do evento à Coordenação Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênio do Ministério do Turismo, no prazo mínimo de três dias antes do seu início, sob pena de responsabilizar-se por eventuais gastos realizados com o envio de servidores para efetuar a fiscalização, ressalvados os casos fortuitos e de força maior.

Parágrafo único. A não realização do evento na data prevista no plano de trabalho aprovado ensejará a anulação da nota de empenho e a rescisão unilateral do convênio pelo Ministério do Turismo, com a devida publicação no Diário Oficial da União.

Art. 60. O Convenente deverá cadastrar-se no Sistema de Fiscalização de Convênios - FISCON, disponível no site <www.fiscon.turismo.gov.br>, e enviar via sistema, em até cinco dias úteis após a realização do evento, as fotografias de cada item aprovado no plano de trabalho, sob pena de anulação da nota de empenho e rescisão do convênio.

Art. 61. Na prestação de contas, a comprovação da execução do evento dar-se-á por meio de fotografia (plano aberto e fechado), jornal pós-evento, vídeo, cd, dvd, entre outros, de cada etapa especificada no plano de trabalho aprovado, evidenciando sua realização e localidade.

Seção VII

Dos Programas de Fomento à Iniciativa Privada

Art. 62. As propostas que versam sobre Fomento à Iniciativa Privada são aquelas cujo objeto envolve a promoção de investimentos privados e financiamentos no setor de turismo.

Art. 63. São elegíveis propostas de projetos de Fomento à Iniciativa Privada para os seguintes objetos:

I - realização de estudos e pesquisas das oportunidades de investimentos no âmbito do ativo turístico brasileiro; e

II - divulgação de informações acerca das oportunidades de investimento e financiamento da atividade turística.

Art. 64. São elegíveis propostas de projetos de Fomento à Iniciativa Privada apresentadas por:

I - Estados;

II - Distrito Federal;

III - Municípios;

IV - consórcios públicos municipais ou estaduais;

V - entidades do Sistema "S";

VI - instituições públicas de ensino superior; e

VII - entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 65. É critério preferencial para aprovação da proposta de projeto que a divulgação seja em eventos específicos que tenham como tema investimento ou financiamento no setor turístico brasileiro.

Parágrafo único. Os resultados dos estudos e pesquisas deverão ser disponibilizados como fonte de informação para as entidades ligadas aos segmentos turísticos.

Art. 66. Serão priorizados os estudos e pesquisas relacionados aos projetos de Fomento à Iniciativa Privada com concentração ou potencial de atividade turística.

Art. 67. Fica vedado o apoio a eventos de que trata a Seção VI desta Portaria que estejam em desacordo com os preceitos do art. 65.

Seção VIII

Dos Programas de Capacitação e Qualificação Profissional dos Serviços Turísticos

Art. 68. O Programa Nacional de Qualificação dos Serviços Turísticos tem como objetivo qualificar profissionais da área de turismo e hospitalidade que atuem nos diversos segmentos do setor, oferecendo novas oportunidades e promovendo a inclusão social, por meio de ferramentas que ampliem o conhecimento técnico-operacional e contribuam para o aumento da qualidade dos serviços ofertados, inclusive aos turistas dos grandes eventos internacionais a serem realizados no Brasil.

§1º O PRONATEC Turismo visa à preparação do Brasil para Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014 nas cidades sede, centros de treinamento, respectivos entornos e demais cidades consideradas destinos turísticos consolidados nacional e internacionalmente.

§2º Os cursos oferecidos são destinados à qualificação dos profissionais que desejam entrar no mercado de trabalho do turismo e ao aperfeiçoamento dos profissionais que já trabalham no setor.

Art. 69. O Programa encontra-se subdividido nas seguintes linhas de ação:

I - PRONATEC Copa, que visa atender à necessidade do setor por novos profissionais;

II - PRONATEC Copa na Empresa, que busca facilitar aos empresários do setor proporcionar cursos de aperfeiçoamento profissional aos seus empregados e colaboradores; e

III - PRONATEC Copa Social, que procura oferecer oportunidade de qualificação em turismo às pessoas em situação de vulnerabilidade social, objetivando a sua inserção no mercado de trabalho do setor.

Art. 70. Poderão ser objeto de propostas de projetos para qualificação profissional e empresarial as ações complementares ao PRONATEC Turismo previstas no Anexo II desta Portaria.

§1º As ações definidas serão implementadas mediante projetos que visem à realização de cursos e seminários para qualificação profissional e empresarial em atividades relacionadas ao turismo.

§2º As propostas de projeto que tenham por objetivo a transferência voluntária de recursos poderão ser elegíveis, desde que observados os critérios estabelecidos a seguir:

I - apresentação do Termo de Referência (TR) que contenha:

a) levantamento de demanda por qualificação profissional ou empresarial;

b) apresentação, contextualização, justificativa, objetivos geral e específicos;

c) resultados esperados, abrangência e público alvo;

d) produtos, metas, cronogramas físico e financeiro, memória de cálculo e fontes de referência dos custos, 3 orçamentos de empresas do ramo; e

e) estratégia de execução e supervisão, e metodologia de avaliação;

II - as metas estabelecidas no TR devem estar em consonância com o Plano Nacional de Turismo - PNT;

III - os cursos não poderão ser cumulativos e deverão atender a outras modalidades, de acordo com as estabelecidas no Anexo II, entre outras não disponibilizadas pelo PRONATEC Turismo; e

IV - a carga horária mínima dos cursos de qualificação deverá ser de oitenta horas.

Art. 71. São elegíveis propostas de projetos apresentadas por:

I - Estados;

II - Distrito Federal;

III - Municípios;

IV - entidades da administração pública federal direta e indireta;

V - instituições de ensino superior públicas ou privadas sem fins lucrativos; e

VI - entidades privadas sem fins lucrativos.

Parágrafo único. A execução do objeto conveniado por Estados, Distrito Federal, Municípios e instituições de ensino superior públicas deverá observar o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficando vedado subconveniar com entidades privadas, bem como prever a subcontratação de empresas prestadoras de serviços nos editais de licitação.

Art. 72. As entidades privadas sem fins lucrativos poderão participar na realização de projetos referentes às ações de qualificação profissional e empresarial desde que presente o interesse recíproco e que sejam previamente selecionadas mediante chamamento público ou concurso de projetos, devendo-se observar os seguintes aspectos, dentre outros, que poderão ser fixados no edital:

I - a comprovação da capacidade técnica do proponente para a execução do objeto da parceria, com a constatação se a entidade possui aptidão técnica para realizar o objeto, devendo ser examinados:

a) a atribuição e finalidade estatutárias, previstas há mais de três anos, compatíveis com o objeto dos convênios;

b) a relação de dirigentes atuais e dos prestadores de serviços e colaboradores com que trabalha ou trabalhou nos últimos três anos, com currículo resumido, de modo a demonstrar capacidade de gerir o plano de trabalho proposto;

c) a relação dos convênios ou projetos executados nos últimos três anos com a as administrações públicas federal, estadual e municipal, e com instituições da iniciativa privada, informando objeto e valor;

d) a documentação comprobatória da execução dos projetos e convênios relacionados, tais como reportagens, fotografias datadas, materiais produzidos e relatórios documentados, dentre outros, preferencialmente de objetos correlatos ao proposto, que atestem sua experiência na realização do tipo de atividade; e

e) a regular execução de projetos anteriormente apoiados com recursos da União, mediante a celebração de convênios ou instrumentos congêneres com o Ministério do Turismo;

II - a capacidade operacional do proponente para a execução do objeto da parceria, de maneira que seja certificada a existência de infraestrutura mínima necessária para realizar e dar suporte as ações, tais como recursos humanos que realizarão o gerenciamento do convênio, os recursos tecnológicos, recursos logísticos, infraestrutura; e

III - a adequação da proposta apresentada ao objeto da parceria, inclusive quanto aos custos, diretrizes de metodologia, cronograma e resultados previstos.

§1º Para a aquisição de bens e contratação de serviços por entidades privadas sem fins lucrativos, deverá ser realizada, no mínimo, cotação prévia de preços por intermédio do SICONV, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, quando será exigida pesquisa ao mercado prévia à contratação, que será registrada no SICONV e deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

§2º As instituições privadas de ensino superior e as entidades privadas sem fins lucrativos apenas poderão contratar de terceiros a prestação de serviços desde que em observância aos critérios de aceitabilidade, a serem disciplinados no respectivo edital de chamamento público ou concurso de projetos.

Art. 73. Os projetos propostos deverão observar as disposições constantes desta Portaria e o que restar estabelecido para o respectivo programa quando da abertura do SICONV para cadastramento de propostas, bem assim do que constar dos editais de chamamento público, no caso de entes privados.

§1º Para apresentação de projetos de qualificação, os proponentes deverão consultar previamente as associações de empregadores e trabalhadores e as federações de comércio, de maneira a estabelecer parceria a fim de conhecer a demanda para melhor compor turmas e cursos com adequada carga horária semanal, portanto, compatível com as atividades desenvolvidas pelo respectivo profissional.

§2º Para propostas de cursos de qualificação, juntamente com os demais documentos exigidos, deverá ser apresentada lista dos profissionais a serem qualificados, com número do CPF e número de telefone para contato.

Art. 74. Para as ações de qualificação deverá ser respeitada a elegibilidade dos itens discriminados no Anexo III desta Portaria e a análise dos custos dos projetos de qualificação terá como parâmetro de referência o custo médio hora/aula/aluno adotado pelo PRONATEC/MEC e Codefat/ FAT/MTE.

§1º A verificação dos custos unitários dos itens constantes do Anexo III desta Portaria deverá observar:

I - a média simples dos custos praticados no Sistema de Compras do Governo Federal; e

II - o preço de mercado.

§2º O valor de referência previsto no caput deverá abranger todos os itens necessários à execução das ações relacionadas à remuneração dos instrutores, diárias, deslocamentos dos alunos, lanches, uniformes e material didático.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§3º Para as ações na área de alimentos e bebidas e naquelas cujo foco seja a qualificação empresarial poderão ser considerados itens diversos daqueles constantes do Anexo III desta Portaria, desde que atendam às especificidades de cada caso, o que ficará condicionado à análise e aprovação do Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo - DCPAT do Ministério do Turismo.

§4º A relação dos itens e respectiva planilha orçamentária a que se refere o §3º deverão ser apresentadas juntamente com as propostas.

Art. 75. No caso de propostas apresentadas com recursos de emendas parlamentares, não serão apoiadas ações concorrentes às ofertadas pelo PRONATEC Turismo, devendo ser feita gestão no sentido de promover o seu direcionamento às cidades sedes da Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014, centros de treinamento, respectivos entornos e destinos priorizados no âmbito do programa.

Art. 76. O acompanhamento das ações complementares ao PRONATEC Turismo será feito com base no sistema Mapa de Qualificação do Turismo e no Plano de Monitoramento, instrumentos utilizados para padronizar, monitorar a execução e avaliar os resultados das ações de qualificação de que trata esta Seção.

Seção IX

Dos Programas de Sustentabilidade

Art. 77. O fomento e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento sustentável do destino turístico tem por objetivo promover a qualificação e a diversificação da oferta turística, com geração de trabalho, renda e valorização da cultura local.

Parágrafo único. As ações propostas deverão promover:

I - organização e qualificação da produção associada ao turismo;

II - melhoria da qualidade de serviços;

III - incentivo ao associativismo, cooperativismo e empreendedorismo;

IV - formação de redes de trabalho integrado;

V - estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado; e

VI - estratégias inovadoras para inserção dos produtos e serviços turísticos de base local.

Art. 78. São elegíveis propostas de projetos apresentadas por:

I - Estados;

II- Distrito Federal;

III - Municípios;

IV - entidades do Sistema "S";

V - consórcios públicos municipais ou estaduais; e

VI - entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 79. Poderão ser objeto de propostas de projetos as ações que:

I - induzam a qualificação, fortaleçam a comercialização e promovam a inovação na formatação da oferta de serviços dos destinos e roteiros, por meio da adequação e qualificação de atividades e serviços turísticos relacionados aos produtos associados ao turismo e ao turismo de base local;

II - apoiem a organização e o fortalecimento dos atores e comunidades locais para a gestão econômica e empreendedora da oferta de produtos e serviços turísticos; e

III - insiram a produção local na cadeia produtiva do turismo como diferencial competitivo e sustentável.

Art. 80. Para aprovação das propostas deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - contextualização da atividade turística em sua área de abrangência que aborde, inclusive, diagnóstico da situação atual das iniciativas de turismo de base local ou produção associada ao turismo, apoiado em indicadores;

II - levantamento da demanda de ações para o fomento ao turismo de base local ou desenvolvimento e integração da produção associada ao turismo;

III - resultados anuais esperados com a execução do projeto, expressos em termos de indicadores, que contribuam efetivamente para a diversificação e fortalecimento do turismo local;

IV - metodologia de avaliação dos resultados anuais esperados com a execução do projeto; e

V - cronogramas físico e financeiro, com detalhamento dos custos e memória de cálculo.

Seção X

Dos Programas de Turismo Sustentável e Infância

Art. 81. O Programa de Turismo Sustentável e Infância tem como objetivo a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos turísticos, e como princípios o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos das crianças e dos adolescentes.

Art. 82. O fomento e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento sustentável do turismo deverão sensibilizar a cadeia produtiva do turismo para a implementação de práticas de desenvolvimento sustentável, objetivando a proteção de crianças e adolescentes.

Art. 83. São elegíveis propostas de projetos apresentadas por:

I - Estados;

II - Distrito Federal; e

III - Municípios; e

IV - entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 84. São elegíveis as seguintes propostas de projetos:

I - seminários de sensibilização;

II - campanhas publicitárias;

III - formação de multiplicadores; e

IV - inclusão social na cadeia produtiva do turismo de adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Capítulo III

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 85. Fica estabelecido o prazo de sessenta dias para apresentação de prestação de contas de convênios e termos de parceria celebrados no âmbito do Ministério do Turismo, a contar do término da vigência do instrumento ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

§ 1º O prazo estabelecido no caput deverá constar do instrumento.

§ 2º Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no instrumento, as áreas técnicas notificarão os convenentes, nos termos do § 5º, estabelecendo o prazo de dez dias para a sua apresentação ou recolhimento dos recursos recebidos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei, sob pena de registro da inadimplência no SIAFI ou SICONV.

§ 3º Nos casos em que não houver qualquer execução física, nem a utilização dos recursos, o recolhimento de que trata o parágrafo anterior deverá ocorrer sem a incidência de juros de mora.

§ 4º Decorrido o prazo de que trata o § 2º sem que haja a respectiva apresentação da prestação de contas, ou o recolhimento dos recursos, as áreas técnicas encaminharão os autos à área financeira para registro de inadimplência, observado o disposto no art. 89, e imediato envio à Comissão de Tomada de Contas Especial do Ministério do Turismo para instauração de tomada de contas especial por omissão no dever de prestar contas, além da adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

§ 5º Os convenentes deverão ser previamente notificados sobre as irregularidades apontadas, por meio do SICONV ou, na impossibilidade de notificação eletrônica, por meio de carta registrada com declaração de conteúdo, devendo a notificação ser registrada no SICONV.

§ 6º No caso de apresentação da prestação de contas fora dos prazos de que trata o caput e § 2º, o Secretário Nacional da respectiva área deverá solicitar a retirada do registro da inadimplência do convenente, fundamentada em manifestação técnica do setor responsável pelo convênio, atestando que os documentos recebidos contemplam aqueles enumerados no art. 74, da Portaria nº 507/2011/MPOG/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011, bem como as demais exigências pactuadas no instrumento celebrado.

Art. 86. Recebida a prestação de contas, fica estabelecido o prazo de noventa dias para análise, distribuídos da seguinte forma:

I - cinquenta dias, para a área técnica;

II - trinta e cinco dias, para a área financeira; e

III - cinco dias, para o ordenador de despesas.

Art. 87. Durante os prazos previstos nos incisos I e II do art. 86, as áreas técnica e financeira responsáveis pela análise da prestação de contas poderão, a seu critério, diligenciar por até duas vezes com vistas à regularização da mesma pendência, antes da emissão de parecer conclusivo.

§ 1º As prestações de contas que se encontrem nas áreas técnicas, na data de publicação desta Portaria, e já tenham sido diligenciadas na forma do caput, deverão ser objeto de parecer técnico conclusivo e encaminhamento à área financeira.

§ 2º No caso de a área técnica concluir pela reprovação da prestação de contas, o processo deverá ser encaminhado à área financeira para cálculo do montante a ser restituído e notificação ao convenente, na forma do § 4º deste artigo.

§ 3º No caso de aprovação integral ou parcial pela área técnica, o processo deverá ser encaminhado à área financeira para análise e emissão de parecer conclusivo, na sua esfera de competência.

§ 4º Verificado dano ao erário, a área financeira deverá notificar o convenente para que, no prazo de dez dias, efetue o recolhimento ou apresente pedido de reconsideração, observando o disposto no art. 88, sob pena de registro de inadimplência e instauração de tomada de contas especial.

§ 5º Uma vez registrada a inadimplência no SIAFI ou no SICONV, a retirada do registro ficará condicionada à plena regularidade da prestação de contas, ressalvados os demais casos previstos em lei.

Art. 88. Após notificação dos pareceres conclusivos das áreas técnica e financeira, o convenente poderá, por uma única vez, apresentar pedido de reconsideração à autoridade que o notificou, no prazo previsto no § 4º do art. 87.

§ 1º Não será analisado pedido de reconsideração intempestivo, devendo a área financeira dar ciência ao interessado.

§ 2º As áreas técnica e financeira, no âmbito de suas competências, deverão, na análise do pedido de reconsideração, em cumprimento ao princípio da segregação de funções, designar técnico distinto daquele que emitiu o parecer conclusivo, com ratificação pelo respectivo Secretário Nacional ou Diretor de Gestão Interna, no caso de análise financeira.

Art. 89. O registro da inadimplência no SIAFI ou no SICONV somente será efetuado quarenta e cinco dias após a notificação prévia.

Art. 90. Na devolução integral dos recursos não utilizados ou glosados, a área financeira deverá efetuar a análise conclusiva para fins de aprovação da prestação de contas e, consequentemente, regularizar a situação dos registros do convênio no SIAFI ou SICONV.

Art. 91. Os documentos referentes à prestação de contas deverão ser arquivados pelo prazo de vinte anos a contar do término da vigência do instrumento, sendo permitida a digitalização.

Capítulo IV

DO PARCELAMENTO

Art. 92. Nos convênios e termos de parceria em que houver reprovação da prestação de contas ou glosa parcial de despesas, poderá ser deferido, uma única vez e desde que ainda não tenha havido a remessa da tomada de contas ao Tribunal de Contas da União, o parcelamento do débito pelo ente público, em até vinte e quatro meses, limitado ao término do mandato do titular convenente, em parcelas não inferiores a cinco salários mínimos, mediante solicitação formal ao ordenador de despesas.

§ 1º O débito a ser parcelado deverá abranger os recursos recebidos e os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 79, da Portaria nº 507/2011/MPOG/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011.

§ 2º A assinatura do Termo de Parcelamento de Débito importa confissão irretratável da dívida e adesão aos termos e condições estabelecidas.

§ 3º O parcelamento poderá ser deferido, mediante análise discricionária do caso concreto, comprovado o atendimento do disposto no caput deste artigo, devendo ser efetuado o correspondente registro contábil na Unidade Gestora concedente.

§ 4º Caso a prestação de contas do convênio tenha motivado a inscrição no cadastro de inadimplentes, a suspensão do registro fica condicionada à entrega do Termo de Parcelamento de Débito assinado e ao recolhimento da primeira parcela.

§ 5º O atraso no recolhimento em prazo superior a trinta dias ensejará o cancelamento do Termo de Parcelamento de Débito, a cobrança imediata do saldo devedor e o registro do convenente no cadastro de inadimplentes, ressalvados os casos previstos no inciso VII do art. 7º e no inciso VI do art. 8º, ambos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 93. O uso de cláusula suspensiva deverá ocorrer em condições excepcionais, com a devida justificativa pela área técnica responsável.

Art. 94. Fica estipulado o limite máximo de três termos aditivos de prorrogação de vigência, os quais serão precedidos de manifestação técnica acerca das justificativas apresentadas pela entidade signatária e de verificação da necessidade de continuidade das ações inerentes aos respectivos objetos pactuados.

Art. 95. Aplicam-se às disposições definidas nesta Portaria as demais normas vigentes sobre o tema, especialmente às da Lei nº 11.771, de 2008, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e da Portaria Interministerial nº 507/2011/MPOG/MF/CGU.

Art. 96. Compete ao Ministro de Estado do Turismo decidir acerca dos casos não previstos nesta Portaria.

Art. 97. Em quaisquer das hipóteses previstas nesta Portaria fica vedada a celebração de instrumentos de transferências voluntárias com entes que deixarem de cumprir, no todo ou em parte, o pactuado no Termo de Parcelamento de Débitos.

Art. 98. As ações e projetos do plano de turismo de preparação para as Copa de Futebol FIFA 2013 e 2014 são prioritárias na execução orçamentária e financeira do Ministério do Turismo.

Art. 99. Fica delegada ao Secretário Nacional responsável pelo Programa ao qual o objeto se vincula a competência para decidir acerca de eventuais excepcionalidades relacionadas a esta Portaria, sem prejuízo da competência para dirimir os casos não previstos, estabelecida pelo art. 96 desta Portaria.

Art. 100. Ficam revogadas as Portarias nºs 112, de 9 de março de 2012; 146, de 4 abril de 2012; 180, de 26 de abril de 2012; 248, de 11 de julho de 2012; 321, de 28 de setembro de 2012; 347, de 31 de outubro de2012; e 27, de 31 de janeiro de 2013.

Art. 101. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO DIAS VIEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

CRONOGRAMA DE PROCEDIMENTOS NO SICONV

SICONV	Dias																														
	50º	49º	48º	...			32º	31º	30º	29º	28º	...		22º	21º	20º	19º	18º	17º	16º	15º	14º	13º	...			3º	2º	1º
Data limite para envio da proposta para análise	X																												
Data limite para sanar pendências									X																				
Data limite para empenho dos recursos																X													
Data limite para disponibilização do instrumento no Siconv																					X								
Início da vigência do instrumento																					X								
Início da execução da primeira etapa do Plano de Trabalho																													X

ANEXO II

PÚBLICOS	CURSOS (*)
Atendentes de Centros de Atendimento aos Turistas - CAT's e de atrativos turísticos naturais e culturais.	Hospitalidade no turismo com conteúdos em conformidade às competências e habilidades definidas nas normas profissionais do Turismo (ABNT). e comunicação em línguas estrangeiras.
Vendedores de alimentos em quiosques e ambulantes; trabalhadores em bares e cafés de rodoviárias e portos.	Manipulação segura de alimentos e hospitalidade no turismo, com conteúdos em conformidade às competências e habilidades definidas nas normas profissionais do Turismo (ABNT).
Permissionários de feiras e mercados públicos.	Gestão; hospitalidade no turismo manipulação segura de alimentos, conforme conteúdos de competências e habilidades da normalização do Turismo (ABNT).
Taxistas: motoristas de ônibus e de agências de aluguel de veículos; e cobradores.	Curso para taxistas, conforme conteúdos de competências e habilidades da normalização do Turismo (ABNT) e comunicação em línguas estrangeiras.
Empresários; gerentes de bares, restaurantes e hotéis/pousadas.	Gestão de empreendimentos turísticos com foco em hospitalidade, conforme conteúdos de competências e habilidades da normalização do Turismo (ABNT).
Profissionais da área de segurança pública em contato direto com o público: policiais civis, policiais militares, bombeiros, salva-vidas, guardas municipais etc.	Hospitalidade no turismo com conteúdos em conformidade às competências e habilidades definidas nas normas profissionais do Turismo (ABNT). Curso de 1º Socorros; Curso de Mergulho Básico; Curso de Relações Inter-pessoais, Segurança turística e comunicação em línguas estrangeiras.

(*) Em todos os cursos deverá haver conteúdos de formação de prevenção à exploração sexual.

ANEXO III

1 - PROFISSIONAIS
1.1 - Coordenador-Geral do curso(*);
1.2 - Professores(*);
1.3 - Turismólogo;
1.4 - Administrador;
1.5 - Pedagogo; e
1.6 - Palestrante.
2 - ENCARGOS DOS PROFISSIONAIS
2.1 - INSS (20%);
2.2 - FGTS;
2.3 - Férias; e
2.4 - Seguro Contra Acidentes de Trabalho
3 - DEMAIS TRIBUTOS
3.1 - ISS;
3.2 - IRRF;
3.3 - PIS;
3.4 - COFINS; e
3.5 - CSLL.
4 - DESPESAS COM PROFISSIONAIS
4.1 - Auxílio deslocamento (por viagem - ida e volta);
4.2 - Passagem terrestre; e
4.3 - Diárias (incluindo hospedagem e alimentação).
5 - TRANSPORTE PARA ALUNOS
5.1 - Auxílio-transporte; e
5.2 - Locação de Van/Microonibus (Quando o deslocamento em grupo se mostrar mais vantajoso do que o deslocamento individual).
6 - LOCAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO
7 - IMPRESSÃO DOS CERTIFICADOS
8 - LANCHE PARA OS ALUNOS, PARA CURSOS COM DURAÇÃO SUPERIOR A DUAS HORAS DIÁRIA
09 - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
09.1 - Computadores; e
09.2 - Retroprojetor.
10 - MATERIAL DE CONSUMO - PEDAGÓGICO
10.1 - Adequação e impressão de apostilas.
11 - MATERIAL DE CONSUMO - EXPEDIENTE
11.1 - Apagador para quadro branco;
11.2 - Pincéis para quadro branco; e
11.3 - Copos descartáveis.
(*) Adotado pelo PRONATEC

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 76, DE 22 DE MAIO DE 2013

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50510.026493/2012-78, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, no km 879+914m, na Pista Norte, em Estiva/MG, de interesse do Rodo Posto Estiva Ltda..

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, o Posto Estiva deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º O Posto Estiva não poderá iniciar a construção do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Fernão Dias S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dias S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º O Posto Estiva assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º O Posto Estiva deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso o Posto Estiva verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fernão Dias S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que ser analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Fernão Dias S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Posto Estiva deverá apresentar, à URMG e à Autopista Fernão Dias S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Posto Estiva abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 77, DE 24 DE MAIO DE 2013

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50515.022517/2013-51, resolve:

Art. 1º Aprovar a postergação no cronograma de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER das Rodovias BR-116/376/PR/SC trecho: Curitiba - Florianópolis para o ano subseqüente, em função de inexecuções apuradas no 5º ano de concessão, conforme disposto no Parecer Técnico nº 010/2013/GEINV/SUINF, de 30/04/2013.

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 78, DE 24 DE MAIO DE 2013

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50515.022516/2013-14, resolve:

Art. 1º Aprovar a postergação no cronograma de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER da Rodovia BR-116/PR/SC trecho: Curitiba - Divisa SC/RS para o ano subseqüente, em função de inexecuções apuradas no 5º ano de concessão, conforme disposto no Parecer Técnico nº 006/2013/GEINV/SUINF, de 29/04/2013.

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 79, DE 24 DE MAIO DE 2013

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50505.003809/2013-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de telefonia na faixa de domínio da Rodovia Lúcio Meira, BR-393/RJ, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 152+200m e o km 153+220m, na Pista Sul, em Três Rios/RJ, de interesse da Telemar Norte Leste.

Parágrafo único. A rede de telefonia a ser implantada envolverá a instalação de linhas de dutos e cabos telefônicos, bem como a remoção de postes e cabos telefônicos.

Art. 2º Na implantação e conservação das referidas linhas de dutos, a Telemar deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Rodovia do Aço S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Telemar não poderá iniciar a implantação da rede de telefonia objeto desta Portaria antes de assinar, com a Rodovia do Aço S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Rodovia do Aço S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Telemar assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de telefonia, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Telemar deverá concluir a obra de implantação da rede de telefonia no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Telemar verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de telefonia no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Rodovia do Aço S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que ser analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 7º Caberá à Rodovia do Aço S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de telefonia.

Art. 8º A Telemar deverá apresentar, à URRJ e à Rodovia do Aço S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de telefonia por meio de ocupação longitudinal autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 2.223,35 (dois mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Telemar abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 80, DE 24 DE MAIO DE 2013

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50520.047972/2012-17, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica de média e baixa tensão na faixa de domínio da Rodovia Marechal Osório, BR-290/RS, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 097+400m e o km 098+200m, na Pista Norte, em Porto Alegre/RS, de interesse da CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica.

§ 1º A autorização concedida por meio desta Portaria será válida até o trânsito em julgado da Ação Civil Pública n.º 0022859-18.2005.8.21.0001, movida pelo Ministério Público e a CONCEPA - Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A em desfavor do Município de Porto Alegre/RS e do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 2º A CEEE-D se responsabilizará integralmente pela remoção de todos os elementos integrantes do projeto autorizado quando da saída dos moradores da área abrangida, ou em caso de realização de projetos e serviços na Rodovia que assim exigirem.

§ 3º Anualmente, a CEEE-D encaminhará, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, relatório do quantitativo de ligações novas e interrompidas, de forma a permitir o acompanhamento da ocupação clandestina, enquanto estiver vigente a presente autorização.

§ 4º A CONCEPA deverá apresentar antecipadamente, à URRS, manifestação conclusiva sobre as medidas de segurança adotadas.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica de média e baixa tensão, a CEEE-D deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCEPA, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A CEEE-D não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica de média e baixa tensão objeto desta Portaria antes de assinar, com a CONCEPA, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A CONCEPA deverá encaminhar, à URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A CEEE-D assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica de média e baixa tensão, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A CEEE-D deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica de média e baixa tensão no prazo de 09 (nove) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a CEEE-D verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica de média e baixa tensão no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à CONCEPA sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que ser analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à CONCEPA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica de média e baixa tensão.

Art. 8º A CEEE-D deverá apresentar, à URRS e à CONCEPA, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A CEEE-D abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 408, DE 24 DE MAIO DE 2013

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.020683/2013-81, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da Empresa de Transportes Andorinha S/A para redução de freqüência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Presidente Prudente (SP) - Maringá (PR), Via Santa Fé (PR), prefixo 08-0462-00, para 2 (dois) horários semanais, por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DIRETORIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 497, DE 24 DE MAIO DE 2013

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal; inciso IX, do art. 82, da Lei n. 10.233, de 05/06/2001; inciso XIX, do art. 1º da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto n. 5.765, de 27/04/2006; art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei n. 3.365, de 21/06/1941, e a competência que lhe foi subdelegada pela Portaria DG/DNIT n. 1035, de 10/10/2011, publicada no DOU de 11/10/2011, para exercer as atribuições constantes dos incisos III, IV e V, do art. 124, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução n. 10, de 31/01/2007, do Conselho de Administração do DNIT, publicada no DOU de 26/02/2007, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 50600.007519/2010-16, resolve:

Alterar o Ato Declaratório de Utilidade Pública para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários de área de terras e benfeitorias, formalizado pela Portaria n.º 838, de 27 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 28 de julho de 2010, Seção 1, página 162, e o faz com segue: inclusão de áreas de terras e benfeitorias definidas através da Variante de Xexéu (Travessia Urbana de Xexéu), entre as estacas 663+4,14 e 816+3,70, extensão de 3,06 km, na rodovia BR-101/PE, trecho: Div. PB/PE - Div. PE/AL, subtrecho: Entr. PE-103/126 (p/ Catende) - Div. PE/AL (ponte s/ o Rio Jacuípe), substituindo o traçado original, cuja desapropriação não será mais necessária, entre os km 202,7 ao km 205,76, com base no Projeto Geométrico de Engenharia, pista principal, acessos e retornos, integrante da 1ª Revisão de Projeto em Fase de Obras referente ao Contrato TT-104/2010-00, aprovado pelo Coordenador-Geral de Construção Rodoviária/DIR/DNIT, por meio do despacho às folhas 467 e 468 constantes do processo n.º 50604.001201/2011-64, calcado no item VI do Art. 83 do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução n.º 10, de 31 de janeiro de 2007, do Conselho de Administração do DNIT, e conforme desenhos PEET N.º 169/2013 ao PEET N.º 184/2013, que ficam depositados no Arquivo Técnico da DPP. Em tudo mais, fica perfeitamente ratificada a Portaria n.º 838, de 27 de julho de 2010, da qual a presente fica fazendo parte integrante.

JOSÉ FLORENTINO CAIXETA
Substituto

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 1262 Data:09/05/2013 Hora:15:21
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000590/2013-01
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : São Paulo/SP
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.000587/2013-80
Classe Pr:c.Processo Administrativo Disciplinar
Origem : Brasília/DF
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.000594/2013-81
Classe Pr:c.Revisão de Processo Disciplinar
Origem : Fortaleza/CE
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000596/2013-71
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000588/2013-24
Classe Pr:c.Revisão de Processo Disciplinar
Origem : Brasília/DF
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Para Corregedoria
Processo : 0.00.000.000589/2013-79
Classe Pr:c.Reclamação Disciplinar
Processo : 0.00.000.000591/2013-48
Classe Pr:c.Reclamação Disciplinar
Processo : 0.00.000.000592/2013-92
Classe Pr:c.Reclamação Disciplinar
Processo : 0.00.000.000593/2013-37
Classe Pr:c.Reclamação Disciplinar

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

Sessão: 1263 Data:10/05/2013 Hora:13:49
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000600/2013-09
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Criciúma/SC
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000601/2013-45
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Campo Grande/MS
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira
Processo : 0.00.000.000603/2013-34
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Maranhão/MA
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.000597/2013-15
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Formosa/GO
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000598/2013-60
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Conceição do Canindé/PI
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000602/2013-90
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Macapá/AP
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000599/2013-12
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Teresina/PI
Relator : Mario Luiz Bonsaglia

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

Sessão: 1264 Data:13/05/2013 Hora:14:21
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000611/2013-81
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : São Paulo/SP
Relator : Jarbas Soares Júnior
Processo : 0.00.000.000613/2013-70
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Poço Verde/SE
Relator : Mario Luiz Bonsaglia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo : 0.00.000.000609/2013-10
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : São Paulo/SP
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000610/2013-36
Classe Pr:c.Reclamação para preservação da competência e da autoridade das decisões do Conselho
Origem : Teresina/PI
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000612/2013-25
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Brasília/DF
Relator : Taís Schilling Ferraz

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

Sessão: 1265 Data:14/05/2013 Hora:14:56
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000617/2013-58
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Guaratinga/BA
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.000616/2013-11
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000615/2013-69
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Bocaína/PI
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000618/2013-01
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Campo Grande/MS
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.000614/2013-14
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Recife/PE
Relator : Alessandro Tramujas Assad
Processo : 0.00.000.000619/2013-47
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Orobó/PE
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000452/2013-14
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Belo-Horizonte/MG
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

Sessão: 1266 Data:15/05/2013 Hora:16:05
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000621/2013-16
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Maranhão/MA
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000623/2013-13
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Viçosa/MG
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira
Processo : 0.00.000.000620/2013-71
Classe Pr:c.Avocação
Origem : Brasília/DF
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000622/2013-61
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Bocaína/PI
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000626/2013-49
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : São Luis/MA
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Para Comissões
Processo : 0.00.000.000625/2013-02
Classe Proc.Procedimento Interno de Comissão
Comissão : Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

Sessão: 1267 Data:16/05/2013 Hora:15:17
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000627/2013-93
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Brasília/DF
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000629/2013-82
Classe Pr:c.Avocação
Origem : Brasília/DF
Relator : Jarbas Soares Júnior
Processo : 0.00.000.000632/2013-04
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000634/2013-95
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Belo Horizonte/MG
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira
Processo : 0.00.000.000630/2013-15
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : São Luis/MA
Relator : Tito Souza do Amaral
Para Comissões
Processo : 0.00.000.000631/2013-51
Classe Proc.Procedimento Interno de Comissão
Comissão : Comissão da Infância e Juventude

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

Sessão: 1268 Data:17/05/2013 Hora:14:45
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000635/2013-30
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Porto Velho/RO
Relator : Alessandro Tramujas Assad

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

Sessão: 1269 Data:20/05/2013 Hora:11:12
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000636/2013-84
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Cuiabá/MT
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000637/2013-29
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Palmas/TO
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.000640/2013-42
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Maceió/AL
Relator : Alessandro Tramujas Assad
Processo : 0.00.000.000065/2013-88
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Jenipapo dos Vieiras/MA
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000715/2011-23
Classe Pr:c.Reclamação Disciplinar
Origem : Brasília/DF
Relator : Mario Luiz Bonsaglia

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

Sessão: 1270 Data:21/05/2013 Hora:14:23
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000643/2013-86
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Londrina/PR
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira
Processo : 0.00.000.000646/2013-10
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Gurupi/TO
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.000644/2013-21
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Fortaleza/CE
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000645/2013-75
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Fortaleza/CE
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000641/2013-97
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Campo Grande/MS
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira
Processo : 0.00.000.000642/2013-31
Classe Pr:c.Anteprojeto de Lei
Origem : Brasília/DF
Relator : Taís Schilling Ferraz

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

Sessão: 1271 Data:22/05/2013 Hora:15:05
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000649/2013-53
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Alpinópolis/MG
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.000651/2013-22
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Salvador/BA
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000648/2013-17
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Hidrolândia/CE
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000652/2013-77
Classe Pr:c.Pedido de Providências
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Jarbas Soares Júnior
Para Corregedoria
Processo : 0.00.000.000650/2013-88
Classe Pr:c.Reclamação Disciplinar

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

Sessão: 1272 Data:23/05/2013 Hora:10:45
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000658/2013-44
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Ananindeua/PA
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000654/2013-66
Classe Pr:c.Proposição
Origem : Brasília/DF
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000639/2013-18
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Salvador/BA
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000655/2013-19
Classe Pr:c.Proposição
Origem : Brasília/DF
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000659/2013-99
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Brasília/DF
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000656/2013-55
Classe Pr:c.Proposição
Origem : Brasília/DF
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000660/2013-13
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Fortaleza/CE
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000647/2013-64
Classe Pr:c.Procedimento de Controle Administrativo
Origem : Gioânia/GO
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.000657/2013-08
Classe Pr:c.Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Origem : Fortaleza/CE
Relator : Tito Souza do Amaral

ERIC LOPEZ MEDEIROS DE SOUZA
Coordenador de Autuação e Distribuição
Substituto

PLENÁRIO

ACÓRDÃOS DE 21 DE MAIO DE 2013

REQUERENTE: SERVIDORES DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

REQUERIDO: SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATORA: MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. ATO DA SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. SERVIDORES EFETIVOS. LEI 12.773/2012. REDUÇÃO DO NÚMERO DE NÍVEIS DA CARREIRA. ENQUADRAMENTO NAS NOVAS TABELAS DOS ANEXOS I E II DA LEI 11.415/2006. REPOSICIONAMENTO QUE NÃO RESPEITOU A REGRA DO ARTIGO 8º DA LEI 11.415/2006 E AS PROGRESSÕES JÁ REALIZADAS. RESTRIÇÕES NÃO PREVISTAS NA LEI. DESRESPEITO AOS INTERSTÍCIOS TEMPORAIS PREVISTOS PARA PROGRESSÃO E PROMOÇÃO. AFRONTA À ISONOMIA. ANÁLISE ISOLADA DO ANEXO I DA LEI 12.773/2012. ATO QUE IMPEDIU A EFICÁCIA DA ALTERAÇÃO PRETENDIDA PELO LEGISLADOR. HERMENÊUTICA. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA E TELEOLÓGICA. REVISÃO DO ATO. OBSERVÂNCIA DOS INTERSTÍCIOS ANUAIS DESDE O INGRESSO NA CARREIRA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O Anexo I da Lei 12.773/2012 demonstra o escalonamento da carreira dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público e sua alteração objetivou a diminuição do número de níveis e, consequentemente, do tempo previsto para que cada servidor atingisse o final da carreira. Inexistindo ressalva ou regra de transição prevista pela Lei 12.733/2012, permaneceram em vigor todas as regras atinentes ao desenvolvimento na carreira da Lei 11.415/2006.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. A interpretação e a aplicação das alterações da Lei 12.773/2012, por parte da Administração do CNMP, baseou-se na análise isolada do teor do Anexo I da referida lei, sob a presunção de suposta correlação existente entre as tabelas anterior e atual.

3. A nova redação dos anexos I e II não poderia ser interpretada de forma isolada - até porque o anexo da lei não extrai força normativa de si próprio -, mas sim em conjunto com as demais regras relativas à progressão funcional e ao tempo de serviço, especialmente as previstas no artigo 8º da Lei 11.415/2006, que prevê a progressão anual dos níveis da carreira.

4. Nos termos da Lei 11.415/2006, com as alterações propostas pela Lei 12.773/2012, o desenvolvimento funcional dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público inicia-se na data da posse com enquadramento na primeira classe e padrão (A1), progredindo um nível a cada ano de efetivo exercício, obtendo a remuneração respectiva.

5. Devido à mudança repentina de classe de alguns servidores (de A para B e de B para C) deve ser assegurado prazo razoável de 06 (seis) meses para que estes comprovem os requisitos previstos no artigo 8º, §2º, da Lei 11.415/2006 e no respectivo regulamento, sem prejuízo dos efeitos financeiros retroativos à data da entrada em vigor da Lei 12.773/2012.

6. Procedência do pedido para determinar à Administração deste Conselho Nacional que promova a retificação do enquadramento dos servidores do CNMP, nos termos do Anexo II da Lei 11.415/2006, inserido pela Lei 12.773/2012, observadas as progressões já obtidas ano a ano desde a data da posse. Todos os efeitos dessa adequação, inclusive de ordem financeira, deverão retroagir à data da entrada em vigor da Lei 12.773/2012, atendidos os limites orçamentários. Por fim, nos casos em que a correção do enquadramento ora determinada acarretar mudança de classe do servidor, os efeitos retroativos desta decisão ficam condicionados à comprovação, no prazo de 6 (seis) meses, do preenchimento dos requisitos para mudança de classe (art. 8º, § 2º, da Lei 11.415/2006).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgar procedente o Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto da relatora.

MARIA ESTER HERIQUES TAVARES
Conselheira Relatora

ACÓRDÃOS DE 22 DE MAIO DE 2013

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - PCA 0.00.000.000333/2012-81

RELATOR: CONS. ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD

REQUERENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL - SIMPE/RS

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - Alegação de supostas violações às LIBERDADES SINDICAIS, consistentes na Negativa de acesso às instalações do ministério público do estado do rio grande do sul, não liberação de servidores para participação de assembleias e a abertura de procedimentos disciplinares ilegais. Não comprovação. IMPROCEDÊNCIA.

1. O acesso ao prédio foi permitido, após devida identificação, sendo razoável a exigência de prévia comunicação para prática de qualquer ato sindical que importe em alteração da rotina de trabalho no interior do prédio do MPRS.

2. A liberação dos servidores para participarem das assembleias, quando negada, foi plenamente justificada pela chefia administrativa.

3. A instauração de sindicância para apurar fatos que possam caracterizar, em tese, infração funcional, constitui dever da Administração, não havendo motivo, por ora, para obstar qualquer apuração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo.

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Conselheiro

PROCESSO:PP Nº 0.00.000.000096/2013-39

RELATOR: CONSELHEIRO TITO AMARAL

REQUERENTE: FÁBIO AURÉLIO DA SILVA ALCURE - PROCURADOR DO TRABALHO E OUTRO

EMENTA: RECURSO INTERNO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONSULTA ACERCA DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 88/2012. REQUISITOS REGIMENTAIS NÃO OBSERVADOS. ILEGITIMIDADE DOS REQUERENTES. ENUNCIADO Nº 05 DESTE CNMP. RECURSO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Pedido de Providências consistente em consulta acerca do sentido e do alcance de dispositivos da Resolução CNMP nº 88/2012.

2. Decisão de arquivamento fundada na ilegitimidade dos requerentes à luz do RICNMP e do Enunciado nº 05.

3. Improcedência e insuficiência das razões recursais, que não buscaram atacar a totalidade dos fundamentos da decisão impugnada, nem mesmo seu argumento central.

4. Manutenção da decisão recorrida. Recurso Interno conhecido, mas improvido.

ACÓRDÃO

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em negar provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto do Relator.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO:PP Nº 0.00.000.000096/2013-39

RELATOR: CONSELHEIRO TITO AMARAL

REQUERENTE: FÁBIO AURÉLIO DA SILVA ALCURE - PROCURADOR DO TRABALHO E OUTRO

EMENTA: RECURSO INTERNO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONSULTA ACERCA DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 88/2012. REQUISITOS REGIMENTAIS NÃO OBSERVADOS. ILEGITIMIDADE DOS REQUERENTES. ENUNCIADO Nº 05 DESTE CNMP. RECURSO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Pedido de Providências consistente em consulta acerca do sentido e do alcance de dispositivos da Resolução CNMP nº 88/2012.

2. Decisão de arquivamento fundada na ilegitimidade dos requerentes à luz do RICNMP e do Enunciado nº 05.

3. Improcedência e insuficiência das razões recursais, que não buscaram atacar a totalidade dos fundamentos da decisão impugnada, nem mesmo seu argumento central.

4. Manutenção da decisão recorrida. Recurso Interno conhecido, mas improvido.

ACÓRDÃO

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em negar provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto do Relator.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO: PAV Nº 0.00.000.000344/2013-41

RELATOR: CONSELHEIRO TITO AMARAL

REQUERENTE: EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI - VICE-PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: PEDIDO DE AVOCAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM TRÂMITE PERANTE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO DA MAIORIA ABSOLUTA DOS INTEGRANTES DO CONSELHO SUPERIOR DO MPT. JÁ CONSIDERADOS OS SUPLENTES. INVIABILIDADE DO JULGAMENTO DISCIPLINAR NA ORIGEM. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE AVOCAÇÃO.

1. Pedido de Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 08130.002776/2010, em trâmite perante o Conselho Superior do MPT - CSMPT.

2. Instruído o feito disciplinar e lavrado relatório pela comissão processante, três conselheiros dos dez com direito a voto no CSMFT declararam-se suspeitos, declinando da distribuição. Dentre os demais integrantes daquele colegiado, dois encontram-se impedidos, havendo uma vacância na composição.

3. Impossibilidade de alcance do quórum de deliberação (dois terços dos membros do CSMPT - art. 98, § 2º, da LC nº 75/93). Inviabilidade do julgamento do processo administrativo disciplinar pelo CSMPT.

4. Procedência do pedido de avocação.

ACÓRDÃO

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente o pedido de avocação.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000517/2013-21

RELATORA: CONSELHEIRA MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

REQUERENTE: KARLA CRHISTIANY CRUZ LEITE - PROMOTORA DE JUSTIÇA/SE

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. REMOÇÃO POR CRITÉRIO DE MERECIMENTO. QUINTOS SUCESSIVOS. RECOMPOSIÇÃO DE PRIMEIRA QUINTA PARTE. REMOÇÃO. LISTA TRÍPLICE DE MERECIMENTO. FIGURAÇÃO EM TRÊS LISTAS CONSECUTIVAS OU CINCO ALTERNADAS. SUPERVENIÊNCIA DE REMOÇÃO. INTERRUPÇÃO DA CONSECUTIVIDADE OU DA ALTERNÂNCIA. PROCEDÊNCIA.

1. Nas promoções e remoções pelo critério do merecimento, se nenhum integrante da primeira quinta parte da lista de antiguidade manifestar interesse, buscam-se candidatos no quinto mais antigo subsequente, considerando o número total de integrantes da respectiva entrância.

2. Sendo necessária a recomposição dos quintos sucessivos para a formação da lista tríplice para remoção por merecimento, a CF não exige que o candidato com remoção obrigatória seja integrante de quinto mais antigo ou que pertença ao mesmo quinto que os demais concorrentes.

3. A Superveniência de Promoção ou Remoção, seja qual for o critério, interrompe a consecutividade e a alternância a que alude o artigo 93, inciso II, alínea 'a' da Constituição Federal.

4. Procedência em parte para anular a decisão que determinou a remoção da candidata Joelma Soares Macedo de Santana à Promotoria de Justiça de Maruim, determinando que seja indicado o candidato que preencherá a vaga, entre os que compõem a lista já formada, observando-se as normas do artigo 5º da Resolução CNMP nº05/2011.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgar procedente em parte o presente procedimento de controle administrativo, para anular a decisão que determinou a remoção da candidata Joelma Soares Macedo de Santana à Promotoria de Justiça de Maruim, determinando que seja indicado o candidato que preencherá a vaga, entre os que compõem a lista já formada, observando-se as normas do artigo 5º da Resolução CNMP nº05/2011, nos termos do voto da Relatora.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Conselheira Relatora

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.002319/2010-50

RELATORA: CONSELHEIRA MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

REQUERENTE: CARLOS HENRIQUE TÔRRES DE SOUZA E OUTROS

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO DA CÂMARA DE PROCURADORES DE JUSTIÇA QUE FIXOU AS ATRIBUIÇÕES DA 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELO HORIZONTE/MG. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. MAIORIA ABSOLUTA com base no número de membros efetivos do colegiado. Desconsideração das vacâncias no cálculo do quorum qualificado. Improcedência.

1. A inclusão do feito em mesa, após pedido de vista regimental, em Sessão realizada anteriormente, dispensa nova publicação em pauta de julgamento. Cerceamento de defesa não caracterizado.

2. Regularidade da aprovação da Proposta de fixação das atribuições da 6ª Promotoria de Justiça de Belo Horizonte pela Câmara de Procuradores de Justiça do MPMG na 3ª Sessão Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2010, uma vez que deve ser utilizado o número efetivo de membros do colegiado como base de cálculo para a apuração da maioria absoluta, desconsideradas as vacâncias ocorridas.

3. Improcedência do Procedimento de Controle Administrativo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgar improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, mantendo a decisão da Câmara de Procuradores de Justiça que fixou a atribuição da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Belo Horizonte para oficiar perante o Juízo de Precatórias Cíveis da referida comarca, nos termos da Resolução PGJ nº 72/2010.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Conselheira Relatora

DECISÕES DE 23 DE MAIO DE 2013

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000594/2011-10

REQUERENTE: WILSON VILA DE OLIVEIRA

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATORA: MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

DECISÃO

(...)Dessa forma, diante da ocorrência da perda do objeto, determino o arquivamento monocrático do presente procedimento, nos termos do artigo 43, inciso IX, alínea b, do RICNMP.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Conselheira Relatora

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.001261/2012-99

REQUERENTE: Fânia Helena Oliveira de Amorim

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Mato Grosso

RELATOR: Conselheira Maria Ester Henriques Tavares

DECISÃO

(...)Entretanto, considerando que a liminar concedida teve efeito satisfativo, com a garantia do gozo da licença médica e a realização da inspeção, nos termos da legislação vigente, inexiste outra providência a ser tomada nos autos, razão porque determino seu arquivamento com fulcro no artigo 43, inciso IX, alínea 'b' do RICNMP.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Conselheira Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃOS DE 22 DE MAIO DE 2013

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - PCA 0.00.000.000333/2012-81

RELATOR: CONS. ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD

REQUERENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL - SIMPE/RS

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - Alegação de supostas violações às LIBERDADES SINDICAIS, consistentes na Negativa de acesso às instalações do ministério público do estado do rio grande do sul, não liberação de servidores para participação de assembleias e a abertura de procedimentos disciplinares ilegais. Não comprovação. IMPROCEDÊNCIA.

1. O acesso ao prédio foi permitido, após devida identificação, sendo razoável a exigência de prévia comunicação para prática de qualquer ato sindical que importe em alteração da rotina de trabalho no interior do prédio do MPRS.

2. A liberação dos servidores para participarem das assembleias, quando negada, foi plenamente justificada pela chefia administrativa.

3. A instauração de sindicância para apurar fatos que possam caracterizar, em tese, infração funcional, constitui dever da Administração, não havendo motivo, por ora, para obstar qualquer apuração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo.

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Conselheiro

PROCESSO:PP Nº 0.00.000.000096/2013-39

RELATOR: CONSELHEIRO TITO AMARAL

REQUERENTE: FÁBIO AURÉLIO DA SILVA ALCURE - PROCURADOR DO TRABALHO E OUTRO

EMENTA: RECURSO INTERNO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONSULTA ACERCA DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 88/2012. REQUISITOS REGIMENTAIS NÃO OBSERVADOS. ILEGITIMIDADE DOS REQUERENTES. ENUNCIADO Nº 05 DESTE CNMP. RECURSO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Pedido de Providências consistente em consulta acerca do sentido e do alcance de dispositivos da Resolução CNMP nº 88/2012.

2. Decisão de arquivamento fundada na ilegitimidade dos requerentes à luz do RICNMP e do Enunciado nº 05.

3. Improcedência e insuficiência das razões recursais, que não buscaram atacar a totalidade dos fundamentos da decisão impugnada, nem mesmo seu argumento central.

4. Manutenção da decisão recorrida. Recurso Interno conhecido, mas improvido.

ACÓRDÃO

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em negar provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto do Relator.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO: PAV Nº 0.00.000.000344/2013-41

RELATOR: CONSELHEIRO TITO AMARAL

REQUERENTE: EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI - VICE-PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: PEDIDO DE AVOCAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM TRÂMITE PERANTE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO DA MAIORIA ABSOLUTA DOS INTEGRANTES DO CONSELHO SUPERIOR DO MPT, JÁ CONSIDERADOS OS SUPLENTES. INVIABILIDADE DO JULGAMENTO DISCIPLINAR NA ORIGEM. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE AVOCAÇÃO.

1. Pedido de Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 08130.002776/2010, em trâmite perante o Conselho Superior do MPT - CSMPT.

2. Instruído o feito disciplinar e lavrado relatório pela comissão processante, três conselheiros dos dez com direito a voto no CSMFT declararam-se suspeitos, declinando da distribuição. Dentre os demais integrantes daquele colegiado, dois encontram-se impedidos, havendo uma vacância na composição.

3. Impossibilidade de alcance do quórum de deliberação (dois terços dos membros do CSMPT - art. 98, § 2º, da LC nº 75/93). Inviabilidade do julgamento do processo administrativo disciplinar pelo CSMPT.

4. Procedência do pedido de avocação.

ACÓRDÃO

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente o pedido de avocação.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000517/2013-21

RELATORA: CONSELHEIRA MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

REQUERENTE: KARLA CRHISTIANY CRUZ LEITE - PROMOTORA DE JUSTIÇA/SE

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. REMOÇÃO POR CRITÉRIO DE MERECIMENTO. QUINTOS SUCESSIVOS. RECOMPOSIÇÃO DE PRIMEIRA QUINTA PARTE. REMOÇÃO. LISTA TRÍPLICE DE MERECIMENTO. FIGURAÇÃO EM TRÊS LISTAS CONSECUTIVAS OU CINCO ALTERNADAS. SUPERVENIÊNCIA DE REMOÇÃO. INTERRUPÇÃO DA CONSECUTIVIDADE OU DA ALTERNÂNCIA. PROCEDÊNCIA.

1. Nas promoções e remoções pelo critério do merecimento, se nenhum integrante da primeira quinta parte da lista de antiguidade manifestar interesse, buscam-se candidatos no quinto mais antigo subsequente, considerando o número total de integrantes da respectiva entrância.

2. Sendo necessária a recomposição dos quintos sucessivos para a formação da lista tríplice para remoção por merecimento, a CF não exige que o candidato com remoção obrigatória seja integrante de quinto mais antigo ou que pertença ao mesmo quinto que os demais concorrentes.

3. A Superveniência de Promoção ou Remoção, seja qual for o critério, interrompe a consecutividade e a alternância a que alude o artigo 93, inciso II, alínea 'a' da Constituição Federal.

4. Procedência em parte para anular a decisão que determinou a remoção da candidata Joelma Soares Macedo de Santana à Promotoria de Justiça de Maruim, determinando que seja indicado o candidato que preencherá a vaga, entre os que compõem a lista já formada, observando-se as normas do artigo 5º da Resolução CNMP nº05/2011.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgar procedente em parte o presente procedimento de controle administrativo, para anular a decisão que determinou a remoção da candidata Joelma Soares Macedo de Santana à Promotoria de Justiça de Maruim, determinando que seja indicado o candidato que preencherá a vaga, entre os que compõem a lista já formada, observando-se as normas do artigo 5º da Resolução CNMP nº05/2011, nos termos do voto da Relatora.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Conselheira Relatora

DECISÕES DE 23 DE MAIO DE 2013

PROCESSO N° 0.00.000.000499/2010-35

ASSUNTO: Procedimento de Controle Administrativo - PCA

RELATOR: Conselheiro Almino Afonso Fernandes

REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Rondônia

DECISÃO

(...)Assim, e considerando que as contas dos mencionados exercícios financeiros foram todas julgadas regulares sem ressalvas, tendo sido dada quitação aos gestores responsáveis, conclui-se que não houve irregularidades nas contas apresentadas pelo Ministério Público do Estado de Rondônia.

Diante do exposto, não identificada possível situação concreta de ilegalidade que justifique a interferência deste Conselho Nacional, DETERMINO o arquivamento dos presentes autos, nos termos do art. 43, IX, "b" do RICNMP.

ALMINO AFONSO
Conselheiro Relator

PROCESSO N° 0.00.000.000569/2013-06

ASSUNTO: Representação por inércia ou por excesso de prazo

RELATOR: Conselheiro Almino Afonso Fernandes

REQUERENTE: Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Acre

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Acre

DECISÃO

(…)Deste modo, não sendo possível identificar a conduta irregular e o membro do Ministério Público responsável, determino o arquivamento da presente representação, em razão da sua manifesta improcedência, nos termos do art. 43, inc. IX, alínea "b", do RICNMP.

ALMINO AFONSO
Conselheiro Relator

PROCESSO: RDC nº 0.00.000.000503/2013-16

RELATOR: Conselheiro Tito Amaral

REQUERENTE: Heleno Porto dos Santos

REQUERIDO:

D E C I S Ã O

(...)Ante o exposto,, determino o arquivamento dos presentes autos com fundamento no art. 43, inc. IX, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, seja pela falta de apresentação da documentação necessária, seja pela manifesta improcedência da ação.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO:RIEP nº 0.00.000.000433/2013-98

RELATOR:Conselheiro Tito Amaral

REQUERENTE:Ronnie Peterson dos Santos Duarte

REQUERIDO:Ministério Público Federal

DECISÃO

(...)Destarte, expostas estas considerações, determino o arquivamento dos presentes autos com fundamento no art. 43, inc. IX, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, seja pela falta de apresentação da documentação necessária, seja pela perda superveniente de seu objeto.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO N° 0.00.000.000296/2011-20

ASSUNTO: Procedimento de Controle Administrativo - PCA

RELATOR: Conselheiro Almino Afonso Fernandes

REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Sergipe

DECISÃO

(…) Isso posto, não identificada possível situação concreta de ilegalidade que justifique a interferência deste Conselho Nacional, DETERMINO o arquivamento dos presentes autos, nos termos do art. 43, IX, "b" do RICNMP.

ALMINO AFONSO
Conselheiro Relator

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADES DAS DECISÕES DO CONSELHO

PROCESSO N.º 0.00.000.000610/2013-36;

REQUERENTE: MARCUS VINÍCIUS MACHADO

RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;

OBJETO: REQUER QUE SEJA CUMPRIDA A DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO PCA 1230/2013-38, A QUAL DETERMINOU QUE TODAS AS PROVAS DISCURSIVAS DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MP/TO FOSSEM RECORRIGIDAS. PEDIDO LIMINAR

DECISÃO

(…) Em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, antes de apreciar o pedido de liminar, uma vez que no caso entendo não se aplicar o instituto da liminar inaudita altera pars, DETERMINO o encaminhamento de cópia da exordial à Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Tocantins para que, no prazo de 5 (cinco) dias, traga aos autos as informações que entenderem cabíveis, com os documentos aptos a embasá-las.

Determino ainda a intimação de eventuais interessados, pela via editalícia, nos termos do artigo 126, caput, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Após o cumprimento do presente despacho, voltem-me os autos conclusos.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - PCA

PROCESSO N.º 0.00.000.000658/2013-44;

REQUERENTE: VÂNIA MARIA CARVALHO SANTOS

RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;

OBJETO: REQUER A SUSPENSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉIRO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, BEM COMO A ANULAÇÃO DO REFERIDO CERTAME DESDE A FASE OBJETIVA, COM ABERTURA DE PRAZO PARA INSCRIÇÕES, RESSALVANDO-SE OS DIREITOS DOS CANDIDATOS ANTERIORMENTE INSCRITOS. PEDIDO DE LIMINAR

DECISÃO

(…) Em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, antes de apreciar o pedido de liminar, DETERMINO o encaminhamento de cópia da exordial à Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Tocantins para que, no prazo de 5 (cinco) dias, traga aos autos as informações que entender cabíveis, com os documentos aptos a embasá-las.

Determino ainda a intimação de eventuais interessados, pela via editalícia, nos termos do artigo 126, caput, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Após o cumprimento do presente despacho, voltem-me os autos conclusos.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 302, DE 24 DE MAIO DE 2013

Fixa as atribuições básicas e comuns e os requisitos de investidura nos cargos das Carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, inciso XIII, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, e tendo em vista as disposições do art. 3º, parágrafo único, art. 7º, incisos I e II, da Lei nº 11.415, de 15/12/2006, resolve:

Art. 1º Fixar, na forma do Anexo I desta Portaria, as atribuições básicas e os requisitos de investidura nos cargos das Carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União - MPU.

§ 1º Aplicam-se aos cargos constantes desta Portaria as atribuições comuns fixadas aos cargos de Analista do MPU e Técnico do MPU, nos termos do Anexo da Portaria PGR/MPU nº 122, de 14/3/2013.

§ 2º As atribuições básicas e comuns e os requisitos de investidura dos cargos de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito e Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração permanecem fixados na Portaria PGR/MPU nº 122/2013.

Art. 2º Definir as novas nomenclaturas dos cargos de Analista do MPU e Técnico do MPU, conforme Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Os atuais ocupantes do cargo de Analista de Informática/Banco de Dados deverão optar, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Portaria, pelo exercício das atribuições definidas para os cargos de Analista do MPU/Tecnologia da Informação e Comunicação/Suporte e Infraestrutura ou Analista do MPU/Tecnologia da Informação e Comunicação/Desenvolvimento de Sistemas.

Parágrafo único. Os Analistas de Informática/Banco de Dados que não efetuarem a opção a que se refere o caput passarão a exercer as atribuições definidas para o cargo de Analista do MPU/Tecnologia da Informação e Comunicação/Suporte e Infraestrutura.

Art. 4º Criar, no quadro de pessoal do MPU, o cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico- Administrativo/Educação.

Art. 5º Extinguir as especialidades de Analista constantes do Anexo III desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria PGR/MPU nº 68, de 26/2/2010, bem como as demais disposições em contrário.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS DE INVESTIDURA

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CARREIRA DE ANALISTA

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	ARQUIVOLOGIA
Atribuições básicas: Definir instrumentos de coleta de dados e metodologias de pesquisa; prover bancos de dados e sistemas de recuperação de informação; realizar e gerenciar empréstimos de documentos/acervos; autenticar reprodução de documentos de arquivo; fiscalizar a reprodução e divulgação de imagens; gerenciar e apoiar atividades de consulta; estabelecer procedimentos de segurança do acervo; catalogar, armazenar e higienizar documentos/acervos; pesquisar materiais de conservação; orientar usuários e funcionários quanto aos procedimentos de manuseio do acervo, bem como quanto ao uso dos diferentes equipamentos e banco de dados;		
acompanhar o deslocamento, embalagem, transporte, desembalagem e montagem do acervo; supervisionar trabalhos de restauração; planejar sistema de recuperação de informação; planejar a implantação e gerenciamente de programas de gestão de documentos; buscar a adoção de novas tecnologias de recuperação e armazenamento de informação; providenciar o tombamento de acervos; inventariar acervo; orientar a organização de arquivos correntes; coordenar as políticas públicas de arquivos; supervisionar, executar, classificar, registar e codificar documentos de arquivo; elaborar plano de classificação; definir a tipologia do documento; produzir normas e procedimentos técnicos; produzir vocabulários controlados/*thesaurus*; decidir o suporte do registro de informação; elaborar tabelas de temporalidade;		
estabelecer critérios de amostragem para guarda de documentos de arquivo; autorizar a eliminação de documentos públicos; descartar documentos de arquivo acompanhando sua eliminação; identificar fundos de arquivo; estabelecer plano de destinação de documentos; consultar normas internacionais de descrição arquivística; identificar a produção e o fluxo documental; realizar pesquisa histórica e administrativa; transferir documentos para guarda intermediária e recolher documentos para guarda permanente; diagnosticar a situação dos arquivos; assessorar no planejamento físico da unidade do arquivo; e planejar ações educativas e culturais.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Arquivologia, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO	ATUARIAL
Atribuições básicas: Planejar, supervisionar e coordenar a execução de serviços técnico-atuariais; analisar bancos de dados; participar da elaboração do orçamento e acompanhar a execução orçamentária; calcular e analisar reservas técnicas, provisões e fundos inerentes a compromissos de cunho atuarial; elaborar cálculos e estimativas inerentes às áreas de pessoal, de previdência e de benefícios destinados aos membros e servidores; analisar riscos financeiros, econômicos e atuariais com o objetivo de orientar decisões relacionadas à previdência complementar e ao programa de saúde dos membros e servidores; coordenar a execução de serviços técnicos administrativos; e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos periciais.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais ou Ciências Atuariais, em nível de graduação, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO	BIBLIOTECONOMIA
Atribuições básicas: Pesquisar, selecionar, registrar, catalogar, classificar e indexar documentos e multimeios para o atendimento a usuários; planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas à documentação; recuperar e		
disseminar informações; orientar o usuário na utilização dos sistemas de buscas; realizar intercâmbio de informações e documentos, notadamente com bibliotecas de órgãos públicos e instituições jurídicas nacionais e estrangeiras; realizar pesquisas jurídicas e bibliográficas; preservar e resgatar o patrimônio histórico dos órgãos; controlar a circulação de recursos		
informacionais; administrar o compartilhamento de recursos informacionais; analisar tecnologias de informação e comunicação; elaborar linguagens documentárias, resenhas e resumos de obras adquiridas; gerenciar a qualidade e o conteúdo de fontes de informação; desenvolver coleções; elaborar políticas de desenvolvimento de recursos informacionais; selecionar, adquirir, armazenar e descartar recursos informacionais; avaliar,		
inventariar, preservar e controlar acervo; assessorar o desenvolvimento de bibliotecas virtuais e digitais; desenvolver planos de conservação preventiva; orientar sobre procedimentos relacionados ao depósito legal da produção institucional; elaborar levantamento bibliográfico e compilar sumários correntes e bibliografia; elaborar alerta e boletim bibliográfico; fazer sondagens sob demanda informacional; coletar informações para memória institucional; elaborar pesquisas temáticas; realizar estudos cientométricos, bibliométricos e infométricos; coletar e analisar dados estatísticos; elaborar estudos de perfil de usuário e comunidade; analisar fluxos de informações; elaborar diagnóstico de unidades de serviço; prestar assessoria técnica a publicações; assessorar no planejamento físico da unidade de informação; e planejar ações culturais.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Biblioteconomia, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO	COMUNICAÇÃO SOCIAL
Atribuições básicas: Coletar, produzir, revisar e editar notícias voltadas à divulgação oficial pelos vários meios de comunicação; prestar assessoramento em atividades específicas de jornalismo e de assessoria de imprensa; acompanhar e analisar mídias divulgadas a respeito da instituição; desenvolver o planejamento da comunicação institucional; propor novos canais de comunicação; identificar e analisar as necessidades institucionais quanto à criação de identidades visuais e de campanhas; criar e desenvolver peças para campanhas publicitárias; implementar ações de publicidade,		
propaganda, marketing e projetos institucionais; elaborar projetos de leiaute para sítios *web*; gerenciar o conteúdo web; gerenciar redes sociais da instituição; planejar, coordenar, orientar e controlar as ações de relações públicas; planejar programas de comunicação; realizar diagnósticos, estudos, pesquisas, levantamentos e relatórios para avaliação e aprimoramento das ações de divulgação e comunicação social; aplicar normas de cerimonial e protocolo; planejar, organizar e executar eventos institucionais; definir, buscar e entrevistar fontes de informação; apurar, pesquisar, selecionar e confrontar dados, fatos e versões; redigir textos		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

jornalísticos; realizar registros fotográficos e audiovisuais; ilustrar matérias jornalísticas; revisar os registros da informação; editar, questionar, interpretar e hierarquizar a informação; planejar a distribuição das informações; abastecer e acessar banco de dados, imagens e sons; acordar *briefing*; delinear diretrizes e planejar mídia do projeto; levantar dados secundários (estatísticos e informativos); identificar e escolher público-alvo; contatar fornecedores, jornalistas e mídia; criar *press release*, artigos, notas, comunicados, sugestão de pauta, jornal interno; e atuar em projetos de comunicação.
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2.Habilitação Legal Específica: Curso superior em Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade, Propaganda e Relações Públicas ou Comunicação Organizacional), devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO	EDUCAÇÃO
Atribuições básicas: Planejar, organizar, avaliar e executar atividades técnico-pedagógicas e administrativas na área de educação, inclusive corporativa; atuar em sistemas de avaliação de ações de TD&E; elaborar diagnósticos das necessidades de TD&E; planejar e executar programas e projetos de educação presencial e a distância alinhados ao projeto de pesquisa conforme parâmetros do CNPq; realizar atividades relativas ao de-senvolvimento		
do desenho instrucional de cursos na modalidade à distância e presencial; orientar atividades voltadas à transformação do desenho instrucional de cursos em linguagem multimídia e em material didático para cursos presenciais, entre outros; selecionar estratégias instrucionais e mídias adequadas aos diferentes tipos de conteúdos, objetivos, públicos-alvo e modalidades de ensino; e zelar pelo cumprimento da legislação que envolve o projeto pedagógico.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Pedagogia, devidamente reconhecido. 3. Experiência: Não é necessária. 4.Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO	ESTATÍSTICA
Atribuições básicas: Realizar levantamentos, estudos e pesquisas estatísticas; definir instrumentos de coleta de dados e metodologias de pesquisa; desenhar amostras; coletar, analisar e processar dados na área estatística; construir e coordenar a aplicação de instrumentos de coleta de dados para pesquisa		
estatística; criar banco de dados estatístico; desenvolver sistemas de codificação de dados; construir cenários e indicar tendências a partir de resultados de pesquisa com vistas a subsidiar a tomada de decisão gerencial; atualizar a publicação estatística no boletim estatístico; atender as solicitações de cunho estatístico dos clientes internos e externos; realizar estudos estatísticos relativos ao desempenho dos membros (estatística		
correicional) e ao desempenho da instituição como um todo (estatística institucional); realizar estudos de viabilidade e necessidade de criação/alteração de atribuição/extinção de promotorias e procuradorias; auxiliar nas métricas do planejamento estratégico; planejar, coordenar e controlar as ações de fiscalização, registro, acervo técnico, análise técnica e de apoio técnico; elaborar e realizar convênios de cooperação técnica com órgãos públicos; e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos periciais.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Estatística, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	APOIO TECNICO-ESPECIALIZADO	FINANÇAS E CONTROLE
Atribuições básicas: Planejar, organizar, avaliar e executar atividades referentes à fiscalização e ao controle interno da aplicação dos recursos e bens públicos, examinando a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade em seus aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional; analisar os balanços, balancetes, contas e demonstrativos contábeis e propor medidas de saneamento de situações anormais ou		
passíveis de aperfeiçoamento; apurar os atos ou fatos ilegais ou irregulares praticados na utilização de recursos públicos federais disponibilizados ao MPU; emitir parecer técnico sobre a interpretação de normas e instruções relativas à sua área de competência; propor a formulação e implementação de políticas na área econômico-financeira e patrimonial e de análise e avaliação de resultados; fiscalizar os atos relativos à gestão fiscal,		
licitação e contratos, gestão de pessoas, apoio administrativo, orçamento e finanças; orientar e acompanhar o cumprimento das normas de encerramento do exercício financeiro determinadas pelo órgão central de contabilidade da União; orientar dirigentes e gestores de recursos públicos quanto à gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, efetuando o respectivo acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação; propor medidas que viabilizem o atendimento das diligências oriundas do Tribunal de Contas da União; e realizar visitas técnicas nas unidades gestoras.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Qualquer curso superior, devidamente reconhecido. 3. Experiência: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	APOIO TECNICO-ESPECIALIZADO	GESTÃO PÚBLICA
Atribuições básicas: Formular, implantar e avaliar sistemas, processos e métodos de gestão, especialmente nas áreas de administração de materiais e compras, informação, tecnologia da informação e comunicação, gestão de pessoas,		
desenvolvimento organizacional, patrimônio e afins; formular e promover a articulação de programas, projetos e parcerias estratégicas; executar atividades especializadas de planejamento, gestão, coordenação e assistência técnica, bem como administrativas e de logísticas; pesquisar, desenvolver, monitorar e sistematizar as atividades decorrentes do planejamento estratégico e tático; acompanhar e avaliar projetos e ações implementados nas diferentes áreas de gestão; elaborar, analisar e interpretar pesquisas, quadros, tabelas e planilhas; redigir relatórios, contratos, normas, editais, manuais e outros documentos; efetuar estimativa de despesas da		
unidade; elaborar e aplicar instrumentos de acompanhamento, avaliação, pesquisa, controle e divulgação referentes aos planos, programas e projetos desenvolvidos pela área; aperfeiçoar procedimentos e métodos de trabalho; atuar em processos licitatórios; e executar atividades inerentes aos subsistemas de gestão de pessoas.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Qualquer curso superior, devidamente reconhecido. 3. Experiência: Não é necessária. 4.Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	APOIO TECNICO-ESPECIALIZADO	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Atribuições básicas: Realizar atividades de direção da administração orçamentária, de assessoramento especializado, inclusive para a área fim, e de orientação e supervisão de auxiliares, abrangendo estudo, pesquisa, análise e interpretação da legislação econômico-fiscal, orçamentária, de pessoal e de encargos		
sociais, com vistas à adequação da proposta orçamentária à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Diretrizes Orçamentárias; acompanhar a evolução da Proposta Orçamentária; analisar as solicitações de créditos adicionais e as indicações de contingenciamentos de recursos; orientar, coordenar e supervisionar a elaboração dos relatórios gerenciais, de prestação de contas e de gestão fiscal; supervisionar a execução orçamentária e financeira das despesas do órgão; supervisionar a programação financeira e sua conciliação com a programação e execução orçamentárias; verificar as projeções das despesas e avaliar os estudos realizados; elaborar as		
propostas das leis orçamentárias observadas as diretrizes orçamentárias; elaborar, implantar e avaliar sistemas, processos e métodos nas áreas de planejamento, orçamento e finanças públicas; desenvolver trabalhos de articulação entre o planejamento estratégico e os planejamentos táticos e operacionais; formular diretrizes para alinhamento do planejamento tático e operacional ao orçamento; e executar, coordenar e supervisionar trabalhos especializados de planejamento de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de acompanhamento das despesas de pessoal.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Qualquer curso superior, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	MEDICINA	CARDIOLOGIA
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; solicitar, analisar e realizar exames clínicos e complementares; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos externos ao quadro; formular quesitos periciais; examinar documentos médicos; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, in-dividualmente ou em		
junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de medicamentos básicos disponíveis no setor de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

com órgãos competentes de reabilitação profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias; atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização; coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário; monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; e implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador.
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Medicina, com título ou certificado de especialização em Cardiologia, devidamente reconhecidos. 3. Experiência profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.

Cargo ANALISTA DO MPU	Área de atividade MEDICINA	Especialidade CLÍNICA MÉDICA
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; solicitar, analisar e realizar exames clínicos e complementares; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos externos ao quadro; formular quesitos periciais; examinar documentos médicos; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, individualmente ou em		
junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de medicamentos básicos disponíveis no setor de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato		
com órgãos competentes de reabilitação profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias; atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização; coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário; monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; e implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Medicina, com título ou certificado de especialização em Clínica Médica, devidamente reconhecidos. 3. Experiência profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo ANALISTA DO MPU	Área de atividade MEDICINA	Especialidade DERMATOLOGIA
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; solicitar, analisar e realizar exames clínicos e complementares; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos externos ao quadro; formular quesitos periciais; examinar documentos médicos; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, individualmente ou em junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de medicamentos básicos disponíveis no setor de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato		
com órgãos competentes de reabilitação profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias; atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização; coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário; monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; e implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Medicina, com título ou certificado de especialização em Dermatologia, devidamente reconhecidos. 3. Experiência profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo ANALISTA DO MPU	Área de atividade MEDICINA	Especialidade ENDOCRINOLOGIA
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; solicitar, analisar e realizar exames clínicos e complementares; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos externos ao quadro; formular quesitos periciais; examinar documentos médicos; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, individualmente ou em junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de		
medicamentos básicos disponíveis no setor de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato com órgãos competentes de reabilitação profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias; atuar na orientação e na educação em saúde; coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário; monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; e implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Medicina, com título ou certificado de especialização em Endocrinologia, devidamente reconhecidos. 3. Experiência profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo ANALISTA DO MPU	Área de atividade MEDICINA	Especialidade FISIATRIA
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; solicitar, analisar e realizar exames clínicos e complementares; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos externos ao quadro; formular quesitos periciais; examinar documentos médicos; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, individualmente ou em junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de medicamentos básicos disponíveis no setor de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato		
com órgãos competentes de reabilitação profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias; atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização; coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário; monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; e implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior na área de Medicina, com título ou certificado de especialização em Fisiatria, devidamente reconhecidos. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo ANALISTA DO MPU	Área de atividade MEDICINA	Especialidade GINECOLOGIA
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; solicitar, analisar e realizar exames clínicos e complementares; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos		
externos ao quadro; formular quesitos periciais; examinar documentos médicos; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, individualmente ou em junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de medicamentos básicos disponíveis no setor de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato com órgãos competentes de reabilitação profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias; atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização; coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário; monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; e implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Medicina, com título ou certificado de especialização em Ginecologia, devidamente reconhecidos. 3. Experiência profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo ANALISTA DO MPU	Área de atividade MEDICINA	Especialidade OFTALMOLOGIA
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; solicitar, analisar e realizar exames clínicos e complementares; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos externos ao quadro; formular quesitos periciais; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, individualmente ou em junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de medicamentos básicos disponíveis no setor		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato com órgãos competentes de reabilitação profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias; atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização; coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário; monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; e implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador.
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Medicina, com título ou certificado de especialização em Oftalmologia, devidamente reconhecidos. 3. Experiência profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	MEDICINA	OTORRINOLARINGOLOGIA
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; solicitar, analisar e realizar exames clínicos e complementares; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos externos ao quadro; formular quesitos periciais; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, individualmente ou em junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de medicamentos básicos disponíveis no setor de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato com órgãos competentes de reabilitação		
profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias, atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização, coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário; monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; e implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Medicina, com título ou certificado de especialização em Otorrinolaringologia, devidamente reconhecidos. 3. Experiência profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	MEDICINA	PEDIATRIA
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; solicitar, analisar e realizar exames clínicos e complementares; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos externos ao quadro; formular quesitos periciais; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, individualmente ou em junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de medicamentos básicos disponíveis no setor		
de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato com órgãos competentes de reabilitação profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias; atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização; coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário; monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; e implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Medicina, com título ou certificado de especialização em Pediatria, devidamente reconhecidos. 3. Experiência profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	MEDICINA	PSIQUIATRIA
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; solicitar, analisar e realizar exames clínicos e complementares; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos externos ao quadro; formular quesitos periciais; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, individualmente ou em junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de medicamentos básicos disponíveis no setor de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato com órgãos competentes de reabilitação		
profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias; atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização; coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário; monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; e implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Medicina, com título ou certificado de especialização em Psiquiatria, devidamente reconhecidos. 3. Experiência profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ANTROPOLOGIA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia ou mestrado ou doutorado em Antropologia, devidamente reconhecidos. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ARQUEOLOGIA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2.Habilitação Legal Específica: Curso superior nas áreas de Ciências Humanas, Biológicas ou Geociências, com habilitação em Arqueologia ou mestrado ou doutorado em Arqueologia, devidamente reconhecidos. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ARQUITETURA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente; planejar, orientar, coordenar, fiscalizar e acompanhar a execução de projetos, obras e serviços técnicos; e prestar assessoria na contratação dos serviços relativos à área da Arquitetura.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Arquitetura, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	BIOLOGIA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Biologia, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	CONTABILIDADE
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2.Habilitação Legal Específica: Curso superior em Ciências Contábeis, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ECONOMIA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Economia, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA AGRONÔMICA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia Agronômica, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA AMBIENTAL
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia Ambiental, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA CIVIL
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; planejar, orientar, coordenar, fiscalizar e acompanhar a execução de projetos, obras e serviços técnicos; prestar assessoria na contratação dos serviços relativos à área da Engenharia Civil; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia Civil, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA DE MINAS
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia de Minas, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO
Atribuições básicas: Definir instrumentos de coleta de dados e metodologias de pesquisa; inspecionar instalações; classificar exposição a riscos potenciais; qualificar concentração, intensidade e distribuição de agentes agressivos; elaborar e avaliar programas de segurança do trabalho e plano de atendimento às emergências; providenciar sinalizações de segurança; verificar procedimentos relacionados à aquisição de produtos controlados; verificar procedimentos de segurança para áreas confinadas, para trabalho com eletricidade, armazenagem, transporte e utilização de produtos químicos e para redução ou eliminação de ruídos industriais; fazer avaliação ergonômica de postos de trabalho; analisar laudos ergonômicos; verificar tipos de equipamentos de proteção individual e coletiva conforme riscos; verificar procedimentos de descarte de rejeitos industriais; realizar avaliação de programa de prevenção de riscos ambientais e programa de prevenção e combate a incêndios; participar da implantação e avaliação de sistema de gestão da segurança; planejar, coordenar e supervisionar a execução de serviços técnicos administrativos; analisar a documentação da comissão interna de prevenção de acidentes; analisar a adequação do serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho; analisar o programa de controle auditivo; verificar a proteção do trabalhador em obras de construção civil; verificar a adequação do trabalho a céu aberto; verificar o armazenamento e a manipulação de líquidos inflamáveis e combustíveis, bem como de explosivos; e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos periciais.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia ou Arquitetura, com especialização em Segurança do Trabalho, devidamente reconhecidos. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA ELÉTRICA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; planejar, orientar, coordenar, fiscalizar e acompanhar a execução de projetos, obras e serviços técnicos; prestar assessoria na contratação dos serviços relativos à área de Engenharia Elétrica; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2.Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia Elétrica, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA FLORESTAL
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia Florestal, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA MECÂNICA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; planejar, orientar, coordenar, fiscalizar e acompanhar a execução de projetos, obras e serviços técnicos; prestar assessoria na contratação dos serviços relativos à área de Engenharia Mecânica; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia Mecânica, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA QUÍMICA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia Química, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA SANITÁRIA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Engenharia Sanitária, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	GEOGRAFIA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Geografia, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	GEOLOGIA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Geologia, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	MEDICINA DO TRABALHO
Atribuições básicas: Realizar atendimento e acompanhamento médico, na sua especialidade e em clínica geral, bem como atendimento ambulatorial, quando necessário; manter registros dos pacientes; homologar atestados expedidos por médicos externos ao quadro; formular quesitos periciais; examinar documentos médicos; realizar perícias, auditorias e sindicâncias, individualmente ou em junta médica; elaborar prontuários; realizar exames admissionais; realizar visitas domiciliares e hospitalares; autorizar a utilização de medicamentos básicos disponíveis no setor de saúde; prescrever imunização e ministrar tratamentos preventivos; propor a aquisição de		
equipamentos e medicamentos; colaborar permanentemente na fiscalização das condições de higiene e segurança dos locais de trabalho; manter contato com órgãos competentes de reabilitação profissional; prestar o primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades ou cercanias; atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização; coordenar programas e serviços de saúde; acompanhar plano terapêutico do usuário;		
monitorar o estado de saúde de pacientes hospitalizados; implementar medidas de biossegurança, de segurança e de proteção do trabalhador; realizar vistorias, perícias e avaliações, inclusive para fins de concessão de adicionais de insalubridade, periculosidade, entre outros; vistoriar ambientes de trabalho, equipamentos e instalações; estabelecer plano de ações em saúde; prescrever medidas higiênico-dietéticas; rastrear doenças prevalentes; promover ações de controle de vetores e zoonoses; e avaliar e participar de programa de controle médico de saúde ocupacional.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Medicina, com especialização em Medicina do Trabalho, devidamente reconhecidos. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	OCEANOGRAFIA
Atribuições básicas: Realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico; participar de eventos externos e reuniões técnicas quando determinado pela autoridade competente; e assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituídos pela autoridade competente.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Oceanografia, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Atribuições Básicas: Realizar vistorias, perícias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados e pesquisas; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais quando indicado pela autoridade competente, bem como em projetos, convênios e programas, em conjunto com outras instituições; e realizar trabalhos que exijam conhecimentos básicos ou específicos de tecnologia da informação e comunicação.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior na área de Tecnologia da Informação, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	SAÚDE	ENFERMAGEM
Atribuições básicas: Realizar procedimentos de enfermagem; monitorar a evolução clínica de pacientes; realizar pré-consulta; realizar visitas domiciliares; analisar a assistência prestada pela equipe de enfermagem; registrar a execução de serviços realizados; participar da definição de estratégias de promoção da saúde para situações e grupos específicos; padronizar normas e procedimentos de enfermagem e perfusão; realizar o controle e manutenção do serviço de preparação, esterilização, estocagem e distribuição do material necessário aos diversos setores da área de saúde; e promover o correto uso e a manutenção de equipamentos necessários aos serviços.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Enfermagem, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de Atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	SAÚDE	FARMÁCIA/BIOQUÍMICA
Atribuições Básicas: Realizar exames em geral; gerenciar laboratórios; prever e propor, em tempo hábil, os recursos materiais necessários à adequada execução dos serviços, assegurando a manutenção, calibração, conservação e eventual substituição dos equipamentos; realizar atividades que garantam o controle de qualidade e de medidas necessárias à biossegurança; assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica, a fim de fornecer subsídio para a elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e manifestos; emitir parecer técnico inerente à sua área de atuação, sempre que requerido pela autoridade		
competente; e atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização, com vistas à prevenção primária e secundária de doenças e, particularmente, à promoção de saúde e de qualidade de vida, tanto individualmente como por meio de cursos, palestras, campanhas e programas educativos.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação legal específica: Curso superior em Farmácia/Bioquímica, com título ou certificado de especialização em Análises Clínicas (Sociedade Brasileira de Análises Clínicas - SBAC ou Sociedade Brasileira de Patologia Clínica - SBPC), devidamente reconhecidos. 3. Experiência profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no órgão de classe competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	SAÚDE	NUTRIÇÃO
Atribuições básicas: Planejar, organizar, executar e controlar os serviços de alimentação e nutrição; realizar estudos dietéticos; promover a assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em nível de consultórios de nutrição; atuar na orientação e na educação em saúde nutricional de acordo com o seu nível de especialização; participar de diagnóstico interdisciplinar; realizar inquérito alimentar; coletar dados antropométricos; solicitar exames		
laboratoriais; interpretar dados nutricionais; calcular gastos energéticos; identificar necessidades nutricionais; estabelecer planos de cuidados nutricionais; registrar evolução dietoterápica em prontuário; conferir a adesão à orientação dietético-nutricional; orientar familiares e cuidadores; assistir a execução dos trabalhos prestados pela firma contratada relativos à exploração dos serviços de restaurante, fiscalizando a sua atuação no que diz		
respeito à recepção e manipulação dos alimentos, tratamento e forma de apresentação, com vistas à higiene e à qualidade; elaborar e supervisionar cardápios, levando em consideração a qualidade, a quantidade e a adequação, em colaboração com a firma contratada, de modo a atender às necessidades nutritivas dos servidores e das crianças atendidas pelo berçário; elaborar lista de compras; e receber os gêneros alimentícios para o berçário.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior na área de Nutrição, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	SAÚDE	ODONTOLOGIA
Atribuições básicas: Atender, orientar e encaminhar pacientes com necessidade de tratamento odontológico; diagnosticar, planejar e registrar o tratamento odontológico; solicitar exames complementares de laboratório e radio-diagnóstico; fazer aplicações tópicas de flúor e profilaxias; realizar visitas domiciliares por determinação superior; prestar o primeiro atendimento odontológico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades; supervisionar e orientar os técnicos em saúde que atuem junto aos cirurgiões-dentistas; operar e realizar a manutenção do equipamento de radiologia odontológica; atuar na orientação e na educação em		
saúde, em seu nível de especialização; elaborar, organizar, promover e executar calendário de eventos educativos na área de saúde odontológica a serem realizados periodicamente; fazer a integração entre os profissionais da rede credenciada; e homologar atestados emitidos por cirurgiões-dentistas externos.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Odontologia, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	SAÚDE	PSICOLOGIA
Atribuições básicas: Prestar atendimento e orientação psicológica; promover orientação profissional; realizar acompanhamento funcional de forma interdisciplinar; elaborar diagnósticos e intervenções organizacionais; realizar visitas domiciliares; analisar e indicar instituições que prestam atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade; atuar no planejamento, na execução e no acompanhamento dos processos de recrutamento e seleção de pessoal, de avaliação de desempenho funcional, de programas voltados à capacitação e desenvolvimento, e outros processos afins da instituição; propor ações destinadas ao aprimoramento das relações de trabalho;		
realizar o assessoramento técnico na implantação da política de gestão de pessoas da instituição; atuar na orientação e na educação em saúde, em seu nível de especialização, com vistas à prevenção primária e secundária de doenças		
e, particularmente, à promoção de saúde e de qualidade de vida, tanto individualmente como por meio de cursos, palestras, campanhas e programas educativos; emitir autorização para tratamentos externos dentro de sua área de competência; prestar apoio técnico à mediação de conflitos; escolher e aplicar instrumentos e métodos de avaliação psicológica, mensurando, analisando e interpretando os resultados; zelar pela confidencialidade dos documentos que contenham informações referentes ao seu exercício profissional; realizar acolhimento e encaminhamento para a rede de apoio; e promover articulação da rede social da região.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Psicologia, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	SAÚDE	SERVIÇO SOCIAL
Atribuições básicas: Planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar campanhas, projetos, programas e convênios relacionados à recuperação, prevenção e promoção da saúde dos membros, servidores, inativos, pensionistas e dependentes; promover estratégias para o fortalecimento do usuário dos serviços de saúde e de seus familiares, conforme o contexto do atendimento; realizar pesquisa social; elaborar plano de intervenção		
social, tendo como finalidade a saúde geral do servidor e a reinserção social do usuário; proceder a entrevistas com usuários, familiares e demais envolvidos na problemática em questão; realizar e coordenar visitas domiciliares e hospitalares, quando a demanda estiver relacionada a questões sociais ou de acordo com análise do profissional de Serviço Social; favorecer a construção e consolidação de rede de atendimento; emitir parecer		
técnico inerente à sua área de atuação, sempre que requerido pelo Secretário da SSI-Saúde ou chefe do Serviço de Saúde do órgão, pela Junta Médica Oficial ou pela Diretoria Técnica do Plan-Assiste ou sucedâneo, em qualquer Unidade da Federação; avaliar situações socioeconômicas; e analisar políticas públicas sociais, seus serviços afins e correlatos.		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior em Serviço Social, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
Atribuições básicas: Realizar a gestão de projetos de desenvolvimento de sistemas de informação finalísticos e corporativos, incluindo a análise, a implementação, os testes, a manutenção e a documentação de acordo com as metodologias, normas, técnicas e padrões adotados na organização; identificar necessidades da organização e prospectar soluções tecnológicas disponíveis no mercado, elaborando e validando especificações técnicas para contratação;		
acompanhar o processo de contratação de bens e serviços de TI, inclusive a fase de execução; estabelecer e monitorar processos, normas e padrões para o desenvolvimento de sistemas, inclusive o modelo corporativo de dados e os relacionados à segurança da informação; estabelecer e assegurar os níveis de qualidade dos sistemas de informação e comunicação; participar em atividades de consultoria, suporte técnico e capacitação de usuários e desenvolvedores, zelando pela qualidade do atendimento em sua área de atuação; disponibilizar informações de apoio à decisões estratégicas; e realizar a gestão e a implementação da governança de TI.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior na área de Tecnologia da Informação, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
ANALISTA DO MPU	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SUPORTE E INFRAESTRUTURA
Atribuições básicas: Realizar a gestão de projetos, de instalação, configuração e manutenção dos serviços de rede, bancos de dados e ambientes operacionais, monitorando os níveis de qualidade; identificar necessidades da organização e prospectar soluções tecnológicas disponíveis no mercado, elaborando e validando especificações técnicas para contratação; acompanhar o processo de contratação de bens e serviços de TI, inclusive a fase de execução; estabelecer e monitorar processos, normas e padrões para a infraestrutura tecnológica, inclusive os relacionados à segurança da informação e comunicação; estabelecer e assegurar os níveis de qualidade dos serviços de		
suporte e infraestrutura; participar em atividades de consultoria, suporte técnico e capacitação de usuários, zelando pela qualidade do atendimento em sua área de atuação; disponibilizar informações de apoio a decisões estratégicas; realizar a gestão e a implementação da governança de TI; e elaborar e gerenciar ações de contingência dos serviços de tecnologia da informação e comunicação.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação. 2. Habilitação Legal Específica: Curso superior na área de Tecnologia da Informação, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CARREIRA DE TECNICO

Cargo	Área de atividade	Especialidade
TECNICO DO MPU	APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO	CONTROLE INTERNO
Atribuições básicas: Acompanhar as conformidades e operações de contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal; acompanhar o atendimento às diligências e às recomendações efetuadas e verificar a compatibilidade de sua implementação com os respectivos conteúdos; auxiliar na análise dos balanços, balancetes, contas e demonstrativos contábeis e propor medidas de saneamento de situações anormais		
ou passíveis de aperfeiçoamento; auxiliar na apuração de atos ou fatos ilegais ou irregulares praticados na utilização de recursos públicos federais disponibilizados ao MPU; auxiliar na fiscalização dos atos relativos a licitações e contratos, gestão de pessoas, apoio administrativo, orçamento e finanças; executar atividades relacionadas à tomada e prestação de contas das unidades gestoras; monitorar o cumprimento de metas físicas dos programas e atividades; verificar a exatidão e a suficiência dos dados relativos à gestão administrativa dos ramos do MPU; e verificar e acompanhar, nos processos de apuração de responsabilidade, o ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao erário.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Ensino médio concluído. 2. Habilitação Legal Específica: Não é necessária. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
TECNICO DO MPU	APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO	EDIFICAÇÃO
Atribuições básicas: Apoiar o planejamento, coordenação, supervisão e execução de projetos de engenharia e arquitetura; apoiar atividades de operação e manutenção predial, de equipamentos e sistemas; auxiliar na elaboração de desenho topográfico e de projetos arquitetônicos e disposição de espaço físico; desenvolver planilhas de cálculo; auxiliar na locação de obras; conferir cotas e medidas; coletar dados do local; elaborar plantas seguindo normas e especificações técnicas; auxiliar no desenvolvimento de projeto de estrutura metálica e de concreto; auxiliar na elaboração de projetos de instalações hidrossanitárias, elétricas e telefônicas, de ar condicionado e de		
cabeamento estruturado; auxiliar na elaboração de projetos de prevenção e combate a incêndios; selecionar documentos para legalização da obra e encaminhar projetos para aprovação pelos órgãos competentes; controlar prazo de documentação; requerer aprovação de vistoria nos órgãos competentes; organizar arquivo técnico; participar da definição de métodos e técnicas construtivas; listar máquinas, equipamentos e ferramentas; elaborar cronograma de compras e suprimentos; fazer estimativa e		
elaborar estudo comparativo de custos; interpretar projetos e especificações técnicas; fazer visita técnica para levantamento de dados; cotar preços de insumos e serviços; fazer composição de custos diretos e indiretos; elaborar planilha de quantidade e de custos; elaborar cronograma físico financeiro; pesquisar a existência de novas tecnologias; fazer cotação de preços; inspecionar a qualidade dos materiais e serviços; buscar a industrialização de processos executivos; racionalizar o uso dos materiais; cumprir cronograma preestabelecido; coordenar equipes de trabalho; conferir a execução e qualidade dos serviços, bem como acompanhar seus resultados; fiscalizar e fazer diário de obras; realizar medições; executar a manutenção e conservação de obras; e auxiliar na elaboração de termos de referência, bem como em memoriais descritivos para licitações.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Ensino médio concluído. 2. Habilitação Legal Específica: Certificado de Conclusão do curso de Técnico em Edificações, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
TECNICO DO MPU	APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO	ORÇAMENTO
Atribuições básicas: Acompanhar a execução orçamentária; auxiliar na elaboração das propostas das leis orçamentárias; cadastrar, acompanhar e atualizar informações nos sistemas institucionais e naqueles do governo federal; divulgar informações e alterações no plano interno, nas normas e nos regulamentos orçamentários; elaborar relatórios e memórias de cálculo referentes à área orçamentária; executar e controlar os procedimentos de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros; manter a atualização de documentos em estabelecimentos bancários; prestar informações com vistas a subsidiar o processo orçamentário; promover ajustes no detalhamento das		
dotações para conciliar a programação e a execução orçamentária e financeira; publicar e atualizar informações orçamentárias no portal da transparência; e realizar estudos, pesquisas e levantamentos de dados inerentes à área de orçamento.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Ensino médio concluído. 2. Habilitação Legal Específica: Não é necessária. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
TECNICO DO MPU	APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO	SEGURANÇA INSTITUCIONAL
Atribuições básicas: Executar tarefas preventivas e reativas referentes à segurança institucional; realizar diligências externas; localizar pessoas e levantar dados, imagens e informações diversas, com a elaboração de relatório e a certificação do que foi colhido em campo; entregar notificações e intimações; emitir relatórios e informações referentes às suas atividades; documentar ocorrências e diligências; realizar estudos e pesquisas visando ao		
aperfeiçoamento da sua atividade e ao constante incremento da segurança institucional; fiscalizar o cumprimento das normas de segurança institucional; fiscalizar, inspecionar, coordenar e controlar a execução das atividades de segurança terceirizada; fiscalizar e gerir os contratos referentes às atividades terceirizadas da área de segurança; conduzir veículos oficiais ou acompanhar o transporte dos membros e servidores em serviço, de testemunhas e colaboradores; transportar a outros órgãos materiais e processos administrativos, judiciais e extrajudiciais com a respectiva entrega e protocolização, quando assim for necessário e especificamente determinado pela autoridade competente, de modo a garantir a segurança da		
pessoa ou do objeto transportado; avaliar condições da área de destino; zelar pela manutenção do veículo oficial que estiver sob sua guarda, verificando o seu estado físico e condições de higiene, vistoriando-o regularmente, controlando as suas movimentações e as datas das manutenções preventivas e comunicando à autoridade competente qualquer irregularidade detectada; promover a adequada segurança pessoal dos membros, outras autoridades, servidores, familiares e demais pessoas nas dependências das diversas unidades ou externamente; participar de viagens institucionais; prestar primeiros socorros a vítimas de sinistros e		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

outras situações de risco, providenciando atendimento médico; zelar pela guarda dos equipamentos ou materiais utilizados, inclusive pela manutenção daqueles que possam implicar algum risco para a segurança institucional; auxiliar no acompanhamento e na avaliação de planos, programas e projetos de setores diversos relacionados à segurança; executar outras tarefas relacionadas à segurança orgânica e à segurança ativa; assegurar a disponibilidade, a integridade, a confiabilidade e a autenticidade das informações; e auxiliar outros setores, quando necessário e determinado pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Ensino médio concluído. 2. Habilitação legal específica: Curso na área de segurança com habilitação para manuseio e tiro com arma de fogo (Lei nº 12.694, de 24/7/2012); Carteira Nacional de Habilitação, categoria "D" ou "E". 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
TÉCNICO DO MPU	APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Atribuições básicas: Realizar trabalho de apoio no desenvolvimento de sistemas de informação finalísticos e corporativos, de acordo com as metodologias, normas, técnicas e padrões adotados na organização; apoiar as atividades de planejamento, instalação, implantação, configuração e gerenciamento de soluções de tecnologia da informação e comunicação, zelando pela qualidade do atendimento; apoiar as atividades de prospecção de soluções tecnológicas disponíveis no mercado, elaborando e validando especificações técnicas para contratação; acompanhar o processo de contratação de bens e serviços de TI, inclusive a fase de execução; prestar apoio tecnológico às unidades da organização em tarefas relacionadas à tecnologia da informação e comunicação; e contribuir para a implementação de processos de segurança da informação e comunicação.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Ensino médio concluído. 2. Habilitação Legal Específica: Curso técnico na área de Tecnologia da Informação, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
TÉCNICO DO MPU	APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	TRANSPORTE
Atribuições básicas: Conduzir veículos oficiais empregados no transporte dos membros e servidores em serviço, bem como de testemunhas; transportar a outros órgãos processos judiciais e administrativos, procedimentos ex-trajudiciais e		
documentos com a respectiva entrega e protocolização, se necessário; garantir a incolumidade física de dignitários, testemunhas e de pessoas ameaçadas quando estiverem no veículo sob sua responsabilidade; entregar notificações e intimações; localizar pessoas; levantar informações; zelar pela conservação e manutenção do veículo, verificando o seu estado físico e condições de higiene; acondicionar e retirar objetos transportados no interior dos veículos oficiais, pertencentes ou de posse das pessoas conduzidas; informar periodicamente à unidade competente quanto à manutenção preventiva e corretiva dos veículos; observar e respeitar as leis de trânsito; tratar com presteza e cortesia os usuários do veículo; emitir relatórios e outras atividades relativas à sua área de atuação; e executar atividades referentes à segurança institucional quando designado pela autoridade competente.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Ensino médio concluído. 2. Habilitação Legal Específica: Carteira Nacional de Habilitação, categoria "D" ou "E". 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
TÉCNICO DO MPU	SAÚDE	ENFERMAGEM
Atribuições básicas: Receber, preparar e orientar os pacientes para o atendimento; realizar a triagem do paciente com verificação de sinais vitais; registrar as atividades e procedimentos de enfermagem prestados ao paciente; realizar procedimentos prescritos pelo médico; auxiliar nas urgências e emergências médicas; acompanhar pacientes encaminhados para hospitais ou serviços de referência, quando necessário; prestar auxílio ao médico na realização de exames, tratamentos e procedimentos; ministrar medicamentos conforme prescrição; levantar, solicitar e prover o material necessário aos serviços de enfermagem e ao atendimento médico; preparar e		
controlar o material a ser esterilizado; controlar os estoques de medicamentos, materiais e soluções; receber, protocolar e anexar em prontuário documentos e exames específicos; registrar e arquivar cópias dos resultados dos		
exames; organizar os dados dos pacientes; organizar ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões; realizar ações para promoção da saúde da família; recolher material utilizado em consultas e cirurgias; cuidar dos equipamentos para a manutenção de seu estado funcional adequado, assegurando os padrões de qualidade; utilizar meios e instrumentos recomendados aos exames requeridos; executar exames e outros trabalhos de natureza simples que não exijam interpretação técnica dos resultados, a fim de obter subsídios para diagnósticos clínicos; orientar os pacientes quanto à coleta do material biológico; coletar, receber e distribuir material biológico de pacientes; realizar curativos e orientar quanto ao autocuidado; realizar atendimento ambulatorial; realizar estatística mensal das atividades de enfermagem; realizar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos e das dependências do consultório, utilizando-se de técnicas de biossegurança; e operar equipamentos analíticos e de suporte.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Ensino médio concluído. 2. Habilitação Legal Específica: Curso Técnico de Enfermagem, devidamente reconhecido . 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
TÉCNICO DO MPU	SAÚDE	LABORATÓRIO
Atribuições básicas: Receber, preparar e orientar os pacientes para o atendimento; auxiliar o profissional clínico na conclusão das análises diagnósticas, com aplicação de técnicas de hematologia, bioquímica e imunologia, microbiologia, parasitologia e demais análises; realizar atividades técnicas que envolvam as práticas de laboratório de análises clínicas; orientar os pacientes quanto à coleta do material biológico; coletar, receber e distribuir material		
biológico de pacientes; preparar amostras do material biológico; auxiliar nas análises de material biológico, valendo-se dos seus conhecimentos e seguindo orientação superior; auxiliar nas urgências e emergências médicas; preparar e controlar o material a ser esterilizado; controlar os estoques de medicamentos, materiais e soluções; levantar, solicitar e prover material necessário aos serviços de laboratório; receber, protocolar e anexar em prontuário documentos e exames específicos; realizar ações para promoção da saúde da família; organizar dados de pacientes; recolher material utilizado em exames laboratoriais; cuidar dos equipamentos para a manutenção de seu estado funcional adequado, assegurando os padrões de		
qualidade; utilizar meios e instrumentos recomendados aos exames requeridos; executar exames e outros trabalhos de natureza simples que não exijam interpretação técnica dos resultados, a fim de obter subsídios para diagnósticos clínicos; fiscalizar a limpeza das dependências do laboratório, especificando tarefas e observando o desempenho; auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos periciais; realizar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos e das dependências do laboratório, utilizando-se de técnicas de biossegurança; e operar equipamentos analíticos e de suporte.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Ensino médio concluído. 2. Habilitação Legal Específica: Curso de formação em Técnico de Laboratório de Análises Clínicas, devidamente reconhecido . 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
TÉCNICO DO MPU	SAÚDE	SAÚDE BUCAL
Atribuições básicas: Orientar os pacientes sobre higiene bucal; executar procedimentos odontológicos sob a supervisão do cirurgião-dentista; prestar auxílio ao dentista na realização de exames ou tratamentos; receber, preparar e orientar os pacientes para o atendimento; auxiliar nas urgências e emergências médicas; auxiliar durante o atendimento odontológico; orientar pacientes para raio-x e revelar radiografias; acompanhar pacientes encaminhados para hospitais ou serviços de referência, quando necessário; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras e confeccionar modelos em gesso; confeccionar e reparar próteses dentárias; ministrar medicamentos conforme prescrição; controlar os estoques de medicamentos, materiais e soluções; preparar e controlar o material a ser esterilizado; levantar, solicitar e prover o material necessário aos serviços de		
enfermagem; marcar consultas e exames; registrar as atividades e procedimentos prestados ao paciente; receber, protocolar e anexar em prontuário documentos e exames específicos; registrar e arquivar cópias dos resultados dos exames; desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental a ser utilizado pelo cirurgião ou cirurgião-dentista; organizar ambiente de trabalho; recolher material utilizado em consultas e cirurgias; cuidar dos equipamentos para a manutenção de seu estado funcional adequado, assegurando os padrões de qualidade; utilizar meios e instrumentos recomendados aos exames requeridos; executar exames e outros trabalhos de natureza simples que não exijam interpretação técnica dos resultados, a fim de obter subsídios para diagnósticos clínicos; atuar na prevenção de doenças bucais		
participando de programas de promoção à saúde, campanhas de saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal; executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e das dependências do consultório, utilizando-se de técnicas de biossegurança; e operar equipamentos analíticos e de suporte.		
Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Ensino médio concluído. 2. Habilitação Legal Específica: Curso de formação de Atendente de Consultório Dentário, devidamente reconhecido. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.		

Cargo	Área de atividade	Especialidade
TÉCNICO DO MPU	SAÚDE	SAÚDE
Atribuições básicas: Realizar atividades auxiliares de atendimento na área médica, odontológica e laboratorial, bem como atividades administrativas correlacionadas, dentre outras de mesma natureza e grau de complexidade que venham a ser determinadas pela autoridade competente.		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Requisitos de investidura: 1. Escolaridade: Ensino médio concluído. 2. Habilitação Legal Específica: Curso de formação técnica compatível. 3. Experiência Profissional: Não é necessária. 4. Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: É necessário.

ANEXO II

Situação anterior	Situação atual		
Cargo/Área de Atividade/ Especialidade	Cargo	Área de Atividade	Especialidade
ANALISTA DE ARQUIVOLOGIA/PERITO	ANALISTA DO MPU	APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	ARQUIVOLOGIA
ANALISTA ATUARIAL			ATUARIAL
ANALISTA DE BIBLIOTECONOMIA			BIBLIOTECONOMIA
ANALISTA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			COMUNICAÇÃO SOCIAL
ANALISTA DE ESTATÍSTICA/PERITO			ESTATÍSTICA
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO		APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO	FINANÇAS E CONTROLE
ANALISTA ADMINISTRATIVO			GESTÃO PÚBLICA
ANALISTA DE ORÇAMENTO			PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
ANALISTA DE SAÚDE/CARDIOLOGIA		MEDICINA	CARDIOLOGIA
ANALISTA DE SAÚDE/CLÍNICA MÉDICA			CLÍNICA MÉDICA
ANALISTA DE SAÚDE/DERMATOLOGIA			DERMATOLOGIA
ANALISTA DE SAÚDE/ENDOCRINOLOGIA			ENDOCRINOLOGIA
ANALISTA DE SAÚDE/FISIATRIA			FISIATRIA
ANALISTA DE SAÚDE/GINECOLOGIA			GINECOLOGIA
ANALISTA DE SAÚDE/OFTALMOLOGIA			OFTALMOLOGIA
ANALISTA DE SAÚDE/OTORRINOLARINGOLOGIA			OTORRINOLARINGOLOGIA
ANALISTA DE SAÚDE/PEDIATRIA			PEDIATRIA
ANALISTA DE SAÚDE/PSIQUIATRIA			PSIQUIATRIA
ANALISTA DE ANTROPOLOGIA/PERITO		PERÍCIA	ANTROPOLOGIA
ANALISTA DE ARQUEOLOGIA/PERITO			ARQUEOLOGIA
ANALISTA DE ARQUITETURA/PERITO			ARQUITETURA
ANALISTA DE BIOLOGIA/PERITO			BIOLOGIA
ANALISTA DE CONTABILIDADE/PERITO			CONTABILIDADE
ANALISTA DE ECONOMIA/PERITO			ECONOMIA
ANALISTA DE ENGENHARIA AGRONÔMICA/PERITO			ENGENHARIA AGRONÔMICA
ANALISTA DE ENGENHARIA AMBIENTAL/PERITO			ENGENHARIA AMBIENTAL
ANALISTA DE ENGENHARIA CIVIL/PERITO			ENGENHARIA CIVIL
ANALISTA DE ENGENHARIA DE MINAS/PERITO			ENGENHARIA DE MINAS
ANALISTA DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO/PERITO			ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO
ANALISTA DE ENGENHARIA ELÉTRICA/PERITO			ENGENHARIA ELÉTRICA
ANALISTA DE ENGENHARIA FLORESTAL/PERITO			ENGENHARIA FLORESTAL
ANALISTA DE ENGENHARIA MECÂNICA/PERITO			ENGENHARIA MECÂNICA
ANALISTA DE ENGENHARIA QUÍMICA/PERITO			ENGENHARIA QUÍMICA

Situação anterior	Situação atual		
Cargo/Área de Atividade/ Especialidade	Cargo	Área de Atividade	Especialidade
ANALISTA DE ENGENHARIA SANITÁRIA/PERITO	ANALISTA DO MPU	PERÍCIA	ENGENHARIA SANITÁRIA
ANALISTA DE GEOGRAFIA/PERITO			GEOGRAFIA
ANALISTA DE GEOLOGIA/PERITO			GEOLOGIA
ANALISTA DE MEDICINA DO TRABALHO/PERITO			MEDICINA DO TRABALHO
ANALISTA DE OCEANOGRAFIA/PERITO			OCEANOGRAFIA
ANALISTA DE INFORMÁTICA/PERITO			TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
ANALISTA DE SAÚDE/ENFERMAGEM		SAÚDE	ENFERMAGEM
ANALISTA DE SAÚDE/FARMÁCIA/BIOQUÍMICA			FARMÁCIA/BIOQUÍMICA
ANALISTA DE SAÚDE/NUTRIÇÃO			NUTRIÇÃO
ANALISTA DE SAÚDE/ODONTOLOGIA			ODONTOLOGIA
ANALISTA DE SAÚDE/PSICOLOGIA			PSICOLOGIA
ANALISTA DE SAÚDE/SERVIÇO SOCIAL			SERVIÇO SOCIAL
ANALISTA DE INFORMÁTICA/SUPORTE TÉCNICO		TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
ANALISTA DE INFORMÁTICA/ DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS			SUPORTE E INFRAESTRUTURA

Situação anterior	Situação atual (mediante opção)		
Cargo/Área de Atividade/ Especialidade	Cargo	Área de Atividade	Especialidade
ANALISTA DE INFORMÁTICA/BANCO DE DADOS	ANALISTA DO MPU	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
			SUPORTE E INFRAESTRUTURA

Situação anterior	Situação atual		
TÉCNICO DE APOIO ESPECIALIZADO/CONTROLE INTERNO	TÉCNICO DO MPU	APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	CONTROLE INTERNO
TÉCNICO DE APOIO ESPECIALIZADO/EDIFICAÇÃO			EDIFICAÇÃO
TÉCNICO DE APOIO ESPECIALIZADO/ORÇAMENTO			ORÇAMENTO
TÉCNICO DE APOIO ESPECIALIZADO/SEGURANÇA			SEGURANÇA INSTITUCIONAL
TÉCNICO DE INFORMÁTICA			TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
TÉCNICO DE APOIO ESPECIALIZADO/TRANSPORTE			TRANSPORTE
TÉCNICO DE SAÚDE/ENFERMAGEM		SAÚDE	ENFERMAGEM
TÉCNICO DE SAÚDE/LABORATÓRIO			LABORATÓRIO
TÉCNICO DE SAÚDE/CONSULTÓRIO DENTÁRIO			SAÚDE BUCAL
TÉCNICO DE SAÚDE			SAÚDE

ANEXO III

ESPECIALIDADES EXTINTAS

ANALISTA DE MEDICINA SANITÁRIA/ PERITO
ANALISTA DE ENGENHARIA NUCLEAR/PERITO
ANALISTA DE SAÚDE/ORTOPEDIA
ANALISTA DE MEDICINA/PERITO
ANALISTA DE HISTÓRIA /PERITO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 121, DE 24 DE MAIO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pela Procuradora do Trabalho que esta subscreve, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, no âmbito da Coordenadoria de Atuação em Primeiro Grau, com amparo nos artigos 7º e incisos, 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, art. 5º, inciso III, alínea "e", art. 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar 75, de 20.05.93 e art. 8º, da Lei nº 7347/85;

CONSIDERANDO que os fatos noticiados nos autos apontaram a existência de irregularidades trabalhistas praticadas pelo investigado em epígrafe, infringindo, em tese, a legislação que dispõem sobre jornada extraordinária (art. 7º, XIII da CRFB/88, arts. 59 e 61 da CLT);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público do Trabalho a defesa, dentre outros, dos interesses sociais, direitos individuais indisponíveis e direitos coletivos em sentido amplo (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nos termos dos dispositivos supracitados, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL para tomada de medidas cabíveis em face da TRANSPORTADORA TURÍSTICA FADEL ITUPEVA LTDA., CNPJ 02.913.489/0007-13, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 510, Pecuária, Campos dos Goytacazes, com o escopo de sanar as irregularidades trabalhistas que estão sendo por ela perpetradas.

SUELI TEIXEIRA BESSA

4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 594, DE 22 DE MAIO DE 2013

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

O teor de denúncia protocolizada, em 09/04/2013, sob o número 003548, noticiando a ocorrência de redução de trabalhador a condição análoga à de escravo em razão das condições degradantes a que submetido pelo Sr. Rodolfo Israel Scholl e pela Sra. Marli Scholl;

que a prática denunciada, em tese, viola o disposto nos artigos 1º, incisos III e IV, e 7º, ambos da Constituição Federal, e no art. 149 do Código Penal;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL contra Rodolfo Israel Scholl e Marli Scholl, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Representação nº 000980.2013.04.000/2.

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 609, DE 23 DE MAIO DE 2013

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

O teor de denúncia protocolizada, em 18/03/2013, sob o nº 003879, noticiando que em situação irregular e sem pagamento de verbas trabalhistas estariam os funcionários do empreendimento URGETRAUMA PRONTO SOCORRO TRAUMATOLÓGICO LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 91.149.294/0001-73, e endereço na Av. Assis Brasil, 2959, Bairro Cristo Redentor, Porto Alegre/RS, CEP 91010-007;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola o disposto nos artigos 7º, da Constituição Federal, e 29 c/c 41, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL contra URGETRAUMA PRONTO SOCORRO TRAUMATOLÓGICO LTDA., a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Representação nº 001022.2013.04.000/3

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 35, DE 21 DE MAIO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio de sua 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; Instaura o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.084542/13-18, para apurar irregularidades na contratação de bandas e artistas pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal e Administrações Regionais.

MARIA LÚCIA MORAIS
Promotora de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 17 (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão em 29 de maio de 2013, às 14h30

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
TC-028.678/2012-5
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA
TC-008.795/2013-4
Natureza: Desestatização
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-009.643/2013-3
Natureza: Desestatização
Advogado constituído nos autos: não há.
PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator Ministro RAIMUNDO CARREIRO
TC-006.435/2003-0
Apensos: TC 015.714/2002-7 e TC 006.185/2008-6
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: Gilberto Eifler Moraes (OAB/RS 13.637), Nivaldo Pellizzer Junior (OAB/RS 17.904), Flávio Márcio Firpe Paraíso (OAB/DF 4.866), Érika Cristina Frageti Santoro (OAB/SP 128.776) e outros.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
TC-001.007/2013-0
Natureza: Representação
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
TC-028.648/2011-0
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: Antonio César Cavalcanti Junior, OAB/DF n. 1.617-A e OAB/RN n. 2.268.

- Relator Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
TC-013.180/2013-4
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 24 de maio de 2013.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

EXTRATO DA PAUTA Nº 18 (ORDINÁRIA)
Sessão em 29 de maio de 2013, às 14h30

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

Relator, Ministro VALMIR CAMPELO
TC-017.114/1996-9
Natureza: Relatório de Levantamentos
Responsáveis: Alcir Augustinho Calliari e outros
Interessado: BB Banco de Investimento S.A. - MF
Advogados constituídos nos autos: Aline Crivelari, OAB/SP 230.844 e outros
TC-030.186/2010-2
Apenso: TC 032.772/2010-6 (DENÚNCIA)
Natureza: Relatório de Levantamentos
Órgãos/Entidades: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Secretaria do Patrimônio da União - SPU, Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro - SPU/RJ, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, Advocacia Geral da União - AGU, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.
Responsáveis: Celia Beatriz Ravera Schargrodsky; Liszt Benjamin Vieira; Marina Angela Miranda Esteves da Silva
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator , Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
TC-001.615/2013-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT
Interessada: JM Terraplanagem e Construções Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-012.576/2013-1
Natureza: Solicitação
Órgão/Entidade: Empresa de Planejamento e Logistíca S.A
Interessado: Procuradoria Geral da República
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-021.298/2006-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício de 2005
Órgão/Entidade: Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional - MDS
Responsáveis: Abimael Palhuk Junior e outros
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-022.849/2006-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas - Grupo Eletrobrás
Responsáveis: Alderisio Catarino dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator , Ministro BENJAMIN ZYMLER
TC-012.849/2013-8
Natureza: Representação
Interessada: Oriente - Segurança Privada Ltda.
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Advogados constituídos nos autos: Dalmo Rogério S. de Albuquerque (OAB/DF 10.010) e outros.

- Relator , Ministro AROLDO CEDRAZ
TC-013.714/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Conselho Fiscal do Sesc Nacional
Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Piauí
Advogados constituídos nos autos: Walter Ramos da Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antonio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Adale Luciane Telles de Freitas (OAB/DF 18.453) e Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-015.411/2012-5
Natureza: Relatório de monitoramento
Entidade: Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator , Ministro RAIMUNDO CARREIRO
TC-006.402/2011-9
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Amazonas
Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.- Eletrobras - MME Advogados constituídos nos autos: Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB/AM 3554) e Luciana Cristina Rodrigues (OAB/AM 3671)
TC-020.167/2007-0
Apenso: TC 027.358/2009-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Recurso de Revisão em TCE
Recorrente: José Reinaldo da Silva Calvet (127.868.103-53)
Unidade: Município de Bacabeira - MA
Advogados constituídos nos autos: Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro (OAB/DF 25.341) e outros
TC-028.698/2012-6
Natureza: Representação
Responsável: Forall Assinaturas e Livros Ltda
Unidade: Supremo Tribunal Federal (STF).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator , Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA
TC-014.919/2010-9
Apensos: TC 025.241/2012-5 (Solicitação); TC 005.290/2013-9 (Solicitação)
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A; Construtora OAS Ltda.; Consórcio Arco do Rio; Delta Construções S.A; Gisela Kraus; Gustavo Ferreira Gomes; Henrique Alberto Santos Rodrigues; Hudson Braga; José Paes Leme da Motta; José Osório do Nascimento Filho; João Carlos de Oliveira Azedias; Luiz Antônio Pagot; Luiz Emygdio de Oliveira; Nilton de Britto; Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro; Walter Luiz Correa Magalhaes
Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT/MT) e Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro (Seobras/RJ)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).
Advogados constituídos nos autos: David Salim Santos Hosni (OAB/MG nº 130.777) e outros
TC-017.386/2006-6
Natureza: Tomada de Contas (Exercício: 2005)
Responsáveis: Edimar Fraga Rocha e outros
Órgão/Entidade: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP)
Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (Secex-2).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator , Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
TC-001.658/2001-6
Apensos: TC-022.450/2007-8, TC-022.449/2007-7, TC-022.451/2007-5 e TC-022.445/2007-8 (Cobranças Executivas)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Aceco Produtos para Escritório e Informática Ltda., Paulo César Rondinelli e Sérgio Albino de Souza Castilho
Unidade: Instituto Nacional de Traumato-Ortopedia (INTO)
Advogados constituídos nos autos: Ricardo José Klaym Nonato (OAB/DF 8.870), Alexandre Rocha Pinheiro (OAB/DF 12.968), Luís Carlos Alcoforado (OAB/DF 7.202), Carlos Henrique Gonçalves de Moura (OAB/DF 3.198/E), Flávio Rogério da Mata (OAB/DF 13.921), Marco Aurélio Mansur Siqueira (OAB/DF 10.808), César Romero Vianna Junior (OAB/RJ 81.200), Rowena Colombarol Santoro (OAB/SP 165.798), José Leovegildo Oliveira Morais (OAB/DF 16.484), César Romero Vianna (OAB/RJ 33.000), Maria Fátima Henrique de Rezende (OAB/RJ 34.167), Cláudio Roberto Vianna (OAB/RJ 82.207), Simone Vieira Pina Vianna (OAB/RJ 82.903), Angélica Ferreira de Oliveira (OAB/DF 17.330), Alde da Costa Santos Júnior (OAB/DF 7.447), Maria Zuleika de Oliveira Rocha (OAB/DF 10.407), Mila Maria de Lima Gomes e Umbelino Lôbo (OAB/DF 11.834), Mauro Porto (OAB/DF 12.878), Leandro da Silva Soares (OAB/DF 14.499), Cláudio Coelho de Souza Timm (OAB/DF 16.885) e Fabrício da Mota Alves (OAB/DF 17.060)
TC-005.396/2013-1
Apenso: TC 020.614/2012-8 (Representação)
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Unidade: Superintendência Regional da Conab no Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-043.881/2012-2
Natureza: Representação
Representante: Suiteplus Tecnologia da Informação e Consultoria Ltda.
Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Advogados constituídos nos autos: Gustavo Henrique Carvalho Schiefler (OAB/SC 32.637) e Cauê Vecchia Luzia (OAB/SC 20.219)

- Relator , Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
TC-002.588/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Von Beckerath Gordilho e outros
Órgão/Entidade: Companhia de Transporte de Salvador - CTS; Companhia Brasileira de Trens Urbanos - MICI
Advogado constituído nos autos: Leonardo Conte Azevedo de Souza, OAB/DF 31.195.
TC-004.047/2013-3
Natureza: Representação
Responsável: Everton José Dalla Vecchia, Diretor Regional
Interessado: Paulo Cezar Herbst, Juiz da 2ª Vara do Trabalho de Gramado - Justiça do Trabalho da 4ª Região/Rio Grande do Sul.
Órgão/Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul (Sesc/RS).
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-009.192/2006-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alcântara Projetos e Construções Ltda. e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palmeirândia - MA
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-026.176/2011-4
Apenso: TC 033.869/2010-3 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Eduardo Xavier Ballarin, Henilton Parente de Menezes, Humberto Miranda Cardoso, Jefferson Chaves Boechat, Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes, Roberto Gomes do Nascimento e Vitor Paulo Ortiz Bittencourt
Órgão/Entidade: Secretaria Executiva - MinC
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-044.122/2012-8
Natureza: Representação
Interessada: Procuradoria da República no Distrito Federal
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-045.811/2012-1
Natureza: Representação
Interessada: VP Serviços Terceirizados Ltda.
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Tecnologia - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator , Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
TC-037.217/2011-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Conselho Regional de Enfermagem - Coren/SE
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há
TC-046.882/2012-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Secretaria de Estado de Infraestrutura do Amazonas - Seinf/AM
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há
PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator , Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
TC-000.379/2013-1
Natureza: Representação
Representante: Telemática Sistemas Inteligentes Ltda.
Interessada: G4S Monitoramento e Sistemas Ltda.
Unidade: Caixa Econômica Federal - Gerência de Filial de Logística em Belo Horizonte - Gilog/BH/CEF
Advogados constituídos nos autos: Rafael Pinto de Moura Cajueiro (OAB/SP 221.278) e Murilo Oliveiro Leitão (OAB/DF 17.611)
Sustentação Oral em nome de TELEMÁTICA SISTEMAS INTELIGENTES LTDA.
Interessado(s) na Sustentação Oral
Rafael P. de Moura Cajueiro - OAB/SP 221.278

- Relator , Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA
TC-015.419/2012-6
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art.112 do R.I.)
Natureza: Pedido de Reexame.
REVISOR: Ministro RAIMUNDO CARREIRO (ATA 6/2013)
Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT.
Interessada: Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros - Abrati.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator , Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
TC-046.489/2012-6
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)
Natureza: Consulta
REVISOR: Ministro BENJAMIN ZYMLER (ATA 10/2013)
Órgão: Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT
Interessado: Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator , Ministro VALMIR CAMPELO
TC-000.660/2013-2
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Entidade: Porto de Recife S.A.
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há
TC-008.909/2013-0
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB.
Interessado: Tribunal de Contas da União (Secex-CE)
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-010.078/2013-4
Natureza: Agravo
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Interessado: Teczap Comércio e Distribuição Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-011.558/2013-0
Natureza: Representação
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Representante: Electrolux do Brasil S/A
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-012.154/2011-3
Natureza: Desestatização
Entidades: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - MDIC; IRB -BRASIL RESSEGUROS S.A. - MF
Responsáveis: Leonardo Paixão (Presidente do IRB Brasil Resseguros S. A.); Luciano Coutinho (Presidente do BNDES)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator , Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
TC-000.723/2013-4
Natureza: Representação.
Responsáveis: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT
Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT.
Representante: GF Consultoria em Informática e Eventos Ltda. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Frayze David (OAB/SP 160.614) e Marçal Justen Filho, (OAB/PR 7.468)
TC-010.384/2012-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - MME; Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Eletrobras - MME
Responsáveis: José Carlos Carregaro; Marcos Aurélio Madureira da Silva
Interessados: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Eletrobras - MME; Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: Jacirema Fernandes Souza (OAB/RO 1434)
TC-012.346/2000-9
Natureza: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
Órgão: Prefeitura de Prainha - PA
Responsável: Gandor Calil Hage Neto
Interessado: José Raimundo Barreto Trindade
Advogados constituídos nos autos: Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641); Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885); Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6546).
TC-015.065/2010-3
Natureza: Monitoramento
Órgão: Ministério do Esporte.
Responsável: Wadson Nathaniel Ribeiro
Interessados: Ministério do Esporte; Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-045.034/2012-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Interessado: Congresso Nacional (CMO)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator , Ministro BENJAMIN ZYMLER
TC-003.663/2013-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
Interessado: Dafra da Amazônia Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda
Advogados constituídos nos autos: José Roberto Figueiredo Santoro (OAB/DF n°. 5.008), Raquel Botelho Santoro (OAB/DF n° 28.868) e outros, Roger Rodrigues dos Santos (OAB/DF nº 17.211), Alexandre Reybmm de Menezes (OAB/BA nº 23.534) e outros.
TC-012.693/2009-9
Natureza: Pedido de Reexame em Solicitação do Congresso Nacional.
Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Águas - ANA; Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Escritório Central da ANP/RJ - MME.
Recorrente: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
Advogado constituído nos autos: Manoel Lucívio de Loiola (Procurador-Geral da ANTT).
TC-020.531/2010-9
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Akira Ishida; Brasília Maria Chiari; Marcos Pacheco de Toledo Ferraz; Ricardo Luiz Smith; Vilnei Mattioli Leite; Walter Manna Albertoni
Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC. Advogada constituída nos autos: Lilian Ribeiro (OAB/SP nº 61.971).
TC-021.540/2010-1
Natureza: Representação
Interessado: Consultoria Jurídica - TCU
Órgão/Entidade: não há.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-028.574/2011-7
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp
Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp/MAPA
Advogados constituídos nos autos: Fernanda Aquinzari (OAB/SP 228.418), Helen Cristina Ramada (OAB/SP 267.667), Alex Ruiz Nogueira (OAB/SP 279.071) e outros

- Relator , Ministro AROLDO CEDRAZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-010.138/2009-0
Apenso: TC 017.900/2009-9.
Natureza: Embargos de Declaração.
Órgãos: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso - DNIT/MT.
Embargantes: Laércio Coelho Pina; Luiz Antônio Ehret Garcia; Orlando Fanaia Machado; Rui Barbosa Egual
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-012.908/2010-0
Natureza: Pedido de Reexame em Monitoramento.
Entidades: Banco do Brasil S/A, Banco Central do Brasil - Bacen, Banco Nacional do Desenvolvimento e Social - BNDES, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
Recorrente: Banco do Brasil S/A.
Advogados constituídos nos autos: Alessandra Farias de Oliveira Barbosa (OAB/PA 7.141) e outros.
TC-016.165/2009-5
Natureza: Embargos de Declaração em Consulta.
Órgão: Senado Federal.
Interessado: Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e TCU - Sindilegis.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-032.230/2011-7
Natureza: Administrativo.
Órgão: Tribunal de Contas da União - TCU.
Interessados: Tribunal de Contas da União e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
Advogado constituído nos autos: Advocacia-Geral da União (AGU), na condição de representante jurídico do Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio Exterior (MDIC).
TC-035.366/2011-7
Natureza: Representação.
Unidade: Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro - CDRJ.
Interessada: Ster Engenharia Ltda. (CNPJ 33.048.240/0001-15).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator , Ministro RAIMUNDO CARREIRO
TC-009.454/2012-8
Natureza: Desestatização
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL/MME
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-009.603/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Responsáveis: Fernando Brendaglia de Almeida e Instituto Brasileiro de Frutas
Advogados constituídos nos autos: Marcos Vinicius Barrozo Cavalcante (OAB/DF nº 19.850), Jaqueline Blondin de Albuquerque (OAB/DF nº 11.543), Diogo Barrozo Cavalcante (OAB/DF nº 26.471) e Rômulo Fontenelle Morbach (OAB/PA nº 1.963).
TC-010.425/2013-6
Natureza: Consulta.
Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes
Interessado: Ministro dos Transportes (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-028.450/2010-8
Natureza: Embargos de Declaração (em Recurso de Revisão)
Entidade: Serviço Social do Comércio no Estado do Ceará (Sesc/CE)
Interessado: Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio
Advogado constituído nos autos: Adale Telles de Freitas (OAB/DF 18453)
TC-028.769/2012-0
Natureza: Representação
Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO); Ministério da Saúde (vinculador).
Responsável: Campotel Comercio Eletro-fonia Ltda. - EPP.
Interessado: TCU.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-028.773/2012-8
Natureza: Representação.
Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into); Universidade Federal Fluminense (UFF).
Interessado: TCU
Responsável: DBS-3 Comercial Científica Ltda.
Advogado constituído nos autos: Marcos Tinoco Falcão (OAB/RJ 65.757).
TC-028.795/2012-1
Natureza: Representação.
Entidade: 56º Batalhão de Infantaria/RJ.
Responsável: Madeiras e Ferragens Limites Ltda. - EPP
Interessado: TCU.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-028.827/2012-0
Natureza: Representação.
Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - Into; Ministério da Saúde (vinculador).
Responsável: Promédica Produtos Hospitalares Ltda.
Interessado: TCU
Advogados constituídos nos autos: Glaucia Padilha Bernardes Abelane (OAB/RJ 85.502); Gustavo Einloft Salvini (OAB/RJ 109.118) e outros.
TC-028.903/2012-9
Natureza: Representação
Entidades: Parque de Material Aeronáutico de São Paulo, 47º Batalhão de Infantaria, 12ª Brigada de Infantaria Leve e Base de Aviação de Taubaté, vinculados ao Ministério da Defesa.
Responsável: Calome Ltda - EPP.
Interessado: TCU.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-028.914/2012-0
Natureza: Representação.
Entidade: Hospital de Aeronáutica de São Paulo, vinculado ao Ministério da Defesa.
Responsável: Frigorífico Guepardo Ltda.
Interessado: TCU.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-028.920/2012-0
Natureza: Representação.
Entidades: Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Base Aérea de Natal, Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, Escola de Especialistas de Aeronáutica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
Responsável: Oxicamp Equipamentos Industriais Ltda.
Interessado: TCU
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-028.995/2012-0
Natureza: Representação.
Entidade: 9º Batalhão de Engenharia de Construção.
Responsável: Europeças Comércio e Locação de Equipamentos Ltda e Trimec Equipamento Ltda-EPP.
Interessado: TCU
Advogado constituído nos autos: Maria Rita Soares Carvalho (OAB/MT 12895).
TC-028.996/2012-7
Natureza: Representação.
Entidade: 9º Batalhão de Engenharia de Construção.
Responsável: Bela Terra Comércio de Petróleo Ltda - EPP.
Interessado: TCU
Advogado constituído nos autos: não há
TC-028.999/2012-6
Natureza: Representação.
Entidade: Base Aérea de Natal e Departamento de Engenharia e Construção do Exército.
Responsável: Empresa Prisma Sistemas Ltda. - EPP
Interessado: TCU
Advogados constituídos nos autos: Filipe Charone Tavares Lopes - OAB/PA 12.480; Marcus Lívio Quintairos Galvão - OAB/PA 13.312 e Tâmara Fagury Videira Secco - OAB/PA 17.304.
TC-043.514/2012-0
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Entidade: Centrais Elétricas do Brasil S.A. (Eletrobras)
Interessado: Senado Federal
Advogados constituídos nos autos: não há

- Relator , Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA
TC-007.595/2013-1
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.
Entidades: Petrobras America Inc - PAI e Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.
Interessado: Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-015.036/2011-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há
TC-033.831/2011-4
Natureza: Representação
Órgãos: Agência de Tecnologia da Informação do Piauí (ATI/PI); Secretaria de Administração do Estado do Piauí (SEAD/PI).
Responsáveis: Paulo Ivan da Silva Santos, Thiago Siqueira Gomes, Vera Lucia Sampaio de Lima.
Interessados: Procuradoria da República/PI; H.Tell Telecom Soluções em TI.
Advogado constituído nos autos: não há.
TC-036.172/2012-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos: Ministério da Defesa; Comando da Marinha; Comando do Exército; Comando da Aeronáutica
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator , Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
TC-005.849/2002-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Ivan da Câmara Ferreira de Melo (ex-Diretor-Presidente); José Jackson Queiroga de Morais (membro da CPL e da Comissão de Fiscalização); Fernando Antônio Crisóstomo (membro da CPL e da Comissão de Fiscalização); Lafayete Pacheco Neto (membro da Comissão de Fiscalização); Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.; Hidrotopo Consultoria e Projetos Ltda.
Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern
Advogados constituídos nos autos: Najla Ribeiro Nazar Lamounier (OAB/MG 65.803); Maria Elizabeth Martins da Costa (OAB/MG 32.434); Marcelo Silva (OAB/RN 749); Clawzio Ademar Vasconcelos Gurgel (OAB/RN 4.464)
TC-006.137/2008-9
Apenso: TC 008.384/2009-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da Petrobras; Almir Guilherme Barbassa, Guilherme de Oliveira Estrella, Nestor Cunat Cervero, Paulo Roberto Costa e Renato de Souza Duque, Diretores da Petrobras; Cornellis Franciscus Jozef Looman, Daniel Lima de Oliveira e Francisco Nepomuceno Filho, Diretores da PNBV
Unidade: Petrobras Netherlands B.V. (PNBV)
Advogados constituídos nos autos: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Raphaela Cristina de M. Nascimento (OAB/RJ 129.398), Alexandre Luís Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979) e Christiane Pantoja (OAB/DF 15.372)
TC-009.746/2012-9
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)
Advogado constituído nos autos: não há
TC-010.508/2008-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo, José Eduardo de Barros Dutra, Guilherme de Oliveira Estrella, Ildo Luis Sauer, José Antônio de Figueiredo, Paulo Roberto Costa, Pedro José Barusco Filho, Renato de Souza Duque, Veris Almeida Moitrel; André Carlos Marchioni, Alan Kardec Pinto, Venina Velosa Fonseca, Paulo Maurício Cavalcanti Gonçalves, Isnaldo Francisco da Silva Junior, Marcos Henrique Câmara Silveira, Marino Avelar Barbosa, Luciano Piovesan Alexim, Isnaldo Francisco da Silva Junior, Luiz Antônio da Costa, Edmilson José Cerqueira de Oliveira, Marcos Henrique Câmara Silveira, Salomão Doumit Bouhaya, Manoel Osvaldo de Oliveira, José Roberto do Amaral, Eugênio Tourinho Rodrigues, Edison Krummenauer, Maurício Gomes Côrtes, Sérgio de Souza Albuquerque, Mauro Torelli, Carlos André Ferreira Peixoto e Walmir Gomes dos Santos
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
Advogados constituídos nos autos: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Marcos César Veiga Rios (OAB/DF 10.610), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136), Eduardo Luiz de Medeiros Frias (OAB/RJ 115.759), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), André Uryn (OAB/RJ 110.580)
TC-043.052/2012-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor do DNIT; Camter - Construções e Empreendimentos S.A. e PACS - Planejamento Assessoria Consultoria e Sistema Ltda.
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator , Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
TC-003.896/2009-2
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.; Carlos Von Beckerath Gordilho, Denival Damasceno Chaves, Fernando Durao Schleder, Flávio Mota Monteiro, Frederico Pires da Silva, Ivan Carlos Alves Barbosa, Janary Teixeira de Castro, Joao Luiz da Silva Dias, José Hamilton da Silva Bastos, Luiz Fernando Tavares Vilar, Luiz Otávio Ziza Mota Valadares, Nestor Duarte Guimaraes Neto, Pedro Antonio Dantas Costa Cruz.
Unidades: Ministério das Cidades, CBTU - Companhia Brasileira de Trens urbanos e CTS - Companhia de Transportes de Salvador, Consórcio Metrosal, constituído pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Siemens; Consórcio Bonfim, constituído pelas empresas Bombardier Transportation Brasil Ltda e MPE - Montagens e Projetos Especiais.
Advogados constituídos nos autos: José Maurício Balbi Sollero, OAB/MG 30.851; Cynthia Póvoa de Aragão, OAB/DF 22.298; Denival Damasceno Chaves, OAB/BA 4.103; José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz, OAB/RJ 106.810; Francisco de Freitas Ferreira, OAB/MG 89.353; Fábio de Godoy Penteado, OAB/DF 27.919; Leonardo Barbosa Cavalcanti, OAB/PE 22.883; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes, OAB/DF 27.154, André Naves Laureano Santos, 112.694/MG; Ademir Antônio de Carvalho, 121890/MG; Albano Martins Gomes Funico, 235466/SP; Alessandra Mendes da Silva, 131586/SP; Alexandre Aroeira Salles, 28.108/DF; Angela Tomazia Rosa , 126.413/MG; Angelo Longo Ferraro, 37.922/DF; Bárbara Matias Bueno de Mattos Galvão, 189474/SP; Clara Sol da Costa, 115.937/MG; Cristiano Nascimento e Figueiredo, 101.334/MG; Carla Rodrigues Caroli de Freitas, 140242/Rj; Carolina Giovani Santos, 235980/SP; Fernando Antonio dos Santos Filho, 37.934/DF; Fernando Antonio dos Santos Filho, 116302/MG; Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira, 89.353/MG; Flávia Liyeh Shimizu, 190424/SP; Gabriel Machado Sampaio, 126653/MG; Jose Mauricio Balbi Sollero, 30851/MG; Luciana Cristina de Jesus Silva, 126357/MG; Luis Henrique Baeta Funghi, 124.463/MG; Lara Maria de Araújo Barreira, 126039/MG; Leonardo de Mattos Galvão, 234550/SP; Luiz Otávio Mourão, 22842/MG; Lígia Menezes Santos Neves, 299012/SP; Mariana Barbosa Miraglia, 107.162/MG; Marcelo Vicentini Marchetti, 196312/SP; Marcos Damasceno, 128719/MG; Marina Hermeto Correa, 75.173/MG; Mauro Grecco, 81445/SP; Michelle Shenshin Liang, 310881/SP; Nathália Lima de Souza Duarte, 132953/MG; Nayron Sousa Russo, 106.011/MG; Patrícia Guercio Teixeira Delage, 90.459/MG; Pedro Machado Coelho Cançado, 104201/MG; Richard

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Paul Martins Garrell, 127318/MG; Raquel Monteiro Alves, 289037/SP; Regina Leal de Oliveira, 280685/SP; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes, 27.154/DF; Vitor Magno de Oliveira Pires, 108.997/MG; David Salim Santos Hosni, 130777/MG.
TC-004.829/2013-1
Natureza: Representação
Interessada: GSI - Gestão de Segurança Integrada - Vigilância e Segurança Ltda. EPP
Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Advogados constituídos nos autos: João Felipe Cunha Pereira (OAB/RJ 131.197) e outros.
TC-006.268/2013-7
Natureza: Representação
Unidade: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo - Crea/SP
Interessada: Elli Construtora Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Lucy de Arruda Camargo, OAB/SP 23.272; Maraci Jampietro Sciarretta, OAB/SP 102.141; Ricardo Campos, OAB/SP 176.819.
TC-009.890/2009-6
Natureza: Embargos de Declaração
Unidade: Empresa Maranhense de Administração Portuária - Emap
Recorrentes: Fernando Antonio Jorge Pires Leal, Hilário Ferreira Filho e Adriana Medeiros Araújo Pires Leal
Advogados constituídos nos autos: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912) e outros
TC-014.596/2011-3
Natureza: Auditoria
Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); Prefeitura Municipal de Gurupi/TO.
Responsáveis: Luis Munhoz Prosel Junior; Sílvio Figueiredo Mourão; Rodrigo Portal; Antonio Eustaquio Lopes; Fernando Antônio Valério Pereira; Gilvamar Moreira de Sousa; Construtora Meirelles Mascarenhas Ltda.; Engesur Consultoria e Estudos Técnicos Ltda.
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Marco Antonio Mundim (OAB/DF 941); Jeferson Roberto Disconsi de Sá (OAB/GO 15.154); Adriano Ferreira Guimarães (OAB/GO 14.853); Taíssa Tormim Mundim (OAB/RJ 88.914)
TC-023.284/2010-2
Natureza: Embargos de Declaração
Unidade: Conselho Regional de Administração de Goiás (CRA/GO)
Recorrente: Samuel Albernaz Advogados constituídos nos autos: Roberto Postiglione (OAB/DF 1.949A) e outros
TC-027.013/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES/GO)
Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros; Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Lincoln Magalhães da Rocha (OAB/DF 24.089), Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB/GO 11.703), Fabrício Mendonça de Faria (OAB/GO 22.805), Eduardo Taveira Pinheiro (OAB/GO 12.141), Antonio Henrique Jorge da Cunha (OAB/GO 27.773), Carla Valente Brandão (OAB/GO 13.267), Marcio Pacheco Magalhães (OAB/GO 5.795), Ana Carolina Garcia Magalhães (OAB/GO 25.000), Sueli Pereira de Souza (OAB/GO 25.750)

- Relator , Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
TC-007.107/2012-9
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Município de Jataí/GO.
Responsáveis: Amilton Fernandes Prado, Vanessa Souza Lobato e Vinicius de Cecílio Luz.
Advogado constituído nos autos: Heloísa Brandão de Melo, OAB/GO n. 24.042.
TC-010.931/2003-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Governo do Estado de Roraima/RR.
Responsáveis: Neudo Ribeiro Campos, ex-Governador; Carlos Eduardo Levischi, Diretor do DER/RR; Wellington Lins de Albuquerque, Chefe do 1º Distrito Rodoviário Federal/DNER; Construtora Abonari Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Alessandra Tereza Pagi Chaves, OAB/DF n. 13.406; e outros.
TC-012.611/2006-9
Natureza: Prestação de Contas.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado de Mato Grosso - Senar/MT.
Responsáveis: Homero Alves Pereira, Antônio Carlos Carvalho de Sousa, João Conceição Alencastro, Benedito Francisco de Almeida, Celso Luiz Lima, Edivaldo José da Silva, José Ribeiro da Silva, José Almir da Silva, Romildo Adelino Greselle, Duílio Mayolino Filho.
Advogados constituídos nos autos: Maria Letícia Tamer Godinho, OAB/DF n. 15.755; e outros.
TC-017.123/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Estado de Roraima.
Responsáveis: Neudo Campos Ribeiro, Jander Gener César Guerreiro, Jorci Mendes de Almeida, e Estado de Roraima.
Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, OAB/DF n. 6.546; e outros.

- Relator , Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
TC-010.117/2013-0
Natureza: Representação
Interessada: Daten Tecnologia Ltda.
Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - MCT
Advogado constituído nos autos: Danilo Campos Lopes (OAB/RJ nº 151.652).
TC-011.789/2011-5
Apenso: TC-007.827/2012-1
Natureza: Representação
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT/AM)
Responsável: Valdenyra Farias Thomé
Advogados constituídos nos autos: Rogério Rocha (OAB/DF 32.043) e outros.

Secretaria das Sessões, 24 de maio de 2013.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 58, DE 13 DE MARÇO DE 2013

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 030.179/12-2, no uso da competência estabelecida no art. 13 do Ato do Regulamento de Compras e Contratações do Senado Federal, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2010, e com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/2002, no item 16.3 do Edital do Pregão Eletrônico 186/2012, combinado com o inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/1999, aplica à empresa REIAGRO DISTRIBUIDORA LTDA - ME, CNPJ 07.016.720/0001-94, com endereço na Rua 6-A, Quadra 31-A, Lote 08, nº 388, Sala 103, Goiânia - GO, pena de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do SICAF, por 6 (seis) meses, por participar do Pregão Eletrônico do Senado Federal nº 186/2012, estando impedida de licitar ou contratar.

LUIZ AUGUSTO GEAQUINTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 78, DE 23 DE MARÇO DE 2013

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO SENADO FEDERAL, pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 000.811/13-0, no uso da competência estabelecida no art. 13 do Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2010, e com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/2002, no item 17.3 do Edital do Pregão Eletrônico 252/2012, combinado com o inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/1999, aplica à empresa MAXVIDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 03.517.258/0001-58, com endereço na Avenida Coronel Otaviano de Freitas Costa, nº 519, Cj. 03 - Veleiros, São Paulo - SP, CEP: 04.773-000, pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do SICAF, por 2 (dois) meses, por não entregar a documentação solicitada pelo Pregoeiro do Pregão Eletrônico do Senado Federal nº 252 de 2012.

ROSA MARIA GONÇALVES VASCONCELOS

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 92, DE 24 DE MAIO DE 2013

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Torna público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2013, constante do anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOAQUIM BARBOSA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	26.123.057,05	740.580,23
Pessoal Ativo	26.123.057,05	740.580,23
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	26.123.057,05	740.580,23
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	234,28-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	234,28-	-
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.122.822,77	740.580,23
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		26.863.403,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	621.158.840.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,004325%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,006000%	37.269.530,40
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,005700%	35.406.053,88
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § do art. 59 da LRF) - 0,005400%	33.542.577,36

FONTE: SIAFI GERENCIAL E RESOLUÇÃO 26/2006 - CNJ

Nota: 1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÉRGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA
Diretor-Geral

SALATIEL GOMES DOS SANTOS
Secretário de Controle Interno

WERNNE PEREIRA E SILVA
Secretário de Orçamento e Finanças

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES

PROCESSO: 0061420-23.2005.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: GERARDA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
OAB: CE-8008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A turma de origem manteve a sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual, sob o fundamento de ausência de pedido administrativo.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, da TNU e de TRF segundo a qual é inexigível o prévio requerimento administrativo para postulação judicial de benefício previdenciário.

O recurso foi admitido na origem.

Decido.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 631.240/MG, em regime de repercussão geral. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0061409-91.2005.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: FRANCISCA DE ARAUJO LIMA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
OAB: CE-8008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A turma de origem manteve a sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual, sob o fundamento de ausência de pedido administrativo.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, da TNU e de TRF segundo a qual é inexigível o prévio requerimento administrativo para postulação judicial de benefício previdenciário.

O recurso foi admitido na origem.

Decido.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 631.240/MG, em regime de repercussão geral. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0061397-77.2005.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: LUCIRENE ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
OAB: CE-8008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A turma de origem manteve a sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual, sob o fundamento de ausência de pedido administrativo.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, da TNU e de TRF segundo a qual é inexigível o prévio requerimento administrativo para postulação judicial de benefício previdenciário.

O recurso foi admitido na origem.

Decido.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 631.240/MG, em regime de repercussão geral. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0062873-53.2005.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
OAB: CE-8008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A turma de origem manteve a sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual, sob o fundamento de ausência de pedido administrativo.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, da TNU e de TRF segundo a qual é inexigível o prévio requerimento administrativo para postulação judicial de benefício previdenciário.

O recurso foi admitido na origem.

Decido.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 631.240/MG, em regime de repercussão geral. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0020759-02.2005.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: AURORA SANTANA GOMES
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: JOSÉ CLÁUDIO GOMES BARROS
OAB: CE-9093
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A turma de origem manteve a sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual, sob o fundamento de ausência de pedido administrativo.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, da TNU e de turma recursal de diferente região segundo a qual é inexigível o prévio requerimento administrativo para postulação judicial de benefício previdenciário.

O recurso foi admitido na origem.

Decido.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 631.240/MG, em regime de repercussão geral. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0061422-90.2005.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: ALCIDEANA DE JESUS SOUSA FARIAS
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
OAB: CE-8008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A turma de origem manteve a sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual, sob o fundamento de ausência de pedido administrativo.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, da TNU e de TRF segundo a qual é inexigível o prévio requerimento administrativo para postulação judicial de benefício previdenciário.

O recurso foi admitido na origem.

Decido.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 631.240/MG, em regime de repercussão geral. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0020625-72.2005.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: ISABEL DE SOUSA ARAUJO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
OAB: CE-8008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A turma de origem manteve a sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual, sob o fundamento de ausência de pedido administrativo.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, da TNU e de TRF segundo a qual é inexigível o prévio requerimento administrativo para postulação judicial de benefício previdenciário.

O recurso foi admitido na origem.

Decido.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 631.240/MG, em regime de repercussão geral. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0020646-48.2005.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: MARIA PEREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
OAB: CE-8008
PROC./ADV.: JOSÉ CLÁUDIO GOMES BARROS
OAB: CE-9093
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A turma de origem manteve a sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual, sob o fundamento de ausência de pedido administrativo.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, da TNU e de TRF segundo a qual é inexigível o prévio requerimento administrativo para postulação judicial de benefício previdenciário.

O recurso foi admitido na origem.

Decido.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 631.240/MG, em regime de repercussão geral. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0062832-86.2005.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: GARDENHA BEZERRA DA SILVA MORAIS
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
OAB: CE-8008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A turma de origem manteve a sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual, sob o fundamento de ausência de pedido administrativo.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, da TNU e de TRF segundo a qual é inexigível o prévio requerimento administrativo para postulação judicial de benefício previdenciário.

O recurso foi admitido na origem.

Decido.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 631.240/MG, em regime de repercussão geral. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0082333-26.2005.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: DELZUITA FRANCISCA SOUSA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
OAB: CE-8008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A turma de origem manteve a sentença que julgou extinto o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual, sob o fundamento de ausência de pedido administrativo.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, da TNU e de TRF segundo a qual é inexigível o prévio requerimento administrativo para postulação judicial de benefício previdenciário.

O recurso foi admitido na origem.

Decido.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 631.240/MG, em regime de repercussão geral. Confira-se:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0026868-61.2007.4.01.3700
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): THELMA DE OLIVEIRA LIMA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela UNIÃO, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos sem efeito infringente apenas para sanar omissão sob o fundamento de que a GDATA e a GDASST são gratificações que se relacionam, não havendo decisão ultra petita quando a sentença concede a GDASST sem pedido expresso na petição inicial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da TNU segundo a qual o juiz deve decidir a lide nos limites das questões suscitadas, sendo-lhe defeso alterá-las. Logo, não deve ser deferida extensão da gratificação não requerida expressamente pela parte autora criada a partir da extinção da gratificação mencionada na inicial.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 6 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.37.00.918309-8
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ RAMOS ROCHA
PROC./ADV.: FRANCISCO JOMAR CAMARA
OAB: MA-2898
PROC./ADV.: FLAVIO JOMAR SOARES PENHA CAMARA
OAB: MA-8813

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela UNIÃO, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o fundamento de que a GDASST, da mesma maneira que a GDATA, também deve ser estendida aos inativos/pensionistas, de acordo com os mesmos critérios e nas mesmas proporções utilizados para os servidores inativos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da TNU segundo a qual o juiz deve decidir a lide nos limites das questões suscitadas, sendo-lhe defeso alterá-las. Logo, não deve ser deferida extensão da gratificação não requerida expressamente pela parte autora criada a partir da extinção da gratificação mencionada na inicial.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 6 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500488-55.2008.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CÍCERO DE LIMA XAVIER
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem confirmou a sentença quanto ao restabelecimento do auxílio-doença, com efeitos a partir do laudo pericial.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido está divergente com julgado da TNU, que aponta pela concessão do benefício a partir da data do requerimento.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Razão assiste à recorrente.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 9 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500456-50.2008.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: AFONCINA ATELCINA DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem confirmou a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial para restabelecer o benefício auxílio-doença a partir do laudo pericial.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido está divergente com julgados da Turma Recursal do Mato Grosso, que aponta pela concessão do benefício a partir da cessação ou do requerimento.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Razão assiste à recorrente.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Intimem-se.

Brasília, 2 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509568-64.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARCELO PIMENTEL DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício da parte autora, porquanto foi aplicado corretamente o disposto no art. 9º, 1º, II, da EC 20/98.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização segundo a qual é nulo o julgado quando negada a produção de prova ou a análise de documento acostado aos autos. Aduz que teve o seu direito "tolhido", pois o acórdão não apreciou a alegação de omissão e erro material da sentença na conferência do tempo de trabalho demonstrado e comprovado nos autos.

O pedido de uniformização de jurisprudência foi admitido na origem.

Decido.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 00080456820094036301, firmou entendimento no sentido de que é incabível a análise de pedido de uniformização referente a cerceamento de defesa, por ser matéria eminentemente processual, nos termos do art. 14 da Lei 10.259/01.

Destarte, incidem a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, não admito o incidente de uniformização.

Intimem-se.

Brasília, 9 de maio de 2.013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509195-18.2008.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ FEITOSA BEZERRA JUNIOR
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Pernambuco.

A Turma de origem reformou a sentença para julgar improcedente o pedido inicial sob o fundamento de que não restou comprovado um dos requisitos necessários para a concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Recursal do Mato Grosso do Sul segundo a qual a parcialidade da incapacidade, sendo definitiva, não é óbice para a concessão do benefício em tela.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Decido.

De início, verifica-se que no caso em tela, a Turma de origem, diante do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que a parte autora não é incapacitada para o trabalho nem para vida independente, visto que sua deficiência é temporária e decorrente de fratura na perna esquerda, tendo ela plena capacidade de restabelecer sua saúde.

Destarte, conforme PEDILEF 2006.63.02.012989-7, inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado a respeito do estado de miserabilidade da autora, em virtude do óbice da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 10 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0522358-71.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: PEDRO IVO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela autora, pretendendo a reforma de decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem confirmou a sentença para julgar improcedente o pedido da parte autora, sob o fundamento de que não atendido um dos requisitos necessários para a concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TR do Paraná segundo a qual é possível a concessão do benefício à pessoa acometida de surdez neurosensorial de grau severo.

Decido.

De início, importante destacar o fundamento utilizado pelo Juízo singular para dirimir a controvérsia, in verbis:

No caso dos autos, observo que o autor, mesmo após a perda da audiência, exerceu diversas atividades laborais, dentre as quais as de auxiliar de perecíveis e de repositor.

Conclui-se, desse modo, que apesar de haver uma significativa redução de sua capacidade para a vida independente e para o trabalho, já houve adaptação parcial do mesmo à referida limitação, não sendo possível afirmar que se encontram presentes os requisitos para a fruição do benefício postulado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim, verifica-se que, no caso em tela, a Turma de origem, diante do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que a autora não é incapacitada para o trabalho nem para vida independente.

Destarte, conforme PEDILEF 2006.63.02.012989-7, inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado a respeito do estado de miserabilidade da autora, em virtude do óbice da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 10 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.70.53.005513-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROBERTO SUNAO OTANI
PROC./ADV.: MARCELA RODRIGUES MONTALVÃO
OAB: -

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração de decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, averbando os períodos de 10/04/80 a 26/02/82, 17/12/85 a 31/05/86, 01/09/86 a 28/02/90, 01/04/90 a 31/05/90, 01/03/91 a 30/03/95, 01/05/95 a 02/02/09, como laborados em condições especiais, na qualidade de contribuinte individual, com direito à conversão, para fins de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência de turma recursal de diferente região - TRF da 1ª Região - segundo a qual não é possível o reconhecimento de tempo especial para contribuinte individual.

O incidente de uniformização foi inadmitido na origem pela incidência da Súmula 7/STJ.

Alega o requerente que demonstrou a existência de interpretação divergente quanto à valoração da prova nos autos, não sendo o caso de reexame de matéria fática.

Decido.

Recebo o presente pedido como agravo.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 13 de maio de 2.013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509377-10.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ ZITO DE ASSIS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela autora, pretendendo a reforma de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem negou provimento ao recurso inominado, sob o fundamento de que, na hipótese em exame, o trabalhador não comprovou o desempenho na atividade agropecuária, limitando-se apenas a coligir aos autos como prova às anotações constantes de sua CTPS.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Recursal de São Paulo segundo a qual é especial a atividade de lavrador como trabalhador agropecuário, sob o item 2.2.1 do Decreto vigente.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 9 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510960-39.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ALFREDO BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: GERSON MOUSINHO DE BRITO
OAB: PB-1995
PROC./ADV.: VERONICA LEITE
OAB: PB-2212
REQUERIDO(A): FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão proferida pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização que, acolhendo entendimento firmado nos PEDILEFs 2007.35.00.714048-9 e 2007.30.00.907017-0, determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para aplicação do referido entendimento pacificado no âmbito da TNU.

O embargante alega, em essência, a ocorrência de contradição, obscuridades e omissões no julgado, razão pela qual requer o provimento do recurso, com efeitos infringentes, para que sejam sanados os vícios apontados.

Decido.

Razão assiste à embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No presente caso, verifica-se a ocorrência dos alegados vícios, motivo por que, preenchidos os requisitos de admissibilidade do pedido de uniformização, deve o incidente ser examinado pelo colegiado.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para, dando-lhes efeitos infringentes, determinar a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 13 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502802-68.2008.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DO CARMO DUARTE DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem, quanto ao objeto do pedido de uniformização, confirmou a sentença que julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade rural, pela ausência dos requisitos legais.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ao argumento de que a Turma Julgadora não analisou devidamente a documentação acostada.

O incidente não foi admitido na origem pela incidência da Súmula 42/TNU e pela ausência de similitude fática.

Nas razões do agravo, requer a parte agravante que a Turma Nacional julgue se os documentos juntados se prestam ou não como início de prova material a comprovar sua qualidade de segurada especial e permitir a concessão da aposentadoria.

Decido.

Incensurável a decisão agravada.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca da comprovação da qualidade de segurada especial para fim de concessão da aposentadoria rural por idade não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem"). Nesse sentido: PEDILEF 200663020129897.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 8 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.70.51.005538-7
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS RODRIGUES
PROC./ADV.: WILLYAN ROWER SOARES
OAB: PR-19887
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial de averbação de tempo de serviço especial em comum, reconhecendo o período de atividade rural para contagem do tempo especial.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do TRF da 5ª Região segundo a qual, a partir de 5/3/97, para fins de reconhecimento do tempo especial, a exposição ao agente físico ruído deve ser superior a 85 dB, nos termos do Decreto 2172/97.

O pedido de uniformização foi admitido na origem.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 13 de maio de 2.013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501003-68.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JONAS ALVES DA ROCHA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma Recursal manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício assistencial (LOAS) da parte autora.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Recursal de Goiás segundo a qual "provado pela perícia médica do juízo que a requerente encontra-se incapaz de forma parcial e temporária para o trabalho, é inquestionável que a mesma faz jus ao recebimento do benefício assistencial até que se submeta ao tratamento médico devido e recupere sua capacidade laborativa".

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Incensurável a decisão agravada.

A Turma de origem, soberana na apreciação das circunstâncias fáticas, indeferiu a concessão do benefício assistencial, concluindo que:

Na hipótese em exame, o laudo pericial concluiu que a parte autora não apresenta incapacidade laborativa. Destarte, apesar das alegações da apelante, quanto as supostas contradições do laudo pericial, estas não se deram por demonstradas, tendo o perito do juízo afirmado, categoricamente, que o periciando estaria incapacitado só parcialmente.

- Não é demais relembrar ser o Perito auxiliar do Juízo, que exerce seu mister de modo imparcial, como terceiro desinteressado na lide. Não há óbice, portanto, em adotar suas conclusões como razão de decidir, permeadas que são por critérios técnico-científicos, os quais não restaram elididos pelos elementos trazidos aos autos.

- Cumpre ressaltar que, na avaliação das provas, não está o Juiz adstrito a padrões de validade pré-estabelecidos, haja vista que há muito foi superado o período da chamada prova tarifada, admitindo-se o livre convencimento motivado.

Nesse contexto, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, acerca da capacidade da parte autora, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem"). Nesse sentido: PEDILEF 200663020129897.

Cumpre registrar, ademais, que o paradigma trazido a confronto não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 7 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0500169-56.2009.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ANA LAUDICEIA BARBOSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma Recursal manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão/restabelecimento do auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez da parte autora.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência da Turma Recursal do Mato Grosso segundo a qual "aponta pela concessão do benefício quando se tratar de progressão/agravamento da patologia, mesmo que essa tenha se iniciado antes do ingresso no RGPS".

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Incensurável a decisão agravada.

A Turma de origem, soberana na apreciação das circunstâncias fáticas, indeferiu o restabelecimento do auxílio-doença, concluindo que:

8. O art. 59 da Lei nº 8.213/91 em seu parágrafo único dispõe que "Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão".

9. Nessa mesma sistemática estabelece o parágrafo 2º do art. 43 da Lei n. 8213/91 que "A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral da previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão".

10. Deste modo, observa-se que a demandante adequou-se às norma impeditivas acima referidas, uma vez que não obteve êxito em comprovar a superveniência de sua incapacidade ou mesmo seu agravamento posterior à sua filiação à Previdência Social.

Nesse contexto, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, acerca do agravamento da incapacidade da parte autora, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem"). Nesse sentido: PEDILEF 200663020129897.

Cumpre registrar, ademais, que o acórdão trazido a confronto não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 8 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501452-17.2009.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA HELENA DA SILVA RAMOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma Recursal manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez da demandante.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Recursal de Goiás segundo a qual "aponta pela concessão do benefício de auxílio-doença quando o laudo indica que há incapacidade definitiva, mesmo que parcial para o exercício de atividade laborativa que garanta o sustento, ou seja, mesmo que a incapacidade seja parcial há viabilidade na concessão".

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Incensurável a decisão agravada.

A Turma de origem, soberana na apreciação das circunstâncias fáticas, julgou improcedente o pedido, concluindo que:

Verifica-se, assim, que a incapacidade do autor é definitiva, não sendo, portanto, hipótese de concessão do auxílio-doença. Por outro lado, a incapacidade é parcial, estando ausente o requisito da incapacidade total, abrangendo o exercício de qualquer atividade laborativa, que é exigido para concessão da aposentadoria por invalidez.

Outrossim, não nos perece conveniente decretar a invalidez de pessoa jovem a parte autora possui 45 (quarenta e cinco) anos de idade, em idade apta para o trabalho, a qual deve capacitar-se para trabalho adequado as suas limitações físicas, não restando outra via ao Juízo senão o indeferimento do pleito.

Nesse contexto, conclusão em sentido diverso não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem"). Nesse sentido: PEDILEF 200663020129897.

Ademais, observa-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido a confronto, convocando a incidência da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 10 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503459-73.2009.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ODETE ROSALÉM DE CRISTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que não admitiu o incidente de uniformização manifestado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de pensão por morte de trabalhador rural da parte autora, pela não comprovação da qualidade de companheira.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização segundo a qual, para se caracterizar a união estável, desnecessário que a parte autora e o segurado falecido coabitem a mesma residência.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Nas suas razões, alega a requerente que restou demonstrada a similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma indicado, pleiteando a reforma da decisão agravada.

Decido.

A Turma de origem, soberana na apreciação das circunstâncias fáticas, manteve a sentença que julgou improcedente o pedido da autora para concessão de pensão por morte, concluindo que não foi comprovada a condição de segurado do de cujus, bem como a união estável.

Nesse contexto, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, acerca da existência de união estável e de segurado do falecido, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao pedido.

Intimem-se.

Brasília, 9 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501438-33.2009.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CÍCERO TENÓRIO DOS SANTOS FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma Recursal manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez da demandante.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Recursal de Goiás segundo a qual "aponta pela concessão do benefício de auxílio-doença quando o laudo indica que há incapacidade definitiva, mesmo que parcial para o exercício de atividade laborativa que garanta o sustento, ou seja, mesmo que a incapacidade seja parcial há viabilidade na concessão".

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Incensurável a decisão agravada.

Os Juízos ordinários, soberanos na apreciação das circunstâncias fáticas, julgaram improcedente o pedido, concluindo que:

Realizada a perícia médica, o expert do juízo concluiu que o autor é portador de Limitação de movimento em ambos os membros superiores CID M 21.9, que o incapacita parcial e definitivamente para atividades que exijam a função do seu membro superior direito. Afirma o perito que qualquer outra atividade poderá ser executada pelo autor, tendo em vista que o mesmo continuou o labor rural mesmo com a patologia ora em comento.

Verifica-se, assim, que a incapacidade do autor é definitiva, não sendo, portanto, hipótese de concessão do auxílio-doença. Por outro lado, a incapacidade é parcial, estando ausente o requisito da incapacidade total, abrangendo o exercício de qualquer atividade laborativa, que é exigido para concessão da aposentadoria por invalidez.

Outrossim, não nos perece conveniente decretar a invalidez de pessoa jovem a parte autora possui 34 (trinta e quatro anos de idade), em idade apta para o trabalho, a qual deve capacitar-se para trabalho adequado as suas limitações físicas, não restando outra via ao Juízo senão o indeferimento do pleito.

Nesse contexto, conclusão em sentido diverso não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem"). Nesse sentido: PEDILEF 200663020129897.

Ademais, observa-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido a confronto, convocando a incidência da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 10 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0012742-78.2009.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: PERPETUA PEREIRA CAMPOS
PROC./ADV.: EDUARDO ALVES FEITOSA
OAB: -

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Tocantins.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial para conceder o benefício de aposentadoria por idade, na qualidade de trabalhadora rural.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ segundo a qual não é possível a acumulação de aposentadoria por idade com o benefício de pensão por morte.

Decido.

Incensurável a decisão agravada.

Com efeito, é entendimento sedimentado por esta Turma de Uniformização e pelo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que inexiste óbice legal à cumulação de aposentadoria rurícola com pensão por morte, visto tratar-se de benefícios com fatos geradores e pressupostos fáticos diversos PEDILEF 200771640003745 e PEDILEF 200471950209210.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 13 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0000133-96.2009.4.03.6308
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: APARECIDO MATEUS DE SOUZA
PROC./ADV.: JOSE BRUN JUNIOR
OAB: SP-128366
PROC./ADV.: FLAYRES J. P. DE LIMA DIAS
OAB: SP-287 025
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em virtude da incidência do óbice da Questão de Ordem 22/TNU.

Nas razões do agravo, sustenta o requerente, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

Com efeito, a Resolução CJF 163, de 9/11/11, alterou a redação do art. 34 do RITNU (Resolução 22/08), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:

Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.

Outrossim, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, com a redação dada pela Resolução 163/11, é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos às Turmas de origem, quando os feitos versarem sobre questão já julgada ou pendente de apreciação pela Turma Nacional de Uniformização, pelo Superior Tribunal de Justiça, em pedido de uniformização ou recurso repetitivo, e pelo Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, proferida pelo Presidente da TNU, nas hipóteses previstas nas alíneas c e d do inciso VII do art. 7º.

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, deve-se, em matéria recursal, observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Nesse contexto, tendo a referida resolução sido publicada em 14/11/11, o seu texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a publicação da decisão ora agravada ocorreu em data posterior.

Cumpre consignar, por fim, que o pedido de uniformização foi inadmitido em virtude do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.

Intimem-se.

Brasília, 6 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002409-79.2009.4.03.6315
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: VANIA CRISTINA BARBOSA
PROC./ADV.: JULIO ANTONIO DE OLIVEIRA
OAB: SP-111335
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, suscitado contra decisão da Presidência da Turma Nacional de Uniformização que, em sede de agravo, manteve a decisão que não admitiu o incidente, por ausência de cotejo analítico entre o acórdão recorrido e eventual os paradigmas indicados, nos termos do art. 13 da Resolução 22/2008, do Conselho da Justiça Federal, e do art. 66, da Resolução nº 344/2008, do Conselho da Justiça Federal da Terceira Região.

Decido.

O pedido não merece acolhimento.

Inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, não admito o incidente de uniformização.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2.013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.704785-9
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARMESITA ALMEIDA DO CARMO
PROC./ADV.: LUCIANO PEREIRA SOARES
OAB: PB-13377
PROC./ADV.: VILMA FREITAS SANTOS
OAB: BA-23154

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o fundamento de que o labor rural foi comprovado através de documentos e corroborado por testemunha. Ademais, ressaltou que a pensão por morte não obsta a concessão da aposentadoria por idade rural na medida em que todas as provas apontam para a continuidade do labor rural mesmo com o recebimento da pensão.

Opostos embargos de declaração, não foram conhecidos.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TNU e de turma recursal de diferente região segundo a qual, para o enquadramento do segurado especial, é necessário que a renda rural seja indispensável para a subsistência do requerente, o que deixa de ocorrer quando há outra fonte de renda do trabalhador rural decorrente de pensão por morte.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Incensurável a decisão agravada.

A TNU possui o entendimento de que "O conceito de indispensabilidade do labor rural para o sustento da família deve ser buscado em consonância com o sistema constitucional, que prevê, em relação à Seguridade Social, os princípios da seletividade e da distributividade na prestação dos benefícios e dos serviços, em aplicação ao sobreprincípio da isonomia, no sentido de tratar de forma desigual àqueles que merecem tutela especial do estado, quais sejam, os hipossuficientes. Atualmente há previsão legal expressa, contida no parágrafo 9º do inciso VI do mesmo artigo 11 da Lei 8213/91, em relação à outra fonte de renda do grupo familiar decorrente de benefício previdenciário, no sentido de que 'não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social'" (PEDILEF 20087061100001025 - grifo nosso).

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 6 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500475-03.2010.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OZANITA LUZIA DE SOUSA
PROC./ADV.: ILAN SALDANHA DE SÁ
OAB: PB-14008

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial, sob o fundamento de que o exercício de atividade rural estava devidamente comprovado.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da TNU segundo a qual, para fins de concessão de aposentadoria por idade rural, a descontinuidade admitida pelo art. 143 da Lei 8.213/91 é aquela que não importa em perda da condição de segurado rural, ou seja, é aquela em que o exercício de atividade urbana de forma intercalada não supera o período de 3 (três) anos.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

A Turma Nacional de Uniformização possui o entendimento de que a atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, se os períodos descontínuos em que houve exclusivo exercício de atividade rural forem suficientes para cobrir tempo equivalente à carência do benefício. Nesse sentido: PEDILEF 05000002920054058103.

Destarte, aplica-se a Questão de Ordem 20/TNU: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Intimem-se.

Brasília, 13 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509039-71.2010.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JEAN CARLOS DE LIMA PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

A Turma de origem reformou a sentença para julgar improcedente o pedido inicial sob o fundamento de que não restou comprovado um dos requisitos necessários para a concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, firmada no âmbito da Terceira Seção, no sentido de que a limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 10 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508789-41.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MANUEL JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo autor, pretendendo a reforma de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido da parte autora, sob o fundamento de que não restou comprovado o requisito da incapacidade para o trabalho, desautorizando a concessão do benefício.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Recursal do Goiás segundo a qual, demonstrada a incapacidade parcial e definitiva para o labor e, simultaneamente, seu estado de miserabilidade, o benefício deve ser concedido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Sobrevindo agravo da decisão de admissibilidade, remeteram os autos a essa Turma Nacional de Uniformização.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 2 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0009097-89.2010.4.01.3304
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MARIA DOS REIS DOS SANTOS
PROC./ADV.: PALOMA ACCIOLY JULIANI
OAB: BA-19478
PROC./ADV.: MANUELLA ACCIOLY SOUZA
OAB: BA-18537
PROC./ADV.: ANDREZA DE O. CERQUEIRA
OAB: BA-18482
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido inicial, sob o fundamento de que os documentos não comprovaram o exercício de atividade agrícola, bem como a testemunha não corroborou as alegações da parte autora.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ e de súmula da TNU segundo a qual os documentos acostados são hábeis a comprovar o exercício de atividade rural, assim como o início de prova material não precisa se referir precisamente ao período de carência se a prova testemunhal for capaz de ampliar sua eficácia probatória.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Incensurável a decisão agravada.

Verifica-se que a requerente limitou-se a solicitar que o pedido de uniformização inadmitido na origem fosse dirigido ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização para juízo de admissibilidade, deixando de impugnar os fundamentos da decisão agravada, conforme dispõe o art. 15, § 4º, do RITNU.

Destarte, incide a Questão de Ordem 18/TNU: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 6 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004547-79.2011.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALMIRA COUTO
PROC./ADV.: ALTAIR JOSÉ TEIXEIRA
OAB: SC-22346

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS contra decisão que negou provimento ao agravo interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional, sob o fundamento de que o entendimento firmado pela Turma Recursal se encontra no mesmo sentido da jurisprudência da TNU.

O embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão no julgado, uma vez que o entendimento firmado no PEDILEF 2007.71.95.004182-7 diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem como é objeto de recurso encaminhado àquela Corte Superior (Pet 9.059/RS), ainda pendente de julgamento.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

Decido.

Razão assiste ao embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No presente caso, a questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, aguardando o julgamento da Pet 9.059/RS, da relatoria do Min. BENEDITO GONÇALVES.

Desse modo, prudente que se aguarde o exame da matéria pela Corte Superior de Justiça.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para determinar o sobrestamento do feito.

Intimem-se.

Concluído o julgamento da Pet 9.059/RS, retornem-me os autos conclusos.

Brasília, 29 de abril de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000753-23.2011.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA EVA PIRES DOS SANTOS
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA
OAB: PR-26296
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, suscitado contra decisão da Presidência da Turma Nacional de Uniformização em sede de agravo, que manteve a negativa de seguimento ao pedido de uniformização da parte autora ante a ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas colacionados.

Decido.

O pedido não merece acolhimento.

Inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, não admito o incidente de uniformização.

Intimem-se.

Brasília, 2 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002272-57.2011.4.04.7206
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AUREA MARIA ANDRADE CAMARGO
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR PEREIRA FURTADO
OAB: SC-4893
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido inicial, pela ausência de comprovação de que a parte autora exerceu atividade como rurícola em regime de economia familiar no período de carência do benefício de aposentadoria rural por idade.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Súmulas 6 e 14, ambas da TNU, no sentido de que: a) "o artigo 55, § 3º, c/c artigos 106 e 108 da Lei Federal 8.213/91, exigem apenas a existência de um início de prova material (devendo ser contemporâneo dos fatos a comprovar), e não que a prova se faça ano a ano"; b) há comprovação de que a autora não exerceu atividade urbana no período de carência e início de prova material de que a autora trabalhou como rurícola; c) o fato de o cônjuge possuir inscrição como empresário não prejudica o seu direito ao benefício; d) ela própria é produtora rural, mas em regime de economia familiar.

O incidente de uniformização foi inadmitido por ausência de similitude fática e tendo em vista que a parte requerente visa apenas rediscutir aspectos fático-probatórios da lide.

No agravo, alega que busca apenas a valoração da prova, tendo acostado precedentes que vão ao encontro de sua pretensão. Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

O acórdão recorrido está assim fundamentado:

Entretanto, a meu sentir, embora não se negue a existência de início de prova material formalmente válido, o conjunto probatório acostado ao presente feito não consegue demonstrar, de maneira satisfatória, que a parte autora de fato exerceu a atividade rural em regime de economia familiar pela totalidade do período equivalente à carência do benefício (156 meses de quando implementou o requisito etário ou de 162 meses da entrada do requerimento administrativo).

Verifica-se que a matéria em discussão no presente caso, já foi objeto de exame pela TNU no julgamento do o PEDILEF 2005-81.10.001065-3, disciplinando que, "Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material, corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício" (Súmula nº 14/TNU).

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, conheço do agravo e lhe dou provimento a fim de admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 13 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0515057-68.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA ELIZABETE ALEXANDRE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela autora, pretendendo a reforma de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem confirmou a sentença para julgar improcedente o pedido da parte autora, sob o fundamento de que não atendido um dos requisitos necessários para a concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Recursal do Goiás segundo a qual é possível a concessão do benefício a pessoa portadora de surdez que é agravada por problemas na fala, o que restringe seu ingresso no mercado de trabalho.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 10 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501601-27.2011.4.05.8308
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: DORGIVAL GOMES PEDROZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Pernambuco.

A Turma de origem reformou a sentença para julgar improcedente o pedido inicial sob o fundamento de que não restou comprovado um dos requisitos necessários para a concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do STJ, firmada no âmbito da Terceira Seção, no sentido de que a limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 10 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5005710-09.2011.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DENISE ARLETE DE FREITAS E OUTROS
PROC./ADV.: FABIANE DALMÔNICO
OAB: SC-22581
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO
OAB: SC-5596
PROC./ADV.: RODRIGO COELHO
OAB: SC-18124
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, suscitado contra decisão da Presidência da Turma Nacional de Uniformização em sede de agravo, que manteve a negativa de seguimento ao pedido de uniformização da parte autora ante a ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas colacionados.

Decido.

O pedido não merece acolhimento.

Inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, não admito o incidente de uniformização.

Intimem-se.

Brasília, 2 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0520146-72.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EDJANE JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela autora, pretendendo a reforma de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem confirmou a sentença para julgar improcedente o pedido da parte autora, sob o fundamento de que não atendido um dos requisitos necessários para a concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência da Turma Recursal do Goiás segundo a qual a parcialidade da incapacidade, sendo definitiva, não é óbice para a concessão do benefício em tela.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 10 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5059917-33.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NORMA BEATRIZ DOS SANTOS DUTRA
PROC./ADV.: RODRIGO BOLZANI
OAB: RS-56653
PROC./ADV.: EDUARDO ENGERS REBOLHO
OAB: RS-70516
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, suscitado contra decisão da Presidência da Turma Nacional de Uniformização que, aplicando o entendimento firmado no PEDILEF 2009.72.51.008649-2/RS, determinou a restituição dos autos à origem para a devida adequação do julgado.

Decido.

O pedido não merece acolhimento.

Inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, não admito o incidente de uniformização.

Intimem-se.

Brasília, 3 de maio de 2.013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000596-09.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ESTÁCIO WEBER
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
OAB: RS 33.075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
OAB: RS-59469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem manteve a sentença que havia negado o pedido de averbação de tempo de serviço especial em comum à parte autora, no período compreendido entre 6/3/97 a 17/11/03, pois o ruído não ultrapassava os 90 decibéis.

Sustenta o requerente divergência de decisões no que se refere ao reconhecimento a especialidade das atividades desempenhadas com exposição em nível de ruído de 85 dB para o período laborado após 05/03/1997, porque em consonância com a nova redação da Súmula 32 da TNU.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem pela incidência da Súmula 42/TNU.

Nas razões do agravo, aduz o agravante a inaplicabilidade da referida súmula, pois se trata de matéria de direito, referente à possibilidade de reconhecimento da especialidade em atividades desempenhadas com exposição a nível de ruído de 85 dB.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 9 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000984-91.2013.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IRI TENEDINI
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO
OAB: RS 49.563
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma Recursal entendeu não estar comprovada a especialidade no período de 06/3/97 a 18/11/03, uma vez que não houve comprovação da exposição ao agente agressivo de forma habitual e permanente, variando a intensidade do ruído entre 86 a 93,7 dB.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da TNU segundo a qual, a partir de 5/3/97, para fins de reconhecimento do tempo especial, a exposição ao agente físico ruído deve ser superior a 85 dB, nos termos do Decreto 2172/97.

O pedido de uniformização foi inadmitido na origem, pela incidência da Súmula 32/TNU.

Nas razões do agravo, aduz o agravante a inaplicabilidade da Súmula 13/TNU, uma vez que o entendimento firmado no acórdão recorrido, bem como na Súmula 32/TNU, diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Requer, assim, o provimento do agravo.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 10 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001669-25.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDOMIRO SARAIVA DE MELO
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON
OAB: RS-36152
PROC./ADV.: KARLA J. SCHWERZ
OAB: RS-61 344
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido inicial. A Turma de origem deu parcial provimento ao recurso do INSS, determinando o afastamento do caráter especial do tempo de serviço em alguns períodos, sob o fundamento de que as atividades não eram desenvolvidas em área portuária.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da jurisprudência de turma recursal de diferente região e Turma Regional de Uniformização segundo a qual, para fins de caracterização de tempo de serviço especial, aplica-se a lei vigente à época da prestação do trabalho. Aduz que o Decreto 53.831/64 estabelece o enquadramento da atividade prestada na ocupação "estiva e armazenagem", sem restringir o reconhecimento da atividade apenas aos trabalhadores da área portuária.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 8 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000251-37.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLERI SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de aposentadoria por idade que foi julgado improcedente, o que foi mantido pela Turma de origem.

Inconformado, a parte autora formulou dois pedidos de uniformização, sendo um regional e outro nacional.

Após ambos pedidos terem sido inadmitidos pelo Presidente da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba, o requerente interpôs agravo para as turmas regional e nacional.

Entretanto, os autos foram remetidos para a Turma Nacional de Uniformização.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Destarte, incide a Questão de Ordem 28/TNU, que dispõe que, havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.

Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para o prosseguimento do feito.

Intimem-se.

Brasília, 10 maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500498-02.2008.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DA CRUZ AGOSTINHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem confirmou a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial para restabelecer o benefício auxílio-doença a partir do laudo pericial.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido está divergente com julgados da Turma Recursal do Mato Grosso, que aponta pela concessão do benefício a partir da cessação ou do requerimento.

Requer, assim, o provimento do recurso.

Aplica-se, ao presente caso, a Questão de Ordem 28/TNU ("Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional").

Ante o exposto, determino a remessa dos autos à origem para a análise do incidente direcionado à Turma Regional, pendente de julgamento.

Intimem-se.

Brasília, 2 de maio de 2013.
Min. ARNALDO ESTEVES LIMA
Presidente da Turma

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 138, DE 22 DE MAIO DE 2013(*)

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XVI e XLI do artigo 19 do Regimento Interno e tendo em vista o disposto no artigo 18, § 2º; caput do artigo 54, inciso III; e artigo 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de maio de 2012 a abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. SAMOEL EVANGELISTA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

RGF -ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.292	92
Pessoal Ativo	27.779	92
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.514	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.668	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	11.315	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.352	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	27.625	92
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		27.717

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
Despesa Corrente Líquida RCL (V)	621.158.840
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,004462
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,008454	52.513
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,008031	49.885
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,007609	47.261

FONTE: SIAFI, COFIC/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC. Emitido em 16 de maio de 2013.
(1) Republicação conforme RCL alterada por meio da Portaria STN nº 288, de 23 de maio de 2013.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. SAMOEL MARTINS EVANGELISTA
Presidente do Conselho
Em exercício

CARLOS VENÍCIUS FERREIRA RIBEIRO
Diretor-Geral

ALTAMIRO DANTAS CRUZ
Secretário de Administração e Orçamento

JÔNATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO
Coordenador de Controle Interno

Antônio da Silva Galvão
Coordenador de Orçamento e Finanças

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 99, de 24-5-2013, Seção 1, página 178, com incorreção no original.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 357, DE 24 DE MAIO DE 2013

O PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do Art. 54 e § 2º do Art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), resolve:

Tornar Público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte de Justiça Especializada, relativo ao período de Janeiro a Abril/2013.

Des. FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ùltimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	75.836	-
Pessoal Ativo	69.371	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.465	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.514	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.283	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.230	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	63.322	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		63.322
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		621.158.840
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,010194
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,016696		103.709
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,015861		98.522
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,015026		93.338

FONTE: SIAFI/SECONT/COF/TRE-AM. Emitido em 24/05/2013 às 14h e 30m

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b)Despesas empenhadas mas não liqidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES
Presidente do Tribunal

HENRIQUE CERF LEVY NETO
Diretor-Geral

JOSÉ RENATO FRAZÃO CRESPO
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

BÁRBARA LIMA TAVARES DE ALMEIDA
Coordenadora de Controle Interno
Em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 343, DE 22 DE MAIO DE 2013(*)

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso III e parágrafo único do Art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão referente ao período de janeiro a abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	113.132	-
Pessoal Ativo	98.371	
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.761	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	28.956	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	14.195	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.761	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	84.176	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		84.176

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		676.175.602
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,012449
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,027892	188.599
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,026497	179.166
LIMITE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF - <%>	0,025103	169.739
FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE		

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

c) No período de maio a dezembro de 2012, foram excluídas as despesas classificadas como auxílios natalidade e funeral, tendo em vista a recomendação constante do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, de 18 de abril de 2012, e do Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, 2 de julho de 2012.

LEANA BATISTA NEVES
Coordenadora de Orçamento e Finanças

FRANCISCO PETRÔNIO NEPOMUCENO LOPES
Coordenador de Controle Interno Substituto

JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES
Presidente do Tribunal

(*) Republicada por ter saído no DOU de 24-5-2013, Seção 1, página 178, com incorreção no original.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 110, DE 24 DE MAIO DE 2013

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo.

GASPAR MARQUES BATISTA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	172.338	-
Pessoal Ativo	141.130	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.208	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	37.294	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.936	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	30.358	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	135.044	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	135.044	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]		621.158.840
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,021741
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,044719	277.776
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,042483	263.887
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,040247	249.998

Fonte: SIAFI e COORC/SOF/TRE-RS. Emitido em 24/mai/2013 às 14h e 20m
[1]Valores referentes à Portaria STN nº 288, de 23/05/2013.
Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
Nota 2: As despesas com auxílios natalidade e funeral, no período de maio a dezembro de 2012, não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e Ofício Circular Conjunto Nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.
Nota 3: Republicação conforme RCL alterada por meio da Portaria STN nº 288/2013.

Des. GASPAR MARQUES BATISTA
Presidente do Conselho
FRANCISCO ALEXANDRE B. KAUSCH
Gestor Financeiro

ANTÔNIO AUGUSTO PORTINHO DA CUNHA
Diretor-Geral
HERBERT DIAS MIRANDA
Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 94, DE 24 DE MAIO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 54, III e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre de 2013 deste Tribunal, referente ao período de janeiro a abril/2013, constante no demonstrativo anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARCO VILLAS BOAS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a").....R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	58.315	-
Pessoal Ativo	54.831	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.484	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	15.590	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	12.115	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.475	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	42.725	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		42.725

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	621.158.840
% da DESEPSA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	0,006878
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> 0,012419	77.142
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,011798	73.284
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,011177	69.428

FONTE: SIAFI e SEACONT/COFIN/TRE-TO. Data da emissão 24/mai/2013 às 13h e 23m.
[1]Valores referentes à Portaria STN nº. 288, de 23/05/2013.
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. MARCO ANTHONY S. VILLAS BOAS
Presidente do Conselho

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Diretor-Geral

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento

LUCIANO GOMES GONÇALVES
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 691, DE 22 DE MAIO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006 e tendo em vista o contido no PA n.8.515/2013, resolve:

Art. 1º Agregar os valores das funções comissionadas abaixo especificadas, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Origem	Valor
02 (duas) Funções Comissionadas, FC-02, da Comissão Permanente de Apoio ao Concurso para Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal e Territórios.	R$ 2.370,10
total	R$ 2.370,10

Art. 2º Utilizar o valor total especificado no artigo 1º para criação da função comissionada abaixo relacionada, destinando-a conforme quadro a seguir:

destino	Valor
01 (uma) Função Comissionada, FC-05, da Comissão Permanente de Apoio ao Concurso para Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal e Territórios.	R$ 2.232,38
saldo	R$ 137,72

Art. 3º Remanejar as Funções Comissionadas, conforme quadro abaixo:

Origem FC	Destino FC
FC-03 do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.	FC-03 da Comissão Permanente de Apoio ao Concurso para Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal e Territórios.
FC-03 da Comissão Permanente de Apoio ao Concurso para Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal e Territórios.	FC-03 da Comissão Permanente de Apoio ao Concurso para Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal e Territórios.

Des. DÁCIO VIEIRA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 77, DE 24 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de afastamento cautelar do Conselheiro Regional do Coren-PR, Dr. Montgomery Pastorelo, por mais sessenta dias, para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O Presidente Interino e a Segunda Secretária do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com especial fundamento no disposto no art. 8º, I, da Lei 5.905/73 c/c no preceptivo do art. 25, XIV, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, e

CONSIDERANDO que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem são autarquias federais, criados pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973 (arts. 1º e 2º), competindo ao primeiro, nos termos do art. 8º, I, da referida Lei: "aprovar seu regimento interno e os dos Conselhos Regionais";

CONSIDERANDO que, conforme estabelecido no Regimento interno do Conselho Federal, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012: "compete ao Plenário do Cofen" (art, 23, caput) "julgar os processos administrativos disciplinares contra Conselheiros efetivos e suplentes do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, respeitando a legislação em vigor" (inc. IX);

CONSIDERANDO que, por deliberação do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem, na 425ª ROP (22/03/2013), no exercício do juízo de delibação, julgou-se, por unanimidade de votos, pelo recebimento da denúncia e consequente instauração do Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do Dr. Montgomery Pastorelo Benites;

CONSIDERANDO que tramita no âmbito deste Conselho Federal de Enfermagem o Processo Administrativo Disciplinar nº 837/2012, instaurado a partir de denúncia articulada em desfavor do Dr. Montgomery Pastorelo Benites para a apuração de fatos de que trata a Decisão Cofen nº 050/2013;

CONSIDERANDO que, na mesma Sessão Plenária que recebeu a denúncia para a instauração do Processo Administrativo Disciplinar, foi decidido pelo Plenário do Conselho Federal de Enfermagem o afastamento cautelar do Dr. Montgomery Pastorelo Benites do exercício do cargo de Conselheiro Regional e, consequentemente, da Presidência do Coren/PR, por 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual prazo, com a finalidade de evitar que o mesmo viesse a influenciar na apuração das irregularidades denunciadas;

CONSIDERANDO que, inobstante o empenho com que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar vem desenvolvendo os trabalhos nesse PAD, este ainda se encontra em fase de instrução;

CONSIDERANDO que, a teor do Memorando nº 003/2013, da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, apresentado e lido na Sessão Plenária, como bem assim a fase em que se encontra o Processo Administrativo Disciplinar n° 837/2012;

CONSIDERANDO tudo mais quanto consta dos autos do Procedimento Administrativo Cofen nº 837/2012;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen (427ª ROP), diante do enfrentamento da matéria na Sessão do dia 21/05/2013, decidem:

Art. 1º. Forte na deliberação do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem, na 427ª Reunião Ordinária de Plenário (ROP), prorrogar o afastamento cautelar do Dr. Montgomery Pastorelo Benites do exercício dos Cargos de Conselheiro Regional e de Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, por mais 60 (sessenta) dias, tendo em vista que os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - referente ao PAD Cofen nº 837/2012 - encontrarem-se em fase de instrução, pendente ainda a análise de documentos e por permanecer inalterada a situação fática e jurídica que motivou o seu afastamento inicial, ou seja, para evitar que o mesmo venha a influir na apuração das irregularidades denunciadas, nos termos do art. 2º da Decisão Cofen nº 050/2013, em combinação com o disposto nas Resoluções Cofen n.ºs 155/1992 e 360/2009, como também no preceptivo do art. 147 e seu parágrafo único, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições e fundamentos da Decisão Cofen nº 050/2013.

Art. 3º. Esta Decisão entra em vigor na dada da sua publicação no Diário Oficial.

OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Presidente do Conselho
Em exercício

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Segunda Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO Nº 19.307, DE 22 DE MAIO DE 2013

Processo Administrativo nº 555/2013. Nº Originário: Ofício nº 0083 - GAB. PRESIDÊNCIA - CRF/AM. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO AMAZONAS - CRF/AM. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Relator: Conselheiro Federal JOÃO SAMUEL DE MORAIS MEIRA. Ementa: Solicitação de doação de imóvel do CFF ao CRF/AM. Pela possibilidade de aprovação mediante cumprimento de diligência - envio de solicitação de doação pelo Plenário do CRF/AM, nos termos da Resolução/CFF nº 531/10. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em APROVAR A DOAÇÃO DE IMÓVEL DO CFF AO CRF/AM, SITO À RUA RIO MADEIRA, 420, CONJUNTO VIEIRALVES, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, MANAUS/AM, APÓS ENVIO DE SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO PELO PLENÁRIO DO CRF/AM, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.018, DE 23 DE MAIO DE 2013

Aprova as reformulações orçamentárias dos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados do Acre, Minas Gerais, Piauí, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Tocantins, referentes ao exercício de 2012.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto n.º 44.045, de 19 de julho de 1958, Lei nº 11.000, de 15 de dezembro 2004, Decreto nº 6.821/2009 e a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, e

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 1.644, de 9 de agosto de 2002;

CONSIDERANDO a aprovação do plenário do Conselho Federal de Medicina, em reunião no dia 23 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª reformulação orçamentária dos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados do Acre, Minas Gerais, Piauí, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Tocantins; 2ª e 3ª reformulações orçamentárias do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, todas referentes ao exercício de 2012, na forma do anexo único desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO LUIZ D'AVILA
Presidente do Conselho

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Tesoureiro

ANEXO ÚNICO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ACRE
1ª reformulação

Receita	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Receitas correntes	1.648.454,20	1.648.454,20
Receitas de capital	0,00	0,00
Total de receitas	1.648.454,20	1.648.454,20
Despesas	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Despesas correntes	1.648.454,20	1.667.774,20
Despesas de capital	208.000,00	188.680,00
Total das despesas	1.856.454,20	1.856.454,20

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª reformulação

Receita	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Receitas correntes	27.000.000,00	27.764.800,00
Receitas de capital	1.500.000,00	735.200,00
Total de receitas	28.500.000,00	28.500.000,00
Despesas	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Despesas correntes	28.770.000,00	29.994.800,00
Despesas de capital	31.540.000,00	30.315.200,00
Total das despesas	60.310.000,00	60.310.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUÍ

1ª reformulação

Receita	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Receitas correntes	3.489.870,95	2.932.318,38
Receitas de capital	0,00	557.552,57
Total de receitas	3.489.870,95	3.489.870,95
Despesas	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Despesas correntes	3.830.704,91	3.550.928,72
Despesas de capital	0,00	279.776,19
Total das despesas	3.830.704,91	3.830.704,91

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1ª reformulação

Receita	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Receitas correntes	87.370.000,00	87.031.180,00
Receitas de capital	4.252.000,00	4.590.820,00
Total de receitas	91.622.000,00	91.622.000,00
Despesas	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Despesas correntes	87.370.000,00	86.979.180,00
Despesas de capital	5.440.000,00	5.830.820,00
Total das despesas	92.810.000,00	92.810.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA ESTADO DA BAHIA

1ª reformulação

Receita	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Receitas correntes	12.122.782,00	12.430.682,00
Receitas de capital	410.000,00	102.100,00
Total de receitas	12.532.782,00	12.532.782,00
Despesas	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Despesas correntes	12.992.844,00	12.927.744,00
Despesas de capital	0.00	65.100,00
Total das despesas	12.992.844,00	12.992.844,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª reformulação

Receita	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Receitas correntes	38.335.000,00	37.963.000,00
Receitas de capital	48.000,00	420.000,00
Total de receitas	38.383.000,00	38.383.000,00
Despesas	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Despesas correntes	39.703.000,00	39.820.000,00
Despesas de capital	500.000,00	383.000,00
Total das despesas	40.203.000,00	40.203.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE TOCANTINS

1ª reformulação

Receita	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Receitas correntes	2.430.000,00	2.400.000,00
Receitas de capital	0,00	30.000,00
Total de receitas	2.430.000,00	2.430.000,00
Despesas	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Despesas correntes	2.470.000,00	2.440.000,00
Despesas de capital	87.678,00	117.678,00
Total das despesas	2.557.678,00	2.557.678,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2ª reformulação

Receita	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Receitas correntes	87.370.000,00	86.979.180,00
Receitas de capital	5.440.000,00	5.830.820,00
Total de receitas	92.810.000,00	92.810.000,00
Despesas	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Despesas correntes	87.370.000,00	87.149.180,00
Despesas de capital	5.610.000,00	5.830.820,00
Total das despesas	92.980.000,00	92.980.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

3ª reformulação

Receita	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Receitas correntes	87.370.000,00	87.149.180,00
Receitas de capital	5.610.000,00	5.830.820,00
Total de receitas	92.980.000,00	92.980.000,00
Despesas	Situação anterior (R$)	Situação atual (R$)
Despesas correntes	87.370.000,00	87.200.180,00
Despesas de capital	6.670.000,00	6.839.820,00
Total das despesas	94.040.000,00	94.040.000,00

RESOLUÇÃO Nº 2.019, DE 23 DE MAIO DE 2013

Julga as Prestações de Contas dos Conselhos Regionais de Medicina do exercício 2011.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto n.º 44.045, de 19 de julho de 1958, Lei nº 11.000, de 15 de dezembro 2004, Decreto nº 6.821/2009 e a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, e

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Instrução Normativa nº 63, de 01 de setembro de 2010, do Tribunal de Contas da União;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução CFM nº 1.847, de 15 de julho de 2008, que estabelece normas e procedimentos para tomada e prestação de contas dos Conselhos de Medicina;

CONSIDERANDO os exames das peças e pareceres do Setor de Controle Interno do Conselho Federal de Medicina, com indicativo de regularidade das contas de todos os Conselhos Regionais de Medicina;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária realizada no dia 23 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º Julgar regulares as Prestações de Contas dos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados de Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, referentes ao exercício de 2011.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO LUIZ D'AVILA
Presidente do Conselho

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Tesoureiro

RESOLUÇÃO Nº 2.020, DE 24 DE MAIO DE 2013

Altera o inciso II do art. 58 da Resolução CFM nº 1.993, publicada no D.O.U. de 25 de junho de 2012, Seção I, p. 126 a 129.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelos Decretos nº 44.045/58 e 6.821/2009, alterada pela Lei nº 11.000/2004, e

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho Federal de Medicina a normatização e a fiscalização do exercício da medicina;

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho Federal de Medicina regulamentar o processo eleitoral nos Conselhos Regionais, ex vi do art. 5º, alínea "g" da Lei nº 3.268/57 c/c o artigo 30 do Decreto nº 44.045/58;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido em sessão plenária do dia 24 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso II do art. 58 da Resolução CFM nº 1.993, de 14 de junho de 2012, publicada no D.O.U. de 25 de junho de 2012, Seção 1, p. 126 a 129, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 58. (...)

II - disponibilizar material de divulgação institucional, desde que não contenha nome de candidato afirmando o cargo específico que pretenda ocupar no Conselho de Medicina.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga os dispositivos em contrário.

ROBERTO LUIZ D'AVILA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 113, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a Instalação da Seccional Pará.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR, e;

CONSIDERANDO a necessidade de programar, coordenar e dinamizar as ações do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR no Estado do Pará;

CONSIDERANDO o inciso XXVIII do artigo 23 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR;

CONSIDERANDO o inciso XI do artigo 30 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR;

CONSIDERANDO o deliberado em Reunião Plenária do dia 23 de fevereiro de 2013; resolve:

Art. 1º - Instalar a Seccional Pará, denominada CREF8 - Seccional Pará, com sede na Rua Generalíssimo Deodoro, 877, sala 15, Galeria João e Maria, Bairro Nazaré, CEP: 66.040-140, Belém - PA.

Art. 2º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

JEAN CARLO AZEVEDO DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 114, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a Instalação da Seccional Rondônia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR, e;

CONSIDERANDO a necessidade de programar, coordenar e dinamizar as ações do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR no Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o inciso XXVIII do artigo 23 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR;

CONSIDERANDO o inciso XI do artigo 30 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR;

CONSIDERANDO o deliberado em Reunião Plenária do dia 23 de fevereiro de 2013; resolve:

Art. 1º - Instalar a Seccional Rondônia, denominada CREF8 - Seccional Rondônia, com sede na Avenida 7 de Setembro, 2161, sala 05, Galeria Star, Nossa Senhora das Graças, CEP: 76804-124, Porto Velho - RO.

Art. 2º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

JEAN CARLO AZEVEDO DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 115, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a Instalação da Seccional Acre.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR, e;

CONSIDERANDO a necessidade de programar, coordenar e dinamizar as ações do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR no Estado do Acre;

CONSIDERANDO o inciso XXVIII do artigo 23 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR;

CONSIDERANDO o inciso XI do artigo 30 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR;

CONSIDERANDO o deliberado em Reunião Plenária do dia 23 de fevereiro de 2013; resolve:

Art. 1º - Instalar a Seccional Acre, denominada CREF8 - Seccional Acre, com sede na Avenida Ceará, 4151, Estação Experimental, CEP: 69918-160, Rio Branco - AC.

Art. 2º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

JEAN CARLO AZEVEDO DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 116, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a Instalação da Seccional Roraima.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR, e;

CONSIDERANDO a necessidade de programar, coordenar e dinamizar as ações do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR no Estado de Roraima;

CONSIDERANDO o inciso XXVIII do artigo 23 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o inciso XI do artigo 30 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR;

CONSIDERANDO o deliberado em Reunião Plenária do dia 23 de fevereiro de 2013; resolve:

Art. 1º - Instalar a Seccional Roraima, denominada CREF8 - Seccional Roraima, com sede na Rua Coronel Mota, 1229, Centro, CEP: 69301-120, Boa Vista - RR.

Art. 2º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

JEAN CARLO AZEVEDO DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 117, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a Instalação da Seccional Amapá.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR, e;

CONSIDERANDO a necessidade de programar, coordenar e dinamizar as ações do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR no Estado do Amapá;

CONSIDERANDO o inciso XXVIII do artigo 23 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR;

CONSIDERANDO o inciso XI do artigo 30 do Estatuto do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR;

CONSIDERANDO o deliberado em Reunião Plenária do dia 23 de fevereiro de 2013; resolve:

Art. 1º - Instalar a Seccional Amapá, denominada CREF8 - Seccional Amapá, que terá a sua sede na Avenida Cândido Mendes, 938, Sala 12, Edifício Ângela, Centro, CEP: 68900-100, Macapá - AP.

Art. 2º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do CREF8/AM-AC-AP-PA-RO-RR.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

JEAN CARLO AZEVEDO DA SILVA

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
3ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

1) EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO N. 49.0000.2013.002191-0/TCA. Assunto: Arguição de suspeição de membro da Comissão eleitoral para as eleições da OAB - Seccional da Amapá. Excipiente: Paulo Henrique Campelo Barbosa OAB/AP 630-A (Adv: Davi Ivã Martins da Silva OAB/RS 50.870, OAB/AP 1648-A e OAB/DF 32762). Excepto: Vera de Jesus Pinheiro OAB/AP 65. Interessado: Comissão eleitoral da OAB/Amapá. Relator Conselheiro Federal Jean Cleuter Simões Mendonça (AM). EMENTA N. 010/2013/TCA. Exceção de Suspeição. Pedido Liminar. Deferimento. Art. 71, § 4º, do Regulamento Geral. Eleições. Substituição de membro da Comissão Eleitoral. ACÓRDÃO: Vistos, Relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em confirmar a liminar concedida, nos termos do voto do relator, que integra o presente julgado. Brasília, 9 de abril de 2013. Antônio Oneildo Ferreira, Presidente da Terceira Câmara. Jean Cleuter Simões Mendonça, Relator. 2) REQUERIMENTO n. 49.0000.2013.000240-4/TCA (Apensos: Recurso nº 49.0000.2013.001923-0/TCA, Medida Cautelar nº 49.0000.2013.002341-6/TCA). Assunto: Requerimento. Processo eleitoral. Pedido de nova contagem de votos. Reqte: Chapa 3 - Ação e Participação. Representante Legal: Leonardo Cedaro, OAB/SP 220.971. Reqdo: Comissão Eleitoral da OAB/São Paulo. Interessado I: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Interessado II: Chapa 2 "Experiência e Trabalho." Representante Legal: Silvia Regina Dias, OAB/SP 110810 (Adv: Luiz Silvio Moreira Salata, OAB/SP 46845 e outros). Relator: Conselheiro Federal Henri Clay Santos Andrade (SE). EMENTA Nº 011/2013/TCA. Suspeição constatada pela comissão eleitoral da OAB quanto à correção dos critérios adotados para apuração dos votos resulta em dúvida sobre a real intenção do eleitor. Soberania do voto e transparência da eleição são matérias de ordem pública, sendo cabível apreciação de ofício para recontagem total dos votos. Recursos conhecidos para negar provimento ao recurso da Chapa 02 e dar provimento ao recurso da Chapa 03. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, conhecer dos recursos e negar provimento ao recurso da Chapa 02 e, por maioria, dar provimento ao recurso da Chapa 03, determinando a recontagem total e imediata dos votos da eleição da 36ª Subseção de São José dos Campos/OAB/SP, nos termos do voto do relator que integra o presente julgado. Brasília, 21 de maio de 2013. Antônio Oneildo Ferreira, Presidente da Terceira Câmara. Henri Clay Santos Andrade, Relator. 3) RECURSO N. 49.0000.2013.002211-1/TCA. Assunto: Recurso. Pedido de Isenção/Anistia de anuidade. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Recdo: Isabel Cristina Tavares de Mello, OAB/RJ 58302. Relator: Conselheiro Federal Afeife Mohamad Hajj (MS). EMENTA n. 012/2013/TCA. Pedido de Isenção/Anistia de anuidade. Inteligência do Provimento 111/2006, em seu artigo 2º e respectivos incisos. Não preenchimento de qualquer uma das hipóteses pela Recorrida. Recurso provido para reformar a decisão da Seccional e indeferir o pedido formulado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, prover o recurso e com isso indeferir o pedido de isenção/anistia de anuidades. Impedido de votar o representante da OAB/RJ. Brasília, 21 de maio de 2013. Antônio Oneildo Ferreira, Presidente da Terceira Câmara. Afeife Mohamad Hajj, Relator. 4) RECURSO N. 49.0000.2013.002885-2/TCA. Assunto: Recurso. Pedido de isenção de anuidades. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Recdo: João Darci de Lima, OAB/RJ 36414. Relator: Conselheiro Federal Afeife Mohamad Hajj (MS). EMENTA N. 013/2013/TCA. Pedido de Isenção/anistia de anuidade. Inteligência do Provimento 111/2006, em seu artigo 2º e respectivos incisos. Não preenchimento de qualquer uma das hipóteses pelo Recorrido. Recurso provido para reformar a decisão da Seccional e indeferir o pedido formulado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da 3ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, prover o recurso e com isso indeferir o pedido de isenção/anistia de anuidades. Impedido de votar o representante da OAB/RJ. Brasília, 21 de maio de 2013. Antônio Oneildo Ferreira, Presidente da Terceira Câmara. Afeife Mohamad Hajj, Relator.

Brasília, 24 de maio de 2013.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da 3ª Câmara

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013052700120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.